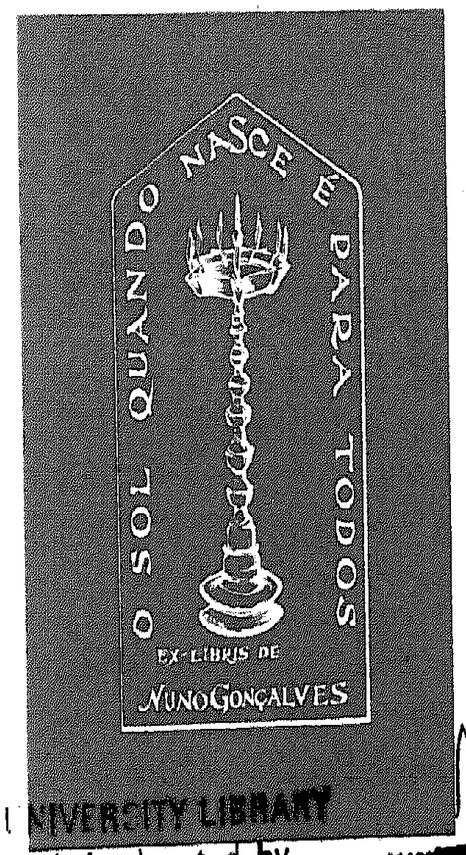
A NUNO GONÇALVES, com um abraço
amigo do
Ofelamy
24 ABR 84

ALVORADA
EM ABRIL



N.G

GOA UNIVERSITY LIBRARY
This book is donated by .. ..

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

ALVORADA EM ABRIL

PREFÁCIO
DE
EDUARDO LOURENÇO

ulmeiro

NOTA DO EDITOR:

10 anos após o 25 de Abril de 1974, a Ulmeiro tem a honra de reeditar este **«ALVORADA EM ABRIL»**, de Otelo Saraiva de Carvalho, um dos homens que mais contribuiu para a preparação deste acontecimento histórico (integrou a Comissão Coordenadora e Executiva do MFA), e foi o seu estratega operacional.

Seria normal e lógico que Otelo Saraiva de Carvalho pudesse prefaciar esta 3.ª edição do seu livro. No entanto, a actual hierarquia militar não permite que este «Capitão de Abril» faça declarações públicas. É mais uma originalidade do processo político português... Sublinhemos esta imoralidade e tomemo-la como afronta aos ideais de Abril.

Quanto ao livro é preciso dizer-lhes: não permitiremos que seja silenciado!

Lisboa, 11/4/84.

J. A. R.

Apartado 4152 — 1504 LISBOA Codex — Telef. 713209/713544

Ficha:

Título: ALVORADA EM ABRIL
Autor: Otelo Saraiva de Carvalho
Colecção: Biblioteca Ulmeiro n.º 16
Capa: Estúdio Gráfico Ulmeiro
Editor Responsável: José A. Ribeiro
3.ª Edição (1.ª na Ulmeiro, Abril de 1984)
Tiragem: 2200 exemplares
© ULMEIRO e o Autor
Impressão e Acabamentos: Tipografia «A União», Lda. — Torres Vedras
Depósito Legal n.º 5416

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Neste livro se fala
De soldados e generais.
De cabos, de brigadeiros
De furriéis e de coronéis.
De sargentos, tenentes-coronéis
Subalternos e majores.
Sobretudo, de capitães.

É dedicado,
Com o meu fraterno sentimento
De camaradagem
E admiração,
A todos aqueles
Dentre eles

Que de alguma forma contribuíram
Para que um 25 de Abril
Fosse possível em Portugal.

Eles foram «Os Capitães de Abril»
Que restituíram
Às Forças Armadas
O seu prestígio há tanto tempo perdido
E permitiram
Ao bem-amado Povo trabalhador português
Tocar finalmente
Com as mãos ambas e sôfregas
Na alvorada daquele dia
A LIBERDADE

PREFÁCIO

UM HOMEM DO (NOSSO) DESTINO

Todo o começo é involuntário
Deus é o agente
O herói a si assiste, vário
E inconsciente.

MENSAGEM

Há cento e cinquenta anos que as contradições insolúveis da vida política portuguesa se resolvem, à maneira de Alexandre, pela espada. As que nas vésperas do 25 de Abril nos diziam respeito abrangiam quarenta anos de regime antiliberal e um espaço imperial em vias de desagregação. Dos dois factores, o decisivo, como é notório, foi o último. Sem a conjunção das dificuldades africanas com as nacionais, o antigo regime poderia ter sobrevivido, senão inalterável (e ele estava já alterando-se no breve consulado de Marcelo Caetano) ao menos sob a forma de uma liberalização que a entrada no Mercado Comum e as novas regras do jogo internacional estavam exigindo. No caso mais favorável, o limite seria a famosa solução à espanhola, hoje muito aplaudida, mas que não foi possível, justamente, senão porque antes houve a solução «à portuguesa». E a solução à portuguesa não foi uma evolutiva, cautelosa e hábil mudança de cenário conduzida pela fracção mais modernista da classe dirigente e das Forças Armadas, como em Espanha, escarmentada com as aventuras imprevisíveis do vizinho, mas uma

surpreendente e fulgurante alteração de fundo e forma. Aquilo que, com delícia ou terror, se costuma designar como revolução.

Dos seus antecedentes empíricos, do encadeamento factual dos seus preparativos, do seu itinerário preciso, com a sua quota-parte de aventura, cálculo e risco, aquele que passará à História como o herói epónimo dessa Revolução incruenta nos dá conta nestas páginas. À sua maneira, sem cálculos maquiavélicos nem estratégias de político profissional que não era quando o destino da Revolução repousava em grande parte nas suas mãos, como não o será mais tarde, quando os inevitáveis profiteurs *civis do seu gesto e do dos seus camaradas lhe estenderão sob os pés os tapetes de um jogo que não era feito para ele, nem ele para esse jogo. Colocado no centro de uma acção que num dia longo alterará uma rotina que parecia eterna, Otelo Saraiva de Carvalho está mais indicado do que ninguém para desfibrar a trama daquilo que poderia ter sido apenas um golpe militar — desta vez bem sucedido — e que acabou por ser, quer isso agrade ou não, uma revolução das mais singulares da nossa História, e singular até no panorama dos movimentos revolucionários contemporâneos. A três anos de distância, em maré baixa duma boa parte das esperanças de renovação profunda que milhões de portugueses puseram na Revolução de Abril, e de que muitos não estão nem estarão nunca dispostos a abdicar, a história pormenorizada do movimento què lhe deu origem, contada e vivida por um dos seus jovens capitães, não pode deixar indiferente um público que se tornou outro, nem um país que mudou de rota e se pôs em questão por causa e através dela.*

Costuma comparar-se a Revolução de Abril a um novo 5 de Outubro. O relato de Otelo Saraiva de Carvalho — a juntar a outros já conhecidos, mas renovando-os e precisando-os — bastaria para mostrar que a comparação não se justifica. Distinguem-se os dois movimentos não apenas pelo grau de organização — o 5 de Outubro foi o tipo mesmo de movimento improvisado — como pelo contexto e pelo estatuto político-social dos seus actores. O 5 de Outubro foi uma revolução civil, *enquadrada por meia dúzia de militares, precedida de uma longa oposição republicana adentro de um quadro parlamentar que lhe dava assento nele, no interior de uma Monarquia por assim dizer «republicanizada». O que permitirá, uma vez a República triunfante, a sua latente e persistente «remonarquização», como mostra o excelente livro de Vasco Pulido Valente. A Revolução de Abril foi e só podia ser uma revolução* essencialmente militar, *pois não existia nenhuma força representativa num país quadriculado por um regime totalitário, incapaz de gerar no seu seio, como durante quarenta anos se comprovou, outra coisa que movimentos esporádicos de revolta, condenados à nascença. A única instituição que escapava, em parte, à máquina totalitária era justamente a Força Armada. Mas escapava-lhe por ser, ao mesmo tempo, o seu sustentáculo mais precioso, embora não o pudesse ter sido senão por reconhecer — ou ter reconhecido durante décadas — no regime de Salazar aquele que correspondia,* latu senso, *aos seus interesses de instituição e àqueles que pareciam os interesses gerais do País. Em semelhante sistema, a contradição com saída plausível só podia* vir de dentro, *da instituição mesma, no momento em que as contradições objectivas da sociedade portuguesa penetrassem no seu âmbito e a pusessem seriamente em causa. Foi o que aconteceu à medida que a guerra colonial acentuou no interior do País um mal-estar e reticências cada vez mais profundas, cujas repercussões afectavam pela primeira vez em larga escala a orgânica e eficácia do combate armado em África e a boa consciência, durante anos quase intacta, do conjunto da instituição militar. Tinha chegado a época da reflexão e com ela uma dúvida no centro nevrálgico do Poder. Disto não se apercebeu, ou apercebeu tarde, o poder civil, nem, com raras excepções, a hierarquia militar, que teria podido evitar o desenlace que ia varrer do palco da História uma e outro. Mas o que nem poder civil nem hierarquia militar sopesaram em termos úteis apareceu pouco a pouco, com clareza, embora através dum processo complexo, onde é difícil distinguir a lucidez política da mera revolta subjectiva, àqueles militares jovens, mais próximos da quotidiana vida do soldado, em suma, aos famosos «capitães» destinados a liderar uma Revolução que, como todas, lhes fugiria das mãos ou escaparia em breve para caminhos imprevisíveis.*

Obra de «capitães marxistas» assim a catalogou, com mais que discutível apropósito, o homem que ela afastou do Poder. O marxismo torna-se nos anos 60 uma referência ideológica genérica de parte da juventude universitária incorporada mais tarde nas Forças Armadas. Algum «marxismo» ou, mais vagamente, um efectivo espírito crítico progressista, antifascista, terá sem dúvida influen-

ciado largos estratos de militares, e um reflexo desse progressismo é notório nas linhas e entrelinhas do célebre Programa do MFA, plataforma do movimento revolucionário. Além do mais, o combate ideológico «antiterrorista», como então se escrevia a propósito das diversas rebeliões africanas, obrigara os seus teóricos a um contacto intenso com todas as formas de literatura revolucionária, e é possível que esse contacto tenha produzido frutos contrários àqueles que eram desejados. Mas basta percorrer a lista do grupo inicial do Movimento dos Capitães, pensar no que foi mais tarde o tão diverso destino político e militar dos seus membros, para concluir até que ponto essa síntese de Marcelo Caetano é grosseira, e prolonga afinal a mesma cegueira que não soube ou não pôde evitar que o impasse político português se resolvesse, uma vez mais, pelas armas. O próprio caso de Otelo Saraiva de Carvalho é exemplar. Que «marxismo» lhe pode ser creditado enquanto prepara, com os seus camaradas, o impecável movimento militar de 25 de Abril? As motivações são complexas para todos os participantes e na origem, como é sabido, de discutível conteúdo «revolucionário», o que não basta para, como é hoje banal nos meios em que denegrir a Revolução é um jogo de sociedade, esconder o essencial: quaisquer que tenham sido os motivos iniciais que transformaram uma reivindicação corporatista em contestação cada vez mais radical da situação político-militar do País, essa metamorfose só foi possível por corresponder a uma aspiração profunda do Povo português, farto de um regime totalitário, autista, sufocante, bloqueado interna e externamente.

Paradoxalmente — e será essa, para lá do folclore lírico que a celebrizou no mundo, a sua verdadeira originalidade — raras vezes uma revolução militar e de militares terá sido tão civil. Ainda hoje espanta o reflexo quase pânico que parece ter sido o de uma boa parte dos vencedores de Abril de aceitar, com as responsabilidades históricas de uma intervenção que iria abalar uma contextura de séculos, a responsabilidade plena do Poder. Tudo se passou como se o Poder, uma vez alcançado, queimasse as mãos dos que haviam chamado a si a decisão de destruir o anterior regime totalitário. Pode julgar-se este reflexo de ópticas opostas. Do que não há dúvida é que poucas vezes se terá visto um movimento militar triunfante tão desamparado ou tão complexado diante da sua própria audácia, ou simplesmente, tão democrático. Estas aparentes antinomias explicam-se duplamente: por um lado, o Movimento dos Capitães é o resultado de um impasse de ordem militar (ou político-militar), de uma impotência que só se pode reabsorver por um gesto de resgate que é ao mesmo tempo um sacrifício; por outro, a lógica interna mais profunda, tal como o documento do MFA a consigna, apontava na direcção de uma restauração democrática, o que supunha, em princípio, devolução da palavra política ao Povo português dela privado, com a cumplicidade passada das mesmas Forças Armadas.

Na linha da devolução plena dessa palavra política se processou, com as peripécias bem conhecidas, a vida política do novo regime, e com ela o apagamento político dos vencedores militares diante dos leaders civis da opinião pública, segundo as suas clivagens de classe e de interesses. Todavia, no Programa do MFA e no fenómeno mesmo do 25 de Abril, tal como foi em seguida ressentido e aclamado pelo Povo português, essa inegável vontade de democraticidade para a vida pública vinha acompanhada de uma vontade, expressa com não menos vigor, de revolução das estruturas arcaicas e historicamente injustificáveis, por injustas e ineficazes, do Portugal contemporâneo. Entre as exigências de uma e outra se tem jogado o nosso futuro de portugueses. Nela desempenhou o autor destas «memórias» um papel considerável e discutido. É muito cedo para o julgar com cabal comedimento num horizonte onde tudo foi tumultuoso e desmedido e onde a sua personalidade, singularmente contrastante e imprevisível, mas nunca em absoluto infiel à audácia e generosidade que um dia fez dele a chave da nossa Revolução inacabada mas irreversível, ocupou, para escândalo de uns e o fervor popular e populista de outros, o centro da cena nacional. Há alguma coisa de comum entre a personagem que ocupou esta cena, cuja menor palavra ou gesto sem resguardas excitou um país, e o jovem e desconhecido capitão que pacientemente, com um sangue-frio e uma candura que tocam as raias do inconcebível, foi tecendo entre o 16 de Março e o 25 de Abril os fios quebrados do que parecia condenado a mais um fracasso sem remissão?

O leitor julgará por si. Estas páginas desenham em filigrana o retrato de um Otelo antes de Otelo e completam assim uma imagem que o excesso de franqueza e mesmo de ingenuidade política que lhe são inerentes reduziu a um estereótipo insignificante, por simplista e malevolente. Aos que de Otelo Saraiva de Carvalho só

já guardam essa imagem estereotipada, de composição alheia mas também própria, estas páginas poderão mostrar, para além do percurso colectivo de uma geração de oficiais que as circunstâncias transformaram em «revolucionários», também a maneira como a História passa através dos seus agentes, como ela se serve mesmo do que sob outros planos pode parecer defeito e disso tudo amassado faz um homem do Destino. Destino seu e destino nosso, qualquer que seja o juízo que o homem público venha a merecer de um futuro que, aliás, continua em marcha.

Vence, 3 de Novembro de 1977

EDUARDO LOURENÇO

PARTE I

DE 1954 A 1974: EM QUE MEDIDA A PORTUGUESA HISTÓRIA RECENTE CONTRIBUIU PARA A FORMAÇÃO DO «MOVIMENTO DOS CAPITÃES»

1. «A PROLETARIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS»

Em 16 de Março de 1974, após levantamento e posterior rendição do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha, o Governo de Marcelo Caetano pensou ter liquidado a erosão que se verificava no interior do seu principal sustentáculo, as Forças Armadas. Era um enorme rasgão na «cortina da ordem» do Regime, que o Governo julgava ter remendado com eficiência, rematando, como ponto final, com um tranquilizador comunicado ao País.

O Movimento dos Capitães, iniciado em 1973, tinha no entanto raízes mais profundas, insuspeitáveis talvez aos olhos de um Regime, velho de quarenta e oito anos, que embora habituado a inúmeras insubordinações, revoltas e intentonas tinha confiança no «seu Exército». Em alguns meses, a partir de reivindicações de carácter profissional dos capitães do Exército, o Movimento estender-se-ia a outras patentes, à Força Aérea e à Armada, para finalmente vir a ser, vitorioso em 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas.

Após a Segunda Guerra Mundial verificou-se uma gradual mudança na origem social da oficialidade portuguesa. A sociedade capitalista americana, rompendo na esteira vitoriosa dos aliados sobre o militarismo nazi-alemão, impunha-se à tradicional sociedade de valores em que se estruturava a velha Europa. O juiz, o professor universitário, o oficial de carreira, eram relegados para plano subalterno nas escalas sociais. O capital passava a ser factor preponderante e determinante das boas posições na sociedade. A burguesia capitalista florescia e passava a desdenhar, para os seus filhos, a carreira militar. O brilho dos galões e dos botões dos uniformes

(a tal miséria dourada...) não compensava de forma alguma a modéstia dos vencimentos auferidos pelos oficiais.

Talvez este seja o primeiro factor a permitir uma futura tomada de consciência por parte dos capitães. A carreira militar, desde sempre circunscrita a jovens oriundos da alta e média-burguesia que terminavam o seu sétimo ano do liceu, abre-se, na década de 50, como possibilidade de ascensão social para elementos das camadas mais proletarizadas, alguns filhos de operários, outros de pequenos camponeses vindos da província e muitos filhos de sargentos e de agentes de forças militarizadas.

Anteriormente, era raro que um elemento de origem proletária desse entrada na Academia Militar. A partir de 1958, porém, passa a oferecer-se, naquele estabelecimento, ensino e fardamento gratuitos e soldos de trezentos e cinquenta e quatrocentos e cinquenta escudos aos cadetes-alunos, o que, embora simbólico, era suficiente para os cigarros e o fim-de-semana.

Para muitas famílias modestas, vivendo ainda na ressaca do pós-guerra, abria-se assim uma possibilidade de dar aos seus filhos acesso fácil a um curso classificado como superior e a uma carreira, ainda perante elas, prestigiada. Um bom «meio de vida» sem grandes preocupações no horizonte...

Não terá sido este o motivo que me levou a abraçar a carreira militar. Nascido numa família pequeno-burguesa de funcionários públicos, nunca senti, na minha infância e juventude, dificuldades financeiras. Terminado o sétimo ano do liceu em 1955, em Lourenço Marques, e tendo obtido uma bolsa de estudo para frequentar na Metrópole um curso superior, punha-se-me a dificuldade da escolha da profissão. Um certo talento e o prazer profundo que tinha em fazer teatro levaram-me a preferir recusar a bolsa e a pedir a meu pai apoio financeiro para cursar o *Actor's Studio* em Nova Iorque, pois não me seduzia a matrícula no Conservatório Nacional de Lisboa.

A recusa foi terminante. O trauma causado pela morte prematura de meu avô paterno, actor e empresário teatral, durante uma *tournée* por Angola, e a situação difícil em que ficara a família[1], haviam deixado cicatrizes fundas. Resignei-me. E negando-me ao mergulho afoito em qualquer dos cursos superiores que mais vulgarmente seduziam os jovens ultramarinos e para os quais não me sentia de forma alguma vocacionado, acabei por optar, motivado pela argumentação sólida de meu avô materno, pelo curso da Escola do Exército.

[1] Meu pai, que nesse ano, 1930, com dezassete anos, concluía o Curso Geral dos Liceus, viu destruído o seu sonho de se matricular na Escola Naval e foi obrigado a seguir para Lourenço Marques, a fim de conseguir um emprego como auxiliar dos CTT, que lhe permitiria amparar economicamente a mãe e dois irmãos mais novos.

A minha primeira experiência de aproximação com a vida militar não fora, no entanto, das mais promissoras. Engajado aos dezoito anos, obrigado pela lei, na instrução das milícias da Mocidade Portuguesa em Lourenço Marques, fui «chumbado» no final do ano pelo meu instrutor, um primeiro-sargento «durão», João José Nunes Cavaco, que fui encontrar dezoito anos depois, como capitão do SGE, em serviço na Academia Militar sendo eu aí major. Na informação final por ele prestada a meu respeito e corroborada pela chancela do meu comandante de companhia de milícia, capitão Nuno Viriato Tavares de Melo Egídio[1], o anátema: «Não tem qualquer vocação militar»! Isto só porque, não levando aquilo a sério, eu gozara fartamente. Mas valera bem a pena!

No entanto o meu avô, velho capitão reformado do Quadro Ultramarino que aos dezassete anos, pequeno camponês da Beira Baixa, assentara praça como soldado voluntário[2], fez crescer em mim verdadeiro entusiasmo pelos ideais de coragem, lealdade, verdade, honestidade e carácter que definiam a formação de um oficial, criando nele uma estrutura humana e vertical que escapava à selva competitiva da «cunha», do compadrio, da promoção da incompetência, que caracterizava a vida civil.

Ficou encantado, meu pai, com esta minha decisão de recurso. Compreendi mais tarde que à sua origem e formação pequeno-burguesas agradava sobremaneira imaginar o seu único rapaz bem encaixado na vida, com categoria de primeiro-oficial logo após um

[1] Vinte anos depois, ele brigadeiro e eu general graduado, comandamos, respectivamente, o AMI (Agrupamento Militar de Intervenção) e o Copcon, que desaparecerão em 25 de Novembro de 1975. Melo Egídio, porém, é hoje o general vice-chefe do Estado-Maior do Exército, após uma carreira militar e política toda ela desenvolvida em Moçambique, onde foi, durante muitos anos, governador de distrito.

[2] Estava de serviço em reforço de guarda, como sentinela, na EPI (Mafra), em 4 de Outubro de 1910, quando rebentou a revolução republicana que fez cair a Monarquia.

curso que se tirava «com uma perna às costas» e que lhe permitiria viajar desde alferes em primeira classe nos paquetes nacionais e gozar, em comissões nas colónias, o ripanço de uma vida sem problemas a troco de um vencimento jeitoso, o qual lhe dava a possibilidade de amealhar uns cobres para o futuro. Ele, pai excelente e amigo, ambicionava para mim a estabilidade e o desafogo que lhe haviam sido negados.

Fui assim encontrar na Escola do Exército companheiros que como eu não só não provinham da média ou alta-burguesia como, pelo contrário, eram oriundos de estratos pequeno-burgueses ou mesmo do proletariado rural. Viria a saber mais tarde que esta diferente origem de classe dos cadetes desde logo preocupou os mais atentos defensores do regime fascista. Kaulza de Arriaga, realista e profundo conhecedor do *métier*, personalidade marcante do Regime, subsecretário de Estado da Aeronáutica do Governo de Salazar e, mais tarde, comandante-chefe das Forças Armadas em Moçambique, alertava o Governo, num seu relatório de 1960, para o grave risco que a «proletarização das Forças Armadas» poderia vir a constituir para o Regime quando os jovens cadetes, oriundos de classes sociais mais baixas, chegassem a oficiais com funções de comando.

A concepção profundamente elitista de Kaulza levara-o a este pronunciado exagero. Proletários seriam os pais de muitos futuros oficiais das Forças Armadas que nessa época assentaram praça na Escola do Exército. Ascendiam estes, isso sim, de uma origem proletária a uma classe social encaixada nos estratos pequeno-burgueses. Mas, para Kaulza de Arriaga, este pequeno-aburguesamento das Forças Armadas ao nível dos seus quadros assumia foros perigosos de proletarização!

Com a publicação, em 1954, do Estatuto do Indigenato e da Lei Orgânica para o Ultramar, as colónias passaram a ser consideradas «províncias ultramarinas em vias de assimilação». O despertar do anticolonialismo começava, de imediato, a produzir os seus efeitos.

Ao assentar praça como cadete-aluno, em 1955, na então Escola do Exército, beneficiava já da classificação de *português de primeira* e não de *segunda*! E provinha de uma *província ultramarina* e não da *colónia* de Moçambique. O Regime procurava adaptar-se às circunstâncias.

A PIDE exercia então, em Lourenço Marques, intensa actividade de vigilância e repressão. E o liceu, que eu ouvia citar por alguns, orgulhosamente, como o maior centro intelectual comunista da África Austral, era um dos seus alvos preferidos.

Julgo que havia ali muita bazófia. Mas é um facto que muitos daqueles que na década de 50 terminaram o seu curso liceal em Lourenço Marques, foram engrossar enormemente, mais tarde, a coluna dos perseguidos pela ditadura, dos exilados, dos presos políticos e dos desertores da guerra colonial.

Creio que a estatística não foi feita, mas é grande a percentagem destes companheiros em relação ao total dos alunos que, abandonando Moçambique, vieram continuar os seus estudos superiores na Metrópole. Muitos deles estão hoje radicados em terras estrangeiras, onde desenvolvem as suas actividades profissionais. Alguns pertencem aos quadros políticos superiores da Frelimo e do Governo da República Popular de Moçambique.

A carreira profissional por eles escolhida levou-os para caminhos mais fáceis de politização e de combate intelectual contra o Regime. A minha escolha enquadrou-se no *establishment*, encarcerou-me na redoma da instituição militar, afastou-me de vivências e contactos que me teriam permitido uma mais fácil aquisição de estrutura política através do conhecimento teórico. Não destruiu nem secou, no entanto, a semente da revolta contra o sistema. A partir de determinada fase da minha vida profissional, criei a convicção profunda de que só no interior do Exército, e não fora dele, teria a possibilidade de contribuir para uma alteração profunda da situação que se vivia em Portugal.

Naquele tempo, ter em casa, bem guardada, a trilogia dos *Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado, era considerado crime grave. A PIDE fazia buscas, fomentava denúncias, chegava a ir directamente ao liceu realizar detenções. Curiosamente, daqueles amigos em quem reconhecíamos as melhores qualidades intelectuais.

Pessoalmente, nunca fui molestado, embora me tivesse empenhado fortemente na defesa de camaradas presos para averiguações. Alguém me disse um dia que tinha visto a minha ficha na PIDE e que ela me assinalava apenas como «democrata puro». O que nunca cheguei a saber se era verdade ou, sendo, o que é que com isso queriam dizer.

O desmoronamento do «império» (vocábulo que começava também a desaparecer da terminologia oficial) tem início por essa época, quando em 1959 Nehru ordena a ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. E será só quinze anos mais tarde que terei oportunidade de participar, com a minha quota-parte, na responsabilidade de restituição da liberdade a milhões de seres que, secularmente, vinham sendo submetidos à tirania e à exploração sob diferentes formas.

Esses anos foram extraordinariamente ricos em acontecimentos políticos que abalando o regime salazarista implantado em 1926, minando gradativamente a sua estrutura aparentemente sólida, foram criando condições históricas de consciencialização para que em 1974 algumas centenas de jovens oficiais das Forças Armadas movimentassem em todo o País os milhares de homens que comandavam e em poucas horas derrubassem um regime ditatorial de direita, velho de quarenta e oito anos.

Esses jovens, que terminado o sétimo ano do liceu ingressaram na Escola do Exército-Academia Militar entre 1950 e 1970, vieram a constituir gerações sacrificadas de oficiais. A guerra colonial, iniciada em Angola em 1961 e depois propagada a outros teatros de operações em África, era imprevisível para aqueles que assentaram praça entre 50 e 60, constituindo um choque que iria abalar estruturas individuais e colectivas em todo o País ao longo de treze anos. Mas ela permitiu também o enriquecimento da formação pessoal e a acumulação de novas experiências para centenas de milhares de homens. A par, por outro lado, do cortejo lamentável e tenebroso de mortos, de estropiados, de traumatizados físicos e psicológicos de toda a ordem, de lares desfeitos ou amargurados.

Os homens são muito mais influenciados na sua conduta, nas acções que praticam e nas atitudes que tomam pelas experiências que vão acumulando ao longo da sua vida, na vivência com outros homens, outros lugares, outros costumes, do que por uma base teórica de conhecimento que a leitura, sendo rica, lhes pode proporcionar mas faz carecer de realidade por ausência de aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos.

Dentre todos os portugueses que, integrados ou não nas Forças Armadas, viveram a guerra colonial com maior ou menor participação, haverá alguns, por certo, que mais apegados a serôdias tradições

e a um passado histórico nacional tantas vezes adulterado pelos cronistas serão ainda hoje levados a perguntar: *mas de que valeram, afinal, tantos sacrifícios e os mais de sete mil mortos e trinta mil feridos e incapacitados em treze anos de manutenção do estado de guerra em África?* Estes, os acérrimos defensores da continuidade da guerra até às últimas consequências, da guerra pela guerra, nunca subiram ao alto de uma montanha. Os seus horizontes estreitos não lhes permitem acompanhar, a passo firme, a História dos povos.

Nunca cuidaram de inquirir a si próprios o *porquê* e o *para quê*, o *por quem* e o *para quem* dessa guerra absurda. A fuga na resposta a estas perguntas permitiu a criação da OAS na Argélia e em França, em 1957, e do ELP/MDLP em Portugal e Angola, em 1974. A procura e o encontro da resposta a tais interrogações constituíram poderoso factor de mobilização e mentalização de muitos outros homens para algo de tão importante para este país e para o Mundo como o 25 de Abril de 1974.

Ao mencionar, de forma breve e cronológica, os acontecimentos que ao longo desses vinte anos mais me marcaram e nos quais, persistentemente, elementos das Forças Armadas tiveram acção determinante, julgo poder contribuir para uma melhor compreensão do «fenómeno MFA», pois que muitas das minhas experiências e reacções perante factos que a História nossa contemporânea nos permitiu conhecer e acompanhar serão decerto comuns às gerações de oficiais que, a partir de 1950, ingressaram na então Escola do Exército.

2. «O GENERAL SEM MEDO»

É a partir de 1956 que se inicia e se mantém um permanente estado de tensão entre o Regime e os estudantes universitários. Após alguma agitação verificada nas associações de estudantes, o Governo toma medidas legais tendentes a bloquear a sua acção, o que provoca vigorosa reacção por parte da oposição estudantil. Esta obtém uma

vitória parcial, não se verificando a entrada em vigor do decreto-lei[1] promulgado, o que, afinal, incentivará as intervenções por parte do Poder.

Em 5 de Outubro desse ano, a convite de um primo em quem admirava a opção marcadamente progressista, compareci, fardado de cadete, a um jantar de republicanos no Restaurante Conde Redondo, presidido por António Sérgio. Recordo a emoção que me assaltou por poder estar em contacto, naquela noite, com algumas figuras gradas da Oposição, da resistência, da democracia portuguesa.

Em contraste, a atitude de meu avô ao conhecer o facto constituiu para mim motivo de surpresa e incredulidade. Anti-salazarista ferrenho, o temor pela minha sorte assaltou-o, na convicção imediata de que a PIDE rapidamente chegaria até mim obrigando-me à expulsão da Escola do Exército. Tal não aconteceu, porém, mas meu avô pediu-me, de lágrimas nos olhos, que tão cedo não voltasse a meter-me noutra. A polícia política era realmente aterradora.

As ilusões que em mim ainda persistiam foram fortemente abaladas, quase totalmente destruídas, em 1958. Foi ano de eleições para a Presidência da República. Sabíamos que Craveiro Lopes, tendo entrado em choque com Salazar mercê de algumas atitudes verticais, não seria reeleito. O que se confirmou com a apresentação, pela União Nacional, do seu candidato, o almirante Américo Tomás, ministro da Marinha do Governo de Salazar havia já catorze anos!

Humberto Delgado, na origem oficial de Artilharia e ao tempo o mais jovem general das Forças Armadas, piloto-aviador no activo, antigo adido militar e aeronáutico em Washington, que havia desempenhado elevadas funções na Legião Portuguesa, director-geral da Aeronáutica Civil em 1958 e, antes, grande admirador de Salazar e defensor intransigente da Ditadura, foi escolhido pela Oposição de centro-esquerda, por pressão de António Sérgio, para candidato à Presidência.

---

[1] Refiro-me ao famoso Decreto-Lei n.º 40 900, que instaurava uma tutela estreita às associações de estudantes do ensino superior. O ministro da Educação procurava assim bloquear por completo a sua acção. A partir da década de 50, os estudantes das universidades constituíram o foco mais vivo da rebelião contra o Regime e o mais difícil de domesticar. Falhou por completo a política oficial de promover centros da Mocidade Portuguesa dentro das universidades. Mas em contrapartida o Governo proibiu todos e quaisquer contactos com organizações internacionais e dissolveu ou manteve sob estreita vigilância, através de decretos, as organizações estudantis.

Foi enorme o entusiasmo com que, na Escola do Exército, acompanhámos a campanha do general. Exaltava-nos a extraordinária movimentação popular que o seu dinamismo e a sua mensagem de esperança arrastavam. Face ao carisma que Delgado começava a representar para as massas, o Partido Comunista desistiu do seu candidato, o Dr. Arlindo Vicente. E o general passou a ser o único representante da Oposição, levando até ao fim a sua candidatura, conhecendo de antemão a ausência de liberdade de voto e a impossibilidade que haveria de controlo efectivo das urnas.

O extraordinário acto de coragem e de opção de Humberto Delgado foi de marcante importância na vida política do País. Despoletou a segunda grave crise política do Regime, demonstrou as dissensões existentes no seu seio e fez com que, em definitivo, caísse a máscara que a Ditadura mantinha afivelada, apesar das eleições anteriores, de 49 e 51.

Lembro-me da revolta com que meu avô me contou que, tendo ido votar, assistira atónito à cena degradante de o governador militar de Lisboa, general Valente de Carvalho, antigo comandante-geral da Legião Portuguesa, mandar abrir a urna da assembleia onde votava e nela descarregar um enorme braçado de votos favoráveis a Tomás, dizendo descaradamente: «Se for necessário, vou buscar mais uns milhares!»

Vi a repressão junto de mim. Assisti, da janela do lar universitário onde minha noiva residia, à montagem do cerco da GNR a cavalo à Praça José Fontana, durante um comício de Delgado no Liceu Camões. Vi as sabradas desferidas pelos guardas nos populares que, ávidos, pretendiam furar o cerco para ver de perto e vitoriar o seu candidato.

Eu estava fardado. E se bem que mirado, de cima, com ar insolente e duro, pude regressar à Escola do Exército passando entre dois cavalos sem ser molestado.

Discutimos entre nós, cadetes, longa e apaixonadamente, as eleições presidenciais. Acreditávamos que o general tinha inteira razão ao proclamar que havia sido ele o verdadeiro eleito pelo povo e não o candidato imposto pelo Regime, apesar de os números oficiais lhe darem apenas um quarto do total dos votos e uma ou outra vitória pontual.

Impressionava-nos fortemente o tratamento que os órgãos de informação davam ao candidato da Oposição, ao verdadeiro candidato popular. De oficial general altamente condecorado e louvado enquanto figura afecta à Ditadura e proeminente no Regime, passava , sem transição, a ser o maior dos biltres, um canalha desclassificado, um palhaço, alvo das mais torpes injúrias quando frontalmente se opunha ao ditador Salazar.

A repressão que posteriormente se abate sobre os opositores ao Regime e os partidários de Delgado, a demissão deste, o seu asilo político na Embaixada do Brasil seguido de homizio neste país e na Argélia e o exílio a que é obrigado D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, por motivo da carta que escreve a Salazar insistindo em mudanças de método e política governamentais, deixavam dentro de muitos de nós a semente da insubmissão e da revolta. E também a angústia presuntiva que se nos enraizava de que só pela força seria possível destruir um tal Regime. Um conforto: estando por dentro da força que suportava a Ditadura, não seríamos tão facilmente abatidos. E, quem sabe, poderiam vir a criar-se condições para que um dia essa força fosse utilizada em sentido certo...

O que hoje conheço dos homens políticos portugueses, das suas fraquezas e ambições, de algumas espectaculares mudanças de atitude política de antes para depois do 25 de Abril, leva-nos a considerar ter sido Humberto Delgado, apesar de tudo, um homem afortunado.

Ao ser assassinado em 13 de Fevereiro de 1965 pela polícia política ao serviço do regime salazarista, ao qual se opusera com tanto empenho, morreu como um herói. Não há homem político de qualquer quadrante que se jacte de democrático nem crónica hodierna que não lhe façam, quando do general se recordam, os maiores encómios. Humberto Delgado morreu, é ponto assente, com a auréola de um herói da resistência contra o fascismo na História moderna portuguesa.

Mas se fosse vivo, considerando tantos exemplos conhecidos que nem vale a pena citá-los, em que zona do leque político português, tendo em conta os seus antecedentes, se situaria hoje «o General sem Medo»?

3. PELA PRIMEIRA VEZ, «O MEIA-NAU»

Nesse mesmo ano, aproveitando uma boleia de duas jovens francesas que se encontravam alojadas no lar universitário onde minha noiva residia, desloquei-me a Paris durante as férias grandes para, a partir daí, atingir Londres e depois Bruxelas, onde me extasiei com a Exposição Mundial que nesse ano ali foi organizada.

A viagem foi longa. O *Citröen 2 CV* que uma delas conduzia não nos permitia a cobertura de grandes etapas diárias. Demorámos cerca de uma semana a atingir Paris, o que nos deu tempo de sobra para discutirmos sobre temas políticos dos respectivos países.

Uma das raparigas tinha terminado um curso universitário na Sorbonne e aproveitara a sua permanência em Portugal para escrever uma tese sobre os moinhos de vento portugueses. A outra era casada com um médico veterinário que prestava serviço militar, como oficial, em comissão na Argélia.

Era o ano do famoso referendo de De Gaulle sobre aquela colónia francesa do Norte de África. E lembro-me da ansiedade que as duas moças demonstravam em chegar a Paris a tempo de colocar o seu voto na urna, favorável à autodeterminação argelina.

Passei uma semana em Paris. Deambulando pelas ruas, pelos museus, pelos cafés, pela Cidade Universitária, tive oportunidade de contactar com muita gente. E magoava-me a expressão condescendente de quase desprezo que via surgir no semblante do francês da rua quando verificava a minha qualidade de português e de oficial do Exército em formação.

Parecia-me conseguir explicar esta atitude por duas razões fundamentais: ser cidadão de um país ensombrado pela existência de uma ditadura fascista que oprimia o povo e, secundariamente, ir enquadrar-me voluntariamente no aparelho de repressão que o Regime mantinha como seu sustentáculo.

Não seriam muito convincentes as minhas afirmações de que não admitiria nunca ser agente consciente de qualquer acção repressiva sobre o Povo do meu país, ao serviço de quem quer que fosse. E um irritante ar de mofa contrapunha-se, por sistema, à veemência das minhas afirmações, em teimosa defesa dos ideais que definiam a carreira militar.

A acalmia aparente que se seguiu à campanha de Humberto Delgado foi cortada abruptamente, em Março de 59, pela chamada Intentona da Sé. Recordo-me de que na noite de 11, a equipa de basquetebol da já então Academia Militar, em que eu estava integrado, disputava um jogo no Instituto Superior Técnico, a contar para o Campeonato Universitário. Tínhamos uma prova para classificação na disciplina de Tiro de Artilharia marcada para a manhã do dia 12. Íamos deitar-nos tarde, extenuados, após um desafio que se previa duro, e não dispúnhamos da noite para estudar.

Em face disto, desloquei-me à Pastelaria Açoriana e pedi ao chefe de curso que providenciasse junto do professor no sentido de ser adiada a prova marcada para o dia seguinte. E segui para o local do jogo com o credo na boca.

Ao intervalo, um camarada que se deslocou ao ginásio do Técnico chamou-me de lado para me dizer que o chefe de curso, ao telefonar ao professor, recebera deste a resposta, tão imediata quanto inesperada: «Com certeza, ó Branco, o ponto fica adiado obrigatoriamente *sine die*. Isto porque, neste momento, estão aqui em minha casa dois agentes da PIDE que me vão levar preso para Caxias ou para a Trafaria, ainda não sei bem.»

Apanhado de surpresa, o chefe do curso balbuciara um vago agradecimento e desligara. E espalhara rapidamente a notícia, chocante e brutal.

Admirávamos e estimávamos o major Pastor Fernandes. Sabíamo-lo de «ideias avançadas», mas nunca da sua boca ouvíramos a menor alusão de crítica ao Regime. Era pois um espanto sabê-lo profundamente comprometido num golpe militar e civil para o derrubar. A nossa admiração por ele cresceu enormemente, e acompanhámos, emocionados, os trâmites da sua manutenção em regime prisional, julgamento e, praticamente, «deportação» posterior para Timor, no desempenho de funções de 2.º-comandante militar. Ia, apesar de tudo, moralizado à partida, feliz por se ter sentido acompanhado por alunos e camaradas que não o abandonaram naquele transe. No entanto, a permanente vigilância a que era sujeito pela PIDE em Timor levou a que a sua amizade e presença constante junto do cônsul australiano em Díli fosse para aquela polícia motivo para alarme e denúncia e implicasse o seu regresso a Lisboa e a passagem compulsiva à situação de reserva, ordenada por um seu

camarada de curso, Joaquim Luz Cunha, coronel, então em funções de ministro do Exército.

Concluímos em 1959 o nosso curso na Academia Militar e fomos promovidos a aspirante a oficial. Na Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas, onde frequentámos o nosso tirocínio, fizemos boa figura (o curso foi considerado dos de melhor nível técnico dos últimos anos) e conhecemos bons oficiais. A craveira média era muito aceitável e de uma forma geral todos os instrutores demonstravam excelentes qualidades e excepcional dedicação pelo serviço. Salvo uma ou outra burocracia ou norma de execução que nos parecia antiquada, despropositada ou mesmo ridícula, considerávamo-nos, no fim do tirocínio, bem apetrechados, tecnicamente, para o desempenho das nossas futuras missões como oficiais de Artilharia. Ainda não prevíamos, claro, que dois anos mais tarde, totalmente desligados da nossa especialidade artilheira, palmilhássemos os matos angolanos no comando de pelotões de infantaria! Pela minha parte, devo confessar que nunca mais, desde então, mexi num obus ou peça de artilharia de campanha! E já lá vão dezassete anos!

Em Agosto de 1960, finalizando o nosso tirocínio, participámos em manobras no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, as últimas que antes de todo o largo período da guerra colonial que se iria seguir ali tiveram lugar. Foram-nos distribuídas as mais diversas funções, cabendo-me o cargo de adjunto de um comandante de bateria que não sabia bem o que fazer de mim. Parecia-me bom homem, mas totalmente desligado da problemática militar que ali se pretendia exercitar no terreno, o que me concedeu largas possibilidades de meter o nariz em muita coisa e procurar apreender o que existia para lá das cartas topográficas, das tábuas de tiro e das *Instruções Gerais de Tiro de Artilharia*.

Foi assim que assisti um dia, jovem aspirante de olhos e ouvidos bem abertos, a um *briefing* na enorme tenda do Estado-Maior da brigada, com a presença do comandante desta. Era um coronel tirocinado. Alto, ombros direitos, o rosto duro, de lábios cerrados. De luvas, pingalim e capa. Sua Excelência sentou-se num pequeno banco de campanha, frente ao mosaico das cartas de situação cobertas a mica, e ouviu, de semblante atento e conhecedor, afagando o queixo barbeado, as explicações do seu chefe de Estado-Maior sobre a evolução da situação no terreno. Mas quando, para não dar parte de fraco,

decidiu intervir e fazer afirmações, toda a marcialidade e solidez do quase general de brigada, comandante das «forças amigas em operações», se desfez, num ápice, perante mim. Depois de meia dúzia de bacoradas proferidas em tom catedrático e sapiente, cautelosamente rebatidas pelo chefe de Estado-Maior sob o sorriso complacente de alguns, o riso contido de outros e a minha inteira estupefacção, Sua Excelência, imponente, retirou-se. O homem não tinha a mínima noção do que estava a passar-se! «São então estes os generais que nós temos e que vamos continuar a ter?», interroguei-me.

Quis saber, aflitivamente, quem era. Todos lhe chamavam «o Meia-Nau». Porque só tinha proa, diziam. Vou encontrá-lo muito mais tarde, general de quatro estrelas e ministro da Defesa e do Exército, depois de passar por Angola como governador-geral. Horácio José de Sá Viana Rebelo aufere hoje, na situação de reserva, uma excelente pensão, já melhorada no pós-25 de Abril, de 24 800$00. Para além do «tacho» civil que eventualmente possa segurar...

4. «PARA ANGOLA, RAPIDAMENTE E EM FORÇA»

As décadas de 50 e 60 foram também cenário da independência conquistada por inúmeros países africanos. E, no que às populações negras das então chamadas províncias ultramarinas portuguesas dizia respeito, constituíram por certo exemplos estimulantes as lutas pela libertação e a independência alcançada, entre outros, pelos povos guineense, argelino, gabonês e congolês, conduzindo ao ataque armado de várias centenas de militantes do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), chefiado pelo Dr. Mário de Andrade, contra prisões, quartéis e estação emissora de Luanda em 4 de Fevereiro de 1961.

Era o início da «guerra colonial», que se iria prolongar em três frentes — além de Angola, a Guiné, com início em 1963, e o Norte de Moçambique, a partir de 1964 — até 25 de Abril de 1974 e que

tão vastíssimas implicações de ordem social, política e económica viria a ter no futuro do País.

Em 22 de Janeiro de 1961, quando já usava, havia três meses, os galões de alferes e me encontrava em exercícios finais de instrução, bivacando com os meus instruendos de artilharia antiaérea e de costa na zona do cabo Raso, entre Cascais e o Guincho, fui surpreendido pelas notícias da captura do paquete *Santa Maria*, realizada por um grupo de exilados políticos chefiados directamente pelo capitão Henrique Galvão, que rebaptizara o navio com o nome de *Santa Liberdade*.

Claro que os jornais da época, como era tradicional, acoimavam Galvão com os piores epítetos, colocando-o a par dos mais ferozes flibusteiros e considerando a acção um acto isolado de pura pirataria.

Soubemos no entanto, apesar do apertado controlo da censura, que a operação tivera a superior aquiescência de Humberto Delgado e que se ligava estreitamente com a revolta latente em Luanda, para onde o paquete deveria ter rumado após a aventura no mar do Caribe. Tal como acontecera na campanha de Delgado, a falta de isenção e de verdade por parte do Regime na exploração do acontecimento, ridicularizando e invectivando de maneira ignóbil os seus opositores e elevando à categoria de herói nacional, medalhado com a mais alta condecoração portuguesa, a Torre e Espada, o oficial piloto Nascimento e Costa, foi para nós motivo de descrédito e revolta.

Em 15 de Março rebentou a insurreição no Norte de Angola, na zona do Quitexe. Sob instigação do Congo-Leopoldville (depois Kinshasa) e, em certa medida, dos Estados Unidos, e a direcção de um outro movimento, a UPA (União dos Povos de Angola), chefiada por Holden Roberto, tribos negras chacinaram selvaticamente, em três dias, dois mil brancos, entre fazendeiros e suas famílias, indiscriminadamente.

A resposta do Governo português não se fez esperar. Operações imediatas de «dimpeza» por parte das tropas portuguesas que já se encontravam, embora em reduzido número, em Angola, auxiliadas por colonos e muitos indígenas «fiéis», dizimaram milhares de negros em aldeias e provocaram a fuga de muitos outros milhares, que procuraram refúgio no vizinho Congo.

Em Abril, fora das maquinações de bastidores, tomámos conhecimento de um golpe de Estado que visava a destituição de Salazar por parte de altas patentes das Forças Armadas, que advogavam, desde logo, uma solução política para o problema de Angola e se insurgiam contra a repressão desencadeada.

O golpe, que ficou conhecido como a «Abrilada de 61», falhou devido à indecisão dos chefes e ao complexo, sempre presente nos militares, da guerra civil. Da «Abrilada» resultou: o reforço da posição política do coronel Kaulza de Arriaga [1], que, subsecretário de Estado da Aeronáutica, advogava sem reservas a defesa intransigente do Ultramar e se assumiu como o principal responsável pela contenção do golpe e, portanto, pelos treze anos de guerra colonial que se iriam seguir, com todo o seu cortejo de horrores, mortes e destruições; a destituição dos seus cargos do general Botelho Moniz, ministro da Defesa Nacional, coronel Almeida Fernandes, ministro do Exército, coronel Costa Gomes, subsecretário de Estado do Exército, e general Beleza Ferraz, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e, posteriormente, a passagem à situação de reserva, a seu pedido, do general Albuquerque de Freitas, chefe do Estado-Maior da Força Aérea; e a acção determinante de Salazar, que se autonomeia ministro da Defesa e toma a decisão, acolitado por Adriano Moreira, subsecretário de Estado da Administração Ultramarina e, logo depois, ministro do Ultramar, de enviar para Angola grandes contingentes militares, de acordo com a sua célebre frase «para Angola, rapidamente e em força».

Assim, gorada uma possibilidade de solução política e pacífica para o «problema do Ultramar» devido à acção frouxa e tímida da cúpula militar, verifica-se, a partir desse mês, a mobilização maciça e o embarque em meios aéreos e navios comerciais fretados, de batalhões e companhias independentes, que, desembarcando em Luanda, se vão espalhar pelo Norte de Angola em acção de quadrícula, antepondo às formas de actuação primárias e às catanas e canhangulos dos guerrilheiros do MPLA e da UPA, as técnicas de combate contra-guerrilha aprendidas por oficiais portugueses em estágios na Argélia e as espingardas *Mauser*, as pistolas-metralhadoras *Uzi*, as metralhadoras ligeiras *Bren* e *Madsen*, a curto prazo substituídas pelas espingardas automáticas *FN*, que no Congo haviam sido utilizadas pelos Belgas e constituíam excedente de guerra.

[1] É hoje, como general na situação de reserva, o presidente de uma associação política de extrema-direita, o MIRN (Movimento para a Independência e Reconstrução Nacional).

Todo o meu curso, em todas as armas, foi mobilizado. Éramos os mais recentes alferes do Quadro Permanente, promovidos em Novembro de 60. Fomos, na esmagadora maioria, a desempenhar funções de comandante de pelotão e adjuntos do comandante, integrados em unidades tipo companhia de infantaria. E partíamos, ufanos, de peito pra fora, barriga pra dentro, botas engraxadas, de uniforme de caqui amarelo, orgulhosos da missão que íamos cumprir em defesa do sagrado «torrão pátrio» que os nossos maiores tinham conquistado havia quatrocentos anos, contra os «terroristas, os insurrectos, bandos de rebeldes cujos chefes, manipulados por Moscovo, mereciam severa lição».

5. «OLHO POR OLHO. DENTE POR DENTE...»

Embarquei em 3 de Junho de 1961, integrado numa companhia independente. Na total ignorância do que eram, já na altura, as cidades mais importantes das antigas colónias portuguesas, muitos dos soldados estavam absolutamente convencidos de que teriam que desembarcar em Luanda armados até aos dentes, pois mal pusessem pé em terra seriam assaltados pelos «terroristas», de mistura com leões, tigres e jacarés às dúzias. Não estabeleciam grande diferença.

Ficaram deslumbrados com a cidade. Apesar de ela estar ainda longe de sofrer o súbito surto de progresso que os anos de guerra, a partir de 61, lhe viriam proporcionar e que levaram os mais realistas a considerar seriamente a hipótese de erguer um monumento ao «terrorista», que tinha obrigado finalmente o Governo Central a dirigir a sua atenção para a terra abandonada de Angola.

Era difícil, sobre eles, exercer o controlo. Esgueiravam-se das instalações vastas da zona do aquartelamento e espalhavam-se pela cidade

em bandos, observando extasiados outras gentes, outros costumes, as vitrinas exóticas das lojas. Quando queríamos formar os pelotões para instrução, não conseguíamos reunir metade. Mas compreendíamos e aceitávamos. O horror e o nojo da destruição e da morte esperavam-nos a poucas centenas de quilómetros dali.

No entanto, fui obrigado, uma tarde, a formar todo o pelotão sem faltas. O assunto era sério e, para mim, odioso. O capitão havia-nos lido, em tom grave, uma «norma operacional» dimanada do Quartel-General, obrigando a que, pagando terror com terror, as nossas tropas cortassem as cabeças dos guerrilheiros abatidos durante os recontros que tivessem lugar e as espetassem em paus à beira das picadas. Para dar o exemplo.

Recusara-me, de imediato, ao cumprimento de tal ordem. Porquê? Porque a considerava ilegítima. Ninguém me podia obrigar a cumprir tal determinação e eu não podia, de forma alguma, impor aos meus homens semelhante iniquidade. O capitão concordara. E pediu-nos então que verificássemos se havia, nos pelotões, pessoal voluntário para o cumprimento de tais missões.

Feita a exposição do assunto, com a cara amarrada que a situação exigia, mal eu tinha acabado de perguntar se havia alguém que fosse voluntário para tal trabalho vi que a maioria dos soldados erguia o braço, impante de alegria.

Fiquei chocado. E reagi violentamente a tal atitude. Percebi depois, mais calmo, que a venenosa propaganda derramada pelos órgãos de informação controlados pelo Governo produzira de facto os seus efeitos sobre aqueles milhares de jovens que partiam, amontoados nos porões dos navios como cabeças de gado, em nova cruzada contra os «infiéis».

Felizmente, o contacto permanente com as populações do interior, os exemplos viris de dignidade dos nativos e da indignidade de muitos brancos que tão mal procediam para com eles, a possibilidade de construção de uma obra válida de apoio a gente tão necessitada e abandonada e ainda, afinal, a quase total ausência de confrontações ou combates violentos com os guerrilheiros transformaram aqueles jovens inexperientes, temerosos e habilmente intoxicados em homens conscientes, com um conhecimento mais profundo das realidades vividas nas colónias, e lhes deram logo uma perspectiva completamente diversa daquela tão estreita que deformava a sua mentalidade quando haviam embarcado para «as Áfricas».

Após quinze dias de permanência em Luanda, a companhia seguiu para Malanje, onde se encontrava sediada a famosa 5.ª Companhia de Caçadores, e, duas semanas depois, foi estacionar no Duque de Bragança, onde se situam as mais belas quedas de água de Angola.

Acabei por ir comandar o meu pelotão reforçado, de quarenta homens, para uma localidade simpática, a cento e dez quilómetros da sede da companhia, de nome Cateco Cangola. E durante dezasseis meses, no meio da excelente população negra da zona, o pelotão desenvolveu uma intensa acção de aproximação e de apoio às populações no campo sanitário, educacional, de transporte, alimentação, etc.... Quando mais de um ano depois abandonámos a área, havíamos estabelecido com a população laços de boa amizade e confiança.

Não foi fácil. O assassínio gratuito, a tortura, a sevícia, tinham sido norma rotineira de actuação por parte dos militares das secções de caçadores especiais que, logo após o 15 de Março, haviam sido encarregados de «dominar» a zona. As populações estavam naturalmente receosas e desconfiadas.

Nessa, era o nome do soba-regedor da área do Caxito, localidade a cinquenta quilómetros de Cateco. Velho, talvez na casa dos setenta, baixo, seco de carnes, uns olhos de expressão fria e ausente, na boca fina um permanente ricto de amargura.

Estabelecemos relações muito cordiais. A tal ponto que o Nessa acabou por mandar construir, na sua sanzala grande, uma excelente casa de adobe, com a porta fronteira encimada pelo escudo português. Mobilou-a com o conforto possível e ofereceu-ma para quando eu quisesse ali pernoitar ou passar uns dias.

Falava um português deficiente mas perceptível, e contava-me muita coisa, evitando no entanto, a não ser que o estimulasse, os relatos do terror em que ele e a sua gente haviam vivido em Março e Abril. Quando tal acontecia, via perpassar-lhe nos olhos gastos um brilho rápido, duro e frio.

Um dia, na sanzala, chamando um jovem negro que passava, colocou sobre a minha a mão forte e grande do rapaz. Fê-lo solene, sem alegria. Era seu filho. E era cego. Perguntei-lhe se, ao nascer, lhe haviam desinfectado os olhos com gotas de limão, conforme o costume indígena.

Que sim. Que tudo isso fora feito. O rito fora seguido. Mas de nada valera. Militares que ali tinham passado em Março haviam apanhado o rapaz por motivo de qualquer denúncia e, durante o interrogatório, tinham-lhe friamente furado os dois olhos com uma agulha de costura, para o obrigarem a confessar que era «turra». Não era. Magnânimos, haviam-no libertado vivo.

O chefe do posto administrativo do Cateco Cangola, que em Julho de 1961 foi o meu hospedeiro e o do meu pelotão no pequeno e simpático lugarejo, era um exemplo acabado do pior colonialismo português.

Alto, alourado, olhos azuis, homem de pouco mais de quarenta anos, jogador e beberrão, vangloriava-se, como dado importante do seu carácter, de ter sido eliminado por insubordinação no curso de sargentos milicianos que frequentara em Cascais. Deixara a mulher e uma filha universitária em Lisboa. E vivia com uma jovem mestiça, da qual tinha um filhito e a quem apresentava como mulher legítima.

Não havendo instalações disponíveis na localidade, vi-me obrigado, bem como os graduados, a aceitar hospedagem na residência do chefe de posto mediante uma quantia mensal acordada entre um e outros. E instalámos na garagem da residência as praças do pelotão, dormindo em beliches.

Cedo se revelou como um poltrão e um vigarista. Possuidor de baixas qualidades morais, dominava os nativos pelo terror. Como eu estranhasse, uma tarde, quando conversávamos na única rua do lugar, que um nativo que passava, conduzindo-se na sua bicicleta, tivesse desmontado junto de nós para nos cumprimentar tirando o boné e fazendo uma vénia, explicou-me, jactante, o porquê. É que mandara açoitar por um sipaio e meter na prisão do posto, dias atrás, um «sacana de um negro» que se atrevera a passar perto dele na bicicleta, sem parar, e só dizendo «boa tarde»! A estranheza passou a ser dele, perante a minha reacção dura e explosiva. Não compreendia o motivo da minha franca indignação.

Quando os nativos queriam fazer uma pequena queimada no capim a fim de desbravar terreno para sementeira de mandioca, aproveitando para derrubar a varapau uma ou outra perdiz, pagavam antecipadamente uma «multa» de quinhentos angolares, que era engolida, logicamente, pelo bolso ávido do chefe. Mas recordo-me de uma grande caçada que ele pretendeu montar, para gozo lúdico

do «senhor alferes e dos furriéis», a partir de uma queimada mandada iniciar por nativos às cinco da manhã. Queria uma coisa de grandes proporções, para que fosse uma caçada memorável. E, evidentemente, desta vez não sujeita a multa.

Lá ficámos, de armas aperradas, numa clareira do capinzal, aguardando os animais que espavoridos, fugindo do fogo, nos iriam aparecer na mira da espingarda.

A caçada foi pobre. Felizmente, poucos bichos caíram. Uma súbita mudança do vento arrastara a queimada noutra direcção no último instante. Mas o chefe ficou furioso com a frustrada demonstração cinegética. Alguém tinha de pagar uma tão grande afronta. E não podendo, irado, ordenar aos sipaios que dessem cinquenta palmatoadas em cada mão do vento, ordenou que trouxessem à sua presença os nativos que, pela madrugada, haviam posto o fogo a alguns quilómetros dali. E qual não foi o nosso espanto quando, sacando de uma grossa perna de cadeira, se predispôs a desancar os pobres homens! Que sim, que eles é que tinham tido a culpa, que eram uns cabrões, que sabiam muito bem que o vento ia mudar de direcção e deviam ter colocado o fogo noutro sítio!

Foi enérgica e decisiva a nossa intervenção. Dessa vez, «atendendo ao senhor alferes e aos furriéis, não eram castigados como mereciam»!

As informações sobre tais procedimentos que eu fornecia regularmente ao capitão permitiam-lhe definir um carácter mas não lhe proporcionavam grande matéria para accionar a deslocação do chefe para outras paragens. E, depois, podia vir um ainda pior.

Até que, sem margem para dúvidas, foi possível à população ver-se livre do homem. Saí ao raiar de uma manhã para uma longa viagem de camião até Malanje, acompanhado do professor nativo da escola primária da missão católica e de sua irmã. Era já noite quando iniciámos o regresso. E a partir de determinado momento tive eu de, pela primeira vez, agarrar o volante de um *Bedford* para o conduzir, cautelosamente, até Cateco. O motorista, mulato, bom pai de família, embriagara-se em Malanje e adormecia a todo o instante, invadindo perigosamente as bermas da estrada de areia. Eram quatro horas quando, finalmente, chegámos ao nosso lugar. E pelas dez, com cinco horas de sono a pedirem mais duas ou três, o professor solicitava aos furriéis que me acor-

dassem para me expor a sua queixa: durante a nossa ausência o chefe de posto fora à escola e interrompendo a aula começara, sem qualquer rebuço, diante das crianças pasmadas, a perseguir e a apalpar a professora, correndo atrás dela por entre as carteiras, exigindo que fosse com ele para a cama. Era uma bonita negra, mulher do professor, e já por várias vezes o chefe me falara dela em termos gulosos.

O professor Domingos estava exaltadíssimo. A raiva e a indignação cresciam nele. Dirigia-se a mim por ser a outra autoridade, a militar, presente em Cateco. Pedia providências.

Garanti-lhe que as tomaria. E a evidência do cumprimento de tal promessa tinha de surgir inequívoca. Deslocava-me, nesse dia, ao Comando da companhia. E estando ausente o chefe, não tive possibilidades de o avisar de que ia fazer entrega ao meu comandante da participação escrita que exigira ao professor e que ele, sem hesitação, escrevera e me entregara. Juntei ao documento o meu juízo ampliativo. Tinha sólidas bases para o ampliar bastante...

Quando regressei à noite, o chefe procurou-me imediatamente. Estava nervoso. Tinha ouvido dizer que o professor me apresentara queixa contra ele.

— Sim, é verdade. foi hoje de manhã. Quase não me deixava dormir.

— Então qual foi o assunto da queixa?

Expliquei-lhe. Com pormenor.

— Claro que o senhor alferes não acreditou numa só palavra do que lhe disse esse cabrão.

— É claro que acreditei em tudo o que ele me disse e não tenho razões nenhumas para duvidar, antes pelo contrário.

— Oh! Senhor alferes, não diga isso. O senhor está a brincar com certeza. Eu digo-lhe o que se passou. Sabe, o gajo é impotente e a mulher é muito boa. Realmente eu fui lá à escola (está nas minhas atribuições como chefe de posto...), mas não a apalpei nem nada. Só lhe perguntei se ela queria que eu a ensinasse a fazer filhos. Já vê... Agora também lhe digo: desconfio muito desse professor e já estive para correr várias vezes com ele. Agora já não tenho dúvida nenhuma de que o gajo é «turra» e está a ver se consegue dividir-

-nos a nós dois. O melhor é matá-lo e enterrá-lo e não se fala mais nisso.

O chefe, dessa vez, teve azar. Passados poucos dias foi mandado seguir para Duque de Bragança, onde fez distúrbios na passagem do ano, atirando tiros de caçadeira para o ar, contra as ordens do Comando Militar. Foi-lhe fixada residência em Malanje. Conseguiu em Luanda um advogado que, com base nos seus relatos, lhe redigiu um documento com vinte e quatro acusações altamente fantasiosas com o qual requereu, junto do comandante-chefe [1], um inquérito às minhas actividades de comando. Dizia em Malanje, a quem o queria ouvir, que me tinha arruinado a carreira. Mas como a verdade, segundo dizem, vem sempre ao de cima como o azeite, acabou por ser transferido para o Sul de Angola, deixando em paz a pobre e boa gente do Cateco. Nunca mais ouvi falar dele.

Foi para os meus soldados e graduados um exemplo pedagógico, pela negativa, da tradicional autoridade colonialista. Se lhe juntarmos os comerciantes que vendiam panos aos nativos medindo-os com um metro de noventa centímetros e a saca de farinha de mandioca carregando com o pé no prato da balança, ou as autoridades administrativas que na sua área recolhiam os impostos pagos por dez mil negros e recenseavam apenas cinco mil, guardando para si uma quantia equivalente a cinco mil impostos não denunciados a favor do Estado, podemos ter uma pálida ideia da importância que teve, para o esclarecimento e a politização de centenas de milhares de jovens trabalhadores portugueses que durante treze anos estiveram espalhados pelas vastas possessões do antigo Ultramar, o contacto estreito com a óbvia e concreta realidade da exploração de homens miseravelmente praticada por outros homens. De tal forma que os movimentos de libertação acabam por ter de ser aceites como fenómeno obrigatório e necessário, concitando a nossa admiração. Perdia força e credibilidade a propaganda salazarista de que esses movimentos eram chefiados por agentes comunistas às ordens de Moscovo, que obrigavam os pobres pretos (que nem queriam...)

[1] O comandante-chefe era o general Venâncio Deslandes. O oficial averiguante que realizou a sindicância foi o 2.º-comandante do Batalhão de Caçadores sediado em Malanje, do qual a minha companhia dependia para efeitos operacionais e administrativos. Era o então major António Vaz Antunes.

a lutar contra nós, Portugueses, que éramos uns tipos óptimos, que nem sequer tratávamos os pretos com a arrogância dos Ingleses nem éramos cagarolas como os Belgas, que logo aos primeiros tiros tinham fugido do Congo com o rabo entre as pernas. Como a realidade, amigos, era tão diferente!

6. A FACE OCULTA DE UM HERÓI

Em Novembro de 62, com a utilização de aviões militares *Nord-Atlas*, fizemos em vinte e quatro horas a troca com uma companhia de caçadores que se encontrava aquartelada em S. Salvador do Congo, sede do Comando do Sector F. Não demorámos aí muito tempo. Um mês depois toda a companhia se reuniu, finalmente, para passar os últimos dez meses em Quiende, antiga sanzala abandonada (como tudo, aliás, muitas dezenas de quilómetros em redor), sobre a picada Tomboco-São Salvador, eixo rodoviário de reabastecimento do Norte.

Foi um tempo difícil: Cruéis condições de clima e alojamento, zona agreste, serpentes em abundância, quatro minas anticarro, itinerários péssimos, sobretudo em época de chuvas, o que dificultava enormemente o reabastecimento de víveres.

Apercebemo-nos rapidamente de que, mais do que pelo comandante do Sector, a zona era influenciada e dominada por um tenente-coronel de Cavalaria, personalidade influente nos meios políticos e financeiros do País, mas que apesar disso, já com cinquenta e um anos, se apresentara como voluntário para o comando de um batalhão para Angola.

O nome era-nos já familiar. Dizia-se que, aos oficiais, era difícil entrar na sua intimidade, mas que quando o conseguiam tinham dele tudo quanto queriam. Um capitão, comandante de uma das companhias do batalhão, que com ele entrara em litígio, fora enxovalhado, desprestigiado e corrido da unidade pelo «Velho». Tratava

os soldados com complacência, não tendo a mínima hesitação em aplicar uma «charutada» a um graduado para dar razão a um soldado. Fazia uma guerra de luxo, não lhe sendo negado absolutamente nada do que exigia, desde blindagens especiais para as viaturas (excedendo largamente o quadro orgânico) até helicópteros para apoio das operações. Participava nelas activamente, sendo sempre dos primeiros homens na frente da coluna, despindo por vezes, durante a marcha, o dólman camuflado, mas mantendo invariavelmente calçadas as luvas de pelica, o pingalim na mão e o monóculo encaixado no olho direito.

Tinha já obtido para o seu batalhão grandes êxitos operacionais. E dizia-se que pagava generosamente as informações sobre localização de grupos e «quartéis» inimigos, que lhe eram, por tal motivo, fornecidas com abundância. Murmurava-se que um dia, sem dó nem piedade, dera um tiro de pistola à queima-roupa num carregador nativo que se recusara, lamuriento, a transportar um excesso de carga para uma operação, distribuindo a carga sobrante e a que o pobre já transportava pelos outros carregadores aterrorizados. E aos soldados que perante os seus incitamentos para acelerar a marcha lhe diziam: «O meu tenente-coronel tem realmente muita resistência mas também não leva às costas uma mochila de quase dez quilos como nós levamos», respondia: «Pois não, mas levo comigo uma mochila de mais vinte e tal anos de idade do que vocês, que ainda pesa muito mais do que a vossa.»

Odiado por uns, amado por outros, com grandes qualidades e com clamorosos defeitos, sempre controverso, invejado ou admirado, António de Spínola entrava na lenda. Sentia-se realmente, no sector F, o peso da sua força e da sua influência.

Eu saíra, numa tarde quente, do acampamento em Quiende, comandando uma pequena patrulha de secção. Levávamos apenas um jipão com uma metralhadora *Breda* montada em tripé antiaéreo. E tencionávamos, após breve percurso, banharmo-nos num rio de águas límpidas que conhecíamos ali perto.

Súbito lobrigámos, na fita clara da estrada, um vulto negro que levantava os braços. Facto insólito, numa área onde num círculo de dezenas e dezenas de quilómetros de raio, não se via um único ser humano. Tomei disposições: eu iria ao encontro do vulto

enquanto na viatura ficavam dois homens agarrados à arma e o resto da secção procurava acompanhar-me lateralmente, através da mata. Podia ser um chamariz para emboscada.

Era uma mulher. Esbelta, idade indefinida mas a rondar os quarenta anos. A seu lado estava pousado um cesto indígena com frutos vários. Não falava português. E às minhas perguntas respondia em língua nativa, de uma forma hirta, sem fazer o mínimo movimento de cabeça. Percebi, de vez em quando, a palavra «quartel». E que ela queria ir connosco na viatura.

Estranhando a postura rígida da cabeça, virei-a suavemente de costas para mim. E o que vi fez-me dar a volta ao estômago e criar um nó na garganta.

A cabeça estava segura ao tronco apenas pela coluna e pela metade da frente do pescoço. A outra metade quase desaparecera. Em seu lugar um buraco enorme, cheio de pus, onde uma mão fechada cabia à vontade.

Montámos na viatura e regressámos ao acampamento. Ao ver a ferida, o capitão vomitou. Relatei-lhe as circunstâncias do encontro. E quatro nativos que connosco trabalhavam, falando com a mulher, permitiram-nos ter conhecimento dos antecedentes.

Fora capturada numa operação militar. Após interrogatórios, a tropa utilizara-a como guia para nova operação na zona, mas o assalto aos «quartéis» dos guerrilheiros fora frustrante. Todos se encontravam abandonados e semidestruídos. Não fora possível fazer captura de pessoal nem de material.

O homem mais velho, que parecia o chefe e que punha um vidro num olho, ficara muito zangado e mandara matá-la. Não sabia porque é que, em vez de lhe darem um tiro, lhe tinham cortado o pescoço à catanada.

Mas nós sabíamos. Podia ser que ainda se apanhasse alguém desprevenido e não convinha, por isso, disparar as armas, pelo alarme que provocaria e fuga consequente, estragando a operação. Fora preciso matar em silêncio a guia «traidora». E ali estava o resultado.

A indignação entre o pessoal foi grande. O capitão elaborou uma «confidencial» agressiva e foi pessoalmente, acolitado por mim, entregá-la ao comandante do Sector e expor-lhe as suas razões, levando a mulher como prova, a cabeça coberta com um lenço garrido.

Foi grande a atrapalhação do coronel. Spínola infundia-lhe temor e respeito. Não sabia o que havia de fazer. Acabou por telefonar ao batalhão, solicitando a presença do comandante. Explicou-lhe, sumariamente, o que havia. E foi um major que apareceu para saber exactamente o que se passava.

O emissário acabou por levar a mulher com ele. Soubemos depois o que aconteceu. Spínola comentara: «Mas quem são esses tipos que não sabem resolver um problema desses e precisam de chatear a gente?» Chamara um furriel, mandara-o preparar a secção, montar em viatura, levar com eles a mulher e, a dez quilómetros dali, dar-lhe um tiro na cabeça e enterrá-la. Simples. Rápido. Eficiente.

Em 1964, quando regressou a Lisboa, já coronel, António de Spínola foi condecorado com a medalha de prata de Valor Militar com palma, por altos e valorosos feitos em combate no teatro de operações de Angola.

7. «DEZ MIL ARCANJOS COM ESPADAS FLAMEJANTES»

Em fins de 61 vivemos momentos de euforia e exaltação, logo seguidos de desânimo e, depois, de revolta. De ouvidos colados aos receptores, acompanhámos as peripécias da invasão da Índia Portuguesa pelas tropas de Nehru. E apesar de tudo o que já tínhamos obrigação de conhecer, deixávamo-nos embalar, uma vez mais, pela fantasia delirante da informação salazarista, garantindo aos portugueses espalhados pelas sete partidas do Mundo que era certa a vitória das forças lusas e que a bandeira verde-rubra continuaria a tremular no mastro do Palácio dos Vice-Reis.

Até que em 18 de Dezembro, lógica e facilmente, Goa, símbolo do Império, foi ocupada pelas tropas indianas. Os três mil homens do nosso Exército nada puderam contra o potencial humano e bélico que Nehru prudente, enviara, para resolver rapidamente o

problema evitando quaisquer veleidades de resistência prolongada. E nem os «dez mil arcanjos empunhando espadas flamejantes», que os panfletos supersticiosos das beatas salazaristas anunciavam que estariam ao lado dos Portugueses quando a invasão se desse, apareceram. Fizeram greve. Mas o bode expiatório estava encontrado pelo Regime. Grande parte dos oficiais superiores que se encontravam em comissão na Índia foi separada do serviço após o seu regresso à Metrópole, bem como o governador, Vassalo e Silva, prestigiado general do Exército, que ordenara a rendição geral. Salazar lavava dali as suas mãos. E, com a sua máquina de propaganda e (má) informação, assacava a totalidade das culpas aos oficiais do Exército, inventava um ou outro herói para contrabalançar, e desprestigiava as Forças Armadas aos olhos da Nação.

Em 1 de Janeiro de 62 rebentava mais uma rebelião militar. Lemos, emocionados, a notícia. Desenvolvera-se uma acção, que aparecia isolada, de ataque ao quartel do RI 3, em Beja. Nomes familiares vão sendo conhecidos. Varela Gomes, capitão de Artilharia, que comanda os militares e que sai gravemente ferido da intentona. Conhecia-o mal. Vira-o apenas uma vez. Tenentes Brissos de Carvalho, de Infantaria, e Hipólito, de Administração Militar, meus contemporâneos na Escola do Exército, onde o Brissos, a par com o Mota Freitas, me sujeitara por vezes a algumas sessões de praxe académica. O Manuel Serra, civil, oficial da Marinha Mercante, veterano de falhadas acções de força fraca desencadeadas com vista ao derrube do Regime.

Lembro-me de que então, lá longe, em Cateco Cangola, houve interrogações na minha mente. O que teria levado o Brissos e o Hipólito a meterem-se naquilo? O que realmente os havia motivado? E sendo o motivo forte, porquê uma acção única, isolada? Era evidente que estava destinada ao fracasso! E uma certa inveja de não ter podido participar já me dominava.

O ministro da Educação proíbe, em Março, a comemoração do Dia do Estudante, provocando uma greve universitária em Lisboa que se estende a Coimbra (o «luto académico») e que se vai prolongar até Maio, acompanhada de manifestações de rua e de violentos recontros com a Polícia. Marcelo Caetano, reitor da Universidade Clássica de Lisboa e figura grada do Regime, demite-se sem alarde

por discordar da entrada da Polícia no recinto da Universidade. Parece-nos que o Poder instituído atravessa um período difícil.

Em Julho de 62 estoiram as primeiras minas anticarro colocadas pelos guerrilheiros nas picadas de Angola. Os processos de actuação vão-se distanciando do que eram um ano antes. As nossas tropas sofrem forte abalo psicológico. Mas reagem ao acontecimento e novos processos defensivos passam a ser utilizados: sacos de areia em cima dos guarda-lamas e no fundo das caixas das viaturas, utilização de uma geringonça esquisita de seis rodas, acoplada ao jipão, difícil de manobrar e que dá pelo nome de «rebenta-minas». Ou então apenas a *GMC* à frente, a fazer esse papel, com o condutor a rezar, todo o caminho, o padre-nosso. Sabe-se que no caso de ser um jipe o veículo atingido, nem as botas do chefe de viatura se aproveitam. Claro que os «turras» é que são uns filhos da mãe. «Vejam lá se eles são capazes de aparecer à nossa frente, de armas na mão?!»

No entanto o Regime continuava a anunciar que *não havia* guerra em Angola. Apenas se verificava a existência de alguns bandos rebeldes armados cujo aniquilamento se esperava para breve. Morriam camaradas em combate: o Mota da Costa, o Jofre, o Castelo da Silva, o Cabeleira Filipe, o Labescat, «o Beatriz». Mas a guerra que nunca existiu nos órgãos de informação salazaristas, apesar das cruzes de guerra, dos valores militares, das medalhas de serviços distintos em campanha, das Torres e Espada distribuídas no Terreiro do Paço, iria durar ainda mais de dez anos, com todo o seu cortejo de violências, de mortos, de incapacitados, de frustrações sem conta, de complexos de culpa acumulados a encherem os gabinetes dos psiquiatras, de falsos heróis, de mentiras sem nome. Quantas dezenas ou centenas de milhares de seres humanos — e que interessa saber a sua cor? — não terão sido dizimados na hecatombe, enquanto, simultaneamente, o Governo procura relançar a economia com o afluxo de capitais nacionais e estrangeiros a Portugal e às colónias, com o incremento do turismo e o aumento da emigração e, no plano diplomático, o Regime se reforça com o apoio tácito dos países capitalistas face às concessões oferecidas por Salazar?

Enquanto em Angola a situação militar se estabiliza e a economia se desenvolve impetuosamente, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), liderado por Amíl-

car Cabral, inicia em 1963 a guerrilha na Guiné Portuguesa. Mais uma frente aberta, mais inquietação, mais guerra, mais lares, e homens e mulheres e crianças, destruídos.

Leio casualmente num jornal que me cai sob os olhos, em Março de 63, a notícia da deserção de um jovem tenente piloto-aviador da Força Aérea que, acompanhado de um civil, levanta voo com um *T6-Harvard* da base, ao norte de Moçambique, onde prestava serviço, e vai aterrar na Tanzânia.

O Jacinto Veloso! Meu companheiro de turma em Lourenço Marques, um ano de Medicina em Lisboa, depois meu condiscípulo no primeiro ano do Curso de Artilharia, concluindo finalmente o curso de oficial piloto-aviador da FAP na Academia Militar. Mais um a juntar à lista já tão extensa! E o civil é o «miúdo» João dos Santos Ferreira, companheiro mais novo no liceu, propagandista de produtos farmacêuticos.

Passar-se-ão onze anos até ao reencontro com o «Jasse» Veloso, já gordo e careca, em Lusaca, a 6 de Junho de 74, onde o vejo integrado na representação da Frelimo às conversações preliminares com Portugal e tenho a oportunidade de lhe dar «aquele abraço». Faz hoje parte da Comissão Política do Comité Central da Frelimo. O João frequentou em Cuba um curso de Agronomia e é actualmente um perito responsável nesse sector em Moçambique. Deixou nome em Havana. Levei tempo a descobrir, quando lá estive, que era ele a quem mencionavam, com admiração e amizade, como «Dos Santos».

A Companhia de Artilharia 120 regressou a Lisboa em Agosto de 63. Promovido em Fevereiro a tenente, vinha eu a comandá-la. O capitão miliciano que substituíra o anterior continuara em Angola, para acabar a comissão. Tivemos honras de reportagem e fotografias nos jornais. De mim, diziam que tinha sido «um bravo» quando não travara um único combate nem disparara a minha arma, contra gente, uma só vez. Mas marchámos, garbosos, entre alas de povo, pelas ruas de Queluz. Tinha sido aquilo a que podíamos chamar, então, «uma boa comissão». Apenas duas baixas e mesmo estas por acidentes de viação. O saldo fora positivo. Regressávamos felizes. Apesar de tudo, havíamos realizado um excelente trabalho e tivéramos muita sorte. Vínhamos diferentes. E aprenderamos imenso.

8. UNS FABIANOS, VAGAMENTE MILITARES DE OPERETA

Dois anos apenas de estuporada guerra colonial tinham deixado em muitos de nós marcas profundas. Pude avaliá-lo quando, com alguns camaradas de curso, me reuni no apartamento que um deles, ainda solteiro, alugara em Campolide. Discutimos largamente acerca da necessidade, oportunidade e condições para a realização de um golpe de Estado, conduzido por militares, visando o derrube do Governo de Salazar. As hipóteses avançadas pareciam, à maioria dos camaradas, fantasistas. Mas alguns apoiavam já a ideia com entusiasmo. Acabámos por reconhecer que o projecto não apresentava viabilidade. Era necessário um maior amadurecimento. E nós, jovens tenentes, só tínhamos connosco a generosidade, a coragem e a audácia, a honestidade e o espírito de aventura. Faltava-nos muito mais. Mas foi importante aquela reunião. Era uma chama que se acendia e que não devia apagar-se. Bruxuleante durante uma década, reanimou-se subitamente em 1973. Um sopro fortuito de oxigénio deixado escapar pelo Regime fá-la-ia reavivar até atear a fogueira que foi o 25 de Abril.

Após o regresso de Angola, fiquei colocado, a meu pedido, no CIAAC em Cascais. Unidade simpática, agradável, com invejável situação geográfica, que eu estimava sobremaneira como instrutor, pois fora a primeira onde prestara serviço como alferes antes de ser mobilizado.

Tive aí oportunidade de colher mais uma experiência importante, a do contacto com a realidade do corporativismo fascista e da sua sustentação junto dos pequenos funcionários.

Eu era considerado, geralmente, um bom instrutor. E foi por esse motivo, decerto aliado à simpatia e confiança que em mim depositava, que o velho capitão Valente, chefe da Secretaria da unidade, alentejano rijo de Beringel, me pediu com insistência que aceitasse ser instrutor de ordem unida, educação física e topografia dos velhotes legionários dos terços de Oeiras e Cascais.

Que não encontrava mais ninguém com paciência para aquilo, que precisava muito de um bom instrutor que os aturasse, que não custava nada, eram só dois domingos por mês, das dez ao meio-dia, que me gratificavam com quatrocentos escudos mensais.

Furtei-me quanto pude. Tinha da Legião muito má impressão. Vi-a como um corpo caduco de barrigudos sexagenários agarrados às velhas tradições da defesa civil desde o tempo da Primeira Guerra Mundial, que de vez em quando desciam em desfile a Avenida da Liberdade, sob a curiosidade e a chacota da multidão. Não me inclinava nada a aceitar o encargo, quanto mais não fosse por um certo sentido do ridículo, mas devia ao bom Valente as melhores atenções. Ele acabou por levar a melhor. E lá me vi, um domingo, em fato de treino, à frente de umas poucas dezenas de homens rudes de cabelos brancos, de fatos mal amanhados e gravatas à banda, a quem, pacientemente, tive de explicar o que significava a voz de «dois passos laterais à esquerda, marche» ou «braços em elevação superior, up».

Claro que, jovem de vinte e sete anos, com fumaças de atleta, a minha paciência não resistiu muito tempo às lamúrias e queixas dos instruendos, ancilosados pelo reumatismo e pela artrose ou dominados pela bronquite. Gostava deles e escutava-lhes, com amizade, as confidências. Eram porteiros, varredores de rua, pequenos funcionários de câmaras municipais. E tinham sido obrigados a inscrever-se na Legião Portuguesa para conseguirem o emprego. Aquela instrução era para eles, pais de família e alguns avôs, um verdadeiro martírio. Não valia a pena eu puxar por eles. Só ali iam para não terem falta e não serem despedidos. E para, no final da instrução, irem para casa já almoçados com uma sopinha rala que o capitão Valente lhes mandava distribuir.

Aguentei dois meses. E pedi ao velho Valente que tivesse paciência e arranjasse outro instrutor. Para experiência já me chegara. Penso hoje que os velhotes legionários que em 1963 foram meus instruendos e que ainda vivem, devem ter respirado de alívio com a chegada da madrugada redentora do 25 de Abril. Era para eles, enfim, uma opressão de que se viam libertos com a extinção da Legião Portuguesa, onde obrigatoriamente se tinham inscrito para conseguir obter um magro vencimento para sustento da família. A chantagem terminava.

Da mesma opinião não terão sido, por certo, uns fabianos que nesse tempo eu via aparecer por altura da distribuição da «sopinha dos pobres», sabujando-se ao «senhor tenente» com umas continências ridículas e despropositadas e tratando com sobranceria os pobres legionários basistas. Emproavam-se numas fardas espampanantes, verde-amareladas, enfeitadas de cordões e medalhas, e faziam-me lembrar, vagamente, saltitantes militares de opereta. Soube que eram tipos bem situados profissionalmente e que se designavam, conforme os graus, por comandantes de terço, de lança, etc... Ainda hoje não sei bem o que isso queria dizer. Mas não passavam de civis pequeno-burgueses oportunistas que ritualmente davam vivas a Salazar e ao Estado Novo e que, através da organização, seguravam furiosamente os «tachos». E seria já depois do 25 de Abril que me viria a aperceber da verdadeira dimensão da Legião. Acima desta arraia-miúda que profissionalmente se situava ao nível dos chefes de secção ou, às vezes, de serviços, pontificavam representantes da grande burguesia financeira, como Casal Ribeiro e Francisco Geraldes, ou outros nomes sonantes, sinistros suportes do Regime, como Góis Mota ou Henrique Tenreiro. Muitos deles passariam meses tristes e desagradáveis em Caxias durante a Revolução. Mas isso já foi chão que deu uvas...

Em fins de 1964, rebenta a luta armada no Norte de Moçambique. Uma nova frente aberta exige a mobilização de mais umas dezenas de milhares de homens. Acrescem os já enormes encargos financeiros coloniais. A guerrilha, porém, não toca ainda nas regiões economicamente decisivas. E a «independência» branca da Rodésia consolida e torna mais íntima a «Santa Aliança» entre Pretória, Salisbúria e Lisboa.

Em 13 de Fevereiro de 65, agentes da PIDE assassinam Humberto Delgado e a sua secretária, depois de os atraírem a uma cilada, e enterram os corpos perto de Vila Nueva del Fresno, em Espanha. Os cadáveres são descobertos e o escândalo rebenta. Já ninguém pode duvidar de qual é a sinistra organização certamente responsável pelo crime. Como sempre, porém, o Governo, através da sua «informação objectiva e verdadeira» (já o *slogan* «a verdade é só uma, Rádio Moscovo não fala verdade» nos enchia os ouvidos), anuncia, pesaroso, a descoberta macabra, e atribui aos comunistas a tenebrosa acção! Não se pode enganar eternamente um Povo! Mas este pobre Povo vive amordaçado e treme de medo. O crime fica impune. E a morte do mito sebastiânico que Delgado foi mais faz desfalecer a esperança de redenção nas massas populares.

Em Junho, processa-se a farsa eleitoral para a Presidência da República. Causticado pela experiência perigosa de 1958, o Regime abolira o sufrágio directo. A «eleição», simples pró-forma, cabe agora a um colégio eleitoral formado pelos membros da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa e por representantes do Ultramar de feição governamental. Ao Povo passou a ser vedada a possibilidade de participação na escolha do Presidente. E o velho Tomás continua, «venerando», de cabeça baixa, a servir o Regime em Belém.

9. «O BOTAS» BATE A BOTA

Parto em Agosto, já capitão, para nova comissão em Angola. Vou agora a comandar uma companhia integrada num batalhão. E noto de imediato que o espírito que reina entre subalternos e praças é já completamente diferente daquele que quatro anos antes me fora dado apreciar. A atitude é de crítica permanente àquela guerra estúpida e sem finalidade. Todos se interrogam. O descontentamento é grande. Poucos são os que estão dispostos a bater-se, naquele chão africano, por um ideal, fabricado a martelo, de «Pátria una e indivisível».

Comando a companhia durante dois anos em Mucaba, perto de Carmona. Sem grandes problemas. Noto, no entanto, que a disciplina do pessoal, considerada em termos tradicionais, se desgasta agora facilmente. Era o cansaço natural e a descrença dum Povo que fora mentalizado, através da mentira sistemática, para uma vitória rápida e fulminante sobre «os bandos de rebeldes manipulados pelos agentes de Moscovo».

As serras do Uíge e da Mucaba, de vertentes inclinadíssimas, cobertas de densa vegetação, constituíam extraordinário refúgio para os guerrilheiros e para as populações em fuga. Foram elas os cenários das nossas acções operacionais durante aqueles dois anos. Os milhares de negros que ali viviam em acampamentos de ocasião

escondidos na folhagem foram sistematicamente perseguidos e acabaram por ter de abandonar aquelas excelentes zonas protectoras. Mal armados, a maior parte das vezes apenas com armas de repetição, sujeitavam as nossas forças, no entanto, sempre que penetrávamos nos seus santuários, a súbitas e violentas acções de emboscada. Sofremos dezenas delas. Mas mesmo assim a sorte continuou a proteger-nos. Apenas dois mortos no fim da comissão, um em emboscada e outro no quartel, por electrocussão provocada por um raio.

O comandante do batalhão agasta-se comigo porque não cito, nos relatórios, pelo menos dez mortos causados ao inimigo em cada operação, «como fazem todos». O batalhão precisa de *matar* «turras» e de *ter mortos*, também, em acções de combate, para sair prestigiado daquela guerra e ganhar medalhas. Repudio firmemente a desonestidade e a mentira.

«Essa maneira de pensar não há-de beneficiá-lo em nada», é a lógica conclusão do comandante.

As minhas desilusões vão-se amontoando. A que ponto chegámos? Que grau de alienação ainda será possível atingir? O que os homens, também, afinal, na carreira militar, são capazes de calar, de mentir, de conciliar, para que possam ter a suprema honra de, ao som de clarins e tambores, verem o «venerando» dirigir-se-lhes em passo trôpego e pespegar-lhes no peito inflado um pedaço de metal suspenso de uma fita colorida!

Em Outubro de 1966 tenho a possibilidade de me deslocar, em gozo de licença, com a família, a Moçambique. E de dar com meus pais um passeio de uma semana à África do Sul, onde me revolto com a ignóbil discriminação racial que topo em cada canto. Até nos jardins há bancos com as inscrições *non european* ou *european only!* Parece-me um país de doidos. Mas com imensa riqueza.

Em Setembro de 67 regressamos a Lisboa. No teatro de operações de Angola abrira-se entretanto a frente leste, apoiada na Zâmbia. E o MPLA mostra-se activo no enclave de Cabinda. No Norte de Moçambique, a Frelimo avança. Na Guiné, Arnaldo Schultz, um antigo ministro do Interior salazarista, revela tanta incompetência militar e governativa e faz tanta asneira que quase leva o PAIGC à vitória sem grande esforço. Mas não deixa de ser condecorado

com a Torre e Espada por serviços prestados à Pátria. E de ter, em Bissau, uma avenida com o seu nome.

Já em Lisboa, o meu avô entrega-me uma brochura editada em Macau pelos comunistas maoístas chineses e que um velho amigo ali residente lhe enviara: *Luta contra as Atrocidades Sanguinárias do Imperialismo Português em Macau.* Edição profusamente ilustrada do *Aomen Ribao (Diário de Macau)*, de 1 de Setembro de 1967.

Como eco da Revolução Cultural na China, há em fins de 66 grandes agitações em Macau, que são reprimidas pela Polícia e pelo Exército. Na origem dos conflitos, a obstrução feita pelas autoridades portuguesas de Macau à reconstrução de uma escola pelos habitantes chineses da Taipa com os fundos por eles angariados.

O Governo português perde a batalha. Sob pressão das autoridades de Cantão, o governador, general Nobre de Carvalho, cede em toda a linha de forma humilhante. «Com as mãos a tremer, o "governador" José Nobre de Carvalho apresenta o documento de confissão de crimes à Comissão Representativa», lê-se na legenda de uma das fotografias. E nesta pode ver-se o general, de pé, entregando com ambas as mãos aos representantes da Repartição dos Assuntos Exteriores da Comissão do Povo da Província de Kuang-Tung (Cantão) a resposta do Governo de Macau ao protesto apresentado pelos representantes dos habitantes chineses de Macau.

As delegações encontram-se dum lado e doutro da mesa. E ao fundo, na parede, uma enorme fotografia do presidente Mao-Tsé-Tung, de olhar sereno e vigilante, domina a cena.

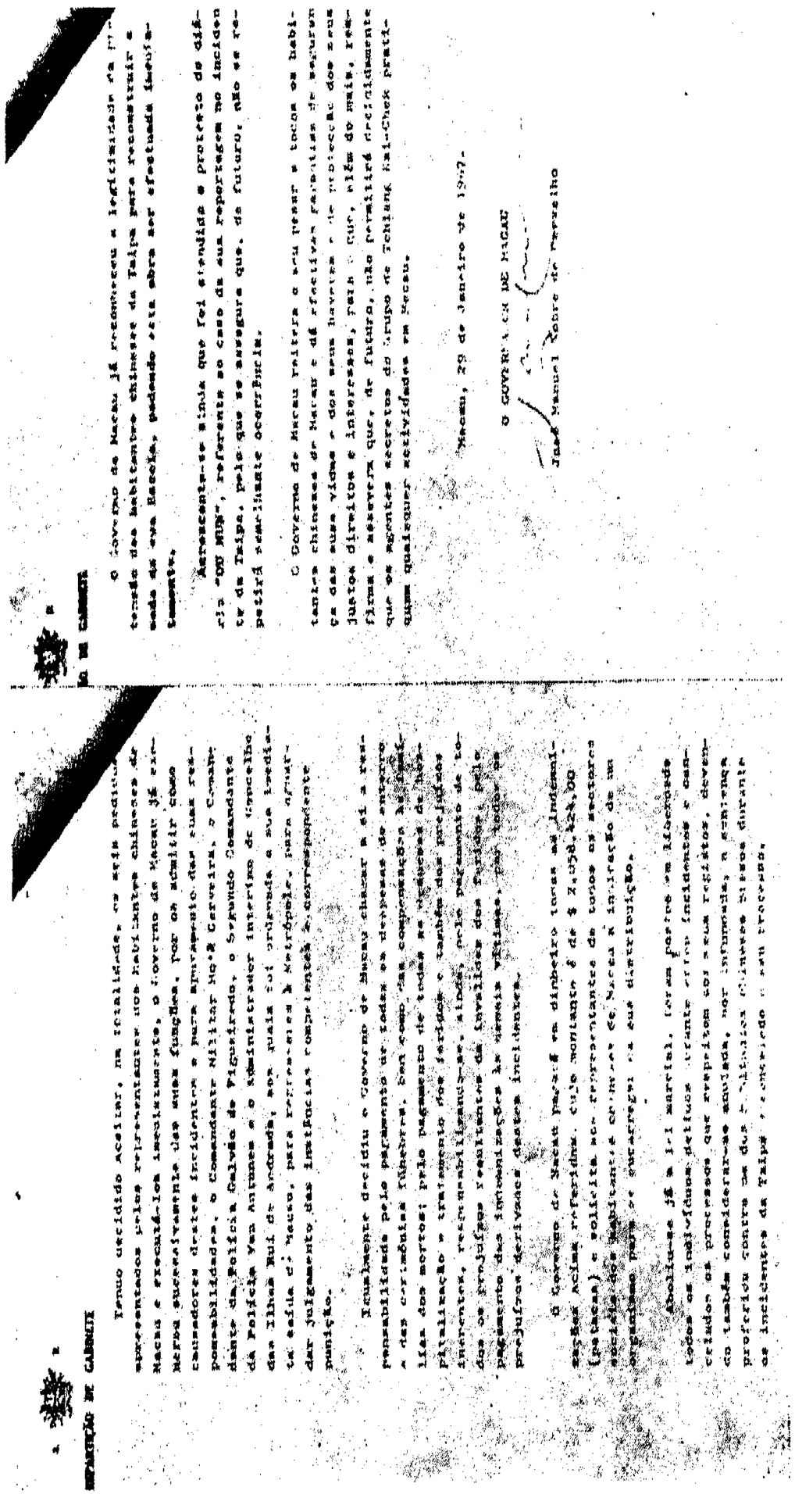
Claro que nada disto é conhecido na Metrópole. O Povo português fica, como sempre, no desconhecimento dos vexames e do isolamento a que o Governo vai ficando sujeito. Nobre de Carvalho, quando ordena ao comandante da Polícia que execute a repressão, da qual resultam oito mortos, duzentos e doze feridos e sessenta e duas detenções, limita-se a estar em sintonia perfeita com o Governo Central. Comunistas, são para prender ou abater.

Só que, em Macau, a coisa fia mais fino e não há PIDE que valha à governação perante a força e o poder da China ali ao lado. A humilhação total do Governo perante os comunistas tem de ser forçosamente abafada.

澳葡「總督」嘉樂庇雙手發抖，向澳門各界代表呈交認罪書。

The Macao Portuguese "Governor", Jose Nobre de Carvalvo, handing over the letter of admission of guilt to representatives of all circles in Macao with trembling hands.

Com as mãos a tremer, o "governador" José Nobre de Carvalho apresenta o documento de confissão de crimes à Comissão Representativa.



Claro que, como sempre, há necessidade de encontrar os bodes expiatórios que paguem as favas e salvem as aparências. O governador faz, publicamente, uma imputação de culpas. Ele mantém-se no posto, engolindo o sapo vivo. Há outros oficiais portugueses que regressam à Metrópole, destituídos de funções «por indecente e má figura». Alguns, os mais dignos, para quem a palavra «honra» ainda representa alguma coisa, pedem imediatamente passagem à reserva. Outros, menos escrupulosos, participam tranquilos da conjura do silêncio e continuam «as suas carreiras» como se nada tivesse acontecido. Dentre estes, acusados publicamente pelo Governo de Macau de «causadores dos incidentes e cujas responsabilidades irão ser apuradas em Lisboa» (teria o grande Mao acreditado nisto?), destacam-se o comandante e o 2.º-comandante da Polícia.

É curioso notar o permanente emparelhamento que esses dois oficiais irão viver, ao longo da sua carreira, numa demonstração de sólida amizade que para ambos se revela profícua: o tenente-coronel Galvão de Figueiredo é, em 25 de Abril de 74, brigadeiro e 2.º-comandante do Comando Territorial Independente da Guiné. É ele quem, no exercício das suas funções, cria para o seu antigo 2.º-comandante da PSP em Macau, major Vaz Antunes, em 74 no posto de coronel, a função de inspector do CTIG, pois Bettencourt Rodrigues, como comandante-chefe, aproveitando a evacuação de Vaz Antunes para a Metrópole, já não o quer de volta ao cargo de comandante do Comando de Bissau, que desempenhava do antecedente, por considerá-lo incompetente.

Em 25 de Abril, a sorte acompanha Galvão de Figueiredo. De licença na Metrópole, não é apanhado pela depuração que os capitães do MFA na Guiné executam. E quando regressa, apresenta-se como partilhando, entusiasta, dos ideais do 25 de Abril. Devido à sua competência técnica é aceite por Fabião como coordenador de todo o sector administrativo da descolonização da Guiné, e mais tarde, quando Fabião é eleito chefe do Estado-Maior do Exército e reconstitui a sua equipa, é nomeado director de Instrução do Exército. Trai Fabião em toda a linha. Em 25 de Novembro, em retribuição da sua acção, a FMU, vitoriosa e agradecida, fá-lo ascender à vice-chefia do EME, para meses depois, temendo o poder inequívoco da facção Galvão de Figueiredo, o enviar para os Açores como ministro da República.

Vaz Antunes ainda sofre uns dissabores. Exonerado de funções (os oficiais do MFA consideravam-no, na Guiné, um dos piores inimigos do Movimento dos Capitães), é mandado regressar à Metrópole. Não é, porém, saneado pelo Conselho da Arma. Galvão de Figueiredo chama-o, uma vez mais, para prestar serviço na Repartição de Instrução do EME, onde hoje desempenha funções de chefia.

As voltas que o Mundo dá! Não há dúvida de que, por vezes, o «crime» ainda compensa!

Entretanto, em Maio de 1967, um novo grupo da oposição, a LUAR (Liga de Unidade para a Acção Revolucionária), aparece na ribalta de forma espectacular, assaltando a filial do Banco de Portugal na Figueira da Foz e «autofinanciando-se» com vinte e nove mil contos! Sabe-se que antigos companheiros de Delgado fazem parte do grupo, entre eles Hermínio da Palma Inácio, um algarvio audaz e aventureiro, antifascista fortemente perseguido pela PIDE, que o considera elemento muito perigoso. A acção levada a cabo não choca, antes agita e emociona. Nota-se uma simpatia geral à volta deste novo grupo que parece disposto a lutar a sério contra o Regime.

Após o regresso de Angola, em Setembro, sou colocado em Águeda, na Escola Central de Sargentos, como professor. Observo o que se passa na zona. Há carência de produtos agrícolas para a alimentação e o que existe é caro. Nos campos, são as mulheres, os velhos e as crianças que trabalham. Os homens emigram em número cada vez mais elevado. A zona industrializa-se. As raparigas preferem trabalhar nas fábricas, onde apesar de tudo conseguem mais facilmente melhores salários do que nos campos. O mercado de trabalho torna-se favorável àqueles que ficam, pois a emigração não pára.

A inflação cresce, a crise agrícola agrava-se cada vez mais, refreia-se a expansão industrial. Aparecem nítidos, aos nossos olhos, os inconvenientes da emigração em massa: falta de operários especializados, subida vertiginosa do custo dos produtos, quando existem, lares desfeitos pela ausência prolongada do homem emigrado e necessidades angustiosas de sobrevivência da família.

Em consequência, uma vantagem para os trabalhadores agrícolas: a subida dos salários devido à falta de mão-de-obra.

As despesas militares, por outro lado, pesam cada vez mais na economia nacional. É aumentado o número de anos de serviço militar obrigatório. Intensifica-se o recrutamento. Oficiais e sargentos milicianos e praças são obrigados, na maior parte, à prestação de serviço de um mínimo de dois anos, como mobilizados, em qualquer dos territórios ultramarinos. Há oficiais e sargentos do Quadro Permanente que, contando com comissões antes de 61, já levam quatro ou cinco no activo.

O problema colonial isola Portugal dos outros estados, particularmente no seio das Nações Unidas. No entanto, no âmbito da política externa, o Regime oferece compensações de tipo económico ou militar, quer permitindo investimentos estrangeiros em larga escala, na Metrópole e no Ultramar, quer autorizando o estabelecimento de bases no nosso país a outros países da NATO.

Devido à multiplicação de investimentos, desenvolvimento de recursos locais e fomento da educação no Ultramar, a emigração para Angola e Moçambique aumenta extraordinariamente na década de 60, triplicando o número de colonos lá estabelecidos do antecedente.

Os acontecimentos de Maio de 68 em França não deixam de ter repercussões em Portugal. Aguarda-se um princípio de ano lectivo quente. Salazar deporta Mário Soares, advogado, um dos *leaders* da Oposição, para São Tomé.

Em 3 de Fevereiro de 1969, a polícia política portuguesa comete em África novo e traiçoeiro crime, assassinando o Dr. Eduardo Mondlane, fundador e primeiro dirigente da Frelimo, enviando-lhe pelo correio, para Dar-es-Salam, como encomenda postal, um enganoso pacote de livros que contém uma bomba mortífera.

Em princípio de Setembro desse ano, Salazar cai de uma cadeira de repouso no Forte de S. João do Estoril, bate com a cabeça no chão e é operado a um coágulo de sangue no cérebro. Em 16, é vítima de uma hemorragia cerebral que o torna definitivamente incapaz. E em 27, para encerrar um período de quarenta e dois anos de governo ditatorial e absoluto, o mais longo da nossa história desde o reinado de D. João V, Marcelo Caetano é chamado por Américo Tomás para a direcção do Executivo.

Ainda antes do 25 de Abril e sobretudo depois do êxito do golpe de Estado por nós levado a cabo, quantas vezes eu lamentei

que o Governo derrubado fosse o de Marcelo em vez do de Salazar! Assim, o velho «Botas» acabou por bater a bota, em Julho de 70, aureolado pela invencibilidade. Vivendo em Águeda os derradeiros dias da minha permanência de três anos na Metrópole, antes da partida para nova comissão, assoberbado com os exames finais dos alunos, tive ainda ocasião de me espantar, através das imagens do funeral dadas pela TV, com o inconcebível espectáculo das enormes massas de Povo em acompanhamento lancinante do féretro do ditador. Povo que ele derrotara, bem como a Oposição (mal) organizada, em todas as circunstâncias. Seria assim um elemento da hoste salazarista, já adulterado por «novas ideias» de liberalização, que iria deixar soçobrar o velho «Estado Novo» às mãos dos jovens capitães. «Ah! Se Salazar fosse vivo isto não teria acontecido», diriam lamurientos, mais tarde, os fanáticos do Regime.

Daí um certo sabor amargo que a vitória alcançada em 25 de Abril para mim teve. Porque era Salazar, que morreu como símbolo indestrutível de uma classe no Poder, que o MFA (surgido, de armas na mão, para derrubar o Governo em representação da classe dominada) deveria ter vencido.

Tratando-se, sempre, de uma luta de classes, os símbolos afinal representam alguma coisa.

10. FAZER SINAL À ESQUERDA E VIRAR À DIREITA

«Renovação na continuidade» é o *slogan* publicitário com que Marcelo Caetano lança o seu Governo, querendo dizer aos Portugueses que não devem esperar mudanças bruscas na orientação política. Assim, proclama a sua determinação na defesa das colónias e promete manter inexoravelmente a ordem pública. E alimenta a esperança de uma maior abertura liberal, tornando menos rígida a lei sindical, tolerando certos movimentos reivindicativos, fazendo

abrandar a censura e moderando o empenhamento da polícia política.

A PIDE, com ele, muda de nome e passa a DGS. E embora os «subversivos» continuem a ser perseguidos como dantes, à oposição moderada é concedida maior liberdade de manobra, que leva à possibilidade de realização, em 1973, em Aveiro, de um «Congresso da Oposição Democrática».

Melhora o recenseamento eleitoral, revê a lei eleitoral e concede direito de voto às mulheres e aos pobres. Transforma a União Nacional em Acção Nacional Popular e nomeia para esta José Guilherme de Melo e Castro, um liberal, advogado do pluralismo, o que causa espanto. Chama Mário Soares do exílio e deixa que regressem à Pátria muitos outros oposicionistas, entre os quais D. António, bispo do Porto, que fora obrigado a exilar-se em 1959.

Marcelo procura aumentar a sua popularidade, embora sem um entusiasmo profundo por parte dos Portugueses, contactando com populações, visitando as colónias, «conversando em família» pela televisão.

No entanto, a estrutura do «Estado Novo» mantém-se na sua essência. Conservam-se no novo Governo ministros de Salazar, tropas portuguesas continuam a embarcar para África para matar e morrer na luta contra a guerrilha. Não são permitidos partidos políticos. Não é concedida qualquer amnistia.

Recusa-se a liberdade de associação. A política externa não sofre alterações. Não aparece nova lei de imprensa. Nada do sistema corporativo é modificado.

Os bem-intencionados desculpavam Marcelo. O espírito de *renovação* que ele pretendera introduzir fora completamente aprisionado pela aposta na *continuidade* do Regime feita pelo velho Tomás e pela extrema-direita. Dizia-se, anedoticamente, a respeito da sua política governamental: «Não conhece o código! Fez sinal à esquerda e virou à direita!»

E, por tal motivo, o «trânsito» complicava-se cada vez mais.

Pela primeira vez em quarenta e quatro anos, porém, a Oposição foi às urnas em quase todos os círculos de Portugal e Ilhas nas eleições legislativas de 1969.

Aos trinta e três anos, finalmente, votei. Embora navegando na total falta de esclarecimento sobre os programas políticos dos

grupos eleitorais da Oposição e consciente da existência de fraudes, que, embora menores, persistiam, e da impossibilidade de vencer a poderosa máquina do Regime, fui depor na urna a lista da CEUD. Eu queria era votar contra!

Soube com espanto que um camarada artilheiro, meu contemporâneo na Escola do Exército no ano lectivo de 55-56, Ernesto Melo Antunes, se candidatara a deputado integrado na lista da CDE pelo círculo de Ponta Delgada. E, claro, acompanhei o que lhe aconteceu depois de tal acto de coragem: residência fixa no Continente e negação permanente de colocação nos Açores, donde fora retirado e onde tinha a vida organizada.

A ANP, logicamente, venceu as eleições em todos os distritos, numa vitória pálida, descolorida, empanada pelo número avultado de abstenções que se verificou, superior ao de votantes. E em Julho de 1970, Salazar, depois de dois anos de vida artificial, deu a alma ao Criador acompanhado de muitas lágrimas de dor, mas por certo de um número muito mais vasto de suspiros de alívio. Ao menos daquele já estávamos livres!

Com o fim das eleições terminou também a esperança da «Primavera política» para a Oposição legal. Mário Soares foi obrigado a exilar-se de novo. Outros chefes oposicionistas foram perseguidos e encarcerados. A CDE e a CEUD não foram autorizadas a prosseguir nas suas actividades. E só restou aos progressistas acompanharem, com simpatia, a actividade, que nos parecia ousada, dos deputados da chamada ala liberal na recentemente eleita Assembleia Nacional. Sá Carneiro, Pinto Leite, Leonardo Coimbra, Miller Guerra e outros propõem reformas avançadas e animam uma comissão de inquérito sobre presos políticos. Uma vigorosa intervenção de Pinto Leite contra a guerra colonial faz-nos vibrar. Lembro-me de ter guardado, cuidadosamente, o recorte da notícia. Era uma intervenção muito importante, pois o Governo não tolerava qualquer discussão sobre a permanência de Portugal nas colónias ou sobre a forma de resolver o conflito.

Em Abril de 70, choca-nos brutalmente a notícia da morte de três brilhantes oficiais superiores do Exército, atraídos a uma cilada perto de Jolmete, no Norte da Guiné, e chacinados pelas forças do PAIGC. Raul Passos Ramos, major de Artilharia, que fora meu instrutor na Escola Prática da Arma, em Vendas Novas, como

capitão, que considero ainda hoje o melhor oficial do Exército português que conheci, no conjunto das qualidades profissionais e humanas; Joaquim Pereira da Silva, major de Artilharia, que não cheguei a conhecer pessoalmente; e Alberto Magalhães Osório, brilhante e renomado major de Infantaria.

Estupor de guerra que permitia que fossem ceifados em plena pujança, quando tanto deles ainda havia a esperar, três valores humanos daquele quilate!

Em Julho de 70, ainda na Guiné, novo e brutal desastre. Um helicóptero, de uma formação de três que se deslocara a algumas zonas a norte de Bissau, foi apanhado por um súbito tornado e despenhou-se no rio Mansoa, morrendo todos os seus ocupantes: os deputados Leonardo Coimbra, Pinto Leite e James Pinto Bull, que se encontravam de visita a Guiné, e o capitão de Cavalaria Carvalho de Andrade, jovem, competente e dinâmico oficial em serviço no Comando-Chefe e que acompanhava a visita.

Mobilizado em Julho para a Guiné, parti em 16 de Setembro, de avião, para Bissau, para ir ocupar no Quartel-General do Comando-Chefe a vaga deixada em aberto pela morte do capitão Carvalho de Andrade. Seria a minha terceira e última comissão nas colónias e dela guardaria boas e más recordações.

11. UM CANDIDATO A PRESIDENTE NA LINHA DE MONTAGEM

Em Setembro, após uma conferência que se efectua em Roma, realizada pelos movimentos de libertação das colónias, o Papa Paulo VI recebe os principais dirigentes nacionalistas africanos, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos. Os Padres Brancos, missionários católicos em Moçambique, abandonam a colónia criticando severamente o colonialismo. Parece que a Igreja procura distanciar-se do regime vigente em Portugal.

Em Outubro desencadeia-se em Lisboa a luta dos metalúrgicos, logo seguida, poucos meses depois, da dos empregados de comércio e escritório. A Polícia de Choque reprime violentamente manifestações de rua. E em 22 de Novembro, em Nova Lamego (Gabu), onde me encontrava acompanhando uma equipa da RTP que percorria a província, gravando as mensagens de Natal dos militares para as famílias («Muitas "espropriedades" e adeus até o meu regresso»), sou apanhado de surpresa pela invasão da Guiné-Conacri por forças estrangeiras, sendo as tropas portuguesas imediatamente inculpadas por Seku Turé nos primeiros comunicados.

O acontecimento deixou-me estupefacto. No que me dizia respeito, o segredo da operação fora total. O comandante do batalhão ali sediado não acreditava que eu, sendo oficial do Comando-Chefe, não estivesse no segredo dos deuses. Mas fui obrigado a confessar a minha ignorância. E no entanto, posteriormente, vim a saber que a invasão, feita com base nos comandos africanos preparados na ilha de Soga, no arquipélago dos Bijagós, era assunto discutido pelas esposas dos oficiais nos cabeleireiros da baixa de Bissau antes de se ter realizado.

Ao regressar à capital, soube pormenores. Efectivamente, a 1.ª Companhia de Comandos, comandada por João Bacar Jaló, formara o grosso da coluna invasora. Alpoim Calvão, comandante do Centro de Operações Especiais do Comando-Chefe, assumira o comando militar da operação. O seu adjunto, capitão «pára» Lopes Morais, e o grupo especial do Centro, liderado por Marcelino da Mata, haviam também participado, bem como fuzileiros africanos sob o comando dos tenentes Rebordão de Brito e Benjamim Abreu. O supervisor dos comandos africanos, major Leal de Almeida, tivera uma cena tempestuosa com Spínola por se recusar a participar, e este, furibundo, chamara-o ao palácio para, na presença de Alpoim Calvão, lhe arrancar dos ombros os galões e os atirar ao chão. Leal de Almeida fora-se a baixo e acabara por embarcar. A viagem fora feita nas LDG (lancha de desembarque grande) e a aproximação de Conacri, de noite, em botes de borracha. Em Bissau, aguardando ansioso as «boas» notícias sobre a missão, ficara Spínola, o chefe supremo e respeitado, e os seus mais directos e leais colaboradores, tenente-coronel Robin de Andrade, chefe do Estado-Maior do QG do Comando-Chefe, major Firmino Miguel, chefe da Repartição de

Operações, e major Jorge Pereira da Costa, chefe da Repartição de Informações.

Ainda hoje desconheço quais seriam, exactamente, os objectivos da missão, mas parece não restarem dúvidas de que, entre eles, estariam os assassínios de Amílcar Cabral e de Seku Turé, o silenciamento de Rádio Conacri, a destruição da sede do PAIGC, a destruição de aviões na base aérea local e a libertação de prisioneiros de guerra portugueses retidos nas prisões da cidade.

De todos esses desideratos, por deficiente informação ou por menos eficiente actuação do pessoal empenhado na acção, só o último acabou por ser cumprido. O *raid*, uma imitação decalcada dos «bons» exemplos israelitas, foi frustrante, embora eu tenha notícia de que a entrada dos comandos e fuzileiros guinéus em Conacri e a posterior retirada se processaram com a maior tranquilidade. Fardados com o uniforme do PAIGC e armados de *Kalashnikov*, não tiveram a mínima oposição por parte de quem quer que fosse, o que dá bem conta da «pexotice» dos guineenses.

Eu ficara colocado, à experiência, na chefia da Secção de Radiodifusão e Imprensa da Repartição de Assuntos Civis e Acção Psicológica (Repacap). Este, era um departamento muito importante. O seu peso e influência faziam sentir-se não só no Comando-Chefe como em toda a actividade civil e militar desenvolvida na província. Chefiava-o um major do Corpo de Estado-Maior, Lemos Pires, habilíssimo, calculista, de uma inteligência sólida e agressiva, que depois de um primeiro contacto difícil com Spínola, sempre de pé atrás em relação aos homens do Estado-Maior, acabara por se agarrar ao lugar por mérito indiscutível, assumindo funções de conselheiro imprescindível.

Terminada a sua comissão em Angola, de Novembro de 61 a Março de 64, Spínola regressara à Metrópole, comandando o Batalhão de Cavalaria 345, após os últimos dez meses passados, em descanso final, em Sá da Bandeira. Um enormíssimo cartaz de uns vinte metros de comprimento ornamentava o *Vera Cruz* à sua chegada ao cais de Alcântara: AQUI É A CASA DA CAVALARIA. Era o espírito de Mouzinho, a retumbância da carga da brigada ligeira, que Spínola queria encarnar. Todos os seus esforços se orientavam no sentido de o aceitarem como o patrono vivo da Arma gloriosa. Julgo que em parte o conseguiu. Quando regressou a Lisboa, procedente de Angola,

o seu nome era já murmurado, com respeito e devoção, por milhares de bocas. Era um novo mito que nascia.

Assim, em cinco anos apenas, Spínola ascende fulgurantemente de tenente-coronel a brigadeiro. Após zombetear por Pedrouços no Curso de Altos-Comandos, do qual sai em Junho de 1966 com a classificação de «muito apto», é promovido a brigadeiro em Dezembro do mesmo ano, assumindo o cargo de 2.º-comandante-geral da Guarda Nacional Republicana em Janeiro seguinte e sendo nomeado, em Maio de 68, para ir assumir, por escolha do Conselho de Ministros, a governação e o comando-chefe das Forças Armadas da Guiné.

O facto de seu pai ter sido inspector-geral de Finanças e chefe de gabinete de Salazar, quando ministro das Finanças, permite-lhe um acesso ainda mais fácil junto do ditador, ao qual coloca certas condições para a assumpção de funções. Salazar aceita-as. E Spínola parte, com a carta de comando no bolso, disposto a tirar dessa nova e honrosa comissão o maior lustre possível, transformando-a num estágio de elevada rentabilidade para voos mais altos. A sua ambição é um cavalo selvagem que mal consegue dominar. Sabe o que quer e para onde vai. A Presidência da República atrai-o com uma força irresistível.

Selecciona, muito criteriosamente, os seus colaboradores. E é uma honra ser escolhido pelo «Velho» para fazer parte da equipa. Nela ocupam imediatamente lugar oficiais no activo que com ele haviam partilhado das «gloriosas façanhas» do Batalhão 345 em Angola: Almeida Bruno, Henrique Godinho, Monteiro Pereira. O critério selectivo tem como bases fundamentais ser ex-aluno do Colégio Militar e, sobretudo, oficial de Cavalaria. E aí temos Pedro Cardoso, que faz nomear secretário-geral da província, Matos Guerra, Robin de Andrade, Alves Ribeiro, Carlos Morais, Ricardo Durão, Almeida Brito e, mais tarde, Lopes Cavalheiro, Dias de Lima, Fernandes Tomás, Ayala Botto, Rafael Durão, Vaz Barroco, Manuel Monge. Recupera Carlos Azeredo, que, ainda fortemente traumatizado com a queda da Índia, estava decidido a passar à reserva e se predispõe a acompanhá-lo.

Fora do leque dos seus fiéis e devotados seguidores e agora a conselho destes, aceita o que de melhor existe no mercado da competência militar, mesmo que sejam oficiais do Estado-Maior ou de outra Arma: Belchior Vieira, Raul Passos Ramos, Magalhães Osório,

Firmino Miguel, Lemos Pires, Caçote, Pereira da Costa, Artur Baptista, Fabião, Renato Miranda, Hugo Rocha, Artur Beirão, Ramalho Eanes.

Eu não preenchia, de forma alguma, os requisitos mínimos para poder ocupar lugar de relevo na selecção spinolista. Considerava-me um bom oficial, de *curriculum* limpo e honroso, mas não atingindo nem por sombras as culminâncias das estrelas que faiscavam naquele firmamento. Ambicionava, depois de duas comissões de comando de tropas, fazer uma em Quartel-General, para viver a experiência daquela guerra prolongada do ponto de vista, mais elevado por certo, do «ar condicionado». Aqui os horizontes seriam seguramente mais vastos: uma mão colocada em cima da carta topográfica ocupava logo uma área de largas dezenas de quilómetros quadrados. Num comando de subunidade, éramos combatentes de vistas estreitas, colocando um pé à frente do outro no palmilhar cauteloso de dezenas de quilómetros, por carreiros ou a corta-mato, por matas densas ou capinzais cortantes, sempre na esperança de que, no meio de tantos camaradas, não fosse o nosso o pé que pisasse a mina ou o pulmão que fosse furado pela bala. Faltava-me, da guerra, a visão larga, clara e olímpica que o ar condicionado e a alcatifa por certo me proporcionariam.

Tinha a perfeita noção também, sem pretender ser modesto, de que, dadas as condições, iria encontrar um ambiente de competência profissional que me abriria mais facilmente as portas a novos conhecimentos. E que eu seria, entre ases, reis e valetes, um terno de três galões perdido no meio do baralho. Pouco me importava. O tipo de comissão e o facto de ficar colocado em Bissau e poder ter comigo a minha mulher e os meus três filhos confortava-me.

Mais do que respeito e admiração, foi ansiedade e medo o que eu vi nos olhos e atitudes de muitos comandantes de batalhão na Guiné. E Spínola era o principal responsável. Os pobres homens viviam no temor permanente de que o helicóptero ou o avião transportando «o Velho», de camuflado, monóculo, luvas e pingalim, e os seus acompanhantes do Comando-Chefe, aterrasse na pista da localidade para uma visita inopinada do general.

Spínola irradiara já, por atribuída incompetência, alguns oficiais superiores e capitães das suas funções de comando, mandando passar-lhes guia de marcha perante formatura da unidade que o

oficial abandonava. Isto, de certo modo, equivalia à morte militar do oficial atingido. E «o Velho» comprazia-se, depois, a colher os frutos dessas sementes de terror que ia lançando, conseguindo das unidades militares em serviço no teatro de operações um nível elevado de operacionalidade, que passava por dezenas de noites insones, por nervos esfrangalhados, por envelhecimentos precoces.

Um tenente-coronel gasto e olheirento, que eu conhecera alegre capitão como meu comandante de companhia na Academia Militar, aconselhou-me:

— Olha, Otelo, o que interessa nesta comissão é aguentar os dois anos sem levar uma porrada. Estou quase a acabar a minha e parece que me safo. Mas isto custou-me o engolir muita coisa. Faz o mesmo. Procura só aguentar os dois anos. Mesmo se quisessem ir-me ao cu, eu despia as calças e punha-me a jeito, é o que te digo. É preciso é não fazer ondas.

— O meu tenente-coronel nem parece o jovem capitão que na Academia Militar nos acordava à alvorada com umas graças ditas, nominalmente, através do microfone. Não o reconheço.

— Eh pá, isso era dantes. Não sei se é só o Spínola que provoca em mim esta reacção de pânico ou se a idade também ajuda. Mas aceita o meu conselho se te queres safar desta. Estes tipos rebentam connosco. Faz por esquecer a tua dignidade.

Comandava um batalhão a algumas dezenas de quilómetros de Bissau e conseguiu regressar a Lisboa, como desejava, com a folha limpa. E depois do 25 de Abril, apesar das tremendas dificuldades que teve de enfrentar, parecia ter remoçado no comando de uma unidade da Região Militar de Lisboa.

O comandante do batalhão de Nova Lamego confessou-me que não conseguia dormir mais de duas a três horas por noite e, quando tal acontecia, sentia-se feliz. Deitava-se permanentemente angustiado com a possibilidade de receber nesse dia a visita do general e que alguma coisa no quartel estivesse menos bem ou que ele não fosse capaz de, a todas as perguntas do «Velho», dar a resposta pronta e reveladora do perfeito controlo da sua unidade. Conhecera-o major vigoroso e decidido, em 1962, como 2.º-comandante do batalhão sediado em Noqui, no Norte de Angola. Era agora, realmente, um homem diferente.

Três anos de permanência na Guiné e no Comando-Chefe deram-me a possibilidade de conhecer Spínola mais de perto. E de admirar nele extraordinárias qualidades de chefe militar e de governante. Dotado de invulgar resistência e capacidade de trabalho, deitava-se tarde e levantava-se cedo, cumprindo quotidianamente um apertado programa. Raro era o dia em que, de uniforme camuflado ou de serviço, não tomava lugar em helicóptero ou avião para ir de visita a um ou mais destacamentos militares ou a uma qualquer localidade contactar com a população nativa, assistir à fase final de instrução de uma nova companhia de milícias, a uma cerimónia de juramento de bandeira ou à inauguração de qualquer melhoramento. No regresso a Bissau, invariavelmente, deslocava-se ao Hospital Militar para uma visita aos internados. E conhecia os seus nomes e os seus males, interessava-se pela evolução dos casos clínicos, interpelava os médicos e as enfermeiras com agressividade sobre a assistência prestada aos doentes ou feridos em combate. Os minutos passados nas viagens aéreas serviam-lhe para ir lendo e despachando o expediente do Governo ou do Comando-Chefe que o ajudante transportava em grossa pasta. E de tarde, trajando impecavelmente à civil, recebia, como governador, todos aqueles a quem tinha sido marcada entrevista antecipada.

Cerca das dezanove horas o general deslocava-se ao QG do Comando-Chefe, no Forte da Amura, onde pontificava no *briefing* diário sobre a situação militar no teatro de operações. Ouvia as exposições dos chefes das repartições de Informações e de Operações e interpelava outros responsáveis que considerasse de interesse. Tomava decisões. E era confrangedor observar como tratava com brusquidão e desprezo o comandante naval e o comandante militar, aos quais, por norma, não permitia que abrissem a boca.

Invariavelmente, pelas vinte e trinta, recebia convidados para jantar consigo, a esposa e o ajudante, no Palácio. E após a saída daqueles, pelas vinte e três horas, permanecia ainda até tarde no seu gabinete de trabalho, só ou em conversa com os seus mais fiéis acólitos.

Admirando «o Velho» como chefe militar, não o respeitava como homem. Nunca deixei de manter a convicção, rápida e facilmente adquirida desde 62 em Angola, de que, embora inegavelmente possuidor de excelsas qualidades de chefe militar, Spínola as aplicava,

embora invocando permanentemente «a Pátria», em exclusivo proveito próprio, para seu engrandecimento e satisfação narcísica da sua vaidade e da sua ambição pessoal. Os seus defeitos sobrepujavam as qualidades. Mas o reconhecimento destas só fazia com que visse nele o adversário que se admira e respeita e não o chefe que se ama. Não me deslumbrava de forma alguma. Antes fazia nascer em mim a quase necessidade física de o afrontar.

Medularmente vaidoso e autoritário, sempre o reconheci totalmente incapaz de se atribuir o mínimo erro ou de debitar a mais suave autocrítica. Sendo detentor da razão e da verdade absolutas, era com displicência e sem remorso que liquidava o bode expiatório escolhido para arcar com as responsabilidades de qualquer falhanço pessoal. Fortemente inclinado ao favoritismo, seleccionava sempre o «culpado» obviamente fora do círculo fechado dos seus fiéis. Assumindo o carisma e o *panache*, demagogo em extremo, nunca entendi com clareza se as qualidades que nele admirava eram autênticas e humanas ou se cultivadas com esforço a fim de construir artificialmente uma personagem.

A Secção de Radiofusão e Imprensa (SRI), que eu ficara provisoriamente a chefiar após a minha chegada à Guiné, era de importância decisiva para a consumação do projecto de propaganda e engrandecimento de Spínola. Nela se cozinhava toda a (des)informação que era depois veiculada, apenas através de meios rádio, e, mais tarde, com a criação do jornal *Voz da Guiné*, também pela imprensa, para toda a província e países limítrofes, e ainda a que na carreira trissemanal dos aviões TAP era enviada aos contactos spinolistas que na Metrópole a faziam chegar à rádio, à imprensa e à televisão, enaltecendo permanentemente a figura e a acção do general, cimentando degrau a degrau a escada sólida de acesso à mais alta magistratura da Nação. Vi ali como, peça a peça, se fabricava um presidente. E o candidato jogava a fundo na sua construção, fortemente apoiado pelos seus asseclas, que obviamente, do edifício erguido, recolheriam dividendos.

Um programa de rádio destinado às Forças Armadas em «missão de soberania» na província (PFA), um programa de línguas nativas e de francês, destinado a ouvintes guinéus habitando o território da Guiné-Bissau e aos refugiados no Senegal, Gâmbia e Guiné-Conacri, com emissões em crioulo, manjaco, fula, mandinga e

balanta (PLN), e o sector de imprensa, constituíam as subsecções do importante centro nervoso da secção que era a SRI.

Na Subsecção de Imprensa elaboravam-se as notícias respeitantes à actividade do governador e comandante-chefe. E não havia informação, por mais insignificante que fosse, que Spínola não controlasse, lendo-a meticulosamente, em despacho de expediente da repartição ou isoladamente quando era caso disso.

Nesta subsecção desempenharam a sua comissão de serviço oficiais milicianos extremamente competentes para a finalidade que Spínola pretendia atingir. Sem dúvida alguma! Foram mesmo altamente elogiados e louvados pelo comandante-chefe pela forma honrosa e meritória como se desincumbiram das suas funções. Sem surpresa, vim a topar, posteriormente ao 25 de Abril, os nomes de alguns deles integrados em partidos políticos de extrema-direita, como Luís Fernandes Semedo de Sá Cunha e José Vale de Figueireido, fundadores e militantes do Partido do Progresso, tendo o último acompanhado Spínola no exílio, integrado o MDLP e participado no *affaire* Walraff.

Lemos Pires, chefe da Repartição, não teve possibilidades de colocar na subsecção, durante a permanência nela de Sá Cunha, um bom jornalista de feição progressista que desempenhava funções como oficial miliciano na chefia do Serviço de Orçamento e Administração, José Manuel Teixeira, hoje chefe de redacção da revista *Opção*, dirigida por Artur Portela Filho. Lemos Pires bem gostaria de ter alargado um pouco mais o leque de opções políticas em serviço na secção, mas Teixeira acabou por ser vetado, acusado de «perigoso comunista». Curiosamente, em 25 de Abril, chefiava a subsecção desde pouco antes da partida de Sá Cunha para a Metrópole, o capitão miliciano José Manuel Barroso, jornalista do *República*, um dos múltiplos sobrinhos de Maria Barroso e, por afinidade, de Mário Soares, que viria a integrar na Guiné a Comissão Coordenadora do MFA.

Era mais do que evidente que eu não podia ficar durante muito tempo a chefiar secção de tão grande importância e delicadeza. A desconfiança natural e óbvia que em relação a mim desde o início existiu, somou-se a minha repulsa pela actividade permanente de manipulação da informação, que daquele laboratório saía tenden-

ciosa, falsa e deturpada. Reconhecia que em guerra psicológica dirigida contra o inimigo ou em campanha de promoção do produto Spínola não se devia olhar a determinados meios para atingir fins muito específicos, mas a verdade é que me sentia oprimido por participar em semelhante tipo de actividade.

A boa ocasião para a transferência de serviço surgiu, quando Barry, um guineense de Conacri em serviço no PLN, produziu um texto que emitiu, num domingo, no qual incluía algumas palavras proferidas de improviso por Spínola, dois dias antes, numa cerimónia realizada na área de Bissau.

O PLN (Programa de Línguas Nativas) fugia completamente ao meu controlo. A sua total responsabilidade e coordenação eram assumidas pelo adjunto da repartição, major Tomé Falcão, que mais tarde, abandonando a repartição, seria nomeado chefe dos Serviços de Educação da Província e comissário provincial da Mocidade Portuguesa, além de primeiro e único (pois não houve tempo para mais...) presidente da Comissão Provincial da ANP, criada por Tomé Falcão a partir da chamada Liga dos Povos da Guiné (LPG), na qual fizera convergir antigos elementos de certa influência do PAIGC e da MING e que haviam desertado ou sido capturados pelas tropas portuguesas, como Cesário Alvarenga, Nicolau Martins Nunes e outros.

Alípio Tomé Falcão cozinhava ainda os programas de rádio em língua francesa que Barry e Djaló emitiam para a Guiné-Conacri e o Senegal, tudo em ambiente de mistério e confidencialidade, não fosse o veneno injectado salpicar desnecessariamente cidadãos menos conspurcados. Mas o major entrara de licença e Barry, não tendo contas a prestar a mais ninguém, produzira o programa no sábado e emitira-o, à sua exclusiva responsabilidade, no domingo de manhã.

Nesse dia, um dos ajudantes de Spínola felicitou-o vivamente pelo excelente improviso pronunciado por Sua Excelência, que acabara de ouvir através dos microfones da Emissora Oficial. «O Velho» ficou furioso. Ninguém o avisara de que as suas palavras iriam sair num programa gravado e, tendo sido ditas de improviso, precisavam de ser por si ouvidas e analisadas como era norma, para que a sua autorização fosse concedida. Spínola chegava a gravar no Palácio, posteriormente a um discurso proferido de improviso, um outro discurso agora escrito, gravando-se simultaneamente ruídos

de multidão, palmas e vivas para parecer autêntico, se o improviso não lhe agradava. O sistema havia sido furado. Sua Excelência mandou Robin de Andrade proceder a averiguações.

Estas eram fáceis e rápidas. Tomé Falcão, tendo entrado em curto período de licença para desenvolver as suas actividades políticas, mantivera-se em Bissau, garantindo uma passagem diária pela repartição para assegurar a sua parte de responsabilidade no serviço. Não entregara a ninguém o controlo da actividade que lhe cabia e Barry, tendo necessidade de gravar o programa, fizera-o nos termos habituais.

A minha surpresa foi total quando Lemos Pires me chamou ao seu gabinete para me informar de que Robin de Andrade já garantira a Sua Excelência que o caso não se repetiria e que tinha sido apenas um lapso natural de um capitão que havia chegado apenas um mês antes da Metrópole e que, tendo assumido provisoriamente a chefia da SRI, estava ainda verde em trabalho de tanta responsabilidade. Iria ser repreendido.

Verde fiquei eu com aquela história! A revolta cresceu em mim. Protestei vigorosamente. Lemos Pires anuía, dava-me razão. Sabia de sobejo que eu não tinha a menor culpa, mas não convinha nada, naquela altura, pôr minimamente em xeque a figura de Tomé Falcão perante Spínola, devido ao trabalho político que aquele desenvolvia.

Sempre gostei de assumir a responsabilidade dos actos por mim praticados, felizes ou errados. Aquilo, porém, excedia-me. Lembrei-me da anterior recomendação derrotista do tenente-coronel comandante do batalhão, mas era nula a minha predisposição para desapertar o cinto e baixar as calças...

— O meu major não acredita com certeza que eu vá engolir semelhante coisa. Não estou disposto a aceitar uma punição por um acto que não cometi e do qual não sinto a mínima partícula de responsabilidade — afirmei-lhe, tenso.

— Ninguém melhor do que eu sabe que você tem toda a razão. Porém, isto é um caso político, e é difícil encontrar melhor solução. Eu, é evidente, não o repreendo. E você, se o Robin lhe perguntar alguma coisa, diz que sim, que eu o chamei ao gabinete e o repreendi. Se não quiser aceitar esta situação, pode evidentemente reclamar por escrito, mas digo-lhe desde já que não ganha nada com isso.

E o que lhe pode acontecer é chatearem-se consigo e mandarem-no para o mato a comandar uma companhia — retorquiu, hábil, Lemos Pires.

Sufoquei a raiva e aceitei a chantagem. Bolas, amigos, estava farto de guerras de mata e morre até aos gorgomilos! Foi-me garantida pelo chefe a rápida transferência de secção. E passando-me a mão pelo pêlo, disse-me que não pensasse mais naquilo, que o que já conhecia de mim era o bastante para me considerar imprescindível na repartição e que lhe dava enorme satisfação o facto de eu não ir, teimosamente, reclamar de uma punição que ao fim e ao cabo não existia e que ia estragar a possibilidade de continuidade da minha presença na Repacap.

Um mês depois, aproveitando a transferência da quase totalidade da repartição para instalações no Forte da Amura, mudei também para lá, ficando integrado na Secção de Acção Psicológica, Subsecção de Operações Psicológicas. Só a SRI continuou nas antigas instalações, uma vivenda enorme, cercada de jardins, a meio da Avenida Arnaldo Schultz. Assim era necessário, pois lá se encontravam montados os estúdios de gravação.

Regressado de Vila Teixeira Pinto (Cachungo) cumprida a sua missão no CAOP 1 (Comando do Agrupamento Operacional N.º 1), assumiu a chefia da SRI, finalmente, um homem de inteira confiança, oficial de prestígio já firmado, cujas qualidades de trabalho e dedicação ao serviço e à causa compensavam largamente o carácter fechado e difícil: António Ramalho Eanes, capitão de Infantaria com dez anos de permanência no rosto.

12. «O MEU GENERAL É DOIDO»

Uma verdadeira legião de jornalistas e de realizadores de programas de rádio e televisão de órgãos de informação nacionais e estrangeiros tomou Bissau como centro privilegiado da sua atenção a partir da

aventura de Conacri. E foi devido aos meus conhecimentos de francês e inglês que, já desempenhando funções na Subsecção de Operações Psicológicas, me vi empurrado para o exercício da actividade, sensível e responsável, de relações públicas, programando, acompanhando e interpretando entrevistas e explicações junto de todos os visitantes que anualmente demandavam a Guiné-Bissau.

Era um tipo de funções que me agradava. Embora, por vezes, se me deparassem súbitas e até mesmo penosas dificuldades. Quando acompanhava jornalistas mais desinibidos ou de sectores politicamente progressistas, nacionais ou estrangeiros, e me via em palpos de aranha para, tentando não fugir à verdade dos factos, encontrar a resposta mais equilibrada e adaptada às normas de actuação política que me eram impostas; para fornecer as melhores justificações para o facto de fazermos determinados percursos de avião ou de helicóptero em vez de utilizar a viatura; para, perante insistências dos mais profissionais e ousados, arriscar a jornada por picadas e estradas de alcatrão em jipe ou *Berliet*, sabendo o que isso ia custar aos pobres soldados das guarnições militares, que desde as cinco da manhã teriam de palmilhar a picada espetando a ponteira de metro em metro ou montando rigorosa segurança para que nenhuma surpresa acontecesse.

Procurava criar-se nos visitantes uma imagem artificial da situação que se vivia na Guiné, atraindo-lhes a atenção para o extraordinário surto de progresso que o território sofrera desde a chegada à governação de António de Spínola e minimizando os êxitos em combate dos guerrilheiros do PAIGC, a pressão por estes exercida nos sistemáticos ataques a quartéis das nossas tropas, a dificuldade em circular por estradas e picadas que a colocação de minas e armadilhas implicava, as zonas onde se tornava difícil e temerária a penetração, o emprego maciço, contra as áreas prováveis de refúgio no interior do território e mesmo no Senegal e na Guiné-Conacri, de bombardeamentos da nossa artilharia (cento e trinta e sete bocas de fogo, de médio e grosso calibre, num território do tamanho do Alentejo) e da Força Aérea.

Claro que a maioria dos visitantes se deslocava a Bissau precisamente para ouvir e depois relatar as coisas lindas, óptimas, que sob a égide de Spínola se estavam a fazer na província. Pediam números que demonstrassem a execução em ritmo acelerado do

plano de desenvolvimento POR UMA GUINÉ MELHOR, obtinham umas fotografias demonstrativas da sua presença no local, escutavam o *briefing* sobre a situação que a repartição lhes fornecia, passavam o número de dias indispensável ao cumprimento da missão imprecando contra os chuveiros ou as ventoinhas avariadas do Grande (!) Hotel e partiam, finalmente, em paz com a sua consciência. Alguns, para aumento do seu bem-estar profissional, obtinham de Sua Excelência uma entrevista.

O que não era difícil. Spínola facilitava tudo o que permitisse falar-se de si e da «sua obra». E além disso as entrevistas concedidas davam-lhe a possibilidade franca de aumentar rendimentos quando publicadas, em conjunto com os discursos, em volumes pressurosamente editados pela Agência-Geral do Ultramar.

Mas nem todos os visitantes se predispunham a ser docilmente injectados com a propaganda spinolista da GUINÉ MELHOR e do seu taumaturgo. Alguns vinham informados, queriam ir a determinados sítios. Investigar, falar com as pessoas, cheirar a verdade das coisas. Não se limitavam, de forma alguma, a participar no endeusamento da personagem e da sua obra sem primeiro tentar descobrir o que havia para lá da cortina.

Eram realmente os mais difíceis. E um, especialmente, me ficou na memória: Jimmy Hoagland, norte-americano, correspondente do *Washington Post* em Nairobi, rapagão alto e louro, rondando os trinta, de olhos azuis vivos e interrogadores.

Apareceu-me em Janeiro de 71 quando eu estava atarefadíssimo no acompanhamento do navegador solitário inglês Sir Francis Chichester, que aportara a Bissau para a partir dali atravessar o Atlântico norte e alcançar a Nicarágua. Não podendo desdobrar-me, levei Jimmy comigo numa curta viagem em LFP (lancha de fiscalização pequena). Deixou-me uns segundos embatucado quando à queima-roupa, tranquilamente, disparou: *Quantas coisas destas foram precisas para levar a tropa para a invasão de Conacri?* E riu depois, jovialmente, perante o meu ar embaraçado, na tentativa de descobrir rapidamente a melhor resposta.

Levei-o comigo a Tite, na margem sul do Geba, onde ia realizar-se uma sessão final de instrução de milícias com a presença de Spínola. Anteriormente, «o Velho» visitara, de surpresa, a instrução, e não lhe tendo esta agradado esbravejara com o comandante do

batalhão, ordenando-lhe a antecipação do prazo limite para o seu fim. A unidade andara, naqueles dias, num virote. E agora Sua Excelência ia a Tite fazer o teste final. O bom do comandante suava frio. No total, os homens tinham tido apenas quarenta e nove dias de instrução. O que iria sair dali?

Apresentei Jimmy a Spínola no local. «O Velho», felizmente, estava de boa cara. Passou revista, falou à formatura e viu a ordem unida. Gostou. E nas sessões de desmontagem e montagem de armamento e de tiro de carreira, tudo correu da melhor maneira. Diluía-se a tensão. E então perguntou Sua Excelência:

— Qual é, de todos os instruendos, o melhor atirador?

Breve hesitação. O major director de instrução interroga o alferes. Este apresenta um preto baixo, de olhos vivos.

— É este, meu general. Chamamos-lhe «o Americano».

Gargalhada geral. Traduzo para Jimmy a coincidência.

— Então, olha lá: como é que gostas mais de fazer fogo com a espingarda? De pé, de joelhos, deitado ou sentado? — pergunta Spínola.

— É detado na tchon — diz «o Americano», no seu português crioulo.

— Bom, então agora quero ver a tua pontaria a cem metros do alvo. Deitas-te aqui e vais apontar e disparar para o alvo que eu indicar.

O rapaz deitou-se, abriu as pernas, encostou a arma à cara. Spínola corrigiu-lhe a posição. E abandonando-nos, dirigiu-se, calmamente, para a zona dos alvos de silhueta. Entreolhámo-nos, em muda interrogação. E logo o comandante, pressuroso, correu atrás do «Velho».

— Vá lá pró pé dos outros — atirou-lhe Spínola.

— Mas, meu general, eu vou com Vossa Excelência. É o meu dever.

— Vá lá pra trás, já lhe disse.

O tenente-coronel regressou. «Vocês viram? Eu não tenho culpa!», *dizia* a sua expressão.

— Ele não me deixa ir para o pé dele! O que é que irá fazer? O meu dever de comandante é estar ao pé do nosso general!

— Deixe lá, meu tenente-coronel, não há nada a fazer — disse-lhe, experiente, o ajudante de Sua Excelência.

Chegado aos alvos, Spínola apontou com o pingalim para um deles e gritou:

— Estás a ver este? Atira para ele.

Não se encontrava a mais de um metro do painel. O comandante do batalhão transpirava. Torcia as mãos. «O Americano» aguardava a ordem para disparar.

— Então o que é que há? — gritava Spínola.

— Estamos à espera de que o meu general saia daí — ripostava, ofegante, o tenente-coronel. Desde alferes que lhe haviam ensinado que numa carreira de tiro, quando alguém faz fogo, *todos* devem estar *atrás* das linhas, para evitar acidentes.

— Não saio nada daqui. O gajo que dispare. Se é bom atirador, não falha o alvo. Vamos lá depressa.

Jimmy não compreendia bem o que se passava. Expliquei-lhe.

— Mas o homem é doido ou quê? Ele sabe que «o Americano» só tem quarenta e nove dias de instrução acelerada e nunca tinha visto antes uma espingarda? É preciso dizer-lhe que se é por minha causa, para me impressionar, não vale a pena continuar o *show*. Já sei que ele é um homem valente.

Eu não queria acreditar que fosse só espectáculo. Mas a atitude de Spínola parecia-me tão fátua, incongruente e desnecessária que era difícil encontrar outra explicação. «O Americano» esbugalhava os olhos e mirava interrogativamente o comandante.

Com grandes recomendações de «vê lá isso, aponta bem, hã», o tenente-coronel fechou os olhos, murmurou uma prece e mandou fazer fogo.

Tudo correu bem. Após cada um dos dez tiros, Spínola apontava o impacte com o pingalim e elogiava o atirador. E todos sopraram de alívio, como um balão que se esvazia, quando a série terminou e o general nos chamou ao alvo para vermos os resultados.

Não tinham sido nada maus para um atirador inexperiente. «O Americano» passara no teste. E Spínola convencia-se de que também passara no teste do americano.

— Então o que disse o jornalista disto? Ficou de boca aberta, não? Nunca tinha visto uma coisa assim! — cutucava-me «o Velho», feliz, piscando-me o olho.

— Ele já me deu a sua opinião — retorqui-lhe.

— Ah! Sim? E então?

— Diz que o meu general é doido — provoquei.

Spínola, exultante, ria à gargalhada. Traduzi para Jimmy. Riu também.

Jimmy Hoagland obteve de Sua Excelência a entrevista fácil e habitual. Com a exigência, dessa vez, de as perguntas serem feitas por escrito. No palácio recebi de Spínola o folheto das respostas com a indicação de que não eram ainda versão definitiva, pois que essa estava a ser batida à máquina e iria levar uma lombada de fita gomada negra e melhor apresentação. Mas que de qualquer modo, sem traduzir na totalidade, eu interpretasse o sentido das respostas ao jornalista até à hora do jantar no palácio, para que estávamos convidados. Após o repasto, o próprio general entregaria a cópia final.

Assim fiz. E tendo terminado já muito tarde, no Clube Militar, a leitura e interpretação das respostas, deixei Jimmy no hotel o tempo suficiente para uma rápida mudança de roupa.

Foi penosa a sessão dos aperitivos. Com a preocupação das horas, esquecera-me completamente de ficar com as páginas dactilografadas na mão para as devolver a Spínola e Jimmy arrecadara-as. «O Velho» ficou em brasa e fez uma cena terrível, pouco se importando com a presença de minha mulher e da esposa. Vi-me obrigado a levar Jimmy ao hotel, no meio dos protestos deste, para recuperar o documento e devolvê-lo ao general. Que no fim do jantar, já prazenteiro, entregou pessoalmente ao jornalista a versão definitiva das respostas, entretanto já redigidas e preparadas por um dos seus acólitos de mais confiança.

Jimmy Hoagland ganhou nesse ano o Prémio Pulitzer de jornalismo pelo conjunto de reportagens que publicou no *Washington Post*. Claro que nunca deu a público a tal entrevista que quisera obter apenas para melhor definir o perfil de «um general de monóculo que lhe fazia recordar Eric von Stroheim nos velhos filmes românticos de 1930» e que ridicularizou quanto pôde nos seus artigos.

Obviamente, quem pagou por tal afronta fui eu. Spínola, furioso com as narrativas do jornalista, responsabilizou-me por elas. Como oficial acompanhante não soubera despertar em Jimmy o

ardente entusiasmo pela figura de Sua Excelência e pela GUINÉ MELHOR...

Ainda em Janeiro de 71 acompanho uma equipa do segundo canal da televisão da RFA (ZDF, de Wiesbaden). Tinham ouvido rumores que referiam encontrarem-se em Bissau elementos guineenses desafectos a Seku Turé, os quais, tendo participado ao lado das nossas tropas na invasão de Conacri, se haviam refugiado na Guiné Portuguesa.

Na repartição dissemos-lhes que não, que isso era falso, que as tropas portuguesas não tinham ido a Conacri. Eram atoardas inventadas pelo louco do Seku Turé. Na opinião do Comando-Chefe, a dita invasão fora obra de guineenses rebeldes ao regime de Turé auxiliados por tropas da Serra Leoa (!). Em Bissau não havia quaisquer rebeldes refugiados, mas sabia-se que alguns se tinham acolhido a tabancas na fronteira com o Senegal.

Os alemães querem à viva força filmar e fazer perguntas aos guineenses, que, é evidente, se haviam refugiado exactamente em Bissau. Ramalho Eanes é encarregado de montar a encenação. Os guineenses são fardados com o uniforme verde dos gendarmes da vizinha Conacri e colocados numa tabanca perto de Nhacra, a sessenta quilómetros de Bissau por estrada alcatroada. Pela minha parte circulo durante duas horas e meia, por picadas de areia, até ir parar a uma clareira onde Eanes nos aguarda com «um guia» que nos levará ao lado de lá da «fronteira» onde poderemos encontrar os rebeldes guineenses.

Ainda hoje estou para saber se os alemães desconfiaram da artimanha ou se foram no engano, convencendo-se de que estavam a pisar terras senegalesas sem passaporte quando se encontravam, afinal, a uma escassa hora de automóvel de Bissau.

A verdade é que, perante o meu embaraço, Lothar Müller, o repórter-chefe da equipa, fez as entrevistas situando-se na fronteira da Guiné-Bissau com o Senegal. E estava feliz. Um dos refugiados, Tidjiane Djaló, formara-se em engenharia electrónica na Alemanha Oriental e falava fluentemente o alemão. Ele e outros refugiados viriam a ser, tempos depois, controlados por Eanes, os animadores de um programa de rádio que, indo para o ar através das antenas da Emissora Oficial em frequência não autorizada e

por nós não utilizada, situavam as suas emissões como originárias de uma estação fantasma, algures em território da Guiné-Conacri.

Havia também bons momentos. Peter Hannes-Lehmann e Gerd Heidemann, jornalista e fotógrafo da *Stern*, ocuparam-me, em acompanhamento, durante vinte dias do mês de Março de 71. Com eles fiz toda a viagem, por picada, de Farim a Cuntima, e passei em Nema, a três quilómetros de Farim, onde pernoitámos, uma das noites mais agradáveis da minha permanência na Guiné: um belo jantar com leitão à bairrada, tostadinho como devia ser, regado com excelente vinho verde branco engarrafado, servido muito frio, e depois uma sessão de fados e cavaqueira, em que todos participámos, inclusive os alemães, até altas horas.

Comandava a companhia ali aquartelada um jovem oficial, excelente camarada, que mais tarde viria a reencontrar em Lisboa e a quem me ligaria, durante o tempo necessário, o que me parecia então indefectível amizade: Vasco Correia Lourenço, capitão de Infantaria, já em fim de comissão.

13. «PARA O POVO SE FAZ A FEIRA»

A Repacap vive em enorme azáfama nesse Março de 71. Lemos Pires «molha os galões» de tenente-coronel e Eanes os de major, no dia 1. E passamos o resto do mês a preparar, em frenesim, a chamada II Feira de Amostras-1971, que sob o *slogan* POR UMA GUINÉ MELHOR terá lugar de 20 de Março a 4 de Abril, na Praça do Império, fronteira ao Palácio do Governo.

Anunciada como sendo uma iniciativa da ACIAG (Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné), a Feira de Amostras não foi mais do que uma das muitas realizações em que a Repartição de Acção Psicológica se empenhou. Utilizando as técnicas de contrapropaganda, da refutação indirecta e da diversão, procurava demonstrar-se, por um lado, que o domínio da situação na Guiné

era tal que até a ACIAG se permitia, com o *aval* do Governo e do Comando-Chefe, «divulgar, através do certame, as actuais potencialidades e realizações que, no trilho certo da promoção das populações, conduzem a UMA GUINÉ MELHOR»; por outro lado, desviavam-se as atenções dos observadores nacionais e estrangeiros mais atentos, ainda demasiadamente interessados em escabichar o *raid* a Conacri, oferecendo-lhes outros centros de interesse.

Sendo uma acção psicológica perfeitamente definida e encaixada na manobra em curso no teatro de operações, a II Feira de Amostras-1971 foi uma descarada mistificação das massas populares. Num território onde até a água que os brancos bebiam era importada, que «amostra tanto quanto possível fiel do comércio nacional e estrangeiro e do esforço socioeconómico em curso» seria possível apresentar à luz crua das realidades? Compreenderam-no bem os comerciantes da província, que, avaros das suas mercadorias e sabendo de antemão que a Feira não só não lhes ia permitir um aumento de vendas mas ainda causar prejuízos resultantes da deterioração do material a expor, relutaram fortemente, acabando por ceder, remoendo blasfémias, perante a exigência de Sua Excelência.

Um rápido folhear do catálogo dos expositores (editado pela Repacap) é altamente elucidativo. Depois da primeira página em que se anuncia: «*Povo... e feira* — o Povo é sem dúvida o elemento primeiro da II Feira de Amostras. Para ele se faz a feira», lê-se nas seguintes o material ou produtos expostos pelas firmas comerciais de Bissau e, raras, do interior. Além das mobílias baratas, das malas de porão e dos tacos de exportação fabricados em Contuboel, dos mosaicos do Sr. Cardeira Gato e dos «artigos de panificação» da Padaria Africana, de fabrico local, o certame apresentava, nos seus *stands*, automóveis, electrodomésticos, material de fotografia e cinema, mobiliário de escritório FOC, grupos geradores, frezadoras, equipamentos industriais, malas de cânfora, instalações de frio, máquinas, mercearias, camiões, moto-bombas, artigos de agência de viagens, pneus *Good-Year*, tractores, etc....

Isto para já não falar nos gráficos estatísticos referentes à evolução do Banco Nacional Ultramarino e informação relativa à sua expansão; nos gráficos estatísticos e fotografias da Sofrigo; e nas fotografias dos pontos de escala, maquetas de aviões e traçado das

linhas no *stand* TAP. O que é que as massas populares guineenses percebiam de gráficos traçados em papel milimétrico?

Olhando para esta relação e atendendo ao real interesse, aos conhecimentos objectivos e ao poder de compra do «elemento primeiro da II Feira de Amostras-1971», é óbvio concluir-se pela existência de um franco desajustamento entre uma e outros.

Daí que as grandes atracções do certame tenham sido as sessões de luta no Estádio Municipal ali perto, os espectáculos nocturnos de folclore e um touro charolês, importado pelos Serviços de Agricultura e Pecuária, um matacão de quase duas toneladas que ruminava pachorrentamente, num cercado ao ar livre, perante o pasmo sincero do pagode, habituado ao raquitismo do gado bovino guinéu, por má qualidade dos pastos.

A Repacap mexeu, por detrás, todos os cordelinhos. «Picou» os comerciantes e industriais, pouco entusiasmados, com a promessa de indemnizações em caso de deterioração da mercadoria exposta. Distribuiu os *stands* pela Praça do Império e subsidiou a construção dos mesmos, elaborou toda a programação, tratou da maquetização e impressão de brochuras e desdobráveis. Mandou cunhar, na Metrópole, um medalhão comemorativo desenhado na repartição. No reverso, dois braços cujas mãos seguram simbolicamente dois instrumentos: na esquerda, o arado — o trabalho; na direita, o gládio — a força, «visando (a sua utilização, através de acções militares) o indispensável clima de tranquilidade às realizações socioeconómico-culturais». E ainda uma frase premonitória: «Melhor que a do passado firma-se no presente a Guiné do futuro.»

Fez-se, com a Feira, um despesão. Mas as verbas do Comando-Chefe eram vastas. Não se torna viável contabilizar nunca, em acção psicológica, o *deficit* ou o *superavit* de qualquer empreendimento, mas arriscaria a opinião de que, da Feira, não se tenham extraído grandes dividendos em termos de «manutenção de adesão das populações sob nosso controlo». De qualquer modo, a Feira de Amostras quebrou durante quinze dias a pasmaceira habitual e deu à cidade uma certa animação.

Com a repartição empenhada a cem por cento nesta realização, coube-me a tarefa de organizar os espectáculos de danças folclóricas e o da «Noite das Forças Armadas». Para os primeiros, lá providenciei, em conjunto com o Centro de Turismo, para a vinda a Bissau de

dançarinos fulas, mandigas, nalus, balantas, etc., de vários pontos da Guiné, com transportes em aviões militares e uma verba diária para alimentação. Foi um êxito. Durante sete noites a assistência entusiasmou-se com as evoluções dos dançarinos no enorme estrado que eu mandara construir para o efeito, chegando ao ponto de invadir o tablado num dia de mais acalorada exibição por parte das «bajudas» papéis seminuas da área do Biombo.

A «Noite Artística das Forças Armadas» teve igual sucesso. Com a participação exclusiva de militares em serviço no teatro de operações, consistiu num programa de variedades que incluía conjunto musical, palhaços, cançonetistas e jograis. Na terra dos cegos, a sessão teve de ser repetida três vezes, a pedido da burguesia local embevecida.

O êxito e a prática foram motivo exclusivo para a minha nomeação, um mês depois, para a organização de um grande espectáculo integrado nas comemorações das Festas da Cidade, promovido pela Câmara Municipal, sob a presidência de um dinâmico e controverso major de Cavalaria da equipa spinolista, Eduardo Matos Guerra, que meses antes terminara a sua comissão no Comando-Chefe como responsável da Secção de Reorganização e Defesa das Populações e fora substituído por Carlos Azeredo.

Julgo ter sido o conjunto das actividades por mim desenvolvidas nesses oito primeiros meses de comissão que permitiu a Lemos Pires «impor» a Spínola o meu nome para a direcção do Centro de Informação e Turismo da Guiné, em Junho de 1971. Eu tinha vindo a Lisboa para resolver o problema da aquisição, na planta, de um andar para habitação com um empréstimo hipotecário repentinamente posto à minha disposição pelos Serviços Sociais das Forças Armadas. E foi no dia em que, arrumado o assunto, regressei a Bissau, que tive imediato conhecimento, ainda no aeroporto, da minha nomeação e da sua publicação no *Boletim Oficial*. Irrecusável.

Fiquei «mosca». Lemos Pires aproveitara a minha ausência, não discutira o assunto comigo e, pressionado pelo «Velho» para desencantar um novo director para o Turismo(?), resolvera o berbicacho indicando o meu nome. Com a condição de eu continuar a desenvolver, na repartição, a minha actividade normal.

Eu nutria verdadeira aversão pelo desempenho de qualquer tipo de cargos civis de direcção ou chefia, mormente aquele, a que

ainda por cima competia, por acumulação legal, a presidência da Comissão de Censura aos Espectáculos. O CIT era um organismo de fachada, totalmente oco, vazio de sentido, o que não iria impedir que uma vez por outra não me visse obrigado, na minha função de director de serviços, a levar o expediente a despacho de Sua Excelência. O que francamente me desagradava.

Exprimi a Lemos Pires a minha contrariedade e relutância. E o meu desagrado por terem sido tomadas resoluções que me tocavam de perto sem haver sido escutada a minha opinião. Avisei-o desde logo que não ficasse admirado se dentro de muito pouco tempo houvesse bronca que me levasse a exigir a exoneração. Parecia que adivinhava.

Iniciei pois, a contragosto, a direcção do CIT, onde me deslocava uma a duas vezes por semana. E como presidente da Comissão de Censura aos Espectáculos aturava a chateza de em quatro de cada seis dias úteis assistir à exibição privada, às treze e trinta, depois do almoço, dos filmes que iriam proximamente para o cartaz.

As sessões realizavam-se na única sala de espectáculos da cidade, a do clube UDIB (União Desportiva Internacional de Bissau), a agremiação mais antiga da Guiné e considerada de utilidade pública. Por hábito, um dos elementos da direcção (e por vezes a mulher) tomava também lugar com a Comissão, no balcão do cinema, e assistia não só aos filmes mas também aos comentários e decisões daquela.

O incidente surgiu, afinal, muito mais rápido do que eu pensava, quando Manuel Oliveira, o elemento da direcção presente em determinada sessão, foi por mim convidado a abandonar a sala. Negou-se terminantemente a fazê-lo. Que não, que ele era da direcção, que a família era uma das proprietárias da sala, que tinha todo o direito de estar ali, que se quiséssemos que ele não assistisse tínhamos de ir para outra sala de espectáculos. E como não havia mais nenhuma em Bissau...

Gerou-se discussão. Eu não saí da minha e acabei por ganhar aquela pequena guerra, com o apoio da Comissão. Mas claro que a direcção da «utilidade pública», enxofradíssima e ultrajada no seu sentimento de posse, queixou-se em ofício confidencial a Sua Excelência de um «capitão com a mania que mandava nas pessoas respeitáveis». Eu também já tinha participado da ocorrência, claro.

Mas entre um capitão não pertencente ao redil spinolista e a «utilidade pública», Sua Excelência não teve dúvidas e optou por esta, o que me deu, de barato, o motivo para apresentar imediatamente o requerimento solicitando a exoneração.

Remeti-me desde logo à minha exclusiva actividade na repartição. E tendo passado uma semana sem que houvesse qualquer sinal da minha saída, pedi uma audiência ao secretário-geral. Por ele vim a saber que Ramalho Eanes também estivera para assumir as funções para que eu acabara por ser empurrado e que ele, Pedro Cardoso, não concordara com nenhuma das duas propostas apresentadas a Sua Excelência, pois «tanto o Otelo como o Eanes tinham uma personalidade demasiado forte para o desempenho do lugar, o qual exigia alguém mais maleável»!

O homem que jubilosamente me substituiu nas funções por mim tão efemeramente desempenhadas, era um capitão miliciano que comandava uma companhia a umas dezenas de quilómetros de Bissau. A prática foi-lhe favorável. Jorge Rangel é hoje director do Centro de Informação e Turismo de Macau.

Repentinamente, a 8 de Agosto, sofri o choque mais dramático e doloroso da minha vida. Minha filha Cláudia, de apenas sete anos de idade, uma coisinha linda e mimosa cheia de massa cinzenta e de personalidade, morreu no Hospital Militar ao fim de quinze horas dolorosas, vitimada por paludismo cerebral. Pela primeira e única vez na vida me vi obrigado a engolir comprimidos de um forte soporífero, que durante três dias me fizeram evadir deste mundo, caindo num torpor benéfico e repousante.

Foi um golpe muito duro. Mas, terminados os três dias de nojo concedidos pelo regulamento, regressei à repartição disposto a continuar o desempenho das minhas funções como se tivesse assistido a um acontecimento dramático exterior a mim próprio. Afinal, a vida continuava, enterrados os mortos. Havia sempre imenso que fazer e a ocupação permanente, absorvendo-me, aliviava-me.

14. «A MANOBRA PSICOLÓGICA EM CURSO»

Nesse mesmo ano realizou-se, com total responsabilidade de organização para a repartição, o II Congresso do Povo da Guiné. Em 1970, na tentativa de reconciliar as etnias fula e mandinga, ambas islamizadas mas ferozmente inimigas, o Governo reunira em Bissau representantes das duas, a nível de chefes conceituados. Depois de uma acção discreta mas firme por parte dos responsáveis nomeados por Spínola para tão delicada missão, alcançara-se um resultado altamente satisfatório, permitindo que no ano seguinte fossem nomeados régulos mandingas para a região de Farim-Oio, tradicionalmente considerada como «chão» mandinga e onde esta etnia tinha grande preponderância numérica. Os Fulas perdiam assim a sua influência naquela zona a nível de chefes e garantiam um tratamento digno aos Mandingas noutras zonas do Leste, protegendo-os de acusações sem fundamento e não permitindo o seu isolamento.

Foi enorme o interesse demonstrado por elementos de outras etnias para a realização de grandes encontros de representantes seus com o Governo para exposição de problemas de interesse geral e obtenção de soluções mais rápidas e eficazes. O Governo considerara a sugestão como de inegável interesse. E daquilo que foi inicialmente chamado o Congresso das Etnias da Guiné resultou, a partir de 1971, como actividade dominante no calendário da província e, consequentemente, da Repacap, o denominado Congresso do Povo da Guiné, já que não havia exclusão de etnias representadas mas sim delegados do povo vivendo em zonas não influenciadas pelo PAIGC. Considerando uma representação aproximada de um por mil (um «deputado» por cada mil habitantes) e uma população que rondava os quinhentos mil guinéus, era de cerca de quinhentos o número de «congressistas» presentes na fase cimeira em Bissau.

Apesar dos aspectos negativos de que obviamente enfermavam e das contradições profundas que os envolviam, os Congressos do Povo realizados em 1971 e 1973 incluem-se, à luz de uma análise que pretendo desapaixonada, nos acontecimentos de carácter político de maior relevância que me foi dado apreciar durante o governo de Spínola.

É certo que os «congressistas» não representavam senão a população guineense que vivia «à sombra da bandeira verde-rubra», sendo, em conclusão silogística, elementos de confiança das autoridades portuguesas; que a separação por etnias na realização da fase cimeira do Congresso perpetuava a divisão dos Guinéus, seguindo o velho e sempre profícuo lema dos governantes ditatoriais de «dividir para reinar»; que os «congressos» não tinham nem nunca teriam funções deliberativas de qualquer espécie mas apenas consultivas; donde, portanto, se poderia extrair a conclusão final sobre o forte conteúdo demagógico de toda aquela «operação psicológica» que fazia o indígena acreditar que «era gente».

Os mais acérrimos defensores dos Congressos do Povo (entre os quais o etnólogo Manuel Belchior, conselheiro especial de Spínola e da Repacap nestas realizações, a que se dedicava com entusiasmo) tinham resposta para os senões apontados. Claro que os «terroristas», as populações de apoio escondidas nas matas e os refugiados não podiam estar representados; que noventa e cinco por cento das massas populares, não evoluídas, não tinham ultrapassado ainda a barreira tribal e consideravam sem conteúdo a expressão «povo guinéu» e como realidades os povos fula, mandinga, balanta, etc., pelo que «exigiam» a separação étnica nos congressos; que os homens das sociedades tradicionais não estavam em condições de gerir os assuntos de um estado moderno apesar da sua capacidade de exposição dos problemas e de aconselharem com acerto a administração, pelo que os congressistas não podiam ter funções deliberativas. Conclusão governamental: não havia nos «congressos» qualquer demagogia mas tão-somente a auscultação sincera dos problemas das massas populares, expostas livre e desinibidamente pelos seus «representantes legítimos», de acordo com o estímulo injectado por Spínola nas suas alocuções: *O Congresso não é para vir aqui bater palmas ao governador, não é para vir aqui dizer que sim à política do governador, é para que cada um diga sinceramente o que pensa e faça abertamente as críticas que entenda dever fazer.*

Claro que ao falar assim, Spínola jogava no pleno e ganhava. A roleta estava viciada. Ele sabia que os «congressistas» nunca iriam atacar a *sua* figura ou o *seu* governo, mas abria-lhes a porta para intervenções críticas, como na verdade acontecia com frequência, a autoridades administrativas e até militares. E aí «o Velho» estava

no seu terreno. Encontrado o «bode expiatório», seguia-se a «charutada» habitual, a transferência de funções de comando, o regresso à Metrópole, enxovalhado, do militar ou do administrador caído em desgraça. E mais uns pontos a acrescentar na tabela classificativa do prestígio spinolista perante as populações domesticadas.

Apesar de tudo, de vez em quando, surgia o intempestivo. A pedrada inesperada vinha agitar as águas mansas e disciplinadas do lago governamental. Zacarias Jau, por exemplo, fula, Al Haji, sete anos de vida em Meca, chefe religioso temido e respeitado. Comido pela lepra benigna, as mãos defeituosas, o rosto fundamente marcado pela varíola, óculos de vidros verdes a esconder um estrabismo pronunciado, incisivos faltando no maxilar inferior. Um rosto duro, prognato, antagónico. A sua expressão também, sem reticências. Em permanência, a *djelaba* negra, o fez vemelho e a animosidade, a irreverência. As autoridades receavam-no. E suportavam-no a contragosto.

Em Bafatá, no grande anfiteatro natural do Parque Nova Sintra, intervindo sobre a problemática da guerra e da paz na Guiné, Zacarias desfere, peremptório:

«A guerra na Guiné só acabará quando os brancos um dia regressarem à sua terra.»

As autoridades religiosas e tradicionais da etnia fula que gozam dos favores e benquerenças da governação de Sua Excelência (no prosseguimento do que desde Teixeira Pinto acontecia na Guiné) protestam, violentamente indignadas, contra a alocução de Zacarias. E salvam a situação delicada em que se encontra repentinamente a mesa (autoridade administrativa, comandante de batalhão, oficial representante da Repacap e Manuel Belchior). Virando o bico ao prego, invocando a tradição e o que se passa nos países vizinhos, a mesa sepulta o Al Haji inconveniente sob uma catadupa de falsos argumentos. E diz:

«Estamos nós, os representantes do Governo, muito orgulhosos por testemunhar o vosso enérgico protesto contra as palavras de Zacarias Jau. E até, de certo modo, estamos agradecidos a este por ter dado origem a uma tal manifestação de portuguesismo!»

Porém, com todas as suas profundas limitações e a falta de autenticidade de que uma operação psicológica daquele tipo obviamente enfermava, os Congressos do Povo constituíram, para mim, uma

experiência emocionante e válida quanto à possibilidade de diálogo com as populações através dos seus representantes mais legítimos, abrindo-me perspectivas claras e exaltantes para o exercício de uma democracia directa capaz de permitir uma transformação autêntica das sociedades capitalistas de exploração em sociedades de maior justiça social, construídas pelo homem à sua própria dimensão, e nas quais os povos participem, activa e decisoriamente, na condução dos seus próprios destinos.

É para mim evidente que Spínola, apesar de toda a sua audácia, nunca iria tão longe. Parecia-me no entanto haver a distância de alguns anos-luz entre «a guerra pela guerra», traduzida no maior número de «quartéis» ou refúgios inimigos destruídos ou de «terroristas» abatidos, que desde Angola 62-64 alcandorara Spínola, em quatro anos apenas, dos galões de tenente-coronel à culminância das suas estrelas de brigadeiro e, logo depois, de general, e a inteligente guerra psicológica por ele levada a cabo na Guiné e que o transformou num inimigo difícil e pertinaz para o PAIGC.

O seu dedicado e eficiente *staff* fazia desenvolver no teatro de operações uma manobra cuja ideia, em esquema geral, visava exercer o esforço no âmbito da promoção socioeconómica com vista a manter e aumentar o grau de adesão das populações a favor da «causa nacional», utilizando para tal os meios militares necessários, garantindo as necessidades de segurança que a manobra impunha.

Para a *execução* desta manobra, encarada no seu conjunto, consideravam-se três sectores:

1 — No âmbito da *promoção socioeconómica:*

— Execução do plano de fomento com esforço prioritário no «chão» manjaco (a oeste, capital Teixeira Pinto) e previsão de transferência para o «chão» mandinga e mancanha;
— Papel das Forças Armadas, fundamental para essa execução.

2 — No âmbito da *manobra militar:*

— Isolamento do TO (teatro de operações) relativamente às tentativas de infiltração de grupos inimigos, através de acções de contrapenetração nos chamados «corredores de infiltração»;
— Segurança das populações e estruturas;
— Aniquilamento do inimigo;
— Emprego e constituição da reserva (forças móveis e potencial de fogo da FAP).

3 — A *manobra psicológica:*

Era considerada de alto rendimento e visava exercer o esforço no sentido da manutenção da adesão das populações sob o nosso controlo, integrando-as no movimento da GUINÉ MELHOR, através de acções de *justiça social* e de *promoção socioeconómica,* visando o abalo das populações:

— Sob o controlo inimigo e de combatentes inimigos;
— Refugiadas nos países vizinhos;
— De países limítrofes.

No âmbito da *acção psicológica* a desenvolver pelas NT (nossas tropas) em todo o TO e tendo como referência a Directiva Ministerial 1/72 de 24 de Abril de 1972 do Secretariado-Geral da Defesa Nacional/Ministério do Ultramar, a Repacap enviou em Julho de 1972 aos comandos dos três ramos uma directiva ordenando a atribuição de alta prioridade, em tempo e espaço, à missão de informação, propaganda e contrapropaganda cometida às NT.

Na missão de propaganda, deveriam ser concretizadas as seguintes «ideias-força»:

— Portugal, nação pluricontinental e multirracial;
— Justiça, ordem e paz social;
— Educação, trabalho e progresso;
— Estado corporativo como solução política para realizar o máximo de produção e riqueza socialmente útil.

A contrapropaganda deveria ser desenvolvida tendo como matrizes fundamentais as seguintes finalidades:

1. Contrabater o pacifismo, defendendo o «ideal» de «luta pela paz»;
2. Neutralizar o esforço inimigo que visa desacreditar as «forças da ordem» e as estruturas da sociedade nacional (públicas e privadas);
3. Impugnar todos os princípios anarquizantes (desordem, imoralidade, amoralidade, droga, etc...);
4. Desacreditar a afirmação: «Portugal está votado ao insucesso.»

Para levar a cabo todo este conjunto de missões integradas na «manobra em curso» na Guiné, as Forças Armadas portuguesas metropolitanas dispunham, em 1973, de um efectivo aproximado de trinta e seis mil homens distribuídos como segue:

1. *Exército* — trinta e três mil:

— Unidades das armas (tipo infantaria e artilharia);
— Unidades de serviços;
— Tropas especiais (comandos).

2. *Marinha* — mil e quinhentos:

— Unidades de fiscalização;
— Unidades de transporte;
— Tropas especiais (fuzileiros).

3. *Força Aérea* — mil e quinhentos:

— Meios de combate e vigilância;
— Meios de transporte;
— Tropas especiais (pára-quedistas).

Além destes efectivos e meios, consideravam-se ainda como fazendo parte das chamadas *Forças de Contra-Subversão*, as *Forças Africanas*, que abrangendo um total de vinte e dois mil homens

representavam a «participação da população na luta» e se distribuíam da seguinte forma:

Forças Armadas — cerca de seis mil:

— Companhias de caçadores por etnias;
— Companhias de comandos africanos;
— Destacamentos de fuzileiros especiais africanos;
— Elementos de serviços em unidades de guarnição normal;

Milícias — mais de seis mil e quinhentos;
Autodefesas — cerca de nove mil com arma distribuída.

O censo da população residente na Guiné, obviamente sob controlo das autoridades portuguesas, referente a 1970, apontava a cifra de 487 448 habitantes. Os números referentes a 1950 e 1960, antes da eclosão da guerra, eram respectivamente de 510 777 e 544 184. Para os nossos cálculos, considerávamos na Repacap uma taxa de aumento populacional de um por cento ao ano, o que nos permitia afirmar que, em 1970, a população total *deveria ser* de 612 933 habitantes. Finalmente, entrávamos em linha de conta com o censo populacional correspondente a 1970 e a estimativa da ONU quanto ao número de refugiados guinéus em países estrangeiros (sobretudo Senegal e Guiné-Conacri), da ordem dos cem mil, para apresentarmos a cifra da população no interior do território sob controlo inimigo: 25 485! [1]

Estes números de propaganda, eivados dos erros naturais ou provocados (não era possível contabilizar, por exemplo, os elementos do PAIGC que na clandestinidade integravam a população recenseada) davam assim mesmo que pensar. Se considerarmos que dos

[1] Alinhemos os cálculos:

Censo de 1950	510 777
Censo de 1960	544 184
Taxa de um por cento vezes vinte anos	612 933
Refugiados segundo o relatório da ONU	100 000
População total no interior do território	512 933
Censo da população recenseável em 1970	487 488
População sob o controlo do PAIGC	25 485

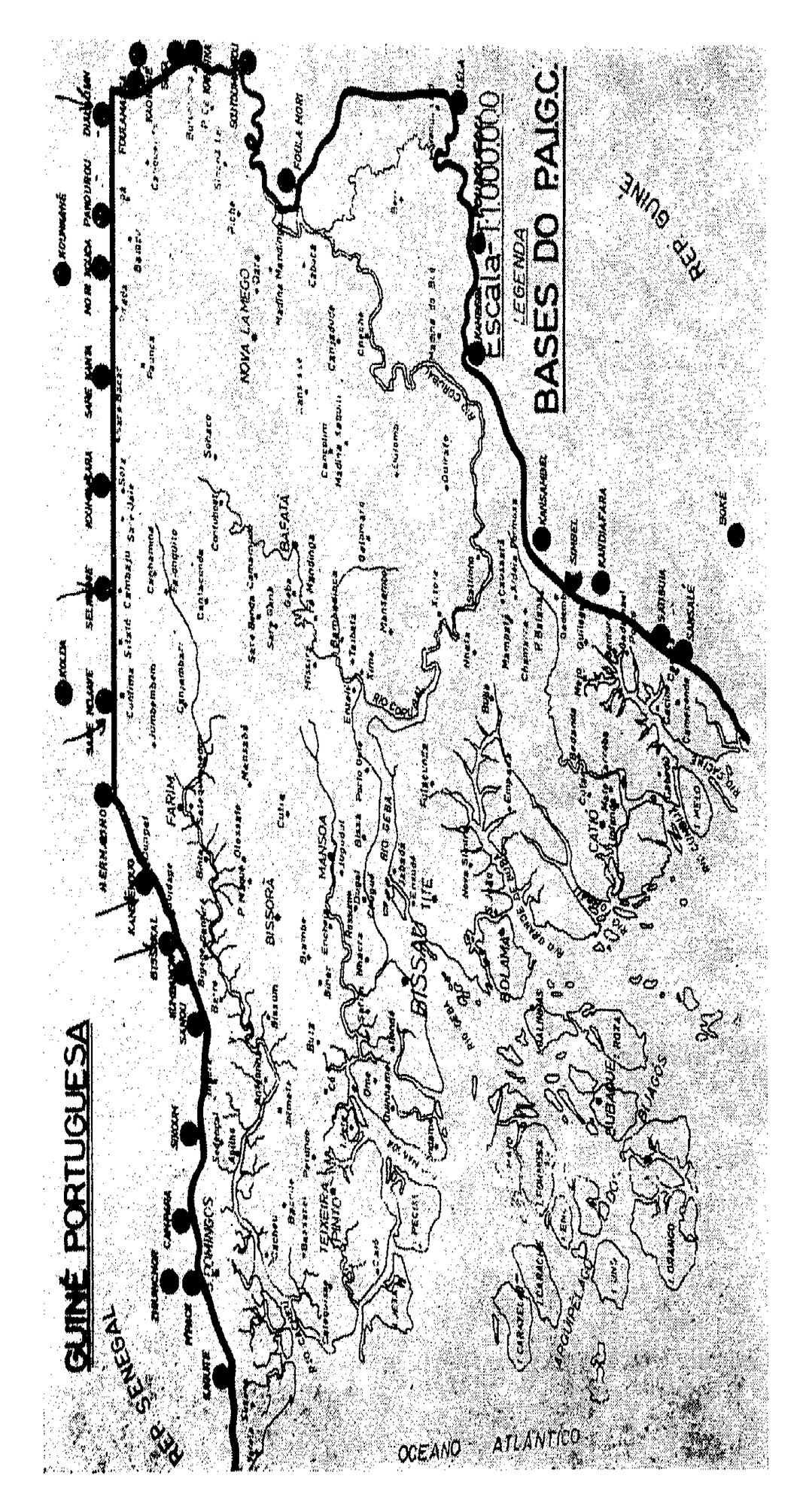
487 448 habitantes recenseados em 1970 na Guiné, cerca de quinze mil eram metropolitanos e cabo-verdianos, sem incluir as Forças Armadas, concluímos que só as Forças Armadas metropolitanas excediam em mais do dobro a população não guineense! E que o total de homens em armas na Guiné, contra o PAIGC (36 000 + 22 000 = = 58 000), atingia quase doze por cento da população recenseável!

Contra todo este aparelho militar montado no pequeno território de trinta e seis mil quilómetros quadrados, o PAIGC dispunha, em 1973, de uma força militar guerrilheira estimada em sete mil homens que articulava em grupos e bigrupos, dispondo de enorme flexibilidade de concentração de meios a partir de grande número de bases situadas no Senegal e Guiné-Conacri, junto da fronteira, conforme se vê no mapa que apresentamos.

Os guerrilheiros actuavam, sobretudo, em acções de flagelação sobre quartéis das nossas tropas, utilizando armas de apoio como o canhão sem recuo ou o morteiro, montando raras emboscadas e colocando, nas picadas e caminhos, minas anticarro e antipessoal com profusão.

Tendo como suporte ideológico de toda a sua acção de guerrilha a doutrina socialista, o PAIGC contava, obviamente, com o auxílio externo da URSS e de outros países socialistas do bloco soviético no que respeitava a armamento, munições, víveres, estágios militares e culturais e estrutura de propaganda; de Cuba, em matéria de assessores militares (conselheiros e instrutores), médicos e pessoal de enfermagem, bem como de material sanitário; da República da Guiné, onde se encontrava a sede do Partido (Conacri), com a concessão de inteira liberdade de acção, apoio de estruturas e apoio militar por parte das tropas da Guiné, que, vez por outra, flagelavam com a sua artilharia de fronteira os quartéis portugueses mais próximos e ao seu alcance. O apoio da República do Senegal limitava-se à concessão de liberdade de acção e autorização para instalar bases no seu território.

O Partido utilizava também, e com bastante êxito, a guerra psicológica, que era desencadeada, desde a infância, sobre as crianças em idade escolar. Logo nos livros de leitura da primeira e segunda classes, excelentemente impressos, em cores várias, em Upsala, na Suécia, surgem palavras e desenhos sobre armamento e



equipamento e sobre o Partido, a sua força, as suas vitórias, os seus heróis. São frequentes os desenhos de armas e de acções de combate (sempre vitoriosas para os guerrilheiros), de palavras que importa difundir e repetir (*Guiné*, *Gui*leje, *Gui*dage, *gue*rra, san*gue*) e de frases motivadoras a propósito (O PAIGC é o *gui*a do nosso povo, a *Fre*limo é a *fre*nte de Moçambique). Ao longo dos livros, por várias vezes, repetem-se a bandeira e o emblema do PAIGC com as frases, a copiar em «trabalho de casa»: «PAIGC, nosso Partido, Partido do nosso povo na Guiné e Cabo Verde.» Logo a abrir, a indicação: «ELABORADO E EDITADO PELOS SERVIÇOS DE INSTRUÇÃO DO PAIGC — regiões libertadas da Guiné.» Por outro lado, eram permanentes o convite à deserção, os ataques à guerra colonialista movida pelo Governo português contra os povos africanos, as notícias difundidas através da rádio sobre a perda iminente da guerra pelas tropas portuguesas nas três colónias, com utilização exaustiva das técnicas de propaganda da distorção ou desfiguração [1]. A manobra psicológica era bem conduzida, quer através da acção panfletária, quer sobretudo através das emissões de Rádio Conacri e de Rádio Libertação (emissora do PAIGC). Os exemplos que a seguir apresento são bem demonstrativos da boa utilização de uma linguagem deveras aliciante, dirigida num caso aos «Irmãos e Irmãs da Guiné e Cabo Verde» e no outro ao «Soldado Português»:

---

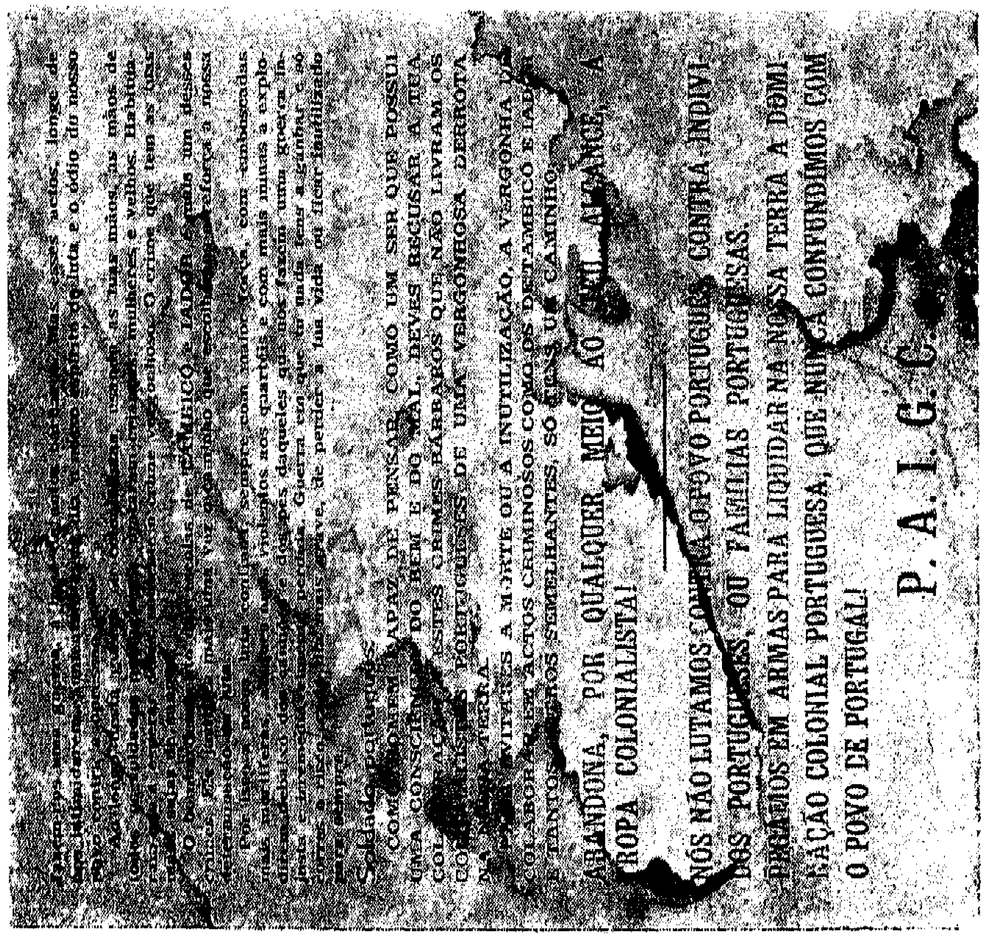
[1] Esta técnica consiste em alterar as notícias, de modo a apresentá-las como favoráveis. Uma das suas formas é a ampliação ou avantajamento.

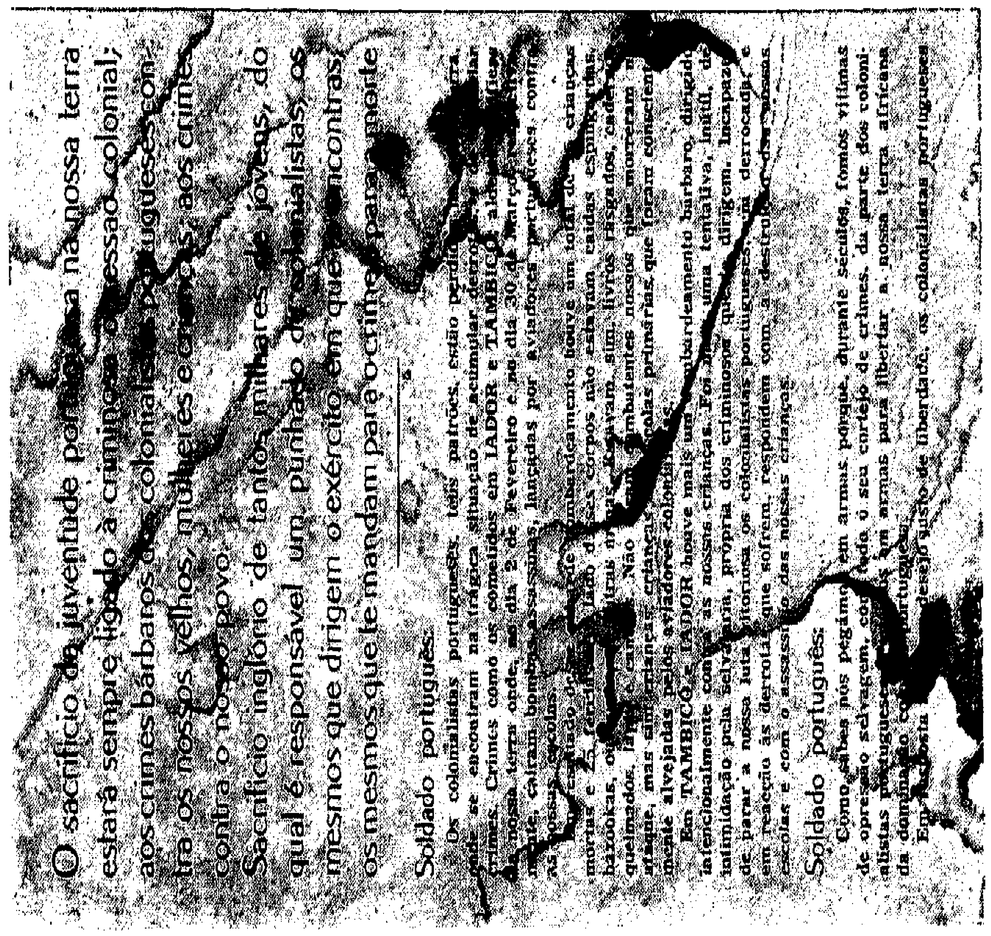
Exemplos concretos:

1. Por ocasião da invasão do então Estado da Índia Portuguesa em 18 de Dezembro de 1961 pelas Forças Armadas da União Indiana, as notícias radiodifundidas para a Metrópole e para os territórios ultramarinos, como já tive ocasião de referir, assinalavam êxitos tamanhos das nossas tropas que, embora incrédulos, chegámos a ser assaltados pela dúvida de que as forças indianas estivessem a ser ferozmente repelidas pelas gloriosas Forças (des)Armadas portuguesas.

2. Os movimentos de libertação aprenderam a utilizar bastante bem esta técnica. Assim, por exemplo: em 17 de Março de 1971, pelas doze horas e trinta, um grupo não estimado de guerrilheiros do PAIGC flagelou dois *sintex* que se dirigiam a Gadamael, de que veio a resultar para as NT um morto por afogamento (o *sintex* é um pequeno bote de fibra sintética, tipo plástico duro, com lotação média para seis a oito homens).

Sobre esta notícia concreta, a Rádio Libertação do PAIGC anunciava, em comunicado de 9 de Abril, o seguinte: «No dia 17 de Março os nossos combatentes afundaram no rio Gadamael quatro vedetas... Segundo informações que nos acabam de chegar, o inimigo perdeu nessa acção quarenta e quatro militares, trinta tambores de gasóleo, quarenta tambores de gasolina, grande quantidade de munições e fardas, trinta cabeças de gado e duzentos sacos de arroz.»





LIVRES! LIVRES DA CRIMINOSA GUERRA COLONIAL! LIVRES!

A satisfação dos fuzileiros navais Pinto, Alfaiate e Sentieiro, fotografados em lugar seguro, após terem abandonado a base Fluvial de GANTURÉ

No dia 18 de Fevereiro os três jovens fuzileiros grumetes, com um lenço branco nas maos e a arma às costas, entregaram-se às nossas fôrças

Os nossos combatentes e a populaçao civil receberam-nos com amizade e deram-lhes o melhor tratamento.

Levados para local seguro os teus compatriotas foram entrevistados por um jornalista estrangeiro no próprio dia em que a Rádio Bissau comunicou, a mentira vergonhosa, que eles tinham morrido no mato.

Enquanto esperam entre nós o dia da sua partida para o país que escolherem, o Pinto, o Alfaiate e o Sentieiro, têm falado na nossa Rádio para todos os soldados portugueses que sofrem na guerra colonial.

— SOLDADO PORTUGUÊS —

Como muitos outros já o fizeram, os ex-fuzileiros ANTONIO JOSÉ VIEIRA PINTO, N.º 1227-7, JOSÉ ARMINDO SENTIEIRO, N.º 1225-7 E ILBERTO COSTA ALFAIATE, Nº. 790-8 abandonaram a tropa colonial no dia 18 de Fevereiro.

NA EUROPA, PARA ONDE SEGUIRÃO DENTRO DE BREVES DIAS, OS TEUS COMPATRIOTAS CONTARÃO COMO FORAM RECEBIDOS PELO NOSSO PARTIDO.

E, com os outros que já fizeram o mesmo e estao agora em França ou em qualquer outro país, eles lembrar-se-ao de ti soldado português.

De ti que continuas no exército colonial:
A participar em crimes contra o nosso povo;
A contribuir para ruína do teu país;
A sofrer a tirania dos oficiais;
A correr o risco de seres mutilado ou morto, como muitos milhares de jovens já o foram,
SOMENTE PARA O GOZO DOS RICAÇOS DA TUA TERRA.

PROVA QUE ÉS UM HOMEM QUE SE RECUSA A COMETER CRIMES E A MORRER INUTILMENTE NUMA GUERRA JÁ PERDIDA.

ABANDONA A TROPA COLONIAL
QUE SERÁS BEM RECEBIDO

NÓS NÃO LUTAMOS CONTRA O POVO PORTUGUÊS, CONTRA INDIVIDUOS PORTUGUESES OU FAMILIAS PORTUGUESAS.
PEGÁMOS EM ARMAS PARA LIQUIDAR NA NOSSA TERRA, A DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA, QUE NUNCA CONFUNDIMOS COM O POVO DE PORTUGAL!

P. A. I. G. C.

Irmão ou Irmã da Guiné e Cabo Verde!

Se és Patriota
E te interessas pelo futuro da tua terra,
Procura saber a verdade sobre a luta do teu Povo.
OUVE A VOZ DO PAIGC
A VOZ DO POVO DA GUINÉ E CABO VERDE EM LUTA,
ATRAVÉS DA RÁDIO CONAKRY

Das 21,45 às 22,15 (horas da Guiné) } às 2.as 4.as 6.as e Domingos.
20,45 ás 21,15 (horas de Cabo Verde) } Das 22,45 às 23,15 h. GMT

Nos seguintes comprimentos de onda:
ONDA CURTA — 41,10 Mts 61,10 Mts e 19 Mts.
ONDA MÉDIA — 214 Mts.

E através da Rádio Libertação (EMISSORA DO P. A. I. G. C.)
Todos os dias de manhã

Das 6,h30 às 7,h30 (horas da Guiné) } Das 7,30 às 8,30 h. GMT
5,h30 às 6,h30 (horas de Cabo Verde) } (Volta)

No comprimento de onda de 49 Mts. (onda curta)

IRMÃOS AFRICANOS DA GUINÉ E CABO VERDE!

NUNCA É TARDE PARA SERVIR O NOSSO POVO, NESTA LUTA GLORIOSA PELA LIBERTAÇÃO DA NOSSA PÁTRIA!

CADA UM DE VÓS, HOMENS OU MULHERES, JOVENS OU VELHOS, QUE NÃO TENHA DADO AINDA A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A LUTA, DEVE TOMAR UMA DECISÃO FIRME, PARA SER UM DIGNO FILHO DO NOSSO POVO. DEVE CONTACTAR OS MEMBROS DO NOSSO PARTIDO, ORGANIZAR-SE E DAR A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O AVANÇO DA NOSSA LUTA VITORIOSA.

VIVA O P. A. I. G. C.!

ABAIXO OS COLONIAL STAS PORTUGUESES! (Volta)

Nos panfletos dirigidos ao «Soldado Português» era notória a transferência de culpa, não confundindo jamais o Povo de Portugal com os seus governantes odiosos, apresentando a luta guerrilheira como dirigida contra a dominação colonial portuguesa e não contra o Povo, indivíduos ou famílias portuguesas.

Devido ao exercício das minhas funções na Repacap, tivera a sorte de me apoderar de um volume, em edição inglesa, de textos seleccionados de Amílcar Cabral: *Revolution in Guinea — an African People's Struggle*. Em apêndice, inseria o programa político do PAIGC.

A leitura do livro emocionou-me. A clareza dos conceitos e da definição dos princípios, a pureza dos ideais, a afirmação da vontade para a luta e a determinação posta no alcance da vitória permitiam-me traçar o retrato em corpo inteiro de um Homem que é hoje considerado, postumamente, o mais brilhante *leader* dos movimentos de libertação africanos. E era para mim evidente que os panfletos do PAIGC levavam, na sua linguagem simples, directa e inteligente, a marca indelével do pensamento de Amílcar Cabral.

E lá está, como sempre, presente na sua «Mensagem ao Povo de Portugal» lida em Janeiro de 1969 aos microfones da Rádio Voz da Liberdade, em Cartum, a diferenciação profunda entre o Povo português e os seus governantes. Fazendo uma breve e lúcida análise do panorama político português e da sua relação com os povos das colónias, Amílcar reafirmava: *Queremos libertar o nosso país em ordem a criar nele uma nova vida de trabalho, justiça, paz e progresso, em colaboração com todos os povos do Mundo e, mais do que todos, com o Povo de Portugal.*

O programa político do PAIGC não podia deixar-me indiferente. Nos seus nove títulos apontava para a imediata e total independência da Guiné e Cabo Verde, para a unidade nacional entre os dois territórios, para a unidade dos povos das duas colónias resultante das suas afinidades, para a unidade africana, para um governo democrático, anticolonialista e anti-imperialista, para a independência económica, estruturando a economia e desenvolvendo a produção, a justiça e o progresso para todos, quer no campo social quer no da educação e da cultura, para uma efectiva defesa nacional ligada ao povo e uma correcta política internacional desenvolvida

no interesse da nação, da África e da paz e do progresso da humanidade.

O denso conteúdo e a força das palavras e dos ideais de Amílcar Cabral e do PAIGC mereceram o meu maior entusiasmo, respeito e admiração. Não podendo, por força das circunstâncias, conhecê-lo pessoalmente (um tio meu tivera mais sorte: fora contemporâneo, companheiro de quarto e de futebol e amigo pessoal de Amílcar em Lisboa, na Casa dos Estudantes do Império, e falava-me dele com entusiasmo e calor como um dos homens mais extraordinários que conhecera), consegui contactar em Bissau e estabelecer certas relações de amizade e relativa confiança com Rafael Barbosa, mestre-de-obras, antigo presidente do PAIGC, que em Março de 1962 fora preso pela PIDE em Bissau. E nele pude avaliar a força e a convicção profunda daqueles ideais.

Magro, anguloso, com a carapinha completamente branca, aparentava por certo mais idade do que aquela que realmente tinha. Eram nele visíveis os sinais dos maus tratos e dos muitos espancamentos já sofridos. Uma fractura mal curada deixara-o manquejando fortemente para o resto da vida. Acima das maçãs do rosto salientes, dois olhos ardentes e determinados crepitavam.

Amílcar, engenheiro agrónomo dos Serviços de Agricultura e Veterinária da Província da Guiné, criara em 1952, na clandestinidade, o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING), que quatro anos depois, em Setembro de 1956, se transformaria no Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Rafael Paula Gomes Barbosa assumira as funções de presidente do Comité Central e Amílcar Lopes Cabral as de secretário-geral.

Em 3 de Agosto de 1959, após alguns dias de greve para a obtenção de melhores salários e condições de trabalho, cerca de cinquenta trabalhadores negros da estiva foram abatidos a tiro pela polícia e por civis armados no cais do Pigiguiti, em Bissau, tendo ficado feridos mais de cem. Logo em Setembro desse ano os responsáveis do Partido reúnem-se em Bissau em conferência secreta e decidem mudar radicalmente os processos de luta. Iniciam de imediato os preparativos para a luta armada e lançam-se desde logo num intenso trabalho político de mobilização das massas populares

do interior, visando conseguir a adesão das populações e a obtenção de quadros para o Partido.

Rafael Barbosa é o primeiro a partir para as matas do Morés, desenvolvendo, num vaivém constante entre Bissau e Bissorã, uma intensa actividade de recrutamento, mobilização e formação política. Em 1960, ele e Amílcar entram na clandestinidade. E começam a deslocar-se com frequência a Conacri e a Dacar para explicar a luta que em nome do povo guinéu colonizado e oprimido iniciaram e juraram levar a cabo. Pedem também apoio e amizade. Recebem-nos de braços abertos os governos das Repúblicas da Guiné e do Senegal e, através deles, estende-se-lhes a mão fraterna dos países socialistas.

Após dezoito meses na clandestinidade, em Março de 62, Rafael é apanhado pela máquina tentacular e poderosa da polícia política.

Durante quase oito anos, encerrado num cubículo de reduzidas dimensões com uma pequena janela gradeada no alto, Rafael apenas teve por companhia um grosso volume da Bíblia, que conseguia ler enquanto na cela penetrava a luz do dia. E os espancamentos e as torturas como prato quase permanente da sua ementa diária.

Nunca, evidentemente, foi submetido a qualquer julgamento. Resistiu a tudo, porém, e em Agosto de 1969, finalmente, é Spínola quem ordena a sua devolução à liberdade, após uma visita breve às prisões da DGS em Bissau.

Regressando ao asfalto, à tabanca, à luz do sol, às copiosas chuvadas tropicais e aos seus biscates de mestre-de-obras para angariar o seu sustento, Rafael nunca mais deixou de sentir sobre si o hálito opressivo e odiento da PIDE-DGS. Era obrigado a apresentar-se diariamente na delegação local. Uma ou outra visita fortuita que lhe fiz à casa de adobe coberta de colmo que Spínola mandara custear-lhe perto do Mercado do Bandim foi decerto objecto imediato de menção em relatório da polícia política.

Nunca cheguei a descobrir se desenvolvia ou não alguma actividade clandestina, vigiado como estava. Recebia-me sem animosidade, com aparente confiança. Num aparelho transistorizado que possuía procurava captar emissões de Dacar e Conacri que lhe trouxessem notícias do Partido. E eu ficava pasmado quando, embora falando com um capitão do Comando-Chefe, no deambular das suas

recordações e na afirmação das suas esperanças, os olhos se lhe acendiam mais para no seu português correctíssimo me garantir:

Nós, no Partido, consideramos que só a independência total pode trazer ao nosso povo a felicidade, o bem-estar, a justiça social. É por isso que por ela lutamos, certos de que a vitória um dia será nossa.

Em 1977 Rafael foi julgado em Bissau pelo PAIGC, agora no Poder, pelo crime de traição ao Partido e ao povo. O seu prestígio ainda firme junto das massas tornou difícil a acção do tribunal. Embora perante mim próprio, em conversas particulares, ele sempre se me tivesse revelado como um fervoroso militante do PAIGC, jamais renegando a sua condição de fundador e primeiro e único presidente do Comité Central e a sua amizade e profunda admiração por Amílcar Cabral, Rafael tinha contra si duas acusações fortes, graves sem dúvida por dizerem respeito a um quadro de extrema importância para o Partido, sabendo-se que a expressão das suas opiniões seria de molde a provocar a adesão de princípio de militantes ou mesmo simpatizantes do PAIGC: a instâncias do Governo da província pronunciara em cerimónia pública um discurso muito favorável à política governamental seguida por Spínola na Guiné e, em entrevista concedida a uma equipa da Radiotelevisão Francesa, na qual eu servira de intérprete, produzira algumas afirmações contra a forma de actuação, por si considerada menos própria, por parte de guerrilheiros do Partido, criticando-a negativamente e manifestando a sua discordância.

Foi-lhe comutada para quinze anos de prisão a pena de prisão perpétua a que o tribunal, inicialmente, o condenara.

15. MARCELO E O «ESTADO DE SUBVERSÃO»

É no princípio dos anos 70 que se verificam na Metrópole acções directas de sabotagem anticolonialista. Bombas de fraca potência causam prejuízos de pouca monta em navios das carreiras de África. Uma

outra rebenta na sede da DGS. Em 7 de Novembro de 1971 é parcialmente destruída a base subterrânea da NATO, no pinhal do Arneiro (Fonte da Telha), recentemente construída. Cinco dias depois, em 12 de Novembro, é destruída uma velha bateria de artilharia em Santo António da Charneca (Barreiro). Em 8 de Março de 1972, quinze helicópteros e três aviões ligeiros são destruídos ou danificados por cargas explosivas no hangar principal da Base Aérea N.º 3, em Tancos. Em 11 de Julho do mesmo ano, quinze viaturas pesadas *Berliet* destinadas à guerra colonial estoiram em Cabo Ruivo. Em 25 de Setembro, são sabotadas as instalações electrónicas de Palmela e Sesimbra da Rádio Marconi, integradas nos sistemas de comunicações com as colónias, África do Sul, Inglaterra e EUA. E em Dezembro, cerca de duzentas cartas militares da Guiné, Angola e Moçambique são roubadas dos Serviços Cartográficos do Exército e enviadas aos movimentos de libertação a quem interessam.

Os órgãos de informação procuram minimizar os acontecimentos mascarando tanto quanto possível as preocupações reais do Regime perante os factos. Os comunicados da DGS são lacónicos, demonstrando perplexidade perante estas novas formas de actuação da oposição à ditadura. O impacte das notícias é forte no meio militar.

A ARA (Acção Revolucionária Armada), afecta ao PCP, e as Brigadas Revolucionárias, apoiadas pela FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional), reivindicam a responsabilidade daquelas acções. A Frente, que em 1970 rompera com o PCP, recebe importante apoio logístico do Governo de Boumedienne. Em 1972, chega-me às mãos, em Bissau, um elucidativo comunicado da ARA:

ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA ARMADA

COMUNICADO

Um comando militar da Acção Revolucionária Armada levou a efeito, com pleno êxito, na madrugada do dia 8 de Março, uma importante e complexa acção contra o aparelho militar da guerra colonial. Este comando penetrou audaciosamente no hangar principal da Base Aérea N.º 3, em Tancos, destruindo completamente, com cargas explo-

sivas, toda a frota de helicópteros militares estacionada nesta base militar, assim como vários aviões de treino. Foram destruídos nomeadamente: um helicóptero gigante *SA-330*; doze helicópteros *Allouette-3* (grandes); um helicóptero *Allouette-2* (pequeno); três aviões *Dornier-3* e diversos outros aviões. O êxito desta operação é reforçado pelo facto de ela se ter realizado sem baixas do nosso lado e sem acidentes entre o numeroso pessoal da Base.

A Base Aérea N.º 3, juntamente com a Escola de Pára-Quedistas e a Escola Prática de Engenharia, todas situadas em Tancos, constituem presentemente o maior complexo militar que a partir de Portugal alimenta a vergonhosa guerra colonial que os fascistas e colonialistas portugueses conduzem, em oposição aos interesses do Povo português, contra os povos de Angola, Guiné e Moçambique, que lutam pela sua independência.

O COMANDO CENTRAL da ARA, ao mesmo tempo que põe em relevo a grande prova de coragem e espírito de sacrifício dados pelos camaradas componentes do comando que executou esta operação, salienta que para o seu êxito contribuiu decisivamente o sentimento anticolonialista cada vez mais predominante entre os soldados portugueses, filhos do povo fardados.

ABAIXO A GUERRA COLONIAL!

VIVA A INSURREIÇÃO POPULAR ARMADA!

O COMANDO CENTRAL DA ARA

Por ocasião da «eleição» presidencial de 1972 em que Tomás é uma vez mais nomeado pelo colégio eleitoral para um mandato de sete anos que viria a ser abruptamente interrompido, as Brigadas Revolucionárias introduzem um toque de humor popular: fardam dois porcos brancos enormes, um deles com o uniforme de almirante representando o velho presidente, e largam-nos no Rossio e em Alcântara, para gáudio da multidão...

Ainda em 1971, as liberdades não são restauradas pela revisão constitucional concluída em Julho e que tão ansiosamente era esperada. A única alteração notável, que consiste na concessão de um estatuto autónomo às «províncias ultramarinas» de Angola e Moçam-

bique, as quais passam a designar-se por estados, perturba os ambientes integristas e os conservadores das Forças Armadas. Na sequência daquela revisão, a nova lei de imprensa faz abolir, na letra, a censura prévia, que passa a designar-se eufemisticamente por «exame prévio», mas as medidas de controlo da imprensa e as disposições de carácter repressivo são draconianas. A DGS redobra de violência no desempenho das suas actividades.

Em Novembro desse ano, Marcelo solicita à Assembleia Nacional a proclamação do «estado de subversão», com suspensão das garantias constitucionais. Há mudança nítida de estação. A «Primavera política» do equinócio Caetano é adiada para as calendas gregas.

Em 1972 intervenho activamente, coadjuvando o oficial adjunto da repartição, na realização das cerimónias comemorativas do 10 de Junho, na Praça do Império. E em Dezembro, com surpresa autêntica, verifico a presença, em Bissau, de Guilherme Alpoim Calvão, que meses antes regressara à Metrópole, terminada a comissão e com o *raid* a Conacri no activo.

Cheirou-me a esturro. O conhecimento que dele tinha desde os bancos do liceu em Lourenço Marques permitiu-me a pergunta:

— Então, Guilherme, a que devemos a tua presença actualmente em Bissau? Há algum azar?

— Olha! Gosto tanto disto que resolvi vir passar à Guiné as minhas férias de Natal.

«Alguma coisa está para acontecer», pensei. Não era crível, mesmo para o mais ingénuo, que depois de uma dura comissão na Guiné, primeiro no comando do Destacamento de Fuzileiros N.º 8 e depois no comando do Centro de Operações Especiais, casado e pai de filhos (o mais velho dos quais, por negligência médica, nascera quase morto no Pavilhão da Família Militar e necessitava da presença constante do pai), Alpoim Calvão fosse à Guiné passar o Natal!

Um mês depois, a 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral era assassinado em Conacri por naturais guinéus, antigos elementos do PAIGC, na ocasião a soldo e mando da PIDE-DGS.

Como habitualmente, às acusações violentas e categóricas do PAIGC e de Seku Turé dirigidas ao imperialismo americano e ao Governo português agindo como seu lacaio e braço armado na destruição do grande *leader* africano através da polícia política, a *inteligentzia* nacional respondeu reciprocamente, em contrapropaganda,

com o lançamento de várias hipóteses. Atiradas como barro à parede, alguma delas pegaria. No mínimo, dariam que pensar à opinião pública.

Das duas versões mais correntes, uma apontava Seku Turé como o instigador do crime, devido não só às tendências muito pró-ocidentais que Amílcar demonstrava como também pelo facto de o secretário-geral do PAIGC ter adquirido já um tal renome em África que fazia sombra e provocava perda de prestígio no seu próprio país ao presidente da República da Guiné. Este podia, assim, passar a utilizar mais eficientemente as actividades do PAIGC em seu benefício e no do Governo de Conacri. Tal atoarda jogava com a contra-informação, também largamente utilizada, de que Seku Turé ambicionava partilhar com o Senegal o território da Guiné-Bissau após a expulsão dos portugueses, ficando na posse das minas de bauxite do Boé, que constituíam prolongamento do filão da Guiné-Conacri; a outra versão explorava cada vez mais o estafado mas sempre utilizado argumento do profundo contencioso existente entre os guinéus, como elementos de acção (a carne para canhão), e os cabo-verdianos, como elementos de direcção na cabeça política e usufrutuários dos dividendos do Partido, fazendo a luta fora do território, longe do perigo, nos escritórios do PAIGC em Conacri ou frequentando cursos no estrangeiro. Nesta ordem de ideias, teriam sido elementos guinéus mais ousados que, em representação dos combatentes descontentes, haviam decidido terminar com o domínio e a superioridade dos cabo-verdianos no Partido eliminando Amílcar. Afinal, a mesma táctica que ainda hoje em Portugal a direita continua a utilizar monocordicamente com certo êxito: a dissociação entre os políticos e os operacionais das Forças Armadas e do MFA...

Alpoim Calvão afirmaria mais tarde, na descrição da sua trajectória *De Conacri ao MDLP*, nada ter a ver com o assassínio de Cabral. A verdade é que alguns meses depois dos acontecimentos, quando nos foi apresentar as suas despedidas em fim de missão, António Fragoso Allas, inspector-adjunto que chefiava a delegação da DGS em Bissau e por quem Spínola nutria a maior estima e admiração, ao ser instado pelo novo chefe da Repacap a relatar-nos como ocorrera a morte de Amílcar, afirmaria que *os tipos tinham ido longe de mais, porque a missão era só raptar e conseguir trazer Amílcar para Bissau como refém. Não tinham recebido ordem para o liquidar.*

Vendo as coisas mal paradas, haviam-se precipitado. O que nos permite deduzir que Calvão não estivesse de facto implicado no assassínio por não ter chegado a tal negociação, mas não seria alheio à acção desenvolvida por Inocêncio Kani e Momo Turé. Este, apesar de jovem, fora um dos fundadores do Partido. Devido às suas qualidades de inteligência e erudição, sobressaíra de entre os camaradas. Capturado pela DGS, fora libertado depois de se comprometer fortemente com aquela polícia, traindo o Partido. Empregaram-no, facilmente, numa boa (e útil...) ocupação: chefe dos criados de mesa do Restaurante Pelicano, o maior e o mais frequentado de Bissau. Foi aí que o conheci. Alto, magro, de óculos, falando um português correctíssimo. Uma figura insinuante. Depois de uns oito anos passados naquele bom emprego, «inexplicavelmente», Momo Turé «fugiu» de Bissau e foi reunir-se, em Conacri, a Amílcar Cabral. Justificou-se perante este afirmando que tinha conquistado, pelo seu bom comportamento, a confiança da DGS, que, convicta de o ter recuperado, deixara de o controlar, vindo a permitir a sua «evasão». Confiante. Amílcar acabou por aceitá-lo de novo, de volta ao lar como um irmão há muito ausente.

Em 20 de Janeiro de 1973, a cascavel deu o seu último bote. Após dez anos de luta estrénua pela libertação do seu povo e pela emancipação da África, Amílcar Cabral morreu esvaindo-se em sangue, crivado de balázios, no pátio da casa que habitava em Conacri. Tentando ainda explicar aos criminosos que estavam errados, que comprometiam, actuando daquela forma, o futuro da sua pátria.

O Mundo perdeu um Homem de alto gabarito intelectual e técnico, um revolucionário que se consagrara, devotadamente, à missão histórica de conduzir o povo a que pertencia pelo caminho árduo mas exaltante que levaria à independência, à vitória final. Um Homem lúcido, confiante, sereno e bom.

Mas não me consta, apesar dos sorrisos triunfantes ou dos suspiros de alívio que os mais optimistas (ou menos inteligentes?) dos seus inimigos tenham deixado escapar, que a morte de Amílcar Cabral tenha feito parar e muito menos retroceder a luta pela libertação da Guiné. Para as forças portuguesas foi apenas prejuízo. Os «problemas» não só não ficaram resolvidos como pelo contrário aumentaram. Nas escolas clandestinas espalhadas pelo território, as

crianças passaram a entoar mais alto, com mais vigor ainda, o coro do hino do povo:

Viva a Pátria gloriosa!
Floriu nos céus a bandeira da luta!
Avante, contra o jugo estrangeiro!
Nós vamos construir na pátria imortal
A paz e o progresso.

O PAIGC estava lançado num processo irreversível, de dinâmica imparável. Era só uma questão de tempo.

Em Março de 73, quando tranquilamente pilotava um *Fiat* a jacto no Sul da província, o tenente Cassola, horrorizado, deu-se conta de que a cauda do avião se desfazia e que o aparelho se precipitava para o solo. Conseguiu saltar de pára-quedas. Sobreviveu ao salto, torcendo apenas um pé. E durante alguns dias, arrastando-se pelo mato, viveu presa do medo, do pânico, da angústia. Foi escondido entre o matagal, como um animal acossado, que o grupo operacional de Marcelino da Mata, lançado para esse efeito na zona do Guileje, o foi encontrar e o salvou.

O tenente-coronel Alves de Brito, comandante do Grupo Operacional da Base Aérea N.º 12 em Bissalanca, não chegou a saber quais teriam sido as causas da queda do jacto pilotado pelo tenente Cassola. Quando dois dias depois sobrevoava a zona de Madina do Boé, tentando localizar, em voo de reconhecimento, os destroços do *Fiat*, teve menos sorte do que o tenente. O capitão Pinto Ferreira, que pilotava o avião-parelha, relataria mais tarde que ao ver o reflexo de algo que se denunciara no solo guinara instintivamente o seu avião para fugir da zona de perigo e logo depois vira o jacto de Alves de Brito desintegrar-se em estilhas e chamas.

Uma nova arma que alterava quase radicalmente a situação psicológica da guerra travada na Guiné surgia nas mãos dos guerrilheiros. O céu deixava de ser completamente dominado pelos aviões da FAP. Aquele cruzar fácil, cómodo e permanente do espaço aéreo pelos *DO-27*, pelos *T-6*, pelos *Fiat*, pelos *Alouette III*, pelos *Nord*

Atlas, em missões de reconhecimento, deslocações de Sua Excelência e outras entidades, apoio de fogo a tropas terrestres, bombardeamentos, transportes de tropas e géneros, iria ser subitamente refreado. O abalo psicológico sofrido pelos pilotos foi espectacular. Habituados desde 61 em Angola a uma serena actividade volante, só ensombrada pelo risco do desgaste intenso dos aparelhos demasiadamente solicitados, candidatando-se de imediato à Cruz de Guerra ou ao Valor Militar quando, após uma incursão mais destemida e eufórica, regressavam à base com o seu avião atingido por algum balaço de espingarda «turra» ou metralhadora antiaérea, os jovens pilotos viam-se agora perante a ameaça permanente da nova arma: o míssil terra-ar.

Não parecia viável o emprego, para já, do *Sam-7*. Mas o simples *Strela*, que se partiu do princípio fosse o utilizado, produziu um efeito de terror pânico nos pilotos e nos candidatos a passageiros habituais. Os guerrilheiros não brincavam em serviço: em dois meses apenas, seis aviões, entre *Fiat*, *T-6* e *DO-27*, foram abatidos, e vários oficiais, sargentos e praças aumentaram rapidamente a lista do obituário mensal das Forças Armadas. Rigorosas instruções passaram a ser dadas para os voos autorizados: ou abaixo de cem metros ou acima de dois mil, para assegurar, tanto quanto possível, a saída da faixa perigosa. A maioria dos pedidos de transporte passou a ser cancelada.

No entanto, menos de um ano antes, em Julho de 72, Marcelo Caetano, numa das suas «conversas em família», afirmava, melífluo:

«...fala-se em que mantemos uma guerra colonial. Guerra colonial?... Os territórios das províncias ultramarinas estão em paz e ninguém neles contesta a sua integração na Nação Portuguesa.

Percorre-se a Guiné, anda-se pela vastidão da terra angolana, desloca-se quem quer que seja de lés a lés de Moçambique e não encontra populações revoltadas.

Eu fiz a experiência. Têm-na feito milhares de nacionais e de estrangeiros que, desarmados, vão por toda a parte, de noite ou de dia, com mais segurança do que em certas cidades da Europa ou das Américas.

A vida decorre, por toda a parte, tranquila e normal, num ambiente de trabalho e de entendimento exemplares.»

Quanta mentira, quanta demagogia, professor! Para quê, à custa de quê, para chegar aonde?

16. O «CONGRESSO DOS COMBATENTES». AQUELES BADAMECOS!...

O ano de 1973 iniciara-se com uma acção de cariz anticolonialista de forte impacte: em 1 de Janeiro, Dia Mundial da Paz, um grupo de cristãos ocupa a Capela do Rato em Lisboa, às Amoreiras, e inicia uma greve da fome. Organiza ao mesmo tempo uma assembleia livre, de portas abertas a cristãos e não cristãos, para discussão do problema da guerra colonial, assunto considerado intocável pelo Regime.

No dia seguinte, pelas dezanove horas, uma força da Polícia de Choque comandada pelo famigerado Maltês Soares irrompe na Capela e prende setenta pessoas, que não oferecem qualquer resistência. Os profissionais da violência e da repressão demonstram no entanto um certo *savoir-faire*: ao penetrar no interior do templo para cumprirem a sua missão, retiram da cabeça, religiosamente, o assustador capacete de aço que faz parte do uniforme «de combate»...

Os pacíficos cidadãos detidos não tardam a ser libertos. Mas doze funcionários públicos que fazem parte do grupo perdem o seu lugar, exonerados por decisão do Conselho de Ministros. Entre eles, um prestigioso professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Francisco Pereira de Moura, que em 2 de Janeiro comparecera na Capela, solidarizando-se com os manifestantes.

Em 9 e 10 de Março, de novo se faz sentir a acção das Brigadas Revolucionárias sobre instalações militares em Lisboa. Petardos de forte potência provocam a destruição parcial do Distrito de Recrutamento e Mobilização N.º 1, na Avenida de Berna, no edifício da Rua Rodrigo da Fonseca onde funcionam os serviços do Quartel-Mestre-General, e nos Serviços Mecanográficos do Exército, no Largo da Graça.

Estas acções de destruição das Brigadas Revolucionárias, sistemática e insistentemente levadas a cabo sobre departamentos da organização militar e do Governo, prolongar-se-iam por todo o ano de 1973 e em 1974 até ao 25 de Abril. Assim, ainda se verifica na madrugada de 6 de Abril de 73 a sabotagem com explosivos de instalações do DRM e do Quartel-General do Porto; na madrugada de 1 de Maio, a destruição parcial do quarto e quinto pisos do Ministério das Corporações (actual Ministério do Trabalho) em Lisboa; nova acção destrui-

dora contra o QG do Porto em 26 de Outubro de 73; destruição parcial levada a cabo em 22 de Fevereiro de 74 no Quartel-General do Comando Territorial Independente da Guiné, que quase ia custando a vida ao brigadeiro Galvão de Figueiredo, 2.º-comandante militar, que se encontrava a trabalhar no seu gabinete; e finalmente, duas semanas antes do 25 de Abril, em 9, sabotagem no navio *Niassa*, que partia para Bissau transportando tropas.

Todos os comunicados lançados pelas BR em acção panfletária, relatando e reivindicando as suas actividades, terminam com as palavras de ordem:

— Luta contra o capitalismo e o seu aparelho de Estado fascista.
— Luta contra o colonialismo e neocolonialismo.
— Luta contra o imperialismo.

E os últimos acrescentam ainda:

— Pela revolução socialista.
— Pela ditadura do proletariado.
— Pelo internacionalismo proletário.

Nunca as acções levadas a efeito pela ARA ou pelas BR causaram quaisquer vítimas, a não ser, por vezes, entre os seus próprios militantes. Mas contra estas disposições que surgiam anunciadas por novas formações políticas, ousadas e cheias de determinação na luta contra o regime, Marcelo levantava a sua voz, atemorizando a burguesia nacional, os conservadores, os liberais. Em Julho de 72, em Almada, afirmava:

«A revolução socialista que a ARA, os *comités* marxistas-leninistas, as Brigadas Revolucionárias e os demais grupos de acção directa pregam e quereriam, se os deixassem, levar a cabo, seria o terror das checas de negregada recordação da guerra civil espanhola, com o banho de sangue graças ao qual se pensa redimir o Mundo dos pecados capitalistas.

E esse delírio sanguinolento, onde os os loucos e os sádicos encontram sempre o meio ideal de expansão dos instintos, não favoreceria em nada a condição do País nem a sorte dos trabalhadores.»

Na tarde de 25 de Abril de 1974, a polícia política do regime assassinou a tiros de pistola-metralhadora, na Rua António Maria Cardoso, as suas últimas quatro vítimas. No dia seguinte Marcelo partia num *DC-6* da Força Aérea, em companhia de Américo Tomás e de alguns ex-ministros, para a ilha da Madeira, e está hoje comodamente instalado no Rio de Janeiro, no Brasil, onde é professor de Direito Constitucional (!) na Universidade Gama Filho (privada), com o vencimento de cinco mil dólares mensais, direito a *Mercedes* e a motorista guarda-costas.

Posteriormente a 11 de Março de 1975, quando o MFA teve a coragem de anunciar o carácter socialista da Revolução Portuguesa, há a lamentar a morte de gente inocente e a destruição de bens avultados em algumas centenas de atentados à bomba perpetrados por elementos da extrema-direita em Portugal.

Quem, Marcelo, foi tomado pelo «delírio sanguinolento das revoluções»? Quem, professor?

Tomamos conhecimento, estupefactos, de que de 4 a 8 de Abril de 1973 se realiza em Aveiro, cidade de grandes tradições republicanas, o III Congresso da Oposição Democrática! Parece-nos o renascimento da «Primavera marcelista»: puro engano! Vim a saber, muito mais tarde, que o Prof. Dr. Ruy Luís Gomes, antigo candidato à Presidência da República, convidado a presidir ao Congresso, nem sequer fora autorizado a sair do Aeroporto da Portela quando no final de 72 pretendera regressar de avião ao País e havia sido recambiado de novo para o Brasil, tendo enviado um extenso e caloroso telegrama lido, a abrir, por Álvaro Seiça Neves.

Mais grave ainda: em 7, domingo, a Polícia de Choque vinda de Lisboa cercara o Teatro José Estêvão onde decorrera o Congresso. E quando, após votação, foi decidido pelos congressistas deslocarem-se em manifestação silenciosa ao cemitério local, em romagem ao túmulo do saudoso Mário Sacramento, contrariando a proibição do Governo Civil, abateu-se sobre eles a fúria e a violência repressiva daquela polícia. Aliás, os diversos acessos à cidade estavam controlados por Polícia ou GNR, que perseguia todos aqueles que obstinadamente se queriam dirigir para o centro. Dizem-me que raramente foi vista tanta sanha descabelada. A comandá-los, um biltre com três galões de capitão, de sua graça Maltês Soares, que bem conhecido se tornaria do Movimento dos Capitães.

Naquele mesmo mês vemos com estranheza anunciar-se a realização, para Junho seguinte, de um «Congresso dos Combatentes do Ultramar». As suspeitas crescem quando é conhecido o apoio das altas esferas militares da governança à organização. E dissipam-se, finalmente, quando são publicados os nomes que integram as comissões directiva e executiva do «Congresso». Concluímos que se tratava de antigos oficiais milicianos que ao serviço das FA haviam, desde 61, cumprido comissões militares no Ultramar. Agora na vida civil, perfeitamente identificados com a situação, agarrados aos seus «tachos» e actividades curriculares, propunham-se defender teses sobre a «necessidade da intransigente defesa do Portugal uno e indivisível, d'aquém e d'além mar», falando em nome das Forças Armadas, dos seus combatentes, garantindo publicamente ao Regime a entrega devotada dos oficiais das Forças Armadas portuguesas à nobre missão de, através da continuidade da guerra colonial, assegurar a perenidade da Pátria com oito séculos de História, etc. e tal.

Ficámos banzados! Como se permitiam aqueles badamecos, alguns dos quais tinham passado os dois anos de comissão agarrados às calças, em invocações a Nossa Senhora ou a roçar os traseiros pelas cadeiras estofadas dos quartéis-generais à custa da cunha habitual e fácil, falar publicamente em «Congresso» em nome dos veteranos oficiais de carreira, alguns com quatro ou cinco comissões no lombo e com gravíssimos problemas familiares ou particulares de toda a ordem? Como seria possível aceitarmos tal representatividade?

A Guiné era um território pequeno, onde se tornavam relativamente fáceis, apesar do perigo decorrente da utilização dos mísseis *Strela* pelos guerrilheiros do PAIGC, as deslocações dos militares e a discussão política, mesmo colectiva, entre eles. As notícias espalharam-se e o descontentamento foi grande entre os oficiais do Quadro Permanente. Almeida Bruno, que neste capítulo desenvolveu grande actividade, pôs Spínola ao corrente do repúdio por nós manifestado. E a informação seguiu para os escalões superiores em Lisboa.

Foi um camarada de Cavalaria do meu curso, o Caçorino Dias, que inexplicavelmente fazia parte da comissão executiva da organização, quem foi encarregado, juntamente com Cardoso da Silva, antigo oficial miliciano em Angola, de se deslocar a Bissau para conhecer as razões do nosso repúdio e tentar demover-nos da atitude. Era um domingo. Desconhecendo a sua vinda, passei a manhã na

piscina do Clube Militar. Não cheguei a vê-lo, pois partiu, de regresso a Lisboa, no mesmo dia. Mas Dias de Lima, Almeida Bruno e Monge, pelo menos, elucidaram-no quanto à nossa perspectiva sobre o assunto. Caçorino Dias acabou por se convencer. E desvinculou-se, ele também, da comissão para que fora nomeado.

Na Metrópole, prosseguiam os preparativos para o «Congresso dos Combatentes». O cenário montava-se afanosamente. Já não tínhamos quaisquer dúvidas de que fora o Governo a incentivar, quiçá a promover, aquela realização, a fim de poder explorar, a nível interno e externo, a «entusiástica adesão» dos patrióticos combatentes do Ultramar à política seguida pelo Regime.

Entretanto, em Bissau, exigimos a participação de oficiais do Quadro Permanente no dito Congresso, caso ele se realizasse, com a finalidade de atear o escândalo através da apresentação de uma tese que violasse frontalmente o «guião do espectáculo». Foi-nos indeferido. No entanto, Sá Viana Rebelo nomeou para a presidência dos trabalhos do «Congresso», com o intuito de prestigiar o acontecimento, um antigo comandante militar de Moçambique, o general António Augusto dos Santos, que eu conhecera anos atrás, como comandante, na Escola Prática de Artilharia.

Enquanto em Lisboa Ramalho Eanes, Hugo dos Santos, Vasco Lourenço e outros encabeçavam um vasto movimento de protesto, eram recolhidas na Guiné quatrocentas assinaturas de oficiais do QP com a mesma intenção. E num telegrama que de Bissau enviámos para o «Congresso» (que acabou por se realizar no Porto, de 1 a 3 de Junho), assinado por Marcelino da Mata e Rebordão de Brito [1], afirmavam os oficiais do Quadro Permanente em serviço no teatro de operações da Guiné:

«1. Não aceitam outros valores nem defendem outros interesses que não sejam os da Nação;

2. Não reconhecem aos organizadores do I Congresso dos Combatentes do Ultramar, e portanto ao próprio Congresso, a necessária representatividade;

3. Não participando nos trabalhos do Congresso, não admitem que pela sua não participação sejam definidas posições ou atitudes que possam ser imputadas à generalidade dos combatentes;

[1] Foi utilizado o critério de serem, dos oficiais naturais da Guiné, os possuidores das mais elevadas condecorações.

4. Por todas as razões formuladas se consideram e declaram totalmente alheios às conclusões do Congresso, independentemente do seu conteúdo ou da sua expressão.»

Esta autêntica manifestação colectiva poderia ter constituído um sério sinal de alerta para o Regime. Não estando oficialmente empenhado na realização do «Congresso», o Governo, no entanto, não o entendeu como tal. E em 29 de Junho, Américo Tomás promulgaria o Decreto-Lei 353/73 que, publicado no *Diário do Governo* em 13 de Julho seguinte, viria a constituir a pequena bola de neve que, rolando, daria lugar à avalancha e à queda de um regime ditatorial de direita, velho de quarenta e oito anos.

Os quadros jovens das Forças Armadas, sobretudo os do Exército, tinham já feito um longo percurso. As condições históricas eram francamente propícias. O fruto estava mais do que maduro. E apesar de tudo isso ser evidente, Horácio de Sá Viana Rebelo, ministro da Defesa e do Exército, o tal «Meia-Nau» que eu conhecera já com a estrela de coronel tirocinado em 1960, levianamente abanava a árvore! Os jovens leões rugiram, manso, a princípio. Ganhando consciência da sua força foram deitando as garras de fora e, rugindo mais forte, lançaram-se ao ataque. A partir daí, quem poderia realmente travar o seu desenfreado galope?

17. ESPETANDO OS PENDURICALHOS

Chega-se ao 10 de Junho, Dia da Raça. Com um chefe interino de repartição ali recém-colocado, totalmente verde nos meandros complicados do Comando-Chefe, assumo por inteiro a responsabilidade da organização das cerimónias. A experiência acumulada no ano anterior permite-me agora um comando directo das operações, sem dificuldade de qualquer espécie. O chefe respira de alívio.

Praça do Império em Bissau. A pompa habitual. Grande movimento de tropas. Bandeiras, fanfarras, tribunas para altas entidades,

familiares e convidados. Som, órgãos de imprensa, tudo a postos. Tudo previsto, tudo calculado, repetido até ao pormenor.

Feitos os discursos, atinge-se o *clou* da cerimónia: a imposição das condecorações. Os condecorados do dia sabem a lição de cor. Galgam a escadaria do Palácio em passo de corrida, atingem o patamar, perfilam-se perante Sua Excelência, fazem a continência, alinham pela direita e esperam pela medalha, o aperto de mão da individualidade condecorante, talvez o abraço. Batem tacões, direita e esquerda volver, aos seus destinos, marche. Controlo, no patamar da escadaria, pessoalmente, a sequência da cerimónia e as medalhas a pendurar.

A meio do acto, algo de insólito acontece. «O Velho» trava a sequência e interrompe a cerimónia. Vejo ensombrado o rosto do major, chefe interino da repartição. Aflito olha para mim e chama-me quase sem voz. Aproximo-me.

— O que há? — pergunto.

— Isto aqui não está bem — regouga Spínola. — Este gajo que está à direita devia estar à esquerda e aquele que está à esquerda é que devia estar aqui — afirma «o Velho», de medalha suspensa.

— O meu general desculpe mas está tudo correcto e em ordem. Eu estou a controlar toda a sequência e não há o mínimo lapso. Peço-lhe que continue.

Contrafeito, Sua Excelência pendura a medalha e a cerimónia prossegue. Alívio nas hostes. Momentâneo. Instantes depois, Spínola, por iniciativa própria, manda alterar a posição dos homens a condecorar. Passos laterais à esquerda e à direita, olhares aflitos, confusão extraprograma. «O Velho» baralha todo o esquema organizativo. Felizmente, está-se no fim. Não há medalhas trocadas, apesar de tudo.

À tarde, como de costume, o lanche para sargentos e praças condecoradas nesse dia, servido na Amura, ao ar livre, com a presença dos familiares. E de Sua Excelência, naturalmente. Chama à sua presença o chefe interino da repartição.

— Olhe, ó Correia, isto correu tudo muito bem, esteve bom. A repartição mais uma vez cumpriu. Só foi pena aquele engano, aquela troca dos rapazes na altura das condecorações, porque de resto estão de parabéns.

— Muito obrigado, meu general. Vossa Excelência tem razão, realmente o erro foi nosso, mas Vossa Excelência rapidamente domi-

nou a situação e nem se notou. Sabe, meu general, é a nossa inexperiência...

Atento à conversa, não me contive. Em alguns minutos tinha nas mãos as fotografias da cerimónia do ano anterior (que havia motivado um louvor ao anterior subchefe da repartição) e que demonstravam, com a mais clara evidência, que a razão me assistia totalmente. De álbum na mão, aproximei-me e pedi licença.

— O meu general desculpe, mas continuo a afirmar que não houve qualquer lapso por parte da repartição. Vossa Excelência é que não tem razão. E para o demonstrar tenho aqui as fotografias do ano passado...

Sua Excelência interrompeu-me abruptamente, visivelmente irado.

— Homem, esteja calado, não me interessam os seus argumentos. Já lhe disse que os homens estavam trocados.

— Não estavam, não senhor. O meu general não tem razão.

— Acabou, já lhe disse. Não me interessam os seus argumentos.

Ia ripostar. O major, angustiado, interveio. Meteu-me pena. Desisti. E fui guardar o álbum.

Alguém melhor conhecedor do que eu da idiossincrasia do general me esclareceu mais tarde acerca dos motivos que o tinham levado a interromper a cerimónia, a alterar a posição dos militares e a manter-se depois irredutível na sua atitude. Ele sabia perfeitamente que eu tinha toda a razão. Simplesmente, eu descuidara um pormenor de extrema importância para Sua Excelência: na distribuição das medalhas pelas altas entidades quando se processara a condecoração de grupos de quatro ou cinco militares, para ganhar tempo, destinara a Spínola, por duas vezes (por simples acaso, evidentemente), guinéus que, devido à sua altura, ficavam um bom palmo acima do «Velho», obrigando-o a olhar para cima e a «ficar pendurado» no peito do homem. Daí o agastamento do general. Ele não podia confessar ser este o verdadeiro motivo da sua atitude. Logo, o que estava errado era a colocação dos militares! Nem mesmo a melhor organização pode resistir a estes imponderáveis...

Assaltava-me, em cada repetido cerimonial do Dia da Raça, a desconfortável sensação da náusea. Não podia afastar de mim a ideia de que tudo aquilo não era mais do que autêntica manipulação dos

militares e do Povo levada a efeito pelo Regime. E também um forte motivo de corrupção. Para além das honrarias e dos proventos que a carreira poderia vir a proporcionar ao militar que, perfeitamente encaixado no sistema, despersonalizado como convinha, aceitasse, submisso e conformado, a canga da situação política vigente como a verdade e a luz que alumiava a Nação, era o oficial ou o sargento sujeito ao engodo permanente e aliciante do louvor atribuído pelo comandante-chefe ou até — suprema ventura! — pelo ministro do Exército, ou da medalha que, as mãos tremelicantes do «venerando» ou as bem tratadas de um qualquer ministro colocariam, solenemente, a 10 de Junho, na farpela limpa a seco e passada a ferro do jactante militar.

Quantos «relatórios de operações» descrevendo êxitos fantásticos ou superlativando acções banais não foram forjados para satisfazer essa medíocre ambição? Quanto despeito, quanta intriga, quanta mentira, quanta subserviência, quanto ódio disfarçado em sorriso não foi o pão nosso de cada dia ao longo dos treze malfadados anos de guerra colonial apenas com o fito de, perfilado perante o «mais alto magistrado da Nação» e as câmaras de TV, receber no peito do uniforme a condecoração que, aumentando o *palmarés* da carreira, preparava o terreno para voos mais altos!?

E como o Regime se deveria divertir com tudo isso! Como era tão tranquilizante ter na mão os militares, as Forças Armadas afinal, à custa de tão poucochinho! Uns louvores, umas medalhas distribuídas com parcimónia. De vez em quando, por desfastio, uma promoção por distinção. E eles, os lorpas, ali continuavam, à babugem, de joelhos em terra, pedindo mais, jurando a sua fidelidade ao Governo e garantindo, pela força das armas, a sua política de lesa-Pátria!

Interessava ao Regime fabricar heróis. Para no mínimo, em 10 de Junho de cada ano, executar friamente a manipulação de um Povo no enaltecimento das virtudes heróicas da gente lusa, herdeira das glórias de Aljubarrota. E consciente ou inconscientemente, eram os militares os protagonistas submissos, devotados e orgulhosos do seu papel na representação da tragicomédia.

O fim das guerras coloniais superveniente ao 25 de Abril fez extinguir, esperemos que para sempre, a pompa balofa e demagógica dos cerimoniais do 10 de Junho por que novos ou repetidos «heróis» sempre tanto ansiavam. Não sendo agora de prever qualquer

invasão do nosso país pelas hostes espanholas nem (se não sairmos de um alinhamento bem comportado...) a agressão imperialista da NATO, perdidas as fumaças de potência (!) colonial e dominadora, não será mais proporcionado às novas e às vindouras gerações o espectáculo da compostura jesuítica e hipócrita dos venerandos e janotas do antigo Regime espetando os penduricalhos no «peito pra fora» dos militares ou na veste negra da viúva ou do pai do infeliz que, «pelejando lá pelas Áfricas contra os bárbaros», dera a alma ao Criador deixando a família a maior parte das vezes na mais negra miséria mas assegurando, parcelarmente, a «perenidade do Portugal uno e indivisível».

E também, evidentemente, a garantia dos lucros sempre avultados das «grandes famílias» e a das excelentes e respeitáveis posições de Suas Excelências. Que ali, na tribuna dos títeres do Regime, assumiam, como a circunstância exigia, o semblante patrioteiro das grandes ocasiões ou o ar contrito e apiedado das solenidades mórbidas. Enquanto se estavam realmente nas tintas para o zé-ninguém que a milhares de milhas de distância da capital do Império, agarrado sofregamente à canhota, matava e morria, esforricado pela mina ou derrubado pela metralhadora.

Apesar do anacronismo dos códigos e regulamentos militares, sempre considerei de fundamental importância, na vida militar, a possibilidade de utilização entre os homens (apesar das diferenças de grau hierárquico entre eles existentes) de uma linguagem de verdade, de uma autenticidade plena de atitudes, de uma colocação frontal e correcta dos problemas e das questões ou dúvidas, o que não é, em regra, apanágio da sociedade civil. Claro que nem sempre fui bem sucedido seguindo tal norma de actuação. O que não destruiu em mim, de forma alguma, aquela convicção, embora tenha aprendido que os homens que servem (ou se servem...) da carreira militar não deixam, por esse facto, de partilhar dos mesmos defeitos e qualidades dos que não estão àquela vinculados. Não resistindo, por tal motivo, a reagir, perante ocasiões semelhantes, como um vulgar chefe de serviços ou director-geral de empresa.

Isto vem a propósito da minha própria experiência pessoal em matéria de condecorações. Por duas vezes, durante as minhas três comissões em África, estive à beira de me ver medalhado. E não o fui. Não por falta de mérito autêntico, decerto, que os meus chefes

directos, ao proporem-me superiormente, em mim deveriam ter reconhecido, mas por categórica recusa dos responsáveis superiores perante os quais não me coibira de definir determinadas posições.

A primeira foi em 1967, em Angola, em fim de comissão. Chamado ao gabinete do meu comandante de batalhão, na Damba, fui por ele interpelado:

— Ó Saraiva de Carvalho, você teve algum desaguisado grave com o nosso brigadeiro comandante do sector?

— Bem, tive realmente aquela pequena questão da emboscada do Topo, mas não tão grave como isso — respondi.

Recordei. Uma viatura pesada civil que transportava trabalhadores negros para uma fazenda de café, situada na zona de acção da companhia que sediava a oeste da que eu comandava em Mucaba, sofrera uma forte emboscada de que resultara a morte de catorze nativos. Eu fora chamado imediatamente a Carmona e, no Comando do Sector, acusado pelo brigadeiro de negligenciar o patrulhamento da minha zona, permitindo que «bandos terroristas» montassem emboscadas tranquilamente e fizessem estragos como aquele.

Reagi a princípio serenamente, demonstrando que a acção teria ocorrido em zona que não era patrulhada nem controlada pela minha companhia, mas o homem lá tinha aquela encasquetada. Até que acabei, realmente, por lhe dizer que o que era lamentável era Sua Excelência desconhecer totalmente os limites de zona das unidades do sector sob o seu comando. E que não aceitava, de ânimo leve, aquele «passar de bola». Ele não gostou. E mandou-me, «de castigo», comandar uma «companhia eventual» formada por um pelotão de cada uma das companhias do batalhão, com a missão de, baseado por um mês num fortim de voluntários da OPVDCA (Organização Provincial dos Voluntários da Defesa Civil de Angola), realizar permanentes operações de busca do bando guerrilheiro.

Era o tipo de missão que não cabia na cabeça de ninguém. Mas acabei por cumpri-la, obviamente, sem regatear, e por descobrir que, com elevado grau de probabilidade, poderia a acção de emboscada ter sido montada por pessoal de uma fazenda vizinha daquela a que os trabalhadores se destinavam, tendo em vista obstar à laboração da mesma e permitindo a sua anexação ou compra a preço reduzido por parte dos «guerrilheiros-fazendeiros» emboscantes.

O tenente-coronel, desconhecendo os pormenores, conhecia a questão principal, evidentemente. Daí a sua estranheza.

— Só isso? — perguntou.

— Que me lembre, não houve mais nada. Mas porquê?

— Bem, é que devo dizer-lhe que, a fim de compensar o mérito da sua actuação como comandante da companhia da Mucaba durante estes dois anos, propu-lo para uma condecoração ao comandante do sector e ele indeferiu-ma, dizendo-me que você, condecorado, só por cima do seu (dele) cadáver. Por uma questão de lealdade não podia deixar de lhe dizer isto.

Ri-me com gosto. E afirmei:

— O meu comandante não se importe com isso, peço-lhe, que eu também não. Condecoração, a mim, é coisa que não me diz absolutamente nada e basta-me saber que ficou satisfeito com o trabalho que desenvolvi no comando da companhia.

— Mas Saraiva de Carvalho, uma condecoração podia ser muito importante para a sua carreira e além disso você merece-a, sem a mínima dúvida.

Tranquilizei-o e reiterei-lhe o meu agradecimento pelo apreço e confiança depositados. E assim se esvaiu a minha primeira oportunidade... Em 9 de Setembro de 1973, o brigadeiro era general e comandante da Região Militar de Évora. Passou esse dia em aflição, anotando febrilmente as matrículas dos automóveis que iam chegando à Praça do Templo de Diana, local do encontro para a famosa reunião do Movimento dos Capitães. Em fins de Abril de 1974, sem surpresa, o general Moreira da Câmara foi saneado do Exército.

Foi em 73, na Guiné, a minha segunda oportunidade perdida. A semelhança entre o louvor proposto pelo meu chefe de repartição e que era o «pontapé de saída» para a medalha e aquele que acabou por me ser concedido por Sua Excelência é pura coincidência. Mas como, em boa verdade, depois de tudo o que aconteceu, podia Spínola condecorar-me?

Houve, no entanto, um ou outro dos excelentes e dedicados elementos do seu *staff* que não ficou nada, nada feliz com o tipo de medalha imposta pelo «Velho». Recordo o caso de um proficiente tenente-coronel, chefe de uma importante repartição do Comando-Chefe, para o qual Spínola, em 1972, não propusera mais do que a rotineira Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma.

Sobressaía o oficial, dentre outros, pela sua elevada craveira técnica profissional e qualidades de camaradagem e trato que aliás, confessadamente, cultivava. Fora condecorado, por acções em Angola, em comando de companhia, com a Medalha de Prata de Valor Militar com Palma, a segunda mais importante condecoração portuguesa em situações de guerra.

Tinha trabalhado para isso e julgava-se com direito, no mínimo, à Medalha de Ouro de Serviços Distintos com Palma e não apenas àquilo a que chamávamos «a medalha comemorativa dos chefes de repartição e comandantes de batalhão».

Era norma, em cada 10 de Junho, Sua Excelência oferecer um jantar no Palácio do Governo a todos os oficiais condecorados, acompanhados de suas mulheres. E a tradição obrigava a que eles fossem portadores, na farda branca ou azul do uniforme número um, apenas da medalha com que nesse dia tinham sido agraciados.

E foi isto que, delicadamente, fui lembrar aos condecorados.

— Não se esqueça de que logo à noite, às vinte e trinta, há jantar no palácio com o nosso general. Farda branca e só a condecoração do dia.

A reacção do tenente-coronel foi explosiva. Nunca o tinha visto assim! E já o conhecia, seguramente, desde quinze anos atrás, como meu instrutor na então Escola do Exército.

— Olhe, vá lá dizer ao *seu* general que quem foi condecorado com o *valor militar* se recusa a pôr uma merda destas sozinha no uniforme e deixar em casa as outras condecorações. Ou trago todas e mais esta ou vou sem nenhuma — atirou-me, vermelho e iracundo.

— Bem, para já, o general é muito mais seu do que meu. E, depois, não tenho nada com isso. O meu papel é avisar. Agora faça o que quiser e discuta o assunto com ele — retorqui-lhe.

Caiu em si e voltou quase logo ao seu normal.

— Desculpe, Otelo, claro que você não tem culpa nenhuma. Foi só um desabafo.

Não tenho a certeza absoluta. Mas afirmo, sem grande receio de mentir, que de qualquer modo Firmino Miguel compareceu nessa noite ao jantar apenas com a medalha do dia pendurada no uniforme.

18. UM ELEFANTE NO JARDIM

Em Maio de 73, o major Coutinho e Lima, que comandava o Comando Operacional N.º 5 (COP 5) no Sul da província, mandou evacuar o aquartelamento do Guileje, situado a uma dezena de quilómetros da base guerrilheira de Kandiafara, na República da Guiné. Para o major, o motivo era suficientemente forte: incontável número de flagelações eficazes e sucessivas da artilharia inimiga tinham destruído quase por completo as instalações do aquartelamento e o moral do pessoal. Apesar dos pedidos insistentes e aflitivos, o apoio aéreo não fora concedido, no receio de que a acção fosse um chamariz para o abate de mais alguns aviões. Ao ter notícia da evacuação, Spínola não viu outra alternativa senão ordenar a prisão de Coutinho e Lima e mandar instaurar-lhe um auto de corpo de delito por crime essencialmente militar de cobardia: abandono de praça militar ao inimigo.

Deixando as instalações e o material pesado, incluindo a artilharia, nas mãos do PAIGC, Coutinho e Lima fez seguir a tropa para Gadamael, transportando o que podia. Em 22 de Maio chega a Bissau para ficar sob prisão no quartel da Polícia Militar, na Amura. É substituído pelo coronel pára-quedista Rafael Durão, em fim de comissão, coadjuvado pelo capitão Manuel Monge, da Repacap. Este é graduado em major. E foi sobre os seus ombros jovens mas firmes que, após o regresso de Durão a Bissau, caiu a pesada responsabilidade de aguentar a tragédia de Gadamael: a flagelação constante da artilharia inimiga, o pânico entre as tropas portuguesas, dezenas ou centenas de mortos e feridos, a ausência de apoio aéreo, a quase impossibilidade de receber reabastecimentos e promover evacuações de feridos. Na circunstância, serviu a Monge de forte apoio a serenidade e a coragem de um pequeno mas forte capitão de comandos, Manuel Ferreira da Silva, que desempenhava as funções de adjunto.

Aureolado de inegável prestígio dentro e fora do País, Spínola era então apontado como o único sucessor possível para o decrépito Américo Tomás. Já em 1972 se contava que, findo o seu quarto ano de governo na Guiné, o colégio eleitoral se decidisse pela sua nomeação para a Presidência. O que não desagradaria a Marcelo Caetano,

que poderia assim, através do nome solidamente firmado do general por motivo da acção militar e governativa por ele desenvolvida no Ultramar e com o apoio que lhe era dado, publicamente, por alguns dos nomes mais sonoros e influentes do panorama político e financeiro português (Azeredo Perdigão, Jorge de Melo, Manuel Vinhas, Champalimaud), executar toda a acção reformista que lhe permitisse aguentar o Regime e avançar na «evolução na continuidade».

A extrema-direita movimentara-se, porém. O velho Tomás (que, dizia-se, renunciaria por questões de saúde) fora reconduzido em Julho de 72. E Spínola regressara à Guiné, para o seu definitivo ano de governo, aguardando nova oportunidade.

Em 6 de Agosto de 1973, após mais de cinco anos de permanência na província como governador e comandante-chefe, Spínola regressou à Metrópole.

Ainda pensámos, em Bissau, que «o Velho» voltaria para concluir seis anos de actividade à frente dos destinos da província, tanto que, à sua chegada a Lisboa, declarara aos órgãos de informação que o aguardavam que se deslocava à Metrópole apenas para o seu habitual período de férias e cura de águas anual, por dois meses, no Luso ou no Buçaco.

Não regressaria, porém. E até 15 de Janeiro do ano seguinte manter-se-ia sempre em dúvida qual o destino que o Poder lhe reservava. Spínola era um autêntico «elefante no jardim». Cinco anos de governo e comando-chefe — com uma máquina de apoio e propaganda bem montada que colocara o seu nome, as suas declarações de tom audaz e politicamente avançado, a sua personalidade de certo modo fascinante (em que o gesto largo do discurso, o pingalim, o monóculo, as luvas, eram factores e *fetiches* não surgidos por acaso), enaltecida ou denegrida, nos jornais e revistas de todo o Mundo — haviam-lhe granjeado um prestígio dificilmente ultrapassável no País e conferido um peso político que tornava ridícula uma colocação de «o Velho» como deputado à Assembleia Nacional, comandante da Academia Militar ou mesmo comandante-chefe das Forças Armadas em Moçambique em substituição de Kaulza (que entretanto regressara também à Metrópole), como chegou em diversas ocasiões a constar.

Um lugar de prateleira — inspector superior da Defesa Nacional — caía mal nos meios militares em relação a um Spínola que

regressava em grande estadão com o Grande Oficialato da Ordem Militar da Torre e Espada e com a Medalha de Ouro de Valor Militar com Palma no seu *palmarés*, a juntar às anteriores e elevadas condecorações.

Finalmente, o Regime consegue, ao fim de dez meses de «férias» que permitiriam a Spínola trabalhar o seu *Portugal e o Futuro*, a solução satisfatória: o Conselho de Ministros promove-o a general de quatro estrelas e abre para ele o lugar de vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, colocando-o na segunda posição da hierarquia militar portuguesa, a seguir a Francisco da Costa Gomes, que ascendera à chefia do EMGFA em substituição de Venâncio Deslandes.

Entretanto, Spínola fizera um longo, longo percurso. O capitão António de Spínola, que em 1946, como administrador e colaborador do *Boletim da Legião Portuguesa*, lançava ferozes ataques à liberdade, à democracia, ao comunismo, enquanto tecia hinos à ordem e à obediência aos chefes (isto, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial), não podia reconhecer-se no sexagenário general que, obrigado na Guiné a estudar os processos de actuação da guerrilha (a fim de procurar desarmar o PAIGC dos seus objectivos políticos), afirmava agora «não haver outra maneira de resolver os problemas nem de governar os povos senão a democracia» e, no seu discurso de tomada de posse em 15 de Janeiro de 1974, que «as Forças Armadas não são a guarda pretoriana do Poder» e que a disciplina, sendo «o nervo-motor da eficiência da máquina militar, não implica obediência cega, mas pressupõe a identificação de chefes e subordinados com os valores morais da Nação».

Rasgando-lhe horizontes consideráveis, a politização sofrida por Spínola na Guiné não foi no entanto suficiente para culminar a trajectória que lhe poderia ter trazido a glória da condução de um processo de democratização (muito menos revolucionário) em Portugal. Vítima dos seus temores e profundas e inultrapassáveis contradições, «o Velho» terminaria a sua carreira ingloriamente, desprestigiado, envolvido no ridículo e no enxovalho.

PARTE II

A PENÚLTIMA GOTA DO CÁLICE OU DE COMO OS CAPITÃES ENTRAM EM CÓLERA

1. O DECRETO-LEI 353/73. «O MEIA-NAU» METE ÁGUA

O anexo II à ordem de serviço 32, de 9 de Agosto de 1973, do Quartel-General do Comando Territorial Independente da Guiné transcrevia a circular 2359/PG, de 12 de Julho de 73, da Secção de Estudos Gerais da 1.ª Repartição do Estado-Maior do Exército, a qual era encimada por um título estranho e alarmante em *assunto:* «Entrada de oficiais do QEO para os QP, através de uma frequência de cursos intensivos na Academia Militar.»

O número de alunos deste estabelecimento de ensino rondava por essa época, em percentagem, cerca de catorze e meio por cento do número de vagas em aberto. Em números exactos, uma população escolar de setenta e dois alunos e um «buraco» de quatrocentas e vinte e três vagas por preencher. A esmagadora maioria dos capitães que no Ultramar comandavam companhias operacionais era constituída por civis, que, após cerca de três meses de um denominado «curso de comandantes de companhia» nas Escolas Práticas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, passavam a ter direito ao uso de três galões dourados nos ombros e ao tratamento de «senhor capitão». Em grande número casados e com filhos, com uma vida profissional estabilizada, não fremiam realmente de impaciência por partir de arma na mão rumo aos calores do sertão africano para lá se afirmarem como heróicos defensores do torrão pátrio no combate remoto contra os «terroristas». Pelo contrário. Nas tintas para aquele estupor de guerra, amaldiçoavam o Regime e a «chicalhada» que deles se tinha lembrado e faziam por passar os dois anos de comissão (se entretanto não conseguissem uma doença providencial que os fizesse evacuar para a Metrópole) sem correr riscos de qualquer espécie,

procurando passar despercebidos e, se tal fosse preciso, estabelecendo com os guerrilheiros um pacto de não agressão.

Por outro lado, o pessoal do QP estava já farto. A guerra tornara-se francamente impopular. E treze anos era mais do que tempo suficiente para que os políticos resolvessem, da melhor maneira, a situação.

Os subalternos do QP rareavam. Os capitães iam sendo lentamente promovidos a major. Retardar demasiadamente as promoções, além de os envelhecer no posto, tornando-os menos aptos para a dureza das missões de combate, provocaria neles o descontentamento óbvio. Não interessava manter capitães à custa do seu estado de insatisfação latente.

Pressionado pela tradição e pela extrema-direita ferozmente aliada da burguesia capitalista, determinado em prosseguir uma «evolução na continuidade» que o mantinha, salazaristicamente, «orgulhosamente só», o Governo marcelista estava entalado.

Não se lhe oferecendo qualquer possibilidade, face às pressões sobre ele exercidas e que não conseguia sacudir, de encontrar a adequada e necessária solução política para o grave problema da guerra colonial, a única saída era continuá-la.

Assim, «considerando-se da necessidade para o Exército alargar as suas possibilidades de preenchimento dos quadros em oficiais do Quadro Permanente, e de justiça para aqueles que, como militares do complemento, melhores provas têm dado no Ultramar no desempenho de funções militares» e ainda que, para estes, «dada a sua anterior preparação e experiência militar, se julga possível um encurtamento dos períodos escolares mediante uma intensificação dos mesmos», o Conselho de Ministros aprova e Américo Tomás promulga o Decreto-Lei 353/73 de 13 de Julho, que se torna, historicamente, o verdadeiro rastilho para a criação do Movimento dos Capitães.

O decreto não fazia mais do que concretizar, preto no branco, a circular a que já fiz referência. Só em meados de Agosto tomámos conhecimento do seu teor. E sabemos que, no mês anterior, já as primeiras reacções haviam surgido em Lisboa, consubstanciadas num memorando, com data de 17 de Julho, apresentado pelos oficiais que frequentavam o Estágio de Promoção a Oficiais Superiores das Armas e Serviços (EPOSAS) no Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços, e numa exposição dirigida ao director do Serviço de Pessoal do Exército.

Na essência, atacavam os dois documentos o decreto-lei publicado, pelo lado da ultrapassagem na escala de antiguidades a que os oficiais do QP se veriam sujeitos face às facilidades que passavam a ser concedidas, como elevado aliciante, aos oficiais oriundos de milicianos. Não nos parecia ser este o problema principal. E um documento que me chegou às mãos, intitulado «Exposição-tipo a enviar ao Ministro do Exército, tendo em vista a revisão do Decreto-Lei 353/73 de 13 de Julho de 1973», trabalhado pelo capitão de Artilharia Morais da Silva, conforme vim a saber mais tarde, tocava realmente na ferida ao estabelecer o paralelo de comparação entre o Decreto-Lei 42 151, de 31 de Março de 1959, que criava a Academia Militar (numa altura em que se estava ainda a dois anos de distância do início da guerra colonial...), e a profunda contradição que os dois considerandos do recente decreto apresentavam em relação àquele.

Assim, os majores, capitães e subalternos que, nos termos do Decreto-Lei que criava a Academia Militar, haviam frequentado um curso básico de quatro anos, considerado de nível superior, «enfileirando [a Academia Militar] no aspecto cultural com os mais distintos estabelecimentos de ensino superior do País», pois que «a complexidade e eclectismo, sempre crescentes, das funções que ao longo da sua carreira os futuros oficiais virão a exercer» exigiam a «necessidade de uma sólida educação intelectual básica» (tudo isto significando implicitamente a defesa do prestígio da função), ver-se-iam agora sumariamente ultrapassados nos seus direitos de antiguidade, às vezes penosamente adquiridos, por oficiais milicianos ou oriundos de milicianos, constituindo a maioria o rebotalho dos estudantes universitários, liceais ou do ensino técnico.

Bastar-lhes-ia ter o sétimo ano do liceu ou habilitação equivalente, menos de trinta e um anos em 1 de Janeiro do ano de admissão e o posto de capitão ou subalterno, além de «boas informações», sempre fáceis de obter («para não estragar a vida ao rapaz»), para, mediante um curso de apenas dois semestres lectivos seguidos de seis meses de serviço em escola prática (podendo ainda um dos semestres ser repetido e por uma só vez em caso de não aproveitamento), passarem ao Quadro Permanente!

A disparidade era grande e a desvalorização maior ainda.

Uma primeira aproximação permitira apurar cento e vinte e sete oficiais oriundos de milicianos beneficiados em antiguidade. Destes, um capitão seria promovido imediatamente a tenente-coronel e outros sessenta e nove oficiais ao posto de major.

Face à onda de contestação que os oficiais do QP na Metrópole levantaram, o Governo não podia ficar indiferente. E em 14 de Agosto, Dia da Infantaria, ao discursar na Escola Prática da Arma, em Mafra, Sá Viana Rebelo, então ministro da Defesa e do Exército, procurava emendar a mão. Após tecer elogios aos oficiais do QP, «que são quem tem sofrido o peso principal das operações militares», justifica a publicação do Decreto-Lei 353/73, confessa terem sido verificadas «várias situações não previstas, na aplicação da lei, que lhe foram postas pelas entidades militares competentes», afirma que «quando é preciso fazer justiça não tem qualquer rebuço em rever os assuntos» e anuncia já ter sido «aprovado em Conselho de Ministros o diploma que introduz algumas oportunas alterações ao primeiro decreto, por forma a que se consiga uma solução mais equilibrada para a actual situação do QP».

Uma certa expectativa cautelosa criada à volta destas afirmações do «Meia-Nau» foi completamente gorada pela publicação, nos jornais de 22 de Agosto, do tal novo diploma, o Decreto-Lei 409/73, promulgado em 8 do mesmo mês. Nada de novo acrescentava. Alterando a redacção dos artigos terceiro e sexto do anterior, na parte referente às antiguidades, atenuava-o apenas no que à situação dos majores dizia respeito, deixando estes fora da contenda e mantendo os capitães em litígio.

Tínhamos na mão todos os elementos necessários para iniciar, na Guiné, o mesmo combate. Em 18 de Agosto, sábado, reuniram-se na sala de jogos do Clube Militar em Bissau cerca de duas dezenas de capitães. Foi dado conhecimento a todos os camaradas presentes do teor dos decretos publicados e discutida a forma por que os mesmos afectavam, ética e materialmente, a maioria dos capitães de infantaria, artilharia e cavalaria do QP. Concluída a necessidade de ser tomada, colectivamente, uma atitude firme face à violência do Poder, foi escolhida uma comissão para a elaboração de um projecto de carta a enviar às mais altas entidades das Forças Armadas e do Exército e ainda ao ministro da Educação (que tinha equiparado o curso da Academia Militar, segundo as normas legais de 1959, à curso universitário), que fosse trabalhado em reunião próxima.

Em 21 à noite, reuniram-se de novo duas dúzias de capitães numa sala que se destinava a convívio de sargentos do Agrupamento de Transmissões. Lido o projecto da carta, discutido o seu conteúdo e forma, acabou por ser aprovado, ficando assente uma leitura final do documento para a reunião seguinte.

Esta efectuou-se na tarde de 25, sábado, na mesma sala. O capitão Matos Gomes apareceu com um braçado de exemplares da brochura *Por Uma Democracia Anticapitalista*, de Sottomayor Cardia, editada pela Seara Nova, que rapidamente se esgotou ao preço de vinte escudos por volume. O ambiente era propício. Lida a carta na sua versão final, surgiram algumas divergências de pormenor que permitiram discussão, Por fim, ficou decidido que o documento seria assinado por quem quisesse e pelo maior número possível de camaradas. Tínhamos perfeita consciência de que iríamos participar numa forte manifestação colectiva e dispúnhamo-nos a arrostar com as consequências. Quantos mais assinassem melhor, pois o peso da responsabilidade dividido por grande número, fazia aumentar, para o Poder, os riscos de uma solução leviana, enquanto permitia aliviar os nossos. Discutiu-se longamente qual o processo a utilizar para o envio da carta: por correio registado, em mão própria através de comissão, um exemplar assinado por cada camarada ou um exemplar assinado por todos.

Como seria de esperar, começaram as primeiras hesitações e deserções. O processo avançava, no entanto, resolutamente. Trocavam-se ideias. O entusiasmo pela coesão e unidade que surgiam e o prazer do risco no afrontamento com o Regime começavam a exaltar-nos. A maioria mantinha-se firme. Alguns, mais cautelosos, aconselhavam moderação.

O capitão engenheiro de Transmissões Jorge Golias tomou a palavra para romper, vibrante, contra as soturnas vozes de catequese que se faziam ouvir, timoratas. E afirmou: *Estamos a perder demasiado tempo a pensar e a discutir sobre o conteúdo do documento e a forma de o enviar, quando devíamos era preparar-nos para a revolução armada, pois o que interessa é abater o Regime e isso só se consegue à porrada.*

Os camaradas entreolhavam-se, temerosos. Observando-os, vi neles a interrogação muda: não estaríamos a ir longe de mais? O Simões Vagos, sereno e objectivo, pôs água na fervura e a calma regressou.

«Temos homem», pensei. «Mas ainda é muito cedo, Golias. O fruto está ainda muito verde. Não assustes a rapaziada. Deixa amadurecer...»

Formou-se, nessa reunião, uma comissão de luta. Nesse tempo, não se chamou assim, claro, mas apenas Comissão do Movimento dos Capitães. Decidiu-se que, para dar maior continuidade à sua acção, deveriam integrá-la camaradas que não estivessem próximos do fim da comissão. Acabou por ficar constituída pelo, entretanto promovido a major, Almeida Coimbra[1] e capitães Matos Gomes, Duran Clemente e António Caetano.

Fiquei encarregado de bater a carta à máquina, em *stencil*, providenciar quanto à recolha do número máximo de assinaturas que fosse possível, considerando que o documento tinha de ser metido no correio, registado, na primeira semana de Setembro, e accionar ainda o seu envio.

Tive algumas dificuldades. Fui obrigado a deslocar-me ao aeroporto, por exemplo, para «caçar» à boca do avião que o traria em fim de comissão para a Metrópole, a assinatura prometida do Santos Costa. E tive de apagar outras, de arrependidos da última hora, como o Henrique Louro de Sousa e o Aurélio Pamplona, que vieram dizer-me que estavam connosco, mas que, tendo sido aceites para a frequência do Curso Geral de Estado-Maior, poderiam ficar prejudicados participando daquele acto de indisciplina.

A percentagem de assinaturas foi boa. Pelas minhas contas, estariam oitenta e um capitães em serviço no TO da Guiné, dos quais dez do QEO ou oriundos de milicianos, a quem, evidentemente, não foi pedida assinatura. Cinco encontravam-se de licença na Metrópole. Dos sessenta e seis restantes, assinaram quarenta e cinco, aos quais vieram somar-se seis subalternos do QP abrangidos pelos decretos, que não quiseram, de forma alguma, ficar de fora. Em total, portanto, cinquenta e uma assinaturas, faltando os camaradas com quem não tive oportunidade de contactar.

[1] É hoje o comandante da Polícia de Intervenção, vulgarmente designada por «Polícia de Choque».

Aos oficiais em serviço no interior enviei uma carta em 31 de Agosto, em nome da comissão, a fim de os pôr a par do que estava a acontecer. Considerava-os como fazendo parte integrante do nosso grupo, enviava a cada um uma cópia da carta dirigida às altas entidades e justificava a nossa tomada de posição com uma afirmação frontal do nosso descontentamento pela frequente imposição de alterações às leis que vigoravam quando ingressáramos na Academia Militar.

Em 5 de Setembro, pessoalmente, registei no correio de Bissau cada um dos cinco sobrescritos em que, caprichadamente, tinha inscrito a letras de decalque o endereço do destinatário. A sorte estava lançada. Nada mais havia a fazer do que imaginar a reacção do Poder, engendrar antecipadamente respostas de contra-ataque e actuar com senso e oportunidade caso as atitudes fossem diferentes das esperadas.

Em 7 de Setembro fiz entrega de uma exposição dirigida ao ministro do Exército na qual requeria a revogação total do Decreto-Lei 353/73 e alterações posteriores. Nele manifestava o profundo descontentamento que de mim se apossara como oficial do QP que havia dezoito anos, cheio de ideais e plenamente convicto de abraçar uma profissão nobre e impoluta, assentara praça como cadete-aluno na então Escola do Exército e terminava requerendo a revogação total dos Decretos 353 e 409, «para que não veja ainda mais denegrida, ridicularizada e vilipendiada uma profissão que deveria ser enobrecida, dignificada e prestigiada perante a Nação e à qual, ainda adolescente, vinculei o meu destino».

O major Hugo dos Santos, então colocado como professor na Academia Militar, era, segundo sabíamos, um dos principais elementos do Movimento de Capitães que surgira na Metrópole após a publicação do Decreto-Lei 353/73.

Fora meu instrutor, ainda tenente, quando eu frequentava a Academia, e conhecia-o como um bom oficial, dedicado, leal, voluntarioso e bom camarada. Foi a ele que Almeida Coimbra recorreu para obter notícias actualizadas e concretas sobre o que estava a passar-se em Portugal.

A resposta não se fez esperar e foi lida numa nossa reunião de princípios de Setembro:

Caro Amigo Coimbra:

Não é bem na volta do correio que te respondo, mas a demora propositada foi para melhor elucidar sobre o problema do «famigerado Decreto» que tanto nos alvoroçou e que em primeira análise conclusiva parece ter tido o condão de nos voltar a ligar ou pelo menos consciencializar de forma a que com determinadas medidas, já em exploração, permita a nossa UNIDADE e «espírito de corpo» tão orquestrado e apregoado aquando do nosso ingresso nas fileiras e que aos poucos e poucos foi desaparecendo.

Como sabes o Dec.-Lei foi modificado de forma que só o podemos interpretar como um «remendo para calar majores», o que evidentemente não agradou, pelo menos à maioria dos majores, que não se calarão.

Estamos incentivando os capitães, pois também há muitos que vivem na lei do DEIXA CORRER, de que o assunto não pode parar aqui e para já vão-se tomar as seguintes medidas:

— Uma delegação irá pedir audiência ao chefe EME para promover uma reunião a nível METRÓPOLE, a fim de serem debatidos os problemas criados pelo Dec.-Lei;
— Outra delegação irá ao chefe EM das FA, a fim de se tentar uma comissão para debater o problema do Estatuto com vistas a conseguir-se um devidamente racional em que os direitos e obrigações sejam escrupulosamente cumpridos por TODOS;
— Outra delegação irá a S. EXA. MINISTRO, dizendo da insatisfação e que o assunto não pára, tal como irá ao Presidente do Conselho com a mesma finalidade;
— Há ainda a hipótese de se ir também a S. EXA. Presidente da República, caso não dê ouvidos ao que lhe vai ser dito pelo ajudante militar.

Exposições agora, só dos CAPITÃES, e têm todo o interesse mesmo que já tenham metido anteriormente, só para ficarem a saber de que o problema continua latente.

Entretanto o assunto já está a ser estudado por dois advogados, pois já se confirmou a inconstitucionalidade da Lei e irá para SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO, apresentado por dois ou três camaradas que terão de ser forçosamente CAPITÃES.

A orientação é toda LEGAL e nada queremos fazer que possa sair das baias da legalidade, pelo que atitudes drásticas, por não concordância, só deverão ser tomadas depois destas esgotadas. Queremos fazer prevalecer os nossos direitos legalmente, ainda que já nos acusem de «subversivos». A finalidade das delegações é precisamente o de poder demonstrar que nada haverá de subversivo, mas que a consciência não nos permite calar perante injustiças e imoralidades.

Outra medida que deverá ser tomada, mas que só o será depois da eleição dos deputados, é arranjar de entre estes, 10 (é o mínimo exigido pelo regimento da Assembleia Nacional) que levantem o problema por o Dec.-Lei não ter sido estudado na AN, o que de imediato tem efeitos suspensivos.

Entretanto os contactos permanecem e paralelamente estão-se a organizar medidas para a UNIÃO de todos os elementos que constituem aquele EXÉRCITO a que gostaríamos de pertencer, mas que a falta de consciencialização, principalmente dos chefes, não tem permitido. Parece-me chegada a boa altura, pois se não for agora, também me quer parecer de que nunca mais poderá ser, para mais não esquecemos ainda como nos deixaram desprestigiar aquando do caso da ÍNDIA, e daí para cá cada vez mais temos sido desprestigiados.

Há que nos unirmos e demonstrarmos essa união aos nossos chefes para que eles possam ser CHEFES tal como os queremos e fazer-lhes sentir o nosso apoio para que as tomadas de posição sejam uma realidade e não deixem correr as coisas como agora sucedeu.

Em breve serás contactado sobre este assunto, bem como serás elucidado do que se pretende de cada um de nós, em particular, e do conjunto, no geral.

Como não sei se chegou aí um panfleto que a outra facção fez circular e que talvez em breve se saiba a origem, envio-o para veres como são inteligentes os seus organizadores. Pessoalmente nunca pus o problema de competência ou incompetência deles, pois há de tudo tal como do nosso lado. No entanto, tive de chegar à triste conclusão de quem aceitou aquilo e de quem o redigiu que é uma cambada de incompetentes, de tal forma que nem as pensam quando lançam aquele repto final. De números obtidos mais ou menos uma semana atrás, dos contestatários dos PUROS haviam entrado requerimentos de 3 TORRES E ESPADA, 3 VALORES MILITARES, 32 CRUZES DE GUERRA de 1.ª classe, 52 FERIDOS em campanha. Isto chegava para os SEPULTAR.

Diz a essa rapaziada que se vá mentalizando para que o assunto não morra e que em breve serão elucidados do que se passou, mas que será necessário possivelmente gastar uns cobres pois deve ser difícil

arranjar dois ou três *bons* advogados (estamos inclinados para 3) sem gastar dinheiro. No entanto, o necessário será um contributo de TODOS os que apoiam e dos interessados, e pelos contactos já tidos a disposição é praticamente geral reconhecendo a necessidade dos bons advogados e da contribuição.

Ainda sobre os panfletos, felizmente que há muitos dos ESPÚRIOS (?) que já declararam não concordar com os mesmos e encontram-se revoltados com tal procedimento, estando a preparar uma declaração assinada em que contestam tais argumentações.

Um abraço e até próximas notícias. O amigo à disposição

Hugo dos Santos

Toda a actuação prevista em Lisboa era fortemente tocada pela legalidade. Ia-se inclusive ao ponto de tentar influenciar dez deputados (da ala liberal, por certo) da Assembleia Nacional para exporem no Parlamento o nosso caso (!), demonstrando a inconstitucionalidade dos decretos, por ser aquele o número mínimo de parlamentares exigido pelo regimento da Assembleia! Naquela altura, parecera-nos uma esplêndida ideia. Hoje espanta-me a sua ingenuidade...

Hugo dos Santos enviara também, em acompanhamento, dois panfletos surgidos em Lisboa em princípios de Agosto e que, com toda a evidência, tinham sido escritos pela mesma pessoa. Era uma primeira resposta dos camaradas oriundos de milicianos à forte contestação surgida, por parte dos oficiais do QP, ao Decreto-Lei 353/73.

Já conhecíamos os textos. A linguagem era azeda, agreste, chegando a ser ofensiva, sobretudo no primeiro dos panfletos, intitulado «Dos Espúrios aos Puros». Em «explicações semânticas em pé de página», qualificava de «espúrios» os oficiais beneficiados pelo Decreto-Lei 353/73 e de «puros» os oficiais do QP, oriundos de cadetes da AM.

Com a publicação dos Decretos-Leis 353/73 e 409/73, o Governo não só tinha lançado à terra as sementes do vento de mudança das quais iria colher a tempestade, mas abrira uma brecha no corpo dos oficiais do Exército, estabelecendo a dicotomia entre aqueles que da carreira militar tinham feito desde sempre a sua profissão e aqueles que as necessidades da guerra haviam chamado às fileiras

e que, por um ou outro motivo, nelas tinham continuado. Assim surgidos, nunca mais o divisionismo e a desconfiança desapareceriam, tendo sido a trégua do 25 de Abril um tempo de paragem numa luta surda que ainda hoje se mantém.

2. MANIFESTAÇÃO DE FORÇA: CENTO E TRINTA E SEIS CAPITÃES EM ÉVORA!

A carta de Hugo dos Santos era estimulante e dava-nos a garantia de que, em Lisboa, os camaradas trabalhavam a sério para a resolução do problema levantado pelos decretos, tentando criar a partir daí a plataforma de lançamento para a reformulação de um novo Exército, «aquele Exército a que gostaríamos de pertencer, mas que a falta de consciencialização, principalmente dos chefes, não tem permitido».

Face à atitude mais drástica, embora cautelosa na opinião de muitos, que havíamos tomado na Guiné, escrevi a Hugo dos Santos em 8 de Setembro, em nome da comissão, dando-lhe conta das nossas actividades:

BISSAU, Ø8 SET 73

Caro Camarada e Amigo

Saudações cordiais!

Vimos informar-te que, face ao inegável interesse do conteúdo da tua carta dirigida ultimamente ao (já) major Coimbra, foi a mesma lida por ele numa das nossas últimas reuniões, colocando-nos assim a par do que se está a passar na Metrópole relativamente às disposições que estão a ser tomadas pelos camaradas e da continuação das reacções iniciais ao Decreto-Lei 353/73, que ficará provavelmente a assinalar um marco importante de referência (tipo «antes e depois do Decreto»)

na história da unificação, coesão e consciencialização de todos os oficiais do QP.

Como provavelmente não desconheces, aqui na GUINÉ a nossa atitude foi mais drástica e, embora não aceite por todos, teve a concordância da maioria: aventurámo-nos por uma «manifestação colectiva», por agora de consequências incertas, tendo sido elaborada uma carta (muito suave, tipo «carta de amor», na opinião de muitos) que foi enviada às mais altas entidades afectas às Forças Armadas, incluindo o Presidente da República como seu comandante-chefe e ainda ao ministro da Educação Nacional, dado que foi esse membro do Governo quem, em tempos, equiparou a curso superior o professado na Academia Militar. As cartas, assinadas por quarenta e cinco capitães «puros» do QP, foram enviadas, registadas, no dia 5 do corrente, metidas em envelopes «penicos», com o endereço em letras de decalque, juntamente com outro exemplar exactamente igual assinado por seis tenentes e alferes do QP (ainda há disto!), diferenciando-se do original precisamente porque o n.º 1 começa com «SUBALTERNOS do Quadro Permanente».

Sendo fundamental para nós, tendo em vista o estudo da atitude subsequente a tomar, conhecer a reacção dos VIP destinatários perante a nossa manifestação, pedimos-te que faças uma sondagem ao nível ajudância ministerial e presidencial nesse sentido e, com urgência, nos comuniques o resultado. O cap. Ayala Botto, ex-ajudante do general, que hoje segue para a Metrópole em fim de comissão, já leva também esta incumbência, bem como cinco segundas vias da carta no caso de a primeira remessa não ter sido recebida.

Para ficarmos escorados, duas delegações nossas apresentaram-se aos brigadeiros comandante militar e comandante adjunto operacional do Comando-Chefe na véspera do envio da carta e informaram-nos da atitude que tínhamos tomado e de que «a carta já havia seguido». Nenhum deles concordou com a nossa atitude de manifestação colectiva, mas apoiaram as nossas reivindicações. Tomaram conhecimento e estão preparados para eventuais perguntas que possam vir de Lisboa sobre o assunto. Entretanto, os capitães continuam a meter exposições enquanto houver papel selado...

Foram optimamente recebidas as tuas notícias sobre a constituição das delegações para irem junto das altas entidades por diversos motivos e o contrato dos advogados, com o que todos unanimemente concordaram. Esplêndida ideia também a do levantamento do problema na Assembleia Nacional por parte de dez deputados escolhidos.

Consideramos *muito urgente* a tomada de medidas para «a união de todos os elementos que constituem aquele Exército a que gostaríamos de pertencer». Sobre este assunto, serás contactado brevemente em Lisboa por elementos nossos que, terminada a comissão, vão regressar à Metrópole. Eles terão uma mensagem de transcendente importância a transmitir-vos.

O panfleto dos «espúrios» (que já era do nosso conhecimento) é de tal teor nauseante que até admitimos que tivesse sido forjado, em tipo de propaganda negra, por algum «puro», com a finalidade de colocar a generalidade dos «espúrios» numa posição delicada até perante muitos deles, que evidentemente não poderão alinhar com tal linguagem execrável. A propósito, já descobriram o ou os autores?

Agradecemos-te antecipadamente que nos vás alimentando com notícias frescas sobre os acontecimentos, para que esta chama de esperança que agora arde, viva, não se apague, e sintamos (finalmente?!) a consciência da nova força e de que até podemos constituir um grupo coeso que talvez tenha uma palavra importante a dizer para a construção efectiva de um PORTUGAL melhor.

Aguardando a tua indicação urgente sobre o impacte (ou sua ausência) provocado pela nossa carta e a tua opinião, a dos camaradas e a dos dois homens de leis já por nossa conta sobre a atitude que tomámos e o seu instrumento activo (a carta), despede-se, com um forte abraço

A Comissão

Pedia-lhe que tentassem averiguar em Lisboa, junto dos gabinetes dos destinatários da nossa carta colectiva, qual a reacção que os mesmos haviam tido e nos informasse de imediato. Era para nós (e para todos, afinal) um dado de muita importância.

Na sétima reunião do Movimento dos Capitães na Guiné, levada a efeito em 7 de Setembro, fiz a leitura da carta que tinha preparada para Hugo dos Santos. E tivemos oportunidade de fazer aos camaradas o relato da missão de que tinham sido incumbidas duas delegações de capitães: informar as mais altas entidades militares, do Comando-Chefe e do Comando Militar, respectivamente brigadeiros Leitão Marques, comandante-adjunto operacional (lembremo-nos de que Spínola já se encontrava na Metrópole), e brigadeiro Silva Banazol, comandante militar do CTIG, da atitude que tínhamos tomado e de que a carta já seguira aos seus destinatários.

Concordando os brigadeiros, por um lado, com as reivindicações profissionais por nós apresentadas, discordaram, por outro, da manifestação colectiva que havíamos desencadeado. Mas não tomaram qualquer atitude de força. Ficaram a aguardar, em expectativa, o desenrolar dos acontecimentos.

O capitão Mário Jorge Rodrigues [1], do meu curso de Infantaria, comandante da Companhia de Caçadores 14, regressa a Bissau terminados os seus trinta e cinco dias de licença na Metrópole e traz-nos notícias frescas e animadoras: cento e trinta e seis capitães e subalternos, em intervalo de comissões na Metrópole, tinham-se reunido perto de Évora para discussão das atitudes a tomar relativamente ao Governo, agora que, fugindo à estreita legalidade regulamentar, os capitães da Guiné haviam enveredado por outras posições. Uma extensa exposição fora apresentada para debate (julgo ter sido o capitão Mariz Fernandes o seu autor) e acabara por ser unanimemente aprovada e assinada pelos cento e trinta e seis camaradas presentes na reunião. Escolhera-se uma comissão de três capitães para apresentar o documento ao Presidente do Conselho. Uma cópia seria entregue na Presidência da República. Ir-se-ia desenvolver uma campanha de recolha de mais assinaturas. O capitão Albuquerque Gonçalves, como o mais antigo dos presentes (é o primeiro classificado do meu curso), presidira impecavelmente à sessão. O Poder ficara francamente abalado com aquela sólida e incontrolável manifestação de força.

Entretanto, o Movimento crescia. No mesmo mês, noventa e quatro capitães e subalternos em comissão em Angola assinam colectivamente um documento de protesto e enviam-no a Marcelo Caetano, seguidos dos camaradas de Moçambique, que procedem de igual modo com documento idêntico, recolhendo cento e seis assinaturas, entre oficiais superiores, capitães e subalternos. Na Metrópole, mais cento e noventa assinaturas de adesão ao documento de Évora são recebidas e entregues na Presidência do Conselho.

O Governo, atarantado, não sabe que medidas tomar face à onda de insatisfação que cresce, visível e ameaçadora. Há responsáveis que, tímida e isoladamente, ensaiam alguns contra-ataques.

[1] Desertou do Exército em 1977, envolvido, como principal suspeito, num processo de assassínio de uma mulher que se sabia ser sua amante.

Sabemos que Sá Viana Rebelo ordena a instauração de um auto de averiguações a cada um dos assinantes do documento da Guiné, mas que Marcelo o manda anular por considerar a medida inconveniente e perigosa. O general Edmundo Luz Cunha, governador militar de Lisboa, expede uma circular para as unidades da área da sua região militar ordenando que «os capitães e subalternos sejam esclarecidos sobre os propósitos das medidas promulgadas» (pelos decretos) a fim de *não se colocarem, inadvertidamente, sob a alçada do RDM!* O coronel tirocinado Hélio Felgas, chefe de gabinete do secretário de Estado do Exército, assina a circular confidencial n.º 490/S, de 14 de Setembro, enviada a todas as unidades e estabelecimentos militares da Metrópole e do Ultramar «para conhecimento obrigatório e individual dos capitães e subalternos», procurando justificar, exaustivamente, as razões que levaram à elaboração dos decretos. Viotti de Carvalho, general vice-chefe do Estado-Maior do Exército, nomeia dois oficiais superiores qualificados (um do EME, tenente-coronel de Artilharia CCEM Silvino da Cruz Curado, e outro da Repartição de Oficiais do Ministério do Exército) para se deslocarem às unidades principais (EPI, AM, CIOE) e auscultarem o sentir e os problemas dos capitães!

Este conjunto de atitudes pontuais por parte dos responsáveis, na tentativa débil de levantar o dique que contivesse a onda, permitia-nos situar o Governo no interior do labirinto do qual não sabia como sair.

Temos hoje possibilidades de confirmar esta nossa leitura dos acontecimentos de então. Em Julho de 76, Marcelo concedeu ao jornal *Mundo Português*, do Rio de Janeiro, uma entrevista. À pergunta que lhe foi feita *quando o Governo teve conhecimento desse movimento (dos capitães) não podia desmantelá-lo*, respondeu:

«O movimento foi organizado com todo o segredo. Ou pelo menos com a cumplicidade de muitos responsáveis da hierarquia militar. De modo que o Governo foi surpreendido pela exposição assinada por numerosos oficiais do Quadro Permanente em serviço na Guiné. A primeira reacção do Governo foi proceder contra os subscritores nos termos do Regulamento de Disciplina Militar, procurando identificar os cabecilhas. Mas logo a seguir vieram exposições análogas, com centenas de assinaturas, de Angola e da Metrópole. E chegaram notícias de que em Moçambique o estado de

espírito ainda era pior. Nenhuma das pessoas com quem conversei sobre o assunto julgou possível proceder disciplinarmente contra tantos oficiais — praticamente todos os do quadro. Havia que procurar outros caminhos de solução do problema.»

Em 13 de Setembro à noite, numa sala do Grupo de Artilharia de Campanha de Bissau, tem lugar a oitava reunião do Movimento. Será a última vez que estarei presente junto dos camaradas, pois em 16, exactamente três anos depois da minha chegada a Bissau, seguirei para a Metrópole em fim de comissão. Recebo a incumbência de em Lisboa me integrar no Movimento e ser o porta-voz das preocupações que assaltam os camaradas no TO da Guiné. E ao tomar a palavra, para na ordem do dia expor a minha perspectiva sobre «a problemática Guiné», não posso deixar de recorrer aos dados que possuo pelo facto de prestar serviço na Repartição de Acção Psicológica, e desenhar, em acordo, um quadro de tintas carregadas.

O assassínio de Amílcar Cabral, o aparecimento na cena da guerra dos mísseis terra-ar, a consequente quebra psicológica das nossas tropas, o desastre do abandono de Guileje e o drama de Gadamael, cujas dimensões a maioria dos camaradas desconhece, a retirada de Spínola e a sua total recusa em regressar, são factores de que me sirvo para, com outros, prever que a curto prazo o PAIGC irá proclamar a independência do território em qualquer ponto da faixa sul sob o domínio dos guerrilheiros (arrisco Madina do Boé); que logo dezenas e dezenas de países de todo o Mundo, com assento na ONU, reconhecerão aquela independência; que os Portugueses passarão a ser considerados os «invasores» e os «terroristas», no caso de se manterem moucos os ouvidos do Governo português; que, evidentemente, o Governo central não proporcionará às Forças Armadas no TO da Guiné qualquer apoio, provocando a sua derrota calculada para as transformar em bode expiatório da perda da colónia, como acontecera anos antes com o Estado da Índia, e canalizar todo o esforço militar para a defesa de Angola.

O abalo entre os camaradas é grande. Muitos acreditam que eu imprimi às minhas palavras um dramatismo exagerado. Outros mostram-se apreensivos. O capitão Ferros de Azevedo, que presta serviço na Repartição de Informações do Comando-Chefe, procura atenuar o impacte das minhas declarações, afirmando que, tanto quanto ele

sabe, muito do que eu acabo de dizer é verdade, mas que não devia tê-lo dito pois se trata de assuntos confidenciais! Não nega, porém, a gravidade da situação.

Em 24 de Setembro, o PAIGC declara a independência do território da Guiné-Bissau. Em Madina do Boé. E logo o novo país é reconhecido, em pouco tempo, por outros oitenta e oito. Em entrevista concedida por Marcelo Caetano no Brasil, em 1977, a um jornalista português, o antigo Presidente do Conselho confirma que tencionava na verdade provocar a queda da Guiné através de uma derrota militar para, salvando a face do Regime, reforçar a todo o custo a defesa de Angola por tempo ilimitado.

Não posso acreditar que Spínola não estivesse perfeitamente consciente de todo este drama. Considero, pelo contrário, que essa seria a razão fundamental que o teria levado a não regressar para concluir o sexto ano do seu mandato. Ele não poderia nunca, após mais de cinco anos de intensa actividade desenvolvida na Guiné e que era para si motivo de orgulho e honraria, transformar-se no comandante-chefe de umas Forças Armadas enxovalhadas e derrotadas em consequência da ineficácia do Regime.

No entanto, nas suas últimas mensagens dirigidas ao Povo da Guiné e «aos militares de terra, ar e mar e milícias», vindas a lume na edição do *Voz da Guiné*, de 13 de Setembro, Spínola, apesar disso, afirmaria:

«E ao despedir-me de todos, desejo expressar o meu ardente voto de que, sob a acção esclarecida do vosso novo governador, a paz volte a essa martirizada terra, e que, de mãos dadas, prossigueis na escalada da construção de uma GUINÉ MELHOR dentro de uma Nação dilatada e iluminada pela chama da portugalidade que aí ajudastes a reacender (...) Ao cessar as funções de comandante-chefe, é sob a mais viva emoção que vos dirigo esta mensagem de despedida, em testemunho do meu muito apreço pelo gigantesco esforço que vindes desenvolvendo na defesa desse sagrado rincão da Pátria... Dirijo-me também aos africanos... e dentre vós a primeira palavra é para os «comandos africanos» que se cobriram de glória em defesa do «chão» português da Guiné e das suas martirizadas gentes. ... De todos vós, militares de terra, ar e mar e milícias, me despeço emocionado e agradecido pelo esforço que vindes desenvolvendo na construção do Portugal do Futuro.»

3. «O MEIA-NAU» NAUFRAGA. O MOVIMENTO ORGANIZA-SE

Apesar de ter solicitado colocação numa unidade militar da linha do Estoril (em 1971 adquirira um andar para habitação em Oeiras, à custa de um empréstimo hipotecário cedido pelos Serviços Sociais das Forças Armadas) e de ter concorrido a professor adjunto de Topografia da Academia Militar, soube em Lisboa que estava requisitado, como era habitual após o meu regresso à Metrópole em cada fim de comissão, para prestar serviço na Escola Prática de Artilharia em Vendas Novas.

Era para mim, pessoalmente, e para as actividades que tencionava desenvolver no Movimento, um prejuízo considerável. Não me resignava a ficar, periférico, metido lá para a província, a saber notícias de vez em quando, enquanto o Movimento crescia e tomava forma em Lisboa. Queria estar inteiramente por dentro, metido naquilo até aos gorgomilos.

A sorte bafejou-me. Não sendo possível ocupar a vaga de professor adjunto de Topografia da AM, para a qual haviam concorrido camaradas de Engenharia mais qualificados, foi-me aconselhado «meter papéis» para um lugar em aberto, sem concorrentes: professor adjunto de Táctica de Artilharia. Assim fiz. E com excelente informação do oficial relator e professor da cadeira de Tiro de Artilharia, tenente-coronel Almiro Canelhas, fui admitido e ingressei naquelas funções, na Academia Militar, em 15 de Novembro de 1973, tendo-me mantido até essa data de licença nos termos regulamentares e ausente, portanto, da EPA, onde não chegara a ter quaisquer funções distribuídas.

Em Setembro, após a minha chegada, são Vasco Durão e Hugo dos Santos, ambos colocados na AM, os primeiros elementos do Movimento com quem contacto. E, instalado com a família na Messe de Oficiais de Santa Clara, em Lisboa, recebo de um camarada de curso da Arma de Infantaria, Artur Pita Alves, informações muito concretas e até boletins que me põem a par da situação. Colocado nos Serviços Mecanográficos do Exército, no Largo da Graça, Pita Alves almoça diariamente na Messe. Parece-me profundamente «encaixado» no Movimento. E é ele quem me apresenta um jovem capitão

artilheiro que viera evacuado de Moçambique com os dois braços partidos e que agora, em convalescença, se encontra ainda no Depósito de Indisponíveis, também no Largo da Graça: Eduardo Diniz de Almeida.

Referenciam-mo como sendo dos elementos mais activos e importantes do Movimento. E nele, de imediato, reconheço de facto, para lá da compleição de galã cinematográfico, tipo capa da *Plateia*, e de uma certa frivolidade que a sua juventude pode justificar, a voluntariedade e a determinação de quem apostou em ir até ao fim. Assusta-me porém o à-vontade com que alardeia e denuncia as «suas informações» e a sua presença no Movimento sem cuidar de quem o escuta, o que pode, penso eu, trazer-lhe complicações pessoais e para o conjunto. Estávamos ainda tão longe da praça conquistada...

Ausento-me de 25 de Setembro a 2 de Outubro, com minha mulher, para a Holanda, em merecida viagem de férias. E, quando regresso, são os problemas da instalação no nosso andar, entretanto construído, e da chegada de alguns tarecos e do automóvel, de Bissau, que me absorvem.

Sou informado de que coisas importantes se foram entretanto passando: uma reunião do Movimento em Luanda em que é decidida a elaboração antecipada de requerimentos pedindo a demissão de oficial se os Decretos 353/73 e 409/73 entrarem em vigor e se se verificarem os seus efeitos: uma reunião de Sá Viana Rebelo com o Conselho Superior do Exército em que os generais põem reticências à aplicação dos decretos e «o Meia-Nau», sentindo afundar-se, os encosta à parede perguntando-lhes se «estão com o Governo ou com os capitães»; a atitude de Costa Gomes, que não concorda mesmo com o teor dos decretos e que expõe a Marcelo a sua opinião em audiência solicitada para o efeito. Este teria procurado demonstrar ao CEMGFA a impossibilidade, «por motivos óbvios», de revogar os decretos, mas apresentado boa vontade em rever o assunto e de, dentro de três semanas, tomar uma atitude, pedindo entretanto a cessação da «agitação» por parte dos capitães; na ausência de Sá Viana Rebelo, em visita ao Ultramar, realizara-se novo Conselho Superior do Exército, tendo, então alguns generais livres da pressão exercida pelo «Meia-Nau», declarado a sua não concordância com o teor dos decretos; finalmente, um representante do Movimento em Angola, o capitão Duarte de Almeida, viera expressamente a Lisboa para se reunir

com os responsáveis do Movimento na Metrópole e levar indicações concretas sobre as decisões que haviam tomado recentemente naquela província quanto aos pedidos de demissão.

Encontrando-me de licença, não representando nenhuma unidade, consideram-me como participante do Movimento dos Capitães na Guiné para efeitos de convocação de uma grande reunião, quadripartida devido à impossibilidade de conseguir uma sala onde se acumulem delegados de quase todas as unidades do País, a realizar em 6 de Outubro para discussão do problema levantado pelos camaradas de Angola, aproveitando a presença do capitão Duarte de Almeida em Lisboa e não podendo os camaradas que já com aquele se tinham reunido assumir sozinhos uma responsabilidade colectiva.

Alguém me dá uma boleia para um dos quatro locais de reunião, um andar de um prédio algures à entrada de Odivelas, no lugar denominado «o Senhor Roubado», onde reside um outro jovem capitão, Rui Martins Rodrigues de seu nome, da Escola Prática de Infantaria.

Durante toda a noite e a madrugada a discussão arrasta-se, com grande número de intervenções, sobre as quatro alternativas em estudo nos quatro locais de reunião, respeitantes à atitude a tomar pelo Movimento se o Governo não retroceder e levar por diante a aplicação dos decretos:

1. Pedir colectivamente a demissão de oficial do Exército;
2. Ausentar-se do serviço, não comparecendo no quartel ou estabelecimento onde presta serviço;
3. Permanecendo no quartel ou estabelecimento, não desempenhar quaisquer funções de serviço;
4. Fazer, colectivamente, uso da força.

A primeira alternativa, apresentada pelos camaradas de Angola, acaba por ser a mais votada na reunião em que tomo parte, considerando-se as outras três de cumprimento mais difícil, a quarta por estarmos conscientes de que não possuímos ainda organização que permita o emprego da força, as outras duas por possibilitar o isolamento dos camaradas nas unidades onde prestam serviço (há algumas onde só está colocado um capitão do QP!) e, devido a isso, o recuo de posições em muitos casos. Por comunicação telefónica com os

outros locais, sabe-se que em dois deles foi a mesma alternativa a aprovada enquanto no terceiro vinga a terceira hipótese.

Em consequência, os requerimentos, absolutamente idênticos aos formulados em Angola, dirigidos ao ministro do Exército, com o original em papel selado e quatro cópias, sem data, foram elaborados e entregues a Hugo dos Santos, que ciosamente os guardou num cofre que para o efeito alugou. E uma declaração colectiva foi posta em circulação para recolha de assinaturas:

REGIÕES MILITARES DA METRÓPOLE

DECLARAÇÃO

01. — Os signatários abaixo indicados na firme disposição de garantir o prestígio de uma classe que tem dado provas insofismáveis de valor e abnegação patriótica no cumprimento da sua missão, nomeadamente na última década, e considerando como imperativo pessoal de HONRA os sacrifícios resultantes da consecução daquele objectivo, efectuaram individualmente um documento solicitando a sua demissão de OFICIAL DO EXÉRCITO, cujo texto se transcreve e que depositaram sob custódia de entidade idónea, e a quem, uma vez verificadas as condições abaixo expressas, conferem o direito de, em sua representação, os entregar à Autoridade Militar:

«... (nome),... (posto), ... (n.º mec.), prestando serviço em (unidade) considerando insustentável a situação de desprestígio para o Exército criada com a entrada em vigor dos Decretos-Leis n.ºs 353/73 e 409/73 solicita a sua demissão de OFICIAL DO EXÉRCITO.»

02. — Os oficiais cuja assinatura é aposta no final deste documento conferem à entidade constituída, fiel depositária dos seus pedidos de demissão, o direito de os apresentar à Autoridade Militar, *quando o número total de oficiais que o subscrevam for suficientemente significativo*, a não ser que *entretanto* se tenham verificado, no todo, as seguintes condições:

a) Derrogação oficial dos Decretos-Leis nºs 353/73 e 409/73 ou introdução de alterações TOTALMENTE satisfatórias nos Decretos-Leis em causa.

b) Garantia formal e absoluta de que, a curto prazo, as suas situações sejam revistas, eliminando-se as verdadeiras causas do seu mal-estar, que são também a base da não escolha da CARREIRA DAS ARMAS e do seu descrédito perante a Nação.

03. — Declara-se ainda que trinta dias após a data de entrega dos pedidos de demissão — a qual será aposta por igual quando se verifiquem as condições expressas em 02. —, se considerarão automática e completamente desligados do serviço, a menos que se verifique a satisfação de todas as condições atrás mencionadas, bem como a devolução dos pedidos individuais de demissão.

04. — Este documento será assinado por todos os oficiais que efectuaram o pedido individual de demissão.

A Bem da Nação e do Exército

Nunca os requerimentos chegaram a ser utilizados. Em 12 de Outubro o ministro do Exército suspende os Decretos 353/73 e 409/73 e nomeia uma comissão encarregada de estudar, caso por caso, a situação dos oficiais criada pela aplicação dos mesmos, mantendo-se as leis vigentes até à promulgação dos decretos para efeitos de processamento de promoções.

O brigadeiro Alberty Correia, secretário de Estado do Exército, visita de supetão a Escola Prática de Artilharia perante a franca animosidade dos capitães, que, por se recusarem a recebê-lo, entram em choque com o comandante [1]. O brigadeiro não é feliz na defesa, já difícil, dos famosos decretos.

Em princípios de Novembro, Sá Viana Rebelo e Alberty Correia são exonerados de funções. Silva Cunha, um professor de Direito de total confiança do Regime que há dez anos defende a pasta do Ultramar, é nomeado ministro da Defesa e substituído no seu pelouro por Baltasar Rebelo de Sousa. A pasta do Exército é entregue a um

[1] Era o coronel José Luís Ferreira Machado, oficial muito ligado ao anterior Regime e que foi sempre antagónico em relação ao Movimento dos Capitães.

velho general da reserva, de sessenta e sete anos de idade, oriundo de Engenharia e do Corpo do Estado-Maior, Alberto de Andrade e Silva. Homem de muita confiança de Américo Tomás, a quem acompanhara em recente viagem ao Brasil com as ossadas de D. Pedro IV/I, fora antigo comandante da Academia Militar, comandante-chefe em Angola e chefe do Estado-Maior do Exército. Carlos Viana de Lemos, um prestigioso coronel de Artilharia e do Corpo do Estado-Maior, que, como capitão, desempenhara funções de chefe de gabinete do então subsecretário de Estado do Exército, Costa Gomes, em 1961, assume agora precisamente as mesmas funções de subsecretário. Sendo em 1973 chefe do Serviço Cartográfico do Exército, mantinha-se diariamente actualizado e interessado sobre o andamento do Movimento dos Capitães através das informações que lhe eram prestadas por Mariz Fernandes, a frequentar na ocasião o curso de engenheiro geógrafo através daquele Serviço.

Era sem dúvida um conjunto de grandes vitórias para o Movimento dos Capitães. Perigosamente desmobilizáveis, no entanto, pois parecia a muitos que Marcelo cumprira as promessas feitas a Costa Gomes e que importava, agora, dissolver o Movimento, para darmos aos novos chefes uma prova das nossas boas intenções. Mariz Fernandes, denodado batalhador, com excelente capacidade organizativa, era o mentor desta corrente, que considerava alcançados os objectivos que as nossas reivindicações profissionais tinham visado.

Não o entendeu assim, porém, a maioria dos camaradas empenhados no Movimento. A desconfiança em relação aos chefes nomeados pelo Poder era notória. E aqueles poucos meses de combate haviam permitido um salto qualitativo de consciencialização política que impedia a estagnação da luta.

Havia ainda motivos de ordem profissional para a continuar: os decretos não tinham sido derrogados conforme exigíamos e, dissolvendo o Movimento, tudo podia voltar a trás; não abdicávamos de nos mantermos como força de pressão para que as autoridades militares tomassem em suas mãos e resolvessem a contento os casos de agressão por agentes da PSP, fardados ou à paisana, sobre oficiais do Exército e da Armada, devidamente identificados, de que tínhamos conhecimento e que haviam sido participados superiormente. Exigíamos a apresentação do famigerado capitão Maltês Soares no Ministério do Exército.

Ia-me metendo por dentro do Movimento. Revendo rostos familiares, fazendo contactos, novos conhecimentos. Logo numa das primeiras reuniões a que assisto, num andar da Rua Filipe da Mata, ao Rego, que venho a saber estar alugado por Diniz de Almeida, reencontro Ramalho Eanes (que, sorumbático como sempre, só abriria uma vez a boca em toda a noite), Almeida Bruno (que se propõe apresentar as imposições do Movimento a Américo Tomás, o que, aceite com reservas, não será cumprido, suscitando desconfianças), Carlos Fabião (a frequentar o EPOSAS, em Pedrouços), Vítor Alves (agora major do Estado-Maior e que já não via desde as minhas últimas férias como cadete em Lourenço Marques, em 1959, estava ele ali colocado como alferes) e Vasco Lourenço (com quem recordo a esplêndida noite de fados e leitão à bairrada de Março de 71, na Guiné), que se me revela como uma das pedras basilares na criação e impulso do Movimento na Metrópole.

Conheço importantes e dinâmicas figuras do Movimento: capitães Camilo, Simões, Sousa e Castro, Antero Ribeiro da Silva, tenentes Rosado da Luz e Marques Júnior. E figuras novas, para mim e para os outros, que vão aparecendo: Costa Correia, primeiro-tenente de Marinha, que é introduzido por Fabião e faz uma excelente intervenção política, e um franzino e nevrótico major de Administração Militar, que já me havia sido citado como um «perigoso comunista», de bigodaça e fala agressivas, de nome Aventino Teixeira, que intervém, exaltado, para criticar acerbamente as cautelas e hesitações dos camaradas quanto aos caminhos a seguir, após o que se retira, não sem antes me puxar pelo braço para um canto e me avisar:

— Tu é que és o Otelo, não és? Então devo dizer-te o seguinte: se vocês querem realmente levar o Movimento por diante, não podem meter nele elementos que vos vão trair. Estão alguns nessa sala.

Estupefacção e protesto da minha parte. Estou há um mês em Lisboa, não conheço a malta. Mas se ali estão, em reunião clandestina, é porque são devidamente seleccionados.

— Eu vou-me embora. Mas avisa a outra malta: enquanto convidarem para reuniões destas esses gajos do Estado-Maior, não chegam a sítio nenhum. E eu, por mim, não ponho mais os pés nestas reuniões. Não estou para ser denunciado e ir de grelha. Esse Vítor Alves que aí está, conheço-o bem, há-de liquidar o Movimento todo.

Não cheguei sequer a atemorizar-me. Que diabo, também conhecia o Vítor. E um certo calculismo, uma serena precaução nas atitudes a tomar que ele próprio sempre definia como verdadeiro sentido das realidades (em contraste com os repentes audazes e voluntariosos dos mais jovens), apoiados numa inteligência sensível e penetrante, não impediam que ele fosse um progressista e um valioso elemento com quem poderíamos contar. Assim o entenderam os camaradas, que contrariando as soturnas previsões de Aventino Teixeira acabariam por reconhecer em Vítor Alves uma das figuras decisivas do Movimento.

Apesar do seu avanço e da sua força, o Movimento dos Capitães apresentava ainda, em Novembro de 73, formas embrionárias de organização. Apesar de tudo, à custa da carolice e voluntarismo de alguns, os resultados iam aparecendo. Era a falta de informação no sentido descendente, sobretudo aos camaradas espalhados por unidades do interior (já que os que se encontravam em serviço nos grandes centros — Lisboa, Bissau, Luanda, Lourenço Marques — estavam mais bem servidos), o verdadeiro calcanhar de Aquiles do Movimento.

A ligação, para ser razoável em termos de confidencialidade, era assegurada à custa de grande esforço e sacrifício por uma pequena equipa formada à base de voluntários. E Diniz de Almeida e Hugo dos Santos desunhavam-se para manter viva a chama com o envio de comunicados informativos para o Ultramar.

De posse de todos os elementos necessários, encarreguei-me da redacção de uma circular não numerada à qual dei por assunto «Ponto de situação sobre os Decretos-Leis 353 e 409 e suas implicações». Distribuímo-la, com um anexo constituído por um «projecto de refutação da circular n.º 490/S, de 14 de Setembro, da Repartição de Gabinete do Ministério do Exército» que nos fora enviado pelos camaradas da Guiné. Era aquela circular um documento bastante completo, que em linguagem breve e sistemática procurava dar um panorama geral dos acontecimentos mais determinantes até então ocorridos (Anexo I).

Um dos motivos fortes que nos levava a não utilizar a informação escrita tanto quanto considerávamos desejável para manter os camaradas a par dos acontecimentos era a possibilidade de intercepção das nossas circulares (e algumas, se não todas, iriam parar às mãos da

DGS e das Repartições de Informações do EMGFA e do EME para estudo especializado) e as indicações que, por inadvertência, através delas pudéssemos fornecer sobre a nossa insuficiente organização, o nosso moral, a nossa força real, os nossos projectos, até as identidades de alguns dos nossos camaradas; ou permitir, por outro lado, que o «inimigo» lançasse no «mercado informativo clandestino» circulares de tom semelhante àquele em que as nossas eram elaboradas. Pensámos em resolver este problema mandando fazer um carimbo de autenticação com o desenho do Templo de Diana em Évora, ficando o Diniz de Almeida encarregado de apresentar um projecto, o que chegou a fazer. Acabou, porém, por não ser utilizado, pois pensando melhor, uma investigação sumária levada a cabo nos fabricantes de carimbos podia fornecer dados concretos à Polícia Judiciária ou à DGS, que passaria a utilizar o mesmo carimbo em mistificação da nossa correspondência ou a extrair daí elementos para futura acção sobre a rede clandestina do Movimento.

Eu já tinha sido escolhido, em Outubro, para integrar uma Comissão Coordenadora Provisória. E como estivera três anos em serviço numa Repartição de Acção Psicológica, fiquei encarregado de elaborar ou rever as circulares informativas do Movimento para evitar que através delas fossem fornecidas elementos de valor ao «inimigo». Decidi utilizar esse meio, por vezes, ou como diversão, fazendo incidir a atenção dos especialistas adversários sobre factos que não tivessem para nós qualquer importância, ou desfigurando a realidade, fazendo crer ao «inimigo» que tínhamos muito mais força e organização do que aquela que realmente possuíamos. Havia o inconveniente, porém, desde logo reconhecido, de fornecer também aos camaradas não avisados de tais intenções e aos quais as circulares fossem distribuídas, informações menos correctas. Mas foi essa a finalidade que pretendi atingir com uma circular que redigi em 1 de Novembro, com a aprovação do Vasco Lourenço, que posteriormente me disse ter sido o texto, de uma forma geral, mal aceite pelos camaradas (Anexo II).

Juntei a essa circular um anexo que definia no seu texto uma medida de solidariedade para com os camaradas (entre os quais me encontrava) que na Guiné tinham assinado a famosa carta de 28 de Agosto e aos quais, segundo notícia que então possuíamos, o ministro do Exército acabara por mandar ouvir nos termos do artigo 130.º

do RDM. O texto das respostas às questões postas aos signatários fora aprovado em reunião do Movimento realizada em Bissau em 18 de Outubro, conforme exemplar que o capitão Ferros de Azevedo me enviara.

Em reunião da Comissão Coordenadora Provisória em 1 de Novembro, foi decidido concretizar-se a exigência de apresentação do capitão Maltês Soares no Ministério do Exército, averiguar se o coronel Amílcar Nunes, chefe da 5.ª Repartição do EME, havia afirmado realmente que «os capitães deviam era ser encostados à parede e fuzilados» e inquirir das actividades do capitão de Artilharia Nunes Ferreira, comandante da Divisão de Trânsito da PSP, no comando, por vezes, das forças da Polícia de Choque em actividade de repressão.

Além da decisão de elaboração da circular e seu anexo de solidariedade com os camaradas da Guiné, já referidos, discutiu-se a necessidade de um projecto coerente e firme quanto às atitudes a tomar em caso de acções de retaliação por parte do Poder. E como se esperava a todo o momento que a vitória do Movimento, nessa fase, fosse concretizada com a derrogação dos famigerados decretos, foi tomada a decisão de devolver aos camaradas os requerimentos individuais em que solicitavam a sua demissão e que estavam guardados por Hugo dos Santos em cofre seguro, logo que aquela finalidade fosse alcançada.

A Rádio Portugal Livre, nas suas emissões de 2 e 7 de Novembro, dava notícia pública dos oficiais do Exército que mais se haviam distinguido nas brutais acções de repressão verificadas no mês anterior, durante a campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, incluindo, como não podia deixar de ser, o nome de Maltês Soares:

NOTÍCIAS TRANSMITIDAS PELA RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Ø221 ØØNOV73

> «INIMIGOS DO POVO, CUJOS NOMES O POVO NÃO DEVE ESQUECER. INIMIGOS DO POVO CONTRA OS QUAIS O POVO NÃO DEVE ESCONDER O SEU ÓDIO.»

Durante a campanha eleitoral a intensificação da repressão por todas as formas contra as forças democráticas e as massas populares foi

uma constante da actuação do Governo de MARCELO CAETANO. Diariamente nas suas emissões, Rádio Portugal Livre denunciou esta criminosa e vergonhosa afeição (?).

Queremos chamar a atenção dos nossos ouvintes para alguns dos responsáveis directos do quadro repressivo ocorrido durante a campanha eleitoral e marcados por particulares brutalidades.

TENENTE MAÇARICO, DA GNR, repetimos, tenente Maçarico, da GNR, dirigiu a repressão contra os democratas reunidos na sessão realizada na sede da CDE em Odivelas, no dia 22. Foi ele, tenente Maçarico, que deu ordens à força da GNR que comandava para invadir a sala onde se realizava a sessão, apitando três vezes e ordenando a saída de todos os presentes. Obedecendo às ordens do tenente Maçarico, as forças da GNR atacaram brutalmente homens, mulheres e crianças, empurrando-os, espancando-os e fazendo-os sair da sala, empurrando-os pelas costas com as espingardas e agredindo-os depois na rua.

Tenente Maçarico, da GNR, um inimigo do povo, um nome a fixar pelo povo.

TENENTE CAPUCHO, DA PSP DE OEIRAS, repetimos, tenente Capucho, da PSP de Oeiras, dirigiu as forças repressivas da PSP que interromperam o colóquio realizado no dia 22, na Amadora, com ameaças de acção física quando os democratas discutiam o problema colonial. Foi sob as ordens do tenente Capucho, da PSP de Oeiras, que, com ódio, foi encerrado antes da hora fixada e todos os presentes mandados sair da sala.

Tenente Capucho, da PSP de Oeiras, outro inimigo do povo, outro nome a fixar pelo povo.

CAPITÃO MALTÊS, DA PSP DE LISBOA, repetimos, capitão Maltês, da PSP de Lisboa, dirigiu brutal repressão contra os democratas reunidos na sessão da CDE realizada no Teatro Laura Alves e que foi interrompida ao cabo de uma hora.

Foi sob as ordens do capitão Maltês que as forças da PSP permitiram a entrada na sala a somente quinhentas pessoas; foi o capitão Maltês, da PSP de Lisboa, que ameaçou fazer evacuar a sala pela força caso os presentes não saíssem a bem.

Foi o capitão Maltês, da PSP de Lisboa, que, com numerosos contingentes da PSP, cortou o tráfego da Avenida Almirante Reis e da Rua da Palma, fechou as duas estações... proibiu o estacionamento de peões nos passeios, inclusive nas paragens de autocarros e eléctricos, mandou encerrar todos os cafés, colocou carros de água em frente ao Teatro e um esquadrão de polícias em formação, equipados de capacetes, viseiras e bastões no passeio em frente.

Tenente Maçarico, da GNR de Odivelas; tenente Capucho, da PSP de Oeiras; capitão Maltês, da PSP de Lisboa, três inimigos do povo, três nomes a fixar pelo povo, três criminosos contra quem o povo não deve esconder o seu ódio.

Ø719 ØØNOV73

Prosseguindo na nossa denúncia dos elementos das forças repressivas de MARCELO CAETANO durante a chamada campanha eleitoral, que mais se destacaram na repressão contra as forças democráticas e contra as massas populares... e assinalados por particulares brutalidades.

COMANDANTE MAJOR MALCATA, DA PSP DE COIMBRA. Foi ele quem dirigiu directamente a repressão desencadeada contra os democratas de Coimbra, durante o chamado período eleitoral..., e mandou os agentes da PSP espancar e prender pessoas que se haviam concentrado junto do teatro para assistir à sessão. Comandante major Malcata, da PSP de Coimbra, um nome mais a não esquecer.

SARGENTO REIS, DA GNR DO BARREIRO, é alvo pelas atrocidades com que normalmente ataca os democratas e massas populares do Barreiro. Foi o sargento Reis, juntamente com o ALFERES das mesmas forças repressivas, quem comandou o assalto à sede do movimento democrático de Setúbal, no Barreiro, dia 13 de Outubro, abrindo as portas a pontapé, partindo vidros e... as pessoas que lá se encontravam obrigando-as a sair pela violência. Foi ainda por sua indicação que quatro agentes da PIDE/DGS nesse mesmo dia assaltaram a casa do democrata MANUEL FELIZARDO e o levaram preso. Sargento Reis, da GNR do Barreiro, um nome mais que o povo não pode esquecer.

Major Malcata, da PSP de Coimbra, e sargento Reis, da GNR do Barreiro, mais dois inimigos do povo, mais dois criminosos contra os quais o povo não deve esconder o seu ódio...

Estas escutas da Emissora de Argel eram facilmente obtidas por Vasco Lourenço no Batalhão de Reconhecimento das Transmissões, onde prestava serviço, unidade que tinha a seu cargo a elaboração do boletim periódico de escuta rádio (Perbolrad).

Vasco Lourenço casara-se em Outubro com uma jovem e simpática morena de olhos grandes, Adélia de seu nome, tão franzina quanto Vasco era cheio, professora primária de profissão. Ela já sabia com o que iria contar. O acto sagrado não impediria o marido de comparecer a todas as reuniões do Movimento e de continuar a

desenvolver intensa actividade militante, adiando *sine die* uma lua-de-mel naturalmente esperada. A casa de rés-do-chão e primeiro andar que foram habitar em S. João, paredes meias com o Estoril, passou a ser cenário de inúmeras e muito longas reuniões clandestinas do Movimento. Aliás, tal como o foram as de Diniz de Almeida, Hugo dos Santos, Mariz Fernandes, Vítor Alves, Luís Macedo, Pinto Soares e a minha, que por essa época, despida de móveis, com o chão nu e as alcatifas enroladas a um lado à espera de ocasião e oportunidade para serem colocadas, oferecia uma sala ampla, tipo armazém, onde se encafuavam, com relativo à-vontade, vinte a trinta camaradas. O capitão Simões dizia com graça, quando minha mulher se lamentava de não poder colocar as alcatifas, já compradas a prestações no Casão Militar, que aqueles rolos eram quase o «símbolo do Movimento: no dia em que as alcatifas fossem estendidas e colocadas, era sinal que o Movimento tinha ganho a sua guerra e uma real transformação se verificara. Enquanto se mantivessem enroladas, o Movimento continuava. Mesmo que todos estivéssemos em Caxias».

4. VIA PARA A RECONQUISTA DO PRESTÍGIO: GOLPE MILITAR OU LEGALISMO?

Fortalecera-se a amizade que na Guiné despontara entre mim e Vasco Lourenço. O casamento sem lua-de-mel não lhe apaziguara minimamente o permanente espírito de luta, a perseverança e a tenacidade de buldogue, que o creditavam a meus (a nossos) olhos como um dos elementos de maior valia para a estruturação e continuidade do Movimento até às suas últimas consequências. Regressando a casa uma madrugada, no seu carro, após reunião no apartamento de Diniz de Almeida, desabafei com ele:

— Vasco, suponhamos que, a mais ou menos curto prazo, o Governo recua em toda a linha e os objectivos com que iniciámos

esta luta são alcançados com a revogação dos decretos, o que é possível. Achas que a partir daí o Movimento se desfaz?

— Não faço ideia mas a minha opinião é que não devia desfazer-se e sim continuar organizado, pois há muito mais reivindicações que podem vir a ser satisfeitas se mantivermos a força que estamos a criar e que de outra maneira nunca mais o serão. E qual é a tua opinião?

— Tal como a maior parte senão toda a malta, pouco ou nada sei de política. Mas desde que sou oficial que ambiciono participar activamente numa acção que leve à queda do Governo. Mesmo que não saibamos muito bem o que iremos fazer a seguir. Seria maravilhoso se estivessem agora a criar-se condições para que isso acontecesse e coubesse à nossa geração a honra e o destino histórico de derrubar a ditadura e modificar completamente o estado de coisas no País.

— Não sei se iremos chegar tão longe. Repara que continua a ser difícil sair do âmbito das reivindicações profissionais. Mas de qualquer forma concordo contigo e estou também nessa linha. Aliás, há muitos mais. E oxalá se chegue onde tu dizes.

Era consolador verificar que após tantos anos apertados na camisa-de-forças do apoliticismo das Forças Armadas, escravos do dogma de que as Forças Armadas, como suporte moral da Nação, devem sê-lo também do Governo porque este representa aquela, encarcerados na redoma que nos separava, como casta, de um Povo que sofria o vexame e a opressão, habituados a não pensar e a não querer pensar, com os cérebros lavados, enxaguados e ancilosados pelas doutrinas anticomunistas que nos levavam a considerar Marx, Lenine, Ho Chi Min e os barbudos vitoriosos da Sierra Maestra como autênticos flagelos da humanidade e os guerrilheiros dos movimentos de libertação, que contra nós lutavam, um anátema que Deus nos lançava para mal dos nossos pecados, havia um punhado de jovens oficiais que sacudiam o comodismo da vida fácil e egoísta e que, de mentes esclarecidas e abertas, se encontravam preparados para cumprir a missão histórica de libertar o nosso povo e tantos outros povos da tirania e do opróbrio; que repudiavam as lições catedráticas de Hermes de Oliveira e não admiravam propriamente a OAS e os romances de Lartéguy.

Como subalterno, instrutor ou comandante de bateria de instrução de cursos de sargentos e oficiais milicianos ou comandando em Angola o meu grupo de combate, ou, mais tarde, como capitão, no comando de uma companhia operacional, nas longas e muito francas conversas que com os meus subordinados mantivera ao longo de treze anos, eu procurara galgar o muro que me separava deles e do Povo que eles representavam. E quando, queixando-se-me das difíceis condições de vida que levavam, da exploração a que como trabalhadores eram sujeitos, da necessidade de emigrarem para conseguir melhor situação, eu lhes dizia que o dever deles era protestar junto do Governo com todos os argumentos que me apresentavam, olhavam-me, pasmados e incrédulos. Pois não sabia eu que o Governo estava contra eles e que só protegia os patrões, que a PIDE, polícia política do Regime, tinha milhares de ouvidos e olhos por toda a parte, sempre prontos a denunciar e a provocar a prisão e o desaparecimento de tantos bons portugueses levando a desgraça a tantos lares?

Não podia ser, ripostava eu. Era um exagero da parte deles. Pois se o Governo existia para proteger os interesses de todos os cidadãos e a PIDE se limitava a defender o Estado contra os agentes estrangeiros que atentavam contra a segurança do País...

Desatava-lhes as línguas. Puxava-os a brios. E eles desfiavam o rosário de histórias que conheciam, de lamentações, de ódios mal contidos.

— O Governo só protege os ricos, não é um Governo querido e aceite pelo Povo há muitos, muitos anos. Só se mantém porque tem com ele o Exército, a Polícia, a Guarda Republicana e a PIDE.

— Mas então porque é que vocês não se juntam todos e não deitam a baixo o Governo?

— Isso é bom de dizer. Mas onde é que nós, os trabalhadores, temos as armas? As Forças Armadas é que têm armas. Só elas é que podem deitar o Governo a baixo. O meu alferes tem armas. Dê-nos armas e comande-nos que nós, consigo, derrubamos o Governo.

Tive de concluir que era essa a verdade. Cabia às Forças Armadas a missão histórica de abater um Governo ancilosado, que o Povo não aceitava e até odiava. Mas quando e como seria isso possível?

Foi na perseguição da resposta a esta pergunta que nunca me decidi a abandonar o serviço activo e a passar à situação de reserva para conseguir, como quase civil, uma vida mais tranquila e mais bem remunerada. Tantas vezes fui para isso e por isso solicitado e criticado, quase empurrado, e sempre me recusei. Era *dentro* que eu devia e queria estar, aguardando serenamente que a grande ocasião chegasse.

Vasco Lourenço, Diniz de Almeida, Rosário Simões, Sousa e Castro, Rosado Luz, Camilo e tantos, tantos outros, faziam-me acreditar, em Novembro de 73, que era possível. Que essa grande ocasião, enfim, se aproximava.

As reuniões da Comissão Coordenadora Provisória multiplicavam-se nesse Novembro de 73. Face à iminente derrogação dos decretos, os oficiais do QEO e os oriundos de milicianos reuniram-se também em princípios desse mês, com a finalidade de criar um bloco opositor ao nosso Movimento. A falta de ligação continuava a ser um obstáculo difícil de ultrapassar com os meios humanos e técnicos de que dispúnhamos. Artur Pita Alves endossou ao coronel na reserva Jorge Pereira de Carvalho, que vínhamos apreciando através dos seus artigos de colaboração sobre problemas militares publicados no semanário *Expresso*, a documentação já feita circular pelo Movimento, pedindo-lhe um estudo opinativo. Desempenhando funções nos Serviços Mecanográficos e no *Jornal do Exército*, evidenciava-se Pereira de Carvalho como um progressista e um antifascista cujo conselho e orientação merecia a nossa atenção. De toda a análise por ele feita e que se desdobrava por sete páginas de boa prosa, respigo um bom naco de judiciosa crítica a uma das mais controversas frases do meu texto da circular de 1 de Novembro. Crítica que na ocasião encaixei com um «obrigado» amigo e que me seria de grande utilidade para o futuro:

Deixarei para o final o que se refere a opiniões mal ou insuficientemente documentadas e passo às que considero com tendência para pisar caminhos menos seguros:

A afirmação de que «qualquer insinuação-boato posta a circular sobre possível manobra da oposição para exploração da "ingenuidade"

(!) dos capitães é de rejeitar com gargalhada», parece-me sofrer de um sentimento de imunidade a respeito da hipótese assim posta. Esta atitude pode resultar perigosa porque ninguém duvida de que qualquer facção oposicionista, bem ou mal-intencionada, se poderá aproveitar dos sintomas de descontentamento existentes dentro das Forças Armadas para levar a água ao seu moinho. E é indispensável que haja uma firme resolução da parte dos oficiais no sentido de se não deixarem arrastar ou manobrar por qualquer agrupamento político. Ignoro se houve ou há qualquer tentativa para aproveitar as circunstâncias, mas de admirar seria que tal não acontecesse. A hipótese posta na circular de 1Nov73 com tal displicência tem de ser encarada seriamente e não com gargalhadas. De resto, a afirmação de que o movimento «está isento de qualquer cunho político» é gratuita ou toma a palavra «política» numa acepção muito limitada. É imprescindível aceitar as coisas tal como são e empregar as palavras certas sem receio — a verdade é que o problema levantado tem inevitáveis consequências políticas assim como os factos que lhe deram origem são também actos políticos. Chamem-lhe o que quiserem, limitem o âmbito da política praticada, mas nunca neguem o que é inegável. Ponham-se à margem das «politiquices» e dos «politiqueiros», dos arrivistas e dos demagogos, mas utilizem a palavra certa, embora com o cuidado de definirem bem o que ela significa para vós (...).

Um novo panfleto, redigido por Vasco Lourenço, é posto a circular, motivando críticas dos camaradas que o recebem por fugir à tradicional linguagem estereotipada da seca terminologia militar [1]. De qualquer modo, novas etapas eram nele assinaladas para que o Movimento se propusesse vencê-las, novos desafios eram lançados, numa tentativa de estimulação para que o combate não terminasse com a derrogação dos decretos.

Ultrapassava-se a luta pelo prestígio do Exército para se afirmar a necessidade da luta pelo prestígio das Forças Armadas. Alargava-se o âmbito das reivindicações às classes de sargentos, cabos milicianos e praças. Fazia-se um apelo final à unidade.

Em 15 de Novembro apresento-me, transferido da EPA, na Academia Militar, a fim de ocupar funções de professor adjunto de Táctica de Artilharia do segundo ano da Arma. São apenas cinco alunos. O professor catedrático é um quase tenente-coronel, Alfredo

[1] Vasco iniciara logo o texto com uma frase de *choque:* «Camaradas: o prestígio do Exército português está muito por baixo.» Os camaradas não gostaram...

Machado da Silva, prestes a ser mobilizado para um comando de batalhão. Em 19, apesar de promovido por portaria de 1 de Setembro, coloco pela primeira vez nos ombros os galões de major.

Decidíramos alargar o mais possível os nossos contactos, procurando motivar oficiais superiores — majores, tenentes-coronéis, coronéis — para através destes chegarmos até aos generais. Tal desiderato afigurava-se-nos possível, pois toda a nossa luta continuava centrada sobre a questão do prestígio a recuperar para o Exército e as Forças Armadas, tendo ficado praticamente esquecido o problema das ultrapassagens nas promoções, que só dizia respeito, a partir de Agosto, a capitães e subalternos.

Além da Comissão Coordenadora Provisória e da Subcomissão de Ligação com a Metrópole e o Ultramar, considerávamos também a existência de uma importante Comissão Consultiva, que integrava delegados e representantes das unidades consideradas mais fortes em termos de quantidade de capitães e majores do QP nelas colocados, o que sucedia normalmente nas escolas práticas ou centros de instrução das armas e serviços, além da Academia Militar e da Escola Central de Sargentos.

Foi num sábado, 24 de Novembro, que se realizou no primeiro andar de um casarão nas traseiras da Colónia Balnear Infantil de *O Século*, em S. Pedro do Estoril, uma importantíssima reunião de todos os camaradas componentes das comissões Coordenadora e Consultiva, alargada, pela primeira vez, a tenentes-coronéis e a outras patentes mais elevadas, se fosse possível. Fora decidido tratar-se nela, além de um «ponto da situação», dos mecanismos para a constituição e eleição de uma Comissão Coordenadora definitiva que fosse verdadeiramente representativa do Movimento.

Já integrado na Academia Militar, encontrara bastante receptividade às ideias do Movimento por parte do então professor de Tiro de Artilharia, tenente-coronel Almiro Canelhas, que ultimava a sua formatura em arquitectura e que, mostrando-se interessado, resolveu aceitar o meu convite para tomar parte na reunião. Piteira Santos, um jovem capitão do Movimento então colocado em Évora, trouxe consigo o comandante e o 2.º-comandante do batalhão que na altura lá se encontrava mobilizado e em instrução de aperfeiçoamento operacional, respectivamente tenente-coronel Luís Ataíde Banazol e major Moreira. Muitos majores, capitães e subal-

ternos e algumas caras novas. Foi aí que conheci Luís Macedo, outro jovem capitão de Engenharia, que apreciei em várias e afirmativas intervenções e que seria, lá mais para diante, na sua modéstia, pedra de fundamental importância para o 25 de Abril. Não concordando com a continuidade das reuniões clandestinas do Movimento, que agora assumiam para si o cariz de deslealdade para com Viana de Lemos, Mariz Fernandes não compareceu, desligando-se a partir daí do Movimento e passando a manter-se informado por Vítor Alves, que nunca deixaria de tentar puxá-lo de novo para funções de relevo perante a recusa dos camaradas, fartos das peias burocráticas com que ele empapelava o Movimento, num legalismo pretensioso e ingénuo, e da tentativa de assumpção de funções dirigentes que permanentemente assumia.

A sala ampla do primeiro andar do casarão onde nos fomos acumulando na tarde daquele dia revelou-se pequena para acolher os cerca de oitenta camaradas convocados de todos os pontos do País. Convidámos Banazol, como o mais antigo dos presentes, para ocupar a presidência da mesa. E com ele, Hugo dos Santos, Vítor Alves e eu dirigimos a sessão.

Houve excelentes intervenções (Macedo, Morais da Silva, Almiro Canelhas), mas nenhuma excederia em impacte e emotividade a de Luís Banazol. Concordámos que «a guerra do decreto» podia ser ultrapassada pela acção, devendo passar-se a nova fase da luta; definimos a atitude a tomar em caso de prisão de qualquer camarada pertencente ao Movimento (tínhamos consciência de que a situação poderia aquecer a partir do momento em que fosse evidente que a remodelação ministerial não nos havia feito travar); e decidido que foi adiar de uma semana, para novo plenário de delegados, a eleição da nova Comissão Coordenadora (pois que os camaradas não vinham mandatados para tomar posição) atingiu-se o ponto alto da sessão com a vibrante alocução de Banazol.

As calorosas e entusiásticas palavras proferidas pela voz rouca do tenente-coronel, prolongavam aos meus ouvidos a vibração daquelas que o jovem Jorge Golias deixara no ar, alguns meses atrás, numa reunião em Bissau. Ele repetia a necessidade da única via possível para a reconquista do prestígio de há muito perdido pelas Forças Armadas: o derrube, pela (nossa) força, do Governo

marcelista, através de um golpe militar e o fim da ignominiosa guerra colonial contra os povos africanos.

Vi de novo o temor e a rejeição nos olhos de alguns e o entusiasmo e a incondicional adesão no semblante de outros. A uns, parecia haver ainda grande quantidade de cartuchos para queimar antes do confronto armado com o Poder. Esta era uma decisão que implicava riscos graves e, portanto, a necessidade de um maior amadurecimento. Para outros, REVOLUÇÃO era a palavra-chave a que o Movimento se devia agarrar, sendo necessário pensar-se desde logo em estruturar a organização que a acção armada exigia.

Vítor Alves procura arrefecer um pouco os ânimos que a intervenção de Banazol exaltara. Ele receia a forma como aqueles camaradas irão para as suas unidades relatar o que ali é dito e o que fica por dizer. E não tem, naquele grupo heterogéneo de jovens pouco afectos às rigorosas normas de segurança da clandestinidade, a confiança necessária.

— Meus senhores, sejamos realistas...

O velho tenente-coronel, porém, está desesperado. Mobilizado como comandante de um batalhão para a sua quinta comissão, a cumprir na Guiné, não aceita tal facto de ânimo leve, mostrando-se disposto a resolver a situação apenas com a sua unidade aquartelada em Évora. Esforça-se por que as suas palavras não caiam em cesto roto. Afiança que apresentará na próxima reunião um programa político de acção imediata que se seguirá à tomada do Poder pelas Forças Armadas.

A intervenção de Banazol vai servir de importante catalisador para a ampla discussão que se segue e que se prolongará até à noite. Finalmente, os delegados são solicitados para trazerem das suas unidades ao próximo plenário, que fica marcado para 1 de Dezembro às quinze horas, em local a combinar, resposta para um de três caminhos a prosseguir pelo Movimento dos Capitães:

A. Conquista do Poder, para com uma Junta Militar criar no País as condições que possibilitem uma verdadeira expressão nacional (democratização);

B. Legitimação do Governo perante a Nação através de eleições *livres* devidamente fiscalizadas pelo Exército, dando ao Go-

verno a opção de o fazer sem a interferência das Forças Armadas, seguindo-se um referendo sobre o problema do Ultramar;

C. Utilização de reivindicações exclusivamente militares como forma de alcançar o prestígio das Forças Armadas e de pressão sobre o Governo com vista à obtenção da segunda hipótese.

Além de uma opção sobre uma das três hipóteses equacionadas, deverão os delegados ser portadores, no plenário do dia 1, de resposta às questões seguintes:

— Deve o assunto ser circunscrito ao Exército ou alargar-se ao âmbito das Forças Armadas?
— Como será constituída a próxima Comissão Coordenadora? Quem a constituirá? Que funções terá?
— Devem ou não escolher-se chefes militares de prestígio aos quais nos liguemos e que orientarão politicamente a nossa acção, face a uma das três hipóteses escolhidas? Em caso afirmativo, qual ou quais os chefes a eleger?

A colocação das hipóteses *A*, *B* e *C* e as perguntas formuladas e a exigirem resposta para uma semana depois são só por si elucidativas da profunda importância que a reunião teve. Ela iria definir uma nova opção para o Movimento dos Capitães, permitiria alargar o seu âmbito e criaria no seu seio uma certa hierarquização e consequente distribuição de responsabilidades.

Cerca das dez horas da noite, quando cheguei a casa, minha mulher anunciou-me que o meu velho e querido avô materno, vigoroso roble beirão a quem me ligava profunda e indestrutível amizade, morrera súbita e serenamente durante a tarde. Já não teria a alegria de viver o derrube do Regime.

5. UM «VELHO» TENENTE-CORONEL IMPACIENTE. SEGUNDA INTERVENÇÃO

A semana seguinte passou célere. Aguardávamos, com impaciência, as respostas trazidas pelos camaradas às perguntas em suspenso. Mas foi em vão que esperei até sábado pela informação sobre o local para a realização do plenário. Não tinha, nessa época, telefone. Era um mal que vinha por bem. Havendo dificuldade em ser contactado, a verdade é que não se tornava possível a escuta de qualquer conversa trocada comigo através do fio. Era eu quem tomava a iniciativa das chamadas, quando necessário.

Já almoçava quando Ju, a esposa de Hugo dos Santos, me aparece em casa afogueada para me dizer que o marido lhe telefonara de Lisboa a pedir-lhe que me avisasse com urgência para seguir para as Caldas da Rainha e dirigir-me à estação dos caminhos de ferro, procurando localizar a *Quinta da Louça* se ali já não encontrasse ninguém.

Nunca cheguei a perguntar ao Hugo se realmente fora aquela a designação que procurara transmitir-me na sua linguagem codificada e para mim desconhecida. A verdade é que, apenas de posse dessas indicações, parti para as Caldas. No largo da estação, um jovem, expectante, parecia desamparado. Breve troca de palavras permitiu-nos a apresentação. Era o capitão Montalto, da Força Aérea, que também chegara atrasado. Iniciámos a investigação interpelando os passeantes, afanosamente, quanto à localização da tal *Quinta da Louça*. Que não existia, como era óbvio, para meu desespero. Montalto possuía menos dados do que eu. Finalmente, no Regimento de Infantaria 5, obtivemos de um jovem subalterno, oficial de prevenção, a informação de que lhe parecia que a «confraternização» se realizava em Óbidos, a cinco quilómetros da cidade.

Para lá nos dirigimos, pressurosos. E na vila típica, linda, tão pequena que se percorre em cinco minutos muralhas adentro, localizámos em redor de uma das suas várias igrejas uma anormal concentração de automóveis. Uma rápida espreitadela para dentro de um deles permitiu-me ler a placa: DUARTE NUNO PINTO SOARES, capitão de Engenharia. Estávamos com a nossa gente! A inusitada

afluência de veículos à pequena vila naquela época do ano chamaria por certo as atenções dos locais. A mulher do balcão da padaria no largo da igreja tirou-nos as dúvidas.

— Ah! esses senhores todos que vieram nesses carros? Foram para o clube recreativo cá da terra, uma casa grande logo à entrada da vila, do lado esquerdo, depois de passar para cá o arco da muralha.

Após umas palmadas na porta lateral do edifício baixo e incaracterístico e de uma rápida identificação à «segurança» penetrámos na pequena sala de espectáculos. Eram dezoito horas e a discussão animava-se. As vozes alteavam-se. Vasco Lourenço, Vítor Alves, Hugo dos Santos, Lopes Pires, Banazol dominavam a mesa. Votava-se, agora com a representatividade que traziam os delegados das reuniões prévias já realizadas, qual das três hipóteses iria ser escolhida para definição das acções do Movimento no futuro imediato.

Os pára-quedistas, como elementos do Exército integrados na Força Aérea, também estão representados. E são eles que acabam por fazer pesar a balança para a aceitação maioritária da hipótese *C*.

Banazol não se contém e toma a palavra. Jorra-lhe de novo da boca a torrente tumultuosa e apaixonada da sua visão revolucionária do processo. Expõe o programa imediato que se havia proposto apresentar: uma proclamação ao País, a criação de juntas militares para controle imediato da situação em todas as sedes de regiões militares da Metrópole e dos teatros de operações em África, a formação de um Governo provisório com entidades de reconhecida capacidade política, a criação de um corpo de embaixadores itinerantes, regresso à Metrópole das tropas de reforço à guarnição normal das províncias do Ultramar.

Há os que, surpresos, ouvem tais palavras pela primeira vez e as rejeitam com veemência. A Banazol falta a sensibilidade necessária para aquilatar do «ponto de rebuçado» e convence-se de que a sua patente e a convicção com que defende as suas ideias de revolta serão só por si suficientes para arrastar os jovens oficiais. Puro engano. É necessário esperar que se criem condições específicas, catalisadoras da acção, que permitam levar por diante o projecto do golpe militar.

O velho tenente-coronel acabará alguns dias depois por receber «guia de marcha» e partir, desiludido, para a Guiné, onde o seu batalhão se lhe irá reunir. Mas as sementes por ele lançadas caem em boa terra. Nem todas se perderão.

Banazol tinha pressa. Demasiada impaciência, talvez. Muitos dos camaradas não viram mais, na sua insistência, do que uma tentativa da sua parte para se aproveitar do Movimento e furtar-se ao cumprimento de mais uma comissão no Ultramar, empenhando os camaradas numa aventura.

Apanhado pelo 25 de Abril na Guiné, comandando o Batalhão de Bambadinca, acabaria por causar fortes dores de cabeça a Fabião. Arvorando-se de imediato em campeão da descolonização, procurou desde logo o contacto com grupos guerrilheiros actuando na sua zona de acção para o estabelecimento da paz. Não existindo ainda qualquer conversação a nível elevado, o alto comando do PAIGC, desconfiado das intenções (a solução neocolonialista perspectivada por Spínola não era de molde a tranquilizá-lo), ordena aos chefes locais que não aceitem a trégua e recrudesçam de actividade combativa na zona.

Pertenceriam assim ao seu batalhão os últimos mortos e feridos das NT na Guiné. Quando uma coluna motorizada da unidade se deslocava para sul do aquartelamento, uns tiros de longe provocam o abandono das viaturas por parte dos militares que, saltando para os lados da picada, vão cair na armadilha das minas antipessoal ali previamente colocadas, daí resultando dois mortos, quatro feridos graves (dois deles sem pernas) e catorze feridos ligeiros.

Banazol não percebe. Envia mensagem para o Comando-Chefe informando o acontecido e que não está disposto a continuar a guerra, pelo que se prepara para abandonar Bambadinca e seguir com a unidade que comanda para Bissau.

Fabião desloca-se, célere, à sede do batalhão. Ao descer do heli, vê armas apontadas contra si. Os soldados da unidade vagueiam, despreocupados, pela vila. E Fabião verifica que é perante a sua indiferença e passividade que os oficiais e sargentos se encontram sequestrados pelos comandos africanos da companhia de Abdulai Jamanca!

Fabião «informa» o tenente-coronel de que, tendo assumido funções de governo e de delegado da Junta de Salvação Nacional,

lhe cabem as responsabilidades da descolonização, e adverte-o de que não deve tomar novas iniciativas. Mas o «problema Banazol» manter-se-á. «Resolvendo» que quem deve tomar conta da Guiné é o Brasil (!), enviará uma mensagem circular a todas as unidades solicitando que quem estiver de acordo com essa «solução» lho comunique por mensagem contendo uma só palavra em código: CHAPÉU.

Serão dois os CHAPÉUS que inadvertidamente serão enviados a Fabião e que extravasam o «cálice Banazol». Ao receber ordem de marcha para a Metrópole, este abandona jubilosamente o comando do seu batalhão na convicção de que «afinal os rapazes, lá em Lisboa, não se esqueceram do velho tenente-coronel».

Regressado a Portugal, acabaria, meses depois, por passar à reserva ingloriamente, atingido pelos novos limites de idade impostos e esquecido pelo Movimento das Forças Armadas.

Anunciada a vitória da hipótese *C* para definição do rumo a seguir pelo Movimento (aliás por estreita margem em relação à hipótese *A*), é aprovada a necessidade de escolha de chefes prestigiados e com o traquejo político que nos falta. Recolhidos os votos, é o nome de Costa Gomes que aparece, destacado, na contagem, recolhendo o mais largo consenso. Spínola surge em segundo lugar, com um número de votos inesperadamente pouco significativo. E finalmente, já muito distanciado, Kaulza de Arriaga. Há uma discussão acesa sobre o terceiro. São os «páras» ali representados, obviamente, os que defendem vigorosamente a elevada craveira técnica e intelectual do fundador do Corpo a que pertencem. São derrotados, porém. O Exército, que tem nas mãos o leme do Movimento, conseguira já sobrepujar a escolha simplista da tecnocracia para pensar minimamente em termos políticos. E rejeita o nome de Kaulza por lhe parecer evidente o antagonismo político existente entre ele e os dois primeiros generais, que, a seu modo, haviam manifestado do antecedente posições desafectas ou críticas ao Regime. O que não era propriamente o caso de Kaulza, acérrimo defensor do salazarismo, que em 1961, cerceando as possibilidades de êxito da conspiração de gabinete de Botelho Moniz (a Abrilada dos Generais), entrara em choque com Costa Gomes, ao tempo

subsecretário de Estado do Exército, que, comprometido na conjura, fora por tal motivo imediatamente afastado do cargo.

Decide-se também, na Assembleia, ultrapassar o âmbito do Exército e alargar o Movimento aos outros ramos das Forças Armadas, para o que deverão ser realizados os necessários contactos. E como já anteriormente ficara assente que todos deveriam exercer esforços no sentido de atrair cada vez mais tenentes-coronéis, coronéis e generais ao Movimento, o que estava a ser conseguido com o relativo êxito de algumas tímidas adesões, o Movimento passava a designar-se por Movimento de Oficiais das Forças Armadas (MOFA).

Entrando-se na fase final do plenário, assenta-se numa nova composição para a Comissão Coordenadora, que de seguida será eleita: três oficiais por cada Arma ou Serviço do Exército, na base de um oficial superior, um capitão e um subalterno, tanto quanto possível, devendo pelo menos um deles prestar serviço na Escola Prática respectiva. E, adicionalmente, três oficiais pára-quedistas como representantes do Corpo junto da Coordenadora do Exército.

A nova Comissão será fundamentalmente executiva, devendo tomar todas as decisões que julgar convenientes para a prossecução dos objectivos a atingir no rumo escolhido para o Movimento. Os camaradas decidem confiar nas tomadas de posição da Coordenadora, suportando a ausência de informação que vierem a sofrer, considerada sem dúvida desmobilizante mas necessária face ao perigo de poderem ser fornecidos elementos ao «inimigo». A nova comissão passa a designar-se, devido às suas funções, por Comissão Coordenadora e Executiva (CCE).

Agrupam-se os delegados pelas Armas e Serviços a que pertencem para efeitos de votação. E realizada esta, é obtida a constituição final da Comissão do Exército, que, até final, assumiria responsabilidades executivas no Movimento:

Infantaria: Major Hugo dos Santos (AM — Academia Militar);
Capitão Vasco Lourenço (BRT — Batalhão de Reconhecimento das Transmissões);
Tenente António Marques Júnior (EPI — Escola Prática de Infantaria);

Artilharia: Major Otelo Saraiva de Carvalho (AM);
Capitão Rodrigo Sousa e Castro (CIAAC — Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa);
Capitão Luís Domingues (EPA — Escola Prática de Artilharia);
Cavalaria: Major Manuel Soares Monge (ainda em comissão na Guiné);
Capitão Germano Miquelina Simões (AM);
Capitão Fernando Salgueiro Maia (EPC — Escola Prática de Cavalaria);
Engenharia: Major Agostinho Mourato Grilo (AM);
Capitão Duarte Nuno Pinto Soares (DSFOM); — Direcção do Serviço de Fortificações e Obras Militares);
Capitão Luís Ferreira de Macedo (EPE — Escola Prática de Engenharia) [1];
Transmissões: Capitão Fernando Homero Cardoso Figueira (EMElm — Escola Militar de Electromecânica);
Capitão Francisco Fialho da Rosa (EPTm — Escola Prática de Transmissões);
Capitão José Manuel Pinto de Castro (EPTm);
Serviço de Material: Major António José Neves Rosa (EMElm);
Serviço de Administração Militar: Major José Maria Moreira de Azevedo (ITMPE — Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército);
Capitão António Torres (OGFE — Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, vulgo «Casão»);
Alferes Manuel António Geraldes (EPAM — Escola Prática de Administração Militar).

Notavam-se desde logo algumas falhas na organização. O Serviço de Saúde e o Serviço Geral do Exército não estavam representados, o que transformava o Movimento num bloco elitista de oficiais exclusivamente oriundos de cadetes da Academia Militar. O Serviço de Material entrava apenas com um representante. A Cavalaria via-se obrigada a eleger um jovem major graduado, ainda

[1] Aguardava transferência próxima para o Regimento de Engenharia N.º 1, na Pontinha.

em comissão no Ultramar, sintoma de que na Metrópole o Movimento não conseguira interessar suficientemente os oficiais superiores da Arma, desligados da luta dos capitães e subalternos.

Hugo dos Santos, já então mobilizado para a Guiné como 2.º-comandante de um batalhão, alertou desde logo os camaradas para a necessidade da sua substituição a curto prazo, tendo sido aprovado o nome votado em segundo lugar nos majores, Vítor Alves (EME — 4.ª Repartição), que entrou em funções. Para não se apresentar desfalcada, a Cavalaria substituiria provisoriamente o major Monge pelo major José Rafael Saraiva. E Luís Domingues, transferido passados três meses para o RAL 4 de Leiria, viria a ser substituído pelo tenente Manuel João Ferreira de Sousa como representante da EPA.

Um bom chouriço assado acompanhado com pão e vinho, pretexto da «confraternização», permitiu-nos aconchegar o estômago antes do regresso, já noite, a Lisboa.

6. ENTRE NÓS, PELA PRIMEIRA VEZ, UM CORONEL

Sob o título «Expectativa», o semanário *Expresso* desse dia apresentava na sua «coluna militar» um pequeno apontamento sobre a recente substituição de entidades nas mais altas esferas militares, referindo que «um civil como ministro da Defesa e, no Exército, um oficial general na reserva... são factos que parecem anunciar novos rumos na gerência das coisas militares. Nas circunstâncias que o País atravessa actualmente... todos... esperam qualquer coisa destas mudanças». E eram expostos sucintamente alguns dos problemas graves respeitantes aos estudantes chamados ao serviço militar, o caso dos amparos, o dos cabos e aspirantes milicianos, as dificuldades de ordem pessoal, social e familiar que se deparam aos militares de carreira, bem assim como o seu problema económico e de segurança social.

Ainda no jornal (que para nós, na época, era a gazeta lida com mais interesse), sob o título «Um País em Questão», a propósito do recente golpe de estado na Grécia afirmava-se que «entre nós, as circunstâncias políticas e militares não apontam para orientação similar, salvo os intentos minoritários de grupúsculos civis. E seria altamente pernicioso que houvesse quem, mesmo no plano das ideias, concebesse uma alternativa militar de extrema-direita». Registava ainda tópicos sobre a problemática ultramarina retirados de uma entrevista à Reuter e ao *Financial Times* do novo ministro do Ultramar, Baltasar Rebelo de Sousa, compadre de Marcelo Caetano, entre os quais «o elogio da política do general Spínola na Guiné».

Em 4, Dia da Arma da Artilharia e, nesse ano, também do Exército, o novo ministro, general Andrade e Silva, discursando na cerimónia realizada na EPA, em Vendas Novas, afirmava: «Como em todas as instituições, o prestígio do Exército avalia-se pela actuação dos que, fazendo parte dele, estão à altura dos seus objectivos. Sem deixar de ser uma consequência das suas estruturas, o prestígio do Exército é assim, fundamentalmente, o resultado do esforço individual de cada um de nós, da nossa renúncia ao interesse, do nosso exemplo no cumprimento do dever e do respeito que impomos à Nação pelo nosso procedimento e conduta.»

Não deixava, o velho general, de ter razão. A *sua* razão, decerto, pois considerando correcta a *forma* apresentada para os factores determinantes do prestígio do Exército, era garantidamente antagónico do nosso ponto de vista o valor intrínseco por ele atribuído ao *conteúdo* desses mesmos factores. Efectivamente, que *dever a cumprir* para dar o exemplo? *Que procedimento e conduta* adoptar para impor *que respeito* à Nação?

Informava ainda estarem «já terminados os estudos referentes a alguns diplomas relacionados com o Quadro Permanente e com o Quadro Especial de Oficiais, a que se liga a maior importância e cuja publicação se prevê para muito breve». E é curioso que tendo um pouco antes referido «a nossa renúncia ao interesse» como um dos factores necessários para alcançar o prestígio do Exército, afirmava, logo depois, que «dentro dos condicionalismos existentes, a linha de acção seguida julga-se ter sido a mais favorável aos interesses do Exército no seu conjunto», terminando por endereçar «os seus sinceros agradecimentos a Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho e aos ministros da Defesa Nacional e das Finanças, pois foi devido à elevada compreensão daquele e ao apoio destes que aqueles resultados puderam ser alcançados».

Cheirou-me a esturro. Tais palavras eram prenúncio de que o Poder iria tentar «sossegar» o Movimento dos Capitães procurando corromper a determinação posta na luta pelos jovens oficiais através de aumentos súbitos e substanciais de vencimentos e esquecer as reivindicações por eles apresentadas com vista à recuperação do prestígio das Forças Armadas perante a Nação. A presença do ministro das Finanças entre as excelências enaltecidas era francamente suspeita...

No dia seguinte, 5 de Dezembro, uma fria quarta-feira, reuniu-se pela primeira vez a Comissão Coordenadora eleita em Óbidos. Vítor Alves pedira a amigos, para o efeito, o empréstimo da sua casa de praia, uma construção de rés-do-chão e primeiro andar, pintada de amarelo-ocre, situada na Rua Barros de Castro, na Costa da Caparica.

Partimos à frente e localizámos a casa. E enquanto o Vítor aguardava, dispondo a sala, desloquei-me para junto da igreja da vila onde esperaria a chegada dos participantes. Vieram mais do que os previstos componentes da Comissão, alargando a reunião. Até Corvacho e o tenente-coronel Rolando Ferreira compareceram, vindos do Porto. E além de Banazol, que iria fazer a última tentativa para levar a água ao moinho da sua revolução e rouquejar uma vez mais a leitura do seu programa, tínhamos entre nós pela primeira vez, trazido por Pinto Soares e Macedo, um coronel.

Era um homem magro e desengonçado, de nariz afilado e grandes entradas, a testa alta e larga. Humilde e simples, tinha o semblante ingénuo e honesto dos homens bons. Gostei dele à primeira vista. Pinto Soares apresentou-mo:

— O nosso coronel Vasco Gonçalves, da Direcção da Arma de Engenharia. Meu coronel, este é o major Otelo, de Artilharia.

Oferecemos-lhe, no respeito hierárquico, a presidência. Logo aí lhe notei um certo incómodo. Não queria estar em destaque, na mesa. Preferia ir para o meio dos outros. Insistimos. À sua esquerda, Banazol, à direita, Vítor Alves. Que me segredou em confidência:

— Este é que é «o Baldes»...

Nunca, na Academia Militar, me tinha cruzado com ele. Mas sempre me assaltara o riso quando recordava uma das melhores alcunhas que em minha opinião tinham sido postas a um professor e pelo motivo que a justificava: quando andava, parecia que levava um balde cheio em cada mão.

Ele ali estava então, pela primeira vez, entre nós. Demos-lhe a palavra, de imediato, que ele utilizou, receosamente, como quem pede desculpa, para tentar definir a sua posição e expor as suas dúvidas. Não chegou a terminar. Banazol interrompeu-o, em dado momento, para desenvolver de novo o seu plano de acção armada, procurando desesperadamente romper com a escolha da hipótese *C* votada quatro dias antes em Óbidos. Reabriu-se a discussão, curta, sem êxito para o tenente-coronel. E foi a última vez que o vi.

Trabalhou-se, portanto, sobre a hipótese *C*, que definia o rumo a seguir pelo Movimento e que mandatara a Comissão. E no seu âmbito, acabaria por ser aprovada por maioria uma proposta que consistia em continuar a apresentar ao Governo reivindicações de carácter exclusivamente militar e com a maior validade possível, mas de natureza tal que o Executivo não tivesse possibilidades de as satisfazer, originando-se assim uma forma de pressão que, na melhor das hipóteses, poderia levar à demissão do próprio Governo e, na pior, ao devido encaminhamento para a hipótese *A*.

Como exemplos de objectivos ou reivindicações a apresentar ao Governo pelo Movimento constituindo forma de pressão, indicavam-se na proposta:

1 — Campanha de elucidação da Nação sobre a posição do Exército;
2 — Campanha de elucidação da Nação sobre a situação do oficial do Exército;
3 — Evolução do Exército a médio prazo, considerando:

a) Rèformulação da preparação dos oficiais do QP e reformulação dos critérios de escolha para funções de chefia;
b) Problema dos sargentos;
c) Revisão dos estatutos dos oficiais e sargentos do QP;
d) Atribuição ao CEMGFA da sua importância e força reais;

e) Não identificação do Exército com forças policiais;
f) Assistência social, elevação de pré, etc..., às praças;
g) Reorganização territorial.

Tendo a proposta sido aprovada, concordou-se que não seriam estabelecidos prazos para satisfação das reivindicações que fossem sendo apresentadas.

Essas, e outras a acrescentar, seriam apresentadas em reunião conjunta a realizar no dia 9 com elementos dos outros dois ramos. Foi decidido manter as anteriores equipas de ligação e criar, dentro desta nova Comissão Coordenadora e Executiva (CCE), comissões descentralizadas ou subcomissões encarregadas de diversas actividades. Foi a seguinte a designação e distribuição dos camaradas por essas subcomissões:

1. De Ligação aos Outros Ramos das FA:

— Major Hugo dos Santos;
— Major Vítor Alves;
— Capitão Pinto Soares;

2. De Secretariado:

— Major Otelo;
— Major José Maria Azevedo;
— Capitão Torres;

3. De Ligação, na Metrópole e Ultramar, aos Camaradas do Exército:

— Major Hugo dos Santos;
— Capitão Vasco Lourenço;
— Capitão Sousa e Castro;
— Capitão Miquelina Simões;
— Capitão Pinto de Castro;

4. De Estudo de Situação:

— Major Francisco Fernandes da Mota (EME, 3.ª Rep.);
— Capitão Bação de Lemos (RCP);

— Capitão Avelar de Sousa (RCP);
— Tenente Marques Júnior (EPI);
— Tenente Ferreira de Sousa (EPA);
— Capitão Salgueiro Maia (EPC);
— Capitão Luís Macedo (EPE);
— Alferes Geraldes (EPAM);
— Capitão Fialho da Rosa (EPTm);
— Major Simões Vagos (CIOE);
— Capitão Corvacho (QG/RMP);

5. De Recolha de Opinião:

— Major Mourato Grilo (AM);
— Capitão Figueira (EMElm);
— Capitão Alcide de Oliveira (EPTm).

Agregaram-se à CCE, para efeitos de participação em subcomissões, camaradas a ela não pertencentes, como Fernandes da Mota, Simões Vagos, Corvacho e Alcide de Oliveira. E para a CCE foi escolhida uma direcção, formada por um elemento de cada uma das três subcomissões fundamentais, que passariam a assumir, em conjunto, a responsabilidade de decisões a tomar em casos emergentes, tendo sido eleitos Vítor Alves, eu e Vasco Lourenço.

A ligação com o Ultramar continuava a manter-se nos moldes anteriores e à responsabilidade dos mesmos camaradas que do antecedente a asseguravam, o que Hugo dos Santos aceitou sem qualquer enfado. Foi aprovado, finalmente, um sistema simples de autenticação de comunicações (Anexo III), cuja necessidade óbvia havia sido apresentada na reunião de Óbidos. E à Subcomissão para o Estudo de Situação foi cometido, desde logo, esse encargo específico. A todos os camaradas foi solicitada a procura de contacto sério com coronéis e tenentes-coronéis com vista a obter a sua adesão ao Movimento de Oficiais das Forças Armadas, tendo por finalidade conseguir formar-se com eles uma Comissão Consultiva e de Ligação aos Escalões Laterais e ao Generalato.

O toque dramático da sessão seria dado pela intempestiva atitude de um neófito do Movimento, o major José Rafael Saraiva, substituto temporário de Manuel Monge, então ainda ausente na

Guiné. Era a primeira vez que contactava com o Movimento, entrando logo, ainda por cima, pela porta da frente. Tomando a palavra, Saraiva pediu para abandonar de imediato a reunião e a Comissão onde preenchia um lugar a título provisório, por não concordar com o teor geral das propostas apresentadas e das hipóteses discutidas (o discurso, para nós já em terceira mão, do tenente-coronel Banazol devia tê-lo traumatizado violentamente...), que em seu entender constituíam «*traição à Pátria*, num momento excepcionalmente grave da vida da Nação».

A linguagem utilizada era de tal forma retrógrada e descabida, de tão profunda raiz salazarista, que o deixámos partir imediatamente, não se considerando útil nem sequer necessário elucidá-lo. Vasco Gonçalves, acabrunhado, dir-nos-ia logo depois que ficara espantadíssimo ao ver Saraiva na sala, integrado na reunião. Sendo seu padrinho de casamento e conhecendo bem o conservadorismo e a estreiteza de vistas do major, ficara permanentemente à espera de uma atitude semelhante à que acabara, afinal, por vir a tomar.

Só voltaria a ver o coronel Vasco Gonçalves depois do 25 de Abril, pois ele nunca mais participaria em reuniões da Comissão Coordenadora por uma questão de segurança pessoal. Dadas as suas relações de amizade com Costa Gomes, seria futuro elemento de ligação com o general. E viria a integrar, lá mais para diante, a Comissão de Redacção do Programa do MFA. Pinto Soares, que desde Novembro, regressado de Angola, fora trazido para o Movimento por Luís Macedo, nunca deixaria no entanto de o manter constantemente informado do que se ia passando.

A Rafael Saraiva vê-lo-ia precisamente em 25 de Abril e no posto de comando! Em circunstâncias, então, muito especiais.

7. KAULZA E OS CAPITÃES. DESPOLITIZADOS MAS NÃO TANTO, GENERAL!

Entretanto, o poder militar, procurando limar as garras ao Movimento, disparava uns tiros isolados na escuridão. Em 17 de Dezembro, uma mensagem do Ministério do Exército remetida através da Repartição dos Sargentos e Praças mandava apresentar no Quartel-General em Lisboa o primeiro-cabo miliciano que obtivera a concessão da sala do Clube Recreativo de Óbidos para a nossa «patuscada» de 1 de Dezembro.

Em 12 de Janeiro, em reunião realizada em casa de Fernandes da Mota, o delegado do RI 5 comunicou-nos que o referido militar, Octávio de Sousa Pinto, recebera ordem de transferência para os Açores! Como se o rapaz tivesse alguma coisa que ver com a organização do Movimento e este sofresse com isso a mínima beliscadura! Logo ficou decidido que eu e Vasco Lourenço iríamos tratar com urgência do assunto com o tenente-coronel Ferreira da Cunha, chefe de gabinete de Costa Gomes, e dessa missão nos desincumbimos em 15 de Janeiro. Sempre era uma forma de experimentarmos Costa Gomes e forçá-lo a dar mostras de que estava connosco e nos apoiava. Não resultou. Pela nota n.º 31271/EC da RSP/DSP/ME de 5 de Fevereiro, o rapaz era mesmo atirado para o BII 17. Não tinham desistido (Anexo IV). Mas enfim, sempre foram três meses de férias que Octávio Pinto acabou por gozar nas ilhas atlânticas.

Inesperadamente, na tarde de 17 de Dezembro, segunda-feira, o major Carlos Fabião, frequentando o EPOSAS de 73/74, de que assumira a chefia por antiguidade, denuncia, no início das aulas da tarde, a existência de um golpe de Estado em preparação, no qual, segundo afirma, estão implicados os generais Kaulza de Arriaga, Silvino Silvério Marques, Joaquim Luz Cunha e Henrique Troni. O golpe visaria a conquista do Poder e a eliminação (física?!) de Costa Gomes e de Spínola, pois que este se teria oposto vigorosamente à concretização daquele. O Movimento, contactado por um intermediário dos quatro generais, teria também negado a sua adesão.

Reunimos a direcção do MOFA, na noite desse mesmo dia, em casa de Vítor Alves, chamando ainda Hugo dos Santos e Pinto Soares. Trocámos as notícias que sobre o escândalo possuíamos. Vasco Lourenço relatou-nos que Costa Gomes o chamara ao seu gabinete para saber qual fora a posição do Movimento em relação aos generais e ao seu golpe em perspectiva. Vasco conseguira assegurar a posição independente do Movimento, não assumindo qualquer compromisso perante o Governo. Nem mesmo perante Costa Gomes, a quem só queríamos «agarrar» quando possuíssemos força, solidez de organização e ideário programático bem definido.

O assunto era grave e urgente a sua difusão imediata a toda a Comissão Coordenadora e a informação dos camaradas da Metrópole e Ultramar. Decidimos convocar para o dia seguinte uma reunião de emergência da CCE, à qual deveria comparecer um dos representantes dos pára-quedistas, pois se tornava importante extrair conclusões quanto à atitude assumida pelos «páras» perante o frustrado golpe de Estado. Face às ligações estreitas que o Corpo de Pára-Quedistas mantinha com Kaulza, as desconfianças persistiam.

No dia seguinte, em casa de Hugo dos Santos e perante metade da CCE, à qual se tinham juntado um representante da Armada e outro da Força Aérea, Cristóvão Avelar de Sousa, capitão pára-quedista, interrogado frontalmente sobre a candente questão, não soube ou não quis concretizar se tinha havido de facto adesão declarada dos «páras» a Kaulza para a efectivação do *putsch*.

O assunto só viria a ser esclarecido em 6 de Janeiro, domingo, em reunião de cerca de dezasseis camaradas da CCE em casa de Vasco Lourenço.

Após este ter feito a leitura da última carta recebida da comissão do Movimento em Moçambique, na qual os camaradas manifestavam total adesão à Comissão Coordenadora pela atitude assumida por esta relativamente ao frustrado golpe de Kaulza, o capitão Bação de Lemos, que nessa reunião representava os «páras», evidenciou a propósito o seu descontentamento e o dos oficiais do RCP pela desconfiança demonstrada pela CCE em relação aos boinas-verdes no assunto «golpe». Só assim podia justificar-se a agitação manifestada dias antes por oficiais da EPE e da EPC através de insistentes perguntas ao RCP, viaturas da EPE patrulhando frequentemente a estrada de Tancos, etc....

Sossegámos o capitão. A CCE era totalmente alheia aos factos mencionados. Uma vez mais, a ligação funcionara mal: a EPC e a

EPE ainda desconheciam, alguns dias mais tarde, a «bronca» Fabião, tendo-se gerado assim uma situação confusa que havia inclusivamente levado a EPC a preparar a saída do Esquadrão de Reconhecimento para auxiliar o RCP, julgando-o alvo de repressão.

O mal-entendido seria finalmente desfeito por Sousa e Castro e Bação de Lemos, que desmontaram, a partir daqui, através de fértil discussão, o imbróglio que deixava ainda perplexa a maioria dos camaradas. Apurou-se que uma comissão de que ambos faziam parte e que do antecedente se propusera realizar um estudo secreto de situação havia sido contactada pelo coronel Jacinto Frade Júnior (que, em Moçambique, assinara o documento colectivo de 13 de Setembro de 1973), o qual, indicado pelos pára-quedistas, surgira numa reunião realizada em 15 de Novembro dizendo-se mandatado por Kaulza, Silvério Marques, Luz Cunha e Troni, procurando ganhar o Movimento para um golpe militar liderado politicamente pelos quatro generais. Frade Júnior aceitara o nome de Spínola para integrar a equipa. E quinze dias depois, em novo encontro, informara que Kaulza, contactando Spínola pessoalmente, recebera deste a negativa formal de adesão à realização do golpe, dizendo que se quisesse fazer um «tinha toda a Calçada da Ajuda por sua conta». Face a tal recusa e para o Movimento seguir por diante tornava-se necessário «eliminar» Spínola e ter confiança nos outros quatro generais, tentando obter a concordância de coronéis e tenentes-coronéis para formar escalões de comando operacional.

Frade Júnior apontara como objectivo prioritário no programa dos generais, após a tomada do Poder, *a defesa intransigente do Ultramar*, envidando todos os esforços no sentido de conseguir rapidamente *o reequipamento e o rearmamento das nossas Forças Armadas* para a obtenção daquela finalidade.

Todo o esquema apresentado por Frade Júnior iria contrariar frontalmente o caminho que o Movimento decidira traçar em Óbidos. A comissão secreta de oficiais do Movimento toma a decisão de exigir aos generais, através de Frade Júnior, resposta escrita a duas questões fundamentais, para que «a preparação do golpe» pudesse continuar:

— Medidas políticas a tomar no âmbito interno?

— Solução para a crise do Ultramar?

No último encontro entre elementos da Comissão Especial (capitão Sousa e Castro e tenente Nogueira) e Frade Júnior, este não levara consigo o documento-resposta que aqueles esperavam. Mas dera-lhes, em contrapartida, a versão «kaulzista» dos acontecimentos da «Abrilada de 61», na qual Kaulza era arvorado em salvador do Regime e do Império.

Em reunião de 16 de Dezembro em casa de Sanches Osório, Rosado da Luz denunciara a trama. Vasco Lourenço confirmara. E, encarregado pelos camaradas, avisara Fabião em Pedrouços. Este, em 17, pedindo autorização ao professor «para dizer uma coisa importante», fizera rebentar o escândalo. A conspiração de Kaulza fora por água a baixo. Fabião, alvo de um processo de averiguações por participação de Kaulza, receberá ordem de colocação imediata no Distrito de Recrutamento e Mobilização em Braga, findo o estágio, enquanto Frade Júnior acabará por ser transferido para a Madeira.

O depoimento dos dois camaradas, se alguma luz fez jorrar sobre a obscuridade do assunto, deixou em nós, no entanto, um sentimento de desconforto e de frustração perante a evidente desorganização e desentendimento demonstrados.

Uns dias antes do Natal, mais propriamente em 21 de Dezembro, Vasco Lourenço e Diniz de Almeida haviam recebido ordem repentina do Quartel-General para ali se apresentarem a fim de pernoitarem, respectivamente, no Regimento de Cavalaria 7 e no Batalhão de Caçadores 5, tendo sido mandados em paz no dia seguinte.

Apanhado de surpresa, o Movimento não tivera sequer oportunidade de reagir. E havia dúvidas, ainda, sobre as causas da súbita e insólita atitude do poder militar.

Foi o Vasco, finalmente, que as dissipou, nessa mesma reunião de 6 de Janeiro, relatando em pormenor o teor da conversa que tivera com Viana de Lemos, já em 22 de manhã, no Ministério do Exército, citando as condições e os motivos que haviam levado Sua Excelência a tomar a iniciativa dessa estranha ordem de pernoita e as promessas e justificações que apresentara para a atitude tomada. Em resumo, apurou-se que Banazol recebera ordem de marchar para a Guiné,

adiantando-se ao batalhão que comandava e que lá iria ter. Viana de Lemos, informado por certo das reuniões plenárias e das intervenções do tenente-coronel, receara uma intempestiva atitude de revolta da sua parte e a utilização aventureirista do batalhão mobilizado, e decidira tomar as suas precauções, trancafiando dois dos mais activos e conhecidos elementos do Movimento por uma noite enquanto o *Boeing* da TAP transportava Banazol para mais baixas e quentes latitudes.

O *Diário do Governo* de 22 de Dezembro de 1973 publicava quatro decretos muito importantes aprovados em anterior Conselho de Ministros:

A — O que criava o cargo de vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a preencher por um oficial general de qualquer ramo das Forças Armadas, vencendo como general de quatro estrelas e com competência cumulativa com o CEMGFA;

B — O que alargava em dez coronéis os quadros aprovados por lei de oficiais de Infantaria, Artilharia e Cavalaria;

C — O que regulava a situação dos oficiais do Quadro Permanente oriundos do Quadro de Complemento mediante a frequência dos *cursos normais* da Academia Militar;

D — O que reorganizava o Quadro Especial de Oficiais do Exército (QEO), «destinado, prioritariamente, à instrução e enquadramento de unidades do Exército na Metrópole e no Ultramar».

Enquanto o decreto A solucionava o «problema Spínola», o decreto C revogava totalmente os Decretos-Leis 353/73 e 409/73, que estavam na origem do Movimento dos Capitães. Efectivamente, os oficiais que quisessem ingressar no Quadro Permanente voltariam a ter de frequentar a Academia Militar e ficariam com a antiguidade decorrente dessa frequência e não a que entretanto haviam adquirido no Quadro de Complemento.

Por outro lado, com o decreto D, o Governo facilitava a promoção dos elementos milicianos que desejassem continuar a carreira das armas, reorganizando o QEO criado em 1969. Dava-lhe nova amplitude, alargava as suas funções e permitia a promoção, dentro desse quadro, até ao posto de coronel, quando do antecedente só ascendiam até tenente-coronel. Isto é, voltava a dificultar-se o acesso

dos milicianos ao QP e facilitava-se ainda mais o acesso dos quadros de complemento ao QEO.

Uma semana depois, o Conselho de Ministros aprovava o Orçamento Geral do Estado para 1974 e os diplomas que introduziam substanciais alterações nas tabelas de vencimentos do pessoal das Forças Armadas e que estabeleciam a concessão de diuturnidades.

Em relação aos vencimentos-base de 1969, os tenentes aumentavam de 4900$00 para 6700$00, os capitães básicos de 7000$00 para 9900$00 e os majores, também sem especialidade de Estado-Maior, de 7800$ para 10 900$00. Além disso, os tenentes, capitães e majores com mais de oito anos de serviço após a promoção a alferes, passavam a auferir diuturnidades de 1800$00 para as duas primeiras patentes e 2000$00 para majores. Por junto, a maior parte dos capitães via o seu vencimento crescer de 4700$00 e os majores de 5100$00!

Era uma fartura! O maior aumento de que havia memória desde há muitos anos! Confirmava-se assim o que as palavras proferidas pelo general Andrade e Silva no Dia do Exército em Vendas Novas haviam deixado subentender. O Poder procurava minar o Movimento por meio da venalidade, visando corrompê-lo para o desmantelar. A jogada era hábil. E sentimos que, face ao abalo sofrido com a catadupa de vitórias que numa semana apenas o Movimento alcançara, a desmobilização da luta podia vir a atingir a quase totalidade dos camaradas.

Felizmente, tal não aconteceu. A semente política germinara em boa terra. Numa das reuniões seguintes, tivemos notícia de que eram já conhecidos alguns casos de camaradas que diziam não ser necessário continuar a luta, pois que as grandes reivindicações do Movimento tinham sido satisfeitas. Mas era também consolador saber que a maior parte dos homens do Movimento não se deixara comprar tão facilmente e continuava em frente, lutando por objectivos mais dignos.

O coronel Pereira de Carvalho escrevia no *Expresso* de 5 de Janeiro de 74 um excelente artigo sobre este tema, que intitulou «O Hábito Faz o Monge», no qual, nunca se referindo especificamente ao Exército ou às Forças Armadas, mas apenas, ambiguamente, a uma «instituição», afirmava: «Quando qualquer instituição chegou ao extremo de apenas ansiar por melhor pagamento para os seus membros, acreditando que mais nada ou pouco mais será

necessário para recobrar o prestígio perdido, o caso é extremamente grave e só com grandes decisões se poderá debelar o mal.»

A BBC, nas suas emissões de 3 de Janeiro de 74, dava grande relevo ao «possível golpe de Estado em Portugal» e ao «enigma português do golpe de Estado que nunca existiu», baseando-se nos comentários e notícias publicadas no *Financial Times* pelo seu correspondente em Lisboa, Bruce Loudon.

Na óptica do jornalista, haveria descontentamento por parte dos ultras de direita face às aberturas de autonomia para os novos estados do Ultramar Português concedidas pelo Governo marcelista, o que teria levado os quatro generais a iniciarem contactos no sentido de travar essa acção governativa. Eram apontados os nomes de Adriano Moreira e Franco Nogueira como fazendo também parte da conspirata, e aventada a hipótese de Spínola, já indigitado para vice-CEMGFA, se ter antecipado aos ultras evitando que eles fossem por diante com os seus intentos de possível tomada do Poder, denunciando precipitadamente os quatro generais através de Carlos Fabião, elemento fortemente vinculado ao «general do monóculo».

Quem ficou profundamente desanimado com toda a história da «kaulzada» foi Vítor Alves. Em 7 de Janeiro, na reunião da direcção em sua casa, eu, Vasco Lourenço e Hugo dos Santos tivemos sérias dificuldades para lhe levantar o moral e convencê-lo a continuar.

Vítor Alves nunca foi um optimista. Naquele momento, uma enorme sensação de desânimo o invadia. Manifestou-nos a sua decisão de abandonar o Movimento devido «à atitude de deslealdade assumida pela comissão que do antecedente se tinha encarregado do estudo secreto da situação e que levara longe de mais o segredo das suas actividades».

Chocalhámo-lo um pouco, fizemo-lo reagir. E decidimos em conjunto o retorno à acção determinando uma reunião em casa de Vasco Lourenço para dois dias depois, com todos os membros da Subcomissão de Ligação, a fim de em definitivo se assentar num sistema eficiente de ligação para todo o País e o Ultramar. A Subcomissão de Ligação aos três ramos iria ter no dia seguinte uma reunião com uma comissão *provisória* da Força Aérea, a pedido desta, para

esclarecimento de dúvidas. Marcámos uma nova reunião da CCE para sábado, dia 12. E decidimos ainda restituir aos camaradas os pedidos de demissão preciosamente guardados por Hugo dos Santos e iniciar uma cobrança de quotas entre todos para cobertura de despesas de deslocação e correio.

Um artigo intitulado «A Força das Coisas», que alguém traduzira da revista *Jeune Afrique* de 15 de Dezembro de 1973, foi por nós impresso em cera e posto a circular, nessa época, pelo seu evidente interesse político (Anexo V).

8. O MOVIMENTO ROMPE NUM PEQUENO ESPAÇO AÉREO...

Finalmente, em 8 de Janeiro, uma apelidada «comissão provisória» da Força Aérea formada pelos majores Costa Neves (engenheiro), Palma (piloto aviador) e Vítor Sousa (administração), reuniu-se com a nossa Subcomissão de Ligação aos três ramos em casa de Pinto Soares. Este, não podendo estar presente, pediu-me que o substituísse.

Foi uma reunião interessante, mas de carácter meramente informativo. Importante, no entanto, pois o Movimento dava um novo salto qualitativo em frente. Queriam os camaradas conhecer, profundamente, os reais objectivos do Movimento, a curto e longo prazo, e pormenores de organização. Parecia-lhes difícil obter a adesão de tenentes-coronéis e coronéis, facto que consideravam importante na constituição de uma futura Comissão Coordenadora da Força Aérea, dada a correspondência que existia entre essas patentes e as de majores do Exército por efeito de promoções mais rápidas na Aeronáutica.

Transmitimos-lhes a nossa opinião quanto à irrelevância que dávamos ao facto. O que realmente importava, a nosso ver, era ter na comissão camaradas que estivessem bem mentalizados, que fossem

activos e esclarecidos e quisessem trabalhar em prol dos objectivos que nos propúnhamos alcançar e que desejávamos fossem comuns.

Saíram entusiasmados, afirmando que iriam promover na semana seguinte uma grande reunião de esclarecimento da qual sairia votada a definitiva Comissão Coordenadora da Força Aérea.

Efectivamente, assim aconteceu. Os três camaradas da FAP, que, constituindo já a comissão definitiva, na noite de 23 de Janeiro se reuniram com Hugo dos Santos, Vítor Alves e Pinto Soares para nova troca de informações, referiram a probabilidade de rondar por duzentos e vinte e oito os aderentes daquele ramo, em termos de número de assinaturas a apor num documento de solidariedade ao Movimento dos Capitães! Parecia-nos que este, finalmente, ameaçava transformar-se num verdadeiro Movimento de Oficiais das Forças Armadas!

A Subcomissão de Ligação, reunida em casa de Vasco Lourenço em 10 de Janeiro, definiu finalmente o sistema de ligação a utilizar para todo o País e o Ultramar, que ficou assim estabelecido:

a) Há quatro elementos da CCE donde poderão ser originadas as comunicações a fazer a todos os camaradas através da ligação: majores Otelo e Vítor Alves e capitães Vasco Lourenço e Sousa e Castro;

b) Os elementos da subcomissão que recebam tais comunicações transmiti-las-ão a todas as unidades da sua Arma ou Serviço e bem assim a todos os camaradas da sua Arma ou Serviço que estejam colocados em unidades mistas, para o que lhes foi distribuída a relação mecanográfica da colocação de todos os oficiais do Exército referida a 1 de Janeiro de 74 [1];

c) A ligação com o exterior do País estender-se-á às Ilhas Adjacentes e a outras províncias ultramarinas além de Angola, Guiné e Moçambique (S. Tomé, Cabo Verde, Macau e Timor). O major Hugo dos Santos, que continua a coordenar a ligação com o Ultramar, será substituído pelo capitão de Artilharia Morais da Silva quando se ausentar por motivos de mobilização;

[1] Pita Alves, nos Serviços Mecanográficos, continuava a fazer um excelente trabalho...

d) O Secretariado deve estabelecer a ligação entre a direcção e os restantes membros da Comissão Coordenadora, que terão de estar *sempre* dentro de todos os assuntos;

e) E aceite uma proposta da Engenharia no sentido de que todas as informações sejam enviadas em *cassettes* gravadas para os camaradas daquela Arma em serviço em Angola, Guiné e Moçambique.

Com data de 9 de Janeiro, recebemos uma extensa carta, acompanhada de três anexos, do correspondente do Movimento em Nampula, esse extraordinário e dedicado activista que foi sempre Mário Tomé (Anexos VI, VII, VIII e IX). No antepenúltimo parágrafo da missiva, dizia-nos: «No que concerne aos partidos emancipalistas, também aprendemos a olhá-los na sua verdadeira dimensão e nos habituámos a respeitar os seus guerrilheiros, com quem temos de combater mas que nos negamos a chamar de bandoleiros.»

Não me é possível, obviamente, afirmar se seria este o pensamento generalizado dos camaradas que então se batiam no Norte de Moçambique ou se apenas a perspectiva individual de um jovem capitão de Cavalaria chamado Mário Tomé. O que importa assinalar é que já nesse tempo havia camaradas que assim pensavam e se exprimiam.

Foi importante a reunião que juntou dezasseis membros da CCE em casa do major Fernandes da Mota em 12 de Janeiro de 1974. Depois de Pinto Soares ter noticiado que os «kaulzistas» continuavam a contactar elementos civis, antigos bons combatentes na guerra colonial, posteriormente a 17 de Dezembro, para possível junção de esforços com vista à realização de um golpe de força (foi citado especificamente o nome de um ex-capitão miliciano que se havia notabilizado como comandante de uma companhia de comandos no Norte de Moçambique pela sua agressividade e valor como combatente, de nome Pedro Nunes, agora chefe da secção de pessoal de uma média empresa em Setúbal), Vasco Lourenço definiu o sistema de ligação que iria entrar em vigor depois de aprovado pela CCE, e deu a palavra a Fernandes da Mota, que dirigia a subcomissão encarregada do estudo de situação.

Pouco se tinha avançado neste terreno. Factores diversos dificultavam a missão, possuindo-se no entanto alguns elementos. De-

vido à importância do assunto, marcámos a data limite de 2 de Fevereiro para a conclusão desse trabalho. E registámos, devido à sua importância, a observação do capitão Figueira: tornava-se necessário executar um levantamento do estado anímico dos oficiais em serviço nas unidades face ao provável desencadeamento de futuras acções de força, pois não bastaria conhecer as quantidades de pessoal, armamento, equipamento, munições e víveres existentes nas unidades se não soubéssemos até que limite estaria o pessoal nelas em serviço disposto a ir face a diferentes graus de evolução da situação.

Foi Hugo dos Santos quem relatou o teor da reunião realizada com a «comissão provisória» da Força Aérea. E referiu o contacto pessoal que no dia anterior tivera com camaradas da Marinha. Estes, não motivados pelas nossas reivindicações de carácter profissional, aguardavam, para aderir e escolher uma comissão de ligação aos outros ramos, a apresentação de um *programa político*. Estava já previsto, no entanto, que seria após uma reunião das comissões dos três ramos que se difundiria uma circular sobre os objectivos e a continuidade do Movimento.

Um camarada do RI 5 das Caldas da Rainha era portador de algumas sérias apreensões dos oficiais da unidade: o problema do recente aumento de vencimentos para capitães, majores e tenentes-coronéis, face à magra ampliação que beneficiara sargentos e subalternos, provocara nestes descontentamento e divisionismo; e reabrira-se a brecha que nos separava dos «espúrios» perante a vitória alcançada pelo Movimento com a revogação dos decretos 353/73 e 409/73, pelo que se tornava necessário não os isolar.

Vasco Lourenço apresentou, a finalizar, uma proposta aprovada por unanimidade: a realização de um jantar de homenagem a Hugo dos Santos, já então mobilizado, no prazo de duas a três semanas, aberto a todos os camaradas sem excepção. Publicamente. Num restaurante de Lisboa.

9. OS ACONTECIMENTOS DE MOÇAMBIQUE. O MOVIMENTO POLITIZA-SE

Em 14 de Janeiro, pelas dezanove e trinta, no lugar de Águas Frescas, concelho de Manica e distrito de Vila Pery, em Moçambique, uma família de agricultores brancos que vivia junto da fronteira com a Rodésia, vinte quilómetros a norte do caminho de ferro Beira-Umtali, foi atacada por um grupo de nativos (guerrilheiros?) estimado em dez a doze elementos. A mulher foi morta à baioneta e um dos quatro filhos do casal ficou ferido. O marido conseguiu fugir com um outro. E os dois restantes escaparam ilesos por se terem escondido debaixo de uma cama.

Nunca ficaram perfeitamente esclarecidas as circunstâncias em que o assalto se realizou. No entanto, a acção vinha culminar uma rápida sucessão de outras reivindicadas pela Frelimo, que nos primeiros dias de 74 tinham posto em sobressalto os agricultores e comerciantes da região, serenamente convictos de que «essa coisa da guerra, se existe, é só lá para o Niassa e Cabo Delgado», e que com a confortável vizinhança da Rodésia ali ao lado não admitiam sequer a hipótese de «esses turras virem aqui meter-se connosco, era o que faltava».

A guerra, agora, batia-lhes à porta. E o pânico foi imediato. No dia seguinte encerraram todos os estabelecimentos comerciais de Vila Pery, Vila de Manica e Machipanda, declarando que não os reabririam até que o Governo lhes desse garantias solenes de que iria tomar medidas imediatas para a defesa das populações civis.

Em 16 de manhã, largas centenas de viaturas com milhares de colonos afluíram a Vila de Manica para se incorporarem no funeral da fazendeira. E, à tarde, todos os agricultores e comerciantes brancos do distrito se manifestaram, ruidosa e iradamente, junto ao palácio do governador. Estando este ausente de licença na Metrópole, foi o encarregado do Governo quem recebeu uma delegação dos manifestantes para a informar de que o governador-geral, sabedor do que se passava, respondera que «embora compreendesse as preocupações dos agricultores e a solidariedade dos comerciantes para com eles, manifestações públicas representavam traição e procederia com severidade se as lojas não reabrissem imediatamente».

A ira da população branca atingiu o auge. Rejeitando as ameaças do governador-geral, fizeram-lhe saber que todo o comércio se manteria encerrado até receberem garantias do Governo de que seriam tomadas as medidas que exigiam.

Em 17, todos os estabelecimentos, incluindo cafés e restaurantes, permaneceram fechados. E na cidade da Beira, capital do distrito com o mesmo nome e a segunda mais importante da província, a Associação Comercial solidarizou-se e promoveu a adesão do comércio local aos manifestantes do distrito vizinho, encerrando-se também todas as actividades. Nesse dia, portanto, nem uma só loja ao longo do caminho de ferro, desde a fronteira até ao mar, abriu as suas portas.

Foi na Beira que acontecimentos mais gravosos ocorreram. Ao começo da tarde realizou-se uma manifestação junto do Governo do distrito e pelas vinte e trinta, enquadrados por elementos da PIDE/DGS, cerca de quatrocentos brancos e negros da população local, em fúria, insultaram gravemente as Forças Armadas e acusaram durante longo tempo os oficiais que se encontravam alojados, em trânsito, na Messe de Oficiais do Macúti, chegando a apedrejar o edifício perante a passividade das forças policiais que horas antes se haviam instalado na zona. Mais tarde manifestar-se-iam ainda em frente das residências do comandante do Comando Territorial do Centro (CTC) e do chefe do Estado-Maior.

O comandante do CTC, o excelente brigadeiro Ventura Lopes, estava ausente de licença. E o coronel Baía dos Santos, 2.º-comandante a desempenhar interinamente as funções de primeiro, mostra-se incapaz de resolver a situação. Receando tiro ou pedrada por parte dos manifestantes, é visto a caminhar de gatas pela varanda em direcção ao quarto, na Messe, onde reside com a mulher. E será o tenente-coronel José Pinto Ferreira, enérgico e decidido mestre de Educação Física de várias gerações de oficiais na Academia Militar, então comandando os GEP (Grupos Especiais Pára-Quedistas) africanos estacionados no Dondo, quem, dizendo «basta», põe cobro à situação exigindo a Baía dos Santos que dê ordem à companhia de PM que enfrenta, no exterior, os manifestantes e à que no pátio interior se encontra de reserva para «limparem» o espaço fronteiro à Messe. O que ambas farão com proficiência, varrendo tudo e todos, a cassetete, até ao mar.

Sobre o assunto, recebemos dos camaradas do Movimento, com data de 18, um primeiro breve *telex*, logo seguido de um outro em 19 relatando novas manifestações.

Uma carta posteriormente recebida por mão própria, também com a data de 19 de Janeiro, dava-nos do caso uma visão ácida mas objectiva no seu ponto nove:

19JAN74

Caros Camaradas:

1. Depois da nossa carta de 11 Jan. 74 tivemos uma reunião com um camarada de Administração da Força Aérea, recém-chegado, que nos fez uma exposição tão pormenorizada quanto possível de como as coisas aí se encontram.

2. Ficámos moralizados com o que nos foi dito acerca da firmeza das posições, da força do Movimento e da eficácia da organização e seu aperfeiçoamento.

3. Numa reunião que fizemos em 14 Jan. 74 abordaram-se alguns assuntos que consideramos de importância e pomos à vossa consideração.

4. Propor para estudo a reestruturação territorial na Metrópole, atendendo em linhas gerais à necessidade de criar o número mínimo de unidades e centros de instrução por forma a obter um bom rendimento dos órgãos de comando e execução, administração e apoio fundamentada nas seguintes premissas:

— Acabar com as despesas com unidades velhas e ineficazes, inúteis, reduzidas quase só ao comandante e a uma burocracia obsoleta, pesada e paralisante;

— Concentrar os meios existentes para uma utilização mais criteriosa e rentável;

— Conseguir uma maior densidade de quadros a fim de alcançar eficiência na instrução, enquadramento e utilização das tropas, aumentando o grau de disciplina e a interacção entre os quadros no que respeita a estímulo, emulação saudável, diálogo, estudo e aperfeiçoamento;

— Obter as necessárias unidades operacionais com um alto grau de preparação, armamento, equipamento e disciplina;

— Aperfeiçoamento e concentração de órgãos burocráticos, de planeamento, organização e comando, de que resultará inevitavelmente simplificação dos processos, economia de esforços, eficiência de resultados;

— Aproveitamento do rendimento máximo dos meios técnicos, tais como computadores, auxiliares de instrução sofisticados, meios audiovisuais, edifícios, equipamento geral, etc.;

— Obtenção de bons campos para instrução, carreiras de tiro e manobras, com localização livre dos aglomerados populacionais que sufocam as unidades, dos campos de cultura que manietam as possibilidades da instrução e impedem o cumprimento dos programas e horários;

— Criação e manutenção de elevado espírito de corpo e grau de camaradagem, mútuo conhecimento, etc.;

Claro está que tudo isto exige a criação das infra-estruturas compatíveis, desde os complexos desportivos, habitações para famílias, escolas, parques, supermercados, até à modernidade e funcionalidade dos edifícios orgânicos.

5. Lembramos também a necessidade imperiosa de revisão da situação das praças:

— Segurança Social: subvenção de família; actualização do montante, oportunidade do pagamento, processamento simplificado e determinado pelo fim a atingir; protecção ou apoio à família *enquanto* a praça se encontra nas fileiras; processos de amparo, cuja elaboração e responsabilidade devem ser remetidas para as autoridades civis (município), como por *lei* lhes compete;

— Actualização do pré das praças;

— Alimentação, que, a exemplo do que acontece na Marinha, deve ser fornecida por ração e não por dotação duma verba fixa.

6. Também a avaliação da competência e mérito dos oficiais, para classificação e futura influência nas promoções, deve ser objecto de estudo.

7. Pomos ainda à vossa consideração a necessidade de promover a unificação num único departamento dos Ministérios do Exército e da Marinha e Secretaria de Estado da Aeronáutica, para se conseguir:

— Homogeneidade de procedimentos e critérios;

— Maior equilíbrio e rendimento na atribuição e utilização de verbas;

— Criação dum verdadeiro espírito de corpo nas FA.

8. Entretanto e à semelhança do que aí estão a fazer, vamos iniciar, embora sem grande disponibilidade de meios de consulta e trabalho, um trabalho de estudo, por subcomissões, orientado para os seguintes assuntos:

— Estatuto do oficial das FA;

— Estatuto do sargento das FA (com colaboração de sargentos);

— Quadros, limites de idade, promoções e diuturnidades;

— Carreira do oficial: cursos da AM, EM, altos comandos e outros;

— Carreira do sargento.

9. Como vos dissemos no nosso *telex* de ontem, começou o quase kafkiano processo de enxovalho das FA. A situação é grave. Ontem, 18, voltaram a repetir-se as manifestações na Beira. Tendo-lhes sido barrado o caminho para a messe, concentraram-se em frente às residências do comandante do CTC e CEM. Choveram os insultos, obscenidades e pedradas. O governador-geral ainda não tomou qualquer atitude, pelo menos que se saiba. Claro que é demasiado simples ficarmos danados com os civis que estamos a defender, etc. As contradições internas do sistema começaram a parir. A deficiente e mesmo capciosa informação do público só podia resultar nisto, como aliás todos nós prevíamos. Não se vislumbra como se poderá sair disto com um mínimo de dignidade. O prestígio por que nos batemos está seriamente afectado. São precisas medidas urgentes que só aí poderão ser tomadas. Aqui parece-nos difícil que alguém responsável saiba o que fazer além de mexer em forças. Pedimos que actuem imediatamente e em força e nos dêem instruções. Pelo menos a tal campanha de esclarecimento tem de começar «ontem». E ir logo direita à ferida. Incluída nela, é imprescindível a publicação de um Livro Branco sobre a Índia. E apaguem o beatíssimo sorriso da cara desses políticos.

Atenção ao *telex*. Continuaremos a usá-lo para vos manter a par da evolução da situação.

Um abraço de solidariedade

Em 15, os manifestantes de Vila Pery haviam remetido de Umtali, na Rodésia, telegramas de protesto ao Presidente do Conselho e aos ministros do Ultramar e da Defesa sobre o caso da fazendeira assassinada. E em 17, para estudar localmente a situação, Costa Gomes parte de avião para a Beira deixando o EMGFA entregue ao novo vice-chefe, general António de Spínola, que dois dias antes tomara finalmente posse do cargo recentemente criado de vice-CEMGFA, proferindo na ocasião um discurso incisivo e importante que deixava adivinhar fortes cometimentos.

A direcção do Movimento reunida em 22, face à gravidade dos acontecimentos ocorridos na Beira, toma a resolução de difundir imediatamente um comunicado e contactar Spínola para lhe manifestar a nossa solidariedade com os camaradas de Moçambique e solicitar-lhe urgente solução para o assunto.

Na manhã de 23 redigi a circular n.º 1/74 do Movimento. E foi com ela já em ampla distribuição pelos camaradas que eu e Vasco Lourenço nos avistámos com Spínola no seu gabinete da Cova da Moura a fim de lhe darmos conhecimento da nossa atitude.

CIRCULAR N.º 1/74
LISBOA 23/JAN/74

Caro camarada:

Motivo imperioso, como a seguir verás, nos obriga a abandonar o silêncio a que deliberadamente nos havíamos votado, com a tua concordância.

Recebemos dos nossos camaradas de Moçambique os comunicados que transcrevemos (dia 21 Jan. 74):

«Virtude actos terrorismo fazenda Vila Pery, população civil esta cidade, Vila Manica e Beira realizou manifestações. Na cidade Beira manifestação realizou-se em 17 Jan. 74, começou junto edifício Governo distrito, terminou messe oficiais. População civil evidenciou falta confiança FA, apedrejou edifício messe, partindo muitos vidros, disparou alguns tiros de pistola sobre o mesmo. Começam concretizar-se nossos receios criação bode expiatório. Solicitamos medidas urgentes conduzam impedir FA continuem sendo enxovalhadas.»

«Manifestações Beira já referidas, e repetidas dia seguinte com pedradas, insultos ao Exército, incluíram general comandante-chefe que foi alvo directo insultos. Cidade de Vila Pery situação agrava-se ameaçando recontro entre população civil europeia e Exército. Cap. comando GARCIA LOPES ferido consequência pedrada. Elaborado texto documento para apresentar general COSTA GOMES altura sua vinda Nampula e circular a ser subscrita todo o pessoal exigindo medidas imediatas. Sugerimos medidas referindo manifestações e declinando responsabilidades situação subversiva, exigindo PRETO NO BRANCO. Prestígio FA muito afectado, enxovalho ameaça irreversibilidade.»

Correspondendo aos anseios dos camaradas de Moçambique, que são os nossos, vamos contactar o mais elevado escalão militar.

Dada a gravidade da situação, impõe-se que cada um, em consciência e dentro das mais estritas regras da disciplina militar, se empenhe junto dos seus comandantes ou chefes directos, no sentido de se obter, no mais curto prazo, o necessário desagravo de uma instituição que há doze anos vem cumprindo, silenciosa e lealmente, o seu DEVER, e que por tal sente não ser merecedora dos reflexos de uma deficiente INFORMAÇÃO.

A Bem da Nação e das Forças Armadas
A Comissão

Algo de insólito, então, nos aconteceu. Voltando a inquirir-nos sobre a chamada «kaulzada» de um mês antes, Spínola reteve-nos para chamar ao gabinete o general Silvino Silvério Marques, um dos quatro prováveis interventores naquele acontecimento, para que lhe disséssemos em que circunstâncias tínhamos chegado ao conhecimento do plano em preparação e como é que o seu nome aparecia associado à conjura.

Mais à vontade do que eu no assunto, seria Vasco Lourenço quem faria as despesas da conversa, sacudindo toda a água do capote para cima de Frade Júnior, perante a evidente satisfação de Spínola («eu não lhe dizia, Silvino?») e a repetida afirmação de Silvério Marques de que nada tivera a ver com conjura ou golpe de qualquer espécie. E que provas tínhamos nós, na verdade, para poder garantir o contrário?

Na tarde desse dia, foi por nós enviado aos camaradas de Moçambique um *telex* em que lhes dávamos notícias das disposições tomadas e a tomar, numa afirmação da nossa total e intransigente solidariedade.

COMUNICADO

RECEBIDOS VOSSOS TELEXES E CARTA MÃO PRÓPRIA, SOLICITAMOS ENVIO MUITO URGENTE DOCUMENTOS APRESENTADOS NESSA A CEMGFA PD

ACCIONADO O ASSUNTO JUNTO CAMARADAS METRÓPOLE E TODO O ULTRAMAR PD

SEGUE EXEMPLAR PARA VÓS PD VAI SER PROMOVIDO HOJE CONTACTO A CEMGFA INTERINO PD NÃO CONTACTADA IMPRENSA VIRTUDE SER CONTRARIO A ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO PD

Com cento e oitenta assinaturas de oficiais das guarnições militares da Beira e de Nampula recolhidas em dois dias apenas, foi entregue nesta última cidade a Costa Gomes um documento com a mesma data, que, dirigido ao comandante-chefe das Forças Armadas de Moçambique, exigia medidas imediatas «para salvaguarda da verdade e do prestígio das Forças Armadas», entre elas a «demissão imediata do governador civil da Beira e demais autoridades coniventes na passividade, perante as manifestações, dos órgãos responsáveis pela manutenção da ordem pública» e um «amplo esclarecimento da opinião pública».

Aproveitando a presença do CEMGFA na cidade da Beira, um autodenominado Grupo de Democratas de Moçambique consegue avistar-se com Costa Gomes e expor-lhe as suas preocupações.

Estas, não arrastando os seus portadores ao tipo de manifestações violentas que outros, dias antes, haviam desencadeado, têm afinal, em substância, as mesmas motivações.

Não é do Exército que eles se queixam, mas do Governo Central. Em sua opinião, «o Exército, no drama, personifica o Poder». E é contra este Poder Central, que procura sistematicamente, através do ópio da mentira permanente, adormecer todo um Povo, que o Grupo de Democratas de Moçambique assesta as suas baterias.

Costa Gomes ouve, paciente, as duras críticas ao Regime que ele reconhece não ter base para refutar. E solicitará insistentemente a Nunes de Carvalho, proprietário da Auto-Industrial da Beira, que lidera o grupo, que enviem a Marcelo e ao Conselho de Ministros uma exposição contendo todas as queixas fundamentadas que acabam de fazer-lhe.

Em Fevereiro de 74 um extenso documento de quarenta páginas em papel selado é assinado e enviado pelos elementos do grupo ao Presidente do Conselho de Ministros e aos senhores ministros. É um documento de inegável interesse e tenho pena de não conhecer o teor do despacho que Marcelo, porventura, nele terá exarado.

Cerca de três meses depois, em consequência do 25 de Abril, o numeroso Grupo de Democratas de Moçambique irá cindir-se para dar origem à chamada Convergência Democrática, liderada por Nunes de Carvalho, e ao Movimento dos Democratas de Moçambique, que integra Mário Graça Machungo e Fernando Leite Fragoso. Estes últimos advogam, desde logo, a liderança da Frelimo, rejeitando o referendo proposto por Spínola.

António de Almeida Santos, por eles contactado, recusa a sua adesão. Voos mais altos o esperavam em Portugal... Mário Graça viria a fazer parte do Governo de Transição e é hoje membro do Governo da República Popular de Moçambique.

Com data de 24 de Janeiro, enviou-nos Mário Tomé, de Nampula, uma nova carta. Era firme e resoluta a posição dos camaradas face aos acontecimentos recentemente verificados na Beira:

24 JAN 74

Caros camaradas:

É lógico admitir-se que as reivindicações para desagravo da ofensa que nos foi feita se apresentem de «difícil» resolução para qualquer membro do elenco governativo, e mesmo para quem representa a garantia da concretização dos seus objectivos políticos: os nossos generais.

Como é lógico também, nós não nos contentaremos com meias medidas, que só podem demonstrar à canalha que nos insultou que estamos receosos e, de certa maneira, lhes damos razão. Foi um insulto demasiado profundo, pois atingiu a própria Nação, até em todos os militares não de carreira, no seu mais elevado e nobre conceito de Nação em armas.

Ou foi a população válida e a maioria que o fez, e só nos resta castigá-los como merecem e perguntar-lhes o que querem, pois não podemos continuar a combater por uma causa que grande maioria da própria Nação não deseja ou não apoia.

Ou foram apenas uns quantos pseudocidadãos, estúpidos e mal-intencionados, e nesta altura, além de os identificar e punir, há que esclarecer a restante população do nosso verdadeiro papel, do papel de todos, de os esclarecer a eles sobretudo, acerca da guerra, na sua verdadeira dimensão, e sobre nós próprios.

Estamos dispostos a tomar as medidas que preconizamos, mesmo contra a vontade dos nossos chefes. Estamos montando a «máquina», mas desejaríamos saber se temos o vosso apoio; e mais, se esta atitude pode enquadrar-se perfeitamente no conjunto do nosso movimento, ou, pelo contrário, vai comprometer objectivos mais amplos e mais adaptados ao conjunto das nossas necessidades.

Juntaremos mais algumas achegas sobre aquilo que, alastrando-se, parece realmente ser a opinião generalizada da população branca de Moçambique.

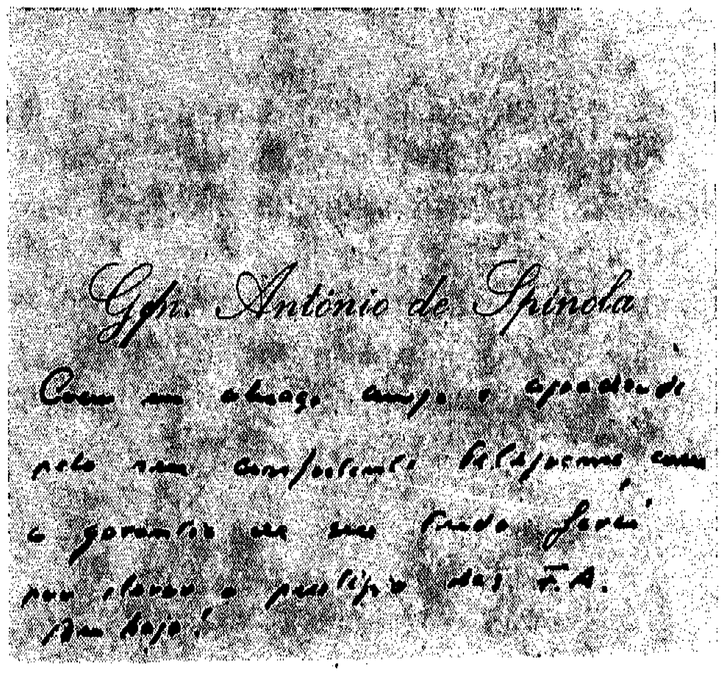
Temos de acabar já, pois o portador sai dentro de meia hora.

Um abraço de solidariedade

As reacções do poder militar à nossa circular 1/74 (o papel azul, como passou a ser designada) não se fizeram esperar. Spínola mandou-nos chamar (a mim e a Vasco Lourenço) ao seu gabinete para nos informar da atitude biliosa do ministro e do subsecretário de Estado, que tinham ido junto dele expor o assunto. «O Velho» fizera de conta que não sabia de nada e gozara o seu pedaço. Afirmara aos dois responsáveis do Exército, no entanto, que em sua opinião não era caso para exercer sobre os capitães qualquer retaliação. Além disso, eles nem mesmo sabiam quem eram os cabecilhas da organização... E a terminar, cumplicemente, recomendou-nos a maior cautela com documentos que tencionássemos difundir futuramente.

Era notável a afabilidade, quase familiaridade, com que Spínola agora nos recebia. Eu e Vasco Lourenço havíamos sido destacados pelo Movimento para essa missão de contacto pelo facto de ele nos conhecer da Guiné e ser mais fácil assim a aproximação com o general. Apesar de, de parte a parte, não existir entre nós qualquer empatia, cedemos perante aquela argumentação. E pasmávamos, agora, com a cordialidade de que Spínola dava mostras. Só podíamos, do facto, retirar uma conclusão: «o Velho» respeitava a força do Movimento e jogava calculadamente, visando aproveitá-la para

no futuro próximo colher os dividendos do investimento. Fiz uma experiência: enviei-lhe para casa um telegrama de felicitações pela sua promoção e nomeação para o alto cargo. A resposta, em cartão de visita, não se fez esperar, não lhe faltando o «abraço amigo» e o habitual «bem haja» a finalizar:


Gpn. António de Spínola

Com um abraço amigo e agradecido pela sua congratulação, respondemos, como o governo em seu tudo fará para elevar o prestígio das F.A.

Bem haja.

Conheciam-se também algumas reacções *favoráveis* à circular. O comandante da Academia Militar, general Amaro Romão, aceitara ser o porta-voz daquele estabelecimento e já se avistara com o ministro do Exército para exigir o desagravo da Instituição pelos acontecimentos verificados na Beira. Pelo contrário, no Estado-Maior do Exército, registara-se indignação por parte dos «palmípedes» [1] devido à distribuição do «papel azul» e os majores Fernandes da Mota e Eduardo Gomes de Abreu, considerados agentes do Movimento nessa acção, iriam ser ouvidos em auto de averiguações. O que aconteceria de facto nos dias 29 e 30, tendo Fernandes da Mota e Gomes de Abreu sido inquiridos apenas oralmente pelo chefe da 2.ª Repartição do EME sobre as actividades e finalidades que o Movimento se propunha alcançar. O facto de terem sido detectados a

[1] «Palmípedes» era a designação depreciativa dada aos elementos do Estado-Maior, aproveitando o facto de usarem como símbolo, nas carcelas do uniforme, folhas de palma.

espalhar a nossa circular 1/74 já não provocava mais do que uma débil tentativa de obtenção de elementos para relatório a apresentar superiormente. O Poder temia a reacção do Movimento, de que não aquilatava a força e a extensão. Com o compromisso assumido pelos dois camaradas perante o seu superior de não exercerem no EME outra qualquer actividade do mesmo tipo, vimo-nos pouco tempo depois obrigados a substituir Mota, agora sob observação, na elaboração do estudo de situação.

O relato circunstanciado dos acontecimentos ocorridos em Moçambique e conhecidos através dos comunicados e cartas enviados pelos camaradas ali em comissão é altamente motivador para os presentes na reunião da CCE de 26 de Janeiro, todos irmanados na vivência de uma situação grave que perfeitamente compreendemos e que nos solidariza. Um novo *telex* recebido em 28 permitia-nos aquilatar que o mesmo sentimento era partilhado pelos camaradas de Moçambique:

REITERAMOS GRAVIDADE ACONTECIMENTOS PD
SEGUE EM MÃO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO PD
FACE HIPÓTESE REPRESÁLIAS SOBRE CAMARADAS RMM CONTAMOS VOSSA SOLIDARIEDADE E PEDIMOS SEJAM TOMADAS MESMAS MEDIDAS COMO SE CAMARADAS DAÍ SE TRATASSE PD SUGERIMOS ACTUAÇÃO CONJUNTA METRÓPOLE
AGUARDAMOS INSTRUÇÕES URGENTES MESMA VIA PD

Aqueles que na Beira sofreram o enxovalho, recolhem sobre o assunto todo o noticiário falso e tendencioso do *The Rhodésia Herald* e do *Sunday Mail* difundidos na cidade e enviam-no para a Comissão do Movimento em Nampula acompanhado do relato circunstanciado e cronológico dos acontecimentos, assinado por todos. Recebemos em Lisboa todo este processo, junto com uma carta do Mário Tomé datada de 20 de Janeiro, na qual nos dá conta de uma reunião que no dia seguinte, 30, irá realizar-se em Lourenço Marques entre Costa Gomes, o governador-geral e o comandante-chefe (engenheiro Pimentel dos Santos e general Tomás Basto Machado) e nos anuncia a partida para Lisboa, em 1 de Fevereiro, do general Delgado e Silva, comandante da Região Militar, por motivo de doença, abalado com o caso dos «acontecimentos de Moçambique», em que se empenhara a fundo.

Uma notícia não confirmada dá-nos conta da partida incógnita do ministro da Defesa, Silva Cunha, para Moçambique, em 28. E conhece-se a visita repentina do ministro e do subsecretário de Estado do Exército, no mesmo dia, ao Quartel-General do Porto.

A direcção do Movimento reúne-se de emergência em 29. Há que tomar decisões sobre as solicitações que nos chegam de Moçambique.

Após a tomada de conhecimento e discussão dos documentos enviados pelos camaradas que ali continuam a viver o rescaldo dos importantes acontecimentos da Beira, acabamos por elaborar um texto de resposta a transmitir no dia seguinte, via *telex*, no qual lhes afirmamos que, face à situação específica ali vivida, devem ser eles a preparar uma acção de reacção a possíveis represálias. Pedimos que nos comuniquem qual a atitude escolhida e afirmamos desde logo a nossa antecipada solidariedade desde que não colida com os superiores objectivos do Movimento.

Entretanto, além-fronteiras, a nossa circular 1/74, de 23 de Janeiro, era citada na BBC, no *Le Monde*, pela pena de Marcel Niedergang, e na emissora Rádio Portugal Livre de Argel. As frases mais repetidas e que pelos vistos haviam causado maior impacte eram aquelas em que os camaradas afirmavam começarem a concretizar-se os receios da criação de um bode expiatório para a situação que se vivia nas colónias e em que a Comissão garantia ir contactar o mais elevado escalão militar, o que declaradamente subvertia a tradicional disciplina hierárquica no seio das Forças Armadas.

Na emissão de Rádio Portugal Livre de 2 de Fevereiro, o locutor afirmava: «Denegridas e desprestigiadas ficaram as Forças Armadas com os crimes e massacres das populações africanas, com os horrores de treze anos de sórdidas guerras coloniais. Desprestígio e vergonha para as Forças Armadas por se terem transformado no principal pilar do regime fascista e no instrumento fundamental da sua política de guerra colonial.

A entrada da crise do colonialismo português numa nova fase colocou maiores exigências e também possibilidades aos soldados, sargentos e oficiais patriotas.

A solução do problema colonial, o fim das guerras, só pode ser uma: a completa independência da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. A história já o mostrou.»

O assunto dos acontecimentos da Beira e Vila Pery estava longe de se encontrar esgotado. A correspondência assídua dos camaradas vinha lançar novos dados, trazer novos esclarecimentos. Havia vozes a apelar à calma, à reflexão, ao muito trabalho a realizar para diminuir os riscos do terrorismo, a fim de manter Moçambique em Portugal ou permitir a saída de uma situação dramática.

A acompanhar uma sua carta de 7 de Fevereiro, Tomé enviara-nos fotocópias de um editorial de Jorge Jardim, assinado CA (Conselho de Administração), publicado dois dias antes no *Notícias da Beira*, intitulado «Com a Serenidade Necessária». E diz-nos que, tanto quanto se conseguira saber, Costa Gomes não dera ao assunto a merecida importância, tendo-se mostrado mais preocupado em fazer notar que tudo corria mal no TO devido à nefasta acção do que ele considerava quase como «o maior flagelo de Moçambique»: Kaulza de Arriaga! Em reuniões finais com o governador-geral, o comandante-chefe, general Tomás Basto Machado, fora o único a exigir a demissão do tenente-coronel Sousa Teles, governador do distrito da Beira.

O artigo de Jorge Jardim era um aviso sereno a todos aqueles que assumiram a atitude insensata de «picar» as Forças Armadas. Pois elas «constituem a garantia de que dispomos para podermos traçar livremente o nosso próprio destino livre, e tudo quanto as possa atingir afectará a nossa própria liberdade».

Prosseguiam as reacções em cadeia, não se esgotando o assunto nem nos órgãos de informação estrangeiros nem na correspondência enviada pelos camaradas do Movimento em Moçambique.

Os jornais ingleses e a BBC continuaram, pelo mês de Fevereiro de 74, a dar grande cobertura aos eventos. O *Guardian* do dia 14 afirmava em começo de artigo, pela pena de Jim MacManus, que «uma crise militar e política em Moçambique levou o Governo de Lisboa a orientar-se no sentido de uma solução africana».

Esta «solução africana» encaminhava-se, segundo o articulista, para a criação de um grupo de pressão designado por Grupo Unido de Moçambique (Gumo), fomentado por Baltasar Rebelo de Sousa e acarinhado por Marcelo, constituindo «uma vaga associação de

cerca de trezentas pessoas com predominância de elementos bem colocados na sociedade moçambicana» e que teria por objectivo constituir uma *terceira força* que advogasse a independência de Moçambique, entrando em luta ideológica com a Frelimo. O novo agrupamento viria a reunir moçambicanos brancos separatistas, como Jorge Abreu, e era liderado por Máximo Dias e Joana Simeão, de etnia macua. Esta, membro fundador da Coremo, chega a dar em Lisboa uma conferência de imprensa, o que assusta a extrema-direita portuguesa, que se mostra receosa com a concessão de uma maior autonomia aos territórios africanos por parte de Marcelo Caetano.

É no mesmo artigo do *Guardian*, que a BBC retoma em emissão desse dia, que o autor afirma: «Marcelo parece ter decidido que pode e deve arriscar uma africanização política rápida das colónias», apontando para o facto duas razões: primeiro, porque «a maioria do Exército... não se importaria de deixar Moçambique se isso fosse feito com honra e não fizesse do Exército "bode expiatório" da retirada de Portugal»; segundo, porque Jorge Jardim visita Lisboa «com o objectivo específico de convencer o Dr. Caetano de que Moçambique se desintegraria, a menos que sejam criadas instituições políticas africanas sólidas».

Efectivamente Jorge Jardim, engenheiro agrónomo natural de Lisboa, homem de talento multifacetado, de espírito extraordinariamente aventureiro, delfim de Salazar, de quem fora devotado e obediente servidor, profundo conhecedor de Moçambique onde se radicara havia vinte anos, chegara a Lisboa a 5 de Fevereiro para se avistar com Baltasar Rebelo de Sousa, Kaulza e Marcelo e elucidá-los quanto a um plano de independência para a colónia que, segundo ele, tinha já o acordo dos chefes de Estado de países fronteiriços (Malawi, Zâmbia, Tanzânia) e da própria Frelimo. No que, mau grado a sua reconhecida capacidade de argumentação e o seu desembaraço, não logrou o êxito que almejava.

Mario Tomé, em carta datada de 15 de Fevereiro, dizia-nos constar, com bastante segurança, que o governador do distrito da Beira, tenente-coronel Sousa Teles, ia ser exonerado de funções. E em *post scriptum* anunciava a junção, em anexo, de uma comunicação rádio interceptada entre duas entidades da Frelimo, Ma-

riano e Chissano, que nos dá conta, com mais algum pormenor, do que acabámos de referir com base em notícias do *Guardian* e da BBC conhecidas na época:

FM MARIANO
TO CHISSANO

DO TELEX ZAMBIANO SEGUE STOP O ARTIGO DO *GUARDIAN RUNALENGESY* ESCRITO POR JAMES MCMAN DIZ QUE A CRISE DA POLÍTICA MILITAR EM MOÇAMBIQUE LEVOU O GOVERNO PORTUGUÊS DE LISBOA A TOMAR MEDIDAS RELATIVAS A UMA SOLUÇÃO DO PROBLEMA AFRICANO STOP.

O PRIMEIRO-MINISTRO, DR. CAETANO, REFERIU-SE DISCRETAMENTE A UM GRUPO (PREDOMINANTEMENTE FORMADO POR AFRICANOS) EM MOÇAMBIQUE STOP.

ESTA TERCEIRA FORÇA, COMO É????, É UMA ASSOCIAÇÃO FORMADA POR CERCA DE 300 PESSOAS, DE PROFISSÕES LIBERAIS STOP. ELES DIZEM QUE O GOVERNO PORTUGUÊS LHES DEU AUTORIZAÇÃO PARA FORMAREM EM MOÇAMBIQUE, NESTA PRIMAVERA, UM GRUPO DENOMINADO — GRUPO UNIDO DE MOÇAMBIQUE STOP. ISTO SERÁ INTERPRETADO COMO UM PRESSIONAMENTO COM VISTA À INDEPENDÊNCIA STOP. OS OBSERVADORES EM LISBOA PREVÊEM QUE ACTUAL GOVERNADOR DE MOÇAMBIQUE, PIMENTEL DOS SANTOS, SERÁ SUBSTITUÍDO POR UM MAGISTRADO MAIS IMAGINATIVO, COM VISTA A CRIAR-SE UM GOVERNO PREDOMINANTEMENTE AFRICANO, NA COLÓNIA STOP. COMO PARTE DESTE PROGRAMA, O NÚMERO DE ELEITORES EM SETE MILHÕES DE HABITANTES QUE É DE 150 000 NO PRESENTE SERIA SIGNIFICATIVAMENTE AUMENTADO STOP. A DETERIORAÇÃO DA SITUAÇÃO MILITAR, ASSIM COMO A VIOLÊNCIA POLÍTICA GERADA NO SEIO DOS 230 000 PORTUGUESES BRANCOS, FORÇOU O DR. CAETANO E O MINISTRO DO ULTRAMAR, DR. BALTASAR REBELO DE SOUSA, A TOMAREM MEDIDAS URGENTES STOP.

UMA DAS FIGURAS PORTUGUESAS MAIS ESCLARECIDAS E INFLUENTES EM MOÇAMBIQUE DESLOCOU-SE A LISBOA NA SEMANA PASSADA ESPECIALMENTE PARA DIZER AO DR. CAETANO QUE O PAÍS DESINTEGRAR-SE-IA A MENOS QUE FOSSEM CRIADAS SÓLIDAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS AFRICANAS STOP.

DEVERIA SER DITO QUE ENQUANTO EXISTE UMA MAIORIA DE DEPUTADOS DE COR NA ASSEMBLEIA DE MOÇAMBIQUE O PODER PERMANECE FIRME NAS MÃOS DOS... E SEU GRUPO STOP.

OS MEIOS PARA MUDAR A SITUAÇÃO FORAM... AO PRIMEIRO-MINISTRO POR JORGE JARDIM QUE PARA ALÉM DE SER... NA BEIRA É TAMBÉM CONHECIDO PELA SUA LIGAÇÃO COM... STOP.

O PONTO A SER APRESENTADO AGORA AO DR. CAETANO É QUE... HÁ POUCO DEIXADO PARA FAZER... EM LISBOA PARA POLÍTICA AFRICANA...

10. PROGRAMA PARA O MOVIMENTO, PRECISA-SE

A evidente e progressiva politização do Movimento, com ultrapassagem das iniciais reivindicações profissionais, a recusa à entrega de pontos e à submissão como consequência das medidas governamentais recentemente tornadas públicas preocupavam os sectores do poder político e o largo espectro dos conservadores no seio das Forças Armadas.

«Assinada» por «um grupo de oficiais das Forças Armadas», foi recebida em fins de Janeiro, nas unidades militares, enviada pelo correio, uma circular policopiada dirigida aos «camaradas oficiais das Forças Armadas».

Nunca soubemos quem a redigira e distribuíra. Mas pelo seu teor admitimos tratar-se de uma tentativa do próprio poder militar para criar entre nós divisionismos através da utilização de uma linguagem obviamente castrense com que se procurava desviar os oficiais do Movimento da base política necessária. Era assim uma segunda investida (a seguir ao espectacular aumento de vencimentos de semanas antes) no sentido de esfarrapar o tecido já consistente do Movimento.

Quem escrevia não era peco. Apresentando-se como sendo «dos nossos» (citava «as nossas reuniões», «a nossa organização»), procurava levar-nos a uma atitude neutral de «bom senso» e encaixar de novo o Movimento (que para o autor ou autores, obviamente, descarrilara...) entre as baias apertadas da militança. E afirmava mesmo, para dar que pensar aos mais «militaristas»: «Em termos

claros, resumamos a nossa ideia: não está certo que o Movimento se prostitua, politizando-se» e «se a estrutura conheceu a crescente politização após uma fase inicial de razão e não reagiu, então tudo está mal».

Era ainda marcante a chamada de atenção aos «camaradas oficiais das Forças Armadas» para a necessidade de se respeitar a hierarquia, afirmando que as Forças Armadas pressupõem uma hierarquia actuando e colaborando a todos os níveis. «Não podemos nem devemos continuar a ouvir falar de capitães (desta ou daquela qualidade).»

A finalidade a atingir com a elaboração e distribuição do documento não foi conseguida pelos seus fautores. O Movimento jogava decididamente em antecipação, prevendo os lances. Já fora decidida em reunião da CCE, semanas antes, a redacção de um documento-proposta de cariz político que definisse os objectivos e continuidade do Movimento e que fosse objecto de discussão e aceitação final por parte de comissões dos três ramos, após aprovação em reunião alargada da CCE.

Foi com o objectivo de fazer uma primeira apreciação desse documento que, em 26 de Janeiro, dezoito camaradas (apenas quinze eram da CCE) se juntaram em casa de Vasco Lourenço. José Maria Azevedo, em nome do secretariado, fez a leitura de um texto quase exclusivamente de sua autoria que se apresentava como proposta para introdução ao documento-programa a distribuir por todos os camaradas após uma futura reunião conjunta dos três ramos (Anexo X).

O documento, que foi aprovado na generalidade, era inicialmente omisso, na sua página três, quanto aos objectivos a atingir, fazendo parte da proposta que fosse distribuído um exemplar fotocopiado a cada camarada da CCE para efeitos de completamento. A direcção anunciou que convocaria uma reunião da CCE para debate exclusivo do documento antes da reunião final com representantes dos três ramos e definiu os trâmites que iriam ser seguidos até à sua difusão, à responsabilidade da Subcomissão de Ligação. A *democracia* funcionava em termos de centralismo democrático! Palavras e expressões que não eram, então, por nós empregues, mas cujo significado se praticava na sua correcta dimensão.

Segundo Hugo dos Santos, estava já em pleno funcionamento a ligação com as Ilhas e o Ultramar, verificando-se ainda deficiências sérias na Metrópole. A nossa circular 1/74 do dia 23, não fora, por exemplo, distribuída até 26 à Escola Prática de Infantaria, em Mafra. Era urgente dinamizar os camaradas da ligação, pois a necessária coesão do Movimento só através da sua esforçada acção podia manter-se, agora que se tornara evidente para os novos detentores do poder militar que o Movimento não só não parara mas que, pelo contrário, crescia e se politizava, afrontando o Governo e fazendo-o correr sério risco.

O capitão Figueira, porta-voz do grupo de «recolha de opinião», traçou uma análise dos condicionamentos sociopolíticos do Movimento, quer na Metrópole quer no Ultramar, e alertou-nos para as suas implicações relativamente ao futuro da Nação.

Surgiam, por outro lado, dificuldades de vária ordem para a elaboração do estudo de situação. A subcomissão encarregada informava da impossibilidade da sua conclusão até 2 de Fevereiro como lhe fora determinado.

Na reunião de 3 de Fevereiro alguém fez um alvitre no sentido de ser feito o estudo de situação das forças militarizadas (GNR, GF, PSP e ainda a LP e a DGS), considerando-as como mais do que prováveis oponentes às forças do Movimento em caso de confrontação. E a propósito, Fernandes da Mota pediria para passar a outro camarada, de quem preferia cobrir o anonimato, a responsabilidade da coordenação do estudo geral de situação, dado que, estando conotado como homem do Movimento, teria a sua acção muito mais controlada no EME.

Três dias depois, em reunião de emergência realizada a 9, fomos obrigados a debruçar-nos sobre uma nova ocorrência com o capitão Gastão Silva, desta vez na unidade onde se encontrava colocado, o Regimento de Lanceiros 1, em Elvas.

O major Andrade e Silva, sobrinho do ministro do Exército e 2.º-comandante e oficial de segurança da unidade, chamara Gastão ao gabinete para lhe comunicar que iria participar dele. Tinha conhecimento de que o capitão se deslocara a Évora onde lhe fora cometida pelo Movimento a missão de elaborar o estudo de situação do RL 1, que incluía o plano de defesa do quartel, o número e tipo de armas, de viaturas, de aparelhos de rádio, etc... O major pre-

tendia ouvi-lo por escrito e obter respostas a algumas perguntas concretas.

Sem ter afirmado ser falso o que fora dito pelo 2.º-comandante, Gastão pedira umas horas para pensar no assunto e demandara Lisboa para obter da direcção as respostas mais adequadas às perguntas do major.

Presumimos que Andrade e Silva estivesse a atirar o barro à parede e a jogar em *bluff*. Obtivera de alguém a denúncia de que o Movimento encarregara o capitão de *um* estudo de situação e queria extrair e concretizar elementos.

Gastão não tinha tomado ainda qualquer iniciativa relativamente àquele trabalho. Assim, encomendámos-lhe o sermão: o Movimento encarregara-o efectivamente de um estudo de situação *psicológica*, em termos de avaliação de adesões efectivas e prováveis ao Movimento e estado anímico dos camaradas. Pelo menos, ele assim o entendera. A nova perspectiva dada pelo 2.º-comandante perturbara-o. Para tirar a coisa a limpo, deslocara-se a Lisboa, onde os camaradas lhe haviam afiançado que a convicção dele era a correcta e falsa a versão do 2.º-comandante. O que o tranquilizara...

Na reunião de 3 de Fevereiro, em minha casa, o caso Gastão Silva voltou à baila, para informação dos presentes. O cunhado, capitão Morais da Silva, informou que Gastão não fora autorizado a vir passar o fim-de-semana a Lisboa e que provavelmente estaria já a ser ouvido em auto de corpo de delito. Prevendo a hipótese de que ele tivesse fraquejado nas suas respostas e inadvertidamente denunciado os camaradas que o haviam incumbido do estudo de situação no RL 1, decidiu-se que Morais da Silva, Sousa e Castro e Rosário Simões partissem imediatamente para Elvas a fim de tentar contactar com ele e saber exactamente o que acontecia, passando posteriormente por Évora para pôr de sobreaviso os capitães Cardoso e Teixeira, se acaso tivessem sido denunciados.

A permanente e febril actividade dos elementos mais responsáveis do Movimento ou passava despercebida ou era mal entendida pelos camaradas em serviço nas unidades. Estavam uns impacientes, outros acomodados. Talvez fosse até por causa da acomodação de muitos que outros se sentissem impacientes. Foi ainda na reunião de 3 de Fevereiro que um camarada da EPA, desalentado, desabafou: «O Movimento está a morrer. É necessário tomar atitudes. Por exemplo, fazer reuniões a nível regional em dia de semana.»

É difícil o trabalho clandestino sobretudo quando se dão os primeiros passos. Adivinhávamos a sede de informações que a maior parte tinha, mas levávamos em linha de conta o perigo que se corria com a difusão de material escrito. Por isso mesmo ficara resolvido sermos tão parcos de notícias transmitidas por circulares. E reuniões regionais, em cidades pequenas, chamariam forçosamente a atenção, o que podia ser evitado com reuniões só da CCE e num meio grande como Lisboa.

Além disso, éramos forçados a concluir que não se conseguira atingir ainda um bom nível de ligação, e que nos faltavam, por vezes, dados importantes para uma correcta análise da situação. Renovaram-se as directivas dadas aos elementos da Subcomissão de Ligação no sentido de motivarem os delegados das unidades para a necessidade de informarem a CCE a respeito de todas as ocorrências que pudessem ter interesse. Apontavam-se como exemplos frisantes a total ausência de informação oportuna sobre manifestações públicas que se teriam realizado junto de alguns quartéis de Lisboa — BSCF, em Campo de Ourique, e GCTA, na Avenida de Berna — e o que se passara nos bastidores da visita do ministro e do subsecretário de Estado do Exército ao Quartel-General do Porto.

Encarregámos Vasco Lourenço de elaborar uma lista de pseudónimos para todos os elementos da CCE a fim de obter uma maior segurança nas comunicações telefónicas. Alguns escolheram logo os seus. Foi a partir dessa época que eu passei a ser *o engenheiro Óscar Pinto*, Sousa e Castro, *o engenheiro Silva e Costa*, Neves Rosa, *o agente técnico de engenharia Neto Ramalho*, Rosado da Luz, *o empregado bancário Rocha Lima* e Diniz de Almeida, *o inspector de seguros Sousa Abrantes*. O facto de passarmos quase todos a ser «engenheiros», não era por acaso: assim podíamos falar mais à vontade em projectos e planos sem levantar grande desconfiança...

Ficou também decidido que no caso de se verificarem quaisquer acções de represália sobre camaradas da Força Aérea que agora se lançavam afoitamente no Movimento, nos solidarizaríamos imediatamente, reagindo em conjunto com eles. Na convicção de que por cada acção punitiva por parte do poder militar teria de ser evidentemente estudada a reacção a opor, nunca devendo a

força do Movimento ser empenhada contra acções repressivas de inferior significado tais como autos de averiguações ou de corpo de delito, transferências ou perda de funções específicas (um oficial criptólogo colocado numa unidade da Arma de origem para dar instrução à recruta, por exemplo). Era um tipo de provocações a que devíamos resistir.

Estando marcada para a quarta-feira seguinte, dia 6 de Fevereiro, uma reunião com a Comissão Coordenadora da FAP para discussão final do documento-programa, foi determinada, como estava previsto do antecedente, uma reunião da CCE alargada a outros elementos de confiança, ao nível de tenente-coronel e coronel, se possível, para discussão ampla do documento alinhavado por José Maria Azevedo e já lido e aprovado na generalidade pela CCE. E foi o alferes Manuel Geraldes quem propôs como local a excelente cave da residência do coronel Marcelino Marques, de Administração Militar, que a cedia, que estava connosco e até participaria na reunião. Esta ficou marcada para dia 5, às vinte e uma e trinta, e seria muito importante.

Rodeámo-la de certa cautela. Não queríamos colocar o coronel em maus lençóis (tínhamos tão poucochinhos...) e iriam comparecer outros elementos importantes e estranhos à CCE. Poucos conheciam a morada e só lá podiam chegar com o apoio de um guia com que se encontrassem em ponto de reunião previamente ajustado (Apolo 70, Galeto, Mexicana).

Foi, assim, anormal o número de camaradas (vinte e seis) registado nessa noite na espaçosa cave-sala de estar da residência de Marcelino Marques. Pela minha parte, era responsável pela presença de um enorme e jovem tenente-coronel engenheiro de Transmissões, professor da Academia Militar, que já anteriormente me abordara, pondo-se à disposição para trabalhar no Movimento. Seu contemporâneo na Academia Militar, conhecendo-lhe o excelente carácter e as qualidades de inteligência e de trabalho acima da média, não tive dúvida em dirigir a Amadeu Garcia dos Santos esse convite para um primeiro contacto com a organização clandestina a que se vincularia.

Almiro Canelhas, nesse tempo já não se mostrava muito entusiasmado, pois estava prestes a desligar-se da carreira militar para se dedicar à arquitectura, cujo curso terminara. E a Lopes Pires,

mantinha-o permanentemente informado do curso dos acontecimentos, quando com ele me encontrava no quarto reservado a professores por cima do átrio do gabinete do oficial de serviço da Academia Militar.

Viam-se na sala outras caras novas: além de Marcelino Marques, o dono da casa, Manuel da Costa Brás, tenente-coronel de Artilharia do Estado-Maior, e Ernesto Melo Antunes, major artilheiro de quem ainda fora contemporâneo na Academia, e que, terminado o seu estágio em Pedrouços, aguardava colocação. Eu conhecia, por tradição, a dedicação de Melo Antunes aos assuntos políticos e a sua posição inequívoca de esquerda, que o tinha levado, inclusivamente, a arrostar com a perseguição política e o ostracismo no meio militar [1] ao candidatar-se a deputado pela Oposição, em representação do círculo eleitoral de Ponta Delgada, nas primeiras eleições legislativas da «Primavera marcelista», em 1969. E o papel de produtor ideológico que no EPOSAS desempenhava, com Fabião e Aventino Teixeira, que naquele tempo exercia funções da sua especialidade no IAEM em Pedrouços.

Como de costume, Vítor Alves, eu e Vasco Lourenço ocupávamos a presidência da mesa. E após uma muito rápida recapitulação dos antecedentes vividos pelo Movimento até à sua aparente estagnação actual e das causas que a motivavam, passámos à explicação das finalidades a atingir com a elaboração e distribuição do programa-base que iria ser discutido naquela reunião, convocada expressamente para esse fim.

Foi o Vítor quem explanou sucintamente as finalidades a atingir com o documento:

1. Aglutinar de novo ao Movimento todos os que, por qualquer motivo, se tivessem afastado, bem como efectuar o chamamento dos descrentes ou indiferentes;

2. Conhecer a *força real do Movimento*, isto é, *quem somos* e *quantos somos*, quer na Metrópole quer no Ultramar;

---

[1] Mobilizado em 1962, acabado de promover a capitão, para comandar uma companhia de artilharia independente, Melo Antunes foi desmobilizado, ficando a aguardar colocação num batalhão, a fim de ficar «controlado» pelo comando deste. Mesmo assim, tendo sido «encaixado» numa unidade deste tipo e sendo o mais moderno dos capitães do Quadro, viu-se obrigado a comandar a Companhia de Comando e Serviços, perante o protesto dos camaradas.

3. Definir o *programa* do Movimento e, por via indirecta. mostrar às instâncias superiores quais são efectivamente as aspirações dos oficiais das Forças Armadas e os motivos que os levam a manter vivo o Movimento.

E para que todos pudessem discutir o documento elaborado pelo secretariado (José Maria Azevedo), com conhecimento de causa, foi distribuído um exemplar fotocopiado, já completado no seu último ponto por cada camarada, e concedido um intervalo de vinte minutos para leitura.

Quando finalmente, após esse intervalo, se entrou na discussão, Fernandes da Mota começou por propor um novo articulado que definisse os seguintes títulos fundamentais:

— A crise das Forças Armadas. Sua história e suas causas;
— Agudização da crise com a saída dos decretos em Julho e Agosto de 1973;
— Novos acontecimentos;
— O Movimento dos Capitães: como aparece. Suas finalidades e objectivos a alcançar.

Foi geral a opinião de que o documento apresentado carecia da força necessária para provocar impacte, sacudir a massa e atingir as finalidades pretendidas, pelo que era imperioso reformulá-lo.

Assente este ponto (com certo desgosto e amuo por parte de José Maria Azevedo), o capitão Figueira propôs que fossem utilizadas na nova versão algumas frases muito importantes de discursos ultimamente proferidos pelos generais chefe e vice-chefe do EMGFA, definidoras da «argentina clareza do futuro do Exército» e do novo conceito de «disciplina que deve existir nas Forças Armadas». Vítor Alves lembrava a necessidade do emprego da maior objectividade e concisão possíveis na redacção do importante documento. Marcelino Marques, apologético, defendia que se enveredasse decidida e definitivamente na politização do Movimento, pois a manutenção do «nem carne nem peixe» só favorecia o jogo político da extrema-direita.

Foi Costa Brás quem, fazendo a síntese das diversas intervenções, apresentou propostas definitivamente aceites e que encerraram o prato forte da sessão. Uma, que na nova redacção fosse utilizada

a maior subtileza possível nas frases empregadas, com vista a criar o impacte forte e desejável na massa sem, no entanto, se perder completamente de vista a utilização de reivindicações de carácter militar. Outra, a nomeação, dentre os presentes ou outros ausentes, de uma Comissão de Redacção que ficasse encarregada do estudo imediato dos pontos do programa e da elaboração do documento a apresentar posteriormente à CEE, que o discutiria e aprovaria.

Recolhi, para destruição, os exemplares numerados do documento-base rejeitado por unanimidade. E, feita a votação, foi eleita a Comissão de Redacção que se iria encarregar da elaboração do novo e importante documento: tenente-coronel Costa Brás, majores Melo Antunes e José Maria Azevedo e capitão Sousa e Castro.

Entretanto, os camaradas oriundos de milicianos prosseguiam, com persistência, a sua luta.

Em 30 de Janeiro, e por interferência do capitão pára-quedista António Ramos, ajudante de campo de Spínola[1], oficial do QP oriundo de miliciano, uma comissão mista destes oficiais e de outros do QEO fora recebida pelo general, que lhes dera garantias de que iria procurar resolver o seu problema da forma mais justa e correcta.

Pela nossa parte, não descurávamos o assunto e procurávamos ajudar. A EPC elaboraria um projecto para tentativa de resolução do problema dos oficiais do QP oriundos de milicianos. Na reunião de 3 de Fevereiro decidiu-se que três elementos da unidade se reunissem em grupo de trabalho com camaradas da EPI, EPA e EPAM para estudo conjunto do documento, posterior reunião com representantes dos «espúrios» para decisão final e apresentação do projecto, depois de lido e aprovado pela CCE, através desta e sob sua responsabilidade, ao vice-CEMGFA.

[1] Adjunto de Almeida Bruno no comando do Centro de Operações Especiais do Comando-Chefe na Guiné e, em Bissau, presidente da Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa (LAG). É hoje redactor de *O Dia*.

11. «PORTUGAL E O FUTURO»: UMA ACHA NA FOGUEIRA

Spínola continuava a ser uma figura política em ascensão, determinante e controversa. Repetira, no seu discurso de tomada de posse, o seu conceito de democratização necessária para a sobrevivência do País e as suas ideias já anteriormente divulgadas sobre a guerra que se mantinha no Ultramar. Definindo-a, em 1971, como «um conflito político e ideológico e não uma confrontação armada» e afirmando que «a própria essência de um conflito desse tipo determina que jamais as forças da ordem a possam ganhar no campo militar», retomava a mesma linha de pensamento, enchendo de esperança a falange da Oposição democrática e de fundado receio toda a extrema-direita do País.

São paradigmas das reacções das antagónicas facções políticas portuguesas perante a figura e as palavras de António de Spínola, dois artigos publicados, com três semanas de intervalo, em jornais da época. Um, de Artur Portela Filho, apresentado como «Carta Aberta ao General Spínola» na «Feira das Vaidades» do diário *República* de 21 de Janeiro de 74; o outro, «Reflexões acerca do Recente Discurso do General Spínola», produzido por um tal engenheiro Francisco Peixoto Bourbon no jornal regional *Beira Baixa*, de 16 de Fevereiro do mesmo ano (Anexos XI e XII).

E não fora ainda então proporcionada aos dois autores a leitura da obra de maior fôlego do general, que em 23 de Fevereiro sairia a lume e desapareceria ávida e rapidamente dos escaparates das livrarias e bancas, transformando-se no livro de maior venda do ano e obrigando, por esgotamento de tiragens, à promoção de meia dúzia de edições em curto espaço de tempo: *Portugal e o Futuro*.

Spínola já antes, no seu gabinete na Cova da Moura, numa das entrevistas a que o Movimento me obrigara, me falara no livro em preparação. Fora sobre os acontecimentos da Beira e nessa ocasião afirmara:

— Deixem-me publicar o meu próximo livro, que está quase pronto, e depois vamos ver como é que eles reagem quando o apanharem pelos queixos.

Estava confiante, então, no efeito que o pedregulho que tinha na mão provocaria ao ser lançado no charco. Sabia que o Movimento estava com ele e o apoiaria. Que melhor ocasião para provocar uma definição de posições no xadrez da política nacional?

Em princípios de Fevereiro, quando atravessava a pé a Rua do Telhal para me dirigir à Cooperativa Militar, ouvi um buzinar insistente atrás de mim. Ao voltar-me, vi que o condutor de um esplêndido *Mercedes* me chamava. Dirigi-me ao carro e foi o general quem eu vi a acenar-me no banco de trás. Baixou o vidro só para me dizer, indignado, enquanto o semáforo o permitia:

— Homem, quer ver uma? Os tipos dizem que têm recebido diversas cartas de oficiais a protestar contra a saída do meu livro e não o querem deixar sair. Já viu uma coisas destas?

— Espero que o meu general não vá nisso e o publique mesmo. Ajudará a demonstrar às pessoas que há oficiais generais com ideias diferentes das que o Governo propaga.

— Tá bem, eu estou resolvido a ir prá frente. Mas já viu uma coisa destas?

— Isto é tudo uma cambada de cobardolas, meu general. Qual é a posição do nosso general Costa Gomes?

— Por esse lado não há azar. O Chico tá comigo.

— Então o meu general tem o problema resolvido. Publique-o mesmo que não autorizem. O Movimento está consigo. É preciso agitar isto de qualquer maneira. E pelo que o meu general diz, o seu livro pode ser um bom motivo.

Já não me recordo se foi Spínola ou António Ramos quem me revelou que um exemplar dactilografado do *Portugal e o Futuro* estava já em França, preparado para ser editado se pelo Governo não fosse concedida autorização para a publicação e a máquina policial se movimentasse no sentido de fazer cumprir essa determinação. E que esse fora mesmo um argumento decisivo para Marcelo acabar por permitir a vinda a público da ansiada e controversa obra, considerando que seriam menores as dimensões do escândalo se o livro visse em Portugal a luz do dia em vez de aparecer publicado no estrangeiro pelo facto de as autoridades portuguesas não terem permitido que um autor com o prestígio e o cargo de Spínola publicasse *mais um livro* no seu próprio País.

É Marcelo quem no seu «Depoimento» e em Julho de 76, na entrevista já anteriormente citada concedida ao jornal *Mundo Português*, confirma:

«Muita gente me tem censurado por ter consentido na sua publicação nas condições em que teve lugar. E tenho meditado muito sobre esse meu acto. Não se pode nunca saber como teria seguido a História se tivesse acontecido isto em vez daquilo... Mas estou convencido de que o escândalo do "livro proibido" estalaria dentro e fora do País. E que não faltariam indiscrições a revelar o pior do seu conteúdo. O Governo seria acusado de ocultar ao País a opinião autorizada e patriótica de um chefe militar prestigioso. A crise deflagraria na mesma e talvez em condições moralmente piores para o Governo.»

Em Fevereiro de 74, Marcelo joga uma cartada hábil. Escora-se no parecer de Costa Gomes [1] sobre a leitura antecipada de *Portugal e o Futuro* e na opinião de Silva Cunha, que, não tendo ainda lido a obra, confia no parecer de Sua Excelência o CEMGFA, e autoriza a publicação. E em 23 desse mês a primeira edição estará nas bancas dos livreiros para se esgotar rapidamente e conhecer um enorme sucesso. Mas a manobra política será conduzida no sentido de exonerar das suas funções os dois prestigiosos chefes militares, o que irá acontecer três semanas mais tarde.

Após a minha conversa com Spínola na Rua do Telhal tive a intuição de que o livro a publicar proximamente iria constituir, por um lado, uma notável alavanca de descompressão relativamente aos

[1] O parecer é do seguinte teor:

«Assunto: PORTUGAL E O FUTURO.

1 — O livro com o título em epígrafe escrito pelo Sr. Gen. António de Spínola apresenta, de uma forma muito elevada, a solução que julga melhor para resolver o maior problema com que a Nação se debate — a guerra no Ultramar.

2 — O Gen. Spínola defende com muita lógica uma solução equilibrada que podemos situar mais ou menos a meio de duas soluções extremas que têm sido largamente debatidas: a independência pura, simples e imediata de todos os territórios ultramarinos, patrocinada pelos comunistas e socialistas, e a de integração num todo homogéneo de todas aquelas parcelas, preconizada pelos extremistas da direita.

Não necessitamos desenvolver grande argumentação para concluirmos que essas soluções devem ser postas de lado, a primeira por ser lesiva dos interesses nacionais e a segunda por ser inexequível.

3 — Julgo que o livro está em condições de ser publicado, acrescentando mesmo que o Gen. Spínola acaba de prestar desta forma, ao País, serviços que devem ser considerados tão brilhantes como os que com tanta galhardia e integridade moral provou possuir nos campos de batalha.»

camaradas (como Rafael Saraiva, por exemplo) que continuavam a encarar como assunto tabu a guerra no Ultramar. Isto por verem surgir perante eles o exemplo de um general com o prestígio de Spínola que precisamente nesse campo minado afrontava a própria doutrina encasulada do Governo a que agora, ao fim e ao cabo, pertencia.

Por outro lado (e era isso o que mais temia), iria provocar, perante a opinião pública nacional e internacional e as diversas correntes do pensamento político, uma autêntica inversão de valores. O caminho lento mas seguro percorrido pelo Movimento dos Capitães iria conduzir, sem sombra de dúvida, à conquista do objectivo pretendido: o derrube de um Governo ditatorial de direita que o Povo não suportava. Mas para alcançar tal desiderato o Movimento precisava ainda de percorrer várias etapas. A meta estava colocada, por certo, muito para lá da publicação a curto prazo de *Portugal e o Futuro*.

Porém, houvesse o que houvesse, ninguém mais tarde deixaria de considerar ter sido Spínola o verdadeiro cérebro e mentor do Movimento e a sua obra recente o farol de luz vivíssima que alumiara os jovens oficiais e os guiara a bom porto, quando o que realmente acontecia era precisamente o contrário: o Movimento caminhava seguro e firme, sem precisar e sem recorrer ao conselho político do general em qualquer definição do seu ideário. E era Spínola, de facto, quem necessitava da força e impulso do Movimento para vir a alcançar, no futuro próximo, aquilo por que ansiava.

Não era por um mesquinho sentimento de ciúme ou despeito que eu assim pensava. Mas apenas por saber, conhecendo suficientemente o general, que o futuro nos iria proporcionar graves confrontos com ele, nos quais a falsa imagem do enfeudamento e da gratidão devida pelo Movimento a Spínola nos poderia vir a ser prejudicial.

Foram estas as preocupações que na noite de 3 de Fevereiro, domingo, na reunião realizada em minha casa, tive ocasião de expor à Comissão:

— Quero informar que ontem me encontrei casualmente com Spínola e fiquei a saber que o livro dele está quase a sair, provavelmente no fim deste mês. Pelo que ele me disse antes, é uma «bomba». Ele propõe uma solução para a guerra totalmente oposta à do Governo e que vai ter o aplauso de toda a Oposição. Se por um lado

isto é bom, por outro vai fazer, no futuro, com que toda a gente diga que o Movimento foi criado pelo general e andou sempre a reboque dele, o que sabemos que é falso e precisamente o contrário do que se verifica.

— Isso é capaz de ser verdade, mas que queres que se faça? Tens alguma proposta concreta a fazer? Achas que se deve boicotar a saída do livro?

— Não, antes pelo contrário. Nem sequer tenho qualquer proposta. Até já disse ao general que fosse para a frente que nós o apoiávamos. Só quero é alertar-vos para as lutas futuras que teremos com Spínola, pois não me parece que as ideias dele venham a ser coincidentes com as nossas. E não pode ser o papel desempenhado nesta história pelo livro do Spínola que nos pode vir a criar complexos de inferioridade.

O futuro dar-me-ia razão. Ainda hoje, anos passados sobre o 25 de Abril, há imensa gente convencida, apesar de inúmeras declarações públicas esclarecedoras de homens do Movimento, que foram Spínola e o seu livro que criaram o Movimento dos Capitães e os levaram a derrubar o Regime salazarista-marcelista em Portugal. Por outro lado, felizmente, não houve de facto qualquer complexo dos capitães perante o general e o duelo político sempre se fez sem que o fantasma de *O Portugal e o Futuro* assombrasse minimamente os capitães de Abril.

12. PREPARA-SE O MINIPLENÁRIO

A carta dos camaradas do Movimento na Guiné datada de 14 desse mês permitia-nos conhecer o seu estado de espírito (Anexo XIII).

Por outro lado, na emissão de Rádio Portugal Livre de 23 de Fevereiro, no programa «A Voz das Forças Armadas», fazia-se um balanço da situação político-militar que se vivia no País desde o início do Movimento (Anexo XIV).

Entretanto, enquanto o Movimento galopava, na Metrópole e em Moçambique, na senda da mais rápida e aberta politização e os camaradas da Guiné, sem grande motivação, exigiam directivas concretas para sacudir o marasmo em que ali se encontravam, era eleita a nova Comissão do Movimento em Angola. A Comissão cessante, muito certinha, não abdica de tocar as teclas seguras das reivindicações de carácter militar, legando à nova comissão uma lista de temas para debate e apresentação superior (Anexo XV).

A nova Comissão, constituída por seis majores e seis capitães, inicia de imediato a sua actividade com a elaboração de uma circular que difundirá individualmente, solicitando de todos os camaradas apoio incondicional à sua acção futura. Apresenta, na linha seguida pela anterior, uma agenda dos principais objectivos a atingir e pede o parecer concordante ou discordante dos camaradas em serviço no TO, a fim de se garantir, por esse meio, efectiva representatividade à Comissão eleita.

A direcção do Movimento reuniu-se em minha casa na noite de 25 de Fevereiro, segunda-feira, para tomar importantes resoluções. Além de alguns, poucos, elementos da CCE, estavam presentes os delegados das consideradas «unidades fortes», das quais se destacavam os três responsáveis dos pára-quedistas (Silva Pinto, Bação de Lemos e Avelar de Sousa) e capitães de escolas práticas (Rui Rodrigues, da EPI, Salgueiro Maia, da EPC, Heitor Alves, da EPA) e do CIOE (Trigo). Presentes os capitães Balacó e Seabra, da Força Aérea, Melo Antunes e um representante do Movimento da Região Militar de Moçambique, capitão de Artilharia, do meu curso, Joaquim Ruivo de Oliveira.

A Comissão de Redacção eleita vinte dias antes já apresentara resultados do seu trabalho. E assim pudémos distribuir, para imediata leitura, três documentos por ela produzidos e que visavam obter um consenso, no Exército, para a definição política do Movimento de Oficiais das Forças Armadas (Anexos XVI, XVII e XVIII).

Era grande a expectativa, nas unidades, quanto ao conteúdo do documento final. Mas não desejávamos de forma alguma que manifesto de tão grande importância política viesse a lume sem termos a convicção plena de que o seu teor merecia a aprovação da maioria dos oficiais dos três ramos, ligados ao Movimento e não só. Na pers-

pectiva coerente, aliás, das finalidades apresentadas por Vítor Alves na reunião de 5 de Fevereiro.

Assim, deveriam os camaradas presentes recolher dos três documentos as ideias fundamentais e delas transmitir o essencial aos oficiais em serviço nas unidades, procurando auscultar críticas e opiniões. As cópias distribuídas não saíram da sala por uma questão de segurança. E decidiu-se que todos indicariam a Vasco Lourenço, por carta registada, até domingo, dia 3 de Março, qual a opinião generalizada dos camaradas relativamente ao conteúdo dos três documentos. Informariam também quanto à adesão, expressa em números, ao conteúdo do documento definitivo. E os camaradas presentes assumiram também, na responsabilidade da sua representatividade, como fórmula correcta para o documento final, uma simbiose dos documentos dois e três, com especial incidência para este último.

Discutimos prolongadamente sobre a forma de distribuição do Manifesto e aposição de assinaturas vinculatórias no mesmo. Surgiam diversas hipóteses. Um plenário tipo Évora, o envio do documento final pelo correio a todos os oficiais dos três ramos das FA, recebendo os delegados as posteriores adesões, o envio de delegados especiais às regiões militares para explicação do documento e recolha de assinaturas, um plenário com delegados das unidades que seriam portadores de um documento de adesão, com assinaturas dos restantes camaradas das unidades. Finalmente, por maioria, votou-se numa outra hipótese; a realização de uma grande reunião (chamámos-lhe miniplenário) com um mínimo de um delegado por cada unidade, o qual assinaria o documento imediatamente após a leitura, referindo, para controle, quantos camaradas representava e vinculava ao conteúdo do Manifesto.

Movia-nos a pressa! Marcámos o miniplenário para 5 de Março, terça-feira, em local e hora a comunicar posteriormente, considerando que a Comissão da Força Aérea e a nossa Comissão de Redacção teriam tempo suficiente, até lá, para elaborarem, respectivamente, o seu próprio documento e o documento final do Exército. E decidimos que representações da Força Aérea e da Armada compareceriam já à reunião decisiva de 5 de Março.

Quando soubéssemos, concretamente, qual a verdadeira força do Movimento — quem (definição política) e quantos (número de assinaturas) —, duas hipóteses devíamos considerar: ou apresentaríamos

ao Governo as nossas exigências, fazendo-lhe sentir, através do texto e das assinaturas apostas no documento, a nossa força, ou a apresentaríamos a um chefe, já anteriormente escolhido, que viesse ao encontro dos nossos objectivos e que, aceitando o conteúdo do nosso manifesto, aceitasse também dirigir o Movimento no *bom* sentido. Nesta ordem de ideias, todos os delegados das unidades presentes no miniplenário do dia 5 deveriam ser portadores do nome de um chefe já escolhido na unidade representada e ao qual desejavam os camaradas que fosse entregue a força e os objectivos do Movimento.

Este arreigado sentimento de subordinação à hierarquia, da necessidade de um chefe que, acima de nós, nos orientasse *no bom caminho* (!), haveria de perseguir-nos até ao fim, com as funestas consequências hoje conhecidas. Obstáculo que mais tarde me surgiria de novo pela frente, revelando-se de difícil transposição, e que só viria a conseguir ultrapassar para comandar as operações do 25 de Abril utilizando uma mentira *necessária*. Foi sempre para mim motivo de perturbação a falta de confiança na força do Movimento demonstrada por grande parte dos camaradas, alguns até excelentes oficiais, que se sentiam, no entanto, desamparados fora da sua limitada esfera de acção profissional, exigindo o recurso à figura paternalista de alguém mais válido e com estrelas em cima, «macaco de rabo pelado» que percebesse a sério lá dessas coisas da política.

Discutimos também (e uma vez mais) sobre as reacções a tomar face às represálias óbvias que surgiriam após a distribuição do Manifesto. As medidas já anteriormente previstas e aprovadas consistiam na apresentação individual de todos os oficiais do Movimento ao comandante de unidade ou director de estabelecimento se qualquer camarada fosse preso, com exigência da sua libertação seguida da permanência de todos os oficiais na unidade em regime de prevenção voluntária até ser dada satisfação à exigência.

Em qualquer caso, a nossa reacção, estudada e preparada, seria sempre uma atitude marginal em relação à linha de rumo a seguir para levar por diante os objectivos que nos propúnhamos no programa a aprovar e a distribuir. Assim, não ficaríamos a aguardar prováveis represálias para depois reagirmos perante elas, mas avançaríamos desde logo para a continuidade do Movimento, combatendo as represálias governamentais à medida que elas fossem surgindo.

Outra medida importante, ainda neste capítulo, foi também decidida: cada elemento da CCE escolheria um substituto para ocupar a sua vaga na Comissão caso a prisão ou a transferência para longe lhe tocasse à porta, assegurando deste modo a continuidade dos trabalhos. Isto admitindo que o Governo não cedesse perante as atitudes frontais que tomaríamos em face de represálias. Mesmo que *toda* a CCE fosse denunciada e os seus elementos presos ou transferidos, a chamada «comissão-sombra» continuaria o trabalho, contactando imediatamente o chefe escolhido pelo Movimento e andando com este para diante.

Com vista a uma total identificação de atitudes, foi decidido, por unanimidade, solicitar uma comissão dos oficiais do QP oriundos de milicianos para uma reunião com a direcção com vista à apresentação do programa, o que nos permitiria definir perante eles, sem ambiguidades, os verdadeiros objectivos porque nos propúnhamos lutar, a bem da Nação e das Forças Armadas. Apontámos para a manhã do domingo seguinte, 3 de Março, em casa de Vítor Alves.

Considerávamos importante que, antes da sua publicação, fosse dado conhecimento do conteúdo do manifesto a todos os oficiais milicianos em serviço nas unidades e estabelecimentos militares, sem no entanto pretender vinculá-los, de forma alguma, ao seu conteúdo.

Tornando-se imperativo melhorar, tanto quanto possível, a ligação, decidimos criar comissões regionais, agrupando camaradas em serviço em unidades relativamente próximas umas das outras, cabendo aos elementos dessas comissões a missão de, pelo menos um, se deslocar às reuniões da CCE em Lisboa, a fim de tomar contacto com os assuntos e problemas ali discutidos, permitindo às comissões regionais manterem-se actuantes e actualizadas, funcionando inclusivamente em caso de eliminação total da CCE devido a repressão por parte do Poder.

Finalmente, o capitão Ruivo de Oliveira definiu a atitude e o pensamento dos camaradas em serviço em Moçambique, afirmando a sua total e absoluta solidariedade para com os da Metrópole, solicitando que, com a maior frequência possível, lhes fossem fornecidas indicações sobre formas de actuar e atitudes a tomar.

Nuno Pinto Soares, Grilo e Macedo não estiveram presentes nesta reunião. Aproveitando a extraordinária capacidade organizativa desta equipa, tinham eles ficado incumbidos de preparar, durante todo este mês, cuidada e metodicamente, o calendário dos trabalhos a cumprir a partir de 1 de Março. E foi em 28 de Fevereiro que a direcção se reuniu com eles em casa de Vítor Alves para apreciar o resultado do trabalho produzido, esmiuçadamente pormenorizado em gráfico que Pinto Soares desdobrou e explanou, e ensaiar e preparar o miniplenário do dia 5.

Ali se analisava todo o trabalho que havia a realizar a partir da reunião para apresentação do documento à CCE e aos delegados das unidades até à *entrega* da força do Movimento ao chefe democraticamente eleito por todos os camaradas. Apresentava-se um esquema para a condução da reunião conjunta que iria realizar-se em 5 de Março e era definido um novo rumo a seguir para a obtenção de uma boa ligação entre todos os elementos do Movimento na Metrópole.

Decidimos que Vítor Alves e Mourato Grilo dirigiriam o miniplenário do dia 5 e que a cada um dos elementos da direcção caberia a sua parcela de actuação, a definir ainda em ensaio geral a realizar na véspera.

Quanto às datas e prazos a cumprir, registados no excelente calendário apresentado pelos engenheiros, viriam a ser profundamente alterados, poucos dias depois, por motivos de todo em todo imprevistos...

No sábado, 2 de Março, a Comissão da Força Aérea reuniu-se para dar os últimos retoques no seu documento definitivo. E no dia seguinte, enquanto eu me deslocava ao Restaurante Pérgola, no jardim fronteiro à praia de Santo Amaro de Oeiras, para aí me encontrar com a comissão dos oficiais do QP oriundos de milicianos (capitães Alberto Ferreira, Andrade Moura, Armando Marques Ramos e Virgílio Varela) e conduzi-la a casa de Vítor Alves, onde o Hugo dos Santos se nos juntou, a Comissão de Redacção do documento-programa do Exército reunia-se em Miraflores, Algés, em casa do capitão piloto-aviador Seabra, com a Comissão da Força Aérea e camaradas da Armada, com a finalidade de elaborar a versão definitiva do manifesto final do Movimento de Oficiais das Forças Armadas a apresentar no miniplenário de dois dias depois.

Considerando os camaradas «marinheiros» (Contreiras, Costa Correia, Lauret, Vidal Pinho) que apenas estariam dispostos a vin-

cular-se a um programa político que estabelecesse muito concretamente uma definição de carácter progressista para o Movimento, fugindo às generalidades e ao âmbito marcadamente militar, aceitaram no entanto enviar uma delegação de observadores ao miniplenário do dia 5. Seabra e Balacó, por parte da Força Aérea, não consideram correcta a posição assumida no documento do Exército relativamente à solução do problema das colónias africanas. E estarão presentes no miniplenário para o afirmar.

Por outro lado, decorre excelentemente a nossa troca de ideias com os camaradas oriundos de milicianos. Concordamos em lutar pelos mesmos objectivos e em procurar, em conjunto, uma solução válida para os problemas que mais de perto lhes dizem respeito e que ainda se encontram em aberto. Alberto Ferreira confessa, por fim, que trabalharam arduamente no sentido de boicotar a actividade que estava a ser desenvolvida pelo Movimento dos Capitães, mas agora estarão do nosso lado. O que vai ser um facto. Empenhando-se a fundo no Movimento, conhecerão alguns deles a prisão e terão outros uma participação muito efectiva e meritória na preparação e execução do 25 de Abril.

13. 5 DE MARÇO DE 1974. O MOVIMENTO DEFINE-SE

A reunião preparatória do miniplenário do dia 5 realizou-se em 4, à noite, em casa do pai do capitão Luís Macedo, brigadeiro Ferreira de Macedo, então ausente em Angola em comissão de serviço.

Sabíamos já que no dia seguinte, terça-feira, Marcelo iria discursar na Assembleia Nacional. Corriam rumores de que ele se preparava para tomar uma atitude de força em relação a Costa Gomes e Spínola, devido ao tremendo impacte (e às consequências graves para o Regime daí decorrentes) que *Portugal e o Futuro* tivera junto da opinião pública nacional e internacional.

Antes de se entrar na agenda de trabalhos da reunião, foi decidido que eu e Vasco Lourenço fôssemos procurar saber, através de Fabião ou mesmo de Spínola, se necessário, qual o conteúdo das palavras que o Presidente do Conselho iria proferir no dia seguinte. Assim, dirigimo-nos à residência de Fabião, que desconhecia totalmente o que podia vir a passar-se e nos aconselhou a contactar o próprio Spínola. Este, por nós avisado telefonicamente, esperava-nos acompanhado do major Carlos Morais e do tenente-coronel Dias de Lima.

Tendo a quase certeza de que Marcelo iria atacar o conteúdo da obra e o seu autor, não fazia ideia, no entanto, da forma como aquele lançaria tal ataque.

«Até é possível que ele aproveite logo a ocasião para nos exonerar a mim e ao Chico de funções», chalaceava «o Velho», pouco convencido.

Não nos parecendo a situação excepcionalmente grave retirámo-nos, reafirmando a Spínola o apoio do Movimento e confiantes, tal como o general, em que Marcelo seria cauteloso na sua investida e não iria demasiado longe. E foram estas as impressões que transmitimos aos camaradas que nos aguardavam, impacientes. Continuámos pois a reunião, preparando, em ensaio geral, o importantíssimo e decisivo plenário do dia seguinte.

Foi na sala de oficiais da Academia Militar que tive oportunidade de me indignar, juntamente com outros camaradas, com a alocução dura e hipócrita de Marcelo Caetano difundida pela televisão, em directo, na tarde do dia 5.

Mostrando-se totalmente dominado pela extrema-direita, largamente representada no Parlamento, Marcelo falou como se colocasse em jogo a sua opinião pessoal sobre a defesa intransigente do Ultramar como única via possível: «Anima-nos unicamente o espírito de servir o interesse nacional, o espírito de servir, pela melhor maneira, a Pátria comum. É à Assembleia que compete agora dizer se o rumo que seguimos está certo. E disciplinadamente me submeterei depois ao veredicto de quem tem autoridade para o proferir.»

A tremenda fraude chegava a provocar náuseas! Como se Marcelo não soubesse que era exactamente aquilo que a Assembleia queria ouvir para depois, de pé, aplaudir com calor, em aclamação

já de antemão decidida. Irei mais longe afirmando, sem receio de errar, que a «peça» já fora devidamente ensaiada, que as deixas eram conhecidas e que, naquele dia, apenas se estava a pô-la em cena no palco de S. Bento. Com as palmas exageradas da claque, o público figurante (ou figurão...) representado pelos deputados e o repúdio e o nojo de milhões que, como eu, assistiam revoltados e impotentes à rábula impecável do tartufo.

O «magno problema nacional» que é o Ultramar e a guerra colonial constitui a pedra-de-toque da alocução de Marcelo. Não referindo uma única vez o nome de Spínola nem o título do seu livro bombástico, não deixa de marcar, incisivamente, uma deliberada oposição às ideias expressas, de forma pública, pelo general do monóculo. O que não deixa de ser uma viragem estranha para quem, ainda um mês antes, procurava abrir mais largas perspectivas de autonomia para os territórios portugueses em África.

Contrapõe a *Portugal e o Futuro* o seu trabalho intitulado *Razões da Presença de Portugal no Ultramar*. Citando-o, chega a fazer dele propaganda paternalista: *Como eu gostaria que muitos portugueses lessem essas páginas*! O *best-seller* do general está-lhe nitidamente atravessado na garganta: *Com palavras, habilidades e ilusões podem fazer-se passar num instante, aos olhos deslumbrados de um público atónito, fantasias mirabolantes. Mas que se esvaem como fumo, depois de uns dias breves de brilho fugaz. Fica apenas, disso tudo, desilusão e amargor. Quando não revolta.*

Com os habituais argumentos falaciosos rebate as teses e propostas apresentadas por Spínola. *Um debate nacional sobre as colónias*? As eleições legislativas de 1969 já tinham permitido evidenciar o apoio nacional à política seguida pelo Governo! *Um plebiscito para determinar a vontade dos Africanos*? Isso seria *uma paródia de democracia directa! Negociações com os movimentos de libertação? Negociações com os terroristas para quê? Para, num diálogo sereno e amistoso, apurarmos o que pensam e o que querem? Nunca o esconderam e nós bem o sabemos...*

No dia seguinte, como era lógico e coerente, a Assembleia Nacional aprovou sem discutir uma moção de apoio à «política ultramarina do Governo». Da ala liberal, só Mota Amaral (hoje chefe do Governo Regional dos Açores) se levanta para defender Spínola e

algumas das suas propostas. O que naquela Assembleia se passou em 5 e 6 de Março era de molde a acreditarmos na exoneração rápida dos dois generais eleitos pelo Movimento. No entanto, o facto de ela não ter sido imediata tranquilizou-nos temporariamente. Chegámos a acreditar, com o decorrer dos dias, que o Governo não tivesse coragem para demitir Spínola e Costa Gomes, adivinhando a força do Movimento dos Capitães que obviamente os apoiava. Por outro lado, a opção marcelista a favor das posições de extrema-direita portuguesa quanto à «defesa intransigente do Ultramar» (lembrávamo-nos de Kaulza...) necessitava de resposta urgente e sem ambiguidades. E ela seria dada pelos resultados colhidos no miniplenário realizado na noite de 5: reforço da organização e aprovação de um projecto político consubstanciando os grandes objectivos do Movimento.

Na manhã de quinta-feira da semana anterior, 28 de Fevereiro, eu deslocara-me ao centro empresarial Sinase, no sétimo andar do número nove da Rua Braamcamp (o edifício «Franjinhas») para tratar do aluguer de uma das salas para a noite de terça-feira seguinte. Acabei por escolher o grande salão de congressos, com cento e quarenta metros quadrados, para cento e oitenta pessoas na plateia, alugado a quinhentos escudos por hora à noite. Registei o pedido com o meu nome verdadeiro. Era para uma reunião de antigos camaradas do liceu que projectavam realizar uma viagem ao Brasil, garanti.

Entretanto Vítor Alves, arrepiado com a hipótese Sinase (denúncia à PIDE e vigilância desta no local com possibilidades de gravação da sessão), procurou conseguir outra sala onde fosse possível meter os quase duzentos delegados que se esperavam para o miniplenário. Foi Sanches Osório quem acabou por resolver o problema, solicitando a um seu amigo, o arquitecto Braula Reis, o seu *atelier* de salas praticamente vazias na Rua Visconde da Luz, em Cascais, nas traseiras do Restaurante João Padeiro.

Mantive, apesar disso, o aluguer do salão de congressos da Sinase e a hora e os pontos de concentração que já tínhamos difundido através da ligação por todo o País. Parecia-me óptima ideia. Se a PIDE tivesse sido pressurosamente avisada de uma reunião suspeita, era de mantê-la atentamente virada para o local. Pouco

antes da hora prevista para o início, vinte e uma e trinta, desviaríamos todos os delegados para sítio completamente diferente. Era uma manobra de diversão que iria colher de surpresa, além da PIDE, os próprios camaradas, o que era excelente, prevendo que muitos deles, avisados com antecedência de que nos reuniríamos na Sinase, não teriam o cuidado, como habitualmente, de guardar o segredo da informação.

Pelas vinte e trinta, encontravam-se os delegados dispersos pelos vários restaurantes e pastelarias indicados para concentração: Monte Carlo, Galeto, San-Remo, Pic-Nic, Pisca-Pisca, Smarta, Princesa, Apolo-70, Sol-Parque, Mexicana, Canas, Palladium. A essa hora, após termos dividido por ambos os diversos locais, eu e Vasco Lourenço percorremo-los rapidamente nos nossos carros para avisar os camaradas de que deveriam seguir imediatamente para a Rua Visconde da Luz, 45, em Cascais. Foi um rebuliço! As partidas efectuaram-se imediatamente, no meio de grande excitação, face à alteração súbita de local. A discrição não era realmente o nosso forte. Muitos, «provincianos», acolhiam-me com brados sonoros (o que era bom para os efeitos pretendidos): «Então onde é essa Sinase? Aqui da malta ninguém sabe!» Dava-lhes, rápido, a nova morada e lá partiam, felizes como garotos.

Finda a volta, encontrei-me com Vasco junto ao edifício «Franjinhas». Foi ele quem subiu ao sétimo andar. Para avisar que não íamos utilizar a sala, pagar quinhentos escudos pelo aluguer de uma hora e informar da nova direcção os camaradas que para a Sinase tinham seguido directamente.

Fomos os últimos a chegar ao *atelier*. Era um primeiro andar de salas grandes e paredes nuas, que abarrotava de gente. Apenas um estirador de desenho numa delas e uns raros *maples* noutra. O estirador serviria de estrado para os oradores e é impossível que tivesse ficado operacional após ter cumprido tal missão. Os camaradas, em enorme número, comprimiam-se, de pé, nas várias salas, procurando tanto quanto possível chegar à frente para ouvir e ver o que se iria passar.

Comecei por fazer a chamada total, por unidades e estabelecimentos, das presenças e das representações, em número de camaradas, que as mesmas traziam. No final da contagem, apurei, por armas e serviços, os totais seguintes:

Unidades de Infantaria	— 17	oficiais,	representando	um	total	de		75
» » Artilharia	— 32	»	»	»	»	»		44
» » Cavalaria	— 8	»	»	»	»	»		30
» » Engenhar.	— 13	»	»	»	»	»		24
» » Ad. Milit.	— 5	»	»	»	»	»		15
» » Transmis.	— 15	»	»	»	»	»		24
» » Serv. Mat.	— 18	»	»	»	»	»		20
» » Pár.-qued.	— 5	»	»	»	»	»		120
Diversos [1]	— 57	»	»	»	»	»		150
Força Aérea	— 24	»	»	»	»	»		100
Totais	*194*	»	»	»	»	»		*602*

Ao total de oficiais presentes somavam-se ainda os três delegados da Armada (Almada Contreiras, Vidal Pinho e Costa Correia) com o estatuto de observadores, subindo as presenças para cento e noventa e sete.

A casa era pequena para conter tanta gente! Chegámos a admitir a hipótese, preocupante, de o soalho abater sob o peso demasiado. O calor apertava, mas não podiam abrir-se as portadas das janelas, não só para que não fossemos vistos do exterior, como também para que o vozear das intervenções, fatalmente em tom elevado para serem ouvidas através das diversas salas, fosse tanto quanto possível abafado.

Até Manuel Monge, que enfim liberto do pesadelo de Gadamael regressara na véspera a Lisboa, estava presente, ocupando a sua vaga na Comissão Coordenadora.

Vítor Alves fez, logo depois, uma introdução ao plenário, historiando o curso do Movimento desde a reunião de Óbidos de 1 de Dezembro de 73 até àquela data. Seguiu-se-lhe Pinto Soares, que explicou pormenorizadamente o quadro orgânico da CCE e as

[1] A designação «Diversos» abrangia os camaradas que prestavam serviço em unidades e estabelecimentos não arregimentados: CM, ECS, OMEFED, CICA, IAEM, EME, QG/RML, RMP, RMC, RME, DI, ITMPE, CHERET, BRT, DGA, SCE, CEPE, QMG e ainda representantes do CTIG (um) e RMA (um).

actividades por ela desenvolvidas, expondo através de quadros de planeamento a estratégia definida e a levar a cabo após a reunião. Vasco Lourenço definiu os novos moldes de actuação da ligação (o estirador rangeu por todos os lados sob o peso dele e foi amparado e suportado por voluntários que se aguentou inteiro até final). Coube-me apresentar o calendário que se previa para a evolução do Movimento. E depois de Vítor Alves ter feito um pequeno intróito à leitura do documento, Melo Antunes, sentado no estirador, tomou finalmente a palavra para o prato forte da sessão. Após ter dado algumas explicações prévias sobre o conteúdo do manifesto e as decisões tomadas pela Comissão de Redacção, fez, em voz pausada, a leitura do texto:

O MOVIMENTO, AS FORÇAS ARMADAS E A NAÇÃO

Desde há meses a esta parte, como é do conhecimento geral, tem vindo a desenvolver-se no seio das Forças Armadas um «movimento de oficiais», cujas origens foram há muito ultrapassadas e assume hoje características, intenções e finalidades que se entendeu oportuno clarificar e definir.

O documento agora apresentado à consideração de todos os militares tem como objectivo essencial levá-los a reflectir criticamente sobre os aspectos fundamentais dos problemas que as Forças Armadas enfrentam — sendo para tanto indispensável uma reflexão global, isto é, não dissociando as Forças Armadas da Nação e do momento crítico que o País atravessa — e, em seguida, consolidar a adesão dos que conscientemente chegaram à conclusão de que uma prática coerente com a nossa análise se torna imperiosa, necessária e urgente.

Todos sabemos e sentimos como, no consenso generalizado, as Forças Armadas têm sido consideradas o suporte de força de uma estrutura global complexa, político-económica, para cuja orientação — com passagem pela necessária definição de interesse nacional — o comum dos cidadãos não é chamado a uma participação directa. De facto, tem-se a consciência de que tal estrutura não se poderia manter inabalável através dos anos, por maior cuidado que tivesse havido na organização dos mecanismos policial e judicial, se os seus dirigentes não tivessem a garantia de obediência sem discussão, por parte das Forças Armadas, aos objectivos por eles definidos. Daí o ter-se generalizado o princípio de que compete exclusivamente ao poder político a definição dos grandes objectivos nacionais e, às Forças Armadas, a missão de os executar, sem pôr em causa a sua legitimidade. É o mito da apoliticidade das Forças Armadas, que transformou os militares, por dever os guardiões de uma Constituição legítima, em meros executores duma política traçada do alto, a qual tem sido protegida não só com alterações oportunas da Constituição, mas também por leis que efectivamente a restringem.

Se, antes de 1961, as Forças Armadas não eram abertamente atingidas no seu prestígio, ou não o eram de uma forma muito violenta, é porque as crises internas do Regime não tinham atingido ainda um grau demasiado agudo. A partir, porém, da queda da Índia e sobretudo à medida que as guerras em África se iam prolongando, as Forças Armadas descobriam, não sem espanto por parte de muitos militares que pela primeira vez viam claro, o seu divórcio real da Nação.

As Forças Armadas são então humilhadas, desprestigiadas, apresentadas ao País como as responsáveis máximas do desastre.

Estava criado o «bode expiatório» e as condições para que a Nação deixasse de confiar nas suas Forças Armadas. Daí em diante, o desprestígio das instituições militares não deixa de aumentar. A guerra de Angola, que entretanto tinha começado, não põe inicialmente aos militares muitos problemas acerca da sua legitimidade. À medida, porém, que o tempo vai passando e a situação se vai degradando em todos os aspectos (inclusive no militar, como consequência inevitável da inexistência de uma estratégia adequada à situação africana), à medida que outras frentes de luta armada surgem (Guiné e Moçambique) e o esforço exigido aos militares começa a ser humanamente incomportável; à medida que se torna cada vez mais patente a impossibilidade, por parte das Forças Armadas, de atingir os objectivos que lhe são impostos por um Poder, que não aceita sequer a evidência de não possuir os meios da sua política, aparece cada vez mais claramente em destaque o desenvolvimento de um processo que tinha tido o seu primeiro episódio visível com a queda da Índia. Incapaz de se auto-reformar sob pena de morrer (políticamente, entenda-se), o Regime aponta intransigentemente para a via unitária, como solução do problema ultramarino; como se torna dia a dia mais evidente a inexequibilidade de tal via, as Forças Armadas aparecem cada vez mais aos olhos da Nação como o grande responsável, não só do impasse africano, como da crise geral que atinge o País e que não é só crise política, como também crise económica, social e moral.

Alarga-se assim o fosso entre as Forças Armadas e a Nação, aumenta o desprestígio dos militares (os recentes acontecimentos da Beira, em Moçambique, vêm uma vez mais confirmar esta realidade por todos

sentida), desprestígio esse que nenhumas medidas conjunturais poderão atenuar.

Não é com aumentos de vencimento (e este documento demonstra que, apesar de tudo, a consciência dos militares não está à venda), nem com regalias sociais e privilégios de vária ordem, nem sequer com o previsto anunciado reequipamento das Forças Armadas, para a condução da guerra em moldes tecnológicos eficazes (o que, além do mais, é extremamente duvidoso que seja alcançado em tempo útil); não é com medidas apressadas, destinadas a abafar as vozes discordantes e a atenuar o crescente descontentamento dentro das Forças Armadas, que o poder político conseguirá colmatar a brecha que se abriu, funda e dolorosa, na consciência da maioria dos militares. Nem serão nunca essas medidas que restituirão o prestígio já demasiado abalado das Forças Armadas, porque o problema não se localiza ao nível da situação de um grupo socioprofissional; o prestígio das instituições militares só será alcançado quando as Forças Armadas se identificarem com a Nação, quando entre as Forças Armadas e o Povo houver realmente unidade fundamental quanto aos objectivos a alcançar.

O problema maior do Povo português e que em larga medida condiciona todos os outros é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base duma crise geral do Regime, já incontrolável pelo Poder. Se está generalizada, tanto no seio das Forças Armadas como na sociedade civil, a ideia de que não pode obter-se uma vitória pelas armas, tudo é feito para que na opinião pública nacional se enraíze a noção de que o poder político traçou já a estratégia adequada e que as Forças Armadas não terão mais que segui-la, para que a integridade dos territórios seja garantida. Consequentemente, se a situação se agrava ainda mais, facilmente se adivinha sobre quem recairão as responsabilidades, ao mesmo tempo que o Poder terá criado as condições propícias a um inocente «lavar de mãos».

Os militares conscientes sabem, porém, que a solução do problema ultramarino é política e não militar e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e transformarão as Forças Armadas, uma vez mais, em «bode expiatório» de uma estratégia impossível: uma solução política que salvaguarde a honra e dignidade nacionais, bem como os interesses legítimos dos portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da profunda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios — o que implica necessariamente fórmulas políticas, jurídicas e diplomáticas extremamente flexíveis e dinâmicas. Esta solução tem de ser encarada com realismo e coragem, pois pensamos que ela corresponde

não só aos verdadeiros interesses do Povo português como ao seu autêntico destino histórico e aos seus mais altos ideais de justiça e de paz. Sabem, no entanto, os mesmos militares conscientes, que tal solução jamais será consentida pelo Poder, que a si próprio se arroga o direito de exclusivo em matéria de patriotismo e se pretende apoiado pela Nação.

Contestamos o exclusivo e o apoio proclamados.

E porque assim pensamos, entendemos necessário, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do País, que o poder político detenha o máximo de legitimidade; que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do Povo. Por outras palavras: sem democratização do País não é possível pensar em qualquer outra solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós.

Trata-se, portanto, antes de mais nada e acima de tudo, *da obtenção a curto prazo de uma solução para o problema das instituições no quadro de uma democracia política.*

Neste contexto, consideramos indispensável e urgente que:

— *Sejam definidos e clarificados os objectivos nacionais e estes aceites pela Nação;*
— *Seja a Nação claramente elucidada sobre a parcela desses objectivos cuja prossecução cabe às Forças Armadas;*
— *Seja promovida e garantida a permanência da compatibilidade dessa parcela com a capacidade em meios;*
— *Seja promovida a reestruturação das Forças Armadas, visando a qualificação dos seus chefes baseada no seu valor militar, o aproveitamento dos meios em termos de eficiência e eficácia; o respeito pelos direitos individuais e a justiça;*
— *Possam as Forças Armadas sentir que é efectivamente proporcionada a salvaguarda do seu prestígio, incluindo a sua não identificação com outras actividades que não pertencem ao seu múnus específico.*

Só nestas condições poderão as Forças Armadas ter um mínimo de garantia de que são instrumento da vontade da Nação e que não se encontram ao serviço de qualquer grupo. Então já não lhes será permitido duvidar, nem da legitimidade do Poder, nem dos objectivos por este definidos e que tudo farão para cumprir.

Só nestas condições poderão as Forças Armadas alcançar o prestígio que reivindicam, pois só então haverá garantias da necessária unidade entre o Povo e as instituições militares; na verdade o Exército só

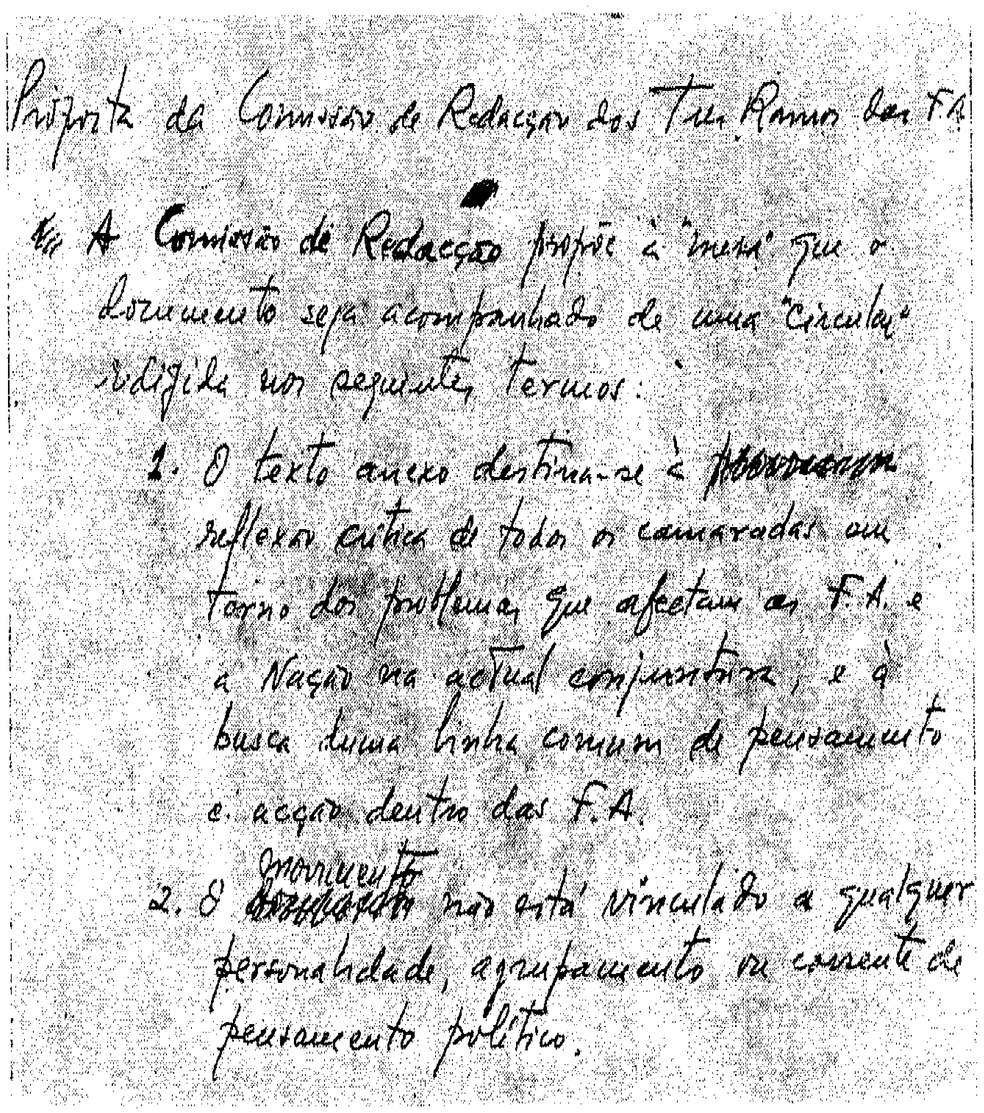
será o «Povo em armas» quando entre o Exército e o Povo não existirem quaisquer barreiras, quando o Exército for realmente a encarnação de uma vontade colectiva de defesa, de uma afirmação insofismável, feita pelo próprio Povo, da segurança e independência nacionais.

Finda a leitura, fez-se um largo intervalo para discussão livre e debate de corredor. E terminado este, conforme estava programado, iniciou-se a votação por unidades, após alguns pedidos de explicação sobre os objectivos do Movimento. A aceitação do conteúdo parecia ser maioritária, embora alguns pusessem entraves, a título pessoal, não concordando com diversas passagens. Era notória, sobretudo, a rejeição que nos recusantes recaía sobre o reconhecimento «da profunda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios». O conteúdo marcadamente político do manifesto assustava ainda muitos dos presentes. E ficaria célebre, na votação, o rotundo *não* proferido em voz cavernosa pelo capitão Seabra da Força Aérea, o qual, curiosamente, havia participado dois dias antes, em sua casa, na discussão e elaboração do manifesto comum.

Esta posição de recúo da Força Aérea e a atitude dos camaradas da Armada, que consideravam não possuir suficientes garantias, face ao que observavam, de que o Movimento não pudesse converter-se em instrumento facilmente manejável por forças militaristas, fizeram hesitar e recuar camaradas do Exército, que, menos políticos e mais generosos, haviam avançado desde logo a sua aprovação entusiástica ao manifesto.

Face a isto, Vítor Alves, que perorava, orientando a reunião de cima da prancheta, mandou os presentes à fava e abandonou, irritado, o comando das operações. A situação ameaçava degenerar em bagunça quando Pinto Soares, subindo para o estirador, segurou o leme com dois berros nervosos e orientou de novo o barco, passou-me uma proposta cautelosa, cujo original se reproduz na página seguinte, e que acabaria por ser aceite, acalmando os ânimos do pessoal.

Era madrugada alta quando abandonámos o *atelier* de Braula Reis. Tinha sido uma longa noite. Muitos dos inicialmente presentes, esgotados ou apenas temerosos das consequências que pode-


Proposta da Comissão de Redacção dos Três Ramos das FA

A Comissão de Redacção propõe à "mesa" que o documento seja acompanhado de uma "Circular" redigida nos seguintes termos:

1. O texto anexo destina-se à ~~[illegible]~~ reflexão crítica de todos os camaradas em torno dos problemas que afectam as F.A. e a Nação na actual conjuntura, e à busca duma linha comum de pensamento e acção dentro das F.A.

2. O ~~documento~~ movimento não está vinculado a qualquer personalidade, agrupamento ou corrente de pensamento político.

riam vir a sofrer com a atitude política que o manifesto encerrava, haviam batido há muito em retirada. A maioria porém, resoluta e corajosamente, havia avançado para o papel e rabiscado a sua assinatura no primeiro documento político realmente importante produzido pelo Movimento de Oficiais das Forças Armadas.

Foram cento e onze as assinaturas que nessa madrugada foram recolhidas. Um pouco mais de metade da totalidade de camaradas que enchiam o *atelier* de Braula Reis no início daquele mini-plenário. O que já era francamente consolador. Aqueles que assinaram desde logo, se o fizeram conscientemente, vincularam-se a um projecto político que não deixava margem para grandes dúvidas, embora, como Melo Antunes cuidadosamente acentuava, o texto se destinasse «à reflexão crítica de todos os camaradas em torno dos problemas que afectam as FA e a Nação na actual con-

juntura e à busca de uma linha comum de pensamento e acção dentro das FA».

O preâmbulo vinculativo do manifesto rezava assim:

Os oficiais do Exército abaixo assinados declaram o seu total apoio ao documento em anexo, que consideram definir a sua linha de pensamento e resumir as suas mais profundas aspirações.

Mais declaram que delegam confiança e representatividade, para prosseguir no estudo e na execução das actividades que considere necessárias, com vista à efectiva consumação dessas aspirações, na Comissão Coordenadora eleita em sessão plenária no dia 1 de Dezembro de 1973, reconduzida em sessão plenária no dia 5 de Março de 1974 e constituída por elementos das forças pára-quedistas, das armas de Infantaria, de Artilharia, de Cavalaria, de Engenharia, de Transmissões, e dos Serviços de Administração e de Material.

Dentre as assinaturas recolhidas podemos assinalar, como curiosidade pelo espanto que possa causar nos dias de hoje, as de Sanches Osório, Manuel Monge, Jaime Neves, Armando Marques Ramos, Jaime Abreu Cardoso, a par das de Melo Antunes, Sousa e Castro, Vasco Lourenço, Pinto Soares, Luís Macedo, Ferreira de Sousa, Marques Júnior, Vítor Alves, Salgueiro Maia e Otelo. E talvez ainda a de uma cara nova que vi toda a noite encostado à ombreira de uma porta sem abrir o bico, obviamente mais velho do que nós, que vim a saber ter sido trazido pela mão de Vítor Alves, ser tenente-coronel do EM e chamar-se Manuel Ribeiro Franco Charais.

As conclusões do miniplenário, o último grande encontro de activistas do Movimento que se realizaria antes do 25 de Abril, foram, talvez por isso mesmo, de grande importância:

a) Aprovado por maioria o manifesto apresentado e lido pela Comissão de Redacção, considerado como expressão do nosso ideário e assinado pelos camaradas do Exército presentes no local por ocasião da aprovação, em número de cento e onze;

b) Aprovada e ratificada a necessidade de escolha de chefes e os nomes, para o Exército, de Costa Gomes e Spínola;

c) Aprovado um voto de confiança à Comissão Coordenadora do Exército, agora reconduzida, e o total apoio às decisões que por

ela venham a ser tomadas face às situações que possam surgir, para as quais procurarão as mais eficazes soluções;

d) Aprovado o programa proposto pela CCE para prossecução das fases que darão seguimento ao Movimento;

e) Aprovada a solidariedade geral e inequívoca em redor de todos os camaradas das Forças Armadas, como factor básico primordial para o sucesso que se pretende;

f) Aprovada a proposta para constituição de uma comissão, a nomear pela CCE, para análise profunda das possíveis forças actuantes e constituição das mesmas, medidas contra possíveis retaliações e para o estudo da forma realista como deverá ser posta em prática a doutrina definida no Manifesto;

g) Aprovada a sugestão de se aguardar a decisão sobre a adesão da Força Aérea, a qual, segundo os seus representantes, será apresentada no próximo dia 10;

h) Os camaradas observadores da Armada comprometem-se a apresentar as suas decisões tão brevemente quanto possível, face aos esclarecimentos que no plenário obtiveram e aos factos observados.

Nunca será de mais realçar a importância do miniplenário de 5 de Março de 1974 realizado em Cascais, pela clarificação de atitudes e pelo salto qualitativo que imprimiu ao Movimento de Oficiais das Forças Armadas. E se bem que o fundamental da sessão tenha sido o texto do manifesto apresentado por Melo Antunes e a saudável e vigorosa discussão que o mesmo permitiu, não é possível dissociar dessa esplêndida reunião a figura exemplar de um camarada que à sua organização inteiramente se devotou, chegando a salvá-la quando parecia perdida no mar confuso de intervenções descabidas, incoerentes ou provocatórias: Nuno Pinto Soares. À sua extraordinária capacidade organizativa se ficou devendo muito do que o Movimento conseguiu realizar. Todo o esquema por ele idealizado e posto em prática com a colaboração de Mourato Grilo e Luís Macedo se revelou excelente. Os quadros de planeamento estratégico, os calendários para a acção e as determinações em conformidade, propostas por Pinto Soares e aprovadas no miniplenário, merecem ficar guardadas para sempre no Museu da Revolução de Abril que urge instalar.

Tudo estava previsto pelo Nuno. Excepto o imponderável. Que surgiria dois dias depois do miniplenário de Cascais, alterando substancialmente a situação, obrigando a mandar às malvas os mapas e os projectos dos camaradas engenheiros e a imprimir ao Movimento uma nova dinâmica que iria conduzir, mais rapidamente do que se poderia supor, ao confronto definitivo com o Regime.

14. CAPITÃES EM «SEQUESTRO». ALGUMAS HORAS DE TOTAL CLANDESTINIDADE

Ao meio-dia de sexta-feira, dia 8, os capitães Vasco Lourenço, Carlos Clemente, Antero Ribeiro da Silva e David Martelo tomam conhecimento oficial do despacho ministerial que súbita e inopinadamente lhes ordena a transferência de unidade, devendo seguir os dois primeiros para o Comando Territorial Independente dos Açores, o terceiro para o CTI da Madeira e o último, da ECS em Águeda, onde lecciona, para o BC 3 em Bragança.

Duas horas depois, fui chamado a casa de Pinto Soares e informado do acontecimento. Urgia tomar decisões. Parecia-nos que o Poder, tendo tido conhecimento da reunião de Cascais, se movia no sentido de procurar destruir o Movimento. E aí estavam os primeiros tiros no escuro.

Não descortinávamos a que critério obedecia a selecção dos quatro camaradas. Verdadeiramente importante na organização era Vasco Lourenço, membro da direcção e elemento motor da ligação. Carlos Clemente e Martelo eram delegados e activistas, sem funções de direcção. Antero era um agente de ligação. Os três, facilmente substituíveis. O Vasco estava de há muito detectado, juntamente com Diniz de Almeida (aparentemente fora de combate depois da sua transferência para o RAL 5 de Penafiel) e Hugo dos Santos (imobilizado, sob observação, no RI 15 de Tomar, aguardando

embarque para a Guiné). Quanto aos restantes três camaradas, apurar-se-ia mais tarde que haviam sido mencionados numa inadvertida troca de correspondência entre dois oficiais do MFA, a qual fora espiolhada.

A machadada não era catastrófica mas exigia resposta. Convocámos para essa mesma noite uma reunião alargada da CCE em casa do pai de Luís Macedo, na Rua Luís Palmerim, em Alvalade. Presentes, entre outros, o capitão Silva Pinto (pára-quedista), capitães Balacó e Geada (FAP), capitão-tenente Contreiras (Armada) e Melo Antunes, Rosário Simões, Morais da Silva, Gastão Silva, Luz e outros, do Exército, não pertencentes à CCE.

Para lá de uma intervenção prolongada de Pinto Soares sobre alguns aspectos de organização, já em marcha posteriormente ao miniplenário de Cascais, o estudo da reacção a tomar face às retaliações agora desencadeadas preencheu, dominantemente, a reunião.

Ao fim de largas horas de discussão, prevaleceu e foi aprovada uma proposta no sentido de concentrar pelas dezasseis horas do dia seguinte, no Terreiro do Paço, junto ao Ministério do Exército, uma manifestação de protesto de oficiais que exigiriam ser recebidos pelo ministro. Iriam todos os que estivessem disponíveis, em uniforme número um e com fitas. Mas persiste nos camaradas o receio de tomar atitudes decisivas. Há hesitações, argumentos pobres. Pinto Soares, desconsolado, abandona-se e passa deitado no chão, de olhos fechados, a maior parte da reunião. José Maria Azevedo tem um ataque de nervos e atira, exaltado, os livros ao chão. Belas cenas de tomada de consciência e de honestidade!

Apresentei então uma nova proposta mais radical. Considerando que a manifestação não iria impedir o embarque dos camaradas para os seus destinos, defendi uma acção mais categórica por parte do Movimento: a direcção *decidia*, pura e simplesmente, não permitir o cumprimento das ordens ministeriais. E nesse sentido *ordenava* aos camaradas que não seguissem para as ilhas, *sequestrando-os* se desobedecessem ao Movimento.

A minha proposta acabou por ser aprovada por maioria, decidindo-se, no entanto, que não invalidaria a anterior, pelo que ambas as acções se realizariam. Foi proposto que os camaradas já não dormissem nessa noite em casa, com o que Vasco e Antero, presentes, não concordaram. Mas no dia seguinte obrigavam-se a faltar ao

embarque, alojando-se clandestinamente em casas de camaradas. David Martelo seguiria ao seu destino, para Bragança, sem entraves. Carlos Clemente, não estando presente, foi avisado por telefone da decisão tomada.

Um dado novo por nós introduzido, amplamente revelador de permanente ingenuidade, veio alterar em parte os planos traçados. Almada Contreiras, levando em linha de conta uma certa amizade existente entre o almirante Pereira Crespo, ministro da Marinha, e o general Spínola, propõe-se ir a casa daquele e avisá-lo de que algo de incontrolável poderá acontecer no Exército se a ordem de transferência dos quatro camaradas não for anulada, pedindo-lhe que interfira neste sentido junto do ministro do Exército.

A votação dos presentes foi favorável à proposta e Contreiras partiu, de madrugada, para o cumprimento da missão. Pereira Crespo recebeu-o de mau humor. E perante a solicitação do jovem capitão-tenente não tem dúvida em lhe afirmar que não exercerá qualquer pressão junto de quem quer que seja no sentido do cancelamento da ordem. Contreiras afirma-lhe que, de qualquer modo, a ordem não será cumprida, que os camaradas não embarcarão. A conversa termina pelas três da manhã. O almirante alerta de imediato Silva Cunha quanto à gravidade da situação. O ministro da Defesa reúne-se com os generais Andrade e Silva e Tello Polleri, secretário de Estado da Aeronáutica, e ordena a imediata entrada em prevenção rigorosa de todas as unidades e estabelecimentos militares dos três ramos em todo o País.

O relato de Almada Contreiras após a sua falhada missão põe-nos em alerta contra o que pode vir a suceder. Vasco e Antero, que já se haviam retirado, recebem telefonemas para sair imediatamente de casa. São cinco e trinta da manhã. Carlos Clemente não acredita e deixa-se ficar na cama. Pouco depois, batem à porta de Vasco, em S. João do Estoril. É o comandante da unidade que o manda chamar.

— Ainda não chegou a casa — diz Adélia, preocupada, ao mensageiro.

Pelas seis e trinta, o tenente-coronel Ferrand d'Almeida bate à porta de Carlos Clemente. Tem ordem para levá-lo para a sua unidade, o RC 7, e guardá-lo ali até o acompanhar ao avião que o levará para os Açores.

Ao romper da manhã, Antero havia-se refugiado em casa de Pinto Soares. E quando vou abrir a porta de minha casa, ao toque da campainha, depara-se-me um Vasco Lourenço ensonado e cheio de frio, que me conta o que aconteceu após a reunião. Abandonou a cama há duas horas e precisa de um local onde ficar. A minha casa pode ser perigosa. Preparamo-nos e seguimos para casa de Manuel Monge. Uns tios deste tinham adquirido em Miraflores um andar, num prédio quase paredes meias com aquele em que Monge habita, permitindo uma circulação discreta pelas traseiras. O andar está mobilado com pouquíssimos móveis, mas tem um elemento positivo: alcatifas, que sempre permitem aquecer mais o ambiente. As torneiras funcionam. É combinado o toque de campainha para identificação dos amigos. Poucos saberão que ele ali está, vivendo, isolado, as suas poucas horas de total clandestinidade. Eu, Monge, Ruben Domingues, Diniz de Almeida, levamos-lhe pão, fruta, cerveja, carnes frias. Cedo-lhe um grosso camisolão de lã verde, em ponto inglês, que lhe serve e lhe permite aguentar melhor o frio de Março.

Na manhã do dia 9, Nuno Pinto Soares entrega ao director da Arma de Engenharia um requerimento exigindo a sua demissão de oficial do Exército, apresentando como motivo a transferência arbitrária dos quatro camaradas.

Sou solicitado para uma reunião na noite de 9, em casa, uma vez mais, do pai de Luís Macedo. Pedem-me que leve o Vasco. Aparecem também Pinto Soares e Antero Ribeiro da Silva, Macedo e o capitão piloto-aviador Costa Martins. Discute-se se é de manter ou não a situação de «sequestro» dos dois camaradas. Sustenho que sim, que esse desafio ao Poder deve continuar. Sou vencido, porém. Há o perigo da entrada em ausência ilegítima, em deserção. E não parece aos outros que dessa atitude se retirem dividendos para o Movimento. Vasco e Antero estão fartos das suas dezoito horas de clandestinidade e «sequestro». E temem também pelas suas carreiras profissionais.

É Pinto Soares quem se encarrega de, em nome do Movimento, ir entregar os «sequestrados» ao Quartel-General. Além de se encon-

trar já nesse momento demissionário do Exército, apresenta um motivo que me faz rir:

— Não me vai acontecer nada, vais ver. Entrego-os lá, em nome do Movimento, digo o que tenho a dizer e venho-me embora. Sabes, o meu pai é muito amigo do Edmundo Luz Cunha.

— Eu tenho é um palpite que vocês vão logo os três de grelha para o Forte da Trafaria, mas, se insistem, não tenho outra alternativa. Vou acompanhar a coisa de longe, para ver quem tem razão.

O Nuno, como porta-voz do Movimento, imporia condições para a entrega dos dois camaradas: a anulação do despacho de transferência de Vasco, Antero e David Martelo e regresso imediato de Carlos Clemente do seu exílio na ilha Terceira. A não satisfação destas reivindicações poderia vir a desencadear algo de muito grave e incontrolável por parte dos oficiais, incluindo os que prestavam serviço no Ultramar.

Cerca da meia-noite do dia 9, de dentro do meu carro estacionado no passeio central da Avenida Duque de Ávila, vi Pinto Soares tocar a campainha do portão grande do Quartel-General que dá para a Avenida Marquês de Fronteira. Passados cinco minutos os três tiveram acesso ao interior. Era uma e vinte do dia 10 quando regressei a casa, convicto de que as minhas previsões se haviam confirmado.

Entretanto, a decisão de realizar a manifestação junto ao Ministério do Exército tivera de ser alterada, face ao estado de prevenção rigorosa determinado pelas altas instâncias. Em sua substituição, a ligação difundira pelos delegados nas unidades, na extensão que os meios telefónicos permitiam, a nova atitude a tomar: apresentação dos camaradas presentes nas unidades e estabelecimentos, pelas dezasseis horas, ao comandante, assumindo a sua quota-parte de responsabilidade no «sequestro» e solidarizando-se com os «sequestrados». Embora a acção não tenha sido desencadeada com carácter geral, a verdade é que a obediência a esta determinação da CCE em muitas unidades provocou nos comandos das mesmas e nos altos escalões a desconfortável sensação de que o Movimento se movia, tentacularmente, que estava organizado e que como tal podia vir a desencadear acções imprevisíveis.

Na tarde do dia 10, domingo, encontrei-me com Luís Macedo no RE 1. Soubemos, por meio de alguns telefonemas, que os três

camaradas, após terem passado a noite no QG (Pinto Soares) e no RC 7 (Vasco e Antero), haviam sido conduzidos para o Forte da Trafaria, Casa de Reclusão Militar de Lisboa, sob prisão.

Inexplicavelmente, eu, que tinha previsto aquela tomada de posição por parte do Poder, deixei-me tomar por profunda emoção. Eram os primeiros camaradas presos só por pertencerem ao Movimento de Oficiais das Forças Armadas! E isso assumia a meus olhos extraordinária importância. Foi nesse estado de espírito que escrevi, febrilmente, o rascunho de uma carta destinada aos camaradas do Movimento em serviço no Ultramar, que Luís Macedo pacientemente bateu à máquina e se encarregaria de enviar pelos canais de ligação utilizados dias antes com a documentação do 5 de Março. As sugestões por mim apresentadas, debaixo de grande estado emocional, nunca iriam, porém, ser levadas por diante (Anexo XIX).

15. «A ORDEM DE OPERAÇÕES VEM ASSINADA PELO NOSSO GENERAL?»

Em 10 de Março, já Luís Casanova Ferreira, major de Infantaria, se encontrava em Lisboa regressado de Bissau, onde cumprira (mais uma) comissão de serviço na Repartição de Operações do QG do Comando-Chefe.

Não se integrava, efectivamente, nas estruturas do Movimento. Porém, a sua firmeza de carácter e de opiniões, dinamismo e invulgar espírito de decisão, haviam-no tornado conhecido, estimado e respeitado quando, como tenente, fora instrutor na Academia Militar de muitos capitães, já antigos no posto em 1974.

É um homem que sempre se manifestou contra o regime de Salazar-Caetano. E daqueles que não pode ficar parado. Tem de actuar. Entra imediatamente em contacto com Monge e comigo e fica por dentro dos assuntos. Quer participar decididamente no Movimento. Mas não o seduzem longas e esotéricas reuniões. Prefere a

acção. Chega, para tal, no momento propício. O vulcão apresenta sinais de que ameaça vomitar lava.

Na manhã de 11, segunda-feira, o capitão António Ramos, ajudante de campo de Spínola, contacta comigo telefonicamente. Tem algo de muito importante a dizer-me. Combinamos almoçar juntos. Transmite-me as preocupações do general. Já se sabe que na próxima quinta-feira, dia 14, todos os oficiais generais dos três ramos irão a S. Bento afirmar a Marcelo a sua fidelidade e solidariedade ao Governo, em nome das Forças Armadas. Poderão até *exigir* a demissão de Spínola e Costa Gomes. Tudo deve estar combinado entre eles. Claro que o CEMGFA e o vice-CEMGFA se recusam a comparecer, o que implica que será o mais antigo dos chefes de Estado-Maior presentes, o general Paiva Brandão, do Exército, a botar o discurso programado e aviltante. Poderá o Movimento fazer alguma coisa para evitar a consumação da farsa? «O Velho» sugere uma manifestação de protesto dos oficiais do Movimento, em uniforme número um e com condecorações, como desagravo à atitude dos generais. Prometo tratar urgentemente do assunto.

Falo nessa mesma tarde a Casanova sobre o pedido do general, referindo a necessidade de convocar com urgência a CCE.

— Qual reunião qual carapuça! O general não tem nada que dizer à malta o que é que se deve fazer. Isso da manifestação é uma cegada que não leva a nada e só pode trazer chatices para mais alguns. Lembra-te que já estão três presos. Isto agora é a doer. As reuniões já não resolvem nada. Vamos é prá porrada!

— Mas olha que ainda não temos um estudo de situação em condições e isso não pode ser feito à balda, por atacado. Não podemos, neste momento, atirar-nos prá porrada sem mais nem menos.

— Ai não? Se queres experimentar, convoca malta de meia dúzia das unidades mais fortes para amanhã de manhã para a minha casa do Algueirão e vais ver como é que é.

Quem o conhece, sabe como é difícil discutir com Casanova Ferreira. Na manhã seguinte encontrámo-nos na sua velha casa de uma tranquila rua do Algueirão. Na saleta, jovens oficiais da EPI, EPA, EPC, RI 5, RAL 1. Trocaram-se impressões rápidas. Os camaradas mostravam-se dispostos a agarrar nas «canhotas» e arrancarem para «a porrada». Assim, de peito feito. Depois logo se veria.

Havia como factor determinante o entusiasmo comunicativo de um major antigo e prestigiado. E eu embarcava naquela jangada...

— Pronto, então tá feito. Nós preparamos hoje o plano de operações e amanhã encontramo-nos todos outra vez, para distribuição de objectivos e missões. O Otelo arranja o sítio. Vocês preparam o pessoal das unidades — incitava Casanova.

— Atenção. Precisamos dos «páras». E a malta da EPC apresenta dúvidas. Como é? — interrogava eu, dubitativo.

— Bem, então tu vais amanhã a Santarém conversar com os tipos e trá-los para a reunião. Podes almoçar em Santarém. Mais conversa, menos conversa, marcamos a reunião para as seis da tarde. Achas bem?

Na tarde desse dia, na vivenda baixa e cinzenta então habitada por Casanova Ferreira, ali perto da Calçada da Ajuda, reunimo-nos para elaborar um «plano de operações». Eu, Casanova, Monge, José Maria Azevedo, Geraldes, Luís Macedo, Garcia dos Santos. Parecia uma brincadeira de garotos. Cada um atirava o seu objectivo para cima da mesa. A euforia reinava. Casanova *queria* iniciar a acção com uma bomba de duzentos e cinquenta quilos largada por um avião em cima da Assembleia Nacional! «Pra escaqueirar aquela merda de uma só vez», justificava. Garcia dos Santos, profissional, ia tomando notas para o «anexo de transmissões».

— Mas onde vais tu sacar agora o material? — perguntava-lhe eu, incrédulo.

— Não te preocupes com isso. Como é pouca coisa, não se nota e retiro do material que tenho lá na aula da Academia.

Casanova batia à máquina o «plano de operações» em três exemplares, feliz como uma criança com um brinquedo novo, Marcámos para a madrugada do dia 14 o início da acção. Não tinha nada que enganar: em minutos, o Governo dava um trambolhão que não se aguentava. Os generais não iriam prestar a Marcelo vassalagem de qualquer espécie!

Alinhámos as «nossas forças»:

Exército: EPC — EPI — RI 5 — BC 5 — RE 1 — EPA — RAAF — CIAAC — RC 6

Força Aérea: «Páras» — BA 3 (Tancos) — BA 5 (Monte Real)

Depois, definimos os «objectivos»:

RL 2, RC 7, RTP, Emissora Nacional, Assembleia Nacional,

Legião Portuguesa, DGS, Controlo do Aeroporto, Central de Transmissões, Presidência do Conselho, Presidência da República.

Distribuímos, finalmente, os «objectivos» pelas «nossas forças». Tínhamos o «plano de operações» feito em uma hora! Não foi difícil e gozámos um pedaço. Acabámos por ter de acrescentar mais alguns objectivos: Marconi, CTT, TLP. E as ideias iam surgindo: era necessário, após o golpe, controlar imediatamente a informação (imprensa, rádio, televisão), impor o recolher obrigatório e o estado de sítio, elaborar códigos para entidades, localidades e ligações rádio, telefónicas e telegráficas, elaborar um esquema político com admissão de partidos (excluindo o PC, acautelava Casanova) e, como objectivos políticos imediatos, «arranjar» uma Junta Militar Governativa, dissolver a Assembleia Nacional, suspender a Constituição e demitir o Governo.

Parecia-me muita fartura para tão pouco tempo disponível. O meu normal optimismo não conseguia corresponder, de forma alguma, ao entusiasmo epidémico de Casanova e Monge. Tinha a sensação vaga e entorpecente de ter apanhado uma vacina forte. Mas sentia-me impelido para diante, não conseguindo resistir ao empurrão. Faltava-me apoio. Ninguém discordava, achando tudo possível, exequível. Pois vamos ver, amigos, o que *isto* vai dar!

No dia seguinte, quarta-feira, 13 de Março, dirigi-me com o alferes Geraldes, no meu carro, para Santarém. Depois de um encontro já combinado no dia anterior para um café do centro da cidade, segui um guia até à residência que me foi indicada, um andar num edifício perto do Jardim das Portas do Sol e que soube estar alugado pelo capitão Bernardo, vulgo «o Nisa».

Reparei que eram cautelosos e discretos os movimentos dos camaradas, o que foi justificado como devido à intensa vigilância que desde há algum tempo os pides locais exerciam sobre os oficiais da EPC. Salgueiro Maia, ausente em exercícios no campo com carros de combate, não compareceu à reunião. Mas a saleta da residência do «Nisa» encheu-se de jovens tenentes e capitães, ávidos de saber o que tinha para lhes dizer.

Li-lhes, com a solenidade que me foi possível, a «ordem de operações» que levava no bolso. Não me pareceram nada convencidos. Ali estava alguma gente com bom senso, pensei. As críticas choveram. Tive de explicar o porquê da necessidade súbita de

fazer «qualquer coisa». Era um pedido de Spínola e era importante para o Movimento apoiá-lo.

— E a «ordem de operações» vem assinada pelo nosso general? — perguntou, agressivo, o capitão Morgado.

— É claro que não. Nem tem nada que vir — repliquei, um tanto agastado. — Mas não estou a perceber. Então o Movimento não é de capitães, subalternos e majores? Não somos nós quem temos e devemos assumir a responsabilidade até ao fim? Agora, depois de ao longo de vários meses termos subido a escadaria quase toda, quando só nos faltam um ou dois degraus para chegar ao topo, é que vocês querem que venha um general dar-nos um empurrão porque não sentimos coragem para subir o resto? É evidente, para quem o conhece (e eu conheço-o), que o nosso general *nunca* assinará «ordens de operações» de espécie alguma. A malta fará a guerra. E se ganharmos, ele aparecerá para dirigir as operações a partir daí.

— E os pára-quedistas? Entram? — perguntou alguém.

— Aí está uma coisa que eu vos vinha pedir. Como as vossas relações com eles são boas, se um de vocês podia deslocar-se a Tancos para que um deles venha hoje, juntamente com um delegado vosso, à reunião em Lisboa onde vão ser distribuídas as missões para amanhã.

— Bem, para isso é melhor o meu major falar pessoalmente com eles. Nós podemos é ir a Tancos avisá-los de que o meu major está cá e trazê-los para que possa falar com eles. Mas agora só depois do almoço.

Anuí. Para não dar nas vistas eu seguiria para Almeirim, onde almoçaria com o Geraldes, no Restaurante Toucinho, uma esplêndida sopa de pedra, especialidade da casa. E um camarada ir-me-ia lá buscar para me conduzir ao local da reunião logo que os «páras» chegassem a Santarém.

Assim foi feito. E pelas dezasseis horas entrávamos sub-repticiamente nas antigas instalações do RA 6, hoje anexo da EPC, onde numa grande sala se encontrava inesperado número de oficiais pára-quedistas. Mas não falei aí muito tempo. Como a minha entrada e a dos «páras» tivesse sido detectada por um oficial do anexo, de pouca confiança, foi-me pedido que me retirasse, juntamente com os camaradas. Acabei por «vender o meu peixe» aos «páras» dentro

do meu carro, à pressa, ficando combinado que um deles estaria em Lisboa dentro de duas horas, a fim de participar na reunião.

Foi Avelar de Sousa [1] quem se encontrou connosco, pelas dezoito horas, num andar de um prédio do Dafundo. Presentes, os autores do «plano de operações» e os camaradas das «unidades fortes» seleccionadas, em pé de guerra, preparadas para o combate. Da EPC não veio ninguém. O pára-quedista respondia também por ela.

A sessão teve curta duração. Quando acabei a leitura da «ordem de operações» (!) e perguntei se alguém tinha dúvidas e queria fazer perguntas, Avelar de Sousa tomou a palavra, como eu já esperava, para afirmar em tom categórico que lamentava mas «os páras e a EPC não alinhavam naquilo e se recusavam, portanto, ao cumprimento das missões atribuídas».

— Mas porquê? — perguntei.

— Porque *isso* que aí está não é «ordem de operações» nem é nada. Não tem consistência nenhuma. E nós só gostamos de actuar a sério, desde que tudo esteja previsto e haja francas possibilidades de êxito — afirmava, seguro, o pára-quedista.

— O problema é os generais irem amanhã prestar vassalagem ao Marcelo. Isso fará com que Spínola e Costa Gomes sejam exonerados, o que nós queríamos evitar.

— E o que é que isso tem? Se forem exonerados não faz mal nenhum. Ou o Movimento pára por causa disso? Deixem lá eles serem exonerados à vontade. Isso não causa grande transtorno ao Movimento. E dá-nos tempo para pensar melhor antes de nos metermos numa acção atabalhoada que pode dar mau resultado.

— Há também os camaradas presos...

— Paciência! Mas também não hão-de lá ficar muito tempo. Afinal não têm grandes acusações contra eles.

Contava-se com os «páras», na «ordem de operações», para levarem a cabo o grosso das acções de maior responsabilidade. A recusa irrevogável da sua participação e da da EPC apresentada de forma tão categórica por Avelar de Sousa fazia esmorecer o entusiasmo dos principais impulsionadores do golpe em perspectiva.

Para mim, aquele balde de água fria atirado pelo jovem capitão sobre a fervura levantada pelos mais velhos não representava mais

[1] É hoje ajudante de campo do Presidente da República.

do que a chamada ao bom senso e à razão. Expulsei, com alívio, a angústia que me tomava. E um peso enorme me saiu de cima.

— Ora bem — disse. — Devo confessar que sou exactamente da opinião do Avelar de Sousa. Este plano que fizemos sobre o joelho não tem força nem estrutura de qualquer espécie e está destinado ao fracasso. Parece-me que não será a tentativa de o pôr em execução que salvará, a poucas horas do beija-mão dos generais, Spínola e Costa Gomes de serem exonerados. O Movimento continuará. Temos é de prosseguir, com calma e determinação, o estudo de situação, que tem demorado, e não nos apressarmos numa aventura. Qual é a tua opinião, Casanova?

O entusiasmo de Casanova Ferreira arrefecera bastante. Sério, assentou:

— Tá bem, estou disposto a concordar com isso. Mas gostava é que o camarada pára-quedista apresentasse uma alternativa ao que nós nos propúnhamos levar por diante. Isto de só dizer que está mal sem ter nada na manga também não serve.

— Sobre esse assunto, devo afirmar que nós, os pára-quedistas, temos já um estudo de situação completa e perfeitamente elaborado e dispomos de uma força considerável de combate, perfeitamente disciplinada, organizada, armada e equipada para entrar em acção.

— Quantos homens constituem essa força? — perguntei.

— À volta de oitocentos.

Ouviram-se, entre dentes, assobios de admiração.

— Porra! Com uma força dessas e nas condições em que o camarada a descreveu, não é preciso mais nada — entusiasmava-se, de novo, Casanova.

— Mas só actuaremos com uma boa organização e em face de uma ordem de operações realista. Não pensem, por exemplo, que a Força Aérea se disponha a bombardear seja o que for, como vocês prevêem. Chegaram a falar com os pilotos? — perguntava o pára-quedista.

— Não. Contávamos contigo para isso — respondi.

— Então não tenham ilusões. É ponto de honra da malta da Força Aérea não efectuar qualquer tipo de bombardeamento sobre objectivos em território nacional, sobretudo voando sobre Lisboa.

Era o argumento definitivo contra a bomba de duzentos e cinquenta quilos de Casanova Ferreira! Achei que era a altura de apresentar uma proposta para sair do impasse.

— Bem, proponho que se faça o seguinte: face ao consenso generalizado de que o «plano de operações» que apressadamente parimos não tem viabilidade de execução, fica sem efeito a acção de amanhã. Os generais vão ao beija-mão ao Marcelo. Spínola e Costa Gomes vão ser exonerados. Mas é preciso fazer alguma coisa. Neste sentido, e atendendo àquilo que o Avelar de Sousa acaba de nos revelar quanto à força dos «páras» e ao estudo de situação já realizado, a minha proposta é no sentido de que os «páras» se encarreguem de, no mais curto espaço de tempo, desencadearem uma acção de força visando o derrube do Regime. E nós pomos as nossas forças ao serviço do plano operacional que os camaradas pára-quedistas queiram desenvolver. Alguém é contra isto?

O silêncio era consentimento. Retomei a palavra.

— Pronto, então fica sem efeito a acção projectada para amanhã. Vocês regressam hoje às unidades e desmobilizam o pessoal, relatando aos camaradas o porquê desta decisão. Quanto aos «páras», de quanto tempo precisam vocês para preparar a acção?

— Julgo que dez dias será suficiente — afirmou Avelar de Sousa.

— Pronto, está assente. Isso significa que lá para 23 ou 24 deste mês os «páras» desencadeiam a acção que esperamos seja vitoriosa. Entretanto, aguardamos que vocês nos contactem para solicitar a nossa colaboração para o que for preciso.

— *Okay*, acho que posso assumir em nome dos pára-quedistas essa responsabilidade — disse Avelar de Sousa. — Só impomos uma condição. É falarmos pessoalmente com o general Spínola.

Olhei para Monge.

— Achas possível, Manel?

— Acho que sim. Eu falo com o nosso general nesse sentido.

Ficou decidido que Monge transmitiria a resposta do general a Garcia dos Santos e este combinaria com os pára-quedistas, face à decisão de Spínola, a data, a hora e o local do encontro, enquanto Avelar de Sousa comunicaria logo que possível, por via telefónica, a confirmação de que o RCP aceitava, em bloco, a incumbência.

A reunião terminou. Com uma enorme frustração para os jovens oficiais que, impacientes, se queriam lançar afoitamente na aventura e que, de orelha murcha, regressavam às unidades com uma ordem de desmobilização para o pessoal. Mas parecia-me aquela, face à vacuidade e à exequibilidade tão duvidosa do projecto, a decisão mais acertada. Nunca me arrependi de a ter tomado.

PARTE III

16 DE MARÇO:
A ÚLTIMA GOTA DO CÁLICE
OU
DE COMO SE CHEGA FINALMENTE
À CONCLUSÃO DE QUE
«ISTO SÓ VAI À PORRADA»

1. «A BRIGADA DO REUMÁTICO»

O capitão Virgílio Luz Varela era o pólo dinamizador da actividade operacional do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha. Dinâmico, desembaraçado, prestigiado perante os camaradas por alta condecoração ganha em acções de combate no Ultramar, «tinha a unidade na mão».

Fazia parte, naturalmente, da Comissão Coordenadora dos Oficiais do QP oriundos de milicianos que obtivera de Spínola, em Janeiro, a garantia do maior interesse para a resolução do problema que os afectava. No miniplenário de Cascais, em 5 de Março, fizera uma vigorosa intervenção de enaltecimento à figura do general, uma vez mais apontado, com Costa Gomes, como um dos chefes a quem confiaríamos a força do Movimento. E motivara ainda os camaradas presentes para que não fosse descurada a procura de uma solução equilibrada e satisfatória para o seu problema e o dos camaradas nas mesmas condições, os quais, com a revogação dos Decretos 353/73 e 409/73, envelheceriam no posto de capitão. Perante esta proposta, eu solicitara a Marques Júnior que se encarregasse de coordenar o trabalho de uma equipa que retomaria o projecto da EPC.

A decisão por mim tomada na reunião de 13 iria permitir a exoneração de Spínola e Costa Gomes sem qualquer oposição por parte do Movimento. E adiar ou até tornar impossível, na opinião de Varela, a obtenção da ansiada solução para o grave problema dos oriundos de milicianos.

Virgílio Varela não podia aceitar, por isso, a minha sentença. Não confiava na força e na perseverança, na continuidade de acção

do Movimento, na sua marcha segura e firme até à vitória, ao derrube do Regime. Às três horas da madrugada do dia 14, aguardava, em casa de Luís Casanova, a chegada deste. Para lhe dizer que, não concordando com a decisão tomada na reunião do dia anterior, não mandara desmobilizar o seu pessoal, que se conservava «sobre rodas», e que se mantivéssemos a desmobilização ordenada sairia sozinho com a unidade, fossem quais fossem as consequências.

Casanova conseguiu dissuadi-lo de empenhar o pessoal numa atitude precipitada e aventureirista que, evidentemente, só podia conduzir a funestos resultados. Com a promessa, porém, de que me iria convencer a retomar o «plano de operações» posto de lado, trabalhar sobre ele e melhorá-lo para que se pudesse desencadear um golpe logo que possível, talvez até na semana seguinte. E foi assim que persuadiu Varela, com a «ameaça» por parte deste, no entanto, de que iria manter o pessoal do RI 5 em «estado de prontidão».

Foi na tarde desse mesmo dia, 14, quinta-feira, que em companhia de Casanova tive oportunidade de assistir, na sala de oficiais da Academia Militar, à transmissão em directo pela TV da encenação da farsa que ficaria conhecida pelo título de «A Brigada do Reumático».

O palco, uma vez mais, é o palácio da Assembleia em S. Bento. Principal farsante e *metteur-en-scène*, o tartufo Marcelo Caetano. Muitos figurantes-figurões trajados a preceito. Todo o elenco militar do gabinete marcelista: ministros, secretários e subsecretários de Estado, chefes de Estado-Maior, comandantes de regiões militares, o governador militar de Lisboa; comandantes-gerais das forças militarizadas e o da Legião Portuguesa, convencido de que faz parte deste naipe; Silva Pais, director-geral da PIDE, lembrando-se de que um dia o haviam feito major; directores de armas e de serviços, comandantes de unidades. Arnaldo Schultz, obviamente. E até gente honesta, como Ernesto Almeida Freire e Delgado e Silva, que marcam presença possivelmente com receio da rescisão do contrato. Verifica-se que Spínola, Costa Gomes e o secretário-geral da Defesa Nacional, almirante Tierno Bagulho, não se encontram em cena. O que era de esperar. Há um género de papéis que gente de espinha

direita se recusa a representar. Decerto por motivos diferentes, não pisam a ribalta Kaulza, os manos Silvério Marques e Rosa Garoupa.

A deixa ficara no ar nove dias antes. Do corpo de figurantes destaca-se e avança até ao proscénio um deles, fardado de general (o genérico indica que é Paiva Brandão), que monologa:

— (Blá, blá, blá...) As Forças Armadas não fazem política, mas é seu imperioso dever, e também da nossa ética, cumprir a missão que nos foi determinada pelo Governo legalmente constituído. (E patati e patatá...), num momento em que o progresso da Nação e o bem-estar dos Portugueses dependem da protecção que lhes é dada pelas forças militares, é também oportuno dizer a Vossa Excelência que estaremos *unidos, firmes* e cumpriremos o nosso dever sempre e onde quer que o exija o interesse nacional.

Tomando a deixa, passa a dominar a cena o protagonista, que, dirigindo-se paternalmente aos figurantes da «brigada», responde:

— Dou o maior valor às palavras que em vosso nome acabam de ser proferidas. O chefe do Governo *escuta e aceita* a vossa afirmação de *lealdade e disciplina*. A vossa afirmação de que as Forças Armadas não só não podem ter outra política que não seja a definida pelos poderes constituídos da República, como estão, e têm de estar, com essa política, quando ela é a da defesa da integridade nacional.

E ainda, a terminar, antes dos circunspectos apertos de mão finais:

— O *País* está seguro de que conta com as suas Forças Armadas. E em todos os escalões destas *não poderão restar dúvidas* acerca da atitude dos seus comandos.

São evidentes os efeitos políticos que Marcelo procura extrair daquela execrável encenação. Mas as bases totalmente falsas em que tudo aquilo assenta não deixam qualquer margem para dúvidas de que o tiro estoiraria com certeza pela culatra.

Que diabo! Era natural que até o cidadão médio dos grandes centros desconhecesse o que se passava nos bastidores da vida política nacional. O desinteresse quase total pela coisa política a que o Regime obrigava, a ausência de informação nos órgãos falados e escritos rigidamente controlados pelo Estado, o culto do paternalismo político que Salazar instituíra, com êxito, auxiliado por uma máquina repressiva feroz para defesa do «seu» Regime e que con-

tinuava a vigorar em pleno, tornava perfeitamente lógica e admissível aquela asserção.

Porém, o Governo era perfeitamente conhecedor de que o Movimento dos Capitães era uma forte realidade; tinham-se produzido os acontecimentos da Beira com todas as suas consequências; fora publicado *Portugal e o Futuro*, da autoria de um chefe militar prestigiado perante os quadros intermédios dos oficiais do Exército, e que lançara na cena política nacional, com o êxito conhecido, uma nova proposta para discussão sobre um assunto até então considerado tabu; efectuara-se, nove dias antes, o importante plenário de oficiais em Cascais, no próprio dia em que Marcelo se pronunciava na Assembleia; na madrugada do dia 9 o Movimento recusara o embarque precipitado de dois camaradas para as Ilhas Adjacentes e sequestrara-os por algumas horas, afrontando o poder militar; no dia anterior, 13 de Março, cento e vinte e cinco oficiais da Armada, de entre cento e cinquenta reunidos no Clube Militar Naval, haviam aprovado uma moção de solidariedade para com os camaradas do Exército presos na Trafaria e transferidos de unidade, assinalando a sua discordância em relação às represálias sobre eles exercidas, manifestando a sua apreensão relativamente ao processo que envolvera «tão insólito acontecimento» e apontando «a sua determinação em não colaborar em quaisquer medidas dirigidas contra camaradas de qualquer ramo das Forças Armadas».

Mais: antes do beija-mão, já Marcelo conhecia perfeitamente a inconciliação então existente entre os generais que em 14 de Março se encontravam, vassalos, à sua frente, e os jovens oficiais do Movimento. É ele que o afirma mais tarde, na entrevista concedida ao *Mundo Português* e que tenho vindo a citar:

«... Simplesmente, só então me convenci daquilo que há muito desconfiava e que alguns chefes militares me diziam: de que existia um fosso entre os oficiais mais velhos e os mais novos e de que a maioria dos generais carecia de prestígio entre os seus subordinados.»

Perante tudo isto, como justificar então as palavras finais de Marcelo, prenhes de hipocrisia e de advertência (ameaça?), antecedendo o solene «estender de bacalhau» afinal, em apoteose?

Identificando-se, à boa maneira salazarista, com o País, afirma que este «está seguro de que conta com as suas Forças Armadas».

Quem conta *com que* Forças Armadas? É realmente o *País*? Ou este passou apenas a contar com *as suas Forças Armadas* em 25 de Abril? É Marcelo (que abusivamente se auto-identifica com Portugal) que conta com elas? Com quem, nas *Forças Armadas*? Com os generais da «Brigada do Reumático», escolhidos e promovidos por Conselho de Ministros em função das garantias dadas de obediência ao Regime, com a promessa de uma presidência de conselho de administração ou de uma administração por parte do Estado em qualquer grande empresa para fim tranquilo (e bem abonado) de uma tranquila carreira militar?

Sem o saber, Marcelo falara realmente verdade. *O País contava com as suas Forças Armadas* e estas demonstrá-lo-iam cabalmente, cerca de quarenta dias depois. Além disso, «em todos os escalões», não podiam de facto «restar dúvidas acerca da atitude dos seus comandos». Aquela transmissão pela TV, directamente do Palácio de S. Bento, era por demais elucidativa.

Dois dias depois, demonstrando a *unidade e firmeza* das Forças militares garantida por Paiva Brandão e a *lealdade e disciplina* escutada e aceite por Marcelo, uma companhia do Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha, avança, isolada, a caminho de Lisboa, na disposição firme de contribuir decisivamente para o derrube do Regime e de colocar nas mais elevadas posições da magistratura nacional os generais Spínola e Costa Gomes, cuja exoneração antecipadamente esperada os jornais do dia anterior haviam anunciado em grandes parangonas.

2. «MANDEM DAÍ UMA BATERIA PRA LISBOA»

A sala de oficiais da Academia Militar estava quase vazia quando eu e Casanova ali estivemos, no fim da tarde do dia 15. Realizava-se uma festa organizada pelos cadetes da Arma de Engenharia, para «imposição» das torres que são o seu símbolo, e a quase totalidade

dos oficiais instrutores, bem como Leopoldo Severo, coronel comandante do Corpo de Alunos, e Almeida Bruno, novo comandante do batalhão do Corpo de Alunos de Gomes Freire, encontrava-se em confraternização com os jovens futuros oficiais.

A Academia Militar estava, por essa época, fortemente enriquecida em oficiais de boa craveira que ali haviam sido colocados como professores ou instrutores. E embora muitos deles não fizessem parte integrante do Movimento, adivinhavam o que se passava e procuravam exprimir, por várias formas, o seu apoio, manifestando até muitos deles o desejo de que tal apoio pudesse ser mais activo. Era o caso de Nuno Bívar, major de Cavalaria e mestre de Educação Física, do major Rio de Carvalho, recém-chegado de Moçambique, do major Adérito Figueira, mestre de Esgrima, do coronel Trindade, veterinário, do capitão Vale, das oficinas auto, do tenente-coronel Correia de Campos, spinolista dos pés à cabeça ali recentemente colocado, do major Matoso Ramalho, meu ex-chefe de secção no Comando-Chefe da Guiné, de Almeida Bruno e de tantos outros.

Além destes, havia bom número de camaradas activistas do Movimento e que conheciam perfeitamente a minha função no seio da organização: Miquelina Simões, António Carlos Morais da Silva, Ribeiro da Silva, Alves Martins, Américo Henriques, Florindo Morais, Vasco Durão, Manuel Monge, Lopes Pires, Garcia dos Santos.

Nunca, quer da parte de uns quer de outros, houve a mais leve sombra de traição, por denúncia, das minhas actividades no seio do Movimento, o que permitiu que o 25 de Abril fosse desencadeado com a oportunidade requerida. A coesão era perfeita e plenamente aceites os objectivos a atingir. E foi a adesão convicta de todos esses camaradas, afinal de tendências tão distintas, aos superiores objectivos do Movimento que permitiu a ultrapassagem de tantos obstáculos e a vitória final.

Nesse dia 15 de Março, eu e Casanova não tivemos oportunidade de debater com alguns desses camaradas as apreensões que dominavam o impetuoso major face à inquietação que grassava no Regimento das Caldas.

— Temos de nos reunir outra vez e fazer um plano de operações mais decente, apesar de teres dito aquilo aos «páras» — dizia-

-me Casanova. — Senão aquela malta das Caldas ainda arreia alguma bronca.

No regresso a casa, decidimos tocar à porta do Manuel Monge para combinarmos com ele uma reunião de trabalho urgente para as oito horas da manhã do dia seguinte. Pouco depois, casualmente, reuniu-se-nos Armando Marques Ramos. Estava visivelmente agitado.

— Vocês já sabem? Aquilo nas Caldas da Rainha está em pé de guerra. A malta, no dia 12, dirigiu-se individualmente ao tenente-coronel Farinha Tavares, que está a comandar interinamente o regimento, e disseram-lhe que se sucedesse alguma coisa aos nossos dois generais havia bronca, pois tomariam uma posição activa. Com a exoneração dos nossos generais anunciada hoje, consideram que está em jogo a palavra deles e querem vir para a rua. Quero ver se vou agora para lá para os acalmar.

— Sabemos disso e é por esse motivo que aqui estamos. Estávamos precisamente a combinar com o Monge uma reunião para amanhã às oito horas para cozinharmos um plano de operações em condições. Podes dizer isso à malta das Caldas. Que tenham calma que nós estamos a trabalhar — garantia Casanova.

Eram cerca de vinte e uma horas quando tocou a campainha do telefone. O destino intervinha, com os seus insondáveis desígnios. Bárbara Monge atende e chama-nos:

— É uma chamada do quartel de Lamego.

Corremos ao aparelho. E é Manuel Monge que recebe, excitadíssimo, a transmissão do jovem capitão Ferreira da Silva. Os olhos brilham-lhe, acesos. Fala alto, entusiasmado, como se quisesse que o interlocutor o ouvisse, em Lamego, através das janelas abertas:

— Ah! G'ande Manel! Ah! «puto» que nunca me enganaste! Porreiro, pá! Olha, estávamos agora aqui mesmo a falar nisso. Vou já avisar a malta toda. Parabéns e felicidades. Um grande abraço — e desligou.

Estávamos ansiosos. Não tendo percebido muito bem o que se havia passado, exigíamos pormenores.

— Receberam uma ordem do Quartel-General para transferir o comandante para Espinho, pois a malta protestou junto dele contra a exoneração dos nossos generais e o comandante pôs-se ao lado

deles[1]. A malta não aceitou a ordem e transmitiu mensagem a dizer que não obedece e que, portanto, o comandante dali não sai. Estão em rebelião contra a Região Militar. Parece que vão arrancar do quartel e vêm por aí a baixo, prá porrada — ofegava Monge.

— Eh! rapaziada valente. É destes que eu gosto — exultava Casanova Ferreira. — Isto tá a andar. Nem é tarde nem é cedo. É agora mesmo. Otelo, ainda aí tens o plano de operações? Eu já queimei o meu.

Eu tinha. Manuel Monge também já incinerara o terceiro exemplar. Passei o meu a Casanova. E senti que nova onda de desconforto e insegurança me assaltava.

— Olha que sorte eu ter aqui vindo antes de seguir para as Caldas! Assim já posso levar-lhes a missão e a malta fica radiante — congratulava-se Marques Ramos.

Redistribuíram-se objectivos, reformularam-se hipóteses. Marques Ramos seguia imediatamente para as Caldas e dava instruções para prenderem os comandos da unidade caso não aderissem, marcharem para Lisboa com uma coluna motorizada a uma ou duas companhias, encontrarem-se em Espinheira com a coluna da EPC e, chegados a Lisboa, ocuparem o Aeroporto da Portela de Sacavém. Garantiriam no quartel, a defesa a todo o custo e a segurança necessária para o regresso da coluna a quartéis.

O capitão Ramos rabiscou estas instruções num papel e despedindo-se de nós, emocionado, arrancou imediatamente para as Caldas da Rainha. Assim, simplesmente. Sem uma única instrução de coordenação, sem outro meio de comunicação que não fosse o número de telefone de Manuel Monge e uma vaga garantia de que este ficaria esperando na Rotunda da estátua de S. Cristóvão, junto ao RAL 1, as colunas vindas do Norte para lhes distribuir missões!

Além desta função, Monge encarregar-se-ia, através do contacto pessoal e telefónico, de aliciar individualmente e por unidades

[1] O comandante, coronel Amílcar Alves, bem como o 2.º-comandante, major Nelson Valente, enganaram os capitães para ganhar tempo. Depois do 16 de Março, promovem junto dos comandos da Região Militar a transferência quase total dos capitães (só dois escapam) para outras unidades do País. Utilizando baixos processos de mentira e de ameaça, criam no CIOE um ambiente de divisionismo e de desconfiança entre oficiais, sargentos e praças que tornou insustentável a presença dos capitães.

todos aqueles que se admitiam como possíveis de imediata adesão à participação activa na empresa.

Casanova seguiria imediatamente para Santarém, a fim de *trazer* consigo até Lisboa um esquadrão de blindados armado, equipado e municiado, para fazer frente e dissuadir as prováveis forças de oposição governamentais.

Eu *telefonaria* para Vendas Novas para *mandar vir* uma bateria de obuses de artilharia, armada, municiada e equipada, preparada para cumprir acções de bombardeamento em substituição da Força Aérea, e seguiria para a EPI de Mafra para *trazer* de lá uma companhia para assaltar e controlar o Rádio Clube Português.

Era, sem margem para qualquer dúvida, uma intentona. Um barco que antes de ser lançado à água, apesar da excitação borbulhante do champanhe da inauguração, se sabe que vai meter água por todos os lados e adernar de imediato, não chegando a fazer qualquer viagem.

Cauteloso, pus objecções:

— Acho que vamos fazer grossa asneira. Reparem que é fim-de-semana e a malta deu dispensas aos soldados. A EPC continua com as munições dos carros mandadas arrecadar pelo coronel Laje nos paióis de Santa Margarida. Se dois dias atrás era possível que conseguíssemos rádios para transmissões, agora nem essa possibilidade temos. Há dois dias, os «páras» deram o nega (o que nos levou a adiar o golpe) porque o plano estava fraco. Agora não sei como classificá-lo. A EPC demonstrou que só alinha com os «páras». As unidades com que anteontem contávamos estão agora desmobilizadas. Enfim, não vejo a mínima probabilidade de êxito nisto tudo e acho que vamos correr um risco desnecessário.

— Qual quê, não digas isso! Basta o Governo saber que há unidades a sair contra ele e cai. É garantido! Lamego já vem a caminho, as Caldas sabes como estão e as outras não devem ter desmobilizado assim tanto. Um abanão e isto cai. Vamos embora!

O tom peremptório e optimista de Casanova não me convencia de forma alguma. Mas tive uma fraqueza: não quis dar parte de fraco. E foi cheio de maus presságios que, com Monge e Casanova, desci no elevador e cheguei à rua. Monge transportava já um saco plástico com o uniforme. À saída do prédio deparou-se-nos o capitão Seabra, da Força Aérea, que se dirigia ao automóvel para seguir

para casa de Vítor Alves onde iria ter uma reunião. Contei-lhe, em breves palavras, o que ocorria. E disse-lhe que voltasse a casa e telefonasse ao Vítor pedindo-lhe em meu nome o cancelamento da reunião. Eu explicar-lhe-ia, dentro de instantes, os motivos.

Eram vinte e uma e trinta quando, com um abraço e desejos de felicidades, me despedi de Monge e Casanova. Só voltaria a vê-los quarenta dias mais tarde, quando em 25 de Abril o Movimento os libertou do Forte da Trafaria, interrompendo os desígnios do Poder, que se preparava, jubilosamente, para o seu julgamento sumário seguido da demissão de oficiais do Exército e da pena exemplar de alguns largos anos de prisão.

A Vítor Alves, que me aguardava, ansioso, expliquei rapidamente o que acontecera e expus-lhe as minhas preocupações. Os dados estavam lançados e agora nada mais havia a fazer do que ir para a frente. Perante a embrulhada, o perene sentido das realidades, como faceta característica de Vítor Alves, rebelava-se. Aceitou ajudar-me no que lhe fosse possível, mas não participaria de forma alguma na aventura.

Descendo comigo, acompanhou-me até casa. Enfiei, à pressa, o uniforme número dois e, por cima, uma camisola castanha de lã. Coloquei no coldre a minha pistola *FN 7,65*, carregada. Vimos na lista telefónica a morada de Almeida Bruno. Os miúdos já dormiam. Despedi-me de minha mulher. E depois, saindo, conduzi o meu carro em boa velocidade até à zona do Estoril. Preocupava-me a segurança de Spínola quando fosse dado o alarme da saída das unidades e a DGS entrasse em acção, podendo antecipar-se-nos e pôr a bom recato um precioso refém.

Perdemos imenso tempo a localizar a morada de João Bruno. Não era, por certo, na Avenida Biarritz do Estoril, pois percorremo-la de ponta a ponta. Eram quase onze horas da noite e vi o chefe de gabinete de César Moreira Baptista (ministro do Interior), meu primo afastado e bom amigo de infância, sair do seu carro para se dirigir com a esposa, calmamente, para o bar Mister Pickwick. Era bom sinal. O alarme ainda não fora dado.

Foi já na Parede, da cabina telefónica em frente do Posto da Polícia, que telefonámos para casa de Bruno a pedir indicações sobre a localização. Ele não estava e foi a esposa que nos atendeu. Nervosíssima, recusou-se a dar-nos informação, pelo telefone, sobre o local

onde podíamos encontrar o marido. Mas disse-nos, pelo menos, que o andar era num prédio do Monte Estoril e que nos aguardava.

Para lá nos dirigimos. E enquanto eu estacionava no parque de viaturas fronteiro ao edifício e ficava vigilante, de pistola em punho, Vítor Alves subiu por instantes para avisar do que se passava e recolher notícias.

Laura Bruno estava francamente perturbada. O marido telefonara-lhe ainda da Academia Militar onde se encontrava, na festa dos cadetes de Engenharia, e dera-lhe a entender que se passava qualquer coisa de grave e anormal. Que não havia problemas quanto a Spínola e que, logo que pudesse, seguiria para casa.

Com um «vai ver que não há-de ser nada» a procurar incutir confiança e um «boa-noite» tranquilizador, Vítor Alves despediu-se. E já menos apreensivos quanto à segurança do general (Almeida Bruno estava «em cima do acontecimento») abandonámos o local.

Em boa hora o fizémos! O capitão de Cavalaria Farinha Ferreira, afilhado de casamento de João Bruno, que dez minutos após a nossa partida se deslocou a casa deste para saber o que se passava, viu-se subitamente agarrado por quatro indivíduos que o abraçaram a uma árvore, o desarmaram e lhe fizeram um interrogatório sumário antes de o remeter rapidamente para o Quartel-General, como posto de trânsito para a Casa de Reclusão do Forte da Trafaria. A PIDE tinha entrado rápida e eficazmente em acção!

Foi ainda com Vítor Alves que, já perto da uma, toquei à porta do oitavo andar de Miquelina Simões, em Paço de Arcos. Tinha regressado havia pouco da festa dos cadetes da Academia e desconhecia totalmente o que se passava. Estava ainda no primeiro sono. Mas foi sem qualquer relutância que, posto perante o relato dos acontecimentos, vestiu umas calças de bombazina bege e um camisolão de lã azul-claro e se dispôs a acompanhar-me, enquanto Vítor regressava a casa.

Telefonámos ao capitão Rui Faria de Oliveira, sobrinho por afinidade de Casanova Ferreira, que, até há muito pouco tempo colocado na EPI, fora transferido para o quartel da Amadora da Academia Militar. Estava de oficial de serviço, mas prontificou-se a encontrar-se connosco junto à Academia e a acompanhar-nos até Mafra. Fazia-se tarde e tornava-se necessário telefonar para a EPA para *mandar vir* a bateria para Lisboa e para a EPI a avisar alguém

da nossa ida. E foi com essa finalidade que tocámos à campainha da residência do capitão de Artilharia João Carlos de Oliveira, do curso seguinte ao meu, que estava colocado no RAL 1. Foi a mulher, Fernanda, que assustada nos abriu a porta. O marido partira já para a unidade, chamado de urgência para uma entrada em prevenção rigorosa. O alarme fora dado. Eram quase duas horas da manhã.

Foi o capitão Duarte Mendes, oficial de serviço à EPA, quem me atendeu ao telefone. Custou-lhe acreditar no que ouvia:

— Está, Duarte Mendes? Daqui Otelo. Olha, é para te dizer que há bronca, com unidades a sair para a rua. Até Lamego já vem a caminho de Lisboa! Vocês preparem imediatamente uma bateria de dez e meio e mandem-na para Lisboa pela Ponte Salazar. Como eu tenho de me deslocar agora para outro local, atendendo às horas que são, vou procurar ir ter com a bateria às seis ou seis e meia da manhã à ponte para lhe dar missões. *Okay*?

Adivinhava o jovem capitão de olhos esbugalhados e com o coração a bater fortemente, agarrado ao telefone em Vendas Novas. Foi a gaguejar que articulou:

— Mas... mas... mas, meu major, a esta hora não vai ser possível conseguir arranjar qualquer pelotão para ir para Lisboa, quanto mais uma bateria! O meu major disse que não havia nada e o pessoal foi todo de fim-de-semana. Não temos cá ninguém!

— Olha, faz o que puderes. Eu agora tenho de arrancar e procurarei estar na ponte às seis e meia — disse, pouco convencido.

— Bem, eu vou avisar a malta, mas quase de certeza que não vai ser possível — afiançava, conhecedor das possibilidades, o capitão.

Foi no carro de Faria de Oliveira que nos deslocámos a Mafra, onde chegámos às três da manhã. Um nevoeiro denso engolia a vila e a gigantesca mole de pedra do convento. Cá fora, encostado à parede enorme, uma figura esperava-nos. Tiritando, destacou-se para chegar junto do carro quando o estacionámos perto dele.

Apresentou-se. Era o capitão Babo de Castro. Eu disse ao que vinha:

— Olha, acontece que houve enorme bronca e decidiu-se avançar com as unidades fortes para o golpe em Lisboa. Até Lamego vem a caminho. Precisamos daquela companhia da EPI que estava prevista para anteontem. Já venho fardado e tudo, se for preciso um oficial para a comandar.

— Já sabemos que há qualquer coisa de grave, pois entrámos rapidamente em prevenção rigorosa há cerca de umas duas horas. Fala-se vagamente numa sublevação. Agora, meu major, não é possível fazermos avançar a companhia de instrução do CSM para Lisboa. Como já não havia nada ontem, foram todos para os exercícios de campo e estão na zona de Torres Vedras, a mais de quarenta quilómetros daqui.

— O Marques Júnior? — indaguei.

— Também lá está com eles, no campo. Além disso, têm lá praticamente todo o material disponível em rádios e viaturas. Nós quase não temos aqui nada.

— Mas vocês não têm cá pessoal nenhum no quartel? Refiro-me a praças — interveio, do banco de trás, o Miquelina Simões.

— Bem, talvez se arranjasse uma companhia de prontos, do QP. Mas não há é viaturas para os transportar.

— Mas vocês não estão em ligação com a malta que está no campo? — perguntei, com esperança.

— Temos exploração rádio hora a hora. Mas porquê?

— Então pode fazer-se o seguinte: vocês preparam aqui a companhia de soldados do Quadro Permanente; transmitem por rádio para o Marques Júnior que deixe lá o pessoal todo em exercícios e traga as viaturas para Mafra; embarcam a companhia pronta nas viaturas e seguem para Lisboa pelo itinerário da Amadora, auto-estrada, Viaduto Duarte Pacheco, onde eu estarei a aguardar a coluna para a levar ao objectivo. Isto para não ficar aqui à espera e ir ver como andam as coisas em Lisboa. Quanto tempo achas que tudo isto pode demorar?

— Bem, admitindo que seja possível fazer-se o que diz o meu major, julgo que nunca menos de quatro horas — redarguiu Babo de Castro, céptico.

— Então, aí pelas sete horas eu procurarei estar na Viaduto Duarte Pacheco com a coluna. Fica assim. Vamos arrancar.

Com «um abraço à malta e boa sorte», despedimo-nos do capitão. E eu levava dentro de mim, no regresso a Lisboa, a quase certeza de que, tal como aconteceria com a EPA, nunca o pessoal da EPI chegaria, naquele dia, a realizar fosse que acção fosse integrada na intentona militar.

3. A MÁQUINA REPRESSIVA DO REGIME É POSTA EM MOVIMENTO

O capitão Marques Ramos chega um pouco antes das onze da noite ao RI 5 das Caldas da Rainha, apresentando-se aos camaradas do Movimento como estafeta e portador de ordens directas para a marcha de uma coluna motorizada sobre Lisboa, que ele comandará, e o cumprimento de uma missão. Desencadeia-se o plano de recolha dos militares ao quartel. Fazem-se desde logo preparativos para pôr a coluna em marcha. Virgílio Varela telefona para casa de Monge e é José Maria Azevedo, que já ali se encontra, quem confirma que diversas unidades estão já sobre rodas a caminho de Lisboa!

O novo comandante da unidade tinha tomado posse do cargo nesse mesmo dia. E não é sem um espanto sincero que vê entrar-lhe portas adentro do gabinete uma mão-cheia de capitães e tenentes que ele mal conhece que o informam de que se está a preparar uma coluna para marchar sobre Lisboa às ordens do Movimento de Oficiais das Forças Armadas e a exigir saber qual a sua posição sobre o assunto! Está presente o 2.º-comandante que, sem grande convicção, puxa da sua pistola. Não atemoriza, porém, os jovens oficiais, que, decididos, informam os comandantes de que a coluna vai mesmo sair e que eles não devem interferir por qualquer forma na acção.

Cometem, porém, um erro: não retiram ao comandante o telefone privativo do gabinete, de que ele se servirá para alertar o Quartel-General do que se passa, subindo o alarme ao Estado-Maior do Exército, logo depois ao ministro, Andrade e Silva, e, finalmente, ao chefe do Governo. Quando às quatro da manhã do dia 16 a coluna sai os portões do quartel do regimento para se dirigir a Lisboa, toda a máquina repressiva do Regime se encontra em movimento, preparada para apertar nas suas maxilas aquelas largas dezenas de homens que, animados da melhor boa vontade e entusiasmo, rodam em direcção à capital, crentes de que, como eles, todas as unidades do Movimento se agitam pelo País fora, que dentro de algumas horas o Regime será derrubado e a vitória alcançada.

O coronel Leopoldo Severo, comandante do Corpo de Alunos da Academia Militar, desempenhara, como capitão, papel de relevo na tentativa de golpe armado que fracassara em 12 de Março de 1959[1]. Era considerado um oficial progressista, de ideal democrático. Mas a sua amizade com Viana de Lemos, que o colocara naquela posição em substituição do coronel Laje (que Viana de Lemos deslocara para o comando da EPC), provocava, da parte dos oficiais, uma certa retracção. Mesmo desconfiança.

Na noite do dia 15, terminada a festa dos cadetes de Engenharia, Leopoldo Severo dirigiu-se para a sala de oficiais, no edifício do Comando em Gomes Freire. Estranhou ver ali, àquela hora, tantos oficiais em acalorada troca de ideias e farejou que algo de anormal acontecia. Alguns deles, como Rafael Durão e Jaime Neves, eram estranhos à Academia. Outros, embora lá colocados, encontravam-se ainda de licença após regresso do Ultramar, como era o caso de Monge. Não logrou obter resposta concreta à sua pergunta «o que é que vocês aqui estão a fazer a esta hora?». Retirou-se para o seu gabinete. E passada cerca de hora e meia, pelas duas da manhã, a GNR cercava aparatosamente a Academia Militar, de armas apontadas em atitude belicosa, não permitindo entradas e controlando as saídas do que o Governo julgava ser o quartel-general do golpe militar.

Nunca foi possível definir com exactidão se Leopoldo Severo recebeu um telefonema de Viana de Lemos que o tenha levado à sala de oficiais para posterior informação, se partiu de si a iniciativa de relatar que algo de anormal se passava ou se, finalmente, o subsecretário de Estado lhe tenha telefonado posteriormente à sua presença na sala e Severo o haja informado de que notara realmente presenças estranhas na Academia e um clima de excitação inusitado.

De qualquer modo, Almeida Bruno, preso nessa ocasião e recolhido ao Forte da Trafaria, nunca manifestaria dúvidas sobre a traição de Leopoldo Severo. E seria com essa convicção categórica, que transmitira a Spínola e este aceitara também como indubitável, que João Bruno, ao princípio da noite de 25 de Abril, se encarregaria pessoalmente da prisão de Leopoldo Severo na Academia Militar.

[1] A Intentona da Sé.

Entretanto, antes da partida de Casanova para Santarém, este acompanhara Monge ao RC 7 para solicitarem ao coronel António Romeiras Júnior, comandante da unidade, que ali acolhesse Spínola e Costa Gomes em segurança. Atitude angelina, obviamente baseada no espírito de corpo e de camaradagem tradicionais da Cavalaria e no facto de Romeiras ter sido, como capitão, ajudante de campo de Costa Gomes. Porém, onde é que isso já ia!... O coronel estava agora do outro lado. Cunhado de Viana de Lemos, fora por este colocado em Cavalaria 7 para a tornar numa unidade de confiança do Governo. O mesmo papel, aliás, que Manuel Cruz Azevedo, major, o célebre «Taco» da Escola do Exército, onde se revelara um poderoso ginasta, também cunhado de Viana de Lemos, desempenhava no Regimento de Lanceiros 2 (PM) como comandante do Grupo de Esquadrões.

António Romeiras recusa prestar qualquer apoio. E pode ter partido dele, afinal, o primeiro alerta sobre a anomalia da situação transmitido a Viana de Lemos.

Descoroçoados, Casanova e Monge decidem informar Spínola do que se está a passar. Cheios de confiança no êxito do golpe, procuram transmitir ao «Velho» o mesmo entusiasmo e aliciá-lo para o comando das «operações», provocando assim a adesão de unidades hesitantes do Exército e da Força Aérea. Spínola não corre, porém, atrás de rabos de papagaio e recusa categoricamente a sua participação.

Enquanto Monge se dirige à Academia Militar, Casanova segue para Santarém para cumprir a sua missão. Salgueiro Maia, avisado telefonicamente do que se passava, informou desde logo não ser possível a actuação de forças da EPC no golpe desencadeado. E confirmá-lo-á a Casanova quando este chega a sua casa para uma reunião com oficiais do Movimento em serviço na unidade.

Durante toda a noite, freneticamente, Monge desgasta-se em telefonemas sucessivos para todas as unidades militares e camaradas de que se vai lembrando como possíveis de aderir à intentona. Já a madrugada vai adiantada quando, desesperado, conclui que, afinal, nem sequer a malta de Lamego saíra as portas do quartel e que só o pessoal do RI 5 arrancara, isolado, para o cumprimento de uma missão (!) subita e indefinida, em obediência a ordens do Movimento. É uma acção desgarrada e aventureirista que vai custar

caro aos esforçados camaradas das Caldas. Estão, naquela madrugada fria, completamente isolados.

Com um amargo sentimento de derrota e frustração, Manuel Monge dirige-se com Jaime Neves para a residência de Casanova. São quase cinco e meia da manhã.

A essa hora passava com Miquelina Simões, com o meu carro, em frente do prédio habitado por Monge, na Avenida dos Bombeiros Voluntários em Algés. Regressando de Mafra, Faria de Oliveira deixara-nos de novo na Amadora e eu decidira, para fazer horas, antes de seguir para a portagem da Ponte Salazar em busca da bateria da EPA, passar por casa de Monge para saber notícias que me levantassem o moral.

Ao chegar em frente do prédio, em vez de reduzir a marcha e estacionar, acelerei e segui diante. Miquelina Simões, olhando-me espantado, chamou-me a atenção:

— Olha lá, não tás despistado nem nada? Olha que a casa do Monge fica naquele prédio da esquina que já passaste!

— Sei disso perfeitamente, mas quem está despistado és tu. Não viste três carros acabados de estacionar donde saíram cinco marmanjos de chapéu e gabardina? Olha pra trás que ainda os vês a dirigirem-se para a porta do prédio.

— Quem são os tipos? — perguntava, angélico, Germano.

Pelo retrovisor confirmava aquilo que ele via com certeza torcendo a cabeça e olhando pelo vidro de trás. A PIDE entrava de facto em acção e ali tínhamos a prova evidente de que por muito pouco havíamos escapado.

— Porra, fazes cada pergunta! Então não vês que são tipos da PIDE? — atirei.

— Ai são? Olhós gajos! — exclamou, aliviado, Miquelina Simões. — Então e agora? Parece que tamos lixados.

Parecia que sim. Uma dúvida cruciante me oprimia: estaria Manuel Monge em casa (e então que provas teriam de uma sua qualquer intervenção no assunto?) ou estaria ausente, talvez aguardando já, na Rotunda do RAL 1, as colunas que viriam do Norte e às quais, como fora combinado, devia dar missões? Era importante comunicar-lhe que a PIDE estava em sua casa.

Assim pensando, tomei a decisão de adiar o meu encontro com os camaradas de Vendas Novas que pelas seis horas estariam

na Portagem e dirigi o carro para Olivais-Norte. Circulei pelas vias adjacentes ao RAL 1 tentando lobrigar o *Renault R4* cinzento de Monge. Não o vi em lado algum. Completamente vazio de informação, as minhas apreensões cresciam. Urgia saber alguma coisa do que se passava com os camaradas. Estacionei o carro no parque de viaturas junto ao restaurante das bombas de gasolina da Sacor e entrei no estabelecimento, aberto àquela hora, com Miquelina Simões.

Eram seis da manhã. Um ou outro raro freguês sentava-se ao balcão. Sorvemos dois cafés. E contando moedas dirigimo-nos à cabina telefónica do restaurante. Precisávamos de confirmar.

Foi Bárbara Monge quem me atendeu imediatamente. Através do fio, era claramente perceptível nela o sobressalto e o medo.

— Bárbara, está aí alguém agora? — perguntei, cauteloso.

A voz sussurrante e assustada, respondeu-me:

— Não, já aqui estiveram e foram-se embora. Vasculharam tudo mas não encontraram nada. Enquanto cá estavam telefonou a mulher de um camarada. Fui eu que atendi, mas eles ouviram a conversa. Ela disse que o Manel havia ido lá a casa e que tinha acabado de partir com o marido para as Caldas, que eu não ficasse preocupada.

— Para as Caldas? — estranhei. — Mas não era nada disso que 'tava combinado! Qual foi a reacção dos tipos?

— Assim que ouviram isso foram-se logo todos embora e não quiseram saber de mais nada.

Agradeci, dissemos adeus e desligámos. A coisa complicava-se. Quem seria «a mulher do camarada» que telefonara enquanto a PIDE se encontrava em casa de Monge? E por que motivo fora este para as Caldas com um camarada, contrariando o que estava combinado?

Naquela madrugada de 16 de Março, o inspector da PIDE-DGS Óscar Cardoso[1] toca à campainha do andar habitado por

[1] Não seria aquele o último trabalho que o inspector Óscar Piçarra Cardoso realizaria contra o Movimento, «a bem da Nação», antes da queda do Regime em 25 de Abril. Precisamente nesta data, será o inspector Cardoso quem organizará a resistência armada na sede da sinistra PIDE/DGS, na Rua António Maria Cardoso, a qual irá produzir ainda mais quatro mortos e ferimentos vários em gente portuguesa. Preso em Caxias após o 25 de Abril, solto depois do 25 de Novembro, será

Monge e empurra firmemente a porta logo que esta é aberta. Atencioso e cordato, chega a causar impressão favorável em Bárbara Monge. Com eficiência, os agentes revistam toda a casa. Até debaixo da cama do quarto da empregada, perante a indignação de Bárbara:

— O meu marido, se estivesse em casa, nunca iria esconder-se debaixo da cama da empregada, senhor inspector!

— Minha senhora, nunca se sabe, quem tem criadas em casa nunca pode confiar — insinua grosseiramente o «senhor inspector», quebrando o verniz.

A porta da frente e a das traseiras ficam guardadas. Sobem ao terraço e revistam-no também. Sem muito rigor, no entanto. Tremendo de frio e medo, o major José Maria Azevedo, que se encontrava em casa de Monge a receber informações telefónicas, acompanhado da esposa («uma senhora amiga», apresenta-a Bárbara ao inspector), fugira para o terraço e escondera-se, retendo a respiração, atrás de uma porta, escapando à rápida e descuidada revista dos agentes.

Quando, pelas seis horas, Arlete Casanova Ferreira telefona, Óscar Cardoso dá o seu tempo por bem empregue: fica a saber que Monge e Casanova acabam de partir para as Caldas da Rainha. Abandonam o edifício por ausência da presa. E a informação é transmitida. O inspector era, nessa noite, o visitador especialmente destacado para o Movimento, a partir do momento em que um velho general, ministro do Exército, resolvera tomar a atitude que não se julgava já possível: requerer a Marcelo a utilização da PIDE para a perseguição e prisão de oficiais, só por suspeita de spinolismo e mesmo em suas casas! Óscar Cardoso «falhara» Almeida Bruno, mas prendera Farinha Ferreira e obtivera finalmente uma boa pista sobre Monge e Casanova. Fora já um bom avanço! Mas o Regime perdia ainda mais, perante nós, a face e a vergonha!

São quase quatro horas da manhã quando finalmente a coluna motorizada ultrapassa os portões do RI 5, comandada por Marques Ramos, e roda jubilosamente em direcção a Lisboa. Ao entra-

julgado posteriormente à revelia em Tribunal Militar por estar ausente na República da Africa do Sul, onde actua organizadamente, no âmbito da informação, a favor de movimentos criminosos que, a soldo do imperialismo, atentam contra a independência da jovem República Popular de Angola.

rem na Estrada Nacional N.º 1, no lugar de Espinheira, não enxergam, como estava previsto, a coluna blindada da EPC de Santarém.

— É muito tarde. Eles já passaram com certeza. Vamos continuar — decide o capitão.

Algumas dezenas de quilómetros percorridos, a coluna pára a um sinal de um tenente que comanda uma força da GNR, que progride em sentido contrário. O destino, porém, é Lisboa. A coluna retoma a marcha sem obstrução por parte da GNR. E será só a três quilómetros da capital, com a portagem quase à vista, que Marques Ramos, informado finalmente da verdade por Monge e Casanova, que foram ao seu encontro, manda retroceder a coluna e regressar a quartéis. Nenhuma outra unidade tinha saído. Estavam totalmente isolados. E em Lisboa aguardava-os um potencial humano e bélico digno de respeito.

4. «SÓ A COLUNA DAS CALDAS VEM A CAMINHO»

Casanova regressa a casa alta madrugada, vindo de Santarém. *Não traz* consigo o esquadrão de blindados que esperava. Os camaradas da EPC recusaram-se terminantemente a sair e a participar na aventura. Durante a reunião em casa de Salgueiro Maia, a posição deste e dos restantes oficiais não deixara margem para dúvidas. Era ponto assente. Sem plano de operações, sem missão definida, sem munições, sem garantia nenhuma de saída de outras unidades, sem transmissões, sem «páras», a EPC recusa a sua participação. Uma chamada telefónica do quartel a mandar recolher os oficiais para entrada em prevenção rigorosa, faz terminar de vez as esperanças de Casanova. Como a PIDE anda muito activa na zona, ele queima o exemplar do «plano» na casa de banho de Salgueiro Maia.

Ao entrar em casa, desalentado, pede à mulher que lhe faça um café que o reanime. E logo depois é Monge que chega, acompanhado de Jaime Neves, para lhe relatar, emocionado, que não

conseguira arrastar ninguém para o golpe, que nem Lamego, afinal, saiu para a rua, e que apenas a coluna do RI 5 vem a caminho, sendo necessário travá-la. Não sabem também o que é feito de mim e têm fortes dúvidas, agora, de que eu tenha podido trazer uma companhia da EPI de Mafra. Partem velozmente, no carro de Casanova, rumo à Auto-Estrada do Norte, ao encontro da coluna.

Em certo ponto do trajecto deixam Jaime Neves, à paisana, com a missão de procurar interceptar a ainda provável coluna da EPI por mim comandada e fazê-la regressar a Mafra. Pouco mais à frente, a apenas três quilómetros de Lisboa, avistam a coluna do RI 5. Páram a viatura e passam para o outro lado da faixa. Explicam a Marques Ramos, ainda não convencido, que o golpe fracassou totalmente, que ninguém aderiu, que a Polícia, a GNR, a DGS, a LP e unidades militares os esperam à entrada da cidade. Tudo está perdido. A única solução é voltarem para trás, regressar ao quartel e ali se defenderem com unhas e dentes. E enquanto, desolado, Marques Ramos transmite essas indicações à coluna, Monge e Casanova partem no «mini» deste para as Caldas da Rainha, onde chegam às oito da manhã, com duas horas de avanço sobre a coluna em regresso, assumindo até final a pesada responsabilidade do empenhamento do RI 5 na intentona.

Quando me despedi de Bárbara Monge ao telefone, as ideias baralhavam-se-me na cabeça. A ansiedade crescia em mim. Desconhecia totalmente o que estava a passar-se e não encontrava facilmente as respostas para as dúvidas que me assaltavam. A presença amiga do Germano Miquelina Simões era a única coisa boa e confortante que me incutia algum ânimo na madrugada fria.

Fui até à porta do restaurante e olhei o céu. Dentro de pouco tempo clareava e era manhã. O mostrador do relógio apontava-me as seis e vinte.

— Que diabo! — exclamei para Germano. — As colunas do Norte já deviam estar a chegar! Mas que raio terá o Monge ido fazer para as Caldas? Não faço ideia se a malta da EPA terá avançado ou não e em caso afirmativo se já chegou à Ponte. E se chegarem colunas do Norte, onde está o Monge para lhes dar as missões?

Tudo isto me cheira a esturro e dá-me ideia que vai por aí um enorme granel.

Do outro lado da estrada, estacionado fora dela, um *Ford Capri* cor de vinho, de capota preta de vinil. Encostado ao automóvel, displicente, um homem de gabardina e chapéu de feltro fumava e olhava para o relógio. Duzentos metros além, era audível o ruído de fundo do emissor-receptor do *Morris Oxford* da PSP. As minhas suspeitas avolumavam-se. E o raio das colunas que não chegavam do Norte!

Eram sete da manhã e o Sol rompia, quando as «forças da ordem» afluíram maciçamente à praça circular de S. Cristóvão. Tudo se passou tão de repente perante os meus olhos não dormidos que me custava a crer numa tão rápida transformação do cenário. Eram viaturas da PSP, da GNR e da Legião por todo o lado, tomando posições atabalhoadamente. Eram viaturas civis com agentes à paisana. Eram os apitos constantes e impertinentes do pessoal da Divisão de Trânsito, tentando regular o movimento dos veículos que começava, intenso, àquela hora.

Chegou depois, para encher mais a praça, uma coluna motorizada do BC 5 logo seguida, para composição do ramalhete, dos pesados blindados *M 47* e das autometralhadoras *Panhard* do RC 7. A PM do RL 2 também assinava o ponto. Era uma fartura amalgamada de pessoal e material da mais diversa procedência, procurando encaixar-se nos espaços vazios permitidos pelas margens da estrada. O trânsito não fora cortado. E a juntar a esta bagunça indescritível, a praça enchia-se literalmente com uma considerável massa de populares, trabalhadores que àquela hora seguiam para os seus empregos, mulheres que se deslocavam aos mercados, vendedores ambulantes, simples curiosos. A confusão era enorme.

— Eh! pá, então que é isto? — admirava-se Germano. — Como é que aparece aqui tropa do BC 5? Estes gajos não são dos nossos?

— São, ou pelo menos eram. Olha, Germano, como estou fardado por baixo e mesmo com a camisola civil é fácil para os militares verem que eu também sou militar por causa das calças e dos sapatos, tu é que podias ir ali junto do pessoal do BC 5 ver se descobres o Bicho Beatriz ou o Camilo e perguntares-lhes que raio de porra é esta, o que é que está aqui esta maralha toda a fazer — propus-lhe.

— *Okay*. Mas se um comandante qualquer me topa? Como é que eu justifico aparecer aqui a esta hora à paisana, com os quartéis todos em prevenção rigorosa? Eu devia era estar no meu!

— Diz-lhe que ficaste até agora num bar ou numa *boîte* e que não sabes de nada. Ao sair é que ouviste dizer que estava a acontecer alguma coisa na Encarnação e vieste até cá para ver!

Mantive-me no meu posto de observação enquanto Miquelina Simões se afastava ao encontro dos camaradas do BC 5. E enquanto apreciava o vaivém constante de militares e agentes da PIDE, de polícias e legionários, totalmente descomandados, fazendo cada um aquilo que bem lhe apetecia ou cumprindo uma ordem repentinamente berrada por um oficial, com as autometralhadoras e os blindados, os jipes e as *Berliets* a monte, e toda aquela massa de população no meio do aparato ridículo das «forças do Governo», fui invadido por uma sensação calma e gostosa que me fez respirar fundo, aliviado, pensando comigo mesmo:

«Então são estas as forças de que o Governo dispõe para se opor ao Movimento? O granel que aqui existe permite-me pensar que o Governo, através do ministro do Exército, não dispõe de qualquer plano preparado para se opor organizadamente a uma acção desencadeada com firmeza e sujeita, por sua vez, a um plano bem traçado e a um comando centralizado. Isto permite-me concluir que, com um piparote, *estas forças* são vencidas em dois tempos.»

Há males que vêm por bem. Aquilo estava a ser, para o Movimento, um verdadeiro balão de ensaio. Miquelina Simões veio ao meu encontro:

— Eh! pá, não percebo?! Quem comanda a coluna e tá bestialmente activo é o major Vinhas. Então o Vinhas não é dos nossos, pá? Tive ali com ele uma discussão tramada. Estava a falar com o Beatriz, que comanda a companhia, e o tipo diz que lhe foi dada ordem para vir para aqui tomar posições para deter uma coluna rebelde do RI 5 que saiu das Caldas com destino a Lisboa. Era para vir só ele com a companhia, mas o Vinhas insistiu em vir também e é ele quem comanda a coluna. O gajo topou-me e perguntou-me o que é que eu estava a fazer aqui à paisana e eu lá lhe enfiei a galga. E disse-lhe que deviam era ter vergonha de obedecer a uma ordem daquelas, fazer marcha a trás e regressar à unidade. O tipo ficou lixado.

— Então é só a coluna das Caldas que vem a caminho?

— O Beatriz diz que é a única.

— E é preciso este dispositivo todo por causa de *uma* companhia das Caldas? Livra! — pasmava eu. — E o que é que há mais?

— Olha, o Viana de Lemos está feliz da vida, sorridente, à porta do RAL 1, a esfregar as mãos de alegria. Já viste os legionários, de uniformes pretos? Atenção!

Preocupava-me agora o problema da coluna das Caldas. Viriam o Monge e o Casanova integrados nela? Saberiam eles o que os esperava em Lisboa? Decidi-me a tentar romper, com o carro, através do trânsito intenso e seguir pela auto-estrada ao encontro da coluna, para os demover de continuar a marcha.

Mas era importante exercer sobre os camaradas que integravam a coluna do BC 5 e até a do RC 7 uma acção desmobilizadora. Fiz uma chamada telefónica para a Academia Militar. Atendeu-me Rio de Carvalho. Perguntei-lhe, de chofre, se havia alguém disponível que pudesse ir para junto do RAL 1 e que conhecesse bem o major Vinhas.

— Não sei, pá. Vou ver se há por aqui alguém. Mas olha que a malta está em prevenção rigorosa. O que é que tu andas a fazer?

— Deixa lá isso agora. Estou-me nas tintas para a prevenção. Arranja mas é aí um gajo qualquer da malta que possa vir para aqui. O Lopes Pires, por exemplo.

O capitão Manuel Amaro Bernardo, do meu curso, ajudante de campo do general comandante, apareceu depois a garantir que alguém ia lá ter e perguntou-me o que é que havia.

— Bolas! — disse eu. — Depois hás-de saber. Agora é preciso é que venha aqui alguém para ver se convence o Vinhas.

Desliguei. E metendo-me com Miquelina Simões no carro, tentámos, então, a nossa sorte.

Não fomos muito além. Ultrapassada a rotunda de S. Cristóvão, uma barragem formada por viaturas atravessadas na auto-estrada junto à bifurcação com a antiga rodovia simples para Sacavém-Vila Franca de Xira canalizava o trânsito para esta, onde o engarrafamento era monstro.

Na barragem, viaturas civis da PIDE, com jovens agentes cabeludos que eu jamais suporia integrarem a organização, ocupavam

a primeira linha. Alguns dos beleguins passavam rente ao meu carro, cobrindo pudicamente com um jornal a pistola-metralhadora.

Com jornais cobria eu também, procurando não dar nas vistas, o uniforme de Miquelina Simões, que com os galões à vista ourejando sobre o verde militar, estava estirado, indisfarçável, no banco de trás. E mantinha firme a esperança de que o emblema da Academia Militar, colado no canto inferior direito do vidro pára-brisas, não me identificasse como militar e me tornasse um alvo suspeito.

Face ao engarrafamento, Germano propôs-se sair do carro e ir ter com Vinhas e Beatriz à coluna do BC 5, a fim de serrazinar o primeiro e levá-lo a tomar uma atitude de repúdio em relação à missão de que fora incumbido. Ficando só, pensei em galgar o passeio e ultrapassar a barragem para me meter velozmente à auto-estrada. Mas claro que era uma atitude suicida e inglória que a nada de positivo conduziria. Pacientemente, prossegui na coluna formada, decidindo no entanto retroceder em Sacavém para tentar atingir Mafra pelo Viaduto Duarte Pacheco e auto-estrada. Quem sabe, talvez a EPI tivesse realmente saído e houvesse ainda uma *chance* de conduzir a coluna de Mafra ao local da refrega se ela já se encontrasse no viaduto!

Atingi Mafra pelas dez da manhã sem ter lobrigado o mínimo vestígio da coluna. Ao entrar na vila, cruzei-me com *Unimogs* carregados de soldados com capacete de aço, que patrulhavam a localidade e os itinerários de acesso. Estava tudo em pé de guerra. O nevoeiro, ainda mais denso do que o de sete horas antes, engolia tudo.

5. O FIM DA AVENTURA. E AGORA, CAPITÃES?

De um café próximo do Convento telefonei para a Escola Prática, pedindo ao telefonista que chamasse ao aparelho o capitão Rui Rodrigues. Pelas hesitações do rapaz, pelo tempo de demora e pelas

perguntas de identificação formuladas, deduzi que os capitães estavam fora de circuito e que o comandante controlava, com toda a probabilidade, as chamadas. Possivelmente estariam até empenhados em localizar a minha, o que era obviamente inconveniente. Desliguei. E pelo sim pelo não, tomando a estrada da Malveira, afastei-me prudentemente das proximidades de Mafra.

Sentia-me isolado, perdido naquele mar de nevoeiro denso, sem ter a mínima noção do que estava realmente a passar-se. Só tinha uma certeza: sobre a estrada, em direcção a Lisboa, rodavam as viaturas do RI 5 e a aguardá-las, convenientemente apetrechadas, embora a granel, as peças da máquina dissuasora governamental. Se me fosse ainda possível motivar o pessoal da EPI e avançar com a tropa para Lisboa, apanhando as forças do Governo entre dois fogos!

Parei na Malveira e telefonei de novo de um estabelecimento à beira da estrada. Impossível o contacto com Rui Rodrigues ou qualquer outro capitão. Desisti. E sonhando com o milagre de poder apanhar ainda a coluna das Caldas, segui para Bucelas a partir da Venda do Pinheiro, virei para S. Julião do Tojal e acabei por ir parar a Sacavém, retomando finalmente a Auto-Estrada do Norte. O trânsito reaberto na faixa Lisboa-Vila Franca deu-me segura indicação de que a situação se encontrava já «normalizada».

Quando cheguei ao restaurante das bombas de gasolina da Sacor já o dispositivo tinha quase desaparecido. A praça estava deserta. Uma ou outra viatura da Divisão de Trânsito da PSP, raros blindados de Cavalaria 7. A uma mesa do restaurante, Miquelina Simões aguardava-me em companhia do capitão Ruben Domingues. Contaram-me as últimas. Já tudo tinha acabado. Sabia-se que a coluna fizera meia volta e regressara às Caldas a poucos quilómetros da chegada a Lisboa. De Monge e Casanova nem rasto. Ruben Domingues estava intrigadíssimo com tudo aquilo. Nos dias imediatamente anteriores, a casa dele, na Avenida da República, em Algés, havia sido um ponto de encontro muito utilizado por mim, Monge e Casanova e ele estava razoavelmente por dentro do assunto GOLPE.

— Mas que raio de barracada foi esta? — interpelava.

Expliquei-lhe o que podia no momento. A perplexidade persistia.

— Mas como pôde a malta alinhar nisso? Tava-se mesmo a ver que dava raia!

Era uma apreciação correcta mas que já não levava a nada. A asneira já estava feita. E só restava extrair dela o que de positivo se pudesse recolher. Pedi informações mais pormenorizadas a Miquelina Simões sobre o que se havia passado entretanto no local.

Ele continuara o seu veemente protesto junto do major Vinhas e da malta do BC 5. Entretanto, acorrendo ao meu telefonema, aparecera Nuno Bívar num jipe da Academia, tendo saído com o pretexto de ter uma instrução de Educação Física programada para o anexo da Amadora e não poder faltar. Ajudara ao barulho.

Acompanhara-o Lopes Pires que, prudentemente, não abandonara o jipe. O RAL 1 fizera sair uma força, montada em viaturas de reboques de obuses (*Matadores*), por ordem do subsecretário de Estado, e constituída apenas pelo pessoal que se encontrava no quartel em serviço (cozinheiros, escritórios, faxinas, guarda, etc...). Comandava-a o nosso activista, capitão Pedrosa Afonso. E Germano repetia-me, indignado, que vira Viana de Lemos, à porta do RAL 1, em animada conversa com o comandante, esfregando as mãos de satisfação e rindo, vitorioso.

Eram onze e trinta. Havia já longas horas que fora determinado o estado de prevenção rigorosa no País e todo o pessoal tinha sido chamado aos quartéis. Na Academia, a minha ausência e a de Miquelina Simões eram, decerto, notadas. Ruben Domingues, no desempenho de funções de ajudante de campo de Louro de Sousa, general quartel-mestre-general, tinha menos preocupações. Urgia apresentarmo-nos. Combinámos fazê-lo nesse dia, eu em Gomes Freire e Germano na Amadora.

São dez horas quando a coluna motorizada, regressada às Caldas, entra os portões do RI 5, que logo se fecham. Com o comandante, o 2.º-comandante e os três majores da unidade neutralizados, Monge e Casanova tomam conta da situação, assumindo até final, com extraordinária dignidade, pesadas responsabilidades.

Cerca das onze horas, o brigadeiro Pedro Serrano, 2.º-comandante da Região Militar de Tomar, ordena o corte da luz, da água e dos telefones à unidade. Pelas doze horas, forças do RI 7 e do

RAL 4, de Leiria, do RI 15 de Tomar, da EPC de Santarém (em *Chaimites*) e da brigada móvel da PSP (então estacionada na Marinha Grande para repressão de uma greve de operários da indústria vidreira) sitiam o quartel. Monge e Casanova ordenam que não se faça um único disparo. Aquela é uma guerra de ideias e não de armas. Que irmãos não lutem contra irmãos.

Perto das catorze horas, com o quartel cercado, Pedro Serrano, em pé dentro do jipe, ordena à porta de armas da unidade a rendição, concedendo para tal um prazo de quinze minutos. Monge e Casanova respondem que só entregam o RI 5 e abrem o portão a Costa Gomes e Spínola. Mas é uma bravata final. Reconhecem que não há qualquer hipótese. Reunindo os oficiais da unidade decidem-se pela rendição. Sabem que a intentona e a sua missão de sacrifício não serão vãs. À opinião pública nacional e internacional chegará uma vez mais a informação de que em Portugal o Exército se agita e que os jovens oficiais causticados pela guerra colonial não partilham da fidelidade canina dos generais jarretas e corruptos ao Governo. A farsa da «Brigada do Reumático» está desmistificada. A luta por uma sociedade mais justa num Portugal melhor, a luta pela libertação do Povo português, continua.

Pelas quinze horas, mandam abrir os portões. A guarda é imediatamente substituída por pessoal do RI 15 de Tomar. Os oficiais do QP são mandados concentrar na biblioteca, os milicianos na sala de oficiais. Junto da casa da guarda é feita a entrega das armas colectivas. Nessa mesma noite, pelas vinte e uma horas, sob a ameaça de pistolas carregadas e apontadas, cerca de trinta oficiais abandonam a unidade num autocarro para transporte de pessoal e são levados, sob prisão, para o RAL 1, mantendo-se aqui alguns presos até que o 25 de Abril os virá libertar[1]. Os graduados milicianos — quarenta aspirantes, vinte furriéis, noventa primeiros-cabos — seguem, sob prisão, para Santa Margarida, onde chegam pelas duas da manhã do dia 17, depois de uma atribulada viagem de seis horas.

A aventura terminara com um balanço altamente negativo para nós: quase duas centenas de graduados (oficiais, sargentos e praças) debaixo de prisão. E agora, capitães? Qual a resposta do Movimento ao esfregar de mãos de Sua Excelência o subsecretário de Estado do Exército?

[1] Do RAL 1, foram transferidos algumas horas depois para a Trafaria os majores Monge e Casanova Ferreira, os capitães do RI 5 Fortunato de Freitas, Luz Varela, Ivo Garcia (todos oriundos de milicianos), o capitão Armando Marques Ramos, do DGA, e o tenente Silva Carvalho, do RI 5 (também oriundos de milicianos), ali se juntando ao tenente-coronel João de Almeida Bruno, da Academia Militar, ao capitão Farinha Ferreira, do EME (solto pouco tempo depois), e inexplicavelmente ao capitão Pita Alves, denodado activista do Movimento mas naquele caso sem qualquer «culpa no cartório». Em 19, seriam transferidos também para a Trafaria os capitães Domingos Gil e Piedade Faria, do RI 5. No RAL 1, mantiveram-se os capitães Gonçalves Novo, Pereira Carvalho, Madaleno Lucas, Silva Parreirinha e Branco Ramos (os dois últimos oriundos de milicianos) e os tenentes Rocha Neves, Pina Pereira, Vaz Pombal, Moreira dos Santos, Matos Coelho, Abreu Carvalhão, Gomes Mendes, Carreira Ângelo e Verdu Montalvão (QEO), além de sete alferes milicianos (entre os quais Dinis Coelho e Oliveira Ribeiro) que, passados cinco dias, foram libertados e passados à disponibilidade (mantinham-se voluntariamente em prolongamento do tempo, já cumprido, de serviço militar obrigatório), para serem alguns deles, pouco tempo depois, «apertados» pela PIDE (sem êxito) em interrogatório, para que revelassem quem eram os cabecilhas da intentona.

6. «REINA A ORDEM EM TODO O PAÍS»

Quando ao princípio da noite de sábado, 16, me apresentei candidamente em Gomes Freire, fui olhado com alívio pela maioria e com suspeita por alguns. Leopoldo Severo, afavelmente, mostrou-me a sua preocupação:

— Então, Saraiva de Carvalho, que grande ausência! Por onde tem andado? Já estávamos preocupados! Sabe que está a fazer falta na escala!? Estamos de prevenção rigorosa e os oficiais superiores fazem permanências...

Despachei o meu álibi, que manteria, tenaz e imperturbavelmente, dali por diante:

— Sabe, meu coronel, é que eu não tenho telefone em casa, pelo que não é fácil um aviso rápido. Além disso, acontece que mesmo que o tivesse não dava resultado nesta circunstância. Por acaso tinha ido passar o fim-de-semana para fora de Lisboa, sem

rádio, sem jornais, sem televisão, de modo que só casualmente, por uns amigos, é que tive conhecimento do que se passou. Logo que soube, despachei-me, fui pôr a família a casa e apresentei-me.

Safei-me com a história. A minha presença, afinal, não tinha sido detectada no «local do crime». À malta do Movimento, que estava em pulgas, tive de fazer imediatamente uma sessão de esclarecimento no quarto de Lopes Pires. Como foi, como não foi, quando, porquê, onde. Era um nunca acabar de perguntas. Pedi, em contrapartida, os pormenores do que ocorrera na Academia. O cerco que a GNR já levantara. O Bruno, que se recusara a deixar-se prender pela GNR e exigira a Leopoldo Severo que o conduzisse, sob prisão, ao Quartel-General, acabando por ir pernoitar no BC 5. Tive conhecimento da presença, na noite anterior, de Monge, Casanova e Rafael Durão na sala de oficiais. Já se sabia que o ministro Andrade e Silva, além de solicitar superiormente o apoio da DGS para a investigação, perseguição e captura de oficiais, pedira também ao general Tello Polleri, secretário de Estado da Aeronáutica, o helicanhão da Base Aérea 3 de Tancos para «varrer» a coluna das Caldas! O velho general ficava na lista negra! Da próxima não se safava! Tello Polleri negara-se terminantemente a tal ignomínia, aumentando a sua cotação entre nós.

Havia mais coisas importantes a saber. Na madrugada de 16, Marcelo, o velho Tomás e a maioria dos membros do Governo tinham procurado refúgio no Quartel-General da I Região Aérea, em Monsanto, com acesso fácil e sem necessidade de atravessar a cidade, dispondo de messe anexa com acomodações para vários dias, além de um excelente centro de transmissões.

Silva Cunha, ministro da Defesa, e Andrade Silva, do Exército, tinham-se deslocado para o gabinete deste último, no Terreiro do Paço, donde o ministro do Exército, general, dirigira as operações de contragolpe, accionando dali o Comando-Geral da Segurança Interna, localizado na Cova da Moura e directamente subordinado ao ministro da Defesa. A segurança do Quartel-General da Região Aérea e da messe fora integralmente feita por tropas pára-quedistas procedentes de Tancos. Aí estava, com a tal força organizada de que Avelar de Sousa nos falara uns dias antes, uma rica oportunidade para apanhar o decrépito Tomás e todo o Governo no mesmo saco!

Apesar de ter já passado largas horas sem dormir, custou-me imenso conciliar o sono no «leito para oficial pintado de branco» que nessa noite me foi distribuído na Academia. Tinha sido um longo dia, prenhe de emoções. Escapara por duas vezes à prisão pela DGS, não fora detectado, aparentemente, nos meus movimentos, as suspeitas sobre a minha ausência pareciam fáceis de ultrapassar. Havia algumas dezenas de camaradas presos, que fariam, sem dúvida, falta ao Movimento, mas cuja ausência estava longe de provocar a sua paragem e muito menos a sua extinção. De todos os detidos, só um, Manuel Monge, pertencia à Comissão Coordenadora, e mesmo neste caso, recém-chegado da Guiné, quase sem qualquer contacto com o trabalho clandestino do Movimento. As estruturas manter-se-iam sem danos, o que era para mim profundamente tranquilizante.

Por outro lado, que esplêndida lição podíamos aprender com a intentona vivida nesse dia! Era nossa obrigação recolher dessa autêntica aula prática todos os excelentes ensinamentos que pudéssemos. E eu, talvez mais do que ninguém, estava em óptima posição para o poder fazer. Era uma responsabilidade muito grande que me sentia obrigado a assumir.

A excitação desassossegava-me. Era necessário, no dia seguinte, lançarmo-nos de novo ao trabalho. Mais intensamente ainda. Com mais convicção. Calculava como, por esse País fora, a malta do Movimento estaria desorientada. E a própria Comissão Coordenadora, que afinal havia ficado à margem de resoluções tomadas à sua revelia por um pequeno grupo de camaradas e que tinham conduzido a uma (aparente) derrota espectacular e desanimadora. A qual era urgente e imperioso transformar em vitória do Movimento, sabendo extrair dela as lições necessárias. E aproveitando o eufórico (e perigoso... para ele) triunfalismo do Governo, crente de que, tendo dominado a «indisciplina» dos mais altos responsáveis das Forças Armadas e fazendo-os substituir por homens de mais confiança[1], transferindo alguns dos mais activos capitães do

[1] O general Joaquim Luz Cunha, comandante-chefe das FA em Angola, fora chamado para substituir Costa Gomes no lugar de CEMGFA, mantendo-se em aberto a vaga provocada pela saída de Spínola.

Movimento depois do correctivo de uns dias de prisão[1] e logrando, finalmente, abortar com retumbância a insubordinação armada dos jovens militares, o Regime se consolidara e a autoridade fora reposta.

Tornava-se necessário, como primeira medida, «agarrar» os camaradas do Movimento, mostrando-lhes que estávamos vivos e continuávamos, que a desmoralização não habitava na Comissão Coordenadora. Era preciso também dar uma resposta imediata ao breve comunicado com que o Governo, ligeira e falsamente, dava por encerrado o assunto «Intentona das Caldas» e que, por mim ouvido com espanto no telejornal de poucas horas antes, me fez assomar aos lábios o sorriso beatífico com que acabei por adormecer:

Na madrugada de sexta-feira para sábado, alguns oficiais em serviço no Regimento de Infantaria 5, aquartelado nas Caldas da Rainha, capitaneados por outros que nele se introduziram, insubordinaram-se, prendendo o comandante, o 2.º-comandante e três majores e fazendo em seguida sair uma companhia autotransportada que tomou a direcção de Lisboa.

O Governo tinha já conhecimento de que se preparava um movimento de características e finalidades mal definidas, e fácil foi verificar que as tentativas realizadas por alguns elementos para sublevar outras unidades não tinham tido êxito.

Para interceptar a marcha da coluna vinda das Caldas, foram imediatamente colocadas à entrada de Lisboa forças de Artilharia 1, de Cavalaria 7 e da GNR.

Ao chegar perto do local onde estas forças estavam dispostas e verificando que na cidade não tinha qualquer apoio, a coluna rebelde inverteu a marcha e regressou ao quartel das Caldas da Rainha, que foi imediatamente cercado por unidades da Região Militar de Tomar.

Após terem recebido a intimidação para se entregarem, os oficiais insubordinados renderam-se sem resistência, tendo imediatamente o quartel sido ocupado pelas forças fiéis, e restabelecendo-se logo o comando legítimo.

Reina a ordem em todo o País.

---

[1] Vasco Lourenço e Antero haviam deixado a Trafaria e embarcado na véspera para os Açores e a Madeira, respectivamente, e Nuno Pinto Soares baixara ao Hospital Militar.

PARTE IV

O TRIUNFALISMO DO REGIME E A TEIMOSIA DOS CAPITÃES OU DE COMO PERDER UMA BATALHA NÃO SIGNIFICA NECESSARIAMENTE PERDER A GUERRA

«A ordem reina em Berlim!», esbirros estúpidos. A vossa "ordem" está construída sobre a areia. A partir de amanhã a revolução erguer-se-á de novo com estrondo, proclamando ao som de trompas para vosso maior desespero:

«Estive, estou, estarei!»

Rosa Luxemburgo, 1919, *Os Spartaquistas em 1918: a Alemanha em Revolução.*

1. SPORTING, 2 - PORTO, 0

Levantada a prevenção rigorosa no dia seguinte, domingo, regressei a casa, entrando imediatamente em contacto com Vítor Alves. Como bom civil, embora no pelouro da Defesa, Silva Cunha, animado pelo êxito, devia considerar a situação sob controlo e estar seguro de que a efervescência do Movimento tinha sido serenada. E foi pensando na necessidade de mostrar ao Poder que a luta continuava e também e sobretudo, como já disse, para «agarrar» os camaradas, informando-os de que o desânimo não morava connosco, que eu e Vítor Alves redigimos a Circular 2/74 que bati em *stencil*, letra a letra, a «pica-milho», em minha casa, na minha recém-adquirida *Adler Tippa* portátil e que, com data de 18 de Março, colocámos nesse dia em circulação [1]:

Camaradas:

O Movimento de Oficiais, em face dos recentes e graves acontecimentos que abalaram a Nação, as FA e, em particular, o Exército, não pode deixar de proceder a uma análise, ainda que breve, da situação, e extrair as lições que se impõem.

---

[1] Viria a saber mais tarde que, convicto, não se sabe porquê, de que a circular havia sido elaborada e batida à máquina no IAEM, Arnaldo Schultz mandara passar revista rigorosa aos quartos dos oficiais ali em estágio, em busca de uma máquina com o tipo de letra do documento. Cautelosamente, não fosse o diabo tecê-las,

A história recente do Movimento foi marcada, inicialmente, por um episódio que é já do conhecimento de todos: a transferência súbita e injustificada de quatro camaradas (dois para os Açores, um para a Madeira, o último para Bragança). Instalavam-se em pleno os mótodos de terrorismo administrativo já de há muito utilizados por pseudochefes militares completamente alheios aos reais problemas das FA e a quem apenas interessa defender privilégios, identificando-se com o poder político e económico e abandonando os camaradas mais jovens, os quais parece desprezarem e por todas as formas procurar humilhar. Sabe-se como o Movimento recusou admitir semelhante arbitrariedade e como tal atitude de firmeza provocou reacções a nível de Poder, que revelaram, de forma insofismável, a sua intolerância, a sua total incompreensão dos problemas, a sua completa incapacidade, insensatez e cegueira política e administrativa.

Isto mesmo foi abertamente sentido por todos, alguns dias mais tarde, quando assistiram, indignados, à manifestação feita por generais que se diziam representar as FA e que nada mais representavam senão a si próprios e à sua falta de coragem cívica e moral. Ao pretender hipotecar as FA, esses oficiais generais revelavam a sua fraqueza, a sua falta de visão a todos os níveis, o desprezo em que tinham os sentimentos e as aspirações da esmagadora maioria dos militares. Participaram numa farsa que, iniciada com um discurso do Presidente do Conselho a uma assembleia que carece de legitimidade, e continuada com uma moção aclamada mas não discutida, viria a culminar com a sua afrontosa representação. Apenas os generais Costa Gomes e Spínola e o contra-almirante Bagulho se recusaram a participar em semelhante espectáculo. Para eles vão, desde já, as nossas homenagens. A sua atitude é inteiramente apoiada pelo Movimento.

Não será ousado adiantar que aquela inqualificável manifestação foi a causa imediata dos acontecimentos mais recentes, que levaram alguns camaradas, generosos e abnegados, sem dúvida, mas excessivamente impacientes, a tentarem resolver a situação de modo imediato. Afirmamos, desde já, a nossa solidariedade activa para com os camaradas presos, que não nos cansaremos de defender seja em que circunstância for. A sua causa é a nossa, embora possamos criticar a sua impaciência. Todavia, a acção que desencadearam não foi inútil! Ela serviu para despertar a consciência de alguns que porventura ainda hesitassem. Serviu para definir com clareza os campos em presença, donde se tiram lições preciosas para o futuro próximo. Serviu para revelar, de uma forma brutal, as contradições em que se debate o Exército e — como este é «o espelho da Nação» — a crise geral do País. Serviu, enfim, para evidenciar os métodos a que recorrem os nossos «chefes», a sua total ausência de escrúpulos e as alianças a que recorrem para tentar esmagar e paralisar aquilo que já é irreversível. Em particular, sob este último aspecto, compete-nos denunciar a intromissão da PIDE/DGS (a qual foi directamente accionada pelos ministro e subsecretário de Estado do Exército), prendendo camaradas e, pelo menos num caso, forçando a entrada a pontapé, cerca das cinco horas da manhã, na casa de um camarada, maltratando física, moral e psiquicamente a mulher e filhos deste e efectuando uma busca domiciliária sem mandado legal. Esta interferência da polícia política é intolerável, representa um repugnante atentado aos nossos já mais que violados direitos, e não podemos permitir que tais factos se repitam, sob pena de se generalizarem e de perdermos, por completo, a nossa mais do que abalada dignidade e o frágil prestígio que nos resta. Mas não se ficaram por aqui os nossos «chefes». Chamaram a GNR, que enviaram contra os nossos camaradas do RI 5, confiando ainda àquela corporação a tarefa inadmissível e ultrajante de cercar a Academia Militar! Por sua vez, a Legião Portuguesa, revelando a existênca de um aparelho militar e policial operante, colaborou com a DGS e a GNR, chegando a participar no seguimento das forças do RI 5 que regressavam às Caldas da Rainha. Será, porventura, ocasião de esperar que o Governo e os «chefes militares» tenham finalmente encontrado na Legião Portuguesa, na GNR e na DGS os valorosos combatentes de que carecem para prosseguir em África a sua política ultramarina?!

Camaradas dos três ramos das Forças Armadas: o episódio da marcha do RI 5 sobre Lisboa, articulado aos acontecimentos que imediatamente o antecederam, permite-nos prosseguir o nosso Movimento com mais segurança e realismo.

Confiamos, desde já, no vosso espírito de camaradagem e na vossa solidariedade para com os camaradas presos (cerca de duzentos entre oficiais do QP e do QC, sargentos, cabos milicianos e praças), que deram uma primeira prova real, ao País e às FA, de que não estamos dispostos a tolerar tal estado de coisas.

Apelamos finalmente para que se mantenham firmes em relação aos já anunciados objectivos do Movimento. É necessário mantermos a

---

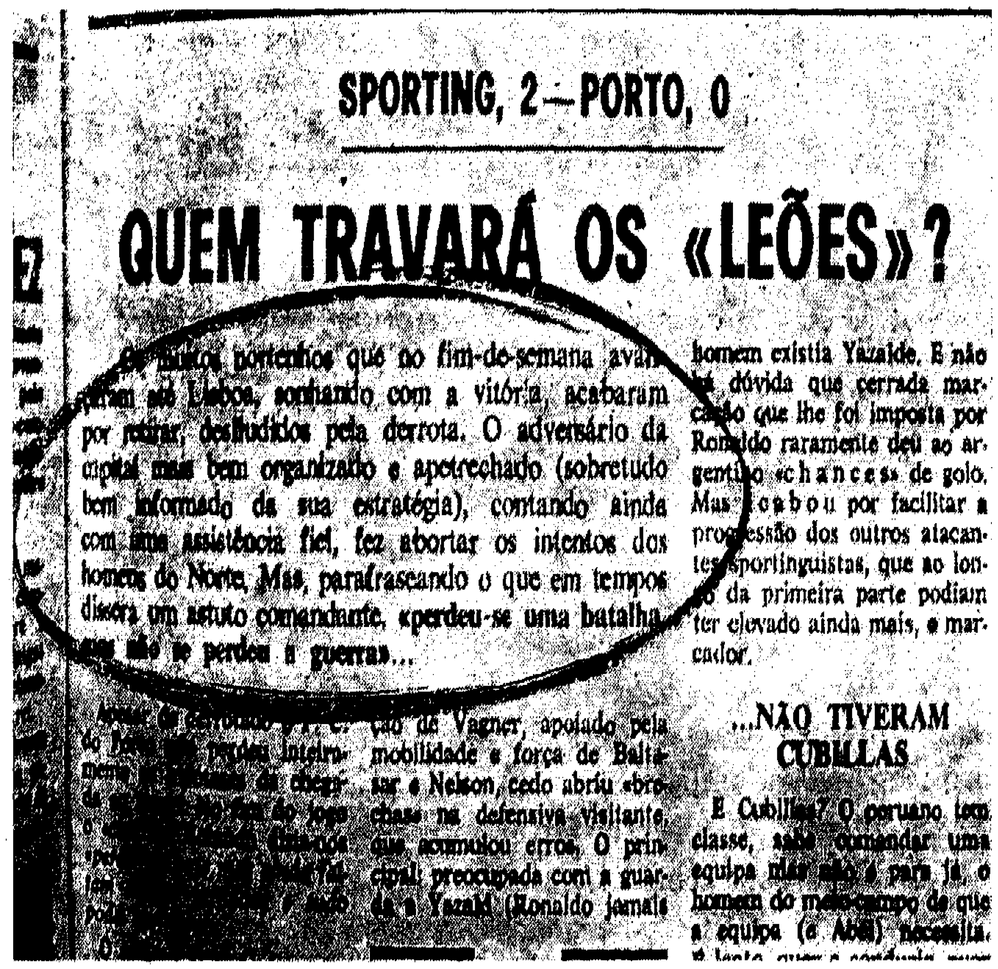
arrecadei-a numa gaveta do armário babélico do capitão Máximo, no RE 1 da Pontinha, onde se manteve até depois do 25 de Abril. Ausente Vasco Lourenço nos Açores, foi num duplicador da Academia Militar que tirei os exemplares necessários.

coesão e reforçarmos as nossas estruturas, conscientes de que, se soubermos ser coerentes e lúcidos, em breve alcançaremos o que nos propusemos.

A Bem da Nação e das Forças Armadas
A Comissão

Circular n.º 2/74
Data — 18 MAR 74
ZNB — UT

O diário *República* de segunda-feira, 18 de Março, publicava na sua página desportiva uma notícia cujo cabeçalho e preâmbulo diziam:



SPORTING, 2 — PORTO, 0

QUEM TRAVARÁ OS «LEÕES»?

Os nortenhos que no fim-de-semana avançaram até Lisboa, sonhando com a vitória, acabaram por retirar, desiludidos pela derrota. O adversário da capital mais bem organizado e apetrechado (sobretudo bem informado da sua estratégia), contando ainda com uma assistência fiel, fez abortar os intentos dos homens do Norte. Mas, paraafraseando o que em tempos dissera um astuto comandante, «perdeu-se uma batalha mas não se perdeu a guerra»...

homem existia Yazalde. E não há dúvida que cerrada marcação que lhe foi imposta por Ronaldo raramente deu ao argentino «chances» de golo. Mas acabou por facilitar a progressão dos outros atacantes sportinguistas, que ao longo da primeira parte podiam ter elevado ainda mais, o marcador.

...NÃO TIVERAM CUBILLAS

E Cubillas? O peruano tem classe, sabe comandar uma equipa mas não é para já, o homem do meio-campo de que a equipa (e Abel) necessita.

Lêmo-la como uma mensagem de confiança. Era optimista e estimulante. Em pensamento, enviei o meu forte abraço ao articulista desconhecido e amigo. Dava-lhe plena razão.

2. A LÓGICA DO PODER

A atitude mais lógica a tomar por parte do Poder nos dias que se seguiram ao 16 de Março, seria a de procurar detectar, para depois punir, todos os elementos do Movimento em relação aos quais fosse possível acumular provas. Ou, caso isto se revelasse difícil, ordenar, no mínimo, um conjunto de transferências que desarticulasse a nossa organização.

Os processos de averiguações referentes a todos os graduados que haviam sido levados para o Campo Militar de Santa Margarida debaixo de prisão iniciaram-se com rapidez. Superintendia a essa actividade de justiça militar um coronel de Artilharia na reserva, Carmelo Rosa, que eu conhecia desde os seus tempos de capitão e que terminara a sua carreira na Academia Militar, que continuava a frequentar diariamente para o cavaco, o que me possibilitava ir acompanhando, aproveitando a sua bonomia e permanente boa disposição, o andamento dos processos.

Quinze dias depois da entrada no Campo Militar, todos os graduados acabaram por ser libertos sem problemas e foram colocados em unidades onde viriam a lançar, orgulhosamente, a semente fecunda da sua participação na intentona.

A transferência dos «suspeitos» rapidamente levada a cabo pelas instâncias militares resultou num tremendo erro por parte das mesmas e num inesperado benefício para o avanço da agitação no seio da massa militar dos oficiais do Movimento. Os capitães que no CIOE de Lamego haviam tomado a atitude de insubordinação foram em grande parte dos casos os agentes motivadores para a continuação da actividade do Movimento e para o desencadear vitorioso do golpe de Estado que levaríamos a efeito quarenta dias depois.

Outra transferência de muito proveito para o Movimento seria a de Diniz de Almeida. Deslocado do DI para o RAL 5 de Penafiel, mobilizara rapidamente para a acção alguns graduados e as praças da unidade, utilizando a sua extraordinária capacidade de agitação e liderança. Punido em Penafiel, injustamente, por um motivo fútil (mais pelo que era do que pelo que fez), com três dias de prisão disciplinar, seria de novo transferido para o RAP 3 da Figueira da Foz cerca de um mês antes do 25 de Abril, pondo rapidamente sob

o seu comando as forças desta unidade e deixando mentalizadas e potencialmente actuantes as duas unidades por onde já passara.

Claro que uma ou outra destas deslocações súbitas provocou algum transtorno pessoal. Miquelina Simões e Nuno Bívar, com a sua presença denunciada pelo major Vinhas no «local do crime» e pelas suas intervenções a favor dos revoltosos, foram transferidos respectivamente para o Regimento de Lanceiros 1, em Elvas, e para o IGEFE (Inspecção-Geral de Educação Física do Exército), o que não foi do seu agrado. Esse constituiu o pequeno preço pago por quem de algum modo foi algo mais do que um elemento passivo na marcha do Movimento a caminho do êxito.

Houve também um ou outro desgosto pessoal sofrido por quem, embora não fazendo parte activa do Movimento, sempre procurou manter uma atitude digna e uma honrada posição militar, estranha à luta política que se travava entre jovens oficiais e o corrupto poder civil e militar institucionalizado. O general na reserva António Amaro Romão, comandante da Academia Militar (que as altas esferas consideravam o quartel-general, posto de comando e, logo, o verdadeiro cancro da intentona), foi imediatamente exautorado e mandado para casa sem mais delongas. Não tínhamos contra ele qualquer razão de queixa. Nunca denunciara a movimentação dos oficiais em serviço na Academia. Nem mesmo perante a evidência das constantes reuniões, das quais tinha conhecimento pleno por intermédio de Hugo dos Santos, que, espartilhado na sua apertada visão da legalidade e verticalidade militares, se lhe apresentava em continência no dia seguinte a cada assembleia em que participara para lhe relatar, nos termos regulamentares, a sua presença e a ordem dos trabalhos que fora discutida! Apesar de o comandante ser quem era, foi com certo alívio que acabámos por ver Hugo dos Santos retirado para Tomar, sob mobilização, na fase aguda do processo!

Substituiu Amaro Romão um general baixote e quezilento oriundo de Artilharia, Horácio Perez Pais Brandão, que em coronel já prestara serviço na Academia Militar como director dos Serviços Gerais e que se encontrava colocado no Secretariado-Geral da Defesa Nacional.

Apesar de ser obviamente portador de ordens muito concretas por parte de Silva Cunha, Pais Brandão, mau grado a sua ratice,

não conseguiu fazer grandes estragos, não tendo ido além das transferências rápidas de Miquelina Simões e Nuno Bívar. Toda a sua atenção se concentrou sobre os oficiais que eram conhecidos como estreitamente ligados a Spínola. Esses constituíram o alvo número um. O que foi óptimo para o Movimento, na medida em que eles, arvorados em principal objecto de atracção e desconfiança por parte do Poder, permitiram assim desviar as atenções relativamente a alvos mais importantes. Mas foi apenas essa a razão que levou o geniquento generalote a convocar por várias vezes ao seu gabinete o recém-colocado tenente-coronel António Valadares Correia de Campos, spinolista dos quatro costados, que estava longe de ter «alguma coisa a ver com o quiosque».

Claro que também eu, devido à ausência verificada por largas horas no dia da intentona, compareci perante o baixote, não tendo tido a mínima relutância em lhe atirar aos queixos, firmemente e sem margem para dúvidas, com o álibi com que já tranquilizara Leopoldo Severo.

3. PESSIMISMO E APREENSÃO

Em 18 à noite, eu e Vítor Alves encontrámo-nos no Café Londres, a um canto da praça com o mesmo nome, com Melo Antunes, que estava acompanhado da esposa, Gabriela. E bebericando uns cafés, tive de descrever de novo, em pormenor, os antecedentes imediatos e as ocorrências da intentona do 16 de Março, perante a incredulidade de ambos. Entregámos a Melo Antunes um exemplar da Circular 2/74. E foi Vítor Alves quem lhe solicitou a redacção, tão rápida quanto possível, de um verdadeiro programa político do Movimento de Oficiais das Forças Armadas, que extraísse o que de mais válido existia no Manifesto aprovado por maioria no plenário do dia 5 e que se adiantasse em mais pormenor e substância.

A apreensão de Melo Antunes era evidente. Considerava que a partir do «desastre» das Caldas, para o qual recusava qualquer justificação, tudo estava liquidado. A PIDE, que actuara livremente durante o 16 de Março, devia já ter ordem para desencadear todo um conjunto de acções de investigação, perseguição e desgaste que levaria a curto prazo à destruição do Movimento. Animei-o como pude, com o meu optimismo e esperança e a convicção de que estariam agora criadas excelentes condições para ir para diante, colhendo os ensinamentos úteis que a intentona de dois dias antes nos proporcionara.

Descrente também das futuras possibilidades do Movimento, que o «negócio das Caldas» comprometera forte, senão irremediavelmente, Vítor Alves não deixava no entanto de insistir com Melo Antunes para a rápida elaboração do programa político. Este tinha já marcada para a madrugada de 23 de Março a sua partida para os Açores, transferido, a seu pedido, após o EPOSAS e finalmente com deslocação autorizada depois de quatro anos e meio de recusa permanente por parte das instâncias militares.

Grande parte do meu optimismo e confiança assentavam naquilo que, tão peremptoriamente, Avelar de Sousa nos garantira quanto à possibilidade de intervenção dos pára-quedistas, na reunião de 13 de Março no Dafundo. E foi nesse sentido que, entrando em ligação com o capitão António Ramos, lhe transmiti a necessidade de um encontro dos «páras» com Spínola, condição *sine qua non* para que aqueles avançassem resolutamente para a solução de força que se tornava urgente e inadiável.

Garcia dos Santos, informado atempadamente, pôde assim transmitir a Avelar de Sousa no dia 19, conforme tinha ficado combinado, na Pastelaria Açoreana, que o general não aceitara encontrar-se pessoalmente com uma delegação dos «páras», mas que nomeara para o efeito um seu representante qualificado, o coronel Rafael Durão. Este, avisado, aguardaria que os pára-quedistas o contactassem para marcar data, hora e local de reunião, no mais curto prazo.

Foi em 20 que pela primeira vez tomei conhecimento, através de um panfleto com a data de 16 de Março que me fizeram chegar às mãos, da existência de uma organização pseudo-revolucionária, a RPAC, que daquele modo se manifestava no interior dos quartéis.

Pretendiam os escribas fazer uma análise das motivações que haviam conduzido ao 16 de Março e aliciar os soldados para um confronto com aquilo a que chamavam a «burguesia colonial-fascista e os seus lacaios militaristas», aconselhando o boicote, a sabotagem e a paralisação do «aparelho militar colonial-fascista» e a deserção em massa e com armas.

A linguagem, apesar da sua virulência, era de tal forma insensata e desprovida de qualquer ponta de conhecimento das realidades, tão cheia de parvoeira, que não me provocou outra reacção que não fosse um riso indulgente. Um pequeno erro de análise da minha parte, por óbvia falta de conhecimento do assunto. Posteriormente ao 25 de Abril viria a saber que, como *holding* da RPAC, se encontrava o chamado Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). E ver-me-ia obrigado a enfrentar situações de certa gravidade que esta organização, com deliberada intenção ou em autêntico desvario político, viria a provocar. Na ocasião, porém, apenas um pequeno pormenor me ensombrou o riso: a designação de *Amílcar Cabral* auto-atribuída ao Comité Directivo da RPAC que «assinava» o panfleto.

Na tarde do dia 21, acedendo a um pedido para encontro urgente, travei, dentro do seu carro, uma conversa importante com Luís Macedo, no terreno baldio frente à Cadeia Penitenciária de Lisboa, ao alto do Parque Eduardo VII.

— Eh! pá, a malta está toda desorientada. Ninguém sabe o que se passou no 16 de Março, nem se o Movimento morreu ou se continua vivo. Se se demora muito tempo sem fazer nada a malta desmobiliza totalmente. Tu tens pesadas responsabilidades no Movimento. E em minha opinião, só tu é que tens possibilidades de manter a malta unida e continuar com o Movimento prá frente — dizia-me o jovem capitão.

Concordei. Mas referi-lhe o acordo que tinha estabelecido com os pára-quedistas e o prazo que lhes concedera para desencadear uma acção que tivesse largas possibilidades de êxito, com o nosso apoio.

— Eh! pá, nem tenhas peneiras de qualquer espécie! Os «páras» nunca farão a ponta de um chavelho. Repara como os tipos se comportaram sempre ao longo destes meses. Acho que não deves confiar nos gajos dessa maneira. Vamos mas é prepararmo-nos para actuar e eles que se lixem — repontava Macedo.

O prazo de dez dias que ficara estipulado do antecedente expirava a 23. Combinei com Luís Macedo que se nada acontecesse até essa data iniciaríamos de imediato a nossa preparação independentemente dos camaradas da boina verde. Marcámos, nesse sentido, uma reunião dos elementos da CCE ainda em exercício [1] para o dia 24, domingo. O local seria a residência de um jovem capitão de Cavalaria em serviço no BRT, Candeias Valente, «sombra» de Miquelina Simões e que morava num prédio da Quinta da Figueirinha, em Oeiras.

Nomeei nesse momento Luís Macedo meu adjunto operacional, cargo que ele aceitou responsavelmente e que desempenharia, até 25 de Abril, de forma entusiástica e competente.

O *Le Monde* de 23 de Março publicava, pela pena de Georges Dupuy, uma extensa notícia sobre Portugal encimada pelo título «Un Processus de dégradation qui pourrait aboutir à un coup d'État militaire» («Um Processo de Degradação que Poderá Conduzir a Um Golpe de Estado Militar») (Anexo XX).

O artigo apresentava-se entremeado de alguns erros por falta de conhecimento, de análise e de cronologia. Assim, atribuía aos territórios do Ultramar uma área *nove* vezes superior à de Portugal (quando só Angola é catorze vezes maior); na opinião do autor, o que faz radicalizar o Movimento é a publicação de *Portugal e o Futuro*; e finalmente situa o Manifesto de 5 de Março como publicado após a intentona das Caldas, confundindo-o com a nossa circular 2/74. Apesar disso, tinha bastante interesse, em termos de análise e futurologia.

O último parágrafo era significativo. Quase um aviso para o Regime marcelista:

«... A situação não pode senão radicalizar-se e conduzir, a mais ou menos longo prazo, a um golpe de Estado militar. Parece no entanto que, por agora, a situação não se encontra madura. O Movimento dos Capitães está ainda demasiado verde para abalar um Regime cujas instituições estão há tanto tempo estratificadas. Por outro lado, é certo que se graves acontecimentos vierem a ocorrer em África, o processo de degradação actualmente desencadeado poderá acelerar-se. Para já, os capitães sabem que têm em reserva o homem para a situação, uma truculenta personagem de monóculo, grande admirador de De Gaulle: o general Spínola.»

[1] Estavam «fora de combate» *Vasco Lourenço*, já nos Açores, colocado no QG do Comando Militar de Ponta Delgada, *Nuno Pinto Soares*, com baixa ao Hospital Militar, donde teria alta a 29 de Março para passar à situação de reserva, *Miquelina Simões*, transferido para o RL 1 de Elvas, e *Manuel Monge*, preso na Trafaria.

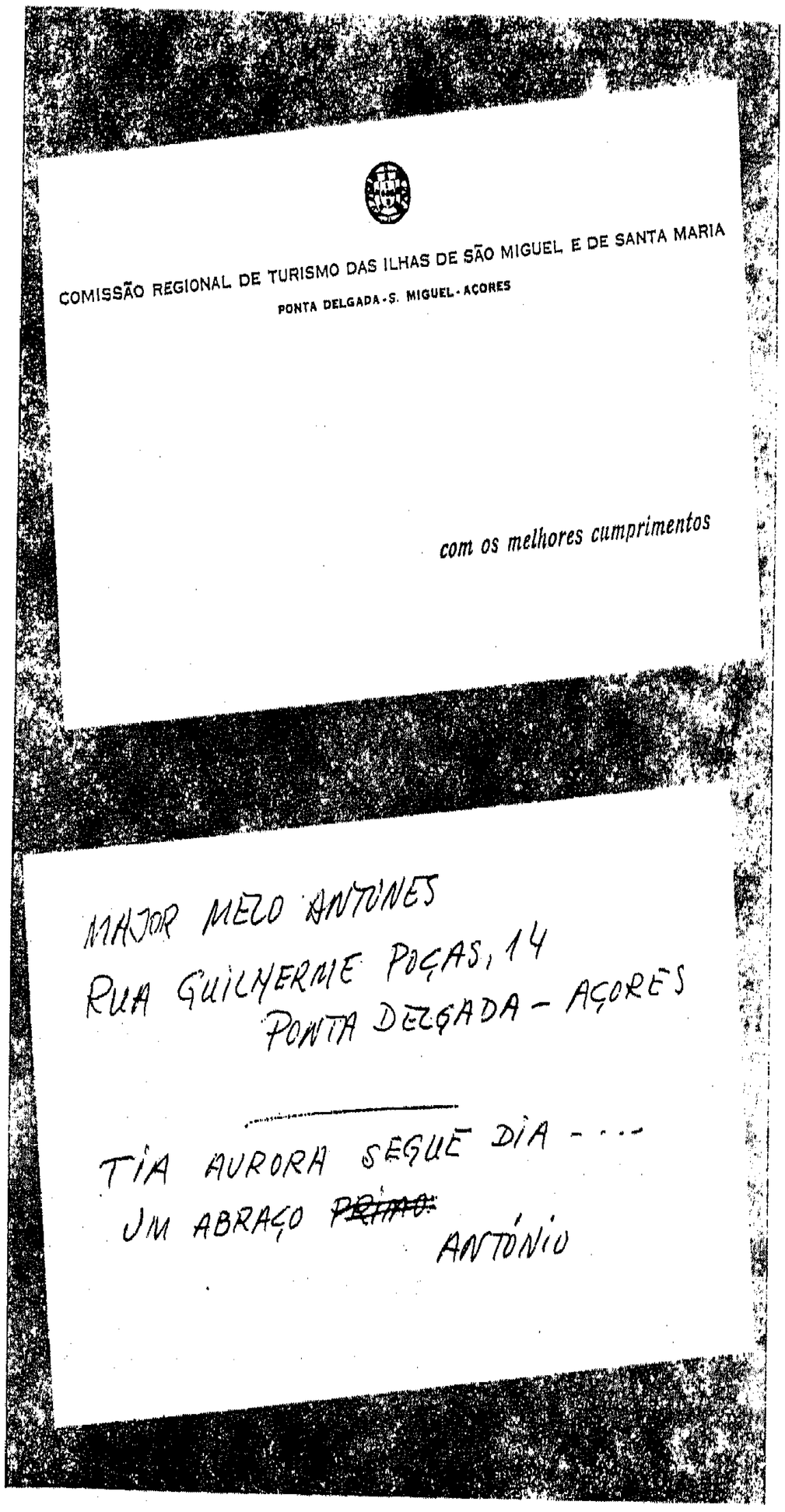
Na noite de 22 reúne-se em casa de Vítor Alves um pequeno grupo de oficiais, Vítor convidou também camaradas da Força Aérea e da Armada. Lauret e Contreiras estão presentes. Hugo dos Santos também. E Melo Antunes lê-nos então a primeira versão do programa político do Movimento de Oficiais das Forças Armadas por si elaborada e que merece a aprovação dos presentes.

Entrega o documento a Vítor Alves para que este possa, daí por diante, trabalhar sobre essas bases programáticas, constituindo com tal finalidade um gabinete político. E pelas duas da manhã abandona a reunião para se dirigir apressadamente ao aeroporto, onde embarcará no avião que o levará para os Açores. Deixa-nos pesaroso:

— Levei quase cinco anos a chatear a Repartição de Oficiais com requerimentos ao ministro para me deixar prestar serviço nos Açores. E sempre a levar com os pés. Precisamente na altura em que me interessava cá ficar convosco, para acompanhar o Movimento, é que me deferem o requerimento e me colocam em Ponta Delgada. Já é preciso ter azar!

Despedimo-nos dele com um abraço e a recomendação insistente de, chegando a Ponta Delgada, dar umas fortes palmadas de amizade e lembrança nos costados de Vasco Lourenço, que o deve esperar. Antes da saída, lembro-me de algo muito importante:

— Ouve lá, e como é que eu vos aviso do grupo data-hora do golpe quando a malta aqui arrancar? Tenho de te mandar um telegrama em código!


COMISSÃO REGIONAL DE TURISMO DAS ILHAS DE SÃO MIGUEL E DE SANTA MARIA
PONTA DELGADA - S. MIGUEL - AÇORES

com os melhores cumprimentos

MAJOR MELO ANTUNES
RUA GUILHERME POÇAS, 14
PONTA DELGADA - AÇORES

TIA AURORA SEGUE DIA - - -
UM ABRAÇO ~~PRIMO~~
ANTÓNIO

Retira da carteira um cartão e nele inscreve a morada em Ponta Delgada. E combinamos depois a frase codificada que me permitirá informá-lo do grande momento (ver página anterior).

Almada Contreiras acompanha-o ao aeroporto. E ali, Melo Antunes apresentá-lo-á a um jornalista do *República*, de nome Álvaro Guerra, que o aguarda para um abraço de despedida e que virá a possibilitar mais tarde ao Movimento a utilização dos serviços do programa «Limite», coordenado e orientado por Carlos Albino, um outro jornalista do mesmo diário.

Só voltaríamos a ver Melo Antunes mais de um mês depois, regressado dos Açores, eufórico, após a vitória alcançada pelo Movimento em 25 de Abril.

4. TUDO SE EXPLICA. LANÇAM-SE AS BASES PARA A «VIRAGEM HISTÓRICA».

A reunião de 24 de Março foi decisiva para uma tomada de posição por parte do Movimento. Contrariamente ao que Georges Dupuy afirmava no seu artigo de dois dias antes, a situação estava realmente madura. Já a nenhum dos camaradas restava qualquer dúvida sobre a necessidade imperiosa de «contar as espingardas» para um confronto final e decisivo com o Poder. Agora sim, é que se estava no ponto de rebuçado que permitia falar-se de *revolução armada* sem que houvesse na sala sobressaltos de maior.

As dúvidas eram imensas sobre o que levara à intentona das Caldas de uma semana antes e o que nela ocorrera. Tive de relatar, em pormenor tudo o que sobre a matéria conhecia e a minha intervenção nos acontecimentos. E a grande lição a tirar: não seria exageradamente difícil derrubar o Governo, pelo que me fora dado apreciar. Mas só seria possível desde que tivéssemos uma boa organização, um plano de operações atentamente elaborado, o razoável conhecimento do inimigo e bons meios de transmissões.

Todos concordam em chegar, finalmente, às últimas consequências, em pegar em armas, em fazer o golpe de Estado. Mas que seja a sério e não uma «barracada» como a das Caldas da Rainha! Coisa certinha, feita à medida de militares competentes. É uma decisão de enorme responsabilidade a que é tomada pela CCE (os quinze elementos em exercício) mais os seis camaradas que ali se encontram presentes.

Vítor Alves refere que na véspera Melo Antunes partira para Ponta Delgada deixando nas nossas mãos um projecto de programa político para o Movimento, a ser trabalhado por um gabinete a seleccionar e para pôr em execução após o golpe, se este sair vitorioso.

Alguém faz uma proposta no sentido de que os dois elementos da direcção do Movimento que ainda se mantêm activos assumam as responsabilidades da preparação militar e da preparação política para o golpe, o que é aprovado por unanimidade.

Eu e Vítor Alves aceitamos de imediato o pesado fardo que nos é imposto pelos camaradas. Para isso mesmo fôramos eleitos e não enjeitaríamos, até final, a missão que tínhamos aceite. Se caíssemos, outros continuariam, por certo, a obra inacabada.

O tenente Marques Júnior interveio para afirmar, em representação da EPI, que os oficiais daquela unidade estavam na firme disposição de se lançarem numa atitude de força que previa a resistência no interior do quartel por tempo indeterminado, se até ao dia 20 do mês seguinte nada fosse feito no sentido de organizar e estruturar convenientemente a força de combate do Movimento [1]. A opinião expendida de que não deveríamos contar exclusivamente com os «páras», não rejeitando de forma alguma a sua colaboração se quisessem participar, foi aprovada unanimemente.

Tomei então a palavra para assumir, perante os camaradas presentes, a responsabilidade de gizar um plano operacional e elaborar a «ordem de operações» respectiva. E garantir, pleno de confiança, que no período entre 20 e 29 de Abril o golpe seria desencadeado, predizendo, com o optimismo de sempre, a nossa vitória sobre as forças governamentais e o derrube do Regime.

---

[1] Marques Júnior casou inopinadamente na semana anterior à do 25 de Abril, encontrando-se de licença, em lua-de-mel, na data do golpe. Faz hoje parte do Conselho da Revolução.

Havíamos descurado durante muito tempo, displicentemente, o estudo de situação. Naquele momento, podia dizer-se que nada possuíamos. Era necessário obter elementos positivos quase a partir do zero. E foi esse o assunto que, no meio de serena determinação, dominou o resto da sessão.

Houve ainda uma indicação final e importante: a partir dali cessavam por completo informações transmitidas por circular. Não haveria papéis escritos. Era conveniente que o Governo criasse a convicção de que os principais activistas do Movimento se encontravam neutralizados, que com os cabecilhas (!) fora de combate o Movimento se desarticularia, que a agitação terminara, que a ordem reinava, de facto, em todo o País.

Possuímos hoje elementos que nos permitem afirmar que a nossa manobra táctica de nos «fecharmos em copas», aparentando o desmembramento, desorganização ou até dissolução do Movimento, nos possibilitou a recolha de excelentes dividendos. Com as medidas tomadas, o Governo readquiriu a sua confiança, no convencimento pleno de ter debelado o mal que grassava no interior do Exército. Talvez Marcelo não estivesse tão confiante como os demais responsáveis do poder político. É-lhe atribuída a frase histórica que, a ser verdadeira, permite talvez definir o seu estado de ansiedade: «Cuidado com os capitães! Que esses não têm ainda as ambições e a idade suficiente para se deixarem comprar!»

Os ministros militares e Silva Pais, o director da PIDE, tranquilizam Marcelo e procuram incutir-lhe a sua própria confiança. Em sua opinião, estão de novo remansosas as águas pouco antes agitadas do «mar da palha» governamental. Mas enquanto, estreitos, só observam a superfície, Marcelo pressente o macaréu. Ainda chega a apresentar ao velho Tomás, nesse mês de Março, a sua resignação e a proposta da sua substituição por Baltasar Rebelo de Sousa, que aquele desdenha, confirmando-o no cargo. E Marcelo reaparece à Nação para a sua derradeira «conversa em família» em 28 de Março, falando com gravidade, sem o sorriso clorofila, estereotipado, a que habituara os telespectadores desse programa irregular. Critica «o entusiasmo com que os meios de informação de tantos países seguiram e avolumaram o episódio militar que a irreflexão e talvez a ingenuidade de alguns oficiais lamentavelmente produziu há poucos dias nas Caldas». Para ele, o acontecimento não passa de uma atitude

irreflectida cuja finalidade só poderá ser «fazer beneficiar interesses do estrangeiro»!

Em 31 de Março, Marcelo aparece, de surpresa, no Estádio de Alvalade, para assistir ao jogo de futebol Sporting-Benfica. Os «ecos favoráveis» que recolhe da sua «conversa em família» e a tremenda ovação que recebe da assistência que enche o estádio quando é anunciada a sua presença incutem-lhe mais ânimo e confiança. Por essa altura, em fins de Março, eu reunia açodadamente elementos para o tal estudo de situação a sério. Em princípios de Abril, já de posse de alguns, comecei a escrever, página a página, sujeito a todas as alterações que necessariamente lhe teriam de ser introduzidas por via dos dados que ainda iria obter nos dias seguintes, um documento fundamental e basilar para a vitória alcançada em 25 de Abril: a «Ordem de Operações», que se alongaria por vinte e seis páginas manuscritas e que encimei com o título PLANO GERAL DAS OPERAÇÕES (VIRAGEM HISTÓRICA) (Anexo XXI).

5. ALGUMAS DIFICULDADES INESPERADAS

É extraordinariamente intensa a actividade que desenvolvo nesses dias de Abril. Reuno-me, individualmente ou em pequenos grupos, com camaradas a quem mobilizo para me fazerem reconhecimentos e fornecerem elementos concretos, multiplico contactos, faço reconhecimentos por conta própria. E com os elementos colhidos ou fornecidos, vou dando corpo à «Ordem de Operações», cujas folhas já manuscritas se vão avolumando sobre a mesa de trabalho.

Vítor Alves traz-me preciosos elementos sobre a organização do «inimigo» que ele, Sanches Osório, Charais e Costa Brás conseguem subtrair do EME, onde prestam serviço. É assim que me chegam às mãos o «quadro (confidencial) da orgânica operacional da PSP», os quadros da «força da intervenção do Exército» e da «força de reserva do Governo» existente em todo o País, o «dispositivo das

forças da Legião Portuguesa do Continente» e bem assim as últimas e mais importantes movimentações de material de guerra, nomeadamente o quadro da distribuição de material rádio de transmissões pelas unidades militares do Exército. Sanches Osório, como elemento qualificado do Estado-Maior, chega a caprichar enviando-me através de Vítor Alves um relatório completo com anexos e apreciações de carácter pessoal (Anexo XXII).

Será o capitão Rosa Garoupa, do curso de Cavalaria de Manuel Monge, seguinte ao meu, cuja residência localizo na zona de Benfica, que me fornecerá alguns, poucos, elementos sobre o tutano da Legião Portuguesa e da DGS. Na ocasião a preparar-se para passar aos «serviços moderados» por motivo de forte surdez num ouvido, desempenhara até pouco tempo atrás funções de muita importância na 2.ª Repartição do EME e tivera acesso ao interior daquelas organizações.

Um primo meu, major de Infantaria Fernando Hugo Bélico de Velasco, excelente oficial [1], em serviço como adjunto da Repartição de Operações do Quartel-General da GNR no Largo do Carmo, é o meu contacto para o conhecimento de alguns pormenores importantes sobre esta organização. Ponho-o a trabalhar a sério para o Movimento após uma conversa em sua casa, em Alfragide, e dele viria a obter indicações preciosas sobre diligências e guardas, aquartelamentos, pontos a manter a todo o custo, pontos que merecem especial atenção, número de praças que guarnecem locais importantes de Lisboa (Casa da Moeda, Correios da Praça D. Luís, antenas da RTP em Monsanto, Marconi em Alfragide, Palácio de Belém, etc...) e ainda a informação de que das cinquenta e cinco viaturas *Shorland* ultimamente encomendadas à Grã-Bretanha fora do circuito normal do Ministério do Exército (Quartel-Mestre), no valor de mil contos cada uma, a pagar com verbas do Ministério do Interior, e que tanta preocupação causam aos camaradas do Movimento, só dez se encontram já em Lisboa e apenas uma montada, faltando ainda a esta as munições próprias para os tubos de lançamento das viaturas blindadas, que não as acompanharam. Diz-me ainda que as rondas à guarnição em serviço em Lisboa

[1] Actualmente adido militar de Portugal na Roménia.

começaram a ser diárias a partir de 1 de Abril, das vinte e duas às quatro da manhã (Anexo XXIII).

O capitão Campos Andrada, o nosso homem de confiança no Regimento de Lanceiros 2 (Polícia Militar)[1], informa-me que só pode garantir a participação da unidade no golpe se for neutralizado o homem forte do regimento, o major Manuel Cruz Azevedo, «o Taco», cunhado de Viana de Lemos. Conheço-o bem. Fomos contemporâneos na Escola do Exército. É um oficial de forte personalidade, grande dinamismo e extraordinária energia. É uma pena não estar connosco. Por sua causa temos de considerar a unidade potencialmente inimiga.

O RC 7, esse, está totalmente contra nós ao nível de oficiais do QP. É, francamente, uma unidade inimiga, que Viana de Lemos pôs sob o comando do coronel António Romeiras Júnior, seu cunhado também, e que recheou de carros de combate pesados *M-47*, procedentes de Santa Margarida, sob o comando do alferes miliciano David e Silva. Só os tenentes Cadete e Aparício são dos nossos, mas marcham para a Escola Prática de Santarém, para o curso de comandantes de companhia, em 18 de Abril, abandonando o comando dos esquadrões, que passam a ficar subordinados ao alferes David e Silva, em acumulação, e ao capitão QEO Cipriano Fontes. Espera-se a vinda de mais dois ou quatro carros de combate *M-47* a juntar aos outros quatro que já lá se encontram. Apuro ainda que a unidade dispõe de nove AML (autometralhadoras ligeiras), quatro *Chaimites* e três EBR de peça grande. O regimento, com este material, tem um grau de prontidão de uma hora.

Para resolver o problema do confronto que há que evitar, se possível, entre as «nossas tropas (Movimento)» e estas unidades militares, enquadradas, com as forças militarizadas, nas hostes governamentais, só vejo uma solução: descomandá-las, criando no seu interior a desorientação e impossibilitando a sua saída. Para isso, decido-me pelo rapto oportuno, no dia do golpe, de todos os oficiais que possam constituir um estorvo à nossa acção: coronel Romeiras Júnior, tenente-coronel Ferrand d'Almeida, major Costa Macedo,

[1] Fora ali colocado muito recentemente, após o estágio de promoção a oficial superior e desempenhava funções de oficial de segurança, que não lhe permitiam comando de tropas.

major Pato Anselmo e major Rafael Saraiva, todos do RC 7, e major Cruz Azevedo, do RL 2. Essas missões, delicadas mas importantes e que podem permitir uma vitória mais fulgurante (e sem tiros) para o Movimento, poderão ser levadas a cabo por pequenos grupos de oficiais agindo em acções de tipo «comando».

Para coordenar com eficiência a actuação destes grupos, preciso de um especialista. São poucos, no entanto, os camaradas comandos que conheço com aptidão para tal desempenho. O capitão Morais da Silva, muito jovem, aceita apenas, mas de forma entusiástica, preparar e comandar um dos grupos, formado exclusivamente por camaradas que, como ele, prestam serviço no anexo da Amadora da Academia Militar (capitães Ribeiro da Silva, Alves Martins e Faria de Oliveira e tenente Américo Henriques). Dou-lhe logo, como missão, a preparação da captura, no momento propício, do coronel Romeiras Júnior, de modo a impossibilitar a sua chegada ao RC 7 no dia do golpe. O major Leal de Almeida[1], comandante do Forte de Almada, por mim abordado uma noite na Messe de Oficiais em Caxias, recusa a sua participação e a da unidade sob o seu comando, dizendo ter pouco pessoal (cerca de oitenta homens), além disso incapaz para o desempenho de quaisquer acções, e não dispor de oficiais mas apenas de sargentos do quadro que não oferecem garantias de segurança. Marco um encontro com outro comando laureado com as mais altas condecorações em combate na guerra colonial, incluindo a Torre e Espada, pelo qual nutro grande estima, Fernando Lobato Faria, um bom gigante de um metro e noventa com a alma de uma criança. Vou esperá-lo na tarde do dia 16 à saída do Depósito de Indisponíveis, no Largo da Graça, onde ele se encontra em serviço. E diante de duas «imperiais», numa cervejaria em frente do quartel, exponho-lhe, pacientemente, o meu plano. Debalde! Mastigando um tremoço, Lobato Faria, em resposta, deita por terra as minhas débeis ilusões:

— Eh! pá, eu não entro nisso. Sabes, eu não percebo nada de política.

Consigo descobrir a nova residência de um excelente major de Artilharia com a especialidade comando, António Gabriel Albu-

[1] Comandante do Ralis de 11 de Março a 25 de Novembro de 1975.

querque Gonçalves, o primeiro classificado do meu curso, por quem tenho a mais elevada consideração e a quem me liga, como a todos os outros, estreita amizade. Frequenta na Faculdade de Ciências, com elevado mérito, o curso de engenheiro geógrafo, como bolseiro do Exército, e trabalha no Serviço Cartográfico.

Embora não desempenhe quaisquer funções no Movimento e seja até um elemento passivo, foi no entanto quem presidiu, competentemente, à difícil e histórica reunião dos capitães realizada perto de Évora em 9 de Setembro de 1973.

Quando o procuro na sua nova casa em Oeiras, ainda quase sem móveis, dedica-se com afã à instalação doméstica. Aproveitando uma deslocação do casal ali perto, a casa dos sogros de Gonçalves, acompanho-o. Consigo arranjar ocasião para lhe falar no assunto que me obsessiona. Diz que vai pensar. E passados dias, estando eu ausente de casa, onde me procura, é a minha mulher que ele solicita que me diga que não participará na acção, aconselhando-a vivamente a tentar dissuadir-me de prosseguir na intenção de levar tal projecto por diante, considerando que eu estarei a fazer uma análise de ânimo leve, sem ter na mão todos os dados da terrífica organização com que o Poder nos domina. É para mim uma desilusão enorme e que não consigo justificar.

Quase perdidas as esperanças de encontrar um oficial especialista comando que eu possa encarregar da missão de coordenação que considero necessária, acabo, em última instância, por recorrer a um major de Infantaria que conheço muito superficialmente e que me foi apresentado na Academia Militar, onde aparece de vez em quando na sala de oficiais. Sei que esteve, por acaso, no plenário de Cascais, talvez levado por amigos.

É um tipo baixo, entroncado, muito moreno, de aspecto rufião e que veste com um mau gosto atroz, no género do casaco de grandes quadrados, camisa amarela, gravata encarnada e óculos escuros. Dizem-me que é um combatente excepcional, dotado de grande espírito de decisão, e que tem forte prestígio na «família comando». Apesar de também me informarem de que é um solteirão impenitente, corrupto e imoral e que faz todas as noites vida de *boîte*, montando quartel-general no Tosco ou no Tamila, decido-me a contactá-lo.

Estando colocado nessa ocasião no Estado-Maior do Exército, é para lá que telefono, combinando com o major Jaime Neves uma conversa. E será dentro do meu carro, no parque de estacionamento fronteiro à vizinha Estação de Santa Apolónia, que lhe darei a ler o meu plano de operações já praticamente concluído (será um dos raros a ter esse privilégio antes da distribuição final das missões às unidades) e que lhe referirei o que preciso que ele faça.

Acabará por aceitar a incumbência da missão. Mas vejo-me obrigado a alterar esta, relativamente a algumas das acções previstas para os grupos. Com grande espanto meu, aliás, de antemão confiante no prazer do risco e na audácia de que os comandos tanto se gabam. Assim, vejo-me obrigado a eliminar, para obter a aceitação do major, as missões de assalto ao Quartel-General da Legião Portuguesa, na Penha de França, e à sede da PIDE/DGS, na Rua António Maria Cardoso, acções que Jaime Neves considera muito perigosas de efectuar, apesar das garantias que lhe dou de que é mais a fama do que outra coisa.

Há porém uma condição de carácter político que Jaime Neves coloca e que é para mim evidentemente inaceitável:

— Vocês [é curioso como se situa fora do Movimento...] deviam é escolher o nosso general Kaulza para encabeçar o Movimento depois do golpe. É um grande general e muito melhor do que o Spínola — afirma, convicto.

— Não sei, porque não o conheço — riposto. — Mas de qualquer modo não interessa discutir isso agora. Se estiveste em Cascais em Março sabes perfeitamente que Costa Gomes e Spínola são os generais eleitos pelo Movimento.

— Pois sim, eu sei — insiste Jaime Neves. — Mas olha que talvez ainda estejam a tempo de alterar a coisa. Eu, com o general Kaulza, alinhava de caras. Os outros não os conheço. Mas o nosso general Kaulza é uma grande competência.

— Bem, não estão em jogo apenas as competências dos generais. Até acredito que «o Kapa» possa ser muito competente, mas politicamente está numa posição diferente da dos outros dois e foram estes os eleitos. Portanto, é perdermos tempo entrar nessa discussão. Ou aceitas participar sabendo que os generais por nós

eleitos são Costa Gomes e Spínola, ou não aceitas e está o assunto arrumado — finalizo, perfeitamente à vontade.

Ele acaba por aceitar. Mas passar-se-ão dez dias sem que mexa uma única palha, ainda não sei bem se por desinteresse se por incompetência. A verdade é que, perante o meu desespero, será o capitão Rui Rodrigues, da EPI, quem mobilizará subalternos da Escola Prática, com a especialidade comando ou básicos, e que os porá à minha disposição para eu os colocar sob as ordens de Jaime Neves. Este não fará um único recrutamento para os grupos de comandos. E serei eu quem, apesar da actividade febril que desenvolvo (ainda hoje me espanto como conseguia manter com eficiência as minhas, felizmente poucas, aulas práticas de Táctica de Artilharia na Academia Militar!), arranjarei tempo para recolher dados necessários para o cumprimento das missões dos grupos e até fazer pessoalmente o reconhecimento à residência do major Cruz Azevedo, na Rua S. Francisco Xavier em Mem Martins! Jaime Neves revelou-se-me aquilo que dele me diziam: um bom executante na chefia de missões de combate mas incapaz de pensar e organizar fosse o que fosse.

Irei ainda, por uma tarde ventosa e fria, gastar quase quatro horas do meu escasso e precioso tempo à espera de um capitão, deficiente das Forças Armadas, de nome António Calvinho, que fora subalterno de Diniz de Almeida em Moçambique e que este me aconselhara vivamente a contactar. Mora na zona de Olivais Norte. A sorte não me bafeja. Não o conheço pessoalmente, não tenho encontro prévio marcado e ninguém se encontra em casa quando toco à campainha. Aguento «estoicamente» as horas que passam, inúteis, percorrendo a passo estugado e batendo os pés no lajedo do átrio de entrada do prédio onde habita até considerar esgotada a oportunidade.

Procuro recrutar, na Academia Militar, camaradas que integrem estes grupos. Levo duas «tampas» inesperadas do capitão comando Florindo Morais, homem do Movimento, membro da reunião de Évora, e do capitão Leite, de Engenharia. Mas acabarei por conseguir atribuir ao major de Infantaria Adérito Figueira, instrutor de Esgrima da Academia Militar (já fora, como subalterno, meu instrutor na arte quando eu frequentara a Academia como cadete), a missão de formar equipa para a captura do tenente-coronel

Ferrand d'Almeida. Ele recrutará, para o efeito, Hugo dos Santos. E será reforçado pelo major Vasco Rosado Durão, também da Academia Militar, que contacto pessoalmente em sua casa, a Pedrouços.

6. A IDEIA DE MANOBRA

Na minha *ideia de manobra* (ver parágrafo 3.a. *Execução, Ideia de Manobra,* da «Ordem de Operações»), considero o País dividido em duas zonas: *zona a norte do rio Douro,* onde as unidades militares, defendendo os quartéis com o mínimo de efectivos, farão sair as suas forças, convergindo para o Porto (onde as unidades aqui aquarteladas conquistarão objectivos) ou guarnecendo as fronteiras norte e nordeste do País; *o resto do País,* onde as unidades militares farão convergir forças para Lisboa, conquistarão objectivos regionais e guarnecerão a fronteira leste. O *resto do País* é por mim dividido em quatro sectores — norte, centro, sul, Lisboa —, sendo a acção das nossas forças em todos eles controlada e orientada pelo posto de comando (PC) sediado em Lisboa.

Para controlar a acção na zona norte, a partir da cidade do Porto, obtenho a colaboração entusiástica, dinâmica e competente de um excelente camarada do meu curso artilheiro, o único aliás que vejo profundamente engolfado no Movimento, o major Eurico de Deus Corvacho, cuja colocação no Quartel-General da Região Militar do Porto, o principal objectivo a conquistar na cidade, lhe confere excepcional privilégio de actuação. Tenho com ele vários contactos. Mostra-se confiante. Possui excelentes colaboradores, juntamente com os quais elabora um plano operacional perfeitamente integrado dentro da ideia de manobra que lhe transmito. Acertaremos os pormenores finais com oito dias de antecedência sobre o Dia D.

Há um problema que me perturba e que requer uma análise cuidadosa e uma opção. Penso na possibilidade de eliminação física

dos antifascistas que se encontram presos em Caxias e Peniche por parte da PIDE/DGS, quando o golpe se desencadear, na tentativa de fazer desaparecer as últimas testemunhas vivas dos seus nefandos actos. E são bastantes os que se encontram presos. Só em 15 de Abril, haviam sido «arrecadados» preventivamente cerca de quarenta, em intenção das comemorações do primeiro de Maio que se avizinha[1].

Porém, não conheço pessoalmente ninguém que tenha estado preso na tenebrosa cadeia de Caxias. Do meu círculo de relações não faz parte, pelo menos que eu saiba, nenhum militante de qualquer partido da Oposição ao Regime. Quanto a ex-militares demitidos por actividades políticas, conheço Varela Gomes só de nome e não sei como chegar até ele ou com quantas pedras na mão me receberá. E desconheço totalmente o paradeiro de Hipólito e Brissos de Carvalho, participantes da intentona de 31 de Dezembro de 61 em Beja, e de quem fui contemporâneo na Escola do Exército.

Recordo-me, finalmente, de um antigo companheiro de liceu em Lourenço Marques, quarto filho de uma das mais conhecidas famílias da cidade, António José da Silva Graça (por alcunha, no liceu, «o Penca»), que quando aluno da Faculdade de Medicina e fazendo parte da direcção da respectiva associação de estudantes participara activamente na crise académica de 1962 e fora preso por tal motivo.

A lista telefónica fornece-me indicação da sua morada, à Quinta da Figueirinha em Oeiras, muito perto do local onde habito. Marco encontro em casa dele. Já não o via praticamente desde o seu casamento, mas sabia que era médico, dedicado à investigação na Fundação Gulbenkian e pai de duas filhas. Conheço as pequenas, revejo a mulher, também antiga condiscípula do Liceu Salazar em Lourenço Marques. Damos aquele abraço, ao fim de tão longos anos de separação. Até que consigo entrar francamente no assunto. E o «velho Penca», excitado e cheio de nervoseira como sempre o

[1] Esta foi a versão que correu. Efectivamente, esses quarenta militantes antifascistas (pertenciam todos ao PC e ao MDP/CDE), reunidos nas instalações da Cooperativa Forja, situada na Estrada de Benfica, perto do cruzamento com a Avenida do Uruguai, preparavam-se para as comemorações do Dia Mundial dos Trabalhadores. Entre os detidos encontravam-se José Manuel Tengarrinha, Orlando Gonçalves, Lino de Carvalho e Mário Ventura Henriques.

conheci, reaparece. A fronte perla-se-lhe de suor, torce as mãos, ri sem motivo aparente, chupa furiosamente no cachimbo.

Fico a saber que só no rescaldo da crise académica de 62 passara a militar no Partido Comunista, levado pela mão de Eurico Figueiredo. Fora preso nessa ocasião, mas nunca estivera em Caxias. Passara apenas muito pouco tempo no quartel da Polícia de Choque, em Oeiras, e fora solto sem consequências. Nos anos de 63 e 64 desenvolvera grande actividade como militante do Partido. Formara-se em Janeiro de 64 e no decurso desse ano deixara-se contaminar pela ideologia maoísta, tornando-se crítico em relação ao PC e alinhando nas teses da Frente de Acção Popular (FAP), com Chico Martins e Rui d'Espinay. Mais tarde sobreviera-lhe uma tuberculose pulmonar que provocara o seu internamento por um ano no Sanatório da Ajuda. Tendo tido alta, recuperado, desligara-se da militância política e do Partido. Assaltado, permanentemente, por um medo tenaz e opressivo, ocasionado talvez pela prisão súbita de oitenta militantes, por denúncia do traidor Nuno Álvares Pereira, e logo depois pela prisão e tortura do quadro responsável para os estudantes universitários, Eng.º Veiga de Oliveira, por denúncia de Dias Deus, não suportara o *stress* da vida clandestina. Era agora um pacato cidadão burguês, com emprego firme no Instituto de Investigação Científica da Gulbenkian, em Oeiras.

Não lhe é possível desenhar-me, portanto, o que lhe peço: um *croquis*, mesmo aproximado, do Forte de Caxias, que me dê uma ideia do que se encontra para lá do portão verde da entrada, a localização da guarda, a possibilidade de actuação de uma força de combate, etc... Num rápido reconhecimento que fiz ao local acompanhado da família para não dar nas vistas, fazendo de conta que andava à procura de um caminho, tinha notado uma estrada de alcatrão que se dirigia para sul, à saída do portão, ladeada por pequenas vivendas. Onde é que aquilo ia dar? Que casas eram aquelas? Promete-me desenvolver esforços no sentido de me encontrar resposta a essas perguntas através do contacto com amigos de confiança que conheçam Caxias.

Passados poucos dias, Silva Graça telefona-me para comunicar que já tem o que lhe pedi. E deslocando-se a minha casa, passa-me, com mil recomendações, um pedaço de cartolina branca onde vejo, toscamente desenhados, um «reduto norte» e um «reduto sul»,

descubro que a pequena estrada liga os dois redutos, que as vivendas são habitadas por guardas prisionais, que para lá do portão verde de entrada há um (esplêndido) espaço vazio a possibilitar uma «bazucada» de belo efeito.

Com o mesmo lenço com que, excitado, enxuga o suor do rosto, «o Penca» limpa também o *croquis*.

— É por causa das impressões digitais. O amigo que o desenhou pediu-me que tivesse o maior cuidado e que o destruísse logo que não fosse necessário.

Só após o 25 de Abril viria a saber que o tosco desenhador tinha sido o Dr. Jorge Sampaio, que foi depois secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e é actual dirigente do Grupo de Intervenção Socialista (GIS).

Quanto a Silva Graça, conhecedor de que a acção seria desencadeada a partir de 20 de Abril, levou várias noites, excitadíssimo, agarrado ao rádio, aguardando o noticiário redentor, acabando por adormecer, esgotado, precisamente na madrugada do dia 25, sem ouvir o primeiro comunicado do MFA. Foi acordado às cinco da manhã por um telefonema do irmão, José Paulo, do círculo de amizade e vizinhança de Álvaro Guerra, que lhe deu a notícia há tantos dias ansiosamente esperada. Alguns (poucos) meses depois do 25 de Abril, confidenciou-me, extasiado, que regressara ao «grande partido dos trabalhadores», agora na legalidade, que tinha sido de novo aceite, como o filho pródigo que volta à casa mãe... [1].

[1] Foi secretário de Estado da Juventude e Desportos, em representação do PCP, no V e VI Governos Provisórios, e é hoje vereador da Câmara Municipal de Lisboa, eleito pela FEPU.

7. A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO RADIODIFUNDIDA NO CONCEITO DA OPERAÇÃO

As emissoras de radiodifusão e a Radiotelevisão eram consideradas, no plano de operações, objectivos importantes. Até mesmo fundamentais, na medida em que, através de comunicados radiodifundidos, podíamos motivar psicologicamente as massas populares para uma adesão ao Movimento, que entrava na luta decididamente a seu favor e contra o Regime. Não dispondo de efectivos suficientes, em Lisboa, para a tomada de todas as estações de rádio, a minha atenção dirigia-se essencialmente para aquelas cuja potência de emissão as tornasse objectivos verdadeiramente rentáveis. Dentre estas, avultavam, obviamente, a Emissora Nacional e o Rádio Clube Português.

Conquistar a «emissora oficial do Regime» e silenciá-la, passando a utilizar outra, particular, entretanto também conquistada, parecia-me, do ponto de vista psicológico sobre a população, um golpe excelente. Pela afirmação de força e pela negação de utilização de uma odiosa *his master's voice* que tal acto, simbolicamente, representava.

Como estação particular que era, o RCP não oferecia dificuldades de maior para a realização do assalto. Já a EN, diariamente guarnecida por uma força policial e com uma área de instalação superior, exigia, como objectivo listado, maiores efectivos e um mais cuidadoso reconhecimento.

Luís Ribeiro Pessoa, um tenente miliciano mobilizado para comandar a Companhia de Caçadores 4241/73 que iria ficar aquartelada em Santa Margarida a partir de 22 de Abril, resolveu-me o problema, apresentando-me um amigo e camarada, tenente miliciano Miguel Amado, trabalhador da EN, que se prontificou a guiar através das instalações o oficial do Movimento designado para o efeito.

Muito politizado, Luís Pessoa estivera presente numa reunião realizada num apartamento em Paço de Arcos ainda por concluir (conseguido por Luís Macedo), levado pelo tenente Ferreira de Sousa. A essa reunião assistira também um alferes miliciano da EPAM que me fora apresentado como sendo o chefe de redacção

da *Seara Nova*, de nome António Reis, em quem reconheci também boa base de conhecimentos políticos. A ambos tive oportunidade de referir o que de fundamental apresentaria o programa político do Movimento, de modo a conquistar a adesão plena dos milicianos operacionais ao projecto[1].

Luís Pessoa, entusiasmado, aceitou a activa participação no golpe da companhia sob o seu comando e garantiu a de uma outra Ccaç, a 4246/73, comandada pelo tenente miliciano Andersen, que também iria ficar aquartelada em Santa Margarida. E desde logo combinámos para as dezassete horas do dia seguinte, 15 de Abril, um encontro no Restaurante Califa, a S. Domingos de Benfica, para o qual eu convocaria um dos camaradas do Campo de Tiro da Serra da Carregueira (CTSC), unidade à qual, na «Ordem de Operações», eu atribuíra a missão de conquista e ocupação da EN (Quelhas). Miguel Amado estaria presente. E foi com o capitão Frederico Morais que ele combinou uma «visita» à EN para espiolhar os pormenores necessários à rápida e eficiente ocupação e defesa do objectivo. Além deste reconhecimento *in loco*, recebi também um relatório sobre a RTP e as três principais estações emissoras (EN, RCP, RR), que me permitiu ter uma ideia muito objectiva daquilo com que se poderia contar (Anexo XXIV).

Conquistar e ocupar os estúdios do RCP, na Rua Sampaio Pina, não me parecia, devido às próprias características da emissora mencionadas no relatório, um osso duro de roer. Um pequeno e decidido grupo de oficiais, em actuação de tipo comando, poderia com êxito cumprir tal missão, neutralizando com facilidade o cívico solitário que, por norma, rondava nos proximidades. Importante seria, sim, manter a segurança no exterior do edifício e até mesmo no quarteirão.

Foi ao capitão piloto-aviador Costa Martins que cometi a responsabilidade de seleccionar para a acção um grupo de camaradas da Força Aérea, ao qual, premiando a participação entusiástica e isolada dos oficiais desse ramo no golpe de Estado, atribuí essa missão de extrema importância. Isto porque, a partir do momento

[1] Luís Pessoa é hoje membro directivo da representação portuguesa no Conselho Mundial para a Paz e Cooperação e António Reis é secretário nacional do PS e vice-*leader* do grupo parlamentar do seu partido na Assembleia da República.

da sua ocupação, passaria o RCP a constituir o posto rádio emissor do posto de comando do Movimento, necessário para a radiodifusão de comunicados e noticiário para todo o País e o Ultramar. Aliás, essa mesma sugestão de utilização de um grupo comando constava do relatório recebido. O grupo viria a ser capitaneado pelo major Costa Neves e formado exclusivamente por sete oficiais da FA, aos quais se juntaria um capitão de engenharia do Exército, Santos Coelho, por alcunha «o Amarela», que realizou o reconhecimento de pormenor do local e desenhou o *croquis*[1].

O RCP tinha a particularidade de transmitir a todas as horas certas, ao longo das vinte e quatro horas, o noticiário para todo o território nacional em todos os seus emissores, cobrindo-o efectivamente, nesses períodos, devido à sua excelente potência de saída. Era do que necessitávamos para logo de imediato galvanizarmos a população com o impacte tremendo que (estava eu convicto) se criaria logo após a leitura do primeiro comunicado do posto de comando do Movimento. Era também minha intenção inicial o aproveitamento da mesma emissora para a transmissão de um sinal previamente combinado que permitisse o desencadear da acção simultânea em todo o território, com a segurança que provinha do facto de todos o poderem ouvir.

Foi neste sentido que, faltando-me já tempo disponível para o fazer, encarreguei Costa Martins de abordar em meu nome um locutor que colaborava naquela estação emissora, no programa «Carrocel», de nome João Paulo Dinis, que eu conhecera como primeiro-cabo escriturário no Batalhão de Engenharia em Bissau e que, devido às suas habilitações profissionais civis, fora por mim requisitado como locutor para o PFA (Programa das Forças Armadas), subsecção da Secção de Radiodifusão e Imprensa da Repacap do Comando-Chefe.

A abordagem feita por Costa Martins a João Paulo Dinis não foi das mais felizes. Em vez de se apresentar apenas com o seu nome e como indo da minha parte, resolveu procurá-lo no RCP

[1] Um antigo camarada de curso de Santos Coelho no Colégio Militar, o engenheiro Frederico Rosa Santos, era um dos directores do RCP, e guiou-o numa visita ao interior da Sampaio Pina, visita essa que possibilitou ao capitão o reconhecimento de pormenor e o «boneco».

levando consigo uns discos de música israelita não conhecida em Portugal, tentando assim engodar João Paulo com a oferta de novidades musicais antes de entrar no assunto sério. O ar conspirativo, nada discreto, de Costa Martins fez suspeitar o locutor, ainda mais quando aquele o chamou para fora do edifício do RCP «para irem conversar» para o «mini» do capitão. João Paulo chega a pensar que Costa Martins, que não conhece de lado nenhum, é agente da PIDE/DGS, e só se descontrai um pouco quando ele, finalmente, em desespero, utiliza o meu nome como senha. João Paulo, ainda relutante, acaba por aceder a encontrar-se comigo e Costa Martins no Apolo 70 à meia-noite e um quarto, pois está de serviço até essa hora nos Emissores Associados de Lisboa.

Era já o dia 22 de Abril e nessa noite eu encontrava-me no apartamento de Jaime Neves na Reboleira, reunido com ele, Morais da Silva e alguns dos elementos dos grupos de comandos, oficiais subalternos que Rui Rodrigues havia conseguido mobilizar na EPI e que, em fins da semana anterior, tinham já efectuado alguns reconhecimentos e tido reuniões de trabalho com Jaime Neves e comigo. Foi dali que, a pedido insistente de Costa Martins, que também estava presente, me desloquei com ele à hora marcada ao Apolo 70, interrompendo a reunião, com vista a conseguir de João Paulo Dinis aquilo que pretendia. Costa Neves acompanhou-nos, a fim de ser apresentado a João Paulo como o homem que iria comandar o assalto ao RCP.

Depois de fazer uma passagem pelo *drugstore* e de nos ver juntos em evidência, aguardando-o, João Paulo foi ter connosco. Demos aquele abraço e encaminhámo-nos para o restaurante na cave. Nem de propósito, deparou-se-nos Zeca Afonso, sentado com um casal amigo numa mesa frente à entrada.

— Bom sinal — comentei para Costa Martins.

Sentámo-nos a uma mesa encostada à parede e depois de algumas trivialidades, já com as «imperiais» à frente, entrei francamente no assunto. Expliquei o que havia projectado, assegurei a João Paulo o êxito inequívoco da operação e a necessidade que tinha do seu concurso para me assegurar a transmissão, através dos emissores do RCP, de um sinal que atingisse em simultâneo todo o País, avisando os camaradas para o arranque.

O rapaz mostra-se nervoso e põe algumas reticências. Aponta o fracasso recente da intentona das Caldas. Consigo convencê-lo de que isto agora é a sério, após uma sumária explicação do que foi a «barracada» anterior, que agora não sucederá com certeza. Aliás, é mesmo para que não suceda que precisamos da sua colaboração.

Acaba por anuir, mas indica um pequeno senão: ele só colabora, como locutor, no programa «Carrocel», radiodifundido pelo RCP, mas não pertence aos quadros desta emissora. Trabalha, efectivamente, nas Produções Alfabeta, dos Emissores Associados de Lisboa. De modo que não poderá colaborar conforme o meu desejo, pois não faz no RCP serviço de noticiários.

Precisamos de saber quem é o locutor de serviço no Rádio Clube no dia e hora que já tenho decididos para mim como Dia D e Hora H. Pode ser que seja algum conhecido e amigo de João Paulo, antifascista e homem de esquerda a quem se possa falar e pedir a colaboração.

Saímos e rumamos para o RCP. Por uma questão de precaução, eu e Costa Martins ficamos a aguardar, dentro do carro, ao alto do Parque Eduardo VII, que João Paulo nos traga as informações pedidas. Chega finalmente para nos dizer que na noite de 24 para 25 será um tal Joaquim Furtado o locutor de serviço. João Paulo conhece-o mal. Acha que é um tipo fixe, mas não sabe se se poderá contar com ele ou não. E essa incerteza leva-nos a ter de alterar, de imediato, o que estava planeado.

Com a colaboração receosa mas garantida de João Paulo Dinis, temos assegurada a transmissão do sinal através dos Emissores Associados. Ele faz a emissão da noite e estará de serviço até à meia-noite de 24. Acontece porém que aquela emissora tem uma baixa potência de saída de antena, cobrindo apenas a cidade de Lisboa e o máximo, em condições favoráveis, os cem quilómetros em redor. Tal facto implica a necessidade de conseguir uma outra emissora mais potente que permita transmitir um sinal para todo o País. E é assim que, por uma questão de necessidade e em emergência, me vejo obrigado a decidir pela existência de dois sinais. Um primeiro, que será dado por João Paulo Dinis e destinado a todas as unidades da área de Lisboa e até cem quilómetros de distância, e que constituirá o verdadeiro detonador da acção. A partir desse

sinal haverá unidades que iniciam preparativos para o arranque dentro dos quartéis, que podem incluir a detenção do comandante e/ou de outros oficiais, acção de tal forma grave que implica a sua irreversibilidade. Um segundo sinal, que dê indicação a todas as outras unidades de que a partir de determinada hora já há dezenas de camaradas profundamente empenhados no golpe e que, estando tudo a correr conforme o plano, têm a obrigação de, haja o que houver, abandonar o quartel para o cumprimento de missões de apoio ou de diversão que lhes tenham sido cometidas. Combinámos ali mesmo que João Paulo daria o primeiro sinal quando faltassem cinco minutos para a meia-noite de 24 de Abril. O sinal seria uma frase banal de locução seguida de um disco anunciado na frase. Costa Martins propõe um de Zeca Afonso, mas será João Paulo Dinis quem definirá o que vai dizer e qual, em sua opinião, a canção que não levantará a mínima suspeita da parte de quem escute a emissão: *E depois do Adeus*, cantada por Paulo de Carvalho [1].

À hora prevista João Paulo Dinis dirá «faltam cinco minutos para a meia-noite e convosco fica Paulo de Carvalho com *E depois do Adeus*». Qualquer alteração que haja a esta determinação ser-lhe-á comunicada verbalmente pelo contacto já conhecido, capitão Costa Martins. Ela surgiria de facto: na manhã de 24 o capitão procurará o locutor nos Emissores Associados para lhe dizer que o sinal é antecipado de uma hora, passando a ser transmitido quando faltassem cinco minutos para as 23 horas desse dia. Assim era exigido, com vista a dilatar o prazo destinado à preparação das acções a desenvolver pelos camaradas da Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas, de modo a poderem sair do quartel à Hora H.

O excelente programa «Limite» dominava parte da emissão da noite da Rádio Renascença e entrava pela madrugada. A potência de saída da emissora permitia-lhe cobrir o País em boas condições, se bem que inferiores às do RCP. E não víamos outra melhor através da qual conseguíssemos a transmissão do segundo sinal. Aliás, Costa Martins tranquilizou-me quanto à possibilidade de utilização da Rádio Renascença e daquele programa. Almada Contreiras falaria no assunto a Álvaro Guerra e este, companheiro de trabalho de Carlos Albino (do programa «Limite») no jornal *República*, não teria dificuldades em obter o concurso do programa para o efeito pretendido.

[1] Estava então muito em moda. Vencera o festival da RTP e fora apresentada, duas semanas antes, no Eurofestival de Brighton, Inglaterra, em representação de Portugal.

O segundo sinal seria, em qualquer circunstância, uma canção de Zeca Afonso. Daí não abdicava. Quando estava de pé a hipótese do sinal único, Santos Coelho propusera *Venham mais Cinco*. Eu preferia, como mais simbólica, *Traz Outro Amigo também*, que considerava muito chamativa para todos os camaradas que, estando ainda nas unidades, deviam sair para a estrada ao ouvi-la:

Amigo, maior que o pensamento
Por essa estrada, amigo vem (bis)
Se alguém houver que não queira
Trá-lo contigo também.

Costa Martins informa-me de que *Venham mais Cinco* teria de ser posta de parte, pois se verificara estar proibida a sua transmissão na Rádio Renascença. Em alternativa, Santos Coelho propusera *Grândola, Vila Morena*, cuja emissão era possível, que fora cantada em coro, dias antes, no Coliseu dos Recreios durante um sarau promovido pela Casa da Imprensa, e que tinha lá metido um verso cheio de força e de significado, «o Povo é quem mais ordena, dentro de ti ó cidade». Parece-me excelente e aprovo sem reservas. Um amigo e camarada, natural de Grândola, que fora meu vizinho em Águeda, amava apaixonadamente a sua vila natal. Era um antifascista e um lutador. Morrera subitamente cinco anos antes e eu tinha a certeza de que ele viveria com exaltação o 25 de Abril. Era quase uma homenagem.

Combinámos que o locutor faria a leitura da primeira quadra da canção e que depois poria o disco a girar. Seria esse o sinal.

Foi a Leite de Vasconcelos que Carlos Albino, também não muito por dentro do assunto, contou uma história mirabolante para o levar a gravar o sinal. E seria já perto da meia-noite e meia hora do dia 25 que ele iria para o ar, confirmando que o golpe estava em marcha desde as onze horas da noite anterior e que nada nem ninguém o poderia travar.

Por considerar desnecessário, não incluí a Rádio Renascença na lista dos objectivos a conquistar, embora a estação nos fosse servir para a transmissão do segundo sinal. Mas o RCP, esse sim, continuava a ser um alvo precioso. E seria às forças do BC 5, constituindo um agrupamento a duas companhias comandado pelo major José Cardoso Fontão, que atribuiria a missão de, com uma das subunidades, ocupar posições junto das instalações da Rua Sampaio Pina, defendendo a emissora, depois de ocupada pelo comando da Força Aérea, contra qualquer tentativa de incursão e de reconquista por parte das «forças da ordem». As antenas do emissor, em Porto Alto, não foram esquecidas. Viriam a ser ocupadas e defendidas pela Companhia de Caçadores 4241/73 comandada pelo tenente miliciano Luís Artur Ribeiro Pessoa.

A RTP constituía, sem dúvida, um objectivo muito importante. Não porque tencionasse utilizá-la desde os primeiros momentos do golpe, mas sim para a conquistar, para a ter na mão bem segura e evitar que o Regime em agonia dela se pudesse servir. Logo que considerado oportuno (a proclamação ao País da Junta de Salvação Nacional era o que me parecia da maior importância para constituir assunto da primeira emissão do novo poder através do *mass media*), empregá-la-íamos da forma considerada mais útil e eficaz.

Foi assim a reconhecida importância do objectivo que provocou algumas gargalhadas ou sorrisos de mofa entre os camaradas presentes quando, em reunião na residência do capitão Veiga Vaz, no edifício «Oceano», junto à linha férrea, na Parede, atribuí a missão da sua ocupação e defesa à força da EPAM (Escola Prática de Administração Militar) que o capitão Teófilo Bento comandaria.

A distância muito próxima a que os estúdios da RTP no Lumiar se encontram da unidade e a grande percentagem de adesões antecipadamente conhecida por parte dos quadros, permanentes e milicianos, ao Movimento, foram factores determinantes para essa escolha. Que os camaradas das Armas encararam com desconfiança, por não terem os «padeiros» da Administração Militar renomada qualificação como combatentes...

O capitão Bento, impante, nem pestanejou quando lhe cometi a missão e lhe ordenei que desde logo iniciasse os necessários reconhecimentos de interior e exterior. Não teve qualquer dúvida em

afirmar que a cumpriria quando, perante a reacção dos presentes, lhe fiz a pergunta. Em boa hora atribuí tal missão a Teófilo Bento e à EPAM, pois viria a ser cumprida de forma altamente meritória, resolvendo com grande decisão todos os problemas e ultrapassando as dificuldades de vária ordem, mesmo as de carácter técnico, que lhe foram surgindo pela frente, colocando a RTP totalmente ao serviço do Movimento, livre de interferências, pelas dezanove horas do dia 25.

8. QUE É FEITO DOS BOINAS-VERDES?

Entretanto, enquanto toda esta preparação se vai febrilmente processando, os camaradas interrogam-se e interrogam-me frequentemente quanto ao papel que os «páras» irão desempenhar. Que missões lhes vou atribuir? Eles sempre entram ou não? Que é feito do tal prazo de dez dias que foi tão categoricamente anunciado pelo capitão Avelar de Sousa em 13 de Março e que se encontra já largamente excedido? O que se passa realmente com os camaradas pára-quedistas?

O coronel Rafael Durão fora nomeado em Março para presidir a uma junta de recrutamento, a funcionar no Depósito de Indisponíveis, no Largo da Graça. É ali que o procuro, na manhã de 23 de Março, para lhe perguntar se já foi contactado pelos «páras» para conversações, na sua qualidade de representante escolhido pelo general Spínola. A resposta é negativa. E o coronel mostra-se admiradíssimo com o facto. Desde o dia 18 que Avelar de Sousa e Silva Pinto se encontram a frequentar em Pedrouços, no IAEM, o segundo estágio de promoção a oficiais superiores (EPOSAS), estando ausentes portanto do Regimento de Caçadores Pára-Quedistas de Tancos. Telefono para o IAEM, contacto Avelar de Sousa e combino com ele um encontro na pastelaria pegada ao Cinema Restelo, para eu ficar a conhecer «com que linhas me posso coser».

O jovem capitão afirma-me que tendo sido chamado à frequência do estágio em Pedrouços, passara a Bação de Lemos a incumbência da preparação da acção e do contacto com Rafael Durão. Depois de ter saído de Tancos desligara-se do assunto e agora de nada sabe, desconhecendo por que motivo não se realizou o encontro com o intermediário do general. E garante-me que vai telefonar para o Regimento «para ver o que se passa».

Reconheço-me indeciso para classificar a atitude de Avelar de Sousa. Infantilidade, mero desinteresse irresponsável ou boicote activo? É uma dúvida que persiste em mim, inextirpável, até hoje. Na altura, ainda longinquamente confiante, informo Durão da conversa que tive e peço-lhe que aguarde mais um dia ou dois pelo contacto. Que surgirá, de facto, na semana seguinte causando ao coronel muito má impressão. Resolvendo «tirar as coisas a limpo», peço ao capitão piloto-aviador Estevinho, em serviço na Academia Militar, que me pergunta insistentemente pelos «páras», que vá até Tancos (ele é piloto de helicópteros e a sua base é, normalmente, a BA 3 ali localizada, não despertando suspeitas a sua presença no lugar) para marcar com Bação de Lemos um encontro comigo e Rafael Durão. Traz-me a notícia de que Bação ficara surpreendido com a minha estranheza ante a ausência dos camaradas pára-quedistas quanto à ligação com o Movimento (julgava que tudo tinha morrido) e que aceitara imediatamente o encontro, para o qual ficara combinado o Apolo 70 como ponto de reunião.

É aí que topo com Bação de Lemos e com o major Moura Calheiros, do curso de Vítor Alves e seu vizinho, e que conheço dos meus tempos de Academia e das guerras na Guiné. Conduzo-os à Rua D. Luís de Noronha, a casa de Rafael Durão, que nos aguarda. E tudo fica esclarecido. Eu recuo um pouco no tempo para ir até à reunião de 13 de Março e referir as palavras determinantes de Avelar de Sousa proferidas na ocasião e o falhanço total que se verifica por parte dos pára-quedistas, sem qualquer justificação, a partir dessa data.

Há enorme surpresa nos dois camaradas. Desconhecem totalmente a que «estudo de situação muito profundo» Avelar de Sousa se quis referir, pois o único que possuem é o resultante do levantamento feito na própria unidade. Afirmam que Avelar de Sousa nada lhes transmitiu, nem quanto aos compromissos assumidos

nem quanto ao contacto com o representante de Spínola. E, face a atitude tão estranha, aventam a possibilidade de o jovem camarada não ser mais do que um dos informadores permanentes do comandante, o coronel Fausto Marques. Explico então o que se está a preparar e o que conto obter dos «páras» em termos de participação. Prometem a sua melhor colaboração. A presença e o interesse de Rafael Durão dão-lhes uma certa garantia, e a honestidade e seriedade de Calheiros são também, para mim, motivo de conforto. Nada mais prometem (e já é qualquer coisa de positivo) do que envidar esforços no sentido de obter a colaboração do Regimento de Caçadores Pára-Quedistas no golpe que se prepara. E para isso torna-se necessário convencer o comandante. Eles, «páras», só actuam como um bloco, ou todos ou nenhum. E se o comandante não aderir, nada feito por aquelas bandas. Para mim, essa jactância final sobre o tão apregoado espírito de corpo dos pára-quedistas oferece-me a garantia plena de que eles *não participarão* efectivamente no golpe. Fico sem dúvidas algumas. Nem sequer conto com eles para o cumprimento de qualquer missão, por mais insignificante que seja, no plano de operações. Interessa-me, sim, é motivá-los para que não actuem, em caso algum, a favor das «forças governamentais» contra as do Movimento, mantendo-se neutros. Isso constituirá um excelente trunfo a nosso favor.

O resultado das diligências levadas a efeito pelos dois camaradas levar-me-á a um único e decisivo encontro com o coronel comandante do Regimento de Caçadores Pára-Quedistas. Na noite de 21 de Abril, domingo, eu e Calheiros aguardamos no parque de estacionamento do Restaurante Mónaco, em Caxias, a chegada de Rafael Durão, que trará consigo Fausto Marques. Com a «Ordem de Operações» dentro da minha pasta e esta debaixo do braço, tomo lugar no assento traseiro do *Volkswagen* «carocha» de Rafael Durão, que faz as apresentações. E enquanto circulamos pela estrada marginal, vou explicando a Fausto Marques a minha ideia de manobra e definindo as nossas forças. Acabamos por estacionar no parque de viaturas do Restaurante Saisa, em Santo Amaro de Oeiras. Não chego a retirar da pasta a «Ordem de Operações» que o coronel também não se mostra interessado em ler e discutir. Em vez disso, faz-me sermões sobre a necessidade de um estudo de situação a realizar em profundidade, para se saber, até ao pormenor,

com que forças podemos efectivamente contar, para conhecer tão bem como as nossas as forças do inimigo, etc... Querendo dar-me um exemplo, faz-me uma pergunta à queima-roupa:

— Diga lá de quantas companhias operacionais de pára-quedistas posso eu dispor presentemente no meu regimento?

— Seis — atiro, de imediato, sem a mínima noção do número exacto.

— Tá a ver, tá a ver como tenho razão? Falhou! Foram ontem à noite noventa homens para a Guiné! É aí que eu quero chegar. O estudo de situação está muito incompleto. «Eles» são muito fortes e não se devem correr riscos desnecessários.

Lembro-me de preciosismo semelhante por parte de Albuquerque Gonçalves. E agora apetece-me mandar o coronel àquela parte. «Bolas!», penso. «No meio de milhares de homens que daqui a três dias se vão movimentar pelas estradas de norte a sul do País, em manifestação de massa e força, qual será a importância que este prendado coronel atribui a noventa homens que estavam cá ontem e agora estão longe, e que nem sequer entram nesta guerra?!»

Sinto-me a perder o meu precioso tempo. Mas considero que não tenho razão. Embora não guardasse a mínima esperança de conquistar a adesão de Fausto Marques (e, em consequência, do Regimento de Pára-Quedistas) para a participação no golpe, obtenho dele a garantia reiterada de que, em caso algum, os «páras» actuarão contra as forças do Movimento. E esse é um factor que só por si torna a conversa extremamente útil, rentável e importante.

Quando Rafael Durão me deixa de volta, junto do Mónaco, falávamos do «Primeiro de Maio sangrento» que se avizinhava.

E à despedida, aconselhou-me Durão em voz baixa, com o outro coronel fora do carro:

— Olha lá, agora vê lá isso com calma e façam a coisa só depois do primeiro de Maio, para não haver chatices.

— É o contrário, meu coronel — contrapontei, sussurrante. — *Tem* de ser *esta* semana, *precisamente* para evitar chatices.

Com um sonoro «eh pá, vê lá isso!» de Rafael Durão e as recomendações de Fausto Marques de que o contactasse de novo quando tivesse completado o estudo de situação, despedi-me dos coronéis e regressei a casa confortado.

9. A ORGANIZAÇÃO MILITAR. FORÇAS AMIGAS, NEUTRAS E INIMIGAS.

Em 21 de Abril, tinha distribuído todas as missões às forças do Movimento que iriam tomar parte no golpe, pelo que a não participação dos pára-quedistas já não me causava, nessa data, qualquer preocupação. Nem sequer os mencionava nas «forças amigas» da «Ordem de Operações». A sua neutralidade era suficiente. Tal como a da Força Aérea, em relação à qual contava com a recusa, por parte dos pilotos, de tomar parte em acções de bombardeamento sobre Lisboa ou sobre unidades da província ocupadas pelo Movimento. No entanto, por uma questão de precaução, acrescentara a improbabilidade de actuação nocturna por parte dos aviões da FAP ao rol dos factores a considerar, entre outros, na escolha da Hora H para o desencadear da acção. Não fosse o diabo tecê-las...

Contava também com a neutralidade dos fuzileiros navais. Uma última reunião em casa de Vítor Crespo, no Restelo, com a presença dos comandantes Geraldes Freire (comandante da Força de Fuzileiros do Continente) e Abrantes Serra, do primeiro-tenente Ferreira de Carvalho e doutros (Vítor Alves estava comigo) dar-me-ia a certeza da não participação dos «fusos» como integrantes das forças do Movimento, mas também a garantia da sua recusa em alinhar com «as forças inimigas».

Só contava, pois, com o Exército na constituição das «forças amigas». A Força Armada desde sempre mais sacrificada, mais vilipendiada, mais «pau para toda a obra» na História deste país, erguia-se de novo, de armas na mão, respondendo orgulhosamente à chamada, exigindo missões, requerendo a sua participação activa no derrube do Regime odioso. São raras as guarnições, de norte a sul de Portugal, com as quais não se pode contar a *cem por cento:* Leiria, Tomar, Torres Novas, Elvas. Em Lisboa, só estão contra o RC 7 e o RL 2 pelos motivos já conhecidos. E o Regimento de Infantaria 1, da Amadora, acabará por renunciar, não cumprindo missões importantes que à unidade já haviam sido distribuídas, mas apenas por erro de análise e temor invencível do delegado do Movimento, capitão Coelho Lima, o que me provoca um calafrio

quando de tal tomo conhecimento na noite de 24 de Abril, já no posto de comando.

Coelho Lima era ali o nosso homem. E apresentara-me um tão excelente e animador relatório de situação da unidade (Anexo XXV) que me levava a contar com duas companhias de atiradores do RI 1, às quais destinara importantes missões, uma ofensiva (assalto e ocupação do Forte de Caxias para libertação dos presos políticos e prisão dos agentes da DGS que ali se encontrassem), outra defensiva (cerco dos prédios respectivos e tomada de posições para segurança dos generais Costa Gomes e Spínola).

As missões para o RI 1 foram distribuídas a Coelho Lima em 20, à noite, em Cascais. E foi a ele que eu fiz entrega do *croquis* do Forte de Caxias que Jorge Sampaio, tão cheio de pânico e recomendações, tinha esquissado dias antes. Logo no dia seguinte me procurou em casa. Não me encontrando, não deixou no entanto qualquer recado a minha mulher, como era óbvio em assunto de tanto segredo. Tentando mais vezes, debalde, encontrar-me (como era difícil, então, a minha permanência no lar...), acabou por transmitir a Vítor Alves a mensagem que me destinava: ia ser improvável a participação do RI 1 no golpe. E só no dia 24 à noite, já no posto de comando, me foi confirmado que o Regimento da Amadora não entrava mesmo na acção. Claro que isso não chegava para me desmoralizar. Só esperava é que não acontecesse o mesmo a mais unidades com missões de responsabilidade como era aquele caso. Já não dispunha de forças capazes de se fraccionarem para o cumprimento da missão de Caxias, pelo que assumi o risco de não lançar o ataque quer ao Forte quer à sede da DGS na Rua António Maria Cardoso (já antes referi a terminante recusa de Jaime Neves em aceitar tal missão, que ele considerava temerária para um dos grupos de comandos), pensando que, com a prisão dos elementos responsáveis do Governo e a do Presidente da República, à polícia política não restaria outro recurso senão a rendição total às forças do Movimento, não correndo os riscos desnecessários de uma eliminação física dos presos políticos. Ai deles se tal acontecesse!

Quanto ao sector sul, vi-me obrigado a riscar ainda, da lista das «forças amigas», o RI 4 de Faro, pois foi-me dado conhecimento em 19 de Abril de que não podia contar com essa unidade.

Havia também problemas de certa gravidade a resolver com a guarnição militar de Évora, importante por causa da existência do Quartel-General, que comandava todo o Sul do País. O nosso delegado no RI 16, capitão Esteves Pinto (oriundo de miliciano), informar-me-ia, também em 19 de Abril, não ser possível a participação nem do seu regimento nem do RAL 3, conforme indicação prestada pelo capitão Borges Alves, ali colocado. Isto porque praticamente todo o material disponível (viaturas e meios rádio) estava então distribuído e a ser utilizado pelo Batalhão de Artilharia 6323/73 que, mobilizado para Angola, se encontrava aquartelado no RAL 3 cumprindo o programa da IAO (Instrução de Aperfeiçoamento Operacional). Talvez as coisas se arranjassem e a própria unidade mobilizada pudesse levar a cabo as missões previstas para o RI 16 (cerco da Assembleia Nacional, ocupação do centro emissor de FM da Emissora Nacional na Rua de S. Marçal, ali perto, e controlo da fronteira em S. Leonardo), se o comandante e o 2.º-comandante fossem contactados por alguém da sua confiança ou intimidade, de preferência um camarada de curso...

Não havia tempo para pruridos desse género. Além disso, eu conhecia suficientemente bem os dois oficiais para poder abordá-los sem qualquer problema. Era comandante do batalhão mobilizado o recém-promovido tenente-coronel Alfredo Palla Machado da Silva, que abandonara o cargo de professor catedrático de Táctica de Artilharia da Academia Militar para ir cumprir mais aquela missão no Ultramar. Como fora seu adjunto, tinha com ele um certo à vontade e por isso o procurei em sua casa na tarde de sábado, dia 20, para lhe pôr francamente o problema, sabendo de antemão que tanto ele como o 2.º-comandante, major Barros e Bastos, haviam já sido alertados por Borges Alves para um próximo contacto a estabelecer pelo Movimento.

Numa saleta sossegada das traseiras de sua casa, na Avenida 5 de Outubro, fiz-lhe a leitura da «Ordem de Operações» e do programa político do MFA, já então em acabamento, e defini-lhe as missões que atribuía às três companhias operacionais do seu batalhão, actuando, obviamente, independentemente do comando do mesmo. Escreveu as suas notas e garantiu-me que por ele não havia problema, mas que não tomaria decisão alguma sem consultar antes os seus oficiais, o que achei muito correcto. A resposta definitiva

deveria ser transmitida por via telefónica até às doze horas do dia 23, terça-feira, por intermédio do capitão Esteves Pinto, dado que Machado da Silva só regressaria a Évora na manhã de segunda-feira. Dei-lhe para o efeito o número do telefone do escritório do major Neves Rosa (que coordenava o sector de ligação operacional), uma firma de artigos electrónicos, a Grete, na Rua Luciano Cordeiro, 78. Em qualquer caso, obtivera desde logo uma garantia: o Bart 6323/73 nunca actuaria contra as forças do Movimento, nem que tivesse de sabotar o material ao seu dispor.

Nenhuma informação foi recebida até àquela data e hora e o batalhão acabou por não desenvolver as missões pedidas. Vim a saber mais tarde que uma complexa trama de desconfianças transmitidas em cadeia e sem (a meu ver...) qualquer justificação aceitável, haviam constituído o pretexto (já muito próprio de majores antigos ou de recentes tenentes-coronéis, a zelarem pela *sua carreira tranquila* e avessos, portanto, a rapaziadas de capitães aventureiros com o sangue na guelra...) para fugir ao cumprimento das missões solicitadas.

Assim, Machado da Silva, que nada objectara durante a nossa conversa em sua casa, a não ser quanto à necessidade de auscultar os seus oficiais, comunica ao seu 2.º-comandante, major Barros e Bastos (que eu conhecera mal, como tenente, durante o curso de promoção a capitão em Vendas Novas, sendo eu aspirante a oficial, e que reencontrara como 2.º-comandante de um batalhão sediado em Bambadinca, na Guiné), ter ficado com *sérias dúvidas quanto à autenticidade das minhas credenciais, e verificado haver uma forte probabilidade de eu funcionar como elemento enviado pelo Governo para avaliar da sua lealdade*!!! Isto porque, estando eu identificado por Machado da Silva, na Academia, como elemento possivelmente preponderante do Movimento, não fora preso nem sequer transferido, como outros haviam sido, em consequência do levante das Caldas, embora tivesse estado ausente da Academia nessa data. Considera também as três missões que lhe propus de «inverosímil realização simultânea»! Além disso, não tem o seu batalhão treinado para a guerrilha de ruas, mas sim para cumprir missões em Angola!

Entra depois Barros e Bastos num complicado esquema de justificação da renúncia, que passa pelo condicionalismo da substituição do comando da Região Militar de Évora por alguém da confiança do Movimento e que venha a ser o detentor do selo branco do QG! Aquele que tiver o selo na mão, é o comandante a quem prestarão obediência!

O mais triste disto tudo é que levam o jovem capitão Borges Alves, nosso delegado no RAL 3, nesta conversa, gorando-se assim qualquer possibilidade de participação activa da unidade no golpe. E bem falta fez, sobretudo na Emissora em S. Marçal[1]. Fosse Borges Alves um Diniz de Almeida e outro galo cantaria!...

É curioso, porém, que às seis horas da manhã do dia 25, inopinadamente, e quando já não se contava com eles, sabotam toda e qualquer participação que lhes é solicitada pelo Quartel-General contra as forças do Movimento e pedem a este, através do mesmo capitão Borges Alves, *a sua missão*!

Havia também em unidades fortes de Lisboa algumas dificuldades a vencer. O BC 5, por exemplo, para o qual eu planeara duas importantes missões (a defesa de todo o quarteirão dos estúdios do RCP e a conquista, ocupação e defesa do Quartel-General da Região Militar de Lisboa) devido à sua privilegiada situação dentro da capital, a curta distância dos dois objectivos previstos, participaria, feito o estudo de situação, com duas companhias na acção. Abalados, no entanto, pela súbita transferência de Antero Ribeiro da Silva para a Madeira, logo seguida da participação da unidade ao lado das «forças da ordem» na contenção da coluna do RI 5 em 16 de Março, os capitães Camilo e Bicho Beatriz insistiam na necessidade de eu falar pessoalmente com um major antigo *de mão-cheia*, ali colocado desde Fevereiro, para que a entrada do BC 5 na operação pudesse resultar garantida. Chorão Vinhas, entretanto promovido a tenente-coronel e desempenhando funções de 2.º-comandante, não lhes oferecia confiança alguma e precisava de ser neutralizado.

O tal excelente major não tinha telefone, pelo que fui obrigado a deslocar-me a sua casa, na Rua Carolina Micaela, em Almada, apanhando-o por sorte. Encontrei a esposa num estado de depressão nervosa que me confrangeu e tive de esperar por ele ainda um tempo longo, pois fora tomar a «bica» ao café habitual. Mas valeu a

[1] A não ocupação dos estúdios da Rua de S. Marçal e das antenas em S. Gabriel não permitiu accionar o Centro Emissor Ultramarino, impossibilitando assim o fluxo de notícias sobre o evoluir da situação para todo o Ultramar.

pena. José Cardoso Fontão não desmereceria, de forma alguma, dos encómios que lhe haviam sido tecidos pelos dois jovens capitães. A sua adesão, total, imediata e sem reservas, foi um poderoso trunfo para a magnífica participação do BC 5 no 25 de Abril. Não o conhecia do antecedente, mas revelou-se-me um camarada que me honro e prezo de contar hoje como amigo.

Como já antes referi, a transferência de Diniz de Almeida do RAL 5, em Penafiel, para o RAP 3 da Figueira da Foz em fins de Março, por efeitos punitivos, fora providencial para o Movimento. A sua esforçada militância e extraordinária iniciativa levavam-no a um contacto frequente e catalisador com os camaradas das guarnições de Aveiro, Águeda, Coimbra e Figueira da Foz, procurando arrastar no seu entusiasmo o litoral centro, depois de ter deixado semente no RAL 5. A pedido de Corvacho, eu subtraíra já ao sector norte do «resto do País» o Centro da Instrução de Operações Especiais (CIOE) de Lamego, onde o voluntarioso capitão artilheiro Delgado da Fonseca dispunha de forte prestígio operacional favorável ao Movimento e que Corvacho considerava essencial para o desenvolvimento das operações no Porto.

No sector norte, contávamos portanto com o RI 10 (Aveiro), com a saída garantida pelo capitão Pizarro; com o RI 12 (Guarda), onde o capitão Valente (um dos transferidos de Lamego após o 16 de Março, tal como Pizarro) assegurava o cumprimento da missão (controlo da fronteira em Vilar Formoso); com o RI 14 (Viseu), que a total, eficiente e entusiástica adesão dos cinco capitães do QP ali em serviço (Gertrudes da Silva, Costeira, Ferreira do Amaral, Ramalho, Augusto) faziam cotar como das mais moralizadas e importantes unidades do Movimento; com o RAP 3 e o CICA 2 (Figueira da Foz), onde Diniz de Almeida manobrava; com a ECS (Águeda), que apesar de não ter tropas para lançar em operações «fornecia» quatro capitães (Moço, Ferreira da Cal, Martelo e Coutinho) e um tenente do QSTM [1] (Luís Garcia) para enquadramento do pessoal do RAP 3; e, finalmente, com o pessoal do RAL 2 e do vizinho CICA 4 (Coimbra), para o que se tornava no entanto necessário «chocalhar» um major recentemente colocado no regimento, João

[1] Quadro dos Serviços Técnicos de Manutenção (Serviço de Material — Ramo Auto).

António Duarte Figueira, do curso anterior ao meu, que Diniz já «apalpara» e que convenceria a vir falar comigo para ele acreditar no golpe e, dadas as nossas relações de amizade e de confiança, ser levado a «alinhar» com a unidade. O mesmo aconteceria com o major Loureiro Borges, do curso de Figueira, colocado no CICA 2, meu companheiro de quarto na Academia, que eu sempre conhecera tão crítico e tão cheio de revolta mas que, na ocasião, iludindo a minha expectativa, não participaria na exaltante jornada, mantendo-se em casa no dia do golpe, «para não atrapalhar ninguém».

A reunião com Duarte Figueira, inicialmente marcada para o apartamento de Diniz de Almeida, acabou por se realizar na Grete na tarde de 21. Estava também presente o major Arruda Domingues, que iria ser o elemento de ligação e que assim ficava já dentro das combinações feitas. Loureiro Borges não compareceu por falta de transporte, prevendo-se que seria posto ao corrente da situação, no dia seguinte, pelo major Figueira, que se deslocaria à Figueira da Foz com essa finalidade.

Embora pondo algumas reservas quanto à garantia de saída da unidade para se integrar na coluna do Agrupamento do Sector Norte que marcharia sobre Peniche passando por Leiria, o RAL 2 acabaria por cumprir parte da sua missão (manter livre a circulação das forças do Movimento na ponte sobre o rio Mondego), *sem quebrar a cadeia hierárquica do comando* (!), servindo-se da Bateria de Ordem Pública comandada pelo capitão Pereira da Costa.

Quanto a Loureiro Borges, expressaria a Figueira, em 22, quando por este foi contactado, a sua adesão, mas com a condição de apenas facilitar tudo o que estivesse ao seu alcance sem no entanto colaborar fisicamente na acção desencadeada pelas forças do Movimento.

Finda a reunião na Grete, avisei Neves Rosa de que deveria manter alguém de piquete ao telefone a partir do meio-dia de terça-feira a fim de recolher uma provável chamada do capitão Esteves Pinto, confirmando ou não a participação do batalhão mobilizado em Évora. E Arruda Domingues, puxando-me para uma rápida troca de palavras a sós, confidenciou-me que conhecia uns tipos de uma organização política aptos a *lançar um granel qualquer* numa zona aberta da cidade, tipo Alameda Afonso Henriques, capaz de atrair para lá forças da PSP e agentes da PIDE, em manobra de

diversão, enquanto as nossas forças actuavam, mais livres, noutros locais. Rejeitei categoricamente tal sugestão. Não queria que qualquer organização política tomasse parte no desenvolvimento operacional do golpe, que, sendo militar e feito por militares, devia ser por nós inteiramente resolvido, socorrendo-nos exclusivamente dos nossos recursos.

No Sector Centro, contávamos, fundamentalmente, com a EPC, com o BC 6 de Castelo Branco (onde o nosso homem, capitão Freixo, era mais um dos escorraçados de Lamego), com as duas companhias de Santa Margarida (Pessoa e Andersen) e com a EPE, já que no GACA 2 (Torres Novas) os comandos eram contra, o RI 5 (Caldas) não alinhava e o RI 2 (Abrantes) garantia a neutralidade, conseguida por Lopes Pires junto do comandante, coronel Pina.

Realizaria ainda na manhã de sábado, dia 20, um outro contacto, o qual viria a resultar em pura perda por deficiência da ligação, a cargo, no caso vertente, do capitão Figueira, da CCE. Conseguira aliciar para participação na acção o 2.º-comandante interino do RC 8 de Castelo Branco, major Carlos Alberto Gomes da Silva, meu contemporâneo na Academia Militar, com quem me avistara, naquela data, na sua residência em Queluz. Figueira acabaria por contactar apenas o nosso delegado no BC 6, daí resultando só ter o RC 8 iniciado o cumprimento da missão que lhe fora cometida em «Ordem de Operações» e que eu transmitira pessoalmente a Gomes da Silva (controlo da fronteira em Segura), na tarde do dia 26, seguindo instruções de confirmação dimanadas do ex-Secretariado-Geral da Defesa Nacional (já então ocupado pelo Movimento na Cova da Moura) pelo major Carlos Fabião, que deixara Braga e o DRM (que comandava em 25 de Abril) a mando de Spínola e que nesse dia se encontrava de serviço.

Além destes contactos e reuniões contínuas destinados a motivar camaradas colocados em unidades, catalisando-os para a assumpção da responsabilidade de «empurrar» as tropas para a acção, sucediam-se os contactos a nível individual, aliciando e preparando outros oficiais para exercício de funções de comando imediatamente a seguir ao golpe ou deliberando questões de carácter técnico.

Assim, só na tarde de 23 de Abril, a poucas horas do início da distribuição do anexo de transmissões e doutros documentos às unidades participantes, consegui uma conversa com o tenente-coronel Correia de Campos no bar Lord Jim, na zona do Rego. Enquanto, apenas em companhia das duas jovens empregadas enfastiadamente encostadas ao balcão, sorvíamos a uma mesa de canto um uísque com gelo, convenci-o a assumir o comando do RC 7 no decurso da acção, contando com a possibilidade de neutralização dos oficiais desta unidade, a ser efectuada pelos grupos de comandos coordenados por Jaime Neves, e a colocação do regimento ao serviço das nossas forças. Os tenentes Cadete e Aparício, vindos da EPC, acompanhá-lo-iam desde logo, por serem conhecedores da unidade. Afinal, o decurso e evolução dos acontecimentos não iria permitir a actuação prevista para Correia de Campos e levá-lo-iam, posteriormente a 25 de Abril, a assumir o comando do RL 2 (Polícia Militar). Para o comando deste regimento, apontara Nuno Bívar, então colocado na IGEFE, vindo o mesmo a ter outro destino por razões que fugiram já às minhas decisões e acabando mais tarde, a seu pedido, por regressar à Academia Militar, donde havia sido transferido após o 16 de Março.

Em 15 de Abril, após insistentes e aflitivos pedidos de Amadeu Garcia dos Santos (a quem nomeara oficial de transmissões do meu «estado-maior»), consegui finalmente passar-lhe o manuscrito da «Ordem de Operações», documento imprescindível para a elaboração do competente anexo de transmissões. Garcia dos Santos fotocopiou no seu *atelier*, à Rua Silva Carvalho, as vinte e seis páginas da «Ordem de Operações» e pôde restituir-me em tempo oportuno o meu exemplar único. E a partir daí e das necessidades em transmissões que lhe referi (Anexo XXVI), elaborou um impecável «Anexo de Tm» (Anexo XXVII), que, concluído e policopiado em 22 de Abril, pôde ser distribuído, à razão de um exemplar por cada unidade interveniente, a partir da noite do dia seguinte, 23 de Abril.

Além de pertencer ao corpo docente da Academia Militar, Garcia dos Santos estava em estreita ligação com a EPTm, onde desempenhava também funções de instrutor. Isso possibilitou-lhe, através de proposta fundamentada ao comando e deste ao Estado-Maior do Exército, autorização superior para a montagem de um cabo telefónico directo entre a EPTm (em Sapadores) e o RE 1 (na Pontinha), numa distância de quatro quilómetros! A nota oficializando a autorização só chegou à EPTm em 22 de Abril. E o que parecia impossível afinal aconteceu: o extenuante trabalho,

imediatamente iniciado por uma equipa chefiada pelo furriel Cedoura, foi concluído em menos de vinte e quatro horas! Isso possibilitou-nos a ligação telefónica directa entre o posto de comando e a EPTm. E como a esta tinha sido dada a missão de escuta permanente, em HF, das redes rádio da GNR, PSP, DGS e LP e das conversações telefónicas que serviam os aparelhos do ministro da Defesa e do ministro, subsecretário de Estado e chefe do Estado-Maior do Exército através da central automática do Centro Nacional de Transmissões (em funcionamento na própria EPTm), tínhamos logo de seguida, no posto de comando, a informação verdadeira e actualizada sobre os movimentos e as intenções das forças adversas, permitindo-nos tomar antecipadamente as decisões necessárias à frustração dos intentos do «inimigo».

Outro problema bicudo, a resolver no âmbito das transmissões, consistia no facto de serem de frequências fixas (cristais) os emissores-receptores por nós utilizados (E/R Racal TR 28), obrigando a uma difícil distribuição das unidades intervenientes pelas diversas redes rádio a utilizar. O mapa das frequências correspondentes aos diferentes canais dos aparelhos em carga às unidades era um dos factores fundamentais a ter em conta no estudo de situação elaborado e fornecido pelos nossos delegados.

Obedecendo rigorosamente ao princípio da *sobreposição de meios de transmissão*, dispúnhamos ainda de dois «centros auxiliares de ligação» (CAL), que não eram mais do que telefones particulares algures em Lisboa para os quais os camaradas das unidades em operações podiam fazer as suas comunicações com destino ao posto de comando se os vários telefones deste se encontrassem saturados, mantendo-se em permanência nesses CAL um camarada de ligação do Movimento que imediatamente executava o *relais*, ou tentando de novo o telefone ou servindo-se de um outro oficial que o acompanhava e que, na circunstância, imediatamente se deslocava como estafeta-auto ao posto de comando para entregar a mensagem.

A fim de dificultar a utilização da excelente rede rádio móvel da Brigada de Trânsito da GNR, que cobria todo o País, eu incluíra ainda, na lista de objectivos dos grupos de «comandos», a captura de um *Volkswagen* da BT/GNR, que seria conduzido para o posto de comando, e com o E/R do qual não só seria possível escutar as conversações trocadas entre os outros postos como também interferir

ou empastelar a rede. Acabaria por ser mais uma missão falhada pelos nossos pouco afortunados comandos.

Enfim, Amadeu Garcia dos Santos e os seus dedicados colaboradores da EPTm — capitães Fialho da Rosa, Veríssimo da Cruz e Madeira e o furriel Cedoura e a sua equipa — tiveram um trabalhão dos diabos. Mas valeu a pena. O sistema montado pela EPTm consitituiu os olhos e os ouvidos do MFA em operações em 25 de Abril. Era como se nós, no posto de comando, estivéssemos comodamente instalados numa plateia às escuras, observando divertidos, e sem perder um único pormenor, a movimentação dos títeres que no palco, sob as luzes fortes da ribalta, não tendo qualquer possibilidade de nos enxergar, levavam a feito, ainda sem o saberem, a última pantomima da sua longa carreira no cartaz. Apenas com a aprovação de uma claque diminuta. Faltando-lhes a força motivadora do aplauso sincero das multidões.

Em 25 de Abril, nem tudo correria conforme estava previsto e nem tudo se encontrava, de facto, rigorosamente planeado. Haveria necessidade, em muitos casos, de recorrer ao espírito de iniciativa dos camaradas, quando urgiu tomar decisões de última hora; haveria casos (felizmente raros) de fugas ao cumprimento da missão atribuída no momento decisivo; haveria exemplos vários de camaradas que, mesmo em pleno golpe de Estado, não aceitavam a fuga *à cadeia hierárquica de comando*, afirmando que cumpririam as ordens do comandante legalizado pela posse do selo branco ou outra patacoada do mesmo género, que servia de «excelente» argumento para evitar o empenhamento na acção.

A judiciosa distribuição dos objectivos mais remuneradores por unidades de total confiança do Movimento (EPI, EPA, EPC, EPAM, BC 5, CTSC), a existência de uma excelente rede de meios de transmissão (estafetas, rádios, telefones), o inestimável apoio técnico da Escola Prática de Transmissões (EPTm) e depois, já em pleno desenvolvimento da acção, a espantosa adesão das massas populares foram afinal as chaves que possibilitaram a garantiram a abertura das portas do êxito ao golpe de Estado desencadeado pelo MFA em 25 de Abril de 1974, que derrubou rápida e espectacularmente a anacrónica ditadura marçalazarista, velha de quarenta e oito anos.

10. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E A RESPONSABILIDADE DA ESCOLHA DOS «CRÂNIOS» DIRIGENTES.

Enquanto todo este esqueleto da organização militar necessária à execução do golpe se ia articulando, progredia velozmente o trabalho do grupo político que Vítor Alves constituíra para trabalhar sobre o programa-base elaborado por Melo Antunes. De tal forma que em 20 de Abril estavam prontas e batidas à máquina não só a versão (quase...) definitiva desse documento fundamental como também os termos de um protocolo secreto a acordar entre a Junta de Salvação Nacional e o MFA (que, prudentemente, nunca chegou a ser assinado por nenhuma das partes)[1] e ainda o texto da proclamação ao País do Movimento das Forças Armadas que, no dia 25, seria lido aos microfones do Rádio Clube Português.

Formavam aquele grupo de trabalho, pelo Exército, além de Vítor Alves, Franco Charais, Costa Brás e Vasco Gonçalves (chamado para «trabalhar quando fosse preciso», como ele dissera, através de Pinto Soares). Nuno Lopes Pires e Pinto Soares participaram em muitas das reuniões e Hugo dos Santos, sempre que para tal solicitado, encarregou-se da dactilografia. Por parte da Armada, Vítor Crespo e Lauret foram os elementos a merecer o prémio de assiduidade. Teles e Contreiras marcariam presença numa ou noutra reunião. A Força Aérea, como vinha sendo hábito, também nesse trabalho se notava pela sua ausência. O capitão Seabra, nas raras vezes em que apareceu, não influenciou de forma alguma a discussão. Pereira Pinto surge uma ou duas vezes, sem grande representatividade. E só na reunião decisiva, cinco dias antes do Dia D, em casa de Vítor Crespo, a inesperada aparição de uma nova personagem, major Morais da Silva, a falar grosso em nome da FAP, faz arrastar longamente o debate, sobretudo a propósito da não aceitação, por parte da Força Aérea, de alguns dos princípios pelos quais se orientaria a política ultramarina do Governo Provisório, mormente o que consignava o «claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos com efectiva e larga participação das populações autóctones».

[1] No número um desse protocolo, pode ler-se: «O Movimento das Forças Armadas não colaborará na instauração de uma ditadura militar no País, mas lutará pela implantação em Portugal de uma democracia política.» Sempre determinante, a perturbadora sombra de António de Spínola...

Como eu era, já antes do 16 de Março, um dos elementos de ligação com Spínola, continuei a cumprir, durante o mês de Abril, essa obrigação. Dada porém a vigilância a que o general era sujeito e pensando ser demasiado o risco que correríamos contactando-o directamente em sua casa, procurei na Setenave, em Setúbal, onde chefiava o Sector de Pessoal da empresa, o major de Cavalaria na reserva Carlos Alexandre de Morais, visita diária de Spínola, com quem mantinha fortes laços de devoção e amizade. Eu privara com ele com certa proximidade no Quartel-General do Comando-Chefe em Bissau, onde chefiava a Secção de Pessoal da Repartição de Pessoal e Logística, e tal facto permitia-me tomar a iniciativa da aproximação.

Revelou-se excelente a ideia. Carlos Morais não só aceitou desempenhar o papel de intermediário (a sua presença a qualquer hora em casa de Spínola não levantaria suspeitas) como o fez de maneira extremamente correcta, acompanhando entusiasmado o evoluir da situação.

Logo que a primeira versão foi julgada pronta, Vítor Alves passou-me um exemplar dactilografado do programa (Hugo dos Santos, como já disse, era o escriturário do grupo) que eu imediatamente coloquei nas mãos de Carlos Morais para que o levasse até ao general. Este devolveu-o dois dias depois com as suas interrogações e divergências opinativas inscritas a lápis (Anexo XXVIII).

Concordando com as proposições gerais indicadas na «proclamação» apresentada, Spínola considerava no entanto que no texto da mesma se devia abdicar de referências de pormenor sobre qualquer definição de rumo político.

— O nosso general diz que os militares não devem utilizar termos como estes: «democracia, fascismo, organizações fascistas, etc...», mas sim uma linguagem mais sóbria e militar — dizia-me Morais, transmitindo o recado.

Sobre a segunda versão que lhe é apresentada pelo Movimento de Oficiais das Forças Armadas (Anexo XXIX), Spínola interroga e propõe:

— Após a «destituição imediata dos presidentes da República e do Conselho», que destino lhes dar?

— Destituição dos governadores-gerais das províncias ultramarinas. Nomeação para o cargo, em acumulação, dos comandantes-chefes? Mas em Angola e Moçambique eles são tão maus!...

— Amnistia a *todos* os presos políticos? E o caso daqueles que advogam a entrega imediata do Ultramar?

— Abolir a censura totalmente? Não haverá casos especiais a ter em consideração?

— Saneamento e reorganização das FA, GNR, PSP, GF, passando à situação de reserva ou reforma compulsiva *todos* os oficiais generais que compareceram à manifestação de 15 de Março em S. Bento [era a destruição pura e simples da «pundonorosa Brigada do Reumático»!!].

— Como ficamos sem generais, graduação imediata em oficiais generais de coronéis e tenentes-coronéis que reunam evidentes qualidades de chefia.

— Utilizar de preferência a expressão *Movimento das Forças Armadas*, para subentender a adesão de sargentos e praças.

Depois de umas três ou quatro viagens de leva e traz [1], Spínola consideraria os textos como definitivos, aceitando pertencer, nos termos expressos nos documentos, à *Junta de Salvação Nacional*, designação que ele próprio propusera em substituição da nomenclatura inicial, *Directório Militar*, que o grupo de trabalho simplistamente adoptara.

Estipulara-se a princípio que a JSN seria constituída por seis oficiais generais, sendo dois do Exército, dois da Armada e dois da Força Aérea. Da parte do Exército, tal como Spínola, também Costa Gomes garantira a Vasco Gonçalves a sua presença na JSN, aceitando os termos da proclamação e do programa do MFA. Mas foi no decurso das discussões travadas que o grupo de trabalho «descobriu» a necessidade de incluir mais um elemento na Junta, pois que, dos seis já seleccionados, um teria de vir a assumir as funções de Presidente da República a título provisório, além das de Presi-

[1] Vasco Gonçalves, entretanto, devido à sua amizade com Costa Gomes, desempenhava junto deste o mesmo papel. Sem qualquer êxito, aliás, ou por canhestra abordagem do assunto por parte de Vasco ou devido a cautelosa atitude de Costa Gomes na sua hipoteca ao Movimento.

dente da Junta. E esse seria, logicamente, um dos dois do Exército, o ramo das FA realmente interveniente no golpe e por isso com mais peso.

Como tal papel se destinava a Costa Gomes (embora fosse mais novo em idade do que Spínola, continuava a ser o mais antigo dos sete na escala hierárquica e é desnecessário repetir qual a importância deste factor no meio militar), Spínola assumiria funções de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, ficando em aberto o lugar de chefe do Estado-Maior do Exército. Assim, foi-me solicitado por Vítor Alves que através do meu elemento de ligação com o general lhe fosse perguntado qual o oficial general que ele indicava para o exercício das funções de CEME, pois que este até lhe iria ficar subordinado.

Na mesma linha da proposta anterior, a resposta veio sob a forma de duas perguntas simples seguidas de uma escolha *in extremis*: porquê só generais? Porque não coronéis ou tenentes-coronéis a promover a general para o desempenho da função? No caso de o Movimento teimar nos generais, escolher entre o brigadeiro Jaime Silvério Marques, o general Silvino Silvério Marques ou o general Rosa Garoupa, indigitando este, no entanto, mais para funções de comandante-geral da GNR, devido às suas precárias condições de saúde.

O assunto foi largamente discutido no seio do grupo político do Exército, acabando por vingar o ponto de vista de Vítor Alves (que iria influenciar também fortemente a escolha dos representantes da Armada para a JSN: era fundamental que os membros da Junta tivessem estrelas nos ombros em vez de galões, para poderem logo à partida situar-se num certo plano de igualdade em relação a Spínola. Se assim não fosse, este com mais facilidade os meteria a todos no bolso. Vítor sabia do que a casa gastava e receava, em permanência, a ditadura militar que o general, de acordo com a sua índole, o seu traquejo e a sua ambição, logicamente pretenderia impor imediatamente a seguir ao golpe, se este resultasse vitorioso.

Nesta matéria, eu concordava plenamente com a opinião que Vasco Lourenço, antes do seu exílio açoriano, várias vezes expendera e que fora sempre derrotada: era importante para o Movimento a rotura frontal com a barreira da hierarquia e a assumpção da responsabilidade de uma escolha de homens capazes, dentre os nossos,

de segurar a roda do leme. «Que raio! Então nós é que gramamos o perigo todo e depois vamos entregar a papinha já feita a generais?»

Era aquela uma boa ocasião para, no mínimo, se pegar na palavra e na dúvida do experimentado general e escolher um homem para o lugar que, merecendo a sua aceitação, fosse por nós considerado com personalidade suficientemente forte para não lhe servir de capacho.

Levando em linha de conta o terno de nomes apresentado por Spínola e de pleno acordo com a pergunta-proposta por ele próprio formulada, meti a minha colherada para sugerir por minha vez, ao grupo político, dois nomes de camaradas em quem reconhecia notáveis qualidades profissionais (trabalho, dedicação, saber e honestidade), pouco significando para mim, na ocasião, o facto de pertencerem ao fechado círculo spinolista: tenente-coronel do CEM Mário Firmino Miguel (então ausente em França, a frequentar um curso de Estado-Maior) e major de Infantaria António Ramalho Eanes, em comissão em Angola como 2.º-comandante de um batalhão.

Prevaleceu a obsessão de Vítor Alves e a minha proposta foi rejeitada. Charais, Vítor, Vasco Gonçalves e Costa Brás gastaram horas agarrados à lista de antiguidade dos oficiais do Exército e não descobriram nenhum general decente para juntar ao rol fornecido por Spínola. Assim, apesar de também considerarem um autêntico desastre a lista dos propostos (logo na «volta do correio» soubéramos que «o Velho», atento, não admitia nem por sombras a inclusão na Junta de qualquer dos generais que fizera parte da «Brigada do Reumático», no que tinha, obviamente, inteira razão), acabaram por aceitar o conselho e a insistência de Vasco Gonçalves e decidiram-se pelo mal menor, escolhendo o nome de Jaime Silvério Marques para o desempenho das altas funções de CEME no novo Portugal em Revolução, com os resultados funestos que se conhecem [1].

[1] Aliás, não seria só no campo militar que o grupo político se pronunciaria de forma infeliz quanto à escolha das competências. Não posso esquecer-me de que a sua proposta para a substituição de Marcelo no novo Regime revolucionário de transição (e que Spínola rejeitaria por absurda) apresentava os nomes de Miller Guerra (médico, deputado da ala liberal, no regime marcelista), Francisco Pereira de Moura (homem excelente, grande democrata, magnífico professor de Economia, mas que se revelaria incapaz, por timidez, de afrontar o autoritarismo agreste de Spínola) e Raul Rego (velho democrata, retrógrado e de uma devoção canina por Mário Soares.)

Souberam-se com antecedência os nomes dos dois oficiais que integrariam a JSN em representação da Força Aérea. Costa Martins, que nutria por Galvão de Melo enorme admiração, mais pelas suas qualidades de audácia como piloto e de irreverência para com os seus superiores do que pelo seu pendor político, contactara pessoalmente com o coronel reservista no sentido de conseguir a sua adesão à integração na Junta. O que não foi difícil. Apesar de optimamente instalado na vida do ponto de vista financeiro (presidente do Conselho de Administração da Petrangol, com largos interesses na Maiombe, madeiras de Cabinda), sorria a Galvão de Melo a hipótese de voltar a envergar o seu uniforme azul, aplicando-lhe agora quatro estrelas prateadas em vez dos galões de coronel. Para aceitação definitiva, exigiria a *promoção* a general de quatro estrelas e não uma mera *graduação*, a fim de entrar na Junta em paridade com Spínola e Costa Gomes. O seu argumento convenceu e provocou, por arrastamento, a promoção dos componentes restantes.

Outra forte motivação arrastava Galvão de Melo. Em Junho de 74, no Brasil, confessaria a Vítor Alves que se estava a preparar para ser eleito para a Presidência da República. A Junta servia-lhe de trampolim e fazia-o general. E ainda mal tinha Spínola acabado de se instalar, provisoriamente, no lugar...

O outro elemento indicado pela Força Aérea teria de ser, fatalmente, Manuel Diogo Neto, general de três estrelas que em Moçambique desempenhava funções de comandante da III Região Aérea. Altamente prestigiado por valorosas acções de protecção e moralização de fazendeiros brancos praticadas em Angola, como major, em 1961, e posteriormente na Guiné, como comandante da Zona Aérea, era comummente considerado «um gajo porreiro», não se conseguindo definir-lhe (por inexistente, é claro) a mínima inclinação ideológica de esquerda [1].

Quanto à Armada, fechou-se completamente em copas até ao último momento. Pelo menos no que a mim próprio diz respeito, pois nem sequer no posto de comando, em pleno desenrolar da acção, Vítor Crespo acedeu a responder-me à pergunta que lhe fiz nesse sentido. E a minha surpresa (e satisfação) seria grande ao ver,

[1] Houve ainda um terceiro nome em discussão, o do general João Anacoreta de Almeida Viana.

na noite de 25 de Abril, no quartel da Pontinha, um capitão-de-mar-e-guerra de aspecto façanhudo e resoluto e um sorridente e calvo capitão-de-fragata prepararem-se para a assumpção das pesadas responsabilidades que a Junta de Salvação Nacional lhes ia carregar em cima dos ombros. Ao menos a Armada, sabidona, não se tinha deixado enlear na habitual conversa mole da preservação da hierarquia apesar de tudo, jogando forte na personalidade dos seus dois representantes!

Ao alinhar nomes para a Junta, o grupo político da Armada manifestara um certo consenso a respeito de Pinheiro de Azevedo e de Rosa Coutinho, este comandante de um navio, a fragata *Almirante Pereira da Silva*, aquele, comandante do Corpo de Fuzileiros. No entanto, a insistência de Vítor Alves quanto à obrigatoriedade do generalato para os membros da Junta, fizera-os contactar para o efeito o comodoro Ferraz de Carvalho, nome prestigiado na Armada e que satisfazia plenamente amplos sectores.

Embora não tendo aceite as funções para que foi solicitado, pretextando a idade e o cansaço, Ferraz de Carvalho foi não só extremamente cortês e leal como até os encorajou a prosseguir («vocês são rapazes novos, têm boa idade para lutar»), desejando-lhes felicidades.

Perante a recusa do comodoro e mantendo o nome de Pinheiro de Azevedo, só a caminho do posto de comando, onde se me foi juntar pelas dez horas e trinta da noite do dia 24, é que Vítor Crespo, com base no consenso anterior, se decide a passar por casa de Rosa Coutinho. Este, de nada sabe. Crespo passa-lhe para as mãos os três documentos que leva na pasta — a proclamação do MFA, o protocolo secreto entre o MFA e a Junta e o programa político — que o comandante lê atentamente. Quando termina, sacode os papéis e diz a Vítor Crespo:

— Com isto, ponho o meu navio à vossa disposição!

— Muito obrigado, senhor comandante, mas isso não é preciso porque já está — desconcerta-o Vítor Crespo. — O que eu lhe venho propor é que faça parte da Junta.

Rosa Coutinho abre a boca de espanto. Estava-se a uma hora apenas do primeiro sinal rádio através dos Emissores Associados! Vítor Crespo põe-no ao corrente. O comandante aceita o cargo a que o destinam. E entrando no dia 25 de serviço de quarto às operações da esquadra da NATO, não deixará de cumprir essa última função, sendo obrigado a abandoná-la quando é convocado, à noite, para a primeira reunião da JSN no quartel-general dos «revoltosos», precedendo a deslocação para os estúdios da RTP.

Além das questões da escolha do oficial para o desempenho das funções da CEME, Spínola alertava-nos para outros factores a ter em linha de conta: a linguagem a adoptar na redacção da «proclamação ao País» devia ser adequada à data da execução; que não tivéssemos contemplações com a DGS e com a LP, tendo presentes o caso do general Delgado e a recente prisão de Bruno, Monge e outros; e que libertássemos rapidamente os oficiais presos na Trafaria em consequência do 16 de Março, para imediata utilização dos mesmos.

É claro que os factores por ele apontados eram para nós supérfluos, pois faziam parte, também, das nossas preocupações e desígnios. Mas refiro-os apenas para definir o que, principalmente, perturbava «o Velho».

Antes do início das trocas de impressões sobre os documentos políticos que eu lhe fizera chegar às mãos através de Carlos Morais, facto que lhe permitira tomar conhecimento de que o Movimento continuava a existir e se preparava afanosamente para o golpe, eu sabia, através de um encontro casual com António Ramos [1], que Spínola se desesperava pela inactividade do Movimento, dizendo «cobras e lagartos» dos capitães que, depois de tanta bazófia, não só tinham permitido a sua exoneração e a de Costa Gomes como ainda deixavam que os seus camaradas, que haviam tomado uma atitude, permanecessem atrás das grades aguardando julgamento, demissão e sabe-se lá que mais.

Grande foi assim a alegria do «Velho» quando se apercebeu de que afinal o Movimento tinha continuado, silenciosa mas eficientemente, o seu trabalho clandestino, e que agora a coisa iria ser a sério e «os seus rapazes» seriam enfim libertados da prisão, da vilania e do opróbrio.

---

[1] Topara-o quando se preparava para atravessar uma passagem de peões perto dos edifícios Avis-Sheraton, e ao bater-lhe num ombro por detrás, dizendo-lhe «o senhor está preso», arriscara-me fortemente a levar um murro nos queixos, tal foi a sua imediata e agressiva reacção. Bom sinal!

Tanto ou mais do que Spínola sofriam as famílias dos camaradas presos no RAL 1 e no Forte da Trafaria, convictas de que o Movimento morrera com a fracassada intentona das Caldas, que tudo estava perdido, que tão cedo não veriam os maridos e pais. E revoltavam-se, naturalmente, contra os oficiais do Movimento, que, cheios de medo, tinham metido o rabo entre as pernas e acabado com as suas actividades, deixando os presos entregues ao seu destino. Foi tendo consciência disto que decidi arriscar a confidencialidade da nossa acção clandestina, procurando Bárbara Monge e Arlete Casanova Ferreira para as tranquilizar e lhes garantir que o Movimento iria desencadear um golpe vitorioso, que libertaríamos os maridos e todos os outros camaradas e que eles nem sequer seriam julgados. E pedi-lhes que transmitissem essa minha garantia para o interior da prisão, a fim de levantar o moral dos camaradas, se é que ele alguma vez estivera a nível baixo e a precisar de alento.

11. «ALTERNATIVA? QUAL ALTERNATIVA?»

Como as nossas comunicações escritas haviam praticamente cessado, para não alertar o Governo quanto à persistência da nossa acção, não se tornava possível aos camaradas em comissão no Ultramar acompanhar o que se passava em Portugal, por ausência de notícias. Daí que na Guiné, em Angola e em Moçambique existisse um sentimento generalizado, misto de expectativa e de descrença, mesmo pessimismo, quanto às possibilidades e continuidade do Movimento. Juntava-se a este sentimento o espectro, cada vez mais corporizado, da derrota militar frente aos movimentos de libertação, sobretudo na Guiné, onde o PAIGC crescia.

Os mais optimistas e mais por dentro dos assuntos por serem normalmente os destinatários de uma ou outra carta procedente de Lisboa, a dar notícias ou a pedir informações, estavam longe de

pensar que na Metrópole estivéssemos tão perto de, organizadamente, concretizarmos o xeque-mate ao Regime.

Um relatório da Comissão do Movimento em Bissau, datado de 13 de Abril, resumia o essencial do ambiente psicológico que se respirava, então, no teatro de operações da Guiné:

Bissau, 13 ABR 74

Camaradas:

Em resposta ao v/ comunicado de 4 p.p. e no intuito de não vos deixar sem notícias por mais tempo seguem algumas das informações pedidas reservando-nos para oportunamente informações mais detalhadas.

0/1. SITUAÇÃO PSICOLÓGICA DO PESSOAL

A. *Relativamente à situação na Metrópole:*

a) Expectativa geral apoiada na convicção de que o Movimento não morreu antes pelo contrário tem ainda mais motivos para se fortalecer e desenvolver em bases ajustadas às necessidades de não subestimar a experiência policial de cinquenta anos da parte IN;

b) A nível dos TC ainda que psicologicamente haja uma simpatia pelo Movimento subsiste, em grande parte dos mesmos, uma prudência a atingir as raias do oportunismo (equilibrismo). De qualquer modo podemos contar com um número relativo de alguns fixes;

c) A nível superior, a menos que algum coronel «ressuscite», não contamos com ninguém, considerando como significativamente perigosos:

Gen. Bett. Rodr. — brig. Silv. Banaz. — cor. Hugo R. Silv. — cor. Vaz Antu. — cor. Gonçalv. Vaz. Deixamos sob reserva os outros dois brig.;

d) Nos postos inferiores a TC a generalidade encontra-se dentro da expectativa referida na alínea *a*).

B. *Relativamente à situação nesta Guiné:*

Face ao futuro, pessimismo generalizado, encontrando-se o pessoal do mato bastante desmoralizado uma vez que se torna mais notória,

sensível e actuante a iniciativa operacional por parte do PAIGC. Significativo agravamento do diferencial entre o potencial de meios das NT e daquele.

0/2. MEDIDAS CONTRA O MOVIMENTO

a) Não foram tomadas quaisquer medidas repressivas;

b) Habilmente foram aconselhados os comandantes das unidades e alguns oficiais a se alhearem dos acontecimentos;

c) Em relação à possibilidade de existência de reuniões locais do Movimento foram tomadas medidas de segurança no sentido de as detectar, de vigiar telefonemas, comunicações e correspondência, sobretudo de elementos considerados afectos ao gen. Spínola não só na PU como entre esta e a Metrópole. Estas medidas estão sob a supervisão da DGS.

0/3. COMO SE TEM ACTUADO

a) Por motivos óbvios não vamos abrir o jogo;

b) Por algumas razões não houve a repressão indicada no n.º anterior, dado que estamos actuando em moldes julgados semelhantes aos vossos;

c) Até este momento face às desencontradas solicitações chegadas daí e face à «raiva» com que ficámos perante as imoralidades e inversão de valores ocorridas, fez-se chegar às mãos de correspondentes da imprensa estrangeira informações sobre a nossa posição com a segurança necessária para que o Movimento não pudesse ser afectado. Além disto:

— Estão em sintonização, trabalhando em conjunto, os três ramos das FA nesta PU, tendo sido programado o jogo a desenvolver se necessário e as vossas ordens.

0/4. Em princípio sobre o programa que o Movimento assumiu expresso no DOCUMENTO estamos de acordo com ele em linhas gerais. Quaisquer críticas ou sugestões a fazer na especialidade seguirão posteriormente.

0/5. Sobre os oficais que vão acabando aqui a s/ comissão há dois pontos para que pedimos a v/ urgente atenção:

1.º — Modo como os integrar na organização daí;

2.º — Cuidados a ter sob o ponto de vista psicológico com esses oficiais dada a «tesão» que levam do Ultramar para a Metrópole e que pode levar às atitudes já conhecidas;

Sobre os oficiais que chegam daí e que estejam integrados nessa organização julgamos conveniente que lhes sejam indicados elementos a contactar nesta.

0/6. Compreendendo a necessidade de cuidarmos da segurança cada vez com mais atenção, pedimos no entanto que sempre que seja possível nos mantenham informados.

A Bem da Nação e das Forças Armadas
A Comissão

Uma certa falta de confiança, afinal, persistia também em alguns dos mais altos responsáveis do Movimento. Nas vésperas do Dia D, Vasco Gonçalves, que já tinha assistido a fracassos anteriores, cogitava para Vítor Alves, em termos condicionais: «Ah! Se o Movimento conseguisse ganhar, como era bom, daqui por uns dois anos, termos uma social-democracia em Portugal! Mas é muito difícil, sabe? Os tipos têm um aparelho muito forte.» Em meados do mês, uma noite, em casa de Hugo dos Santos, ao fazer, apenas com ele e Vítor Alves, um balanço de situação em termos de organização política e organização militar, expus-lhes, lendo, a minha ideia de manobra lançada na «Ordem de Operações» (ver Anexo XXI).

Ambos discordaram dela. Em sua opinião, era mais seguro movimentar todas as nossas forças conduzindo-as a uma grande concentração de tropas e meios, por exemplo, no Campo de Instrução Militar (CIM) de Santa Margarida, exigindo ao Poder, a partir daí, a queda do Governo, a demissão do Presidente da República e a dissolução da Assembleia Nacional.

Eu não podia, evidentemente, compartilhar de tal opinião, que combati vigorosamente. Considerava aquela ideia, quando posta em prática, um autêntico suicídio. Toda a actuação das forças do Movimento devia ser, a meu ver, marcadamente ofensiva, lançando tropas na rua, conquistando objectivos, demonstrando força e poder e nunca a remissão a uma acção flagrantemente defensiva que colocasse as nossas forças numa posição de fraqueza, com possibilidades de serem sitiadas até à rendição, com os cortes imediatos de água,

telefones, luz, abastecimentos, etc..., que o Governo rapidamente poria em prática, enquanto lhe sobrava tempo para mobilizar unidades do Exército, da Força Aérea (aviões e «páras») e da Armada hesitantes ou adversas ao Movimento, e até tropas estrangeiras (Franco continuava «dono» da Espanha e o Pacto Ibérico mantinha-se em vigor, corria-se o risco de a NATO corresponder a um apelo marcelista), para derrotar, humilhante e irrevogavelmente, as forças do MFA.

Servindo-me da prerrogativa de me ter sido cometida pelos camaradas a responsabilidade de conduzir as operações militares visando a queda do Regime, mantive portanto o meu ponto de vista, garantindo-lhes que ou a vitória das forças do Movimento se decidia em menos de vinte e quatro horas (e esse êxito só podia ser alcançado com o desencadear de uma acção ofensiva em que a iniciativa e o efeito de surpresa fossem nossos) ou perdíamos a cartada.

A contragosto, Hugo e Vítor não tiveram outra alternativa senão anuir, com votos de felicidades. Em 20 de Abril, a poucos dias do Dia D, Vítor Alves perguntou-me, céptico, cofiando a barba, qual era a percentagem de probabilidades de êxito que eu atribuía às nossas forças. Eu já distribuíra, nessa data, todas as missões às unidades que iriam intervir, e restavam em mim poucas dúvidas, face à forma como os camaradas delegados as tinham aceite e as reuniões se haviam processado. Foi, portanto, com enorme confiança no êxito que disse:

— Não entrando em linha de conta com os imponderáveis, garanto uma probabilidade de êxito de oitenta por cento para uma vitória concretizada em doze horas a partir da Hora H.

Vítor manteria, até ao fim, a sua incredulidade. Olhando-me, estupefacto, comentou:

— Booolas! Se me tivesses respondido com vinte por cento de probabilidades de êxito, eu tinha achado sensacional! Invertendo os valores e garantindo oitenta, não estarás, como de costume, a ser demasiado optimista?

Optimista, estava com certeza. Mas não demasiado. Mesmo com os descontos a fazer, sabia perfeitamente com o que podia contar. E o conhecimento da situação, do inimigo e das nossas forças, não me deixava dúvidas quanto à nossa vitória. Os vinte por cento de

margem que fornecera a Vítor Alves é que eram, a meu ver, exagerados.

— Mas espero que, de qualquer modo, tenhas preparado um plano de alternativa — insistiu Vítor.

— Alternativa? Qual alternativa? — perguntei.

— Quero dizer, tens de admitir a hipótese de a situação se poder encaminhar para os vinte por cento das tuas probabilidades em vez dos oitenta, o que, nesse caso, significa a nossa derrota. E então, se isso acontecer, o que fazes a seguir?

— Bem, devo confessar-te que não tenho qualquer plano de alternativa preparado. Nem o prepararei. Pensar em elaborar um plano de alternativa é admitir a possibilidade da derrota. E eu não a admito. Devo dizer-te que, ao mencionar *só* oitenta por cento de probabilidades para o êxito, eu estava a dar uma certa satisfação ao teu gosto confessado pelo sentido das realidades. Nós vamos ganhar e no prazo que já referi.

Vítor Alves, sempre descrente, manter-se-ia, até ao fim, sobre brasas. Felizmente, na tarde de 25 de Abril, quando vindo do Estado-Maior do Exército acompanhado de Charais chegou à «sala de operações» do nosso posto de comando no RE 1, pôde dar-me um emocionado abraço de parabéns pelas minhas (agora já provadas) previsões.

A questão do «plano de alternativa» foi posta também por alguns (poucos) dos camaradas delegados das unidades intervenientes por ocasião da distribuição das missões, na semana anterior à do golpe. Para esses, a minha resposta foi sempre igual à que dera a Vítor Alves: *Não é necessário pensar em alternativas porque nós vamos ganhar e depressa.* No entanto, sei que alguns dos camaradas tomaram as suas precauções, preparando-se, na generalidade, para em caso de derrota abrirem caminho a tiro e se recolherem à unidade respectiva, dispostos a resistir até ao fim. O que era louvável e heróico.

Pela minha parte, tomei, afinal, as minhas disposições. Em 18 de Abril, exactamente uma semana antes do Dia D, tive um rápido encontro de rua com o excelente major de Artilharia Alexandre Aragão, que prestava serviço como chefe da Secção de Milícias no QG do Comando-Chefe das FA da Guiné, tendo substituído Carlos Fabião nessas funções. Viera expressamente a Lisboa para se avistar

com Spínola, e quando nos encontrámos acabava de sair de casa do «Velho». Este dissera-lhe francamente que desconhecia completamente o que se passava quanto à eclosão do golpe militar, mas tinha a certeza de que se preparava qualquer coisa e para breve. Aconselhara Aragão a falar comigo para receber as instruções necessárias antes de regressar a Bissau. E não deixa de ser curioso referir que no dia seguinte, 19 de Abril, «o Velho» escrevia uma carta a Fabião, em Braga, em que invocava uma prece: «Peço a Deus que nesta hora difícil ilumine os nossos governantes»...

Ora eu contava precisamente, e só, com a possibilidade de uma acção no Ultramar, de preferência na Guiné, como a tal «alternativa» para um hipotético falhanço do MFA na Metrópole. O meu encontro com Aragão proporcionou-me lançar o ouro sobre o azul. Recolhi dele a informação de que tinham em Bissau um plano preparado para neutralizar todos os comandos desafectos ao MFA e que pudessem constituir empecilho, para, logo a seguir, iniciarem conversações com o PAIGC com vista ao restabelecimento da paz na Guiné. Tal facto poderia originar, por si só, a queda do Governo marcelista, pela recusa garantida das unidades da Metrópole em irem dominar a revolta dos camaradas na Guiné.

Referi-lhe então o que tinha já planeado e que seria executado na semana seguinte. E ficou assente entre nós que se o golpe falhasse na Metrópole, o MFA na Guiné lançaria vinte e quatro horas depois a sua ofensiva contra o Poder, tomando este pela força naquele território e impondo condições ao Governo Central, provocando a sua queda.

Apesar do êxito do 25 de Abril em Portugal, o golpe acabaria por ser, do mesmo modo, desencadeado em Bissau segundo o plano, verificando-se a detenção e a remessa para Lisboa dos oficiais de mais alta patente que se conheciam como opositores declarados ao MFA.

12. «NUNCA MAIS FAREI GUERRA NENHUMA NO ULTRAMAR»

Foi o capitão Luís Macedo, meu adjunto operacional, quem me fez decidir pela escolha do RE 1 para instalação do posto de comando (PC). Eu recebera um palpite de Lopes Pires, que ali fora 2.º-comandante até pouco tempo antes. Estivera lá diversas vezes, durante os meses de Fevereiro e Março, acompanhando os trabalhos de preparação dos documentos para o miniplenário de 5 de Março em Cascais, com Macedo e Pinto Soares. De novo, mais tarde, quando este fora remetido, sob prisão, para a Trafaria e ainda quando lá me deslocara para guardar a bom recato a minha máquina de escrever numa gaveta de um armário do quarto do capitão Máximo, enquanto Arnaldo Schultz ordenava uma afanosa busca em Pedrouços.

Considerava muito vantajoso, embora não imprescindível, que o PC ficasse instalado num quartel. Teríamos à nossa disposição grandes facilidades de estabelecimento de comunicações rádio e telefónicas, possibilidades de alojamento e de alimentação para nós e para os presos que fossem feitos durante o golpe, e montagem fácil de seguranças próxima e imediata, recorrendo ao pessoal em serviço no quartel, que participaria, assim, da acção.

Alinhando várias hipóteses de unidades na zona de Lisboa (RAC, RAL 1, EPTm), Luís Macedo confirmou o «seu» RE 1, como possível de ser utilizado em perfeita concordância com todas as condições requeridas, não sendo necessário sequer recorrer à tomada por assalto, nem à prisão do comandante e/ou de camaradas, pois a unidade era de inteira confiança do MFA, e o comandante, coronel Lopes da Conceição (que eu conhecera em Bissau como comandante do Batalhão de Engenharia), era um camarada excelente que, por isso mesmo, nem era necessário pôr ao corrente da situação para não o colocar numa posição difícil. Era certo que estaria connosco quando o golpe estivesse em marcha, ainda por cima tendo o general Spínola como membro da Junta.

Não tive qualquer dúvida em aceitar a sugestão de Lopes

Pires e Luís Macedo. E foi nesse sentido que atribuí às forças do RE 1 (Pontinha) a missão que consta da «Ordem de Operações»:

«Protege e defende a unidade a todo o custo. Selecciona um local elevado para montagem do PC. Selecciona um local, bem guardado, onde possam ser recebidos os oficiais superiores e os agentes da Brigada de Trânsito da GNR presos, a seguirem ao seu destino findo o estado de insurreição. Prepara a central telefónica para a emissão e recepção de telefonemas.»

Luís Macedo encarregar-se-ia de distribuir funções pelos camaradas da unidade e, pessoalmente, da montagem do PC. Esta, pouco exigiu. No compartimento espaçoso do pavilhão prefabricado que o jovem capitão destinara, historicamente, para «sala de operações» do Movimento das Forças Armadas em acção, apenas uma grande mesa ao centro, uma outra com aparelhos rádio à esquerda da entrada, mais duas com telefones (uma bateria deles!), à direita. Um armário metálico com pistolas e granadas. Todas as janelas tapadas, do interior, com pesados cobertores militares, fazendo *black-out*. Ao fundo, encostada à parede, uma grande prancheta, nua, de contraplacado. No exterior do pavilhão, uma pequena tenda para pernoita do pessoal de transmissões que ali iria permanecer em escuta permanente aos aparelhos rádio. E as antenas, vertical e dipolo, cuja montagem Garcia dos Santos concluiria já ao cair da noite de 24, após a saída do pessoal da unidade ao toque de ordem.

Em 23 à noite, quando ali me reuni uma última vez antes da acção, com Amadeu Garcia dos Santos e depois Jaime Neves e os «seus comandos», tudo estava já preparado, excepto o material de transmissões no exterior. Até a camarata (que só um estreito corredor, com a porta de entrada do pavilhão numa extremidade e um lavabo na outra, separava da «sala de operações»), onde um bom número de leitos militares, apenas guarnecidos de colchão, travesseiro e duas mantas, aguardava já os prováveis e forçados visitantes que o dia 25 nos traria.

Com efeito, na semana anterior, no desenvolvimento de um programa de febril actividade de derradeiros contactos e procura de conquistas de adesão à causa, eu distribuíra as missões, por sectores, às unidades do Movimento que iriam participar na acção. Reuni com Corvacho e Gertrudes da Silva, uma última vez, no RE 1, na noite de 16. Em 17, distribuí as missões aos delegados das unidades

do Sector Norte, no apartamento de Diniz de Almeida, estando presentes todos os agentes de ligação para esse sector, facto que se iria repetir nas reuniões seguintes. Em 18, distribuição de missões aos delegados das unidades do Sector Centro, em minha casa. Em 19, em casa de Fernandes da Mota, aos do Sector Sul. E finalmente em 20, sábado, na residência do bom coronel Fernandes, vulgo «o Americano», pai do tenente Américo Henriques, em Cascais, realizou-se a mais importante das reuniões, com os camaradas das unidades de Lisboa.

Em todas essas reuniões finais, o figurino repetiu-se. Leitura da «Ordem de Operações» até à «Ideia de Manobra» inclusive, distribuição da missão atribuída à unidade, leitura das «instruções de coordenação» e do título número 5 — «Comando, Ligação e Transmissões».

Como manobra de diversão destinada a desviar as atenções da PIDE em relação ao Movimento e a concentrá-la exclusivamente na habitual «caça às bruxas» como tomada de precauções para as comemorações do primeiro de Maio que se avizinhava («o primeiro de Maio é vermelho», lia-se, ambígua e ameaçadoramente, em *graffiti* nas paredes de Lisboa), dei ainda indicações para que em todos os lugares e junto de pessoas das suas relações os camaradas lançassem o boato de que o Movimento dos Capitães se preparava para actuar a seguir a 2 de Maio, a fim de evitar qualquer possibilidade de confusão com a actuação de grupos políticos.

Houve tomada de notas, discussão, esclarecimento de dúvidas.

E no caso de confronto? E o plano de alternativa? E depois? Que se faz a seguir? Há programa político? Quem fica no PC? Quais generais? E se a gente perder?

Algumas das respostas estavam já lançadas na própria «Ordem de Operações». Outras dava-as eu, de imediato e de forma positiva. A algumas perguntas (que generais no PC?) tinha de responder com cautela e ambiguidade, pois a resposta verdadeira («nenhum, é claro») só eu e poucos mais a conhecíamos...

— Se a gente perder? Vocês digam nos interrogatórios, quando forem presos, que não têm nada a ver com isto. Que houve um major de artilharia chamado Otelo, maluquinho da cabeça, que teimou em deitar o Governo a baixo e vos convenceu a entrar nesta guerra. Digam que é ele o culpado de tudo.

Todas as unidades entrariam em estado de alerta a partir do primeiro minuto do dia 22, o que significava que desde esse momento deviam estar preparadas para receber o contacto do camarada agente de ligação, portador do anexo de transmissões, de eventuais alterações de missão, indicação do grupo data-hora (GDH) de execução, modo de confirmação da Hora H e a senha e contra-senha a utilizar nos contactos com tropas.

Estas foram as «Instruções Finais para as Equipas de Ligação» (Anexo XXX) que só em 23, pelas quinze horas, dei ao major Neves Rosa, coordenador daquelas equipas. Foi então necessário bater à máquina, em separado, essas instruções, e metê-las em sobrescritos fechados juntamente com o «Anexo de Transmissões». Seria eu quem, no mesmo dia, pelas dezoito horas, teria a reunião definitiva com os camaradas da ligação para lhes distribuir os sobrescritos e fornecer, de viva voz, as últimas recomendações ou alterações específicas para algumas das unidades.

Na madrugada de 21, domingo, ao regressar a casa após a reunião em Cascais, pensava naquilo que ainda me restava fazer. Era já muito pouco. O encontro dessa noite com os coronéis Rafael Durão e Fausto Marques (que, como eu previa, pouco ou nada iria adiantar), um último encontro com Jaime Neves e os comandos para instruções finais, derradeiras reuniões com Garcia dos Santos, Neves Rosa e os camaradas da ligação, Vítor Crespo e os «marinheiros».

A necessidade urgente de contacto com João Paulo Dinis surgiria só no dia 22, quando verificada a dificuldade de acesso ao RCP para transmissão do sinal rádio confirmativo do início das operações, antes da Hora H. Na fresca madrugada de domingo, agora que o principal estava feito, eu apontara para Hora H as três horas da manhã do dia 24, quarta-feira. O meio da semana parecia-me o mais conveniente, pois me daria a folga dos dois primeiros dias úteis da semana para o que ainda havia a fazer, evitando a perigosa aproximação do fim-de-semana, a começar à sexta-feira.

O facto de ter de efectuar ainda uma última reunião com Jaime Neves e os comandos fez-me decidir, porém, por questão de segurança, por um adiamento de vinte e quatro horas, passando assim a Hora H para as três da madrugada de 25, quinta-feira.

Na manhã de terça-feira, 23, carreguei para o porta-bagagem do meu carro, na Academia Militar, os aparelhos rádio Racal que

Garcia dos Santos subtraíra da «sua» arrecadação de material de transmissões com a finalidade de os distribuir a unidades intervenientes que não dispunham desse tipo de aparelho (o CIAAC e o RC 3, por exemplo). Teria de os entregar, depois, aos camaradas da ligação, que os transportariam até aos destinatários.

Às dezoito horas, conforme o combinado com Neves Rosa, estacionei o meu carro na Avenida Sidónio Pais, junto ao Parque Eduardo VII, e, abandonando-o, fui sentar-me num banco próximo. Coloquei a meu lado a maleta «James Bond» com o material a distribuir. Lançando um olhar distraído pelo parque, lobriguei rostos familiares de camaradas que passeavam pelas áleas, batendo os pés.

Fazia frio. Só aguentei, sentado no banco, até ao terceiro agente de ligação. A partir daí regressei ao carro, e foi dentro deste, em situação mais confortável, que fiz entrega do resto dos sobrescritos, das recomendações finais específicas para determinadas unidades e de um exemplar do jornal *Época*[1], sinal de código identificador dos elementos da ligação que não fossem conhecidos dos destinatários. Havendo à frente da minha viatura um espaço vago para estacionamento, ocupava-o com o seu próprio carro o camarada que precisava de levar consigo um emissor-receptor. E os transbordos foram feitos com todo o à vontade, abrindo a bagageira do meu *Morris* e passando o material para o carro da frente.

Antes das vinte horas, tudo estava pronto. Os dados haviam sido lançados. As equipas de ligação[2] circulavam já por esse País fora, cumprindo a sua missão. Tinham um máximo de dezoito horas para o fazer. Fosse a que horas fosse, da noite, da manhã ou da madrugada, os destinatários aguardavam, a qualquer momento, que o agente de ligação chegasse junto deles.

Segui para a residência de Vítor Crespo, ao Restelo, onde Vítor Alves já me aguardava. Aí, em rápida reunião com outros camaradas da Armada, obtive a garantia final de neutralidade, no mínimo, por parte dos fuzileiros. Não iriam, de certeza, contra as tropas do Movimento. O que já era confortante. E havia ainda, em Vítor Crespo, a esperança de uma viragem favorável de última hora.

---

[1] Era o jornal oficioso do Governo fascista...

[2] As equipas eram formadas por dois elementos, seguindo cada um na sua viatura e percorrendo, se possível, itinerários diferentes. Assim, se um fosse apanhado, o outro poderia vir a cumprir a missão.

Fui para casa. E, enquanto ingeria uma refeição leve, procurei aparentar um comportamento sereno, normal. As ideias turbilhonavam-me no cérebro. Iria aguentar até ao dia seguinte, em estado de tensão e ansiedade, o desconhecimento do que se estava a passar com os homens da ligação. Bastaria um deles ser detectado e preso para que o alarme geral soasse por todo o País e a operação fosse por água a baixo. Então se os documentos fossem encontrados na sua posse, lá se perdia o trabalho exaustivo daqueles dias vertiginosos.

Decidi não dormir em casa nessa noite. Quem sabe uma denúncia inesperada pudesse levar à minha prisão no instante decisivo, estragando tudo. Meti num saco o uniforme número dois, com o blusão verde de cabedal. E antes de seguir para o RE 1, tive com minha mulher uma conversa breve mas necessariamente importante.

Sabendo do meu envolvimento profundo no MFA, ela desconhecia, na realidade, até que ponto eu estava comprometido. Disse-lhe, finalmente, o que ia fazer e o peso da enorme responsabilidade que sobre mim caía. Foi uma despedida difícil. Pois era difícil desfazer aquele nó enorme na garganta, difícil exprimir, naquele momento, a descontracção, o optimismo, a certeza necessária. Difícil e dramático conciliar a ternura e o amor com a determinação e a ausência próxima e indeterminada.

— A Hora H é só depois de amanhã, às três da madrugada. As quatro horas deve ir para o ar, através do Rádio Clube, o nosso primeiro comunicado, para aproveitar a hora certa do noticiário. Sintoniza o transístor. Se ele for lido é bom sinal. Significa que temos o emissor na mão e que tudo está a andar bem.

— E se não for? — perguntou, serena.

— Vais aguardando os noticiários seguintes. Se em vez dos nossos comunicados, passares a ouvir outro tipo de notícias, a favor do Regime e falando de novo golpe abortado, isso significará que perdemos o combate.

— E então?

— Então, não sei ainda o que me poderá acontecer. Presumo que serei demitido, entregue à PIDE, passado a civil e vá aboborar por uns anos largos em Caxias ou, quem sabe, faça uma viagem só com bilhete de ida para o Tarrafal. Uma coisa te garanto: nunca mais farei guerra nenhuma no Ultramar.

O gracejo final fora chocho. Tinha a sensação de que o panorama se apresentava negro. Tentei dar-lhe uma pincelada de cor:

— Mas não te apoquentes com nada disso nem tenhas pensamentos desse género. Porque eu tenho a certeza de que, em poucas horas, ganharemos esta guerra. Dominamos quase todas as unidades do País, a malta está com uma gana formidável, temos a nosso favor o efeito surpresa. É canja!

Ela quis também dar ao ambiente um pequeno toque de humor:

— Queres então dizer com isso que amanhã não vamos à ópera?

Tinha-me esquecido completamente do assunto. Comprara ingressos para a *Traviata*, que se cantava na noite de 24 no Coliseu dos Recreios, aproveitando o preço mais baixo que nos era facultado através da Secção de Actividades Culturais e Recreativas da Academia Militar.

— Olha, guarda-os para recordação. É claro que não vamos.

Com o permanente espírito de economia caseira retorquiu:

— Leva-os antes contigo e procura entregá-los amanhã na Academia. Pode ser que devolvam o dinheiro.

— Não vou fazer isso. Entregá-los agora depois de tanto os ter pedido, dizendo que já não me interessa, pode levantar qualquer suspeita. Paciência. Outra vez virá. Além disso, já vimos a *Traviata* do alto do galinheiro do São Carlos.

Ainda hoje tenho comigo esses bilhetes. No sobrescrito timbrado da Academia Militar dentro do qual mos entregaram, minha mulher inscreveria mais tarde a frase: «Faltámos por motivo imprevisto.»

O meu filho, de oito anos, dormia já sossegadamente. Beijei-o de leve. E despedi-me de minha mulher com a ternura imensa de quem ama e vai fazer, só, uma viagem longa a um mundo desconhecido.

— Até sexta-feira, meu amor. Estarei cá para almoçar contigo — disse-lhe, confiante.

Beijei-a uma vez mais, peguei no saco e saí. Ao descer as escadas, lembrei-me de que me esquecera da minha pistola *FN*. Podia fazer falta! Voltei a trás. Liberta, enfim, da minha presença, com os nervos soltos, rebentados, minha mulher, sentada na cama, os braços envolvendo os joelhos, chorava como uma criança.

13. «O MAPA DE ESTRADAS!!?»

Foi da estação dos CTT fronteira à Academia Militar, na Rua D. Estefânia, que enviei na manhã do dia seguinte o telegrama codificado para Melo Antunes, informando o GDH da «partida da tia Aurora para os Estados Unidos» [1]. Almocei na Academia. E soube logo depois, pelo Neves Rosa, que o último camarada da ligação que faltava à chamada entrara em contacto, com a missão cumprida, cerca das catorze horas.

Pelas nove horas da noite, eu perguntava no *Jornal do Comércio* pelo capitão António Ramos, que ali fazia um biscate de jornalista. Dei-lhe um «Anexo de Transmissões», um exemplar da proclamação e dum outro das instruções relativas à comunicação do sinal rádio através dos Emissores Associados e da Rádio Renascença. Garanti-lhe que a residência de Spínola, num prédio baixo da Rua Rafael Andrade, perto do Paço da Rainha, seria defendida por forças do MFA. E pedi-lhe que não só transmitisse todas aquelas indicações ao general como também lhe fizesse companhia, juntamente com os homens de mais confiança, durante aquela noite. O capitão despediu-se de mim, emocionado, garantiu-me que iria imediatamente para casa de Spínola e desejou-me as maiores felicidades do mundo.

Quando regressei ao RE 1 eram quase dez da noite. Subi ao quarto, fardei-me, enverguei o blusão de cabedal e ao descer as escadas deparou-se-me Sanches Osório, que as subia, uniformizado.

— O que é que fazes aqui? Já cá estás? — perguntei-lhe.

— Ah! Vinha mesmo à tua procura. Já cá estou desde as sete e meia ou oito horas. Vim logo fardado e passei primeiro por casa do Vítor. Ele destacou-me para cá como elemento do Estado-Maior e estou a fazer-te a minha apresentação nessas funções. Trago-te aqui também quatro comunicados escritos à máquina que ele me pediu que te entregasse.

Eu solicitara a Vítor Alves, que tinha mais tempo disponível para pensar calmamente naqueles últimos dias, que me preparasse alguns comunicados para serem transmitidos através dos microfones

[1] Tia Aurora parte Estados Unidos 25 03 00 Abraços. Primo António.

do RCP quando este fosse ocupado. O «rapaz» não se havia esquecido. Dei-lhes uma rápida leitura. Estavam conforme o combinado. Apelava-se ao bom senso dos cidadãos, convidando-os a permanecer em suas casas e a deixar livre o terreno de luta para evitar acidentes desnecessários, lançava-se o aviso às «forças da ordem» para se manterem sossegadinhas que era melhor para elas e, pelo sim pelo não, solicitava-se aos médicos que estivessem preparados para acorrer aos hospitais caso houvesse confrontos sangrentos. Procurava-se a desmobilização das forças governamentais, atirava-se com o impacte do alerta na madrugada ao encontro da população desprevenida e afirmava-se a determinação de ir tão longe quanto necessário.

Chegavam é muito tarde. Disse-o a Sanches Osório.

— Bolas! É pena só mos entregares agora. Como é que eu vou fazer chegar isto às mãos do Costa Neves? Ou telefono para ele, o que só posso fazer daqui por algum tempo, ou então tenho de descobrir um estafeta que vá ao Rádio Clube às três da manhã.

Sanches Osório anuiu. E acrescentou ao que dissera:

— Ah! Antes que me esqueça. O Vítor pediu-me para te dizer que o RI 1 da Amadora não alinha mesmo na guerra, segundo lhe afirmou o capitão do Movimento lá da unidade.

— Oh! diabo! É o primeiro banho! Os tipos afinal borregam mesmo. Mas não deve haver grande problema. Vamos já ver isso.

Dirigimo-nos ao posto de comando. Já lá encontrei Lopes Pires, sereno e confiante, debitando fumo do cachimbo, seu companheiro inseparável. Trouxera também, cauteloso, um excelente transístor *Philips* que nos permitiria a audição dos sinais rádio e da leitura dos comunicados através do RCP. Experimentámos os telefones. Tudo funcionava em ordem. Garcia dos Santos cirandava, azafamado, num vaivém constante do interior para o exterior, experimentando rádios, verificando antenas. Macedo apresentou-se-me para me mostrar a excelência do *black-out* e garantir que a segurança exterior e a do quartel estavam montadas e em condições. Havia camaradas destacados para rondas constantes.

Extraí da pasta a «carta operacional»: o mapa do estado das estradas do Automóvel Clube de Portugal («exclusivo dos sócios») referente a 1973. Fora aquela que nos permitira traçar os itinerários para as colunas em movimento, era aquela com que eu estava habituado a trabalhar, era aquela que ia continuar a servir. Macedo,

diligente, tinha estampado já, sobre uma prancheta, as quatro folhas da carta topográfica 1/25 000 que cobriam a área de Lisboa e arredores.

Entreguei a Macedo os quatro comunicados já preparados para que os fizesse chegar, via estafeta, às mãos do major Costa Neves. E com a «Ordem de Operações» na mão, verifiquei não haver outra alternativa para o recuo definitivo do RI 1 do que eliminar da lista de objectivos o Forte de Caxias, deixando que a evolução da situação, a ser-nos favorável, viesse a possibilitar a queda dos antros da PIDE sem efusão de sangue, e fraccionar ainda, se fosse possível, a força do BC 5, para a defesa, pelo menos, da residência de Spínola com um efectivo de pelotão, pois tinha notícia de que Costa Gomes estaria ausente de casa.

Pelas vinte e duas e trinta, com o uniforme azul-escuro de botões dourados e o boné branco dos dias de festa, apresentou-se Vítor Crespo. Fardara-se já dentro da unidade. Desconhecendo onde se situava o RE 1, vira-se obrigado a fazer a pergunta a um polícia de giro que se mostrara desconfiado pelo facto de àquela hora da noite um paisano curioso lhe demandar a localização do quartel. Para onde (e o cívico espremia-se num esforço de percepção) já vira entrar pouco antes outros paisanos estranhos à zona.

Esperando penetrar numa sala fortemente banhada de luz, com as paredes chapeadas a corticite e cobertas de cartas militares das mais diversas escalas, devidamente protegidas com mica e «iluminadas» com setas de cartolina, cores azul, vermelho e preto, bandeirinhas e alfinetes, de gráficos de movimento e de composição de forças, de quantitativos de material e de probabilidades, deparava-se-lhe um barracão pré-fabricado, onde um compartimento de cinquenta ou sessenta metros quadrados, sobriamente mobilado com mais mesas do que cadeiras, com as janelas tapadas com cobertores militares, iria servir de «sala de operações» do Movimento das Forças Armadas em luta contra um regime policial e opressivo com quase cinco décadas de existência e de forte organização.

A visível decepção do comandante cresceu mais ainda quando, procurando inteirar-se dos meios existentes, lhe apontei a bateria de telefones civis e militares, os aparelhos rádio no interior e no exterior do edifício e a «carta operacional» destinada a acompanhar o desenrolar da acção.

— O mapa de estradas!? — perguntou, atónito.

— Pois! O senhor comandante não vê que se trata de um movimento de tropas pelas estradas de todo o País em «marcha para o contacto»? Que carta é possível arranjar melhor do que esta, que apresenta, em pouco espaço e com o pormenor que nos interessa, as estradas do País inteiro? Quanto aos objectivos a conquistar na área de Lisboa, vou fazendo o abate na lista à medida que formos recebendo os telefonemas. Não se preocupe que por aqui está tudo montado e sob controlo — tranquilizei-o. — Veja é se consegue que os «fusos» ainda entrem na guerra, porque podem vir a fazer falta. Não tenho ninguém na António Maria Cardoso e tive agora mesmo de largar da mão outro objectivo, o Forte de Caxias.

— Mas são dois objectivos importantíssimos! É preciso arranjar forças para irem para lá.

— É por isso que lhe estou a dizer para ver se ainda consegue convencer os «fusos», pois do Exército tenho tudo hipotecado.

Na última rápida reunião do dia anterior, pelas vinte horas, em casa de Vítor Crespo, e com outros oficiais da Armada, eu obtivera a garantia da neutralidade das forças da Marinha no desenrolar da acção. No entanto, os mais empenhados dos camaradas marinheiros continuavam apegados à esperança de conseguir movimentar os fuzileiros quando chegasse a hora da verdade.

A força mais operacional de que a Armada na ocasião dispunha era constituída por um destacamento de «fusos» a oitenta homens, preparada para embarcar daí a dias para cumprir uma comissão no Ultramar. Comandava-a o primeiro-tenente Vargas de Matos, que, contactado, embora não demonstrando adesão à ideia, não recusara terminantemente, por outro lado, a participação da subunidade. Persistia, portanto, a esperança, até que houve finalmente indicação categórica, na véspera da acção, de que o destacamento não entrava.

Mas a teimosia de Vítor Crespo e a percepção que tinha do desprestígio que recairia sobre a Armada se não viesse a tomar parte no golpe (ainda por cima se este resultasse vitorioso) levavam-no a apresentar-se, sozinho, no posto de comando, para continuar a tentar. O que iria fazer durante toda a noite e no dia seguinte, em permanente ligação telefónica (através de um aparelho da rede militar que eu pusera, a seu pedido, à sua disposição, para utilização exclusiva de emissão e recepção de chamadas) com Almada Contrei-

ras, oficial especializado em transmissões, que desde a noite de 24 de Abril se iria manter em permanência, durante vinte e quatro horas, na cave do edifício do Ministério da Marinha onde funciona o Centro de Comunicações da Armada, que lhe permitia a ligação com todas as unidades e navios do ramo. Isto apesar de, desconhecedor do que se encontrava planeado a nível do Exército e pelo que lhe era dado observar na Marinha, já profundamente descrente do êxito das forças do Movimento, ter, dois dias antes, pedido insistentemente a Vitor Alves, num dos últimos encontros antes do Dia D, que me convencesse a não ir por diante com a empresa, pois previa uma derrota humilhante das nossas forças!

Claro que já nem Vítor Alves podia ser contagiado por esse pessimismo. E foi despreocupadamente que tirou a Almada Contreiras quaisquer veleidades:

— Agora? Oh, filho, tem juízo. O Otelo já distribuiu as missões todas às forças do Exército e a roda é imparável. Agora é só deixar andar. Se der pró torto, azar! Mas já não há nada a fazer.

Apesar disso (ou talvez por isso), Almada Contreiras compareceria no seu posto de combate, lutando juntamente com Vítor Crespo, até onde lhes foi possível, por conseguir a adesão dos «fusos», enquanto se mantinham atentos à eventualidade de actuação de outras forças da Marinha, contrária aos desígnios do Movimento.

14. «ALEA JACTA EST»

O capitão Heitor Figueira apareceu mais tarde, cheio de maus presságios, a comunicar que falhara o seu contacto com o major Gomes da Silva do RC 8 (Castelo Branco) e que não tinha garantia alguma de que o BC 6 (onde lhe parecia que o nosso homem, capitão Freixo, podia ser abafado pelo volumoso major Ferreira Dias) arrancasse para o cumprimento da missão.

— Vês, era o que eu te dizia! Não se chegou a fazer o levantamento psicológico do pessoal em todo o País! Vais ver que ainda vão aparecer mais casos de malta a borregar.

Para o «animar», disse-lhe do RI 1.

— Tás a ver? E ainda hão-de ser mais! — agourava, pessimista.

— É preciso é que não sejam TODOS — ripostei, para lhe levantar o moral.

Aproximavam-se as vinte e duas e cinquenta e cinco. Eu imaginava João Paulo Dinis, na sua cabina de locução, olhando angustiadamente o relógio, limpando o suor do rosto, procurando manter-se calmo para bem cumprir a sua missão. Missão de dez segundos apenas, mas de enorme importância.

Sintonizámos, excitadíssimos, o *Philips* de Lopes Pires. Outros camaradas em serviço no RE 1 (Frazão, Máximo, Reis, Cepeda) juntavam-se a nós. A expectativa era enorme. Subitamente apagou-se a emissão dos Associados de Lisboa.

«Que diabo! O que terá havido! Não me digam que "abafaram" o João Paulo Dinis!?», pensei. E disse em voz alta:

— Isto é qualquer avaria técnica. Oxalá é que passe depressa.

Demos um uhf! de alívio quando a emissão foi retomada. E pontualmente, às vinte e duas e cinquenta e cinco, a voz de João Paulo Dinis fazia-se ouvir, proferindo o primeiro sinal: *Faltam cinco minutos para as vinte e três horas. Convosco, Paulo de Carvalho com o Eurofestival 74: «E depois do Adeus»*. Agulha sobre o acetato, disco rodando e a voz do cançonetista encheu a noite.

— *Alea jacta est* — disse eu, como César ao atravessar o Rubicão.

Nesse preciso momento, o coronel Mário Belo de Carvalho, comandante da Escola Prática de Artilharia[1], em Vendas Novas,

[1] Sem qualidades de comando que o indicassem para o exercício de tal cargo, Belo de Carvalho fora colocado na EPA como comandante devido apenas à amizade pessoal e grau de confiança nele depositado por Viana de Lemos. Havia sido, antes, preterido na promoção a coronel por motivo de punição disciplinar aplicada por Spínola, quando Belo de Carvalho comandava um batalhão na Guiné. Recuperado e promovido pelo subsecretário de Estado do Exército, era declarado adversário do Movimento, até e sobretudo pela ligação deste com Spínola. Foi o responsável pela transferência do capitão Luís Domingues, delegado do Movimento, para o RAL 4 de Leiria, na sequência da tomada de posição solitária do capitão relativamente à transferência súbita dos quatro capitães, em 8 de Março.

encontra-se no seu gabinete. Tem junto de si os capitães Patrício e Mira Monteiro e os tenentes Ruaz e Nave. A reunião é solicitada pelos jovens oficiais, que afirmam necessitar de directivas do comando para a anunciada visita do ministro do Exército à unidade no dia seguinte, 25 de Abril, aproveitando uma digressão pelo Alentejo que o levará até Beja, a fim de empossar no seu cargo um novo comandante do RI 3.

O tenente Sales Grade está no seu quarto acompanhado dos tenentes Andrade da Silva e António Pedro. Acabam de escutar, agarrados ao transístor, a transmissão do sinal feita por João Paulo Dinis seguida da voz de Paulo de Carvalho. As últimas dúvidas são postas de lado. Seguem directamente para o gabinete do comandante. Com o coração a bater forte, inspirando fundo, Andrade da Silva gira a maçaneta da porta e entra de supetão, logo seguido pelos camaradas, empunhando pistolas.

O coronel é colhido de surpresa pela irrupção e pela atitude dos subalternos, em óbvia combinata com os camaradas que se encontram no gabinete. O capitão Mira Monteiro, incomodado, levanta-se e vai até à janela que dá para o exterior, ficando de costas para a cena. Ninguém diz uma palavra. Belo de Carvalho ergue-se e ensaia uma aproximação da sua secretária. Andrade da Silva, à espera de uma atitude por parte dos capitães, rebenta:

— Porra, haja alguém que diga ao nosso comandante que ele está preso!

Logo depois, Sales Grade desloca-se à Secção Técnica, ali ao lado, onde o 2.º-comandante, tenente-coronel João Manuel Pereira do Nascimento, bate um trabalho à máquina. O jovem tenente intima-o, de arma apontada, a passar ao gabinete do comandante. O tenente-coronel tem mau feitio e fica francamente abespinhado.

— Você também está metido nisso? — interpela, crispado.

— É a força das circunstâncias, meu tenente-coronel — desculpa-se Sales Grade.

No gabinete, o capitão Patrício expõe rapidamente o que se passa e justifica a necessidade daquela atitude devido à animosidade do antecedente demonstrada por Belo de Carvalho e Pereira do Nascimento relativamente ao Movimento. Após o que ambos são conduzidos a um quarto que fica vigiado por dois oficiais armados.

Os jovens oficiais ocupam logo de seguida a central rádio e a central telefónica e colocam sob controlo as entradas do quartel. Reunem separadamente os oficiais milicianos, os sargentos e furriéis e os cabos milicianos, encarregando-se da exposição sobre a situação, indicação dos objectivos e finalidade do Movimento, respectivamente os capitães Santos Silva [1] e Mira Monteiro e o tenente Andrade da Silva. Verifica-se a unânime adesão por parte dos oficiais, furriéis e primeiros-cabos milicianos e a negativa formal por parte dos sargentos, que são detidos na totalidade.

Os capitães e subalternos da Escola Prática de Infantaria que se encontram fora da unidade, dirigindo, desde o dia 22, os exercícios finais de campo do curso de comandantes de companhia e do curso de oficiais milicianos, ouvem o sinal transmitido pelos Emissores Associados. Cinco minutos depois recolhem a Mafra, com todo o pessoal e o material, de forma a iniciar os preparativos para o cumprimento da missão cometida à unidade.

Ouvido o sinal, os capitães e subalternos do Quadro Permanente da Escola Prática de Administração Militar dirigem-se imediatamente para a unidade, onde se fardam e se armam, procurando não levantar suspeitas.

Às vinte e três horas do dia 24, o major Cardoso Fontão reúne na sala de oficiais do BC 5 as poucas dezenas de oficiais presentes

[1] O capitão Santos Silva encontrava-se, na ocasião, em diligência na Base Aérea n.º 3, em Tancos, frequentando o curso de observador aéreo. Deixando Tancos, chegou pelas vinte e duas e trinta do dia 24 à EPA, a fim de participar na operação do MFA e cumprir a missão que lhe fora determinada. Sendo o mais antigo dos capitães em serviço na EPA, assumiu o comando da unidade (tal como aconteceu em todas as outras em que os comandantes e oficiais superiores não aderiram), seguindo o preceito hierárquico militar. Obcecado pelo poder bélico da GNR, daria aos oficiais da coluna para o Cristo-Rei a indicação de que, se deparassem com uma força da GNR, invertessem a marcha e recolhessem à unidade. Com o seu vozeirão estrondoso, Andrade da Silva retorquira:

— Tu tás doido ou quê? Pra trás é que ninguém volta. O caminho é sempre prá frente.

Seria ainda este que, a pedido insistente de Santos Silva e já de abalada para o Cristo-Rei, iria com o capitão deter os elementos da GNR local, para ocupar o posto.

na unidade. Alguns, do QP, são militantes do Movimento e estão perfeitamente a par do que se passa. Outros, milicianos, são considerados como potencialmente aderentes à acção que vai ser desenvolvida. Desconhece-se qual vai ser a reacção dos restantes. Fontão comunica o que está a acontecer e os objectivos do MFA. Fornece todas as informações que possam ter interesse e as que lhe são solicitadas. Convida finalmente os presentes a manifestarem o seu apoio ou o seu repúdio pela acção. Aderindo todos, sem hesitação, são mandados armar e equipar.

O pessoal do «10.º Grupo de Comandos», reunido em ansiosa expectativa na Rua Castilho, junto ao Parque Eduardo VII, escuta o sinal radiodifundido por João Paulo Dinis. A euforia domina-os. Já todos estão armados e municiados com o arsenal de pistolas que Santos Coelho, «o Amarela», recebeu uma hora antes no RE 1 das mãos de Luís Macedo. Desde as vinte e uma horas que se grudaram à zona onde se situam os estúdios do Rádio Clube Português, o seu objectivo. O tempo irá escoar-se, para eles, com enorme lentidão, até que possam, cumprindo o determinado na «Ordem de Operações», tomar de assalto o RCP para o transformar no posto emissor do posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Estão firmemente decididos. Têm tudo planeado e exercitado. Sabem como a sua missão é de enorme responsabilidade e que deles dependerá, em boa parte, o êxito da operação. Não poderão falhar.

É quase meia-noite quando cinco deles vão até ao *snack-bar* Pisca-Pisca, quase ali ao lado, beber um café para descontrair. Aproximam-se do balcão procurando passar por fregueses noctívagos. As cadeiras já estão sobre as mesas, voltadas de pernas para o ar. Os empregados preparam a saída.

— Então já vão fechar? — pergunta um dos improvisados comandos.

— Sim senhor — responde um empregado. — É preciso descansar, pois temos de abrir a porta logo às oito horas da manhã.

— O quê? Então vocês vão trabalhar logo de manhã?

— Claro. Amanhã, ca gente saiba, não é feriado.

— Não é mas há-de ser! — garante um dos do grupo.

E os inusitados fregueses (todos com calças, meias e sapatos iguais!) tomam a sua «bica» e abandonam, seguros e confiantes, o *snack* Pisca-Pisca.

O capitão Costa Martins está ao volante do seu carro, estacionado junto à Igreja de Fátima. Sintonizou o receptor nos Emissores Associados de Lisboa. São vinte e duas e quarenta e cinco do dia 24. Ele desenvolveu até esse momento uma vasta e perigosa actividade de contacto e aliciamento, misturando por vezes a audácia com a irreflexão. Mas sabe que tudo o que até ali aconteceu nada é comparado com aquilo que o espera pela madrugada fora. A sua coragem, sangue-frio e espírito de decisão irão ser postos duramente à prova.

Por agora, aguarda apenas os cinco minutos para as onze e as vozes de João Paulo Dinis, a recordá-lo, e de Paulo de Carvalho com a sua canção. Passados cinco minutos sofre um baque. Há um corte súbito na emissão! Mas logo depois ela é retomada. E, finalmente, surge a senha!

Gira a chave da ignição, engata a primeira e põe o carro em andamento, dirigindo-o para o Aérodromo Base n.º 1, na Portela de Sacavém, onde tem uma pequena missão a cumprir.

Em todas as unidades do País que se preparam para intervir na acção, os camaradas do Movimento que conseguem escutar os Emissores Associados sentem o sangue correr-lhes mais velozmente nas veias. É em estado de tensão e expectativa que aguardam agora o segundo sinal, que confirmará a irreversibilidade da acção e o empenhamento do MFA no derrube do Regime, constituindo a ordem decisiva para o arranque. Quando ele soar, centenas de oficiais — subalternos, capitães, majores, tenentes-coronéis, coronéis, generais — saberão que para além do esforço de recuperação da honra e do prestígio de há muito perdidos pelas Forças Armadas portuguesas perante o Povo a que pertencem, se estarão prestes a jogar a restituição da dignidade a esse mesmo Povo e o futuro do País.

15. «O POVO É QUEM MAIS ORDENA»

Parece desmesurada, a todos, a lentidão com que o ponteiro dos minutos se desloca no mostrador do relógio para atingir o número doze. E às vinte e quatro horas, de norte a sul do País, dedos ágeis e nervosos sintonizam, em centenas de aparelhos rádio, o início do programa «Limite», radiodifundido através dos emissores de Rádio Renascença, em locução de Paulo Coelho e Leite de Vasconcelos.

E é a voz deste último que ouvimos, cerca da meia-noite e vinte, recitando com calor a primeira quadra do poema de *Grândola, Vila Morena*, logo seguida do bater cadenciado dos passos na estrada e da voz inconfundível de Zeca Afonso entoando a canção:

Grândola, vila morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti ó cidade

É grande a emoção no posto de comando. Até Lopes Pires, sempre imperturbável, se deixa contagiar pela explosão de alegria que a confirmação nos outros produz. A partir daí, vamos sofrer a longa espera que vai decorrer até à Hora H, à conquista dos objectivos, à comunicação dos resultados e à transmissão dos primeiros comunicados, que Luís Macedo já fez entretanto chegar às mãos de Costa Neves por intermédio de Santos Coelho.

Quando a voz de Zeca Afonso se extingue no receptor, um grupo de capitães e subalternos armados entra na sala de oficiais da EPAM, no Lumiar, e dá voz de prisão ao oficial de dia, alferes miliciano Pinto Bessa, e ao oficial de prevenção, aspirante miliciano Leão. O capitão Gaspar assume provisoriamente as funções de oficial de serviço. Controlam, logo depois, a central rádio e os paióis. E através do telefone, informam, em linguagem codificada, catorze aspirantes milicianos estagiários que se encontram no exterior de que tudo corre bem e podem entrar no quartel.

Nesse momento, no CIM de Santa Margarida, os quatro subalternos milicianos da Ccaç 4241/73, dirigem-se para a arrecadação de material de guerra e começam a encher carregadores.

Na EPI e na EPA não se espera pelo segundo sinal. Naquelas unidades, a preparação final do golpe, já em marcha desde as vinte e três horas, tinha continuado. Pelas vinte e quatro horas é feita em Vendas Novas uma formatura geral de graduados e são distribuídas funções já estudadas. O capitão Santos Silva assume o comando e a responsabilidade da defesa do quartel, acolitado pelos tenentes Ruaz, Sales Grade e Sousa Brandão. Uma bateria de artilharia de material 8,8 centímetros, a seis bocas de fogo, comandada pelo capitão Patrício e integrando o delegado do Movimento na EPA e membro da CCE tenente Ferreira de Sousa, e uma companhia de artilharia motorizada, a quatro pelotões, sob o comando de Mira Monteiro, seguirão para Almada, a fim de se instalarem em posição no alto da colina onde se encontra o monumento a Cristo-Rei e cumprirem a missão cometida em «Ordem de Operações». Uma outra bateria de material 10,5 centímetros a quatro bocas de fogo, comandada pelo capitão Duarte Mendes, encarregar-se-á de manter a segurança próxima da unidade, instalando-se a cavaleiro das estradas para Montemor-o-Novo e para Lavre e interditando a aproximação por estes eixos.

À mesma hora, na EPI, os capitães Rui Rodrigues, Aguda e Albuquerque saem dos seus quartos para ordenar a formatura da companhia de intervenção, a três bigrupos de cinquenta homens. Outros oficiais irão contactar com os restantes camaradas presentes na unidade e que desconhecem o que se está a passar.

O oficial de serviço telefona ao coronel Jasmins de Freitas e informa-o de que deve deslocar-se imediatamente à Escola, a fim de atender uma chamada telefónica urgente do Quartel-General. É um bom pretexto para o obrigar a sair de casa e se lhes juntar na unidade. Os homens do MFA desejam que aceite assumir o comando da EPI.

O capitão Silvério põe em execução o planeamento de defesa do quartel, seguindo o que se encontra estabelecido para os casos de entrada em «prevenção rigorosa». Quando Jasmins de Freitas, passados cinco minutos, chega ao quartel, é Silvério quem o conduz a um compartimento onde os majores Aurélio Trindade (que dirige superiormente toda a actividade dos oficiais do Movimento) e Cerqueira Rocha põem o coronel a par da situação e lhe manifestam o desejo de que aceite a responsabilidade do comando da unidade.

Passam vinte minutos sobre o sinal rádio de confirmação quando o major Costa Ferreira e os capitães Garcia Correia, Bernardo e Aguiar solicitam ao tenente-coronel Sanches, 2.º-comandante da EPC em Santarém, uma rápida reunião. Expõem-lhe o que está a acontecer e procuram obter a sua adesão. Não a conseguem. E o tenente-coronel opor-se-á teimosamente à acção do Movimento, mesmo quando todos os oficiais irrompem no gabinete para lhe dizer que o apoio é total por parte dos militares em serviço na Escola Prática.

Sob o pretexto do pedido do número de telefone ou do endereço de um tenente-coronel seu amigo, o capitão Costa Martins, para encher o tempo, contacta e fica a conhecer o oficial de serviço ao AB 1. Despede-se deste e, ouvindo o sinal de confirmação na Rádio Renascença, dirige-se ao aeroporto, para «cheirar» o ambiente no «local do crime». Senta-se num banco da sala de espera e observa. Tudo está calmo. Retira-se para ir dar mais uma volta pela cidade, refreando a impaciência.

O major Hugo dos Santos consegue sair de Tomar sem levantar suspeitas. Chegando a Lisboa, contacta com Adérito Figueira e Vasco Durão na Academia Militar e inteira-se da missão: constituir grupo de comandos com vista à neutralização, logo depois da Hora H, do tenente-coronel Ferrand d'Almeida, 2.º-comandante do RC 7. Recebe para tal fim as indicações necessárias que os camaradas lhe fornecem.

Os tenentes Cadete e Aparício, procedentes de Santarém, e o tenente-coronel Correia de Campos apresentam-se no PC, onde ficarão a aguardar que o êxito das operações de comandos determine

a possibilidade da sua deslocação para o RC 7, a fim de controlar e pôr a unidade ao serviço do MFA.

No Campo de Tiro da Serra da Carregueira, os capitães Oliveira Pimentel e Frederico Morais iniciam a preparação dos homens que conseguem reunir para levar a bom termo a sua missão. São poucos. De graduados, além deles, contam apenas com um tenente miliciano, Silva Pinheiro, e quatro aspirantes milicianos, Simões, Moreira, Trindade e Serrinha. Dos nove milicianos em serviço na unidade que lhes mereceram maior confiança, só estes cinco aderem à acção e se dispõem a assumir o risco. Praças, apenas quarenta, constituindo um grupo heterogéneo de diversas funções e especialidades.

Cabe-lhes a missão de conquistar e defender a todo o custo os estúdios da Emissora Nacional, na Rua do Quelhas. Sabem que, sendo um edifício do Estado, há lá polícia em permanência. Além disso, há uma esquadra muito perto. O imóvel é grande e apresenta dificuldades para a defesa imediata, quanto mais próxima. Foi Morais quem fez o reconhecimento. Considerando a missão bicuda e o pessoal disponível insuficiente para a cumprir, tinham chegado a propor a desistência, para mais tarde se arrependerem e afirmarem que a levarão até ao fim. Ao preparar o pessoal, mantêm-se apreensivos. Não contactaram um único sargento, por uma questão de segurança. Têm a seu favor o efeito da surpresa, o espírito de decisão e a capacidade de comando, deles e dos outros cinco graduados, e a possibilidade de um bom comportamento por parte das praças.

Se a coisa vier a dar para o torto, esperam, pelo menos, a compreensão e a amizade do comandante, coronel Jaime Banazol [1], que sempre esteve com eles, os defendeu e apoiou. Ele desconhece, no entanto, o empenhamento do CTSC na operação e o próximo desencadeamento desta. Por uma questão de ética militar, os capitães consideraram incorrecto serem eles a aliciar o comandante para o golpe. E decidem também não o comprometer na acção.

[1] Faleceu, como general e exercendo funções de director do Colégio Militar, em 13 de Outubro de 1977, devido a acidente cardiovascular.

À uma hora da madrugada de 25, o major Fontão ordena ao alferes Frazão que controle e mantenha pessoal de guarda à central telefónica do BC 5. Manda fechar portões e neutralizar a central rádio, controlar os telefones directos nos gabinetes do comando e substituir o oficial de serviço.

À mesma hora, em Santa Margarida, o tenente Luís Pessoa manda acordar os cabos milicianos, reúne-os e explica-lhes a situação, conseguindo a sua adesão imediata.

Pela uma e trinta, Salgueiro Maia manda acordar todo o pessoal presente na EPC e formar na parada, a fim de que os comandantes de esquadrão (capitão Tavares de Almeida e tenente Santos Silva) ponham o pessoal ao corrente da situação e da finalidade e objectivos do Movimento.

A adesão do pessoal é entusiástica e incondicional. A dura prova a que foram sujeitos quarenta dias antes, quando obrigados a participar no cerco aos camaradas sitiados no RI 5 das Caldas da Rainha, está ainda por desagravar. É aquele o momento. Todos exigem a sua integração na coluna que se vai formar para seguir para Lisboa. Há problemas de selecção. Dos quinhentos militares em serviço na EPC, só poderão participar duzentos e quarenta na marcha até ao Terreiro do Paço. Cento e sessenta atiradores e um esquadrão de reconhecimento a dez viaturas blindadas. Vêem-se obrigados a mandar de férias, por motivo de problemas logísticos, seiscentos instruendos do segundo ciclo do COM. E, à guisa de compensação, formam os pelotões de atiradores na base de um subalterno, três furriéis, quatro instruendos COM, oito instruendos do CSM e quatro praças. Assim, há representações participantes de todos os grupos. Salgueiro Maia comandará a força, tendo o tenente Assunção como seu adjunto. A EPC fica comandada pelo major Rui da Costa Ferreira.

O major Cardoso Fontão convoca também, à mesma hora, todos os sargentos presentes no BC 5. Informa-os, tal como já antes fizera aos oficiais. Há alguns que não aderem e são detidos. Ordena a vigilância das proximidades do quartel.

É uma e trinta de 25 quando os tenentes Ponces de Carvalho, Freire Nogueira e Custódio Pereira, o alferes miliciano Duarte e o aspirante Almeida vêem a entrada na sua unidade, o CIAAC, em Cascais, proibida pelo adjunto da Direcção de Instrução, major João Pedro Pereira Rodrigues. Acompanha-os ainda o capitão Carlos Albino Santos Coelho [1], de Administração Militar, que se prepara para, controlada a unidade, assumir o seu comando provisório.

O pesado portão do CIAAC não se abre, perante o desespero dos jovens oficiais. Pereira Rodrigues recusa totalmente qualquer hipótese de diálogo e conserva-se armado na casa de guarda. Ele entrara inopinadamente na unidade pelas vinte e uma horas de 24 acompanhado do comandante, coronel Aristides Pinheiro, e ambos haviam passado uma rápida inspecção à arrecadação de material de transmissões, saindo meia-hora depois.

A informação que fora dada ao comando, pelos vistos, não se confirmara. No entanto, por precaução, o comandante ordena ao major que regresse à unidade e lá pernoite, por uma questão de segurança, não vá acontecer alguma...

Falta um quarto de hora para a uma quando Pereira Rodrigues regressa ao CIAAC. Obedecendo a ordens precisas, controla a central telefónica e os oficiais de serviço, manda formar o piquete, chama ao seu gabinete os dois tenentes do Movimento (Quinhones de Magalhães e Cabrita, que exercem vigilância sobre o oficial de serviço, um aspirante miliciano não aderente) que se encontram na unidade e que passam ao seu controle, mandando-os recolher aos quartos.

Desanimados, os jovens oficiais, no exterior das muralhas, não sabem que fazer. Tudo se encontra planeado há vários dias, as funções distribuídas, o material preparado para a saída do quartel e o cumprimento da missão. Só falta ligar os motores das viaturas! E acontece-lhes aquele percalço! O raio do major, desconfiado de qualquer coisa, não vai permitir que cumpram a missão!

Não encontrando solução para o problema, vão para casa de Freire Nogueira e telefonam ao PC e ao CAL 1, comunicando o seu desaire e pedindo nova missão.

[1] Faleceu num acidente de viação posteriormente ao 25 de Abril na estrada entre Grândola e Alcácer do Sal, quando, ao volante do seu automóvel, se despistou para não atropelar um cão.

Sozinhos, entregues a si próprios, não terão possibilidades de preencher lacunas que outros já abriram. E o sistema de estafetas está todo montado. Do PC, digo-lhes que aguardem indicações sem tomar qualquer atitude. Já não poderão cumprir a missão oficial e qualquer insistência levantará suspeitas nefastas. O aeródromo de Tires ficará, portanto, desguarnecido no início da acção.

É à uma e trinta a última abertura do portão da EPAM para aqueles que tiveram «dispensa de recolher». O capitão Teófilo Bento manda acordar, logo depois, todos os oficiais e sargentos que ali pernoitam e explica a situação aos presentes. Os que não aderem ao Movimento recolhem à biblioteca debaixo de prisão. Os soldados são armados. No exterior, não há sinais de alteração. Tudo está tranquilo.

Os cinco capitães do QP em serviço no RI 14 de Viseu entram no quartel à uma e trinta da madrugada. Convocam imediatamente os oficiais subalternos a fim de esclarecer a situação. Nomeiam oficiais para controlo da central telefónica e dos postos de rádio da ordem pública e do Serviço de Telecomunicações Militares (STM). Mandam reforçar a vigilância periférica do quartel, montar guarda às viaturas e exercer vigilância sobre os coronéis Ferreira da Silva e Gama, respectivamente presidente e vogal do Tribunal Militar Territorial, que pernoitam no regimento.

Falta hora e meia para a Hora H e o RC 3 de Estremoz encontra-se em dificuldades. Os capitães Andrade Moura e Alberto Ferreira consideram problemática a saída da unidade para cumprir a missão que lhe fora cometida: marchar sobre Lisboa com uma coluna de autometralhadoras e estacionar na zona da portagem da Ponte Salazar, ficando a constituir reserva à ordem do PC.

São vários os factores que, acumulando-se, fazem com que os capitães ponham sérias dúvidas quanto à possibilidade de êxito. O fracasso da intentona das Caldas quebrara por completo o entusiasmo pelo Movimento por parte do comandante, coronel Caldas

Duarte; poucos dias atrás fora colocado no regimento o recém-promovido tenente-coronel Nelson Valente[1], que sendo major e 2.º-comandante do CIOE de Lamego por ocasião do levante das Caldas, se revelara como elemento altamente reaccionário e possuidor de deploráveis defeitos humanos; a unidade enchera-se, de repente, com mais seis companhias para instrução de especialidades, sendo duvidosa a adesão dos seus comandantes, tenentes milicianos, ao Movimento; o general Pinto Bessa, director da Arma de Cavalaria, chegara ao regimento em 23 e ali se mantivera por todo esse dia e o dia seguinte, sabendo-se que em 24 ainda pernoitaria em Estremoz, desconhecendo-se se no quartel se em casa do comandante da unidade; é recebida uma ordem directa do subsecretário de Estado, Viana de Lemos, para que Nelson Valente pernoite no quartel. E a juntar a tudo isto, a coincidência de o oficial de serviço e o sargento da guarda serem conhecidos como elementos profundamente reaccionários.

Os dois capitães ponderam sobre as dificuldades muito grandes que têm pela frente. Sabem que são alvo de forte vigilância. Entre os graduados, contam apenas com o apoio dos aspirantes Coelho Machado e Matos de Sousa, do primeiro-sargento Silva Brás, dos furriéis milicianos Correia, Maçoas e Barata, de três cabos milicianos e dos majores Fernandes Tomás e Machado Faria. Têm consciência da forte desmobilização que o general, nos seus dois dias de permanência na unidade, conseguiu levar a cabo sobre o pessoal através das suas palestras. Concluindo que o regimento só poderá cumprir a sua missão se conseguirem conquistar a adesão do comandante, decidem não tomar qualquer atitude que quebre prematuramente o efeito de surpresa, o que implica desde logo a impossibilidade de saída do esquadrão à Hora H.

São duas horas da manhã quando, juntamente com Machado Faria, os dois capitães conseguem abordar Caldas Duarte e expor-lhe a situação, pedindo a sua adesão. O coronel mostra-se indeciso e pede tempo para reflectir.

A essa mesma hora, Luís Pessoa e os seus graduados acordam e fazem levantar as praças. No meio do silêncio do pessoal, explica-

[1] Faleceu, por doença, poucos meses depois do 25 de Abril.

-lhes a situação e recebe a sua adesão. Quarenta e cinco minutos depois abandonam a caserna e sobem para as viaturas que o tenente Amado tinha distribuídas à sua companhia em IAO e pusera nessa tarde à disposição das Ccaç 4241/73 e 4246/73.

Em Viseu, o capitão Gertrudes da Silva convoca às duas horas, para uma reunião de esclarecimento, os furriéis e cabos milicianos do RI 14, enquanto os seus camaradas iniciam a preparação da companhia que vai seguir para a Figueira da Foz, onde se juntará a outras unidades em acção (RI 10, CICA 2, RAP 3). Ramalho trata dos abastecimentos e da sinalização das viaturas. Costeira organiza a coluna, Amaral e Augusto distribuem o armamento e as munições para o pessoal que vai sair e para o que fica a defender o quartel.

A essa hora, a companhia de intervenção a três bigrupos comandada pelo capitão Rui Rodrigues abandona a EPI, em Mafra, para seguir pelo itinerário já reconhecido — Malveira, Loures, Frielas, Camarate — até ao Aeroporto da Portela, que tem por missão ocupar e defender.

No BC 5, o major Cardoso Fontão ordena que levantem o pessoal das camas, sem luzes e sem barulho, manda distribuir armas, munições e aparelhos rádio e formar as companhias, de forma discreta, evitando chamar a atenção dos guardas republicanos que estão de serviço na Cadeia Penitenciária, paredes meias com o quartel.

Pouco passa das duas da manhã, no CTSC, quando duas viaturas pesadas e um jipe, transportando um total de quarenta e sete homens, abandonam a unidade para se dirigirem à conquista do objectivo, a Emissora Nacional, na Rua do Quelhas, em Lisboa.

Desde a uma da manhã que os capitães Ferreira da Cal, Moço e Martelo e o tenente Marques Garcia se encontram no exterior do RAP 3, na Figueira da Foz, aguardando que se processe a tomada do quartel por Diniz de Almeida e Fausto Almeida Pereira. Acham que tudo está demasiadamente calmo e fazem rondas constantes diante do quartel, nervosos com o sossego. O capitão Coutinho

seguira directamente para Aveiro, a fim de coadjuvar o capitão Pizarro, e deviam estar a pôr a coluna em marcha. Pelas duas e trinta, estranhando aquela presença suspeita, o pessoal da guarda telefona para a messe a dar conta do ocorrido. Alertados, Diniz e Fausto levantam-se e põem imediatamente em execução o plano de controlo da unidade.

Armado com uma pistola *Mauser*, um revólver, um punhal e uma *G3* (!) Diniz de Almeida neutraliza os subalternos milicianos em serviço, desarmando-os de forma amigável, pois sabe que não se lhe oporão. Almeida Pereira abre o portão da unidade aos camaradas da ECS.

16. PRIMEIROS OBJECTIVOS: «MÓNACO, MÉXICO, TOQUIO». A INFORMAÇÃO AUDIOVISUAL É NOSSA

Às duas e cinquenta, com o pessoal municiado e armado de espingarda automática *G3*, metralhadoras *Bren* e lança-granadas foguete, a coluna da EPAM, num total de cerca de cem homens, montados em duas viaturas ligeiras e três pesadas, sai os portões do quartel e segue pela Alameda das Linhas de Torres em direcção à RTP, que toma de assalto às três da manhã, após desarmar três guardas da PSP ali em serviço, ocupando as instalações e montando rapidamente o dispositivo de segurança planeado.

Poucos minutos passam das três horas quando toca o telefone no posto de comando da Pontinha. Atendo e ouço a voz de Teófilo Bento:

— Daqui, é maior de LIMA CINCO. Acabamos de ocupar MÓNACO sem incidentes.

«Boas férias. E vejam lá não percam na roleta...», é o que me apetece dizer.

Não o faço. Mando-lhe um abraço de parabéns e comunico aos camaradas, no posto de comando, que temos na mão a RTP.

Às três horas, no CIOE em Lamego, o comandante, tenente-coronel Sacramento Marques, dá ordem de saída a uma companhia de comandos em instrução final na unidade. Decorridas cinco horas de percurso por estrada, a companhia entrará na cidade do Porto sob o comando do capitão Delgado da Fonseca para, no Campo 24 de Agosto, receber instruções. A missão com que haviam partido de Lamego era a de conquistar e ocupar a delegação local da PIDE/DGS. Alterando a missão, acabarão por ir reforçar o pessoal do CICA 1, em defesa desta unidade, que constitui PC de alternativa. Comandando uma força do CICA 1, o tenente-coronel Carlos Azeredo, coadjuvado pelos majores Corvacho e Albuquerque, capitão Boaventura Ferreira, alferes miliciano Barbosa e outros, penetra às três da manhã no Quartel-General da Região Militar do Porto, ocupa-o e transforma-o no posto de comando das forças do Movimento em operações no Norte do País.

Azeredo, de imediato, dirige-se, lépido, à residência do general comandante da Região a fim de efectuar a sua detenção. Sobe as escadas, dá grandes palmadas na porta. Ninguém abre. Silêncio absoluto. Força o fecho, empurra a porta, encosta o ombro. Não cede. Desiste, partindo do princípio de que o general ainda não regressara de Lisboa, aonde fora chamado para uma reunião.

Telefona, mais tarde, para a residência e é atendido pela esposa de Martins Soares, que lhe asssevera que o marido se encontra ausente.

No entanto, dentro de casa, o general procura organizar a reacção contra o Movimento, fazendo da residência o seu PC de alternativa.

Há portas de entrada, às vezes, que abrem para fora. Aquela era uma delas. Na sua excitação, Carlos Azeredo nem se lembrara de puxar o fecho da porta para si em vez de apenas o *empurrar*...

São três horas quando as duas companhias operacionais do BC 5 cruzam, a pé, o portão da Rua Marquês de Fronteira. A primeira, comandada pelo capitão Bicho Beatriz, dirige-se, descendo a rua, para o Quartel-General da Região Militar de Lisboa, seu objectivo, que vai cercar e ocupar. A segunda, comandada pelo tenente Mascarenhas, desce a Rua Castilho para se deslocar à

Rua Sampaio Pina e cumprir a sua missão de cerco e defesa da zona do RCP.

No quartel, o capitão Camilo, com efectivos da Formação e da Companhia de Instrução, manda reforçar a segurança já montada e ordena a preparação e saída dos três destacamentos de segurança próxima da unidade. Os aparelhos rádio são colocados em escuta. Viaturas são concentradas na parada para eventual apoio da acção.

O major Campos Moura, engenheiro electrotécnico, e o capitão IC Correia Pombinho[1], ambos da Força Aérea, pertencem ao «10.º Grupo de Comandos». Do interior do carro, escondido atrás dos arbustos fronteiros à Penitenciária, vigiam atentamente o portão do BC 5. Uniformizados, capacete de aço na cabeça, armas na mão, os militares saem, cadenciadamente, pela porta do quartel. A emoção domina os dois oficiais. Finalmente! É a Hora H! Não conseguem fazer uso do pequeno emissor-receptor de que dispõem. Preferem adiantar-se à companhia e irem, alvoroçados, avisar os restantes elementos do seu grupo, que aguardam, com os nervos à flor da pele, o momento da entrada em acção.

Distribuídos por três viaturas sobre o passeio da Rua Castilho e de frente para a Rua Sampaio Pina, estes têm uma visão ampla de toda a rua e da entrada do RCP. Quando a força militar chega à confluência das duas ruas, e os homens começam a distribuir-se no terreno a fim de isolar e proteger a área, o capitão Mendonça de Carvalho destaca-se do «grupo de comandos» e, estabelecendo o contacto com Cardoso Fontão, profere a senha:

— Coragem!

— Pela vitória — responde o major.

O capitão junta-se aos camaradas da equipa. Tocam à campainha do 26. O porteiro Alcino Leal ergue os olhos do jornal que lê, levanta-se da sua secretária e abre a porta. Vê oito oficiais entrarem de roldão no átrio do Rádio Clube. Quase todos empunham uma enorme pistola *Walther*[1]. São três horas e doze minutos da manhã.

---

[1] IC — Intendência e Contabilidade.

[1] O único desarmado é Campos Moura, que deixou a pistola dentro do carro e a porta deste trancada por dentro, sendo por isso o último a entrar. A arma, felizmente, não lhe iria fazer falta.

No exterior, o capitão Costa Martins assiste à ocupação do edifício pelo «grupo de comandos» e à disposição das forças do BC 5 para a interdição e defesa da área. Segue dali directamente para o AB 1, contacta de novo com o oficial de serviço, diz-lhe o que se está a passar e informa-o, bem como ao pessoal da guarda, de que «o Aeroporto e o AB 1 já estão cercado por tropas». Eles mordem a isca, mas Costa Martins ficará quase uma hora à espera da coluna da EPI, que tarda em chegar.

Toca o telefone civil no posto de comando.

— Fala ÓSCAR — atendo.

— Aqui Grupo Dez. Informo MÉXICO conquistado sem incidentes — diz Santos Coelho do outro lado do fio.

— *Okay*. Mantenham emissão normal. Preparem leitura primeiro comunicado hora prevista.

Coloquei o telefone no descanso.

— Já temos emissor — disse aos camaradas. — O Rádio Clube é nosso.

São três horas e vinte minutos da manhã.

Pelas duas horas e quarenta, quatro viaturas pesadas saem a porta de Armas da Escola Prática de Engenharia, em Tancos, para se dirigirem à ponte da Golegã-Chamusca, onde aguardarão a coluna das Ccaç 4241/73 e 4246/73 procedentes de Santa Margarida. Transportam as munições que puderam recolher no paiol da unidade e que devem fornecer àquelas duas subunidades. A maior parte das praças, pertencentes à companhia de recrutas aquartelada no Casal do Pote, tem apenas dez dias de instrução. Sobra-lhes em entusiasmo o que lhes falta em experiência! Chegam sem incidentes ao local do encontro, após rápida viagem. E terão de esperar um bom bocado pelas duas companhias do Campo de Instrução Militar.

Já passa das três horas da manhã quando a coluna de viaturas comandada por Luís Pessoa se põe em marcha. Os condutores são inexperientes, pelo que algumas das viaturas não conseguem arrancar e outras, a maioria, faz o percurso sem luzes. Acode-lhes, na situação, o capitão Rosário, do Batalhão de Engenharia 3 aquartelado no CIM, que se desloca com a sua viatura civil, de máximos acesos, no meio da coluna. Ainda dentro do Campo, não conseguem obter rações de combate. E vêem-se obrigados a apontar uma pistola à praça encarregada do depósito de géneros para a convencer, com esse argumento forte, a largar mão dos sacos de pão que ali guarda. Por questões de segurança, decidem não abandonar o Campo pela porta de armas, mas antes por uma picada de areia que, após cinco quilómetros de trajecto por entre pinhais, vai desembocar perto do Arrepiado.

Na ponte, chegam finalmente ao contacto com a coluna da EPE. Faz-se o transbordo das munições. E logo reorganizam a coluna, seguindo as três forças juntas até ao Porto Alto, onde se separarão, para o cumprimento das suas missões: a Ccaç 4241/73 marcha para o centro emissor do RCP, ali mesmo em Porto Alto, que ocupa e defende, a Ccaç 4246/73 dominará a Ponte Marechal Carmona, em Vila Franca de Xira, e a EPE seguirá até Lisboa, onde ocupará posições de defesa na Casa da Moeda.

Uma viatura civil transportando uma equipa de exploração à paisana (aspirante Martins, dono do carro, e tenente Nave) e dezasseis viaturas militares formam a coluna da EPA que às três horas da manhã inicia o movimento com o pessoal armado, equipado e municiado, dirigindo-se ao alto do Cristo-Rei, em Almada.

Poucos minutos passam daquela hora quando as viaturas do CTSC chegam à Emissora Nacional. Apanhados de surpresa, os dois guardas da PSP que ali se encontram em serviço não opõem qualquer resistência à força comandada por Oliveira Pimentel e são desarmados. O capitão Frederico Morais, exultante, liga o telefone para o PC.

— Aqui ÓSCAR — atendo.

— Daqui, maior de LIMA DEZOITO. Informo ocupámos TÓQUIO sem qualquer incidente — diz o capitão, ofegante.

— *Okay!* Parabéns e um abraço.

Do outro lado do fio ele hesita. Não pousa o telefone. E não resiste, ansioso, a perguntar:

— Alô, ÓSCAR. Peço informe se estamos sós ou se já houve outras ocupações.

— Afirmativo quanto à segunda parte da pergunta. Não estão isolados. MÓNACO e MÉXICO já caíram nas nossas mãos.

Morais quebra, com alegria, a seca linguagem regulamentar das transmissões militares:

— Eh! pá! Palavra de honra? Isso é porreiro, pá!

— *Okay!* Aguentem firme. Está tudo a correr bem.

Desligo. Temos mais um objectivo na mão. São três horas e quinze minutos da madrugada de 25 de Abril.

17. «A SITUAÇÃO ESTÁ SEM ALTERAÇÃO E SOB CONTROLO»

A essa hora já tão adiantada, o ministro do Exército, general Andrade e Silva, trabalha ainda no seu gabinete, apesar de nessa mesma manhã ter projectada uma longa viagem pelo Alentejo, que o levará a passar por Vendas Novas, Évora e Beja. Tem de manter debaixo de olho, sobretudo, o RI 3, aquartelado na capital do Baixo Alentejo. Mesmo tendo ordenado a mobilização rápida para Cabinda do coronel Romão Loureiro, seu comandante, e mandado ali colocar, em substituição, um coronel da sua confiança, o velho general não está sossegado. A amizade e admiração que Romão Loureiro nutre por Spínola pode deixar raízes fortes no RI 3. Aproveitará a sua presença em Beja para assistir à transmissão do comando entre os dois coronéis, falar ao pessoal e, sobretudo, inspeccionar a Companhia de Ordem Pública, cujo comandante, capitão Rafael dos Santos, fora também dois dias antes, pelo sim pelo não, transferido para Lamego.

O Dr. Joaquim Silva Cunha, ministro da Defesa, está também desassossegado. Um «espírito santo de orelha» provoca-lhe alguma inquietação. Nada como um telefonema imediato para o «excelente» Andrade e Silva, conceituado general da nossa praça, em quem Silva Cunha venera o «heróico cabo de guerra» que havia sufocado num ápice, quarenta dias antes, a tenebrosa sedição das Caldas.

São três horas e dezasseis minutos. Toca o telefone directo no posto de comando. Lopes Pires levanta o auscultador. Sanches Osório, que se encarrega de registar todas as chamadas recebidas, prepara-se para escrever. Um largo sorriso que se transforma em gargalhada transfigura Lopes Pires.

— O que é que há? Já ganhámos a guerra? O Marcelo capitulou? O Américo deu o cavanço? — perguntamos-nos, perante a alegria do tenente-coronel.

A conversa que acaba de se travar entre Silva Cunha e Andrade e Silva, que os nossos homens na EPTm interceptam e transmitem para o posto de comando, não pode deixar de nos provocar também fortes gargalhadas:

— Está, senhor general? Daqui ministro da Defesa. Então ainda a trabalhar a uma hora destas?

— Como está, senhor ministro? É verdade. É que tenho de me deslocar ao Alentejo e não estarei cá todo o dia, pelo que estou aqui a ver se arrumo os papéis todos.

— Alguma coisa no Alentejo?

— Não senhor, nada de importante. Mas interessa-me sobretudo ir até Beja, onde vou assistir a uma transmissão de comando e inspeccionar a Companhia de Ordem Pública. O comandante que lá está é muito amigo do homem do monóculo, a quem telefona muitas vezes. Por isso mandei mobilizá-lo para o Ultramar e coloquei lá outro de confiança, que hoje toma posse do cargo.

— Óptimo. E como é que está a situação? Corre tudo bem?

— A situação está sem alteração e perfeitamente sob controlo. Peço-lhe que não se preocupe, pois está tudo sossegado e não há qualquer problema em qualquer ponto do País. Se houvesse alguma coisa, era evidente que eu não ia hoje ao Alentejo, não acha?

— Claro, claro, só perguntei para ir para casa dormir descansado. Então não o maço mais. Boa viagem pelo Alentejo.

Eram três horas e dezasseis. Tínhamos na mão três objectivos fundamentais para a informação pública e o QG/RMP, raras eram as unidades do Exército que em todo o território não rolavam na estrada ou estavam prestes a fazê-lo, havia vários quartéis onde os comandantes se encontravam detidos ou tinham a sua acção neutralizada, e os mais altos responsáveis militares do velho Regime preparavam-se para dormir, tranquilos, as horas a que se sentiam com

direito! Tudo em paz no reino de Marcelo! O Movimento das Forças Armadas desdobrava, espectacularmente, o seu plano de operações! A surpresa era total! E, no posto de comando, a nossa euforia também.

18. «INSCREVE: AEROPORTO DA PORTELA CONQUISTADO E CONTROLADO ÀS QUATRO E VINTE»

Armada, equipada, municiada e com rações de combate já distribuídas, a força da EPC, montada em dez viaturas blindadas, doze viaturas de transporte, duas ambulâncias, um jipe e ainda uma viatura civil de exploração à frente da coluna, cruza às três horas e meia a porta de armas da unidade para se dirigir, em boa velocidade, ao Terreiro do Paço, em Lisboa. Ali, estrondeando motores, fará evoluir os blindados na praça e apontar metralhadoras e peças às janelas do gabinete do velho ministro, que se julgará mergulhado em pesadelo provocado pela insónia.

São quase três e meia quando o aspirante Silva, oficial de serviço ao Quartel-General da RML, é avisado de que uma numerosa força militar toma posições e se instala no exterior dos muros do quartel. O jovem aspirante, habituado à calma rotina dos seus dias de serviço, entra em pânico. Manda formar o piquete e que este tome posições de defesa. Vêm dizer-lhe que dois aspirantes se encontram, fardados e armados, ao portão da Marquês de Fronteira, informando querer falar com ele. O oficial de serviço pensa ter chegado o fim dos seus dias. Recusa sair do gabinete. Agarrado ao telefone, nem sabe bem a quem se dirigir e quem possa valer-lhe em tal situação. O aspirante Cunha, oficial de prevenção, não lhe serve de grande ajuda. Tão amedrontado quanto ele, retira de cima

do ombro o galão que o identifica, para passar por soldado e evitar confusões...

Os aspirantes Sajara e Teixeira, da 1.ª Companhia Operacional do BC 5, não obtêm a presença do interlocutor que desejam. Mas juntamente com o capitão Bicho Beatriz, que se lhes reúne, dialogam vivamente com os militares que no interior vão, por intermédio deles, tomando conhecimento do que se passa. Os sitiantes não querem usar a força, e tudo pode ser facilitado com a boa compreensão dos camaradas em serviço no QG.

O diálogo é profícuo. As praças abandonam, no edifício, as suas posições de defesa e recolhem as armas. O pessoal do BC 5 força os portões, que logo lhe são abertos, e não se lhe depara qualquer resistência, ocupando facilmente o Quartel-General.

Cardoso Fontão, terminado o cerco e ocupação de posições na área do RCP, desloca-se pelas três e trinta, em viatura jipe, para o QG. Ordena a deslocação de um pelotão da companhia para a residência de Spínola, efectuando-se o movimento, em viaturas, pelas quatro horas. Assiste finalmente à ocupação do Quartel-General. E é ele quem, eufórico, informa o PC que «CANADÁ foi ocupado sem incidentes».

São quatro horas e trinta de 25 de Abril. Com a queda do QG/RML as «forças da ordem» perdem um importante trunfo para o comando, controlo e ligação das suas tropas na área de Lisboa. As poucas unidades que lhes poderão obedecer ver-se-ão obrigadas a fazê-lo isoladamente. Quem vai coordenar, e donde, a sua acção?

Ao aproximarem-se as quatro horas da manhã, dos principais objectivos a conquistar na cidade de Lisboa só nos falta abater na lista o Aeroporto da Portela. As nossas forças que a essa hora estarão rodando pelas estradas em direcção à capital (EPE, EPA, EPC, RC 3, Agr. Norte) têm por finalidade não a conquista de objectivos, mas sim a ocupação de determinadas posições tácticas, cumprindo simultaneamente a sua missão na medida em que atraírem a si «forças governamentais», desviando-as de Lisboa. Não é de crer que, devido à força efectiva que deslocam, venham a sofrer qualquer oposição no seu percurso, pelo que a ausência de notícias, por ora, não me perturba.

Só nos preocupa, portanto, a ausência da EPI, que no cumprimento da sua missão devia ter chegado à Hora H ao Aeroporto da Portela a fim de o ocupar e defender, interditando a aterragem e o levantamento de aviões a partir da tomada da torre de controlo de tráfego aéreo. O atraso das forças da EPI no cumprimento da sua missão obriga-me a telefonar para o «nosso» posto emissor (o RCP na Sampaio Pina), mandando suspender a leitura do primeiro comunicado, que está prevista para as quatro horas, pois temo que, sendo prematura, constitua alerta para as forças do Governo e faça acorrer ao Aeroporto unidades policiais ou militares que criarão dificuldades óbvias à actuação das nossas forças por perda do efeito de surpresa. Pressinto a enorme ansiedade em que ficam os camaradas do «grupo de comandos» no RCP! Porquê a alteração? Há azar? Está alguma coisa a correr mal? Procuro tranquilizá-los. Que não, que não há problemas. É só um compasso de espera. Se não voltar a telefonar-lhes antes das quatro e meia, podem radiodifundir o primeiro comunicado a essa hora.

A coluna do RI 10 de Aveiro, comandada pelo capitão Pizarro, chega aos portões do RAP 3 às três e quarenta. O roncar dos motores das viaturas e o movimento anormal àquela hora fazem acordar do seu sono leve o coronel Sílvio Aires de Figueiredo, comandante do Regimento da Figueira da Foz. Levanta-se, veste-se e sai do seu quarto, na messe, para ver o que há.

Fica imediatamente inteirado quando vê Diniz de Almeida extrair do seu arsenal ambulante a *G3*, que lhe aponta sem hesitação, enquanto o avisa de que está detido, às ordens do Movimento das Forças Armadas. A ténue resistência que ainda esboça esmorece face à determinação do capitão. Porta-se com dignidade. Ao entrar nas prisões do quartel, antes de acabar por recolher ao quarto, entrega a Almeida Pereira a pistola com que se encontrava armado.

A coluna do RAP 3 demora a formar. Perde-se tempo a municiar as tropas vindas de Aveiro, que aguardam, no interior do quartel, que cheguem ainda as forças do CICA 2 (Figueira da Foz) e do RI 14 (Viseu) para se constituir finalmente o Agrupamento Norte. O capitão Ferreira da Cal, vindo de Águeda, assume o comando do RAP 3, coadjuvado por Fausto Almeida Pereira.

É com um enorme suspiro de alívio que o capitão Costa Martins descarrega toda a ansiedade de que estava possuído. Finalmente, pouco passa das quatro horas, chega a coluna da EPI! E entretanto, durante uma hora que lhe parecera infindável, ele estivera isolado, no AB 1, jogando junto do oficial de serviço e do pessoal da guarda o *bluff* de uma revolução que está em marcha e que tem a área cercada.

Costa Martins e o capitão Rui Rodrigues conhecem os cantos à casa e os pontos sensíveis do objectivo. O reconhecimento, conduzido por Chaves de Almeida, funcionário do aeroporto, fora cuidadoso. Há que neutralizar rapidamente a PSP, a Guarda Fiscal e a DGS, o que os dois capitães põem de imediato em execução. Toda a Polícia é desarmada e detida. As nossas forças ocupam o edifício principal, as instalações da DGS, da Guarda Fiscal e da PSP, a cabina de som e o depósito de combustíveis.

Costa Martins corre à torre de controlo com alguns homens. Toma conta das comunicações. Ordena a emissão de um comunicado NOTAM interditando o espaço aéreo português e o desvio do tráfego para Madrid e Las Palmas. Nenhum avião tem ordem para aterrar ou descolar, nem mesmo os aviões militares, nas bases aéreas do País. Qualquer avião em voo deve contactar imediatamente a torre de comando.

São quatro horas e vinte do dia 25. Toca o telefone no PC.

— Aqui ÓSCAR — digo, e a esperança é grande.

— É maior de LIMA DOIS. Informo NOVA IORQUE foi ocupado e está sob o nosso controlo.

— Óptimo! Já estávamos assustados com a vossa ausência. Parabéns e um abraço. Está tudo a correr bem.

Viro-me para Sanches Osório, de esferográfica em riste:

— Inscreve: Aeroporto da Portela conquistado e controlado às quatro e vinte.

Lopes Pires disca um número no telefone.

— Está? É MÉXICO? Podem transmitir desde já o primeiro comunicado e, se quiserem, repetir o mesmo de quarto em quarto de hora. NOVA IORQUE acaba de ser ocupado.

No aeroporto, Costa Martins entra em ligação com o AB 1 para mandar preparar, desde já, um avião *DC-6* que transportará, con-

forme o combinado, Tomás, Marcelo e mais alguns ministros para a ilha da Madeira.

Com o atraso de uma hora, a companhia de caçadores comandada pelo capitão Costeira, autotransportada em quatro viaturas pesadas e uma ambulância, sai a porta de armas do RI 14, em Viseu, cerca das quatro da manhã. À frente da coluna, em exploração, conduz o seu carro civil o capitão Gertrudes da Silva, que assumirá o comando de todo o Agrupamento Norte. A coluna dirige-se velozmente para a Figueira da Foz, onde se juntará às outras forças, seguindo por Tondela, Santa Comba Dão, Luso e Cantanhede.

O coronel Romeiras Júnior sai precipitadamente do prédio onde habita, na Praça de Londres em Lisboa, pouco depois das quatro da manhã, mete-se no seu automóvel e arranca, em alta velocidade, pela Avenida de Roma em direcção ao Areeiro. O «4.º Grupo de Comandos» formado por oficiais da Academia Militar, que desde há vários dias estudou minuciosamente e reconheceu os possíveis itinerários de deslocação da Praça de Londres para o RC 7, na Calçada da Ajuda, está atento. Desde as cinco e meia da tarde do dia anterior que montou o seu dispositivo na Praça. Assistiu ao regresso a casa de Romeiras Júnior, cerca das dezanove horas. Agora, finalmente, apresta-se para cumprir a sua missão.

Não a levará a bom termo. O coronel utilizará precisamente o *único* itinerário que não foi considerado pelos jovens oficiais do Movimento e conseguirá escapar à sua perseguição, chegando à unidade são e salvo e assumindo o seu comando. Cerca das cinco horas da manhã, de orelha murcha, os capitães Morais da Silva e Faria de Oliveira comparecem no posto de comando para me anunciarem o seu fracasso.

— Bom, nem tudo está perdido. Se os outros não falharem, o Romeiras ficará sem oficiais para o ajudarem a sair com a unidade — digo-lhes eu, procurando animá-los.

Esperança vã! Dos oito «grupos de comandos» lançados na acção, seis não cumprirão a sua missão, o que vai permitir, tal como se previa, a actuação do RC 7 e do RL 2 contra as forças do Movimento, sob o comando de Romeiras Júnior, Ferrand d'Almeida, Costa Macedo (que fica a controlar a unidade) e Pato Anselmo (RC 7) e Manuel Cruz Azevedo (RL 2). Por sua vez, Jaime Neves apresenta-se no posto de comando, com o grupo que chefia directamente, de mãos a abanar! Não conseguiram capturar, nem para amostra, uma única viatura de Brigada de Trânsito da GNR.

Só o sétimo e o décimo grupos conseguem levar a bom termo o seu encargo, cabendo especial relevo ao último, já pela importância da missão, já pela forma como é executada (ocupação do RCP com vista à sua utilização como posto emissor do PC/MFA). Pouco antes das seis horas da manhã, os esforçados elementos do sétimo grupo apresentam-se-me, radiantes, no posto de comando, escoltando um major Saraiva agastado e receoso, intimado pelos jovens oficiais a acompanhá-lo quando saía de sua casa, na Costa da Caparica, para acorrer à sua unidade (RC 7). Dou-lhe um abraço, peço-lhe desculpa da ocorrência e explico-lhe que nada de mal lhe acontecerá, visando apenas a sua detenção temporária, conjugada com as de outros oficiais, retirar comando e operacionalidade ao seu regimento, nosso «inimigo».

19. «AQUI, POSTO DE COMANDO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS»

Eram precisamente quatro e vinte e seis quando uma efectiva sensação de triunfo empolgou quantos se encontravam no posto de comando vencendo a madrugada. Alguém fez um «chiu» sonoro e avisou:

— O Rádio Clube Português vai dar o primeiro comunicado!

Agrupámo-nos em volta do transístor, procurando reconhecer a voz do locutor. Após um pequeno silêncio, ele fez-se ouvir:

— Aqui, posto de comando do Movimento das Forças Armadas.

Senti percorrer-me um arrepio de prazer. E pensei em minha mulher, que àquela hora, de ouvido colado ao pequeno aparelho, devia ter o coração apertado e a bater, a bater, a bater...

«O locutor é mesmo bom e não parece nada o Costa Neves», pensei.

É evidente que não era. Aderindo de imediato às intenções do golpe — derrubar o fascismo, fim das guerras coloniais, fim da PIDE, libertação dos presos políticos —, esclarecidas pelo capitão Santos Ferreira quando este, às três e quinze, entrara, de pistola em punho, na secção dos noticiários, o locutor Joaquim Furtado fez a leitura impecável do primeiro comunicado:

Aqui, posto de comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas, nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal, para o que apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais que enlutariam e criariam divisões entre os Portugueses, o que há que evitar a todo o custo.

Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica, esperando a sua acorrência aos hospitais, a fim de prestar a sua eventual colaboração que se deseja, sinceramente, desnecessária.

Afinal, tanto trabalho e perda de tempo para arranjar os dois sinais, quando o locutor de serviço no RCP era mesmo um homem de esquerda e dos perseguidos pelo fascismo!...

Finda a leitura e conforme o combinado, foi posto no ar o hino nacional, seguido de marchas militares. Haveria algum camarada, mesmo dos mais descrentes, que não sentisse percorrê-lo, nesse momento, um frémito de emoção?

Após duas horas e meia de aturada reflexão e de pesagem dos prós e contras que a situação exposta lhe oferecia, o coronel Nuno Caldas Franco Duarte, comandante do RC 3 em Estremoz, chama os capitães Alberto Ferreira e Andrade Moura e diz-lhes que está com o Movimento. Podem contar com ele.

Os capitães exultam! A adesão do seu comandante significa

também que o Movimento passa a contar com o Regimento. São quatro horas e trinta. É já muito tarde e está excedida em noventa minutos a hora de partida da força da unidade determinada na «Ordem de Operações». O tempo urge.

Os capitães deitam mãos à obra. Chegados ao quartel, põem em execução o plano de recolha de oficiais e sargentos e iniciam a preparação do esquadrão para sair. Ocupam a central telefónica. As praças, acordadas e colocadas ao corrente do que se passa, aderem unanimemente, manifestando todas o desejo de seguirem para Lisboa em cumprimento da missão.

Às quatro e quarenta e cinco, Joaquim Furtado faz a leitura do nosso segundo comunicado, com vista a desmobilizar possíveis acções por parte das forças policiais e militarizadas:

Aqui, posto de comando do Movimento das Forças Armadas. A todos os elementos das forças militarizadas e policiais o comando do Movimento das Forças Armadas aconselha a máxima prudência, a fim de serem evitados quaisquer recontros perigosos. Não há intenção deliberada de fazer correr sangue desnecessariamente, mas tal acontecerá caso alguma provocação se venha a verificar.

Apelamos para que regressem imediatamente aos seus quartéis, aguardando as ordens que lhes serão dadas pelo Movimento das Forças Armadas.

Serão severamente responsabilizados todos os comandos que tentarem, por qualquer forma, conduzir os seus subordinados à luta com as Forças Armadas.

Este é o último da série de quatro comunicados previamente entregues a Costa Neves que é lido aos microfones do RCP. Daí por diante, e para acompanhar a evolução da situação, todos os outros serão elaborados, a tinta verde, em cuidadoso cursivo, pelo tenente-coronel Lopes Pires, e aprovados pelos restantes oficiais no posto de comando antes de serem telefonados para o RCP enquanto esta ligação se mantiver. Mais tarde, o emissor sofrerá o corte dos telefones e os comunicados passarão a ser transmitidos para uma cabina pública à esquina da rua, antes de utilizar, finalmente, o aparelho militar do Quartel-Mestre-General ali a duzentos metros, ocupado por forças do BC 5. A seguir à radiodifusão do segundo

comunicado, entram no ar, como em relação ao anterior, o hino nacional e marchas militares. E a emissão prossegue com canções revolucionárias e de luta de há muito proibidas pelo Regime (José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, José Jorge Letria, Luís Cília, José Mário Branco), até à transmissão do comunicado seguinte.

Este surge pelas cinco e quinze, depois de uma comunicação breve e de *impossível* cumprimento («informa-se a população que, no sentido de evitar qualquer incidente, ainda que involuntário, deverá recolher a suas casas, mantendo absoluta calma»), seguindo a mesma tónica dos anteriores:

Aqui, posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Atenção elementos das forças militarizadas e policiais. Uma vez que as Forças Armadas decidiram tomar a seu cargo a presente situação, será considerado delito grave qualquer oposição das forças militarizadas e policiais às unidades militares que cercam a cidade de Lisboa.

A não obediência a este aviso poderá provocar um inútil derramamento de sangue cuja responsabilidade lhes será inteiramente atribuída.

Deverão, por conseguinte, conservar-se dentro dos seus quartéis até receberem ordens do Movimento das Forças Armadas.

Os comandos das forças militarizadas e policiais serão severamente responsabilizados caso incitem os seus subordinados à luta armada.

Meia hora depois, o RCP atira para o ar um extenso quarto comunicado, no qual Lopes Pires condensa tudo o que antes já foi radiodifundido a partir do posto emissor do posto de comando do MFA:

Para que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal, apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas, no sentido de serem evitados confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais que enlutariam e criariam divisões entre os Portugueses, o que há que evitar a todo o custo. Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica, esperando a sua acorrência aos

hospitais a fim de prestar a sua eventual colaboração, que se deseja sinceramente desnecessária.

A todos os elementos das forças militarizadas e policiais, o comando do Movimento das Forças Armadas aconselha a máxima prudência, a fim de serem evitados quaisquer recontros perigosos. Não há intenção deliberada de fazer correr sangue desnecessariamente, mas tal acontecerá caso alguma provocação se venha a verificar.

Apelamos, portanto, para que regressem imediatamente aos seus quartéis, aguardando as ordens que lhes serão dadas pelo Movimento das Forças Armadas. Serão severamente responsabilizados todos os comandos que tentarem por qualquer forma conduzir os seus subordinados à luta com as Forças Armadas.

Informa-se a população de que, no sentido de evitar todo e qualquer incidente, ainda que involuntário, deverá recolher a suas casas, mantendo absoluta calma. A todos os elementos das forças militarizadas, nomeadamente às forças da GNR e PSP e ainda às forças da Direcção-Geral de Segurança e Legião Portuguesa, que abusivamente foram recrutadas, lembra-se o seu dever cívico de contribuírem para a manutenção da ordem pública, o que, na presente situação, só poderá ser alcançado se não for posta qualquer reacção às Forças Armadas. Tal reacção nada teria de vantajoso, pois conduziria a um indesejável derramamento de sangue, que em nada contribuiria para a união de todos os portugueses. Embora estando crentes no bom senso e no civismo de todos os portugueses, no sentido de evitarem todo e qualquer recontro armado, apelamos para os médicos e o pessoal de enfermagem se apresentarem em todos os hospitais para uma colaboração que fazemos votos seja desnecessária.

São cerca de cinco horas e trinta quando a forte coluna da EPC atinge a portagem da Auto-Estrada do Norte e entra em Lisboa. Não teve qualquer oposição à sua marcha, que é feita a uma boa velocidade média para viaturas blindadas, pois os noventa quilómetros que separam Santarém da capital foram galgados em apenas duas horas. As viaturas portaram-se galhardamente, o que é raro e afortunado em colunas militares. Apenas um pneu rebentado à entrada da auto-estrada, em Vila Franca, o que não fez perder muito tempo.

A coluna passa, triunfalmente, por algumas viaturas da PSP carregadas de guardas, estacionadas no Campo Grande, e, após percorrer toda a Avenida da República e o Saldanha, por uma

força da Polícia de Choque na Fontes Pereira de Melo. As hostes policiais não tugem nem mugem. E a marcha prossegue, ribombando, descendo ao Marquês, Avenida da Liberdade, Restauradores, Rossio e Rua do Ouro, para atingir, um pouco antes das seis horas, o Terreiro do Paço, onde as viaturas se dispõem rapidamente de modo a isolar toda a zona compreendida entre a Rua de S. Julião e a Avenida da Ribeira das Naus, paralelas ao Tejo, e as ruas do Ouro e da Prata, perpendiculares ao rio.

O Banco de Portugal e a Rádio Marconi, logo em frente, e todos os Ministérios da Praça do Comércio ficam imediatamente protegidos e sob controlo. As forças da 1.ª Divisão da PSP, que se encontram no Terreiro do Paço, não só não interferem como obedecem às ordens de Salgueiro Maia para evitar a entrada de viaturas e de população no recinto da praça e as desviar para outros locais descongestionando o tráfego.

20. POBRES HOMÚNCULOS DESGARRADOS

O alferes miliciano David e Silva, que pouco depois das seis horas chega ao Terreiro do Paço comandando um pelotão de AML/*Chaimites* do RC 7, adere imediatamente ao Movimento e põe-se também às ordens de Salgueiro Maia. E o mesmo acontece aos dois pelotões do RL 2 que montam guarda ao Ministério do Exército, com excepção de sete praças, que trancadas dentro do edifício se vêem obrigadas a obedecer à ordem do general Andrade e Silva para abrir à picareta um buraco na parede de separação com a biblioteca do Ministério da Marinha, ali ao lado, por onde escapam em fuga, além de Andrade e Silva, os ministros do Interior, César Moreira Baptista, da Defesa, Silva Cunha, e da Marinha, almirante Pereira Crespo, o CEMGFA recém-alcandorado ao lugar, general Joaquim Luz Cunha, e o seu mano, general Edmundo Luz Cunha, governador militar de Lisboa (já com a entrada cortada no «seu» Palácio

Vilalva desde as quatro e trinta), o subsecretário de Estado do Exército, Viana de Lemos, e finalmente o «glorioso» contra-almirante Henrique Tenreiro, detestado «tubarão» das pescas nacionais. Grande reunião de emergência! A enorme confiança depositada por Silva Cunha e os outros altos dignitários civis e militares na capacidade estratégica e de comando do velho Andrade e Silva, o «heróico vencedor das Caldas» de quarenta dias antes, persistia. Pelo menos até às seis horas da manhã desse «malfadado» dia de Primavera. Nem Joaquim Luz Cunha tenta, com Silva Cunha, accionar o Comando de Segurança Interna na Cova da Moura, nem Henrique, marinheiro de águas turvas, procura refúgio no seu «ninho de águia», o Quartel-General da Legião Portuguesa, na Penha de França. Ambos se entregam, confiantes, à já recentemente demonstrada capacidade guerreira do experimentado cabo de guerra.

Pobres homúnculos desgarrados, tresmalhados, abandonados, fugindo em pânico na ânsia de salvação, procurando na companhia uns dos outros o consolo de um destino comum. Vendo, horrorizados, esboroar-se diante de si todo o castelo de cartas do Regime corrupto e tirânico no qual, gulosamente, refocilam e alimentam os seus privilégios pessoais, políticos, sociais e económicos, esquecendo um Povo inteiro que vegeta à sua margem e que deles depende. Vendo como um grupo determinado de jovens oficiais levanta um Exército e destrói num ápice, com um piparote, esse edifício balofo e corroído do Regime, atirando para a sarjeta, com uma risada, a «gloriosa façanha militar» da vitória de 16 de Março sobre os insurrectos!

Salva-os de um fim triste e ignominioso, na ocasião (o que hoje, passados muito poucos anos, arrogantemente esquecem), a bonomia, a generosidade e os «brandos costumes» de um Povo que nós, militares, em 25 de Abril representamos. Povo que facilmente esquece o mal que lhe fizeram, que não deseja a vingança, que se dispõe fácil e alegremente a tudo esquecer na euforia da sua libertação.

Pouco passa das seis horas da manhã quando, através da rede rádio, a ouvir-se em condições satisfatórias, me é comunicado por «maior de CHARLIE OITO (Salgueiro Maia)» que «ocupámos TOLEDO (Terreiro do Paço) e controlamos BRUXELAS e VIENA (Banco de Portugal e Rádio Marconi)».

21. ALARME NAS HOSTES GOVERNAMENTAIS!

O primeiro alarme oficial das forças governamentais sobre a eclosão do Movimento surge na cidade do Porto. Pelas três e trinta o coronel Santos Júnior, comandante da PSP local, telefona pessoalmente para o Comando da GNR a dar conta da operação de tomada do QG da Região Militar pelos revoltosos. Quinze minutos depois, é dada ordem ao oficial de serviço ao Batalhão n.º 4 da GNR, pelo oficial de serviço no QG/GNR em Lisboa, para entrada em prevenção rigorosa, logo seguida de ordem pessoal do general Adriano Augusto Pires, comandante-geral da corporação, para que o comando do Batalhão entre em contacto com os comandos da PSP e do RC 6 (Porto) no sentido de tentar um acção de força para a libertação do Quartel-General/RMP, que, ocupado pelo MFA desde as três da manhã, está a actuar como seu posto de comando, difundindo ordens de marcha e controlando o movimento de todas as unidades da Região Militar envolvidas na acção.

Porém, o tiro falha o alvo: os tenentes-coronéis Arriscado Nunes e Martins Rodrigues, comandante e 2.º-comandante do RC 6, não só recusam terminantemente colaborar, como até, pelo contrário, aderem imediatamente ao Movimento. A grande esperança de Eduardo Martins Soares, general comandante da Região, assenta na possibilidade de actuação de dois coronéis em quem confia: Rui Mendonça, comandante do RI 8 (Braga), antigo comandante distrital da LP, com grande influência na PSP e GNR, que pelos seus «feitos» em Angola em 61, como capitão, ficou conhecido pelo apodo de «pequeno Eichmann»; e Carneiro de Magalhães, comandante do RI 13, oficial bem considerado pelo pessoal sob o seu comando. Ambos recebem ordens do general, directas ou por interposto comando, para avançar sobre o Porto e libertar o QG das mãos dos insurrectos. Em vão. Serão dissuadidos de o fazer perante a oposição determinada dos seus oficiais, que se recusam a cumpri-las.

A «fezada» do general irá prolongar-se por longas horas, desde o momento em que faz o primeiro apelo (quatro e quinze) até à altura em que chega a utilizar a própria esposa como estafeta para levar uma carta ao comandante do Batalhão n.º 4 da GNR, solicitando a este, de novo, que telefone aos comandantes do RI 8 e do

RI 13 para acorrerem ao Porto. Ele mantém-se, precatadamente, em casa, da qual fez o seu posto de comando de alternativa.

Na Região Militar de Coimbra, o alarme é dado pelas quatro e quarenta e cinco. No entanto, o Quartel-General rapidamente se apercebe de que as unidades estão quase todas nas mãos do Movimento, pelo que os telefonemas de aviso passam a ser feitos directamente para as residências dos comandantes.

Em Viseu, o coronel Almeida Azevedo chega à porta de armas do RI 14 às cinco e cinco e é ali informado pelos capitães Ramalho e Amaral do que se está a passar, da posição tomada pela unidade e da saída da coluna, há cerca de uma hora. Não aderindo ao Movimento, é-lhe negada a entrada no quartel e regressa a sua casa. Assumira o comando da unidade no dia anterior, 24 de Abril, e tinha presente o que acontecera, pouco mais de um mês antes, ao comandante do RI 5 das Caldas da Rainha. Toda a sua palestra do dia anterior, na tomada de posse, seguindo as instruções recebidas no Quartel-General, fora orientada no sentido de levar as praças a obedecerem exclusivamente às suas ordens directas se circunstâncias especiais (como era o caso) assim o exigissem. Pelos vistos, a arenga não surtira efeito e as praças, integrando-se alegremente na coluna a caminho da Figueira da Foz, haviam demonstrado que a sua confiança estava antes com os jovens capitães do Movimento das Forças Armadas.

Aguardando em casa a chamada da sua unidade, o major Duarte Figueira acaba por chegar ao RAL 2 (Coimbra) já depois das seis e trinta. Encontra em montagem o dispositivo de defesa do quartel e em preparação a Bateria Operacional de Ordem Pública. Às sete horas, ele, o major Lestro Henriques (dois cursos mais antigo e entusiástico aderente do Movimento) e o capitão Pereira da Costa têm à sua ordem, para actuar em favor do MFA se necessário, uma força de oitenta homens da bateria e mais trinta do piquete.

O coronel Pessoa Vaz, comandante da unidade, é bom homem e um *i* ao cubo (inactivo, inerte, inoperante). Não lhes apresentará qualquer entrave. Sem quebra da disciplina (preocupação de Duarte Figueira!), irão fazer uma observação constante dos movimentos próximos dos acessos à ponte sobre o Mondego e a recolha de informações acerca da actuação da PSP e da GNR na cidade. Só muito

mais tarde contactarão o major Barata Alves, comandante do CICA 4, que manifesta a sua total adesão ao Movimento.

Em Aveiro, o coronel João Dias dos Santos, comandante do RI 10, chegando à unidade, fica apopléctico quando toma conhecimento da saída da coluna comandada pelo jovem capitão Pizarro. Decide vingar-se. E uma ideia luminosa lhe atravessa o «cérebro»: esvaziar os pneus do carro do capitão! Manda executar, jubilosamente, essa ordem. Verbal... [1]

É só a partir das seis horas que o major Correia Barrento, chefe do Estado-Maior do QG da Região Militar de Tomar, alerta as unidades, mandando-as passar à situação de prevenção rigorosa, sem saber contudo informar porquê. É muito tarde, porém, para sustar o MFA em marcha. Há já algumas horas que forças de Tancos (EPE), de Santa Margarida (Ccaç 4241 e 4246) e de Santarém (EPC) estão em movimento, encontrando-se as desta última, a essa hora, no Terreiro do Paço em Lisboa, a provocar fortes descargas de adrenalina no sangue de um velho general condecorado com a Torre e Espada. E não tardará muito que um grupo de jovens capitães, à frente de umas largas centenas de soldados, penetre no interior da área da Região Militar de Tomar e numa atitude altamente indisciplinada cerque um objectivo sagrado para o Regime, o Forte de Peniche, exigindo a libertação dos presos políticos sem pedir licença a ninguém!

Por outro lado, no GACA 2 de Torres Novas, onde a ordem do QG só chega pelas sete horas, dá-se uma inesperada viragem da situação. Os três capitães do QP ali em serviço, Pacheco, Dias Costa e Ferreira da Silva, põem os três tenentes milicianos comandantes de companhias mobilizadas e ali a aguardar embarque [2] ao corrente do que se passa e conseguem a entusiástica adesão destes após a leitura do primeiro comunicado do posto de comando, pelas quatro horas e vinte e seis. A partir daí, o tenente Figueira manda armar

[1] No dia 26 será alvo, ainda no RI 10, de entusiástica manifestação da população de Aveiro junto do quartel, que grita vivas à liberdade e ao MFA quando o coronel assoma à janela. Transferido para o CICA 4 de Coimbra logo de seguida, não é bem aceite pelos militares ali em serviço. Terá ainda o desplante de *exigir* que lhe expliquem o motivo da sua transferência compulsiva de unidade!

[2] Tenente Figueira, comandante da Cart 7250, que embarcava em 25 de Abril, e tenentes Nóbrega e Pereira, do Bart 7220.

e municiar toda a sua companhia e ocupar o quartel e os pontos-chave. Todo o pessoal que dorme no quartel (oficiais, sargentos e praças) adere sem reservas quando é acordado e posto ao corrente da situação.

Pelas seis horas, o GACA 2 é mais uma unidade do Movimento, que, embora sem missão para cumprir por ter sido desde o início considerada inimiga por acção do comando, irá resistir a todas as formas de pressão e às ameaças do comandante, tenente-coronel Sousa, ao qual, no entanto, é absolutamente interdita a entrada na unidade, bem como a de outros graduados desafectos ao MFA. A ocupação manter-se-á até às vinte horas do dia 26, sem que os jovens capitães do Movimento consigam qualquer contacto com o PC e ficando assim entregues à sua firmeza, apesar do isolamento em que se encontram.

Já passa das cinco horas quando no QG da Região Militar de Évora é recebida ordem do Ministério do Exército para entrada em prevenção rigorosa. Chamado imediatamente, o chefe do Estado-Maior, coronel Cunha Saco, lança o alerta. O brigadeiro Carrinho, comandante interino da Região, comparece também. Não sabem o que se passa, mas as ordens de Lisboa são terminantes.

É o tenente-coronel Tovim, 2.º-comandante do RI 3 (Beja), que recebe de Cunha Saco a ordem para entrada em prevenção. São seis da manhã. O tenente-coronel, avisado do eclodir da acção às vinte e duas horas da noite anterior pelo capitão Feijó Gomes, delegado do Movimento, não tomara perante este qualquer posição, chocado pelo facto de o MFA nunca ter procurado contactá-lo. Tal como o major Ventura Lopes. Ambos se haviam mostrado melindrados e considerado inconveniente, por enquanto, informar o comandante, coronel Romão Loureiro. Aguardariam os acontecimentos.

Desarmado por esta inesperada atitude, Feijó Gomes informara o capitão Silvestre Porto [1], por telefone, às três da manhã, que o RI 3 não actuaria nem a favor nem contra, mantendo-se neutral. O que significava a não ocupação das antenas do Centro Emissor Ultramarino de onda curta da Emissora Nacional, em S. Gabriel,

[1] O capitão Silvestre Porto controlava, em Évora, as acções do Movimento, actuando como posto de comando regional.

e a ausência de controlo na fronteira com a Espanha, em Vila Verde de Ficalho. A não ser que o batalhão mobilizado em Évora acabasse por aderir, passando então uma das suas subunidades a ocupar as antenas de S. Gabriel e ficando a caber ao RI 3 apenas o controlo da fronteira.

Pelas cinco e trinta, o coronel Palhares Falcão, comandante do RAL 3, recebe a ordem de Cunha Saco para entrar de prevenção rigorosa e fazer recolher imediatamente a quartéis todas as forças do Bart 6323 de Machado da Silva, que se encontram em instrução no campo.

O coronel Falcão é um aderente do MFA. Conhece os seus objectivos e sabe também que Costa Gomes, por quem nutre grande estima e admiração, é um dos generais a quem o Movimento entregará as rédeas do Poder. Ele já permitira, dois dias antes, que todas as munições de armas ligeiras e de apoio (para *G3*, morteiros, granadas de mão e lança-granadas) fossem transportadas do paiol da guarnição militar de Évora para o RAL 3 e que quatro bocas de fogo de 10,5 centímetros fossem preparadas para sair. Todo esse material ficara sob controlo do capitão Borges Alves, que ele sabe ser o delegado do MFA. Em 23 de Abril, interpelado no QG pelo próprio brigadeiro Carrinho sobre a conduta e lealdade do capitão Borges Alves, considerado suspeito pelo Ministério do Exército, Palhares Falcão garantira a *sua* total confiança no jovem oficial. E no dia seguinte, 24, ordenara ao capitão que preparasse a saída da Bateria de Ordem Pública e fizesse transportar para o quartel as munições de artilharia existentes no paiol.

Borges Alves é mandado apresentar no RAL 3 pelas cinco e quarenta e cinco. E a partir das seis horas é-lhe solicitada pelo comando do batalhão mobilizado 6323 missão do MFA para a unidade! Conhecedor da eclosão do Movimento através dos comunicados radiodifundidos pelo RCP, Machado da Silva, numa inesperada viragem, manda armar e municiar os pelotões de sapadores e de reconhecimento, que se encontram no quartel, e informa o QG de que não dispõe de quaisquer forças aptas a intervir.

Não cheguei nunca a perceber o motivo por que, apesar de tão repentina mudança de atitude, não passou o comando do Bart a participar na acção, empenhando as suas companhias nas missões que, esperançado até ao fim na sua adesão, eu fizera chegar

às mãos do capitão Silvestre Porto na manhã de 24 de Abril, através da respectiva equipa de ligação.

No Comando Territorial do Algarve (CTA) só contávamos a sério com uma das suas três unidades, o CICA 5, de Lagos, já que o RI 4 (Faro) se apresentava contra e o CISMI (Tavira) oferecia fortes dúvidas quanto à participação. Dois majores, Castela Rio (comandante) e Leal Branco, e um capitão QEO, Campinas, haviam sido contactados dias antes pelos jovens capitães do MFA José Glória Alves e Filipe Ferreira Lopes e haviam aderido ao Movimento. Corria tudo sobre rodas e Ferreira Lopes, ao receber a missão no dia 19 à noite em casa de Fernandes da Mota, mostrara-se muito optimista e não pusera qualquer objecção ao cumprimento da missão (ocupação e defesa do centro retransmissor de Foia e não cedência de viaturas ao RI 4) por parte da unidade.

Inesperadas dificuldades surgem em 24 à noite, quando mesmo após a transmissão do sinal de confirmação através da Rádio Renascença, o major Castela Rio, manifestando claros sinais de embriaguez, recua subitamente da sua posição anterior e se recusa a permitir a actuação da unidade. Evidenciando um comportamento confuso e atrabiliário, alternando períodos de exaltação com outros de depressão, leva os restantes oficiais a não cumprirem a missão a partir da Hora H, afirmando no entanto que ela será levada a cabo logo que obtenham confirmação do desencadeamento da acção.

O major, porém, tem medo, e está arrependido dos compromissos que assumiu perante os capitães. Falta-lhe convicção. E agora só pretende ganhar tempo. A leitura do primeiro comunicado do posto de comando do MFA, escutada através do Rádio Clube, não lhe altera a atitude. Só então os capitães informam os oficiais subalternos do que se passa e recebem destes a imediata adesão. Quando pelas cinco e trinta o CTA ordena a entrada da unidade em prevenção rigorosa, o comandante dá a Glória Alves a missão de contactar com o pelotão que se encontra na Barragem da Bravura, em exercícios de ordem pública, para o fazer regressar ao CICA 5, ao que o capitão responde que irá recuperar a força mas para a conduzir à Foia, em cumprimento da missão do MFA. Castela Rio tenta opor-se a Glória Alves, agarra-se ao capitão à porta de armas do quartel e leva a que este seja obrigado, perante as numerosas

praças que ali se encontram, a desenvencilhar-se violentamente, afastando-se do major para, juntamente com Ferreira Lopes, montar em viatura e seguir para a barragem a fim de reunir o pelotão. O pessoal deste adere sem hesitação de qualquer espécie às palavras dos capitães. E pouco passa das sete horas quando se põem a caminho do centro retransmissor da Foia, que ocuparão às sete e cinquenta.

O período de uma hora que Bicho Beatriz concede ao aspirante Silva, oficial de serviço ao QG/RML, para a rendição sem luta do Quartel-General (das três trinta às quatro e trinta), dá tempo a que, aterrado, este telefone ao coronel Duque, chefe do Estado-Maior do QG, que imediatamente comunica a ocorrência ao general Edmundo Luz Cunha, comandante da Região Militar. O coronel Duque ordena ao aspirante que telefone imediatamente às unidades da RML, comunicando a entrada em prevenção rigorosa e ele próprio executa também, em sobreposição, parte dessa tarefa.

O capitão Luís Macedo entra no PC e vem ter comigo, sorrindo prazenteiro:

— Ouve lá, está a telefonar um gajo qualquer do Quartel-General, parece que é o chefe do Estado-Maior, a perguntar como é que está a unidade e a dizer para entrarmos de prevenção rigorosa e prepararmos um força à ordem do QG. O que é que a gente responde? Eu estive quase a mandá-lo à mãe dele!

— És doido! Não faças isso! Olha, diz que por aqui a situação é boa, que a unidade está bem muito obrigado, que não há problemas e que sim senhor, vamos entrar em prevenção rigorosa e preparar a força. Dá-lhe todas as safas.

Assim se fez. E foi com verdadeira surpresa que os ex-comandos vieram a saber mais tarde que funcionara no RE 1 o posto de comando do Movimento em operações!

A ordem chegou ao RAL 1 pelas quatro e trinta, hora a que o QG caía nas nossas mãos. É imediatamente desenvolvido o plano de recolha de oficiais, sargentos e praças. O comandante, coronel Almeida Frazão, chega à unidade quinze minutos depois. Embora moderadamente discordante do Regime marçalazarista, Nuno Almeida Frazão só aderirá francamente à acção desencadeada pelo MFA cerca das dezoito horas, quando já nenhumas dúvidas podem restar sobre quem domina a situação. Entretanto, manter-se-á agarrado a uma flexível linha hierárquica de comando que o leva a cumprir as ordens directas do ministro (reconhecimento do Aeroporto da Portela com vista à sua libertação das tropas revoltosas) e do chefe do Estado-Maior do Exército (controlo das entradas e saídas da Auto-Estrada do Norte), mas permitindo liberdade de actuação discreta aos oficiais do Movimento, que, por um lado, mandam contactar o capitão Rui Rodrigues ao aeroporto para lhe dar conhecimento da ordem do ministro e garantir-lhe a adesão da bateria operacional no caso de ela chegar a sair e, por outro, enviam o piquete para o cumprimento da segunda missão, mas com ordens totalmente favoráveis às forças do MFA.

O capitão do SAM Fernando Filipe Henriques encontra-se de serviço, como oficial de dia, ao 2.º Grupo de Companhias de Administração Militar (2.º GCAM). Já fora contactado, cerca das vinte e duas e trinta da noite anterior, pelos camaradas da EPAM, no sentido de manter a neutralidade da unidade, responsabilidade que ele, elemento do MFA, garantira assumir sem dificuldade. O 2.º GCAM não tem grande operacionalidade de combate, mas no seu interior alberga um vasto parque de viaturas, controladas pelo GCTA (Grupo de Companhias de Trem-Auto) da Avenida de Berna, o que a pode tornar muito útil no desenvolvimento da acção. O comandante, major Jaime Elder Duarte Barros, é absolutamente antagónico em relação ao MFA, solidarizando-se com ele um capitão do SAM, Cordeiro Soares, e dois oficiais do SGE (Serviço Geral do Exército), capitão Morganho e tenente Pedro Martins.

São já seis horas quando Filipe Henriques recebe um telefonema directo do coronel Duque, chefe do Estado-Maior do QG/RML. Que prepare uma companhia pronta a sair às ordens do QG e que contacte com o comandante da EPAM a fim de que este prepare também uma força para sair à sua ordem! O capitão não consegue evitar um sorriso. Desde as três horas que as forças da EPAM ocupam todo o complexo da RTP e vem-lhe agora o coronel com aquela! Filipe Henriques pousa o telefone e não dá qualquer andamento à ordem recebida.

O brigadeiro Henriques da Silva, comandante da EPI, telefona para a unidade cerca das seis horas. Ao perguntar o que se passa na Escola é informado de que o pessoal aderiu ao Movimento e que pelo telefone não lhe são fornecidas mais explicações.

Mais tarde, pelas treze horas, após novo telefonema, apresentar-se-ão à porta de armas o comandante e o 2.º-comandante, coronel Brandão Loureiro. É-lhes exposta a situação. O coronel Jasmins de Freitas e os outros oficiais superiores afirmam-lhes que estão com o Movimento e que nada os fará voltar com a sua palavra a trás. Os capitães sentem que o brigadeiro tenta a todo o transe apoderar-se do quartel para o integrar nas forças governamentais. A atitude dos oficiais superiores é decisiva. O brigadeiro e o coronel Brandão Loureiro não aderem. E são convidados a abandonar a unidade.

22. «SENHOR PRESIDENTE, A REVOLUÇÃO ESTÁ NA RUA!»

O general Edmundo Luz Cunha telefonara ao CEMGFA, seu irmão, e este entrara em contacto aflitivo com Andrade e Silva, Silva Cunha, Pereira Crespo e general Brilhante de Paiva, chefe do Estado-Maior da Força Aérea, por ausência em Angola do general Mário Tello Polleri, secretário de Estado da Aeronáutica. Apesar do conhecimento que todas estas altas entidades militares e governamentais passam a ter do golpe desencadeado, é o director-geral da PIDE, major Silva Pais, quem telefona a Marcelo Caetano, cerca das cinco horas da manhã:

— Senhor Presidente, a Revolução está na rua! O caso é muito grave. Os revoltosos ocuparam já as principais emissoras de rádio e a Televisão e tomaram o Quartel-General da Região Militar de Lisboa. Caçadores 5 está com eles. Estamos a procurar avaliar a extensão do Movimento.

Marcelo, acordado no primeiro sono, julga estar no meio de um pesadelo. Telefona imediatamente para o gabinete de Andrade e Silva e é Silva Cunha, que já lá se encontra, quem lhe confirma as informações acabadas de receber. Logo depois Silva Pais telefona de novo:

— É indispensável que Vossa Excelência saia de casa com a maior urgência.

— E para onde? Vou para Monsanto?

— Não, não. Para Monsanto, não. Eles sabem que Vossa Excelência esteve lá em 16 de Março e são muito capazes de executar um golpe de mão. Além disso, ainda não sabemos de que lado está a Força Aérea.

— Então para onde vou?

Depois de breve hesitação, o chefe da PIDE propõe:

— Para o Carmo, Senhor Presidente. Venha para o Quartel do Carmo que a Guarda Republicana está fixe.

Marcelo, sem tempo disponível para pensar melhor e discutir o assunto, aceita a proposta. Chama o seu adjunto militar, comandante Coutinho Lanhoso, e juntos seguem para o Comando-Geral da GNR. Quando passam no Terreiro do Paço, a esperança ilumina o olhar do quase ex-Presidente do Conselho. Viaturas blindadas evoluem na praça e tomam posições nos acessos.

— O general Andrade e Silva está a tomar as suas precauções — comenta Marcelo, feliz.

O que é, em parte, verdade. Nesse momento, o velho general procura uma picareta para a colocar nas mãos do pessoal da PM que ficou encerrado dentro do Ministério para que este lhe abra o buraco que lhe permita escapar à prisão e às injúrias da «populaça» que se ouve lá fora.

Marcelo guarda do Quartel do Carmo a lembrança do refúgio tradicional do Governo na época «trágica e revolucionária» dos anos 20. Um conjunto de dois edifícios, num dos quais funcionava o Comando da GNR com todos os seus órgãos e no outro se aquartelava um forte esquadrão de cavalaria que policiava o centro da cidade. Está desactualizado. O esquadrão já de há muito que deu lugar a uma companhia de comando e serviços cujo pessoal apenas assegura o bom funcionamento dos órgãos do Comando. E no inte-

rior do quartel, parte das antigas instalações foi transformada em residências de oficiais, sargentos e praças.

Quando se aperceber de que, longe de encontrar o «seu» quartel-general, donde possa fazer valer ainda a sua autoridade, penetrara, cerca das seis horas, na sua própria ratoeira, será já demasiado tarde.

Calmo, cortês, quase indiferente, o general Adriano Pires, à paisana, recebe-o à porta do quartel. Dessa vez, enfim, sem brado de armas nem toque de sentido.

Eram seis e trinta quando levantei uma ponta do cobertor que tapava uma das janelas da «sala de operações» voltada a sul. Clareava. Os soldados do posto rádio, com uma noite mal passada, de corpos encolhidos na tenda exígua, espreguiçavam-se em gestos moles. Ergui os olhos. Um enorme *Boeing Jumbo 747*, voando de oeste para leste, fazia-se vertiginosamente à pista da Portela, numa descida acelerada. Eis senão quando, bruscamente, vejo o mastodonte de aço desenhar uma curva larga de cento e oitenta graus para a esquerda e, concluída esta, num esforço enorme, iniciar a subida em sentido contrário. Costa Martins estava atento na torre de controlo do aeroporto! Era nosso o espaço aéreo! Uma irreprimível onda de alegria, de sensação de força e poder e de controlo total da situação me invadiu. Nesse momento já não tinha a mínima dúvida (se é que alguma vez a incerteza em mim existira) de que a vitória do MFA sobre o Regime e a consequente alvorada da libertação eram já favas contadas.

23. «IMAGINAS O QUE É ESTAR À JANELA DO GABINETE DO MINISTRO?»

A coluna do RI 14 é aguardada com impaciência na Figueira da Foz. Está com um atraso de quase uma hora em relação ao horário previsto. Já estão formadas a do RAP 3, constituída por duas com-

panhias de instrução que o capitão Moço (ECS) e o tenente Garcia (ECS) irão comandar e uma bateria de 10, 5 centímetros a seis bocas de fogo sob o comando de Diniz de Almeida; a do RI 10, sob o comando de Pizarro coadjuvado pelo capitão Coutinho (ECS) e que já chegou de Aveiro há um par de horas; e a do CICA 2, a dois pelotões, comandada pelo capitão Rocha Santos e que pelas seis horas chegara à parada do RAP 3.

São sete horas e os capitães decidem não esperar mais. Põem motores em marcha e o Agrupamento Norte, desfalcado da coluna de Viseu, sai a porta de armas do quartel e mete à estrada em direcção a Leiria, deslocando cerca de cinquenta viaturas e quatrocentos homens. No RAP 3 ficam Ferreira da Cal e Fausto Almeida Pereira, mantendo-se David Martelo no CICA 2 a assessorar Sousa Ferreira.

Meia hora depois a tropa do RI 14 chega à Figueira da Foz. Recebendo indicação da hora de partida do grosso da coluna, mete-se imediatamente à estrada, alcançando as outras viaturas muito antes de Leiria e constituindo, finalmente, o Agrupamento Norte. Fazem um pequeno alto para municiar o pessoal, tentar entrar em contacto rádio com o posto de comando e distribuir a primeira refeição para logo depois seguir viagem.

São quase sete horas da manhã quando finalmente a coluna do RC 3, constituída por um esquadrão de reconhecimento a dois pelotões e um pelotão de atiradores, sob o comando do capitão Andrade Moura, sai os portões do quartel para apontar à estrada que de Estremoz conduz a Pegões e Setúbal para ir atingir a Ponte Salazar. O comandante, coronel Caldas Duarte, acompanha a coluna. Alberto Ferreira coadjuva Andrade Moura. São pouco mais de cem homens aos quais se juntam, não perdendo de forma alguma a ocasião de participar, os «perigosos reincidentes» Miquelina Simões, desterrado no Regimento de Lanceiros 1 de Elvas, e Gastão Silva, também ali colocado, capitães já com ficha e cadastro como activistas do Movimento. Deslocando-se à paisana à frente da coluna em viatura civil, irão ser, no decorrer da acção, de uma preciosa utilidade. Miquelina Simões já fora de decisiva importância para a saída da coluna do quartel, motivando e incentivando Andrade Moura e Alberto Ferreira. Os majores Lourenço Fernandes Tomás

(antigo ajudante de campo de Spínola na Guiné) e Machado de Faria asseguram o comando e o controlo da unidade.

A marcha é perturbada, logo de início, pela avaria de um *Unimog* a quatro quilómetros de Estremoz e que é abandonado ao lado da estrada. Em Arraiolos, nova avaria e novo abandono de viatura. As auto-metralhadoras aquecem demasiado e é necessário fazer um alto para arrefecimento dos motores.

A coluna desvia em Moratiça e segue em direcção a Palmela para fugir à passagem por Setúbal. Em Vendas Novas atestam depósitos, não vá o combustível faltar-lhes em Lisboa quando mais precisarem dele. E até Palmela não se registam mais incidentes. Aqui, porém, nova baixa. Desfalcada de três viaturas e com um atraso de seis horas em relação ao horário previsto, a coluna atinge a Ponte Salazar às treze e quinze e vai ser, a partir daí, de extrema utilidade.

Às sete horas, no RI 3 de Beja, o coronel Romão Loureiro chama ao seu gabinete o capitão Simão Alves, que é desde há dois dias o novo comandante da Companhia de Ordem Pública. Ordena-lhe que prepare a subunidade para seguir rapidamente para o nó rodoviário de Montemor-o-Novo, a fim de interceptar quaisquer movimentos de forças entre Évora e Lisboa, nos dois sentidos. É uma ordem do Quartel-General, que acrescenta dever o capitão ser acompanhado por um oficial superior e que, naquele ponto, aguardarão a chegada de um delegado do QG/RME.

O major Ventura Lopes encarrega-se pessoalmente da organização da coluna para o cumprimento da missão. E Simão Alves, apanhado de surpresa por esta inesperada companhia, não conseguindo informar telefonicamente o capitão Silvestre Porto, em Évora, acaba por solicitar a um aspirante e depois ao capitão Branco Ramos que transmitam a Feijó Gomes o que se passa. Antes da partida, dá rigorosas indicações ao pessoal para que lhe obedeçam exclusivamente e não tomem qualquer atitude precipitada em caso de encontro com outras forças militares. E o próprio Romão Loureiro, quando vem à parada despedir-se, recomenda-lhe isso mesmo vivamente.

Faltam dez minutos para as sete quando a bateria de obuses do RAP 2, de Vila Nova de Gaia, entra em posição em ambas as entradas da Ponte da Arrábida, no Porto, não permitindo o acesso ou a saída da cidade senão a «forças amigas».

Às sete horas, a coluna da EPA de Vendas Novas atinge o alto da colina do Cristo-Rei, em Almada, ocupando a bateria a posição de crista, da qual os obuses poderão bater qualquer coluna que pretenda atravessar a Ponte Salazar ou qualquer navio no estuário do Tejo. Pode também colocar os seus fogos em qualquer objectivo que lhe seja indicado pelo PC na cidade de Lisboa. Tem elementos de tiro preparados para atingir as instalações da Força Aérea em Monsanto e o Terreiro do Paço. O tenente Almas Imperial executa as operações necessárias para apontar as bocas de fogo para o primeiro destes objectivos. A companhia monta a segurança à bateria instalada e estabelece o controlo de acesso à Ponte Salazar. Experimenta-se a ligação rádio com o posto de comando. Até funciona, o que é natural dada a posição elevada ocupada pelo material rádio.

No PC, Garcia dos Santos recebe a mensagem, olha para o relógio e fornece a Sanches Osório os elementos para a «fita do tempo»:

— Maior de SIERRA TRÊS informa estar em posição em LONDRES, onde a coluna chegou sem incidentes, pronta a cumprir missões a partir das sete e vinte.

Abruptamente interrompidos pela irrupção de viaturas pesadas e blindadas e duas centenas e meia de homens que «tomam de assalto» o Terreiro do Paço e que colocam de imediato do seu lado a força de dois pelotões da PM que o comandante de Lanceiros 2 para ali enviara com a missão de proteger o Ministério do Exército e à ordem do ministro, este e os outros elementos do Governo reunidos no gabinete não encontram outra solução senão aquela que já foi referida: um buraco aberto no primeiro andar do Ministério, na parede de tijolos que o separa da biblioteca do Ministério da Marinha, e rasparem-se enquanto é tempo.

No parque de estacionamento interior do Ministério da Marinha tomam lugar numa carrinha *Mercedes* que, por indicação de Andrade e Silva, os transporta para o RL 2, unidade de confiança

do velho general. Os portões da Calçada da Ajuda abrem-se para acolher os inesperados fugitivos. E logo estes resolvem ali montar o seu posto de comando de alternativa.

Pouco passa das seis e trinta e já se sabe que Marcelo Caetano se refugiou no Quartel do Comando-Geral da GNR no Largo do Carmo. Moreira Baptista e Henrique Tenreiro resolvem reunir-se-lhe. Os outros ficam. Tomam-se disposições para o contra-ataque. É chamado imediatamente o brigadeiro Junqueira dos Reis, 2.º-comandante da Região Militar de Lisboa, ao qual é cometida a ingrata missão, que ele não enjeita, de comandar as tropas governamentais. É um «petisco» que lhe oferecem, já deteriorado, naquele alvor de Primavera. O brigadeiro ainda não adivinha o que o espera para epílogo da sua carreira.

É ordenada a saída imediata de um esquadrão da PM para a zona do Quartel-General com a missão de desalojar os insurrectos que o ocupam. Comanda a subunidade o tenente Ravasco. Sobem a Calçada da Ajuda, metem à auto-estrada e desembocam na Praça de Espanha, onde o major Cruz Azevedo e o capitão Campos Andrada, que acompanham a coluna, ficam a aguardar os acontecimentos, mantendo sob o seu controlo o esquadrão de Ravasco e parte do esquadrão cujo comandante é o capitão QEO Baltasar Gamito Ferreira.

O tenente Ravasco, desarmado, contacta o capitão Bicho Beatriz, pelas sete horas, no perímetro da defesa do QG. Fica sem dúvidas a respeito da determinação do pessoal. Se alguém avança, sai bala. Retira para a Praça de Espanha e informa o comandante do grupo de esquadrões. Cruz Azevedo procura aliciar os graduados, subalternos e furriéis, para uma acção ofensiva de cerco e tomada do QG, mas acaba por desistir perante a firme negativa dos subordinados. Gera-se discussão entre ele e Campos Andrada e este termina por abandonar o local e dirigir-se ao PC, na Pontinha, onde se me apresenta, pedindo para colaborar, perdidas as esperanças de intervenção do RL 2 em favor do Movimento. Cruz Azevedo, por sua vez, transmite a Lanceiros 2 que, por aquele lado, nada feito. É-lhe dada ordem para a força retirar para a Avenida de Ceuta, debaixo do Viaduto Duarte Pacheco e, posteriormente, para a zona do Cais do Sodré, onde estaciona.

Os comunicados que de instante a instante vão sendo recebidos no gabinete do comandante do RL 2 vão minando o moral já muito abalado dos velhos robertos do Regime. Aquilo agora é a sério e não tem nada a ver com o figurino das Caldas. Há movimentos de tropas pelas estradas de todo o País, saindo das unidades em obediência a um plano que não lhes pertence.

Através do rádio e do telefone, ordenam a várias unidades que façam avançar forças que penetrem no Terreiro do Paço e reconquistem a praça. Mas qual será delas a que pode levar a cabo tal missão?

Só o RC 7 tem quadros de confiança e potencial de combate para a cumprir. E a GNR mantém-se fiel e capaz de actuar. Os estrategos governamentais idealizam uma manobra de envolvimento do Terreiro do Paço, tentando a aproximação de forças pelos lados leste e oeste da praça. É organizada uma forte coluna de cinco carros de combate pesados *Patton M/47* e autometralhadoras *Panhard*, na qual se incorporam, além do alferes Sottomayor, apanhado naquele imbróglio, o major Pato Anselmo, o tenente-coronel Ferrand d'Almeida, o coronel Romeiras Júnior e o «organizador da resistência», brigadeiro Junqueira dos Reis, com plenos poderes «concedidos» pelo quase ex-CEMGFA, Joaquim Luz Cunha. Andrade e Silva solicita ao Quartel do Carmo o envio de uma força apreciável de GNR que ataque o inimigo a partir do Campo das Cebolas e nesse sentido são dadas ordens para que do quartel de Cabeço de Bola avance uma coluna. Saem doze *Land Rovers*, que, descendo à Praça da Figueira, metem à Rua da Madalena e vão estacionar de facto no local mencionado.

A coluna de *M/47* é reforçada com um contingente de PM e vai ocupar posições no Largo do Corpo Santo, donde irradiará por dois itinerários de aproximação, dividindo as suas forças: a Rua do Arsenal e a Avenida da Ribeira das Naus.

Às seis e trinta, Salgueiro Maia desconhece ainda a fuga precipitada de Andrade e Silva e das outras entidades através do buraco. Ele tem como uma das alíneas da missão penetrar no Ministério do Exército e dar voz de prisão ao ministro, ao subsecretário e a outras personagens que com ambos ali possam estar.

O capitão, mesmo estando no pleno exercício de um acto revolucionário, sente-se prisioneiro da sua juventude, dos seus três galões

estreitos e da ética militar em que sempre se moveu. Contacta o posto de comando através da rede rádio e faz-me um apelo. Mantemos um breve diálogo:

— Alô ÓSCAR, peço envio para esta posição oficial superior disponível para cumprir missão prisão CARLOS e ATUM. Diga se entendido. Escuto.

— *Okay*, entendido, mas informe por que motivo precisa oficial superior. Escuto.

— Informo considero preferível motivo eu ser só capitão e atendendo posição e posto CARLOS. Peço informe se é possível atender meu pedido e caso afirmativo solicito vinda urgente. Escuto.

— *Okay*, correcto, afirmativo. Camaradas seguem imediatamente. Terminado.

— *Okay*, correcto, terminado.

O posto de comando fora-se enchendo, até àquela hora, com grande quantidade de oficiais. Além dos que já lá se encontravam, haviam-se-nos reunido todos os majores, capitães e subalternos dos «grupos de comandos» que ali afluíam, frustrados pelo não cumprimento da missão e impacientes por sair para a rua e poder participar, de qualquer modo, na gesta gloriosa que se vivia nas ruas de Lisboa. Era uma excelente oportunidade de ocupar activamente os camaradas que ali constituíam peso morto e só atrapalhavam no serviço.

Nomeio Correia de Campos para o desempenho da missão. Só com Rafael Saraiva ali sequestrado, o RC 7 estava decerto dominado pelos seus comandos fiéis ao Regime pelo que o tenente-coronel e os dois tenentes que com ele aguardavam a oportunidade de actuar ficavam, por enquanto, desactivados. Logo Jaime Neves me pede para, com os oficiais dos «grupos de comandos», escoltar Correia de Campos até ao Terreiro do Paço, pois ele «não ia entrar sozinho no Ministério». Além disso, pode surgir uma boa oportunidade para actuarem. E até Luís Macedo, tranquilizando-me quanto à segurança efectiva que está montada no RE 1 e manifestando o desejo de ver o que se passa lá fora, me «implora» que o deixe acompanhar os camaradas. Com a promessa de, depois, nos contar tudo o que vir.

Por essa altura, as notícias que nos chegavam ao posto de comando permitiam-nos encarar a situação com o maior optimismo.

Restavam-nos poucas dúvidas de que o Governo não tinha possibilidades de resistir e entrava na agonia. Sabíamos que apesar dos nossos comunicados prudentes, recomendando à população que se mantivesse em suas casas, enormes multidões de populares iam enchendo a Baixa lisboeta e todos os locais onde descobriam forças do MFA para, em explosões incontidas de entusiasmo autêntico, as acarinhar e vitoriar. O golpe de Estado transformava-se, a pouco e pouco, numa campanha alegre e vitoriosa em que o Povo dava as mãos, fraternalmente, ao MFA.

Num instante, com a saída brusca dos camaradas, a «sala de operações» ficou rarefeita. Respirava-se melhor. A chamada de Salgueiro Maia fora providencial.

É ao tenente-coronel Ferrand d'Almeida que cabe a primeira investida cautelosa ao campo ocupado pelos revoltosos. Destaca da coluna do RC 7 um pelotão de reconhecimento (PelRec) *Panhard* e dirige-o pela Avenida Ribeira das Naus em direcção ao Terreiro do Paço. Não demora muito a rendição do tenente-coronel. Os subordinados não lhe obedecem, a determinação dos opositores é firme e forte o seu potencial, o povo apupa-o. O coronel Álvaro Fontoura, chefe de gabinete do ministro do Exército, assiste à detenção de Ferrand d'Almeida da janela do gabinete e incita-o, chama por ele. É inútil.

— Não posso ir. Estou preso, meu coronel.

É um alívio para ele e uma esperança perdida para Álvaro Fontoura. Deixara escapar a boleia para Lanceiros 2 e já de nada lhe podia valer a utilização do buraco. As saídas dos ministérios para a rua estão controladas e é um risco tentar a surtida. O coronel sente-se encurralado.

Não tarda muito a ver definida a sua situação. Correia de Campos e os outros camaradas que saíram da Pontinha chegam ao Terreiro do Paço e contactam Salgueiro Maia. O grupo vai à porta do Ministério e não tem qualquer dificuldade em lá entrar. É o próprio pessoal da PM quem lhes facilita, de dentro, o acesso. Sobem ao gabinete do ministro e dão voz de prisão a Fontoura e ao chefe de gabinete de Viana de Lemos. O ministro e o subsecretário já ali não se encontram. O buraco é descoberto.

O telefone retine no PC. É Macedo quem me chama.

— Alô TIGRE? Daqui DRAGÃO. Ouve lá, tu imaginas donde te estou a falar?

— Não faço ideia. Conta lá.

— Eh! pá, é do gabinete do ministro do Exército. Um gabinete porreiro, luxuoso, com uma porta pesada, chapeada a ferro e almofadada. Mas olha, apesar destas seguranças todas, o tipo deu à sola. Cavou por um buraco numa parede, com outros tipos, não sabemos ainda pra onde.

— Então não prenderam ninguém?

— Dos ministros ou tipos do Governo não. Só chefes de gabinete. Arraia-miúda.

— *Okay*. Então depois mandem-nos para aqui. Ouve lá, e como é que estão as coisas por aí?

— Isto por aqui está porreiro, pá. A malta já prendeu também o Ferrand d'Almeida, que apareceu aí armado em parvo a ver as montras e foi dentro. Ouve lá, tu imaginas a sensação que é um tipo poder estar aqui à janela do gabinete do ministro e ver um mar de gente aqui à frente aos gritos e a dar vivas ao MFA?

— Imagino, imagino. Obrigado por me transmitires essa sensação.

Luís Macedo estava embriagado pela euforia. Também, em circunstâncias daquelas, quem não estaria?

A tentativa de cerco às forças da EPC na Praça do Comércio, gizada no PC de alternativa das forças militares governamentais em Lanceiros 2, parecia votada ao insucesso. Logo depois da rápida entrega de Ferrand d'Almeida, as forças da GNR estacionadas no Campo das Cebolas tentam uma tímida penetração pela Rua da Alfândega. Em breve diálogo com Salgueiro Maia, o comandante da força, já do antecedente sem grande convicção, aceita o conselho do capitão para abandonar a zona, pois não tem qualquer hipótese de se bater, com êxito, contra as forças do Movimento ali estacionadas.

Até o famigerado Maltês Soares, comandante da 1.ª Divisão da PSP, se apresenta a Salgueiro Maia e se coloca às suas ordens (!), dele recebendo indicações para que os agentes contribuam para descongestionar o trânsito na zona.

Com o potencial bélico inicial já acrescentado do pelotão reforçado de *AML/Chaimites* do alferes David e Silva e do PelRec de

Panhards que Ferrand d'Almeida lhe «oferecera», Salgueiro Maia pode dar-se ao luxo de ceder uma *AML* e uma *ETT* da sua coluna ao capitão Bicho Beatriz, que solicita esse precioso reforço para aumento da segurança próxima do QG/RML ocupado pela sua companhia, face ao cheirinho de ameaça que lhe foi trazido pelo tenente Ravasco do RL 2. Com os dois blindados, que lhe são enviados pelas nove horas, Beatriz passa a controlar os cruzamentos da Rua Marquês de Fronteira com a Avenida António Augusto Aguiar e a Rua Marquês de Sá Bandeira, ali se mantendo o material até às sete da tarde, o que prova que já não era mesmo imprescindível na coluna da EPC.

Às sete e trinta, um comunicado lido por Luís Filipe Costa aos microfones do «nosso» posto emissor definia, sem deixar margem para dúvidas, qual a finalidade do Movimento militar e de que lado da barreira se encontrava o MFA:

Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Conforme tem sido difundido, as Forças Armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de acções com vista à libertação do País do regime que há longo tempo o domina.

Nos seus comunicados as Forças Armadas têm apelado para a não intervenção das forças policiais com o objectivo de se evitar derramamento de sangue. Embora este desejo se mantenha firme, não se hesitará em responder, decidida e implacavelmente, a qualquer oposição que venha a manifestar-se.

Consciente de que interpreta os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora e pede à população que se recolha às suas residências. Viva Portugal!

24. «AGORA JÁ É TARDE»

Pouco passa das sete e trinta quando o chefe do centro emissor do RCP em Porto Alto vê aparecer uma coluna militar na Estrada Nacional n.º 10. As viaturas param, os soldados saltam e começam a espalhar-se pelos terrenos circundantes, em manobra envolvente. Ocupam a área, formam o cerco.

Luís Pessoa destaca-se e dirige-se, cauteloso, à porta principal, onde o chefe o aguarda. Estabelece-se um breve diálogo que rapidamente convence o tenente de que, apesar do atraso, são os primeiros a chegar. Dentro do edifício, apenas dois funcionários, que colaboram de imediato. Não há necessidade de tomar precauções de combate. O centro emissor é ocupado rapidamente e guarnecidos os pontos mais propícios à melhor defesa do objectivo conquistado.

O presidente da direcção do RCP, Júlio Botelho Moniz, telefonara ao chefe do centro pelas seis e trinta, a perguntar o que se passava, e fora informado de que por ali estava tudo calmo mas que dos estúdios, estranhamente, só radiodifundiam marchas militares, comunicados de «um posto de comando do Movimento das Forças Armadas» e canções normalmente proibidas. Botelho Moniz não ordenara o corte da emissão, pois ia primeiro consultar um *membro do Governo* [1].

Já não teve segunda oportunidade. Quando pelas oito horas telefona de novo e ordena o corte imediato da emissão, desligando o emissor em funcionamento, o chefe só pode ter uma resposta:

— Agora é tarde, não se pode desligar porque estamos ocupados.

E passa o telefone a Luís Pessoa, que confirma que a missão das tropas que comanda ao serviço do MFA é precisamente impedir o corte da emissão e manter o RCP no ar. Botelho Moniz pergunta-lhe pelo nome e unidade, ao que o tenente se recusa a responder.

— O chefe do Movimento é o general Spínola? — quer saber o homem.

— O Movimento é de majores e de capitães e não conheço a existência de chefes — termina Luís Pessoa.

É através do RCP-Sampaio Pina, que colhemos a informação de que «JAMAICA foi ocupada sem incidentes às sete e cinquenta».

Cerca de uma hora depois, uma coluna de nove viaturas militares estaciona na estrada e despeja um contingente de soldados que tomam posições de combate. Angústia nos defensores do centro emissor que, no entanto, se preparam para a refrega.

Tudo termina em bem. É pessoal amigo, da EPE de Tancos, que recebera ordem de voltar a trás e seguir para Porto Alto, a fim de reforçar a defesa do centro emissor. Abandonariam mais tarde a posição para seguir para Lisboa com vista a ocupar o seu objectivo inicial, a Casa da Moeda.

25. TUDO EM BEM NO MAR DA PALHA...

Às sete e cinquenta, o pelotão do CICA 5 de Lagos recolhido na Barragem da Bravura ocupa o centro retransmissor da Foia sem resistência. Os capitães Glória Alves e Filipe Lopes, que o comandam, ordenam que sejam desligados os repetidores da Guarda Fiscal, da LP e da GNR, no que são obedecidos pelo pessoal ali em serviço sem hesitação. São cerca das dez e trinta quando o major Leal Branco chega ao local para informar os jovens capitães de que Castela Rio, depois das cenas tristes que já havia feito, levara mais longe a sua traição às promessas de adesão ao Movimento feitas três dias antes e telefonara ao CTA, a informar o brigadeiro Prazeres da «insubordinação» dos capitães e da ocupação da Foia pelo pelotão que se encontrava fora em exercícios de OP. Após conferenciar ao telefone com o brigadeiro Carrinho em Évora, Prazeres ordenara a Castela Rio que mandasse retirar imediatamente a força de ocupação do centro repetidor, sob pena de enviar para lá, com

[1] Foi o ministro das Finanças e da Coordenação Económica, Dr. Manuel da Cotta Dias, amigo pessoal de Botelho Moniz.

missão de combate, numerosas tropas do RI 4 de Faro bem comandadas.

Glória Alves e Filipe Lopes desconhecem que forças poderão cumprir a ameaça do brigadeiro e de que intenções virão animadas. Preferem não correr o risco de uma confrontação desnecessária e submetem-se, acabando por ordenar a retirada do pelotão para o quartel de Lagos, onde chega pelas doze e vinte.

A coluna do RI 3 põe-se em marcha para Montemor-o-Novo pelas oito horas. Simão Alves sente o incómodo da presença fiscalizadora do major Ventura Lopes. Mas o brilho do olhar, os braços que se levantam, os chapéus negros que se agitam, os brados de alegria e de incitamento dos trabalhadores que se topam ao longo do caminho, enquanto prosseguem, são remetidos ao MFA e antevêem a libertação e a redenção do Povo. O capitão anima-se cada vez mais e procura transmitir ao major todo o entusiasmo que o domina. Ventura Lopes mantém-se numa atitude serena e reservada, embora não discorde abertamente do jovem oficial. Mas ao longo do itinerário vai mantendo sempre que possível contacto telefónico com o QG, informando-o da fidelidade da coluna cujo movimento controla, às ordens do escalão hierárquico.

Em certo momento, o capitão sofre um baque. O major, sério, comunica-lhe que o QG acaba de o informar de que «o ministro, em Lisboa, está a controlar a situação e manobrando os cordelinhos do seu alto PC»! Simão Alves reage, não acredita, não pode ser verdade!

Claro que o capitão tem toda a razão. Andrade e Silva, telefonando aflitivamente do seu «alto» PC em Lanceiros 2, mente às unidades e aos quartéis-generais, afirmando-se senhor da situação, enquanto, na verdade, sente que está à beira do abismo que hora a hora se cava mais fundo. Donde, Alberto, a queda final ressoará com maior retumbância. E se lixam ainda mais aqueles que não deixam de acreditar no logro do teu *bluff*.

Quando, pelas catorze horas, a coluna chega ao nó rodoviário de Montemor, populares de passagem informam-nos de que as tropas de Estremoz já ali passaram há muito tempo.

São cerca de nove horas quando há um esboço de alarme na «sala de operações».

— O nosso comandante está à porta de armas — diz alguém. — Os soldados perguntam se se deixa entrar.

Tínhamo-nos esquecido de que também havia de chegar a vez do RE 1. Lopes Pires tranquiliza-me:

— Não se preocupe. O major Cepeda já lá está para o receber. Eu também vou falar com o nosso coronel e resolvemos a situação.

Resolveram. Não foi difícil. Lopes da Conceição, admiradíssimo com tudo aquilo, longe, longe, do que se passa dormira um sono descansado.

Apanhado de surpresa, fica a saber que está a decorrer um golpe de Estado e que o posto de comando do MFA funciona no interior da sua unidade.

— O nosso general Spínola é um dos generais? Então está tudo certo — finaliza.

Com o golpe triunfante em marcha, Vítor Crespo desunha-se no posto de comando, agarrado ao telefone, em permanente ligação com Contreiras, tentando motivar os camaradas da Força de Fuzileiros do Continente para uma tomada de atitude em relação ao comandante do Corpo de Fuzileiros, capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo, para que este ordene a saída do destacamento comandado pelo primeiro-tenente Vargas de Matos, com vista à ocupação do importante objectivo da sede da DGS, na Rua António Maria Cardoso.

Só o conseguiriam bastante mais tarde, quando já não persistiam quaisquer dúvidas quanto à vitória do MFA sobre as forças governamentais. Que diabo, um capitão-de-mar-e-guerra também não anda assim a correr a foguetes e a submeter-se a riscos desnecessários!

No entanto, Vítor Crespo obtivera de um convicto camarada progressista, o comandante Eugénio Cavalheiro, a garantia de que se os «fusos» não se hipotecassem ao Movimento por negativa do comandante do Corpo, ele reuniria uma força de voluntários capaz de desenvolver uma acção operacional.

De facto (como um bom), Cavalheiro cumpre a promessa. Quando Vítor Crespo, exasperado pela ausência de participação da Armada no golpe, entra em contacto com ele a solicitar-lhe a intervenção, o comandante não hesita em arrancar para o Largo de Camões comandando uma força mista de cento e vinte voluntários, que conseguira reunir, do Grupo 2 de Escolas da Armada e da Força de Fuzileiros do Continente (FFC). Crespo dá-lhe a missão de ocupar a sede da DGS na Rua António Maria Cardoso. E Eugénio Cavalheiro lá segue, afoito, sabendo que ao atravessar a Ponte Salazar tem de mandar o pessoal agitar as boinas, pois é a senha combinada para que a tropa da EPA que controla a área os deixe passar. Pelas onze e quarenta atravessam a ponte a caminho de Lisboa.

O comandante não irá, porém, cumprir a missão. Do edifício sai um camarada do seu curso, medalhado com as mais altas condecorações, incluindo a Torre e Espada, por feitos praticados em combate na guerra colonial, promovido por distinção a capitão-tenente e que comanda agora a Polícia Marítima: Guilherme Almor de Alpoim Calvão. Este estaca, surpreso:

— Que raio estás tu aqui a fazer, pá?

— Venho ocupar a DGS por ordem do Movimento.

— Tás doido ou quê? Queres suicidar-te? Tu sabes o que é que esta malta tem aqui dentro em matéria de armamento? Olha que os tipos lixam-te, a ti e ao pessoal. Têm granadas aos montes, petardos, pistolas-metralhadoras, metralhadoras, eu sei lá. Pira-te enquanto é tempo, pá. Isso é uma loucura.

Cavalheiro desmobiliza-se rapidamente. Decide não arriscar o pessoal, que ainda por cima não está preparado para acções a sério, pois são quase todos especialistas sem instrução de combate. Ordena a retirada e comunica o facto a Vítor Crespo, que, mau grado seu, acaba por concordar e dizer a Cavalheiro que vá ocupar posição de reserva na zona da portagem da Ponte Salazar.

Pelas catorze e trinta estão de regresso à Portagem, de orelha murcha, e contactam as forças da EPA ali estacionadas.

Cerca das nove horas, vem precisamente da Marinha a primeira ameaça séria às forças da EPC estacionadas no Terreiro do Paço, provocando no posto de comando uma certa agitação. Vítor Crespo recebe de Almada Contreiras uma informação alarmante: acaba de ser interceptada no Centro de Comunicações uma ordem

do vice-chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Jaime Lopes, transmitida por fonia ao NRP (Navio da República Portuguesa) *Almirante Gago Coutinho* no sentido de que este abandone a esquadra da NATO que pelas sete da manhã iniciara o exercício «Dawn Patrol» e regresse ao Tejo a fim de ir ocupar posição em frente ao Terreiro do Paço, preparando-se para entrar em acção.

O comandante mostra-se preocupado. O NRP *Gago Coutinho* é uma fragata com grande potência de fogo, dispondo de quatro peças capazes de disparar cento e vinte tiros por minuto, além de outro armamento. Contreiras informa que o navio obedeceu à ordem e iniciou a manobra de retorno. Quem o comanda é o capitão-de-fragata Seixas Louçã [1], considerado nos meios da Armada oficial competente mas duro. Se se dispuser a cumprir a missão que agora lhe é ordenada, pode ser um sarilho.

Perante aquela ameaça, não tenho qualquer hesitação. Pelo rádio aviso Salgueiro Maia do que se passa e digo-lhe que estude desde já a possibilidade de recolher as viaturas debaixo dos arcos da Praça e as que não caibam, por serem muito largas, manobrá-las para a Rua do Arsenal e Largo da Câmara. Com megafone, avisar a multidão do perigo que corre face a um possível bombardeamento.

Por outro lado, também através do rádio, dou ordem à bateria de Vendas Novas em posição no alto do Cristo-Rei para se preparar para fazer fogo sobre a fragata F-473 que se desloca no Tejo em direcção ao Terreiro do Paço, só devendo abrir as hostilidades à ordem do PC.

Vítor Crespo transmite a Almada Contreiras as disposições por nós tomadas e pede-lhe que através de um posto emissor de uma unidade da Armada faça seguir o aviso para bordo do navio, com a finalidade de dissuadir o comandante de qualquer atitude hostil contra as forças posicionadas no Terreiro do Paço.

As indicações são transmitidas por Contreiras ao posto de rádio da flotilha de submarinos que, por sua vez, as transmite ao navio.

---

[1] Conheci o comandante Seixas Louçã em Bissau, como chefe do Estado-Maior do Comando da Defesa Marítima da Guiné. Spínola e ele não se estimavam mutuamente. Tinha, no Comando, a alcunha de «a Louca», não por qualquer característica pessoal mas simplesmente porque os *telexes*, onde o seu nome era frequentemente referido devido às funções que desempenhava, não grafam a cedilha e o til.

Chocam-se as ordens do almirante com as do posto de comando do Movimento.

O comandante do navio ordena que seja dada às peças a máxima elevação, pretendendo demonstrar àqueles que se encontram na Praça do Comércio que não desenvolve uma acção de hostilidade, enquanto, por outro lado, a fragata navega a alta velocidade, a fim de não constituir alvo fácil para as peças dos blindados da EPC e os obuses da EPA.

Entretanto Vítor Crespo telefona também ao Estado-Maior da Armada, procurando dissuadir o almirante de manter a ordem anteriormente dada à *Gago Coutinho* face à ameaça que agora pesa sobre o navio. Jaime Lopes acaba por cancelar a ordem, aceitando a «sugestão» do posto de comando do MFA. Outra ordem de Vítor Crespo para que a fragata baixe as peças e saia a barra, recebe a firme negativa de Seixas Louçã, que por tal motivo entra em litígio com a tripulação. Tudo acabará em bem no Mar da Palha. Anulada a ordem do EMA, o navio acabará por abandonar a sua posição para ir fundear frente ao Alfeite, cerca do meio-dia.

Salgueiro Maia iria ser o comandante de forças do Movimento mais sujeito a situações de perigo e de tensão ao longo do dia 25. O número de homens que tem sob o seu comando e o potencial bélico de que dispõe permitem-lhe todavia encarar com certo optimismo as situações de responsabilidade que se lhe vão deparando e sendo resolvidas e que farão concentrar sobre ele e as forças da EPC as preocupações do posto de comando e as atenções e o carinho das massas populares que, a partir do Terreiro do Paço, não mais deixarão de o acompanhar e aos seus homens, guindando desde logo o jovem capitão às culminâncias de primeira estrela do MFA vitorioso.

26. UM ÍDOLO POPULAR

Mal refeito do susto inicial que o aparecimento da *Gago Coutinho* frente ao Cais das Colunas havia provocado, surge a necessidade de resolver, evitando o confronto, o problema que os cinco carros de combate *M/47* de Cavalaria 7 constituem. Tudo teria sido facilitado se não se desse o caso de vir a coluna comandada por um brigadeiro, Junqueira dos Reis, ao qual fora cometida a espinhosa missão de organizar e comandar a resistência contra o Movimento e concedidos por Joaquim Luz Cunha, o CEMGFA, «plenos poderes» para a levar a cabo. O brigadeiro procura levar à risca as instruções recebidas, recorrendo a todos os meios de firmeza, de comando e de condução de homens que aprendera ao longo de toda a sua carreira. Sabe que joga naquela cartada as suas estrelas de brigadeiro. Mas cedo, naquela manhã de Abril, ali mesmo na Rua do Arsenal, ele sente que o jogo está perdido, que a vitória lhe escapa das mãos, que não tem o apoio nem dos seus subordinados nem da população, que o hostiliza, que não chegará a colocar nunca, sobre os ombros, as ambicionadas estrelas de general.

Ao general Joaquim Luz Cunha, que tem mais duas do que ele mas que lhe sacode para cima a água do capote dando-lhe «plenos poderes», Junqueira dos Reis ripostará:

— Mas quais plenos poderes se eu não tenho homens! Eles passam-se todos para o outro lado!

Era um facto. Depois do alferes David e Silva, às primeiras horas da manhã, fora a vez de Ferrand d'Almeida se deixar prender sem resistência, passando todo o pessoal que levava sob o seu comando para as forças do Movimento.

O brigadeiro decide então entrar com a sua última força em acção. Divide os cinco *Patton M/47* em dois grupos, tentando uma primeira investida com dois deles deslocando-se pela Avenida da Ribeira das Naus, directamente comandados pelo alferes miliciano Sottomayor. Atrás dos carros de combate seguem atiradores do RI 1 da Amadora e uma pequena força da PM de Lanceiros 2. E ainda, como supervisor, o major Pato Anselmo, à paisana e envergando uma grossa canadiana azul, pois não teve tempo, na

emergência, de se fardar. Ele próprio, Junqueira dos Reis, acompanha a coluna.

Salgueiro Maia tenta o diálogo, dirigindo-se com um lenço branco na mão ao encontro do brigadeiro. Este *exige* que o capitão se desloque para a retaguarda das forças que ele comanda. Maia contrapõe com um encontro a meia distância entre ambas as facções. O brigadeiro, porém, não está em condições de suportar plataformas de acordo. Ordena a Sottomayor que abra fogo sobre o capitão com as peças do *M/47*. E quando o jovem alferes *tem o desplante* de não lhe obedecer, ordena a prisão imediata do rapaz.

— Você já estragou a sua vida! — atira-lhe, iracundo.

É ele, depois, que dá ordem directa aos apontadores dos carros de combate e aos atiradores que progridem protegidos pelas couraças, que abram fogo. Ninguém lhe obedece. E agora, a quem dar voz de prisão? Só, abandonado, dá ordem a si próprio e é obedecido. Dispara alguns tiros para o ar. Mesmo assim, ninguém lhe responde. Só lhe resta abandonar a zona e regressar à Rua do Arsenal. Aí, pelo menos, tem o coronel Romeiras para o apoiar.

Entregue a si próprio, sem o alferes e sem o brigadeiro, Pato Anselmo sente-se desconfortável. Aquela não é uma situação que alguém possa invejar e o feitio do major não se adapta, francamente, àquilo que vulgarmente se imagina como o modelo do herói. Jaime Neves, que já está embalado na acção e que o conhece bem, encarrega-se da parlamentação, acompanhado pelo capitão Tavares de Almeida e pelo alferes miliciano Maia Loureiro. A rendição é rápida. O major quer é ver-se livre daqueles trambolhos o mais depressa possível. As torres dos *M/47* são mandadas rodar cento e oitenta graus e os pesados blindados vão engrossar, com as suas tripulações, as forças do Movimento. Todo o restante pessoal apeado se entrega também. Os *M/47* são imediatamente deslocados para a Rua do Arsenal, onde se confrontam agora com o que resta da força com que, cheio de «plenos poderes», Junqueira dos Reis saiu há cerca de duas horas da Calçada da Ajuda.

Os tenentes Santos Silva e Assunção e o furriel Nunes, que acaba de se passar para os revoltosos, encarregam-se das negociações na Rua do Arsenal. Nenhum deles será bem sucedido. Santos Silva e o furriel Nunes são alvejados pelo brigadeiro quando vão propor conversações a meio caminho e vêem-se obrigados a retirar. Pouco

depois Assunção, desconhecendo o que se passou, aceita a intimação de Junqueira dos Reis e desloca-se, confiante, até junto dele. O brigadeiro manda abrir fogo sobre o tenente mas ninguém lhe obedece. E é o coronel Romeiras que, aconselhando calma, se interpõe entre as armas e o jovem subalterno. No auge da exaltação, o brigadeiro agride com três murros o tenente. Este não reage. Toma a posição de sentido, faz a continência e retira-se com dignidade. Ficam esgotadas as possibilidades de diálogo.

Uma enorme massa de povo situa-se agora entre as forças do Movimento no Terreiro do Paço e o que resta da força sob o comando de Junqueira dos Reis. Os ministros há muito que abandonaram a zona e estão refugiados em Lanceiros 2 e no Carmo. A notícia, com uma ou outra inexactidão, já tinha chegado ao posto de comando. Tínhamos Marcelo e alguns ministros (não sabíamos ainda quais) localizados no Comando-Geral da GNR. Era só preciso ir lá buscá-los.

Correia de Campos, através do emissor-receptor, informa-me de que não havendo missão definida a cumprir no Terreiro do Paço, agora que os ministros já ali não se encontram, é conveniente abandonar a zona, pois a tropa que permanece na praça está continuamente sujeita a pressões das forças governamentais (para mim, foi sempre um enigma o porquê da tentativa de recuperação a todo o custo, com grande concentração de meios, daquele parque de automóveis!) e sem uma finalidade objectiva. Pede nova missão para o pessoal, caso haja, informando da possibilidade de divisão das forças em pelo menos dois núcleos, em virtude do reforço substancial que foi recebido com a adesão do pessoal de Lanceiros 2 e Cavalaria 7.

É uma excelente ocasião para abandonar o local, deixar Junqueira dos Reis pregado na Rua do Arsenal e fazer uma retirada táctica, com a finalidade de iniciar o cerco ao quartel do Carmo. São essas as ordens que transmito a Correia de Campos: dividir em dois núcleos a totalidade das forças que se encontram no Terreiro do Paço, subindo um deles até ao Largo do Carmo, que ocupa, para obter a rendição do Presidente do Conselho, que, tenho a certeza, já se encontra refugiado no quartel da GNR; o outro núcleo deverá deslocar-se ao Quartel-General da Legião Portuguesa, na Penha de França, com vista a cercá-lo e obter a rápida rendição da guarnição.

Devem manter-se em posição as forças que protegem o Banco de Portugal e a Rádio Marconi.

O tenente-coronel informa Salgueiro Maia das decisões do PC. Dividem as forças e as missões. O capitão seguirá para o Largo do Carmo com o pessoal da EPC. O outro grupo, formado pelo pessoal aderente do RC 7, RL 2 e RI 1, cumprirá a missão da Penha de França. Este núcleo vai ser comandado por Jaime Neves e integrará os oficiais dos «grupos de comandos», além dos tenentes de cavalaria Cadete e Balula Cid (do RC 7). Enquanto isso, outros camaradas, em viaturas civis, conduzirão à Pontinha, sob prisão, os oficiais capturados no Terreiro do Paço (coronel Fontoura, tenente-coronel Ferrand d'Almeida, major Pato Anselmo, etc...). Pelo menos, terão já preparado um leito para se recostarem.

Pelas onze e trinta, no meio da alegria imensa da multidão, as viaturas da EPC sob o comando de Salgueiro Maia, carregadas de populares em cachos, formam coluna e iniciam a marcha para o Largo do Carmo, metendo pela Rua Augusta em direcção ao Rossio, em autêntica apoteose. O jovem capitão é já, nesse momento, um ídolo popular.

27. «O MOVIMENTO DOMINA A SITUAÇÃO EM TODO O PAÍS»

O Agrupamento Norte, sob o comando do capitão Gertrudes da Silva, passa por Leiria e Caldas da Rainha sem qualquer incidente, atingindo Peniche pelas dez e trinta. O capitão Coutinho desloca-se ao objectivo a ocupar, o forte, odiosa prisão política do Regime. Os elementos da DGS que ali se encontram em serviço não se mostram dispostos à rendição. Mantêm-se fiéis ao Governo marcelista e aguardam ordens superiores.

Os capitães reúnem-se para estudar a situação. Querem evitar, se possível, o emprego da força. Tentam obter ligação telefónica ou

rádio com o PC e não a conseguem. Decidem deixar em cerco ao objectivo a companhia do CICA 2 comandada pelo capitão Rocha Santos reforçada com duas secções de obuses do RAP 3 sob o comando do aspirante Monteiro, ficando o material artilheiro apontado para o forte em tiro directo. O grosso da coluna segue para Lisboa, a fim de contactar o PC e receber instruções mais precisas.

Lopes Pires afadigava-se, no PC, na elaboração de comunicados que iam sendo difundidos depois, a intervalos regulares, pelo RCP. De vez em quando, transmitia-se um resumo de vários comunicados anteriores, condensando-se a linguagem. O que fazia falta, na ocasião, era «avisar a malta», como diria o Zeca Afonso. Às onze e quarenta e cinco era difundido o seguinte comunicado:

Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Na sequência das acções desencadeadas na madrugada de hoje, com o objectivo de derrubar o regime que há longo tempo oprime o País, as Forças Armadas informam que de Norte a Sul dominam a situação e que em breve chegará a hora da libertação.

E mais adiante:

Recomenda-se de novo à população que se mantenha calma e nas suas residências para evitar incidentes desagradáveis cuja responsabilidade caberá integralmente às poucas forças que se opõem ao Movimento.

Chama-se a atenção de todos os estabelecimentos comerciais de que devem encerrar imediatamente as suas portas, colaborando desta forma com o Movimento, de modo a evitar açambarcamentos desnecessários e inúteis.

A todos os componentes das forças militarizadas, nomeadamente às forças da GNR, PSP e ainda às forças da DGS e da Legião Portuguesa, que abusivamente foram recrutadas, lembra-se o seu dever cívico de contribuírem para a manutenção da ordem pública, o que na presente situação só poderá ser alcançado se não for oposta qualquer reacção às Forças Armadas. Tal reacção nada teria de vantajoso, pois apenas conduziria a um indesejável derramamento de sangue que em nada contribuiria para a união de todos os portugueses.

Embora estando crentes no civismo e no bom senso de todos os portugueses no sentido de evitarem todo e qualquer recontro armado, apelamos para que os médicos e pessoal de enfermagem se apresentem aos hospitais para uma colaboração que fazemos votos por que seja desnecessária.

Caso esta determinação não seja acatada, será forçoso decretar o recolher obrigatório. Ciente de que interpreta fielmente os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá inabalavelmente na missão que a sua consciência de portugueses e militares lhes impõe. Viva Portugal!

Na Força Aérea, o alarme foi lançado bastante tarde. Aproximavam-se já as seis e trinta quando o Comando da I Região Aérea informou o comandante do Regimento de Caçadores Pára-Quedistas de que havia movimentos de tropas em Lisboa e lhe deu ordem para colocar a unidade em regime de prevenção rigorosa, devendo ainda fazer deslocar para Monsanto quatro helicópteros com pára-quedistas. Apanhado de surpresa pelo Movimento em marcha, Fausto Marques dirigiu-se à Base Aérea 3, ali ao lado, para conferenciar com o comandante e o 2.º-comandante da unidade e o tenente-coronel piloto-aviador Freire, da Direcção do Serviço de Instrução, que também estava presente. Havia já duas horas que o RCP difundia comunicados do Movimento. Os quatro oficiais superiores decidem retardar a partida dos helicópteros para Monsanto até se definir a posição a tomar.

Quando Fausto Marques regressa ao regimento são já dez horas. O Comando da I Região Aérea insiste no envio urgente dos meios pedidos. O coronel mantém a sua palavra, não permitindo o emprego de tropas pára-quedistas contra outros elementos das Forças Armadas. Informa que os meios estão a ser preparados e que aguarda um melhor esclarecimento da situação.

Os capitães solicitam ao comandante uma rápida reunião. No seu gabinete, Fausto Marques recebe cerca de quinze oficiais superiores e capitães, sendo o capitão Silva Pinto o porta-voz da preocupação geral quanto à deslocação de tropas para Monsanto, dado o mal-estar que atitude semelhante provocara em 16 de Março. Procura-se ligação com Rafael Durão para que este dê um alvitre sobre o que devem fazer, mas não o localizam. E Fausto Marques

acaba por tomar a iniciativa de entrar directamente em contacto com o CEMFA, general Brilhante de Paiva, para o informar de que o regimento considera inconveniente a deslocação dos «páras» para Monsanto, pelo que esta não se realizará. Insistindo que aquela é uma norma prevista de actuação das tropas do RCP sempre que se verifica alteração da ordem pública em Lisboa e que os «páras» apenas se destinam a garantir a segurança dos *oficiais* da Força Aérea presentes no Comando da I Região, pois que não está prevista a deslocação para o local de membros do Governo, o general acaba por não ter outra saída senão aceitar a recusa do comandante das tropas pára-quedistas.

Os tenentes-coronéis Horácio Alves de Oliveira e Ângelo Silva e Sousa propõem a Fausto Marques deslocarem-se de helicóptero até Lisboa com o fim de aclarar a situação. Procurarão contactar com o denominado «posto de comando do Movimento das Forças Armadas» e esclarecer a situação junto do Comando da Região Aérea em Monsanto. Levam delegação do comandante para manifestar ao MFA, depois de esclarecidos, a adesão dos «páras».

Cerca das doze e trinta, um helicóptero da BA 3 de Tancos parte para Lisboa com os dois oficiais superiores, cortando o espaço aéreo sobre o PC do MFA na Pontinha, a caminho de Monsanto, pelas treze e trinta.

A essa hora, o major Queiroz de Azevedo reúne os oficiais, os sargentos e os primeiros-cabos milicianos do 2.º GCAM, no Campo Grande. Desistiu da porfiada tentativa de convencer o comandante a aderir ao Movimento. Apesar dos comunicados do posto de comando do MFA e da queda evidente do Regime perante a avalancha, Jaime Elder Duarte Barros recusa a evidência. A Queiroz de Azevedo repugna a detenção do comandante. São amigos há trinta anos, desde os bancos dos Pupilos do Exército. O major Barros apresenta-lhe, para não aderir ao MFA, razões particulares de ordem económica. Não conseguindo estabelecer uma relação aceitável entre a desculpa fornecida e o que está a passar-se, a exigir a tomada de decisões rápidas, é com mágoa que Azevedo se vê obrigado a assumir o comando do quartel.

Os oficiais milicianos presentes aderem entusiasticamente ao Movimento. Já há demasiadas horas que aguardam uma atitude

concreta por parte dos camaradas do QP. Há uma excepção, um jovem aspirante natural de Angola que pede algum tempo para pensar, murmurando, de lágrimas nos olhos, que vai ficar sem a sua terra! Acabará por aderir, convicto, depois de uma hora de reflexão.

Um outro subalterno, um alferes miliciano, apruma-se para afirmar a Azevedo:

— O meu major desculpe, mas esta não é a minha guerra.

O major não o reconhece como um indivíduo de índole reaccionária. E logo o interpela:

— Mas porquê? O senhor é comunista, não é?

Apanhado de surpresa, o jovem acaba por assentir, manifestamente pouco à vontade.

— Mas é precisamente para que cada um possa ter e defender livremente as suas ideias políticas que o Movimento está a fazer o golpe de Estado, homem — garante Queiroz de Azevedo. — Não percebo por isso onde está a sua dúvida!?

Clarificada a situação, o moço alferes não tem qualquer relutância em aderir.

O sargento-ajudante, como o mais antigo da classe, treme como varas verdes quando é interpelado por Queiroz de Azevedo. E à pergunta do major «os sargentos aderem e ficam sob o meu comando ou não aderem?», responde, incoerentemente, com o balbuciar choroso da ladainha dos juramentos de bandeira que aprendeu há dezenas de anos:

— Um militar ama a sua Pátria acima de todas as coisas, um militar deve reger o seu procedimento pelos ditames da virtude e da honra, um militar...

Azevedo impacienta-se:

— Homem, cale-se lá e tenha calma, não é nada disso que eu lhe estou a perguntar. O que eu quero saber é se você, que é o sargento mais antigo da unidade, adere ao Movimento e aceita o meu comando, ou não adere e não aceita e então tenho de o mandar prender. É só isto. Mais nada.

O sargento-ajudante choraminga:

— Mas, meu major, quem é que está à frente disto?

Azevedo utiliza, convencido, a senha mágica:

— É o nosso general Spínola.

O homem parece tranquilizar-se:

— Ah! Se é o nosso general Spínola, então estou com o Movimento.

Os outros sargentos são interrogados um por um e respondem afirmativamente à pergunta do major. Um segundo-sargento mais determinado, perfilando-se, assevera com emoção:

— Eu, meu major? Eu há mais de vinte anos que estou à espera deste momento!

Todos os cabos milicianos aderem sem reservas. Decresce a tensão. Queiroz de Azevedo agarra o leme. O 2.º GCAM é mais uma unidade inteiramente integrada na Revolução.

O capitão Fernandes comanda uma companhia do RI 1 e tem o seu pessoal montado em viaturas formando coluna no Rossio. Do seu PC de alternativa, o ministro dera ordem de saída ao Regimento da Amadora e ela fora cumprida. Mas só até aí. Quando a coluna da EPC sob o comando de Salgueiro Maia desemboca, triunfal, na praça, Fernandes consegue romper até ao seu camarada para lhe dizer que recebeu ordens para não o deixar passar (esta só do «cabo de guerra»! Como iam resistir os pobres rapazes do RI 1 ao fogo dos blindados da EPC!?), mas que se coloca incondicionalmente às suas ordens. Maia diz-lhe que siga com a sua coluna atrás das forças da EPC, na falta de uma outra alternativa que naquele momento é impossível ocorrer-lhe.

Após uma viagem apoteótica, no meio do entusiasmo desbordante da multidão e aceitando o imenso apoio popular para ir tomando ao longo do trajecto precauções de combate, a coluna da EPC cerca o quartel do Carmo pelas doze e trinta. Quando recebo a notícia no posto de comando, penso que o epílogo do drama se aproxima rapidamente. A GNR não tem força para resistir ao assédio das «nossas tropas». Com toda a probabilidade, não estará interessada num confronto heróico mas suicida. Não é admissível o emprego da Força Aérea em tais circunstâncias, pois o próprio reduto do Presidente do Conselho sofreria com os efeitos da intervenção. Há mulheres e provavelmente crianças no quartel. E Marcelo está lá dentro, com os seus ministros, apanhado na ratoeira, impossibilitado de sair seja por onde for. O marçalazarismo asfixia.

Salgueiro Maia dispõe de dez blindados (um *M/47*, três *AML*, três *EBR*, duas *Chaimites* e uma *Fox*) que manda colocar á entrada dos acessos ao Largo do Carmo e de frente para o quartel em posição ofensiva (duas *EBR* e duas *AML*). Os seus atiradores e os do RI 1 distribuem-se também em cerco à zona. A multidão, eufórica, preenche todos os espaços para assistir finalmente à queda do Regime detestado. O capitão prepara-se para a provação derradeira: caber-lhe-á, em mais uma rotura violenta com a hierarquia, o confronto decisivo com um dos mais altos dignitários da Nação, nada menos do que o Presidente do Conselho, Professor Doutor Marcelo Caetano. Fernando Salgueiro Maia engole em seco.

Considerámos que era importante a partir daí, com a situação absolutamente sob controlo, difundir um comunicado que informasse a população quanto aos objectivos que já tínhamos conquistado e a localização das figuras gradas do Regime. Constituía, do ponto de vista psicológico, um trunfo considerável a lançar no momento azado. Lopes Pires fez um apanhado da situação e telefonou aos nossos camaradas no RCP um comunicado que, com espanto e alegria da nossa parte, foi lido, cerca das catorze e trinta, por uma voz feminina, que mais tarde soubemos tratar-se de Clarisse Guerra:

Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Pretendendo continuar a informar o País sobre o desenrolar dos acontecimentos históricos que se estão processando, o Movimento das Forças Armadas comunica que as operações iniciadas na madrugada de hoje se desenrolam de acordo com as previsões, encontrando-se dominados vários objectivos importantes, de entre os quais se citam os seguintes: Comando da Legião Portuguesa, Emissora Nacional, Rádio Clube Português, Radiotelevisão Portuguesa, Rádio Marconi, Banco de Portugal, Quartel-General da Região Militar de Lisboa, Quartel-General da Região Militar do Porto, instalações do Quartel-Mestre-General, Ministério do Exército (donde o respectivo ministro se pôs em fuga), Aeroporto da Portela, Aeródromo Base 1, Manutenção Militar, posto de televisão de Foia, Penitenciária do Forte de Peniche.

Sua Excelência o Almirante Américo Tomás, Sua Excelência o Professor Marcelo Caetano e os membros do Governo, encontram-se cercados por forças do Movimento no Quartel da Guarda Nacional

Republicana do Carmo e no Regimento de Lanceiros 2, tendo já sido apresentado um ultimato para a sua rendição.

O Movimento domina a situação em todo o País e recomenda, uma vez mais, que toda a população se mantenha calma. Renova-se também a indicação já difundida para encerramento imediato dos estabelecimentos comerciais, por forma a não ser forçoso o decretar do recolher obrigatório. Viva Portugal.

Pelas treze horas, havíamos difundido também, através do nosso posto emissor (RCP), um comunicado tranquilizador:

O Movimento das Forças Armadas informa as famílias de todos os seus elementos que eles se encontram bem e que tudo decorre dentro do previsto.

28. «ANTES DE MAIS NADA NÃO ME CHAME CAMARADA»

Junqueira dos Reis já não reage com tanta vivacidade aos acontecimentos que se processam. De repente, as forças «inimigas» abandonam o Terreiro do Paço e ausentam-se não sabe para onde, deixando a retaguarda guardada com um ou outro blindado na Rua de S. Julião. Quatro blindados (dois *M/47*, uma *EBR* e uma *Chaimite*) e alguma tropa do RI 1 é tudo o que resta ao brigadeiro da força inicial com que esperava esmagar a resistência dos revoltosos. E ele sente que aqueles que se mantêm ainda sob o seu comando apenas lhe obedecem por recearem um acto de violência da sua parte. Se lhes permitisse, passavam-se rapidamente para o outro lado. «É desmoralizador o efeito que o entusiasmo e a adesão da populaça provoca nestes soldados!», pensa o brigadeiro.

Contacta com os generais resguardados em Lanceiros 2 e recebe indicação de que a coluna da EPC se dirige para o Largo do Carmo

e que, possivelmente, terá a audácia de incomodar Sua Excelência o Presidente do Conselho, que se encontra no interior do quartel acompanhando a situação. Os «plenos poderes» continuam a ser concedidos a Junqueira dos Reis para que possa resolver a situação no local.

É já sem convicção de qualquer espécie, perdido o fulgor das estrelas, que o brigadeiro põe a «sua» reduzida coluna em marcha, subindo a Rua do Alecrim para ir ocupar posição no Largo de Camões.

Por outro lado, em obediência rotineira às ordens hierárquicas, mas sem motivação, forças da GNR e da Polícia de Choque ainda mexem. Tropa apeada e uma coluna motorizada do Cabeço de Bola tomam posição no Largo da Misericórdia e na Rua Nova da Trindade. Uma companhia da Polícia de Choque ocupa lugar no Chiado. Prevendo refrega, a Cruz Vermelha Portuguesa, humanitária, monta um posto de socorros de urgência no Cais do Sodré.

No Largo de Camões, Junqueira dos Reis entra em novas dificuldades. O pessoal do RI 1 deserta, dirigindo-se um sargento a Salgueiro Maia para o informar de que a tropa da Amadora está com o Movimento e que se lhe quer juntar, o que o capitão aceita. Os soldados aparecem, efectivamente, de arma em bandoleira, misturando-se com a multidão. Há notícia também de que a tripulação de um dos blindados abandonou a viatura. O brigadeiro está cada vez mais isolado.

As notícias que chegam ao posto de comando são mais alarmantes do que a realidade dos factos. Dão-me conhecimento de um perigoso envolvimento a que a GNR, a Polícia de Choque e os blindados do brigadeiro estão a submeter as nossas forças no Carmo e que estas podem ser ali apanhadas como coelhos. Não acredito nisso, pois para mim é evidente a desmoralização que grassa nas forças governamentais e a falta de material bélico e humano de que dispõem para se opor com êxito aos blindados e às tropas do Movimento. No entanto, por precaução e também para evitar quaisquer veleidades heróicas, tomo decisões.

À coluna do RC 3 de Estremoz que me comunicara a sua chegada à Ponte Salazar às treze e quinze, tinha imediatamente cometido a missão de se deslocar à Trafaria para obrigar o pessoal ali em serviço a libertar os camaradas presos em consequência do

16 de Março. Andrade Moura e Alberto Ferreira tinham feito as despedidas ao coronel Caldas Duarte e aos capitães Miquelina Simões e Gastão Silva, que seguiriam imediatamente para Lisboa com o fito de acompanhar, no ponto quente do Largo do Carmo, o evoluir da situação. O esquadrão partira para o cumprimento da nova missão. Mas não chegaria a levá-la a cabo. Quando já se encontrava a caminho da Trafaria recebe ordem para regressar à ponte e seguir a toda a brida para o Largo do Carmo, a fim de aliviar a pressão a que as nossas forças da EPC estão a ser sujeitas pelas tropas governamentais. A coluna inverte a marcha, atravessa a ponte, segue pela Avenida Duarte Pacheco e pela Rua das Amoreiras, atinge o Largo do Rato e metendo pela Rua da Escola Politécnica dirige-se ao Carmo. Alcança a zona nevrálgica em tempo *record* e toma rapidamente posições de combate, estabelecendo a segurança próxima das tropas amigas estacionadas no largo.

Com os seus blindados já em posição e a dominar toda a Rua e Largo da Misericórdia, o Largo de Camões e a Rua Nova da Trindade, Andrade Moura e Alberto Ferreira contactam de viva voz os oficiais que comandam as forças da GNR. Fazem-lhes ver que a situação não se apresenta famosa para as suas cores e que só lhes resta renderem-se ou abandonarem a zona, recolhendo a quartéis. O comandante da força estacionada no Largo da Misericórdia é o major Teotónio Pereira, «o Golias», meu contemporâneo da Academia Militar. Afiança que vai contactar o Comando-Geral e dar cumprimento à *ordem* dos capitães.

Passados cerca de dez minutos da chegada da força do RC 3, Junqueira dos Reis entrega os pontos, abandona a posição no Largo de Camões e o pessoal informa Andrade Moura de que adere ao Movimento. As forças da GNR concentram-se no Largo da Misericórdia meia hora depois e formam coluna, abandonando o local e recolhendo a quartéis.

Após ter dado ao RC 3 a missão do se dirigir ao Largo do Carmo para efectuar uma manobra de envolvimento das forças da GNR e das de Junqueira dos Reis que aparentemente efectuavam o cerco das tropas sob o comando de Salgueiro Maia, decidi telefonar ao chefe do Estado-Maior da GNR, coronel Ângelo Ferrari, meu antigo professor de Geografia na Academia Militar.

Estabelecida a ligação com o Carmo, peço que o chamem ao telefone. Ouço finalmente a sua voz e identificação do outro lado do fio:

— Está? É coronel Ferrari ao telefone. Quem fala?

— Daqui, é do posto de comando do Movimento das Forças Armadas — explico, pausadamente, perante o silêncio e a curiosidade dos camaradas que me rodeiam, em semicírculo, na «sala de operações». — Telefono-lhe para lhe dizer o seguinte: sabemos que aí se encontram refugiados o Doutor Marcelo Caetano e mais alguns dos seus ministros. Por outro lado, se assomar a uma das janelas da frontaria, o que já deve ter feito, verificará que as forças do Movimento, no caso presente as da Escola Prática de Cavalaria, dominam completamente a situação no Largo do Carmo. Não há qualquer possibilidade de contra-ofensiva da vossa parte. A vitória é nossa. Exijo por isso que se rendam e entreguem o ex-Presidente do Conselho ao comandante da força que aí se encontra.

Percebo o pânico na voz do coronel quando ele me pergunta:

— Mas donde é que fala? Que posto de comando é esse?

— Já lhe disse, e repito, que é do posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Está ou não disposto a cumprir o ultimato que lhe dirigi? Aviso-o de que têm pouco tempo.

— Mas, camarada, eu quero saber com quem falo.

— Antes de mais nada, não me chame camarada. Estamos neste momento em lados opostos e não o considero como tal. E digo-lhe, pela última vez, que fala alguém do posto de comando do Movimento das Forças Armadas.

— Mas é que há um engano. O Senhor Presidente do Conselho não se encontra aqui. Quase de certeza. O senhor está mal informado.

A dilatação de prazo que Ferrari procura conseguir faz-me sorrir. Reconheço nele o desespero. É com alguma indulgência que lhe respondo:

— O senhor coronel está a mentir. Afianço-lhe que é desnecessário. Temos a total garantia de que Marcelo Caetano aí se encontra. Pela última vez, rende-se ou não? É a última oportunidade. Se a sua resposta for não, mando abrir fogo, o que é pior para todos.

— Olhe, está enganado, repito. O Senhor Presidente não está cá dentro. Mas aguarde um momento que eu vou mandar ver.

A atitude de Ângelo Ferrari parece-me infantil. Ou talvez não. Penso na hipótese de ele procurar ainda localizar a minha chamada e tentar ganhar tempo com aquela manobra dilatória. Desligo o telefone. E logo de seguida procuro o contacto rádio com Salgueiro Maia para lhe transmitir a ordem de forçar a resolução da situação a nosso favor, face às notícias de envolvimento por tropas adversas que nos chegam e à tentativa de ganho de tempo por parte do Comando da GNR. Consigo a transmissão em deficientes condições. Mas o bastante para motivar Salgueiro Maia a «encostar» um blindado à porta de armas do quartel e deitá-la a baixo ou rebentar a fechadura a rajadas de metralhadora para a abrir. É preciso ir buscar Marcelo ao interior. Com ele na mão, a segurança das nossas forças aumentará.

Os minutos que se seguem são também dramáticos no posto de comando. Salgueiro Maia não nos parece muito disposto a ordenar a voz de fogo. Tememos que as forças adversas que cercam o Carmo possam iniciar uma ofensiva, moralizando as tropas da GNR que guarnecem o quartel e apanhando o pessoal da EPC entre dois fogos. Insisto com o jovem capitão para que, através do megafone, lance um ultimato aos sitiados. E que, expirado o curto prazo de tempo concedido, mande atirar uma rajada a partir vidros das janelas do primeiro andar do quartel, em ameaça de piores intenções. Requisito um estafeta para se deslocar rapidamente ao Largo do Carmo a fim de entregar a Salgueiro Maia um bilhete meu:

Salgueiro Maia:

Tentámos fazer um ultimato ao QG/GNR para entrega do Presidente do Conselho sem grandes resultados. Os tipos desligam o telefone ou retardam a chamada dizendo que vão ver se as pessoas estão.

Com o megafone tenta entrar em comunicação e fazer um aviso-ultimato para a rendição. Eu já ameacei o coronel Ferrari, mas ele parece não ter acreditado. Com autometralhadoras rebenta fechaduras do portão para verem que é a sério. Julgo que não reagirão. Felicidades. Um abraço. — *Otelo.*

O tenente Rosado da Luz, da equipa de ligação, que no Largo do Carmo acompanha o desenrolar dos acontecimentos, entrega o bilhete ao destinatário às quinze horas. E às quinze e dez, Salgueiro Maia, finalmente, concede um prazo de dez minutos para a rendição do Carmo, findos os quais mandará abrir fogo sobre o quartel. No posto de comando acompanhamos a acção através do rádio, conforme nos é possível. Escoam-se quinze minutos. E ouvimos então, nítido, um estralejar de rajadas. O tenente Santos Silva manda disparar as metralhadoras da torre da *Chaimite* onde se encontra, estoirando vidraças da frontaria.

No interior do quartel, o pânico é geral. Senhoras correm aos gritos pelos corredores agarradas à cabeça. Ângelo Ferrari vê que a coisa é realmente séria. E, perturbado, informa Marcelo de que a sua presença no interior do quartel compromete a segurança dos que se encontram no edifício... O Presidente começa a ser um fardo pesado de que a própria GNR se quer livrar o mais depressa possível...

Marcelo sabe que o assunto está definitivamente arrumado. O «heróico cabo de guerra das Caldas» informa-o de Lanceiros 2 de que já não dispõem de meios de acção e Junqueira dos Reis desistiu do combate e mandou os «plenos poderes» definitivamente às malvas. O comandante e o 2.º-comandante da unidade e o major Cruz Azevedo não aderiram ao MFA, mas a atitude dos capitães, subalternos e praças é hostil. Os membros do Governo, precatadamente, vão retirar-se para Monsanto num helicóptero[1] que aterrou na parada do quartel. Não é possível a utilização do mesmo meio para recolher Sua Excelência no Quartel do Carmo, pois o aparelho não tem local onde possa aterrar.

Alguns minutos depois de termos ouvido as primeiras rajadas através da rádio, aguardamos ansiosos no PC a chegada da informação de Salgueiro Maia sobre a rendição de COELHO (Marcelo Caetano). Mas ela não vem. A situação iria prolongar-se ainda, dramaticamente, durante mais três horas.

---

[1] Costa Martins, da torre de controle, autorizara a deslocação deste helicóptero ao RL 2 para embarcar os membros do Governo e os levar para o AB 1, onde ficariam guardados pelas forças da EPI. Ainda hoje estou para saber como é que dois agentes da PIDE se conseguiram meter dentro do aparelho e obrigar o piloto a transportar Andrade e Silva, Silva Cunha e os outros para Monsantol

O coronel de Cavalaria Abrantes da Silva, em serviço na DST (Direcção do Serviço de Transportes), não tinha a mínima ligação com o Movimento. Eu conhecia-o de nome, não só devido à sua profunda devoção católica, que tocava as raias da beatice, como também pelo elevado número de filhos que tinha, os que Deus lhe quisesse dar. Contava-se dele, como autêntica, uma norma de actuação que impunha aos seus subordinados quando comandava um batalhão em Angola. Quando estes tinham o azar de o levar no comando de qualquer coluna, Abrantes da Silva, de tempos a tempos, ordenava que fosse feito um alto à marcha, mandava reunir todo o pessoal à sua volta, obrigava-o a pôr-se de joelhos e ele próprio, abrindo os braços e olhando o céu, em êxtase, «comandava» a oração:

— Meus filhos, oremos.

O que incomodava o pessoal, que assim ficava exposto, inerme, a uma possível acção demolidora por parte dos guerrilheiros.

Não me parece que com estas características fosse o que se chama um progressista. No entanto (e o caso que aponto não é exemplar), quis o destino que um dos seus filhos, Mário Wrem Abrantes da Silva, tivesse aderido, politicamente, a um grupo de extrema-esquerda, o MRPP, encontrando-se preso em 25 de Abril no Forte de Caxias. Daí que o coronel acompanhasse, ansioso, a acção que se desenrolava no Carmo, gritando à boa maneira antifascista «libertação imediata dos presos políticos» e exigindo a rápida sujeição de Marcelo aos capitães.

Quando o coronel surge junto de Salgueiro Maia, este mais uma vez se deixa vencer pelo complexo dos seus três galões. E pede a Abrantes da Silva que vá ao interior do quartel dialogar, «para que quem lá está não pense que a guerra está a ser feita por um simples capitão». São quinze e vinte e cinco.

Por ironia, como refém do coronel, fica junto das tropas sitiantes meu primo, o major Fernando Velasco, só por mim conhecido como homem do Movimento. Com o tempo a escoar-se, eu a pressionar do PC através do rádio e as conversações a prolongarem-se, Maia ordena nova rajada sobre o frontispício do quartel. Continuando sem resposta à sua intimação de rendição dentro de quinze minutos, dispõe-se a utilizar as armas pesadas e a iniciar a demolição do edifício. Ordena a colocação do blindado em posição de tiro e dá a voz

de «um». Os populares procuram abandonar o largo, escondendo-se nos portais, nos átrios dos prédios, debaixo dos bancos de pedra. Faz-se silêncio no Carmo e a tensão aumenta quando o capitão grita «dois», procurando abafar o ruído dos motores.

Não chega a proferir o «três» definitivo. Pelo que as paredes do quartel continuam ainda hoje a manter-se de pé. Aquela que podia ter sido a maior acção de violência física cometida por forças do MFA em 25 de Abril é bruscamente interrompida pela intromissão de dois civis janotas que o tenente Assunção conduz até junto de Salgueiro Maia. Apresentam-se: Dr. Pedro Feytor (com ipsilon) Pinto, director dos Serviços de Informação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, e Dr. Nuno Távora, secretário do Dr. Pedro Pinto, secretário de Estado da Informação e Turismo.

29. «PRENDE MAS É ESSES GAJOS»

O pessoal que ocupa o posto-emissor do Movimento das Forças Armadas luta entretanto, há várias horas, com sérias dificuldades. Pelas oito horas o Governo reagira aos constantes comunicados dos revoltosos e ordenara o corte selectivo da energia eléctrica e dos telefones do Rádio Clube, quer na Sampaio Pina quer no centro emissor de Porto Alto, seguido, às onze horas, do corte da emissão em frequência modulada, fácil pelo accionamento do respectivo comutador em Monsanto. No Porto, um seccionador desligado corta também o emissor do RCP em Miramar, não permitindo à população acompanhar com boa recepção o que se passa em Lisboa.

A escolha do RCP para nosso posto emissor fora sem dúvida a mais acertada. A existência na Sampaio Pina de um gerador de emergência, com entrada automática em funcionamento, e de radiotelefone especial para o centro emissor de Porto Alto e também para a rede de FM, resolvem o problema, enquanto a central eléctrica automática de emergência em Porto Alto permite que a emissão do

RCP continue no ar, nem se tornando necessária a ida de Luís Pessoa à Hidroeléctrica do Alto Alentejo para exigir pela força a ligação da energia que a administração da empresa mandara cortar ao centro emissor. Na Sampaio Pina, os militares ocupantes e os técnicos movimentam-se e continuam a actuar à luz das velas até depois das dezanove horas, pois só após a queda do Governo a energia eléctrica e os telefones voltam a ser ligados.

A emissão contínua de comunicados, marchas militares e canções revolucionárias perturba fortemente as forças governamentais. E todos os meios são tentados para travar essa demonstração de poder e de controlo da informação por parte do MFA. Não surtindo efeito as tentativas de interferência e empastelamento por meio de outros emissores, sobretudo os do QG da Legião Portuguesa, na Penha de França, enviam ao RCP, pelas onze e trinta, dois funcionários das CRGE, que se apresentam com a indicação de que receberam ordens para cortar a energia.

— Mas qual energia? — pergunta-lhes Correia Pombinho. — Estamos sem luz há uma batelada de horas!

— Mas o Rádio Clube continua a transmitir...

— Pois continua, mas é com um gerador de emergência.

— Pois é mesmo esse gerador que nos mandaram desligar.

O espanto do capitão não o impede, no entanto, de ordenar a detenção dos dois prestimosos funcionários.

Chorão Vinhas, já tenente-coronel e 2.º-comandante do BC 5, ultrapassa com facilidade a barreira das praças da sua unidade que cercam o quarteirão. Chega intempestivamente ao Rádio Clube puxando da voz de comando e dos galões na tentativa de obter bom efeito psicológico sobre o grupo de oficiais:

— Mas afinal o que é que se passa? Que é isto aqui? Que barracada é esta?

A situação, porém, é diferente da que vivera, a seu ver com certo brilho, quarenta dias antes, por ocasião da intentona das Caldas. A manobra persuasiva que executa, procurando convencer os capitães de que não é possível vencer aquela batalha, que é mais uma intentona e que a derrota é iminente, não surte efeito. Acaba por se render à evidência quando é o próprio pessoal do BC 5 que o conduz, sob detenção, à unidade.

Nesta encontram-se já, também detidos, o general Louro de Sousa, quartel-mestre-general, e o brigadeiro Jaime Silvério Marques, director do Serviço de Transportes. Quando pelas onze horas pretendiam entrar no edifício da Rua Rodrigo da Fonseca, 180, haviam visto o seu acesso impedido por soldados do BC 5, que têm ordens para não deixar entrar ninguém. Nem a apresentação dos cartões e a indicação dos postos lhes permtira o ingresso.

— Quem foi que deu essas ordens? — pergunta, irritado, Silvério Marques.

— O nosso major Fontão — responde a praça.

— Chama lá o nosso major.

Fontão desloca-se ao encontro dos generais, cheio de urbanidade, quando solicitado pelo soldado. Recebe as identificações. E explica, paciente, o que se passa. À rápida conformação de Louro de Sousa contrapõe-se a iracúndia do brigadeiro, que não aceita a situação. Fontão, divertido, não deixa no entanto de o tratar com indulgente deferência. Acalmando-se por instantes, Silvério Marques acaba por tomá-lo por um braço, puxá-lo para um lado e confidenciar-lhe:

— Sabe, ó major Fontão, eu tenho de ir ao meu gabinete a fim de telefonar com urgência lá para cima, para o Porto. Eu não devia dizer-lhe isto, mas é que está ao largo do porto de Leixões um barco israelita carregado de material e tenho de dar umas ordens por causa disso.

O major pondera e pede ao brigadeiro que aguarde um instante. Telefona para o posto de comando:

— Está? ÓSCAR? Daqui maior de LIMA VINTE. Eh! pá, estão aqui um general, o Louro de Sousa, e um brigadeiro, o Jaime Silvério Marques, a quererem entrar no edifício da Rodrigo da Fonseca. O brigadeiro é um chato do caraças e está aqui a contar-me uma história de um barco israelita com material que está ao largo do porto de Leixões, e que por isso precisa de ir ao gabinete dele a fim de fazer uns telefonemas relacionados com esse assunto. Vocês sabem dizer-me alguma coisa sobre isto?

Quem atende está totalmente fora do problema. Mas não hesita em fornecer uma rápida solução:

— Aqui não sabemos de nada. Prende mas é esses gajos e leva-os para o BC 5.

Fontão não hesita. E em vez de continuar a conversa, convida os dois generais, sob os protestos exaltados de Silvério Marques, a entrarem com ele numa viatura que os conduzirá ao quartel de Campolide.

Quando, no PC, o camarada que «resolveu o assunto» apanha uma aberta para me informar, ufano, da «solução» que deu a Fontão, ponho as mãos na cabeça:

— Eh! pá, ca ganda bronca! O Jaime Silvério Marques vai fazer parte da Junta de Salvação Nacional!

30. «PARECE-ME QUE NÃO HÁ NADA A FAZER MEU GENERAL»

Em virtude da constante necessidade de tomar conhecimento das informações que continuamente chegam ao PC e de tomar decisões quanto à movimentação das nossas forças, não podemos dar-nos ao luxo de abandonar a «sala de operações» por um instante que seja. Os camaradas do RE 1 providenciam para que, pelas treze horas, nos seja levada ao PC uma refeição quente, com sopa e um prato de carne, vinho, pão e fruta, que ingerimos ali mesmo e nos cai bem.

Por outro lado, já de vários objectivos ocupados nos chegavam aflitivos pedidos de rações de combate para distribuir ao pessoal. Embora eu tivesse tido o cuidado de lançar na «Ordem de Operações» a necessidade de cada homem sair do quartel, na madrugada de 25, com rações para dois dias, verificámos que a maior parte das unidades não tinham cumprido a determinação, umas por esquecimento, outras, a maioria, por não as terem em depósito, o que de forma alguma fora motivo impeditivo para a saída da força. Havia portanto que resolver o problema.

A chegada do major José Maria Azevedo e do tenente-coronel Fialho, de Administração Militar, ao posto de comando, foi providencial. Passei-lhes a lista das unidades que não dispunham de

rações para o pessoal e os locais onde se encontravam (muitas, embora não tendo rações, nem de semelhante coisa se lembravam, tal era a fartura de acepipes com que os populares empanzinavam os militares) e entreguei a José Maria Azevedo as chaves do meu carro para que resolvesse com eficiência o problema, pondo a Manutenção Militar do Beato ao serviço das forças do Movimento. E eles lá partiram, cumprindo com denodo essa missão, chegando a ir distribuir eles próprios muitas das rações.

Aliás, tal solução de recurso e de «desenrascanço» à boa maneira militar portuguesa, não foi como tal encarada pelas forças governamentais. Uma transmissão rádio entre duas unidades «inimigas», captada e depois retransmitida através do RCP, dá-nos de tal facto indicação segura:

Do posto CHARLIE ALFA para o CHARLIE PAPA: Eles estão bem organizados, têm mantimentos que chegam em camiões da Manutenção Militar e até em viaturas civis. A população civil anda à pedrada às nossas tropas...

Esta possibilidade de fácil intercepção das transmissões rádio das redes «inimigas» e a sua retransmissão através dos emissores do RCP constituíram, a partir de determinado momento, mais um factor de incentivo para as nossas forças e para as massas populares e de desmoralização para o adversário, que se sentia ridicularizado.

O primeiro lamiré surgiu quando o tenente-coronel Quintino, do Quartel-Mestre-General, chegou pouco depois das treze horas ao RCP para comunicar, num alvoroço, que os filhos tinham captado casualmente as comunicações do «inimigo» e que estavam a gravá-las. Mário Pereira, o responsável pela discoteca do RCP, acompanhou o tenente-coronel a casa munido de um gravador portátil de *cassettes* e pôde assim recolher aquele precioso material, que pouco depois era lançado no ar e ouvido por milhões de pessoas. O diálogo travado entre o brigadeiro Junqueira dos Reis, comandando (!) a sua minúscula força no Largo de Camões, e o general Edmundo Luz Cunha, refugiado no «PC de alternativa» de Lanceiros 2, pertence já ao anedotário da Revolução de Abril. Ele constitui um paradigma da desorientação que grassava, pelas treze horas, nas hostes

do Governo e do estado de espírito dos generais responsáveis pela organização da resistência contra o MFA:

— Estou a falar do posto do Camões. Estamos a proceder a um reconhecimento. Estão todas as saídas tapadas. Não há possibilidade de romper, pois eles têm o material blindado na embocadura de cada uma das ruas. Estou aqui com a Guarda. Mandei um pelotão fazer um reconhecimento. A Guarda também fez o reconhecimento e está em ligação com o quartel. Creio que já há um ultimato para entregar o Presidente do Conselho até às duas horas. Não sei se é verdade. Escuto.

— Que possibilidades vê de prosseguir a acção? Com que meios, que, porventura, pudéssemos pôr à sua disposição?

— Não entendido. Escuto.

— Que meios pensa que poderíamos pôr à sua disposição para prosseguir a acção?

— Não vejo possibilidades porque está tudo atravancado. Não consegui limpar aqui o largo. Há muita população aqui metida no meio, que não nos hostiliza porque julga que estamos do «outro lado». De forma que não vejo bem maneira, a não ser com meios aéreos que possam limpar um bocado aquilo. A infiltração não me parece viável. Escuto.

— Falou em meios aéreos? Não acredito que tenham também qualquer possibilidade de fazer acção aí.

— Bem, eu tenho aqui os blindados que o meu general sabe e só possuo aqui este bocadinho. Aqui à beira do Chiado, o trânsito está tapado e não posso sair do Largo do Camões, a não ser que force. Mas, possivelmente, acontece coisa semelhante ao que aconteceu em... Escuto.

— E então o que é que se há-de fazer?

— Eu não sei! Escuto.

— Talvez aguardar. Pode ser que haja dificuldade de reabastecimento ou qualquer coisa que possa ajudar a resolver o problema.

— Eu não sei. Não vejo polícia por parte nenhuma. Também gostava de saber a situação das outras unidades. Só sei a situação desta fracção que tenho aqui comigo. Não tenho ligações. De maneira que me é difícil estar a gizar qualquer plano. Escuto.

— Com certeza. Vamos ver. Vamos pensar. Entraremos em contacto lá com o quartel e veremos se há qualquer outra possibilidade, além desta que está à sua disposição.

— A partir do Rossio, podia ser que também se pudesse fazer qualquer coisa, uma vez que não se sabe o que se passa por lá. Aquela companhia de Infantaria 1, que foi para o Rossio, nunca mais deu notícias.

Perdi completamente o contacto. De maneira que tenho aqui dois pelotões dessa companhia, uns elementos da Polícia Militar, a Guarda Republicana e aqueles poucos blindados.

— Escuto muito bem. Vamos pensar nisso. Verei se há alguma possibilidade de utilizar meios a partir do Rossio.

— Tenho dificuldade em chegar lá, pois precisava de informações daí. Agradeço que me dê. Escuto.

— Vou procurar saber. Verei se se consegue saber o que se passa com essa companhia de Infantaria 1 e se há quaisquer outras unidades que possam iniciar qualquer acção a partir do Rossio.

— Entendido. Terminado.

«Aquela Companhia de Infantaria 1 que nunca mais tinha dado notícias» fora a que aderira às forças do Movimento no Rossio e reforçara o cerco do Carmo, tapando os acessos ao largo.

Às dezasseis horas, foi captada uma comunicação da força da GNR estacionada no Largo da Misericórdia para o Comando e a resposta deste:

— É favor chamar o major até ao pé do emissor... A nossa posição actual é um tanto ou quanto ridícula. Estamos no Largo da Misericórdia, divorciados do resto da guerra... Já fomos desalojados e continuar aqui não me parece muito católico. Seria mais conveniente recolher a quartéis.

— Acabei de pôr o assunto superiormente... disseram que aguarde um pouco.

Doze minutos depois, a central rádio do Regimento de Lanceiros 2 difundia uma comunicação circular:

Aqui controle. Entrar em contacto com todos os *Romios*... O comando de Lanceiros 2 acabou de se render... Uma força militar vai ocupar *Charlie Romio* na Trafaria.

O coronel Pinto Bessa, comandante do RL 2, vive na sua unidade uma situação difícil. Ao acolher o general Andrade e Silva e outros ministros e altas entidades que transformam o seu gabinete

no «posto de comando de alternativa» das forças do Governo, o coronel entra em choque imediato com a maior parte dos seus subordinados.

A informação que cerca das dez horas da manhã chega à unidade sobre a prisão do alferes Sottomayor na Avenida da Ribeira das Naus, logo seguida da rendição do major Pato Anselmo com dois *M/47* de Cavalaria 7, provoca uma reunião dos aspirantes milicianos e o encontro destes com os capitães para juntos manifestarem a Pinto Bessa o desejo de que os membros do Governo ali refugiados recebam ordens para abandonar o quartel.

Com o correr do tempo, a situação em nada melhora. Às súplicas de Andrade e Silva que pede tropas para dominar a revolta, as unidades respondem com vagas indicações: «oportunamente seguirá uma força», «estamos a preparar uma força» e outras expressões do mesmo tipo.

Andrade e Silva lembra-se de recorrer aos carros de combate que se encontram, em reserva, no DGMG de Beirolas. Mas os exemplos de Ferrand d'Almeida e Pato Anselmo fazem-no demover da ideia. Quem vai ele escolher para comandá-los? Recolhe a informação de que tropas da Figueira da Foz, Estremoz e Viseu se dirigem também para Lisboa às ordens do Movimento. A situação parece-lhe desesperada. E pergunta ao seu ajudante qual a sua opinião:

— Parece-me que não há nada a fazer, meu general — responde o oficial com sinceridade.

— Essa é também a minha opinião — conclui o velho general.

Os subalternos, capitães, furriéis e praças exigem a libertação de Sottomayor, que é conduzido sob prisão para a unidade, e a opção de Pinto Bessa em favor do MFA. Que não a tomará, ainda depois da saída dos ministros, mantendo-se sempre teimosamente contra o Movimento, mesmo quando, pelas dezoito horas, forças da EPA tomam posição em frente do quartel e graduados seus penetram na unidade.

Com a situação sob controlo no Largo do Carmo (era só uma questão de tempo), considero que está na hora de mandar soltar os camaradas que na Casa de Reclusão da Trafaria se encontram desde 16 de Março privados da liberdade. Cumpria assim as pro-

messas feitas, de viva voz, a Bárbara Monge e a Arlete Casanova Ferreira.

Pelas quinze e quinze transmito essa ordem às forças da EPA estacionadas no alto do Cristo-Rei. E é com júbilo que um pelotão da Cart, reforçado com uma secção de artilharia como um obus de 8,8 centímetros, se desloca até ao local para cumprir a missão. Cercado o forte e colocado o obus em posição frente ao portão principal, este é prontamente aberto à voz do tenente Andrade da Silva, exigindo a rendição. Os onze camaradas que lá se encontram presos são imediatamente libertados e seguem, sob escolta da Cart, para Lisboa. Vinte e quatro guardas da GNR que reforçam a segurança são detidos e transportados para o alto do Cristo-Rei. Estava gorada a intenção marcelista de transformar os insubordinados das Caldas em alvo de uma punição exemplar.

O Quartel-General da Legião Portuguesa, o tal objectivo que Jaime Neves considerara, dez dias antes, demasiado forte para ser tomado por um audaz e aguerrido «grupo de quinze comandos», não lhe levantou, afinal, qualquer problema na hora da verdade. Eram treze e trinta quando, montado o dispositivo militar na Rua da Penha de França e na Calçada do Poço dos Mouros, Jaime Neves concedeu um prazo de quinze minutos para a rendição do quartel.

Não foi preciso tanto. Embora dispondo de grandes efectivos e de enorme quantidade de bom armamento diversificado, era total a ausência de determinação e de vontade nos homens da corporação. Arruinada pela corrupção do Regime, a famigerada Legião Portuguesa, um dos sustentáculos da Ditadura, entregou os pontos passados dez minutos, quando o general Pereira de Castro, por alcunha «o Careca da Quarta», comandante da organização, apresentou a sua rendição e a do seu Estado-Maior e permitiu a entrada dos insurrectos no interior da praça conquistada.

Quando a informação «MARROCOS foi ocupado sem qualquer incidente» chegou ao posto de comando, o major Adérito Figueira deu pulos de alegria.

— Eh, pá, Otelo, deixa-me ir já à Legião ver aquilo, caramba! Há uma porrada de anos que, da Academia Militar, eu vejo aquela porcaria, e sempre tive curiosidade de saber o que é que há lá pra dentro.

E lá foi, com o capitão Faria de Oliveira e o tenente Américo Henriques, feliz por participar e desejoso de ver a Revolução à solta nas ruas da cidade.

Pelas catorze e trinta, dois bons companheiros chegam ao posto de comando procedentes do Estado-Maior: Franco Charais e Vítor Alves. É forte e emocionado o nosso abraço. Contam-me que no trajecto ficaram maravilhados com o espectáculo dos blindados de Cavalaria 3 correndo a toda a brida na ponte sobre o Tejo. Mesmo sabendo que a rapaziada não os via, fizeram do automóvel grandes sinais de adeus.

Tinham chegado ao casarão de Santa Apolónia pelas cinco e trinta, chamados em cumprimento do plano de recolha de oficiais. E desde essa hora até à altura em que resolveram abandonar o edifício do Estado-Maior do Exército, pouca alteração se tinha verificado nos costumes da «loja». A ronceirice continuara. No meio do granel da Revolução na rua, haviam recebido ordens para produzirem nas suas repartições o trabalho de todos os dias como se nada estivesse a acontecer. Parecia um colégio interno de meninas!

Não se dera, até ali, pela falta de Sanches Osório na repartição. E o chefe, coronel Luciano de Matos, tentara permanentemente, com persistência reaccionária, mover os oficiais contra o MFA em marcha.

Não levara a melhor. No interior da praça, os nossos haviam acabado, finalmente, por pôr os pés à parede e tomado conta da situação. O major Rebelo Gonçalves («Chico Bolacha» para os amigos) tinha o chefe do Estado-Maior, Paiva Brandão, detido no seu gabinete à ponta da pistola, juntamente com a oficialidade não aderente. O Costa Brás e o Mota, pelo menos, também davam uma mãozinha. E eles, finalmente, haviam feito uma saída à francesa para dar uma curva e ir ao posto de comando fazer «claque», prestar a ajuda que fosse necessária e ver se «aquilo ainda demorava muito».

31. RESOLVE-SE A SITUAÇÃO. O PODER NÃO CAI NA RUA...

O Dr. Nuno Távora desloca-se, cerca das catorze horas, a casa de António de Spínola. É portador de uma carta do seu chefe, o secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr. Pedro Pinto, remetida ao general.

Desde as primeiras horas da manhã que o secretário de Estado e o director dos Serviços de Informação (os Pedros Pintos, dos quais o segundo, Feytor) vêem o caso mal parado. A volta que dão pela cidade baixa permite-lhes notar a força das tropas rebeldes e a notável incapacidade de reacção das forças governamentais. Pedro Pinto, regressado há pouco tempo de Paris, com o espírito mais aberto às mudanças dos tempos, sente que a hora da capitulação soará breve. E decide arvorar-se em medianeiro da querela que opõe as duas facções. Uma certa admiração que nutre por Spínola leva-o a escrever-lhe a carta que Nuno Távora agora entrega ao general.

Spínola recebe o jovem de semblante fechado. A situação não está ainda resolvida e «o Velho» não pretende demonstrar qualquer envolvimento no MFA enquanto não tiver a garantia de que qualquer proposta que lhe seja feita não passa efectivamente de uma armadilha para o comprometer. Afirma repetidas vezes a Nuno Távora que nada tem a ver com o Movimento, que não é, muito menos, o seu chefe (e está a ser absolutamente verdadeiro) e que continua a aguardar os acontecimentos.

Dá no entanto o pontapé de saída para vir a ser ele, naturalmente, o receptor do Poder, garantindo ao jovem:

— Não fui, não sou, nem serei nunca alguém que tome armas contra o seu Governo. Arriscamo-nos a um banho de sangue. Se o Governo tiver o bom senso de encontrar imediatamente uma solução para o evitar, eu estou pronto a tentar tomar conta da situação.

Nuno Távora, de posse destes dados, regressa ao Palácio Foz e só aí encontra Feytor Pinto. O secretário de Estado encontra-se a essa hora no Grémio Literário, na Rua Ivens, procurando dali seguir os acontecimentos. A única possibilidade de comunicação imediata é através do telefone. Comunicam-lhe por essa via o resultado da

diligência e Pedro Pinto pede que lhe tragam papel timbrado da Secretaria de Estado a fim de escrever uma mensagem ao Presidente do Conselho que se encontra no Quartel do Carmo.

Os dois esforçados jovens encontram grandes dificuldades para conseguir atingir o Grémio Literário. A zona está coalhada de povo e de tropas, umas fiéis ao Governo, através das quais é fácil a passagem, outras revoltosas, mais impeditivas, onde correm o risco de uma detenção. O tempo urge. A situação no Largo do Carmo é escaldante. Desistindo do encontro com Pedro Pinto, decidem encaminhar-se directamente para o local da acção. Que diabo!, Feytor Pinto, ao fim e ao cabo, mantém com Marcelo relações de muita amizade e de confiança política e pessoal que lhe autorizam essa tomada de iniciativa.

Ao aproximarem-se das tropas que dominam o largo, a sorte bafeja-os. Nuno Távora reconhece de imediato um seu ex-instrutor da Escola Prática de Cavalaria, onde prestou serviço militar, o tenente Assunção, que passa uma ronda ao dispositivo. Chama-o. O tenente não tem dúvida em atendê-lo, pois reconhece-o imediatamente como seu ex-instruendo e irmão do capitão Távora, de Cavalaria. O jovem informa-o de que tem uma credencial de Spínola para entrar em contacto com Marcelo e que, juntamente com Feytor Pinto, precisam de ir junto do primeiro-ministro a fim de negociar a rendição.

Assunção não tem qualquer relutância em acreditar e leva-os junto de Salgueiro Maia. O capitão suspende a voz de fogo e autoriza o ingresso dos dois janotas no Quartel do Carmo. É mais um compasso de espera na tensão que se avoluma.

Marcelo medita, num quarto interior, com as cortinas completamente corridas. Batem à porta e é Moreira Baptista quem entra acompanhado de Feytor Pinto, Nuno Távora, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, que se lhe juntara cerca das onze horas, e Coutinho Lanhoso, adjunto militar. Escuta de Nuno Távora o relato da sua entrevista com Spínola. Pedro Pinto já lhe telefonara do Grémio Literário informando-o da iniciativa que tomara. Marcelo acaba, finalmente, por aceitar a rendição. Se o general está disposto a «resolver a situação», isso significa que o Poder, pelo menos, «não

cairá na rua». Rui Patrício rascunha a mensagem que o comandante Lanhoso passa a limpo. Marcelo aprova: o Presidente do Conselho está pronto a entregar o Governo ao general Spínola e espera-o, para tal fim, no Quartel do Carmo.

Passados quinze minutos, Feytor Pinto e Nuno Távora abandonam o quartel e solicitam a Salgueiro Maia uma viatura que os transporte até à residência de Spínola, pois têm uma mensagem do Presidente do Conselho para o general. O capitão cede-lhes o seu jipe e ordena a Assunção que os acompanhe.

Mas Salgueiro Maia pensa então na probabilidade de que tudo aquilo não seja mais do que uma manobra destinada a retardar a rendição, permitindo a entrada em jogo de outros meios como o bombardeamento do largo com helicanhão, o que pode provocar um volte-face da situação. Suspeitoso, o capitão decide ir também ao interior do quartel sitiado para verificar quais são as verdadeiras intenções dos que o ocupam.

Um diálogo de quinze minutos com o general Adriano Pires não o elucida suficientemente. Quando informa o comandante-geral da corporação de que tem ordem escrita do seu posto de comando para acabar com a resistência do quartel e o obrigar à rendição incondicional, sem o que se verá obrigado a destruir o edifício, o general responde-lhe que não está em condições de se render «pois que a força está do seu lado»! O capitão impacienta-se. Explica a Adriano Pires que não, que a força está realmente lá fora, com as tropas do Movimento e com o Povo, que também está com o Movimento. A resistência à rendição está a prolongar-se demasiado e caberão ao comandante da praça sitiada as responsabilidades pelas medidas que ele, comandante da força sitiante, tenha de tomar.

— É que eu não estou aqui a brincar, meu general — diz-lhe o capitão. — Tenho já duas comissões no pêlo, sei os riscos que estou a correr e se comecei esta guerra foi para ir até ao fim.

— Pois saiba que se o senhor já tem duas comissões eu tenho quatro — é a resposta lúcida e inteligente que o general encontra para lhe dar.

Maia desiste. E pede então que o levem junto de Marcelo para esclarecer a situação.

O general Spínola pretende garantias até ao fim. Quando Feytor Pinto e Nuno Távora lhe entregam a «mensagem do Senhor Presidente do Conselho», «o Velho», arteiro, examina o papel e rejeita:

— Não, não aceito essa mensagem. Essa não é a letra do Professor Marcelo Caetano. E os senhores só são portadores de uma mensagem verbal. Preciso de uma mensagem escrita pelo seu próprio punho.

Toca o telefone da residência. A sorte bafeja os dois esforçados jovens uma vez mais. O interlocutor é Marcelo, que confirma ao general, através das palavras que profere, o bilhete escrito por Coutinho Lanhoso:

— Senhor general, tenho de reconhecer que estou vencido. Ouço aí fora uma multidão ululante e dizem-me que o largo está cheio de carros de combate apenas comandados por um capitão. Se o Governo tem de capitular, que seja perante alguém que possa responsabilizar-se pela ordem pública e que tranquilize o País. Peço-lhe que venha aqui quanto antes.

Spínola escorar-se-á até ao fim:

— Mas, senhor presidente, eu não estou na conspiração...

— Não importa. Se não está na conspiração ainda pode receber uma ordem minha. Eu sei que o respeitarão. Dizem-me até que pela rádio pediram a sua comparência [1]. Venha quanto antes.

— Bem, vou ver o que posso fazer — tranquiliza o general, finalizando a conversa.

Spínola regressa à sala e leva novo sopro de ânimo aos dois intermediários:

— Bom, falei com «ele» ao telefone, reconheci-lhe a voz e já não preciso de uma carta escrita. Agora do que eu preciso é de outra coisa. Como sabem, não sou o chefe do Movimento. Preciso que me ponham em contacto com alguém responsável, de grau mais elevado do que tenente-coronel.

«O Velho» sabe que cria aos dois jovens um problema insolúvel. Grau mais alto do que tenente-coronel é coronel ou brigadeiro. E ele não desconhece que *não há* qualquer brigadeiro no MFA. Arranjar um coronel do pé para a mão, também não é fácil. A saída dos inter-

[1] O que era falso.

mediários para *irem resolver o assunto* dá-lhe tempo, porém, para que seja ele próprio a resolvê-lo. Ordena a Dias de Lima que o ponha em contacto telefónico com o major Saraiva de Carvalho, que, segundo informação do capitão Ramos, está no posto de comando montado no RE 1 da Pontinha.

O comandante Coutinho Lanhoso conduz Salgueiro Maia até ao salão onde Marcelo, só, o recebe. O capitão pára a meio da sala e faz correcta continência ao chefe do Governo vencido.

— Faça o favor, senhor capitão. Pode informar-me do que pretende daqui? — pergunta-lhe o professor.

— Recebi ordens terminantes do posto de comando do Movimento para formular um ultimato. Ou Vossa Excelência se entrega ou tenho de mandar arrasar o quartel a tiros de armas pesadas. No posto de comando consideram que a tolerância por mim concedida está a ser exagerada.

— Quem comanda a Revolução?

— O general Spínola — responde Maia, convicto.

— O quê? O senhor recebeu directamente do general Spínola as ordens que acaba de me transmitir? — pergunta Marcelo, incrédulo.

Salgueiro Maia hesita. Em boa verdade, ele não recebeu as ordens do general. *Supõe* que ele estará no posto de comando a dirigir as operações juntamente com outros oficiais de elevada patente. E o posto de comando para ele é ÓSCAR, o indicativo rádio. Responde a Sua Excelência:

— Não senhor, as ordens foram-me transmitidas do posto de comando sob o nome de código ÓSCAR.

— Então, e é o general Spínola que se encontra por detrás desse ÓSCAR?

— Não senhor. O comando é colectivo. Além do nosso general Spínola há mais generais, talvez sejam uns oito no total [1], um dos quais sei que é o nosso general Costa Gomes.

— Quem são os outros?

[1] Salgueiro Maia referia-se à Junta de Salvação Nacional, confundindo-a com o comando do MFA em operações.

— Isso não sei. Só sei que tenho de cumprir ordens. É por isso que exijo a rendição de Vossa Excelência. Senão vejo-me obrigado a arrasar o quartel.

— Bem, tenho consciência de que já não governo. Mas espero que me tratem com a dignidade com que sempre vivi. Dei ao País o melhor que sabia e podia e a minha consciência não me acusa. Sei que já não disponho de quaisquer forças para resistir. Mas não admito sair daqui com vida deixando o País entregue a uma máscara que dá pelo nome de ÓSCAR e que não se sabe que rostos encobre. E afirmo-lhe isto porque o general Spínola, com quem acabei de falar ao telefone, está em sua casa e afirmou-me não se encontrar ligado à conspiração.

O capitão fica confundido com a revelação. O seu espanto é sincero. Mas não dispõe, neste momento, de tempo para pensar e coordenar ideias. Sabe que tem uma missão a levar até ao fim. E é com essa convicção que responde a Marcelo:

— Mas eu tenho ordens a cumprir e devo obter a sua rendição. Tomarei todas as medidas para evitar que possam atentar contra a sua integridade física. Vossa Excelência seguirá, juntamente com todos os outros membros do Governo, dentro de uma viatura blindada, totalmente fechada, para um local que desconheço ainda, onde ficará às ordens do Movimento. Se Vossa Excelência não aceitar, terei de arrasar o quartel.

— Peço-lhe que não o faça e que não tome qualquer atitude precipitada. Já pedi ao general Spínola que viesse aqui e ele deve estar a chegar. A ele transmitirei o Poder. Aliás, já não tenho Poder. Direi apenas que a ele *me* entregarei. Peço-lhe agora que volte ao largo, acalme essa populaça e aguarde. Uma pergunta mais. Qual é a vossa ideia política?

— Não posso precisar, mas alguém o fará ainda hoje.

— E a vossa atitude em relação ao Ultramar?

— Quanto a isso, posso afirmar-lhe com certeza que será evitar que o Ultramar se transforme em nova Índia.

— Acho que não é com um golpe de Estado que se resolve o problema do Ultramar.

A conversa estava esgotada. Com uma breve continência regulamentar, o capitão retirou-se. Sentia-se mais tranquilo. Sabia que

no interior do reduto ninguém estava disposto a resistir. Era agora uma questão de minutos.

Toca o telefone no posto de comando. Pouco passa das dezasseis e trinta. Hugo dos Santos atende e chama-me:

— Otelo, é o tenente-coronel Dias de Lima que quer falar contigo.

Conheço-o bem. Ele está, com toda a certeza, junto do general. Atendo. Ouço do outro lado do fio a voz do tenente-coronel:

— Está? Saraiva de Carvalho? O nosso general quer falar consigo. Um momento.

Tapo o bocal e viro-me para os camaradas que fecharam círculo à minha volta:

— É Spínola quem vai falar.

Há uma corrente de emoção na sala. Todos me olham, suspensos. E ouço a voz inconfundível do «Velho»:

— Saraiva de Carvalho? Tá bom? Olhe lá, acabo de receber um telefonema do professor Marcelo Caetano, do Quartel do Carmo. Ele está disposto a render-se e pediu-me que eu fosse lá, pois quer entregar-se. Mas eu disse-lhe que não estava mandatado pelo Movimento. De modo que queria avisá-lo disto e saber a sua opinião.

— Um momento, meu general.

Tapo de novo o bocal e exponho a situação aos camaradas.

— O que é que vocês acham?

Hesitação muito breve. Dirijo a minha interrogação especialmente a Charais e Vítor Alves, membros da Comissão de Redacção do programa político. Fazem que sim com a cabeça. Logo todos concordam com a resposta afirmativa ao general, que aguarda. Que diabo! Por alguma razão se tinham feito votações várias até àquela data e Spínola havia sido sempre apontado como um dos generais a quem entregaríamos o Poder. A ocasião chegara.

— Meu general? — chamei de novo. — Considere-se mandatado pelo Movimento das Forças Armadas para ir receber a rendição do Presidente do Conselho e o Poder.

— Tá bem, lá irei então — assentiu «o Velho». — Agora quanto ao destino a dar-lhe, bem como ao Presidente da República? Já tomaram alguma decisão sobre isso?

— Já sim, meu general. Temos no AB 1, Aeroporto da Portela, um *DC 6* preparado para os levar para o Funchal, onde já estão avisados para os receber, juntamente com os ministros da Defesa e do Interior.

— Tá bem. E as famílias? Podem ir acompanhados?

Tapo de novo o bocal para interrogar os camaradas. A opinião é negativa.

— Por enquanto não, meu general. Vão sozinhos. As famílias irão lá ter mais tarde.

— Bom, então vou até lá. Depois para onde conduzo o Professor Marcelo Caetano?

— O meu general entregue o Presidente do Conselho e os ministros que estão com ele ao capitão Maia, que se encontra no Carmo, e ele mandará escoltá-los até aqui ao posto de comando.

— Tá bem. Eu devo ir com eles até aí.

— Cá o esperamos, meu general. Boa sorte.

E desligámos.

Feytor Pinto e Nuno Távora continuam tentando levar até ao fim a missão que se impuseram. Regressam ao Carmo em demanda de um coronel ou de um brigadeiro. Mas no largo, Salgueiro Maia não lhes sabe dizer onde desencantar aves tão raras e ele é *apenas* um capitão. Indica-lhes, porém, onde funciona o PC do Movimento. E será agora no automóvel *Datsun* verde-azeitona de Fernando Brito e Cunha[1] que se deslocarão ao RE 1. Apresentam-se à porta de

[1] F. Brito e Cunha fez tudo o que lhe foi possível para ser notado no Largo do Carmo. Embora à paisana, poucos devem ter sido aqueles, dentre os milhares de pessoas que se encontravam no local, que não o tenham imaginado um oficial do MFA. Dias depois do 25 de Abril foi-me apresentado na Cova da Moura pelo tenente-coronel Correia de Campos, que logo nesse momento me meteu uma «cunha» para o colocar como director dos Serviços de Informação da SEIT, lugar que ambicionava. Evidentemente, disse-lhe que *não arranjava* lugares para ninguém, muito menos para quem não conhecia de lado nenhum. Tinha sido subalterno de Correia de Campos na Guiné e era um fanático spinolista. Meses mais tarde visitava-me no Quartel-General e perguntava-me se achava bem que se filiasse no PS, pois o partido estava tremendamente desorganizado e era preciso alguém para pôr aquilo em ordem!... Disse-lhe que não tinha nada a ver com isso e que se filiasse onde quisesse.

Não há nada como a persistência: Brito e Cunha foi até 19 de Outubro de 1977 director dos Serviços de Informação da Secretaria de Estado da Comunicação Social...

armas dizendo-se portadores de uma mensagem do general Spínola para o PC do Movimento e são levados à minha presença. Identificam-se-me na «sala de operações». E começam a contar a história desde pequenina. Interrompo-os em dado momento para lhes dizer que estão a perder tempo. O general já fora mandatado pelo Movimento, pois tinha entrado em contacto directo comigo e a esta hora já devia estar no Quartel do Carmo. Ficam aliviados. Paravam ali as pesquisas para «inventar» um coronel ou um brigadeiro que conferenciasse com Spínola.

Ultrapassados pelos acontecimentos, regressam ao Carmo. O general já se encontra efectivamente dentro do quartel. Cá fora, a expectativa da multidão é enorme.

O condutor da viatura em que se desloca António de Spínola vê-se em sérias dificuldades para conseguir romper através do mar humano que se formou no largo e que transbordou para as ruas de acesso. Quando o carro consegue atingir o quartel da GNR, vê-se literalmente «assaltado» pelos milhares de portugueses que, rompendo os cordões de segurança formados pelos militares, querem aproximar-se o mais possível do carro, gritando vivas a plenos pulmões num entusiasmo louco, incontrolável. Abre-se a porta de armas e a viatura consegue, finalmente, entrar no quartel. São cerca de dezoito horas.

32. BOATOS E OUTRAS COISAS DA REACÇÃO

Pelas dezasseis horas, no posto de comando, os boatos fervilhavam. A situação parecia complicar-se no Largo do Carmo, apesar do substancial reforço do RC 3. Chega-nos a notícia alarmante de que um helicanhão já voa, a caminho do local, com ordens «para varrer a populaça». Logo depois outra, pior ainda: uma companhia da GNR, reforçada com blindados, dirige-se ao Rádio Clube com a finalidade de destruir o «nosso» posto emissor!

Mandei entrar em contacto com o capitão Rui Rodrigues para que fizesse deslocar parte do efectivo da companhia que se encontrava no Aeroporto para a zona do Largo do Carmo, preparando-se para fazer frente aos blindados do RC 7 ainda «agarrados» por Junqueira dos Reis. Os canhões sem recuo da EPI, montados em jipes, sempre podiam fazer algum estrago, movimentando-se com muito mais à vontade nas artérias do Largo de Camões do que os pesadíssimos *M/47*.

Felizmente, com o desenrolar dos acontecimentos no Carmo, não chega a ser necessário cumprir essa nova missão, que por tal motivo é anulada pelo PC. Os capitães Rui Rodrigues e Albuquerque deslocar-se-ão no entanto ao RAL 1, por ordem do PC, cerca das dezoito e trinta, a fim de proceder à libertação dos oficiais do RI 5 ali presos desde o 16 de Março. Naquela unidade, ao fim de porfiados esforços, o coronel Almeida Frazão cede aos argumentos do capitão Simões e do alferes Corvelo e adere timidamente ao Movimento, não *ordenando* a libertação dos camaradas presos mas *permitindo-a* sem oposição. Contudo, incompreensivelmente, quando pelas dezanove horas se dirige aos ex-reclusos que já circulam livremente pelo quartel e pela sala de oficiais, interpela-os rigidamente, «pois não havia dado ordem para que eles se movimentassem dentro da unidade»! Até ao fim, o comandante do RAL 1 manter-se-ia numa permanente luta contraditória consigo próprio, debatendo-se entre a obediência ao escalão hierárquico e a opção pelo MFA vitorioso.

Não terminaria aí a actividade desenvolvida pela tropa da EPI na tarde de 25. Após o seu regresso ao aeroporto, encarrego Rui Rodrigues de se dirigir com uma força ao Comando da Região Aérea, em Monsanto, a fim de ali efectuar a detenção do «heróico cabo de guerra das Caldas» (o tal que em 16 de Março requerera a Tello Polleri um helicanhão «para varrer a coluna do RI 5»), de outros ministros e oficiais generais. Comandando um efectivo de trinta e três homens, é Rui Rodrigues quem cumpre essa missão (*os complexos de capitania* experimentados por Salgueiro Maia nesse dia, felizmente não o assaltam), após acaloradas conversações com o general piloto-aviador Rui Tavares Monteiro. Uma chuva forte, de bom augúrio, começara a cair ao fim da tarde. E é completamente encharcado que Rui Rodrigues chega ao posto de comando

à frente do seu pessoal em igual estado e escoltando, orgulhoso da missão cumprida, o general Andrade e Silva, o professor Silva Cunha, o almirante Manuel Crespo e mais quatro generais!

Pelas dezasseis horas, o coronel Palhares Falcão recebera ordem do QG/RME para enviar uma bateria do RAL 3 para a área de Montemor. Exigira que a ordem lhe fosse dada por escrito. E o coronel Cunha Saco, chefe do Estado-Maior, mandara que se deslocassem ao QG o major Barros e Bastos e o capitão Borges Alves, a fim de receberem a ordem escrita. Falcão combinara com os dois oficiais que se não regressassem até às dezasseis e trinta cercaria o QG com tropas do RAL 3 a fim de os libertar.

No QG, Barros e Bastos e Borges Alves recebem ordem directa do brigadeiro Carrinho para fazer seguir a bateria para o cruzamento de Montemor, onde se encontrava a força do RI 3 sob o comando do major Ventura Lopes. A estas duas unidades juntar-se-ia ainda uma companhia do RI 16, que se encontrava já estacionada no cruzamento da estrada de Montemor com o Escoural.

Os dois artilheiros não podem deixar de chamar a atenção de Sua Excelência para o facto de tal acção poder ser considerada ilegal, pois que o RCP já há muito noticiara a ocupação do Ministério do Exército e a fuga do ministro. Confiante, Carrinho assegura-lhes que o contacto continua a ser mantido com o ministro no seu PC de alternativa(!). Assina a ordem escrita e autentica-a com o selo branco.

Borges Alves, saindo do QG, consegue contactar com o capitão Esteves Pinto. E este assegura-lhe que a companhia do RI 16 que vai avançar para Montemor é afecta ao MFA, podendo fazer-se com as duas unidades uma acção de cerco à companhia do RI 3 para obrigar à adesão de Ventura Lopes.

Todo este plano súbito acaba por ficar em águas de bacalhau. Quando chegam ao RAL 3 recebem a notícia de que o próprio brigadeiro Carrinho cancelara a ordem por via telefónica. Os oficiais superiores e capitães da unidade discutem entre si a hipótese de neutralização imediata do QG e substituição do brigadeiro e do seu Estado-Maior. Palhares Falcão é de opinião de que não se deve agir precipitadamente sem consultar primeiro a cimeira do

MFA, com vista a obter autorização para tal missão. São dezassete e trinta.

Quando, pelas dezassete e quarenta e cinco, é recebida por Ventura Lopes, no nó rodoviário de Montemor-o-Novo, a ordem telefónica directa do brigadeiro para a força do RI 3 regressar a quartéis, tal facto só pode significar a VITÓRIA para o entusiástico capitão Simão Alves. No regresso a Beja, escuta as lamentações do major, que gostaria de ter sido avisado com tempo e de se ter integrado no Movimento. Ah!, as boas intenções!... Até parecia que não tinha existido um 16 de Março...

Acompanhados pelo major Leal Branco, os capitães Glória Alves e Filipe Lopes apresentam-se em Faro, no CTA, pelas dezassete horas. Conduzidos à presença do comandante, brigadeiro Prazeres, este informa-os:

— Se o Movimento perder, meus amigos, prestarão contas. Se ganhar, regressam ao CICA 5.

É uma boa alternativa. Os capitães estão confiantes. Prazeres, àquela hora, já se mostra cauteloso, não esgotando possibilidades. Seguem para o RI 4 na situação de *apresentados e não na de detidos*! Uma hora depois, às dezoito, o comandante da unidade informa-os de que podem seguir para Lagos por ordem do brigadeiro Prazeres! Durante todo o período de tempo que mediara entre a retirada da Foia da força sob o comando dos capitães (onze e trinta) e as vinte e duas horas, o tenente Correia, comandante da secção da GNR de Portimão, ocupara o centro retransmissor com uma força de vinte homens e desligara os repetidores da Emissora Nacional, do Rádio Clube e da Rádio Renascença, privando o Algarve da audição dos comunicados do posto de comando do MFA. Ah! Prazeres, Prazeres! Que nesse dia retiraste o prazer a tantos bons algarvios que a ele também tinham direito!

Pelas dezoito horas, com Spínola no interior do Carmo a receber o Poder de Marcelo Caetano, a euforia da vitória reinava na

«sala de operações». Caramba! Fora uma limpeza! As notícias que continuavam a chegar permitiam-nos tomar conhecimento de que os ratos abandonavam o navio. O naufrágio da nau marcelista era completo. Mas importava ir ainda aos últimos redutos, não fossem recriar-se alguns focos desesperados de resistência. A sede da PIDE/ /DGS, na Rua António Maria Cardoso, era potencialmente o mais perigoso. Não tanto pelos mastins que se encontravam no seu interior, mas principalmente pelos milhares de populares que fechavam aos agentes da DGS a possibilidade de fuga. Estes, vendo-se acossados, podiam reagir pela violência, fazendo uso de armamento e abrindo caminho a tiro.

Era importante ocupar o Regimento de Lanceiros 2, a fim de retirar a Cruz Azevedo e aos comandantes quaisquer veleidades que ainda tivessem. Foi nesse sentido que fiz movimentar a companhia de artilharia da EPA para a Calçada da Ajuda, tendo por missão o cerco e ocupação da unidade da PM. Mira Monteiro, comandante da força, manda apear o pessoal das viaturas e *formar* (!) em frente do RL 2! Autêntica deformação profissional! Com o RC 7 por detrás, poderia ter havido ali forte desastre se ainda houvesse da parte das forças militares consideradas afectas ao Regime alguma motivação. Felizmente já não existia. Elementos da unidade contactam o capitão para lhe dizer que estão com o Movimento. Dois *aspirantes* (!) do RL 2 abrem o portão e vêm à rua para dizer a Mira Monteiro que todos os graduados milicianos e as praças não haviam tomado parte na acção por oposição dos seus comandos. Acompanhado de dois furriéis, o capitão entra na unidade. No bar e dependências anexas, a confusão é grande. Todos os oficiais do regimento estão ali concentrados. Os subalternos querem tomar parte activa na acção (ou no que sobra dela) e procuram convencer o comandante a aderir ao Movimento. Os capitães dizem aderir mas que não saem do quartel. O coronel Pinto Bessa e o major Cruz Azevedo continuam a manifestar-se contra o MFA. Os outros oficiais superiores estão abúlicos. A efervescência do ambiente é resultado da permanência no quartel, durante toda a manhã e parte da tarde, de figuras gradas do Regime, entre as quais o próprio «tubarão» Henrique Tenreiro, que fora deixado sair em liberdade a caminho do Quartel do Carmo.

33. «A MELHOR PRENDA QUE ME PODIAS DAR»

O Agrupamento Norte chega a Lisboa cerca das dezoito e trinta e dirige-se ao RAL 1, onde Gertrudes da Silva e os capitães contactam com Rosário Simões. O coronel Frazão acaba de aderir, ainda hesitante, ao Movimento. Chegam à fala com ele e pedem-lhe combustível e alimentação para abastecer as viaturas e os homens. Aconselha-os, prudente, a deslocarem-se ali perto, à Manutenção Militar. Aparecem Rui Rodrigues e Albuquerque, vindos do aeroporto a mando do PC, e logo regressam ao seu objectivo com Diniz de Almeida, para que este possa contactar com a Pontinha. E para dar ânimo ao pessoal recebe a missão de se deslocar para Monsanto a fim de participar, com forças da EPI, na detenção do ministro do Exército e de outros que se encontram refugiados no Comando da Região Aérea. A Manutenção Militar no Beato já está por conta do MFA. E ali as viaturas do Agr Norte são abastecidas e todo o pessoal recebe ração de combate para dois dias.

Com a companhia do RI 10 de Aveiro e a do RI 14 de Viseu, formam coluna e seguem a apresentar-se no QG/RML. Não podem ficar parados. Querem continuar a participar na acção.

O posto emissor do posto de comando do MFA difundiu, pelas dezoito e vinte, um comunicado importante:

Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Em aditamento ao último comunicado, o Movimento das Forças Armadas informa a Nação de que conseguiu forçar a entrada no quartel da Guarda Nacional Republicana, situado no Largo do Carmo, onde se encontrava o ex-Presidente do Conselho e outros membros do seu ex-Governo.

O Regimento de Lanceiros 2, onde se recolheram outros elementos do seu ex-Governo, entregou-se ao Movimento das Forças Armadas, sem que houvesse necessidade do emprego da força que os cercava.

A quase totalidade da Guarda Nacional Republicana, incluindo o seu comando, e a maioria dos elementos da Polícia de Segurança Pública já se renderam ao Movimento das Forças Armadas.

O MFA agradece à população civil todo o carinho e apoio que

tem prestado aos seus soldados, insistindo na necessidade de ser mantido o seu valor cívico ao mais alto grau. Solicita também que se mantenha nas suas residências durante a noite, a fim de não perturbar a consolidação das operações em curso, prevendo-se que possa retomar as actividades normais amanhã, dia 26. Viva Portugal!

Às dezoito e trinta, chamam-me ao telefone.

— Otelo, é para ti.

— Quem é?

— O Fontão.

Atendo. Todas as regras de segurança das transmissões se quebraram. Os indicativos já não são procurados no anexo. Para quê, se a vitória é nossa?

— Estou, Fontão? Então diz lá.

— Eh! pá! Diz-me quem foi que escolheu a data de hoje para se fazer esta maravilha — e a voz de Fontão, do outro lado do fio, está cheia de um riso alegre e claro.

— Fui eu, pá. Mas porque perguntas isso?

— Eh pá, Otelo. Um grande, grande abraço. É que eu faço hoje anos. E esta foi a melhor prenda que me podias dar, a melhor que recebi em toda a minha vida.

— Então olha, parabéns duplos, pelo aniversário e pelo que fizeste hoje. Um grande abraço para ti da malta toda que aqui está.

O capitão Silvestre Porto telefona a Borges Alves pelas dezoito e trinta e diz-lhe que prepare a saída de uma bateria que terá por missão apoiar uma companhia do RI 16, que Porto e Esteves Pinto irão comandar. A finalidade é cercar e exigir a rendição do Quartel-General da Região Militar de Évora. O coronel Palhares Falcão autoriza o capitão e os comandos do Bart mobilizado a cumprirem a missão ordenada pelo Movimento.

As duas forças juntam-se à porta de armas do RAL 3 e tomam posição nas saídas da cidade, isolando-a. A população segue com entusiasmo e júbilo a acção desenvolvida pelas tropas do MFA. No Quartel-General, Silvestre Porto, em representação do Movimento, recebe a «adesão» do brigadeiro Carrinho e do seu Estado-Maior.

Finalmente, o brigadeiro compreende que o PC de alternativa do «heróico cabo de guerra» não passa de um *bluff* que já não pode enganar ninguém. E sente-se francamente lixado e sem saída no entalanço.

34. «A PÁTRIA ESTÁ-VOS AGRADECIDA»

No interior do Quartel do Carmo, Salgueiro Maia apresenta-se ao general como comandante da força que ocupa o largo. Spínola vem de uniforme número um e capote. E traz com ele, a reboque, Dias de Lima. Conduzem-no junto de Marcelo. E «o Velho», para impressionar, adianta que achou preferível vir acompanhado de um membro do MFA (!), o que levará Marcelo, mais tarde, a confundir o tenente-coronel com Vasco Gonçalves...

— O que vão fazer de mim, senhor general? — pergunta o presidente vencido.

— Posso adiantar-lhe que está preparado um avião militar que levará Vossa Excelência, o Senhor Presidente da República e alguns dos ministros mais visados para a ilha da Madeira, como medida de precaução e defesa contra qualquer acto de violência. Onde está o Senhor Almirante Tomás?

O decrépito corta-fitas não se encontrava no Carmo. Isso já nós o sabíamos. Mas a verdade é que não o havíamos localizado durante todo o dia. Um ou outro aviso de presença recebido no PC, assinalando-o no RL 2 ou em Monsanto, verificáramos ser rebate falso. Afinal, o velho presidente permanecera durante todo o dia em sua casa, no Restelo, sem que ninguém se preocupasse com ele. Nem sequer os membros do Governo, inclusive Marcelo. Só na manhã seguinte, muito tempo depois da rendição deste, oficiais do Exército iriam bater-lhe à porta da residência para o levar, sob escolta, ao *DC 6* que o conduziria ao Funchal.

De megafone em punho, Salgueiro Maia pede à população que abandone o largo a fim de promover a saída em segurança do Presi-

dente do Conselho e dos ministros para os transferir para outro local. Ele teme que o entusiasmo delirante da multidão se transforme repentinamente em violência e que esta se abata sobre Marcelo, escolhendo-o como símbolo do Regime detestado e exigindo a sua destruição. Na praça, o povo reclama, aos gritos, que lhe entreguem Marcelo Caetano.

O capitão sabe que apostámos em levar até ao fim um golpe de Estado em que não haja a necessidade de dar tiros e matar gente. Mas como convencer disso aquela multidão que clama por vingança? É uma nova provação para Salgueiro Maia. Assomando a uma janela do quartel, grita à turba:

— Senhores, estamos aqui em nome da liberdade. É em nome da liberdade que não faremos justiça por nossas próprias mãos. As pessoas por que esperam devem abandonar este local em inteira segurança, a fim de serem julgadas.

Não consegue fazer-se ouvir. Da mole de gente levantam-se os primeiros *slogans* políticos e os vivas, gritados por gargantas roucas, a Spínola e à liberdade.

Pedem o megafone a Salgueiro Maia para o passarem ao advogado Dr. Francisco de Sousa Tavares, elemento conhecido da Oposição e candidato a deputado pela CEUD nas eleições legislativas de 1969 [1]. É ele agora quem, encarrapitado em cima de uma das guaritas de sentinela do Quartel do Carmo, procura convencer a multidão:

— Acabou um Regime que conhecemos muito bem. Acabaram os assassínios miseráveis da PIDE. Mas agora temos de cumprir a nossa obrigação para com as Forças Armadas que nos libertaram. Estes homens não bebem nem comem há dezoito horas. Querem terminar as suas operações. Devemos ajudá-los nesse propósito.

Claro que ninguém se comove com as palavras de Sousa Tavares. Durante muitos anos, quantos dos que ali se encontram não esperaram pelo inebriante momento do reviralho! Não vão perdê-lo agora! A resposta é trazerem aos pés dos militares tudo aquilo que possa matar-lhes a fome: fiambre, queijo, presunto, pão, vinho. Mas ninguém arreda pé. E exigem a presença de Spínola à janela do quartel.

— Terão muitas ocasiões de vitoriar o nosso general — grita-lhes Salgueiro Maia.

Pelas dezanove e trinta, cautelosamente, rompendo caminho através da multidão, a *AMI-Chaimite* BULA encosta à porta de armas a fim de permitir a entrada de Marcelo Caetano, Moreira Baptista, Rui Patrício e comandante Coutinho Lanhoso. Na confusão, há um que escapa: deixando partir a *Chaimite* ao seu destino e contando com a euforia turbulenta da multidão que inicia pelas ruas da Baixa um desfile imenso e triunfal, Henrique Tenreiro abandona calmamente o Quartel do Carmo, ganhando a rua como um cidadão vulgar para gozar mais umas horas largas de liberdade.

As forças da EPC levantam o cerco ao Carmo e formam coluna a fim de seguir para a Pontinha. A *Chaimite* que transporta Marcelo escolta por sua vez a viatura civil do general, que à saída é delirantemente vitoriado por milhares de gargantas. No largo, por momentos, apenas ficam os homens do RI 1. Mas logo depois Andrade Moura recebe do PC indicação para, com o seu esquadrão, render os blindados da EPC e manter o dispositivo frente ao quartel da GNR, abandonando as posições que ocupava.

Eram dezanove e cinquenta quando o RCP transmitiu um novo comunicado telefonado por Lopes Pires informando sobre a queda do Governo:

Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Continuando a dar cumprimento à sua obrigação de manter o País ao corrente do desenrolar dos acontecimentos, o Movimento das Forças Armadas informa que se concretizou a queda do Governo, tendo Sua Excelência o Professor Marcelo Caetano apresentado a sua rendição incondicional a Sua Excelência o General António de Spínola. O ex-Presidente do Conselho, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e o ex-ministro do Interior encontram-se sob custódia do Movimento, enquanto Sua Excelência o Almirante Américo Tomás e alguns

[1] Fora aliciado em 1958 pelo capitão Almeida Santos para fazer a ligação permanente e discreta entre o gabinete político da candidatura de Humberto Delgado e os militares — general Botelho Moniz, major Nuno Vaz Pinto, coronel Serpa Soares e o próprio general Craveiro Lopes — que preparam um golpe de Estado para a véspera das eleições através de uma conspiração militar, a qual viria a abortar por decisão de Humberto Delgado, eufórico com a perspectiva de vencer as eleições presidenciais como representante de toda a Oposição ao Regime, incluindo o Partido

ex-ministros do Governo se encontram refugiados em dois aquartelamentos que estão cercados pelas nossas tropas e cuja rendição se aguarda para breve.

O Movimento das Forças Armadas agradece a toda a população o civismo e a colaboração demonstrados de maneira inequívoca desde o início dos acontecimentos, prova evidente de que ele era o intérprete do pensamento e dos anseios nacionais.

Continua a recomendar-se a maior calma e a estrita obediência a todas as indicações que forem transmitidas. Espera-se que amanhã a vida possa retomar o seu ritmo normal, por forma a que todos, em perfeita união, consigamos construir um futuro melhor para o País. Viva Portugal!

E finalmente, quinze minutos depois, a *Proclamação do Movimento das Forças Armadas*, de que tinham sido distribuídos exemplares em quantidade significativa pelos elementos das equipas de ligação, para espalhamento pelo País quando a hora chegasse. Era o pontapé de saída para a proclamação da Junta de Salvação Nacional, que surgiria mais tarde.

PROCLAMAÇÃO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultra-

[redacted]

completa realização, um programa de salvação do País e de restituição ao Povo português das liberdades cívicas de que vem sendo privado. Para o efeito, entrega o Governo a uma Junta de Salvação Nacional a quem exige o compromisso, de acordo com as linhas gerais do Programa do Movimento das Forças Armadas que, através dos órgãos informativos, será dado a conhecer à Nação, de no mais curto prazo consentido pela necessidade de adequação das nossas estruturas, promover eleições gerais de uma Assembleia Nacional Constituinte, cujos poderes, por sua representatividade e liberdade na eleição, permitam ao País escolher livremente a sua forma de vida social e política.

Certos de que a Nação está connosco e que, atentos os fins que nos presidem, aceitará de bom grado o Governo militar que terá de vigorar nesta fase de transição, o Movimento das Forças Armadas apela para a calma e civismo de todos os portugueses e espera do País adesão aos poderes instituídos em seu benefício.

Saberemos deste modo honrar o passado no respeito pelos compromissos assumidos perante o País e por este perante terceiros. E ficamos na plena consciência de haver cumprido o dever sagrado da restituição á Nação dos seus legítimos e legais poderes.

São quase vinte e trinta quando Spínola chega ao posto de comando do MFA, precedendo Marcelo e os seus acompanhantes. Recebo o general, em sentido, à porta do barracão. E ao ver-me, «o Velho» tem o sorriso mais terno e jovial que eu já alguma vez lhe vira. Dirige-se-me de braços estendidos.

[redacted]